



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1512

Terça-feira - 24 de Junho de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2
Água Doce	2
Alto Bela Vista	4
Anchieta	5
Antônio Carlos	5
Arroio Trinta	6
Atalanta	7
Balneário Rincão	8
Bela Vista do Toldo	8
Benedito Novo	9
Biguaçu	9
Bom Retiro	13
Braço do Trombudo	15
Brusque	19
Caçador	21
Camboriú	24
Campo Alegre	27
Campos Novos	29
Canoinhas	29
Capinzal	32
Catanduvas	33
Caxambu do Sul	33
Celso Ramos	34
Cocal do Sul	34
Concórdia	36
Cordilheira Alta	37
Coronel Freitas	37
Coronel Martins	38
Corupá	40
Curitibanos	41
Ermo	44
Forquilha	45
Fraiburgo	98
Garopaba	102
Gaspar	107
Governador Celso Ramos	109
Guaramirim	110
Guarujá do Sul	110
Herval d'Oeste	111
Imbituba	113
Iomerê	115
Ipumirim	116
Irineópolis	122
Itapiranga	123
Itapoá	130
Jacinto Machado	144
Joaçaba	145
Lages	151
Lauro Muller	155

Lebon Regis	163
Leoberto Leal	167
Luzerna	170
Mafra	197
Maracajá	200
Meleiro	201
Modelo	202
Morro da Fumaça	203
Navegantes	204
Nova Trento	206
Novo Horizonte	207
Orleans	207
Ouro Verde	212
Palhoça	214
Palmitos	259
Papanduva	272
Passos Maia	275
Paulo Lopes	275
Penha	276
Pinheiro Preto	277
Pomerode	278
Ponte Serrada	287
Porto Belo	288
Porto União	288
Presidente Castello Branco	296
Rio do Sul	296
Santa Terezinha do Progresso	306
São Bento do Sul	306
São Domingos	325
São José	326
São José do Cedro	352
São Pedro de Alcântara	352
Schroeder	354
Serra Alta	374
Timbé do Sul	375
Timbó	376
Trombudo Central	379
Tunápolis	379
Vargem Bonita	384
Vidal Ramos	385
Videira	386
Xaxim	397

Associações

AMREC	398
AMUREL	399

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Abdon Batista**PREFEITURA****Prorrogação PP 81/2014**

O Município de Abdon Batista, comunica aos interessados do Edital de Licitação, modalidade Pregão Presencial no 81/2014, do tipo Menor Preço por ITEM, que tornou público, com base na Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, tendo por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES E TRATAMENTO DA ÁGUA DISTRIBUIDA A POPULAÇÃO), conforme anexos, que está sendo PRORROGADO o prazo de recebimento e abertura dos envelopes "proposta de preço" e "documentação", para o dia 04 de julho de 2014, para a entrega dos envelopes até às 13:45 horas, para o julgamento e início da disputa às 14:00 horas do mesmo dia.

Abdon Batista, SC, em 23/06/2014.

ELMAR MARINO MECABO
PREFEITO MUNICIPAL

LUCIANO HERMES
PREGOEIRO

Água Doce**PREFEITURA****Lei Nº 2.286/2014**

LEI Nº 2.286/2014 - DE 23 DE JUNHO DE 2014

"AUTORIZA RECEBER EM DOAÇÃO BENS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por doação do MINISTÉRIO DA SAÚDE, os bens relacionados neste artigo, que serão utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social:

- 02 Balanças Antropométrica Mecânica Adulto 150 Kg

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce-SC, 23 de junho de 2014.

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.287/2014

LEI Nº 2.287/2014 - DE 23 DE JUNHO DE 2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIAR ELEMENTOS DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 195.258,49 (cento e noventa e cinco mil e duzentos e cinquenta e oito reais e quarenta e nove centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a compra de veículos e pagamento de parte folha de pagamento atenção básica do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Ficam criados e suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas: Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

10.301.0042.1.023 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SAÚDE
4.4.90.00.0.3.0064/71 Aplicações Diretas R\$ 128.000,00

10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS

3.1.90.00.0.3.0064/72 Aplicações Diretas R\$ 67.258,49
TOTAL ... R\$ 195.258,49

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o superávit financeiro do exercício de 2013 verificado na rubrica: 0.1.0064 - Recursos do PMAQ.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de junho de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 038/2014

DECRETO Nº 038/2014 - DE 18 DE JUNHO DE 2014
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTOS DE DESPESAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 57.750,00 (cinquenta e sete mil setecentos e cinquenta reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação do superávit exercício 2013.

Art. 2º. Ficam criados no orçamento vigente os elementos de despesas 4.4.90.00.00.03.0110/217 e 4.4.90.00.03.0645/218 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
01 DEPARTAMENTO DE ESPORTE
27.812.0016.1.016 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DEST.AO ESPORTE
4.4.90.00.00.03.0110/217 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.03.0645/218 Aplicações Diretas...R\$ 37.750,00

TOTAL R\$ 57.750,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado superávit exercício anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de junho de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 039/2014

DECRETO Nº 039/2014 - DE 18 DE JUNHO DE 2014
"ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da

Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Com fundamento no artigo 18 da Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, fica anulado totalmente o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) do seguinte elemento de despesa do orçamento vigente:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
03 DEPARTAMENTO DE ESPORTE

27.812.0016.1.016 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DEST. AO ESPORTE

3.3.90.00.0.1.0095/97 Aplicações Diretas....R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
03 DEPARTAMENTO DE ESPORTE

27.812.0016.1.016 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DEST. AO ESPORTE

4.4.90.00.0.1.0095/98 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de junho de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 040/2014

DECRETO Nº 040/2014- DE 18 DE JUNHO DE 2014
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17º da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para contrapartida de aquisição de trator agrícola.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa 4.4.90.00.0.3.0110.0/188 - Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.0007.1.004 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS VEÍCULOS E

EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

4.4.90.00.0.3.0110.0/188 Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

TOTAL R\$ 2.500,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável superávit do exercício anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de junho de 2014.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Decreto Nº 041/2014

DECRETO Nº 041/2014 - DE 23 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTOS DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.287, de 23 de junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 195.258,49 (cento e noventa e cinco mil e duzentos e cinquenta e oito reais e quarenta e nove centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a compra de veículos e pagamento de parte folha de pagamento atenção básica do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Ficam criados e suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas: Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

10.301.0042.1.023 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SAÚDE

4.4.90.00.0.3.0064/71 Aplicações Diretas R\$ 128.000,00

10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS

3.1.90.00.0.3.0064/72 Aplicações Diretas..... R\$ 67.258,49

TOTAL R\$ 195.258,49

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2013 verificado na rubrica: 0.1.0064 - Recursos do PMAQ.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de junho de 2014.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista**PREFEITURA****Processo de Licitação Nº 26/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2014

Modalidade: PREGÃO nº 18/2014

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a Contratação de serviços profissionais especializados para alunos da rede municipal de ensino voltado a alunos com dificuldades de aprendizado conforme plano de trabalho, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até às 13:50 horas, do dia 04 de Julho de 2014, em sessão pública, na mesma dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>.

Alto Bela Vista (SC), em 18 de junho de 2014.

Catia Tessmann Reichert

Prefeita Municipal.

Processo de Licitação Nº 27/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 27/2014

Modalidade: Tomada de Preços nº 05/2014

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade Tomada de Preços para compras e serviços, Tipo Menor Preço, objetivando a Contratação de serviços de treinamento e capacitação continuada, consultoria técnica especializada no âmbito da administração pública municipal compreendendo as áreas contábil, financeira, gestão e de licitações, de acordo com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a documentação e proposta de preços, até às 13:50 horas, do dia 10 de Julho de 2014, em sessão pública. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>.

Alto Bela Vista (SC), em 18 de junho de 2014.

Catia Tessmann Reichert

Prefeita Municipal.

Anchieta**PREFEITURA****Extrato Aviso Pregão Pref N 027_2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 027/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para

Aquisição de materiais permanentes (Eletrodomésticos e Eletrônicos), para ser utilizados nas escolas do ensino fundamental e infantil, pela secretaria de Educação Cultura e Esportes, pago com recursos do Salário Educação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 07/07/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira, ou pelo endereço eletrônico, www.anchieta.sc.gov.br

Anchieta, 23 julho de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****Errata - Pregão Presencial Nº 047/2014**

AVISO DE ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2014

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos torna pública a errata, comunicando que, no edital de licitação nº. 073/2014; modalidade Pregão Presencial nº. 047/2014;

Exclui-se do anexo I daquele edital a exigência de declaração do fabricante dos pneus, de que possui corpo técnico no Brasil.

Antônio Carlos, 23 de junho de 2014.

Eliane Nunes de Oliveira Folganes

Presidente da Comissão de Licitação

Arroio Trinta

PREFEITURA

Termo Aditivo Nº 0003/2014 - Rodoterci Transportes Ltda Me

TERMO ADITIVO 0003/2014, AO CONTRATO N.º 0054/2013, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC E A EMPRESA RODOTERCI TRANSPORTES LTDA ME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0030/2013. PREGÃO PRESENCIAL Nº 0009/2013.

Termo Aditivo 0003/2014 ao Contrato de Prestação de Serviços nº 0054/2013 de um lado O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/000-27, com sede na Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e empresa RODOTERCI TRANSPORTES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º. 14.752.025/0001-56, com sede na Rua XV de Novembro 306, Sala 02, no Município de Arroio Trinta - SC, representada neste ato pelo Sócio Cotista ALEX AUGUSTO DE MARTINI, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro 509, Casa, Centro na Cidade, Município de Arroio Trinta - SC, devidamente inscrito no CPF sob nº 029.046.429-35 e CI n.º10/R 3.782.808, doravante denominada CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo, e que se regerá pela Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, combinada com a Lei nº 8.883/94, consolidadas, para nele promover as seguintes alterações:

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA - A CLÁUSULA PRIMEIRA DO CONTRATO ORIGINAL Nº 0054/2013, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR

CLAUSULA PRIMEIRA - LINHA 001 - O valor por KM percorrido referente Linha 01, será de R\$3,04 (Três reais e quatro centavos) por KM rodado, e o reajuste, será de acordo com os anunciados oficialmente pelo governo federal, mas, incidindo apenas, no valor apresentado referente os combustíveis, conforme proposta, sendo que, estão incluídos no valor acima, todos os materiais, custos e tributos necessários à execução dos serviços objeto desta licitação.

LINHA 02 - O valor por KM percorrido referente Linha 03, será de R\$3,04 (Três reais e quatro centavos) por KM rodado, e o reajuste, será de acordo com os anunciados oficialmente pelo governo federal, mas, incidindo apenas, no valor apresentado referente os combustíveis, conforme proposta, sendo que, estão incluídos no valor acima, todos os materiais, custos e tributos necessários à execução dos serviços objeto desta licitação.

§ 1º - (...).

§ 2º - O reajuste será anual com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

§ 3º - (...).

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato original, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem certos e ajustados, fazem o presente termo, em 03 cópias de iguais teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 02 de junho de 2014.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ: 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
Contratante

RODOTERCI TRANSPORTES LTDA ME
CNPJ: 14.752.025/0001-56
ALEX AUGUSTO DE MARTINI
Sócio ADMINISTRADOR

TESTEMUNHAS:
JULIAR LUIZ MANENTI
CPF - 036.215.649-26

CESAR LUIZ ALTENHOFEN
CPF: 818.571.019-87

DE ACORDO
SANTO POSSATO
ADVOGADO OAB/SC 19.045

ARROIO TRINTA- SC, 02 DE JUNHO DE 2014.
AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO ATRAVÉS DESTA, REALIZAR TERMO ADITIVO PARA ALTERAÇÃO NO CONTRATO Nº 0054/2013, PROCESSO Nº 0030/2012 QUE CONSISTE EM ADITIVAR O VALOR POR KM, CONCEDENDO REAJUSTE DE 6,0786%(INPC), EM CONFORMIDADE COM O ESTABELECIDO NO CONTRATO ORIGINAL, ONDE PREVIA QUE APÓS 12(DOZE) MESES, HAVERIA REVISÃO PELO INPC.

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO 0003/2014, AO CONTRATO N.º 0054/2013, FINALIDADE: REVISÃO DO VALOR EM 6,0786%(INPC) CONTRATADA: RODOTERCI TRANSPORTES LTDA ME

Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)	Número índice acumulado a partir de Jan/93
Mai/2014	0,60	3,5183	6,0786	1.051,1394
Abr/2014	0,78	2,9009	5,8149	1.044,8702
Mar/2014	0,82	2,1045	5,6154	1.036,7833
Fev/2014	0,64	1,2740	5,3850	1.028,3508
Jan/2014	0,63	0,6300	5,2593	1.021,8112
Dez/2013	0,72	5,5627	5,5627	1.015,4141
Nov/2013	0,54	4,8080	5,5836	1.008,1554
Out/2013	0,61	4,2451	5,5836	1.002,7406
Set/2013	0,27	3,6131	5,6886	996,6609
Ago/2013	0,16	3,3341	6,0680	993,9772
Jul/2013	-0,13	3,1690	6,3751	992,3894
Jun/2013	0,28	3,3033	6,9716	993,6812

Mai/2013	0,35	3,0149	6,9503	990,9066
Abr/2013	0,59	2,6556	7,1634	987,4505

Arroio Trinta - SC, 02 de junho de 2014.

Senhor Prefeito,

Senhor Secretário da Educação,

Sugere-se, que a partir do início de 2015, seja realizada nova licitação, incluindo as linhas, referidas no presente Termo Aditivo, bem como as demais linhas referidas em outros contratos e processos Licitatórios, tendo em vista, que o Município, face aos inúmeros Termos Aditivos, em virtude de revisões, alteração de km, aumento do combustível, poderá estar extrapolando o aumento previsto da Lei 8666/93; além de se ter um provável descontrole da KM.

Respeitosamente

SANTO POSSATO
ADVOGADO

Atalanta

PREFEITURA

Lei Nº 1381/2014

LEI Nº 1381/2014

"Cria a Premiação "Aluno Exemplar", para Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Municipal e Estadual de Ensino de Atalanta, e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALANTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a premiação "Aluno Exemplar", ao final de cada ano letivo, para os cursos, fundamental e médio, das redes, municipal e estadual, do município de Atalanta.

Art. 2º - Serão selecionados 02 (dois) alunos de cada escola da rede municipal e 03 (três) alunos da escola da rede estadual que obtiverem no final do ano letivo a melhor avaliação do rendimento escolar.

Parágrafo Único - Havendo empate, a unidade escolar adotará como critério de desempate a assiduidade e participação do aluno nos projetos desenvolvidos pela escola.

Art. 3º - Serão homenageados 02 (dois) alunos exemplares de cada escola da rede municipal e 03 (três) alunos exemplares da escola da rede estadual, sendo: 01 (um) aluno exemplar das séries iniciais do Ensino Fundamental, 01 (um) aluno exemplar das séries finais do Ensino Fundamental, e 01 (um) aluno exemplar do Ensino Médio.

Art. 4º - O Diretor de cada Escola informará o Poder Legislativo Municipal, ao final de cada ano, os alunos exemplares da respectiva escola.

Art. 5º - A homenagem será efetuada através da entrega de medalha em Sessão da Câmara de Vereadores no mês de dezembro.

Art. 6º - As despesas de correntes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações próprias de cada exercício.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1.095/2009 de 15/04/2009.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Atalanta, 18 de junho de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

Aviso de Pregão 050/Pmbr/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 050/PMBR/2014

Tipo: MENOR PREÇO.

Data e horário da sessão de abertura: 07/07/2014 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, sn, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para prestação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal - SMP e Acesso a Internet Banda Larga em Celulares, com a disponibilização em comodato de aparelhos de Estações Móveis Celulares, para atendimento a Secretaria de Educação e Cultura do Município de Balneario Rincão /SC.

Informações: Departamento de Compras, Materiais e Patrimônio - Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, sn, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC. Fone/Fax: (48) 3468-4528/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 23 de Junho de 2014.

Pregoeira

Gisele P. Ferreira.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

Resolução

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO - SC

RESOLUÇÃO Nº 07/2014. Dispõe sobre a retificação do valor do cofinanciamento do Serviço de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Bela Vista do Toldo/SC. O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas competências legais e regimentais e em reunião ocorrida em 11 de junho de 2014, RESOLVE: Artigo 1º - Aprovar a retificação da partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 26.678,16 (vinte e seis mil seiscentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos), referente ao ano de 2014, para ser utilizado 100% (cem por cento) em custeio. Artigo 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Miguel Edival Melniski

Presidente do CMAS

Benedito Novo**PREFEITURA****Aviso de Pregão Presencial Nº 50/2014**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREGÃO PRESENCIAL nº. 50/2014

O Município de Benedito Novo - SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE OLEO DIESEL S-10 PARA ABASTECER OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 10:00h do dia 07 de julho de 2014.

ABERTURA: às 10:05h do dia 07 de julho de 2014.

LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal.

Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02, 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 23 de junho de 2014.

Osnir Floriani
Prefeito

Biguaçu**PREFEITURA****Decreto Nº 081/2014**

DECRETO Nº 081/2014 DE 23 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE BENEFÍCIOS FISCAIS NOS TERMOS DA LEI Nº 2932, DE 29 DE JUNHO DE 2010, À ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos arts 1º e 2º da Lei nº 2932, de 29 de junho de 2010, combinado com os arts 253, 257, 258, 259, 260, 261, 262 e 263, da Lei Complementar nº 3, de 13 de dezembro de 2007, e:

- Considerando a Lei Municipal nº 2.932/2010, que autoriza o Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 253 e seguintes da Lei Complementar nº 3/2007, a conceder a isenção, remissão e anistia, parcial ou total, de taxas exigíveis, decorrentes do exercício do poder de polícia, das entidades declaradas de utilidade pública por esta municipalidade;

- Considerando que de acordo com os documentos e informações que instruem o Processo Administrativo nº 5006/2014, a entidade IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR, inscrita no CNPJ nº 62.955.505/0970-63, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 526 de 22 de abril de 1988, atende os requisitos legais para a obtenção dos benefícios fiscais previstos na Lei Municipal nº 2932/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido nos termos do art. 1º da Lei Municipal nº 2.932/2010 o seguinte benefício fiscal à entidade "IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR", inscrita no CNPJ sob o nº 62.955.505/0970-63, estabelecida na Av. Francisco Roberto da Silva - Jardim Biguaçu:

I - a isenção da Taxa de Alvará para Construção Civil requerida no processo nº 5006/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

Portaria Nº 1696/2014

PORTARIA nº 1696 de 23 de junho de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), OSCAR LUIS GHIDINI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), OSCAR LUIS GHIDINI, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/07/2014 a 30/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/07/2014.

Biguaçu, 23 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1695/2014

PORTARIA Nº 1695/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ENIO HORN, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5321/2014 em anexo no período de 07/06/2014 a 21/06/2014.

Biguaçu, 23 de junho de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1694/2014

PORTARIA Nº 1694/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARINEUZA MARIA DOS SANTOS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5307/2014 em anexo no período de 11/06/2014 a 09/08/2014.

Biguaçu, 23 de junho de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1693/2014

PORTARIA Nº 1693/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SCHIMENI ROSE DA SILVA PEREIRA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5400/2014 em anexo no período de 16/06/2014 a 17/06/2014.

Biguaçu, 23 de junho de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1692/2014

PORTARIA Nº 1692/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SILVANA CESCINETTO DA SILVA GARCIA, ocupante do Cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5398/2014 em anexo no período de 16/06/2014 a 17/06/2014.

Biguaçu, 23 de junho de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1691/2014

PORTARIA Nº 1691/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), EDINEI TEREZA GABRIELA APPI, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5394/2014 em anexo no período de 16/06/2014 a 30/06/2014.

Biguaçu, 23 de junho de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1690/2014

PORTARIA Nº 1690/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JOSE GUILHERME TEIXEIRA DE ARAUJO, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para

Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5339/2014 em anexo no período de 02/06/2014 a 30/07/2014.

Biguaçu, 23 de junho de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1688/2014

PORTARIA nº 1688 de 23 de junho de 2014
Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PAULO DELFINO DE SOUZA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PAULO DELFINO DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRANÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2014 a 30/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 23 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1689/2014

PORTARIA nº 1689 de 23 de junho de 2014
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Francini Martins, ocupante do cargo efetivo de Contador, na Secretaria Municipal da Fazenda, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao servidor Francini Martins, detentor do cargo de provimento efetivo de Contador, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal da Fazenda, inscrito na matrícula funcional nº 9684, a partir de 18/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/06/2014.

Biguaçu, 23 de junho de 2014.
JOAO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1683/2014

PORTARIA nº 1683 de 18 de junho de 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

GERAR VACÂNCIA, do cargo temporário de PROFESSOR I 40HS - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, na Secretaria Municipal de Educação, ocupado pelo(a) servidor(a) ENIO HORN, em virtude de seu óbito, com data de 12/06/2014, de acordo com a certidão de óbito em anexo.

Biguaçu, 18 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1684/2014

PORTARIA nº 1684 de 18 de junho de 2014
Exonera o(a) Servidor(a) Elizabete dos Santos, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais - Servente, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Elizabete dos Santos, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais - Servente, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 18/06/2014.

Biguaçu, 18 de junho de 2014.
JOAO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1685/2014

PORTARIA nº 1685 de 18 de junho 2014
Admitir o (a) Servidor (a) MARIA DE LOURDES DE BORBA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA DE LOURDES DE BORBA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/06/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 18/06/2014.

Biguaçu, 18 de junho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1686/2014

PORTARIA nº 1686 de 18 de junho de 2014

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GUILHERME MULLER MARIA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GUILHERME MULLER MARIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III - EDUCAÇÃO FÍSICA - 10 horas, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 22/06/2014 a 15/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 22/06/2014.

Biguaçu, 18 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1687/2014

PORTARIA nº 1687 de 18 de junho de 2014

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SIDNEI SUTIL DOS REIS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SIDNEI SUTIL DOS REIS, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III - HISTÓRIA - 20 horas, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01/08/2014.

Biguaçu, 18 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Lei Nº 3488/2014

LEI Nº 3488/2014 DE 23 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no montante de até R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	
0801.26.782.0007.1037	Aquisição de Equipamentos Rodoviários	200.000,00
4.4.00.00	Investimentos	200.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	200.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	200.000,00

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1301	SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE TURISMO E LAZER	
1301.27.812.0005.1015	Construção de Equipamentos Esportivos	186.000,00
4.4.00.00	Investimentos	186.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	186.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	186.000,00
0901	SECRETARIA DE DESENV. URBANO E TRANSPORTES	
0901.15.452.0009.1047	Sinalização Turística	14.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	14.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	14.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	14.000,00
	TOTAL	200.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 23 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Lei nº 3488/2014, de 23/06/2014

Sancionada em 23/06/2014

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

Bom Retiro

PREFEITURA

Minuta Resultado Habilitação E Vencedor TP 01/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
RESULTADO DE HABILITAÇÃO E VENCEDOR TOMADA DE PREÇO Nº 01/2014

A Prefeitura Municipal de Bom Retiro comunica aos interessados o resultado da Licitação Tomada de Preços 01/2014, cujo objeto é contratação de Empresa para Prestação de Obras/Serviços de Engenharia para Aquisição e Instalação de 01 (Um) Pórtico Metálico de acesso ao município de Bom Retiro/SC. Empresa Vencedora: Lepi Indústria e Comercio de Relógios Ltda. ME. CNPJ 04.683.763/0001-35, com o valor total de R\$ 291.072,44 (duzentos noventa e um mil setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta seu jurídico e legal efeito.

Bom Retiro, 24 de junho de 2014.
Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

052.14 - Dec. Nom. Alçoni Marinho

DECRETO N.º 052/14 de 23.06.14
Nomeia em Comissão

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

RESOLVE:

Nomear Alçoni Marinho, Brasileiro, para exercer o cargo em comissão de Secretária Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos - Nível 37 do Quadro de Pessoal Comissionado do Município, para ter exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a contar de hoje 23 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de junho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

554.06.14 - P.Lic. Mot. P. Fam. Emilia A. Schiestl

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 554/14 de 18.06.14
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 30 (trinta) dias de licença para acompanhar familiar em Tratamento de Saúde, a contar do dia 09 de junho de 2014 com término no dia 08 de julho de 2014, a Conselheira Tutelar Emilia Alice Schiestl.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de junho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

555.06.14 - P. Cessa Ef. Alçoni Marinho

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 555/14 de 23.06.14
Cessa Efeitos da Portaria N. 247/14 de 13.03.14

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria n.º 247/14 de 13.03.14, que concedeu gratificação mensal, correspondente a 30% do cargo, ao funcionário Alçoni Marinho, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, a contar do dia 23 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de junho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

556.06.14 - P. Lic. Trat. Saúde Maerli Martinhago

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 556/14 de 23.06.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 16 de junho de 2014, a funcionária Maerli Martinhago, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de junho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

557.06.14 - P. Lic. Trat. Saúde Cleodete C. Tome

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 557/14 de 23.06.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 16, 17 e 18 de junho de 2014, a funcionária Cleodete Costa Tomé, ocupante do cargo de Professor I -3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Classificação Chamada Publica 04.2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

CLASSIFICAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2014

Auxiliar de Enfermagem

Nome:	Pontuação:
1 - Sônia Marcia da Silva Peres	2,00
2 - Marlene Hinckel Almeida	0,60

Técnico de Enfermagem Socorrista

Nome:	Pontuação:
1 - Eliane Leandro	1,80
2 - Natália Henrique de Oliveira	1,80
3 - Mariza Aparecida Emerichs	1,20
4 - Andréia de Fátima Pereira	0,60
5 - Bruna Novack da Silva	0,40

Bom Retiro, 23 de junho de 2014.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Hiede Maria Carbonera

Sec. Mun. de Saúde

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço 17 2013 Pmbt

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 17/2013		Data do Registro: 24/06/2013		Válido até: 24/06/2014			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS que objetiva a eventual Contratação de Prestação de Serviços de Perfuração e Detonação de Rochas, com fornecimento de materiais e mão de obra no município de Braço do Trombudo, conforme Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas que acompanha este edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviços de Perfuração e Detonação de Rochas (10830)	M3	EXTRABIT MINERAÇÃO LTDA (8909)		0	8,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 17/2013 Data do Registro: 24/06/2013 Válido até: 24/06/2014
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS que objetiva a eventual Contratação de Prestação de Serviços de Perfuração e Detonação de Rochas, com fornecimento de materiais e mão de obra no município de Braço do Trombudo, conforme Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas que acompanha este edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2013
PROCESSO Nº 29/2013
(8909) - EXTRABIT MINERAÇÃO LTDA

Braço do Trombudo, 24 de Junho de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 33 2013 PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2013

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 33/2013

Data do Registro: 24/09/2013

Válido até: 24/09/2014

Objeto da Compra:

Registro de preço para prestação de serviços de varrição capina e pinturas de meio fio com fornecimento de material e mão de obra para urbanização e limpeza de área urbana sede e núcleo urbano Serril, conforme relação dos nomes de ruas, em anexo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Contratação de empresa para prestação de serviços de varrição capina e pinturas de meio fio com fornecimento de material e mão de obra para urbanização e limpeza da área urbana sede e núcleo urbano Serril, conforme relação dos nomes de ruas em anexo. (11881)	Km/L	SERRANA ENGENHARIA LTDA (8241)		0	1.410.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2013

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 33/2013		Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014			
Objeto da Compra: Registro de preço para prestação de serviços de varrição capina e pinturas de meio fio com fornecimento de material e mão de obra para urbanização e limpeza de área urbana sede e núcleo urbano Serril, conforme relação dos nomes de ruas, em anexo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2013
PROCESSO Nº 61/2013
(8241) - SERRANA ENGENHARIA LTDA

Braço do Trombudo, 24 de Setembro de 2013.

Brusque

PREFEITURA

Lei Nº 3.729, de 18 de Junho de 2014

LEI nº 3.729, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA JOÃO RAIMUNDI, a via classificada como PF-028, transversal da Rua Fernando Zen, bairro Poço Fundo, localizada a 135,00 metros, sentido bairro/centro antes do cruzamento das Ruas Poço Fundo e Fernando Zen.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui a seguinte extensão: trecho 1: 120,00 metros e trecho 2: 145,00 metros, totalizando 265,00 metros; tendo a pista largura de: 5,00 metros no trecho 1 e de 6,00 metros no trecho 2 e passeios de 1,00 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de junho de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

Lei Nº 3712, de 29 de Abril de 2014 Legislativo

Lei Nº 3712, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

Dispõe sobre a implantação de campanha socioeducativa permanente destinada a desestimular a prática de dar esmolas, promovendo a conscientização da população sobre os malefícios ocasionados por essa prática, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A Administração Pública Municipal implantará e promoverá a campanha permanente socioeducativa "Dar esmolas não ajuda", que visa a desestimular a prática de dar esmolas, promovendo a conscientização da população sobre os malefícios ocasionados por essa prática.

Art. 2º Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação promover orientações direcionadas à população sobre as várias opções e ações sociais existentes no Município de Brusque para as quais crianças, jovens, adultos e idosos que se encontram em situação de risco social nas ruas podem ser encaminhados, direcionados e atendidos de forma digna. (artigo promulgado pela Câmara Municipal de Brusque em 17 de junho de 2014)

Art. 3º A Administração Pública Municipal poderá instalar placas educativas destinadas a desestimular a prática de dar esmolas com os seguintes dizeres: "Dar esmolas não ajuda", em locais de grande circulação de pessoas e onde é usual a prática de dar esmolas, como ao lado de semáforos, informando telefones para a população obter informações sobre ações sociais do Município.

§ 1º Ficará a critério do Poder Executivo estabelecer a padronização técnica das placas.

§ 2º A Administração Pública Municipal poderá realizar convênios ou parcerias com a iniciativa privada ou terceiro setor a fim de financiar as placas, em troca de publicidade.

Art. 4º A Prefeitura Municipal também divulgará durante a campanha os benefícios de a população, especialmente as pessoas físicas e jurídicas, fazer doações ao Fundo Municipal da Criança e ao Adolescente, inclusive com direito a declarar o valor doado à Receita Federal, para fins de abatimento no imposto de renda devido, nas condições estabelecidas pelo Governo Federal.

Parágrafo único. As placas também poderão ter o sítio da internet do Conselho e a menção de que as doações poderão ser feitas por esse meio.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário, que constarão dos orçamentos anuais.

Art. 6º Esta lei será regulamentada pelo Executivo Municipal no prazo de 90 (noventa) dias após sua promulgação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de abril de 2014.

Paulo Roberto Eccel

Prefeito Municipal

Lei Nº 3724, de 17 de Junho de 2014 Legislativo

Lei Nº 3724, de 17 de junho de 2014.

Determina que postos e centros de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) disponibilizem ao público as especialidades e horários de atendimento dos profissionais.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei, na forma do Parágrafo 8º do Art. 56 da Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º Os postos e centros de saúde do SUS, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, deverão disponibilizar ao público, de modo facilmente legível e em local visível, os horários de atendimento de todos os seus profissionais de saúde e respectivas especialidades, bem como, o número de consultas por especialidade.

Art. 2º Esta lei entra em vigor após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Brusque, em 17 de junho de 2014.

Guilherme Marchewsky

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Rogério Gamba
Diretor Geral

Lei Nº 3725, de 17 de Junho de 2014 Legislativo

Lei Nº 3725, de 17 de junho de 2014.

Dispõe sobre a instalação de cercas elétricas no município de Brusque e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei, na forma do Parágrafo 8º do Art. 56 da Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º Os proprietários de edificações estabelecidas nesta cidade, que possuam "cercas elétricas" ou venham a instalá-las, deverão adequá-las contra possíveis acidentes que possam constituir perigo comum às pessoas incautas que delas se aproximarem.

Art. 2º As empresas responsáveis pela instalação e manutenção das "cercas elétricas" deverão adaptá-las a uma altura compatível de, no mínimo 2,20 metros de altura, adequada a uma amperagem que não seja mortal, sendo que o local deverá possuir "placas" contendo informações que atentem sobre o perigo iminente, em caso de contato humano e observar a distância mínima de 3 (três) metros da instalação de gás liquefeito de petróleo.

§ 1º A amperagem de que trata o "caput" deste artigo deverá ser estabelecida pelo Executivo Municipal, de modo que não seja mortal e com base em estudos técnicos da ABNT, ABNT NBR IEC 60335-2-76:2007 e, às Normas Técnicas editadas pela International Electrotechnical Commission - IEC, que regem a matéria.

§ 2º A instalação das "cercas elétricas" deverão ser realizadas por empresas com comprovada especialidade técnica, devidamente registrada no CREA, ficando o proprietário ou responsável pelo imóvel obrigado a proceder a manutenção do equipamento a cada 12 (doze) meses, através de profissional habilitado com registro do CREA, mediante ART e, confecção de Laudo Técnico onde deve constar as características da cerca elétrica, nome, CPF e número do registro do CREA do responsável técnico, nome e CPF do proprietário possuidor ou locatário do imóvel.

§ 3º Em caso de não haver concordância com o proprietário do imóvel vizinho, o equipamento deve ser afixado a 45º (quarenta e cinco graus) para o interior do imóvel do proprietário instalante.

§ 4º O proprietário ou ocupante do imóvel, deverá apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização do Município, a ART da instalação e o Laudo Técnico de Manutenção, ambos emitidos por profissional habilitado a que se refere o Parágrafo 2º deste artigo.

Art. 3º Fica estipulado o prazo de 90 (noventa) dias para atendimento ao disposto no "caput" do art. 1º.

Art. 4º O Executivo Municipal disporá, através de Lei Complementar, sobre as multas e penalidades a serem aplicadas às empresas que descumprirem as normas disciplinadas por esta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Brusque, em 17 de junho de 2014.

Guilherme Marchewsky
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Rogério Gamba
Diretor Geral

Lei Nº 3726, de 17 de Junho de 2014 Legislativo

Lei Nº 3726, de 17 de junho de 2014.

Regulamenta exploração de pedágio nas vias públicas e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei, na forma do Parágrafo 8º do Art. 56 da Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º As entidades beneficentes e sem fins lucrativos com sede no Município de Brusque e aquelas não sediadas mas que mantêm com o Município contratos de prestações de serviço na área social, poderão, no máximo, 2 (duas) vezes por ano, coletar auxílios financeiros nas vias públicas, na modalidade de pedágio.

§ 1º Para a promoção do pedágio, a entidade promotora deverá obter a licença junto aos órgãos competentes da Prefeitura Municipal.

§ 2º As entidades não enquadradas no disposto deste artigo, ficam impedidas de promover a coleta de recursos financeiros mediante pedágios.

Art. 2º É expressamente proibido, sob qualquer pretexto, a abordagem de pedestres com a finalidade de angariar recursos financeiros para benefícios de entidades sediadas ou não no Município.

Art. 3º O descumprimento às normas desta Lei, sujeitará ao infrator ou à entidade que este representa a multa de R\$ 500,00 (quinhentos) reais.

Parágrafo único. O valor estabelecido neste artigo será reajustado anualmente com base no percentual inflacionário medido pelo IGPM.

Art. 4º O Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias de sua vigência.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Brusque, em 17 de junho de 2014.

Guilherme Marchewsky
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Rogério Gamba
Diretor Geral

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 6.034

DECRETO Nº 6.034, de 20 de junho de 2014.

Suplementa e anula dotações orçamentárias, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto na Lei nº 3.132, de 18 de junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, na importância de R\$ 1.641.000,00 (um milhão e seiscentos e quarenta e um mil reais):

02.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações DiretasR\$ 50.000,00

02.09 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

22.661.0027.2.101 - Manutenção do Parque de Exposições

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.0017.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações DiretasR\$ 80.000,00

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.046 - Aplicação Recursos do FUNDEB 60%

3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00
Total R\$ 1.641.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 1.641.000,00 (um milhão e seiscentos e quarenta e um mil reais):

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.162 - Contribuição Financeira a Centros Comunitários

3.3.50.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.0017.1.057 - Construção e Manutenção de Abrigos para Passageiros

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações DiretasR\$ 19.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

15.451.0017.2.076 - Manutenção do Cemitério Municipal

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações DiretasR\$ 9.000,00

15.451.0017.2.077 - Manutenção, Revitalização e Limpeza de Praças e Ruas

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

17.512.0017.1.052 - Canalização de Córregos

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

16.01 - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR

15.451.0034.2.014 - Manutenção do IPPUC

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.0011.2.055 - Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00
Total R\$ 1.641.000,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Decreto Nº 6.035

DECRETO Nº 6.035, de 20 de junho de 2014.

Abre crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Secretaria de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto na Lei nº 3.131, de 18 de junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Secretaria de Educação, na importância de R\$ 250.521,00 (duzentos e cinquenta mil e quinhentos e vinte e um reais), conforme segue:

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação

3.3.90.00.0022 - Aplicações Diretas R\$ 8.031,00

4.4.90.00.0022 - Aplicações Diretas R\$ 242.490,00

Total R\$ 250.521,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos

financeiros recebidos através do Convênio nº 01.0005.00/2011, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Município de Caçador, que tem por objeto à implantação do programa de inclusão social e digital para promoção ao acesso e ampliação de conhecimentos em comunidades rurais e urbanas no Município de Caçador.

Art. 3º Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Secretaria de Educação, na importância de R\$ 244.999,34 (duzentos quarenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos), conforme segue:

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.1.030 - Construção, Ampliação e Reformas de Escolas Municipais

4.4.90.00.0022 - Aplicações Diretas R\$ 244.999,34

Total R\$ 244.999,34

Art. 4º Para atender o disposto no art. 3º, serão utilizados recursos financeiros recebidos através do Termo de Compromisso PAC2 10329/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, destinado à construção de 01 (uma) cobertura de quadra esportiva escolar, situada na EMEB Dr. Ulysses Guimarães.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Decreto Nº 6.036

DECRETO Nº 6.036, de 20 de junho de 2014.

Suplementa e anula dotações orçamentárias, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto na Lei nº 3.133, de 18 de junho de 2014,

DECRETA :

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, na importância de R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.0011.1.036 - Construção, Ampliação e Reformas de Centros de Educação Infantil

4.4.90.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 116.000,00

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação

4.4.90.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0017.1.051 - Construção e Reformas de Pontes, Pontilhões e Bueiros

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

02.09 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

22.661.0027.2.101 - Manutenção do Parque de Exposições

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.013 - Contribuições Financeiras a Entidades

3.3.50.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Total R\$ 324.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais):

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.0017.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

15.451.0017.1.057 - Construção e Manutenção de Abrigos para Passageiros

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

17.512.0017.1.052 - Canalização de Córregos

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.1.003 - Aquisição de Veículos

4.4.90.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria da Educação

3.3.90.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 116.000,00

02.12 - FUNDO MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO

15.452.0020.1.048 - Pavimentação de Vias Públicas

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL

01.031.0001.1.191 - Modernização Estrutura Patrimonial

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Total R\$ 324.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Aviso de Dispensa de Licitação 04-2014 - FMS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DISPENSE Nº 04/2014 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Caçador, SC, torna público a DISPENSA de licitação nº 04/2014 para Locação de Imóvel, Localizado na Av. Santa Catarina nº 400, na cidade de Caçador -SC, para funcionamento da Farmácia Central, para o período de 12 (dose) meses, pelo valor Total de R\$ 55.632,00 (cinquenta e cinco mil seiscentos e trinta e dois reais), nos termos do Artigo 24, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Maiores Informações poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sítio Av. Santa Catarina 195 - Centro, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 09 de junho de 2014.
REJANE SERAFINI
Secretária Municipal de Saúde

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 10-2014 - FMS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2014 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Caçador, SC, torna público a Inexigibilidade de licitação nº 10/2014 para Contratação da Psicóloga Adriana Ribas, para atendimento da Paciente Maria Alice Carvalho, em tratamento, conforme Ordem Judicial, pelo período de 12 (dose) meses, com valor Total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), nos termos do Artigo 24, Inciso IV, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Maiores Informações poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sítio Av. Santa Catarina 195 - Centro, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 16 de junho de 2014.
REJANE SERAFINI
Secretária Municipal de Saúde

Aviso de Dispensa de Licitação 06-2014 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR
DISPENSE DE LICITAÇÃO Nº 06/2014

O Município de Caçador/SC, torna público a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2014, para LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL COM 67,69 M2, Localizado na Av. Santa Catarina nº 234 - Centro, de propriedade da Mitra Diocese de Caçador, para Funcionamento do Arquivo da Prefeitura de Caçador, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 83.059.758/0001-22, pelo valor total de R\$ 7.800,00, (

sete mil oitocentos reais) com prazo de vigência para 12(doze) meses, nos termos do artigo 25, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador/SC, 23 de junho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR 63-2014 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2014
TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de UNIFORMES, destinados aos servidores Municipais das diversas Secretarias, Fundos e Fundações de Caçador - SC
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 10/07/2014.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 10/07/2014.
Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 22 de junho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Camboriú

PREFEITURA

PR 59/14 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 059/2014-PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA COM VISTAS A REALIZAÇÃO, MEDIANTE CONTRATO ESPECÍFICO, DE LEILÃO PÚBLICO DE BENS INSERVÍVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PERCENTUAL SOBRE O VALOR DA ARREMATACÃO.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 07 (Sete) de Julho de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 23 de Junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Ata de Registro de Preços do PR 57/14 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 057/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 033/2014 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 23/06/2015
1ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PR 12/14 - FME

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 012/2014 - FME - Ata do Sistema

de Registro de Preços 001/2014 - FME - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA REPOSIÇÃO NAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 17/06/2015
1ª Publicação.

RESUMO DO CONTRATO Nº 076/2014

RESUMO DE CONTRATO

PMC

Contrato nº 076/2014

Processo: Tomada de Preço nº. 006/2014

Contratado: MINAS ENGENHARIA LTDA -EPP

Data: 23/06/2014

Prazo: 04 (quatro) meses

Valor: R\$ 344.843,53 (Trezentos e quarenta e quatro mil oitocentos e quarenta e três reais e cinquenta e três centavos)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO E READEQUAÇÃO DE PASSEIOS, RAMPAS, TRAVESSIAS, SINALIZAÇÃO, COM O OBJETIVO DE COMPLEMENTAR E QUALIFICAR O ACESSO AO SISTEMA DE TRANSPORTE; MELHORIA DOS ENTORNOS DOS TERMINAIS: CALÇADAS (LARGURA, CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO, RAMPAS DE ACESSO), ELIMINAÇÃO/REMANEJAMENTO DE BARREIRAS (TELEFONES PÚBLICOS, ÁRVORES, LIXEIRAS, EXTINTORES DE INCÊNDIO, PLACAS DE COMUNICAÇÃO), CONFORME PROJETO EM ANEXO.

MARCIO DA ROSA
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 1216/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1216/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KOH0971	54948811E	6599/2	27/04/2014	230 * V
MBA3371	54946112E	6599/2	26/04/2014	230 * V
MBA8044	54948835E	6599/2	29/04/2014	230 * V
MBA8044	54948837E	5045/0	29/04/2014	162 * V
MDR2141	54949124E	5010/0	29/04/2014	162 * I
MGG8176	54948812E	6610/2	27/04/2014	230 * VII
MGU7514	54946150E	6599/2	29/04/2014	230 * V
MGU7514	54949351E	5045/0	29/04/2014	162 * V
MJW6992	54948919E	6912/0	02/05/2014	232
MKA9331	54946147E	6599/2	28/04/2014	230 * V
MMA6701	54948560E	5169/1	20/04/2014	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 23 DE JUNHO DE 2014

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1217/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1217/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MF6883	54948836E	7030/2	29/04/2014	244 * I
MJV2211	54949266E	5568/0	01/05/2014	181 * XIX
MKB8799	54948736E	5541/6	25/04/2014	181 * XVII
MKI3915	54948737E	5185/1	25/04/2014	167
MKS9783	54949009E	7366/2	27/04/2014	252 * VI
MLJ5394	54948718E	5525/0	21/04/2014	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 23 DE JUNHO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

Ata Tomada de Preços 51/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório TP nº 51/2014)

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às nove horas e trinta minutos, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Viviane Inês Fernandes Caldas Schiavenin e Jefferson Jean Duvoisin, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.125 de 06 de janeiro de 2014) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 51/2014, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o Fornecimento de material e mão de obra para execução de Obra de Arte Especial, consistindo em 01 PONTE DE CONCRETO ARMADO, 02 VIAS, COM PASSARELAS PARA PEDESTRE. Os recursos são provenientes do Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM (criado pela lei 16.037 e regulamentado pelo decreto 1.621). Inicialmente o Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) da única empresa proponente: ABRIX CONSTRUTORA LTDA - CNPJ 07.973.179/0001-02. A empresa ABRIX CONSTRUTORA LTDA credenciou como representante na sessão o Sr. Jairo de Abreu. Conforme desistência de recurso quanto o julgamento dos documentos de habilitação, passou-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito menor preço GLOBAL, com fixação de valor máximo unitário. As propostas foram analisadas e rubricadas pelos membros da Comissão e sendo assim, a Comissão julgou a empresa ABRIX CONSTRUTORA LTDA vencedora da presente licitação com o valor global de R\$ 309.649,91. Está aberto prazo recursal que trata a Lei de Licitações, quanto o julgamento das propostas. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Irineu Woitskovski Junior
Presidente da Comissão de Licitação

Viviane Inês Fernandes Caldas Schiavenin
Secretária

Jefferson Jean Duvoisin
Membro

Jairo de Abreu
ABRIX CONSTRUTORA LTDA

Decreto Nº 8.415 de 23 de Junho de 2014

DECRETO Nº 8.415 DE 23 DE JUNHO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:
Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na seguinte Dotação no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.511 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do CRAS	
300000.00.499 -	Despesas Correntes	
330000.00.499 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.499 -	Aplicações Diretas	
339036.00.499 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.511 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do CRAS	
300000.00.499 -	Despesas Correntes	
330000.00.499 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.499 -	Aplicações Diretas	
339030.00.499 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.028 de 23 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.028 DE 23 DE JUNHO DE 2014

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, LUCIA SALETE KUJASKY, Matrícula Funcional nº 000121, Registro no Sistema sob nº 297000, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 15 de abril de 2011 á 15 de abril de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de junho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.029 de 23 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.029 DE 23 DE JUNHO DE 2014

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, ELISABET SCHINDLER, Matrícula Funcional nº 000129, Registro no Sistema sob nº 297420, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 02 de maio de 2011 á 02 de maio de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de junho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata Tomada de Preços 52/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório TP nº 52/2014)

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Viviane Inês Fernandes Caldas Schiavenin e Jefferson Jean Duvoisin, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.125 de 06 de janeiro de 2014) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 52/2014, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o fornecimento de material e mão de obra para execução de Obra de Pavimentação nas seguintes ruas: José

Endler, Estanislau Milchewski, Francisco Narlock, Estanislau Ossoski e Rodolfo Heide, localizadas no Distrito de Bateias de Baixo, neste Município. Os recursos são provenientes do Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM (criado pela lei 16.037 e regulamentado pelo decreto 1.621). Valor reservado: R\$ 796.678,61 (setecentos e noventa e seis mil, seiscentos e setenta e oito reais e sessenta e um centavos) para o LOTE 01 e R\$ 162.963,35 (cento e sessenta e dois mil, novecentos e sessenta e três reais e trinta e cinco centavos) para o LOTE 02.

Inicialmente o Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) das empresas proponentes: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA - CNPJ 03.620.927/0001-12, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA - CNPJ 03.574.370.0001-20, BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA - CNPJ 76.601.053/0001-20 e IMPACTO ENGENHARIA LTDA - CNPJ 04.989.180/0001-37. A empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA credenciou como representante na sessão o Sr. Thiago Paul, a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA credenciou como representante na sessão o Sr. Giovani Benvenutti, a empresa BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA credenciou como representante na sessão o Sr. Adolar Romeu Brand e a empresa IMPACTO ENGENHARIA LTDA credenciou como representante na sessão o Sr. Laércio Telles.

Após, procedeu-se a abertura dos envelopes "documentos" das empresas proponentes, sendo todas consideradas HABILITADAS. Conforme desistência de recurso quanto o julgamento dos documentos de habilitação, passou-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR LOTE, com fixação de valor máximo unitário.

As propostas foram analisadas e rubricadas pelos membros da Comissão e sendo assim, a Comissão julgou a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA vencedora do Lote 01, com o valor global de R\$ 613.314,22. Sendo que empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 673.193,41 e a empresa BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 732.531,59.

A empresa IMPACTO ENGENHARIA LTDA foi declarada vencedora do Lote 02, com o valor global de R\$ 146.669,76. Sendo que empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 151.555,92.

Está aberto prazo recursal que trata a Lei de Licitações, quanto o julgamento das propostas. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Irineu Woitskovski Júnior
Presidente da Comissão de Licitação

Viviane Inês Fernandes Caldas Schiavenin
Secretária

Jefferson Jean Duvoisin
Membro

Giovani Benvenutti
Empreiteira de Mão de Obra Adrimar Ltda

Adolar Romeu Brand
Bracor Corretora de Seguros Ltda

Laércio Telles
Impacto Engenharia Ltda

Thiago Paul
Paviplan Pavimentação Ltda

Campos Novos

SAMAE - CAMPOS NOVOS

Ext Ct222014

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO CNO Nº. 020/2014
PROCESSO - 12/2014
CONTRATO CNO Nº 22/2014
DATA DE ASSINATURA: 20 de junho de 2014

OBJETO: Prorrogação de prazo do contrato original referente a execução de serviço de perfuração de poço semiartesiano-Dist. Boa Esperança

CONTRATADA: PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA- EPP

VALOR R\$: 24.190,00 (vinte e quatro mil, cento e noventa reais).

PRAZO: prorroga-se por 90 (noventa) dias, a vigência do contrato cno 20/2014 com término previsto para dia 20.09.2014

Campos Novos - SC, 20 de Junho de 2014.
JOEL FRANSCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação do Termo Aditivo de Contrato N. PMC 04-08/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 04-08/2013
SUPRESSÃO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 05/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 04/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 04-08/2013 referente ao contrato n.º PMC 08/2013. Data do Aditivo: 20/06/2014. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTOS E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL DO PROGRAMA PROJovem TRABALHADOR - JUVENTUDE CIDADÃ E DAS DESPESAS DE GESTÃO E APOIO, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERENCIA Contratada: COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS EM SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE SANTA CATARINA, CNPJ: 07.164.702/0001-50. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica suprimido o valor do contrato, em virtude da evasão de jovens do Programa, o valor de R\$ 64.680,00 (sessenta e quatro mil seiscientos e oitenta reais).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação da Homologação dos Processos Licitatórios N. PMC 89/2014, 88/2014 E 83/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/14
HOMOLOGAÇÃO: 23/06/14
CONTRATADO: AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E POLICIA CIVIL.
VALOR DA DESPESA: R\$ 33.200,00 (trinta e três mil e duzentos reais)

DATA: 23/06/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/14
HOMOLOGAÇÃO: 23/06/14
CONTRATADO: LOURIVAL PAUL-ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E POLICIA CIVIL.
VALOR DA DESPESA: R\$ 43.780,00 (quarenta e três mil setecentos e oitenta reais)

DATA: 23/06/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/14
HOMOLOGAÇÃO: 23/06/14
CONTRATADO: IHM AUTO MECANICA LTDA.
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E POLICIA CIVIL.
VALOR DA DESPESA: R\$ 47.160,00 (quarenta e sete mil cento e sessenta reais)

DATA: 23/06/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/14
HOMOLOGAÇÃO: 23/06/14
CONTRATADO: CODIPAVE AUTO MECÂNICA E PEÇAS LTDA EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E POLICIA CIVIL.
VALOR DA DESPESA: R\$ 21.200,00 (vinte e um mil e duzentos reais)

DATA: 23/06/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/14
HOMOLOGAÇÃO: 23/06/14
CONTRATADO: IMAGEM PESQUISA E CONSULTORIA LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ÁREA DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, AVALIAÇÃO DE CLIMA ORGANIZACIONAL E AVALIAÇÃO ADMINISTRATIVA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais)
DATA: 23/06/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/14
HOMOLOGAÇÃO: 23/06/14
CONTRATADO: MALLON & CIA LTDA.
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO UTILITÁRIO, ZERO QUILOMETRO, CARROCERIA ABERTA, DESTINADO A DEFESA CIVIL DESTE MUNICIPIO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 33.500,00 (trinta e três mil e quinhentos reais)

DATA: 23/06/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

CÂMARA MUNICIPAL

Lei Nº 5.329, de 20/05/2014

LEI Nº 5.329, de 20/05/2014

AUTORIZA ALVARÁ PROVISÓRIO DE TAXI

O Vereador Neno Pangratz, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, nos termos do Art. 44, § 7º, da Lei Orgânica do Município; Faço saber que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica concedido alvará de funcionamento provisório de Ponto de Táxi para Genivaldo Belinski, portador do CPF nº 055.740.079-16, ocupando a vaga nº 37 no ponto nº 04 da Praça João XXIII.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 5042, de 21/11/2012.

Canoinhas/SC, 20 de maio de 2014.

Vereador Neno Pangratz

Presidente da Câmara

Registrada e publicada a presente Lei na Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 20/05/2014.

José Luiz Lacowicz

Secretário Legislativo

Lei Nº 5.330, de 20/05/2014

LEI Nº 5.330, de 20/05/2014

AUTORIZA ALVARÁ PROVISÓRIO DE TAXI

O Vereador Neno Pangratz, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, nos termos do Art. 44, § 7º, da Lei Orgânica do Município; Faço saber que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica concedido alvará de funcionamento provisório de Ponto de Táxi para Jonas Rodrigues, portador do CPF nº 006.898.479-04, ocupando a vaga nº 01 (um) no ponto nº 15 na Praça Walde-miro de Andrade.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 5003, de 14/08/2012.

Canoinhas/SC, 20 de maio de 2014.

Vereador Neno Pangratz

Presidente da Câmara

Registrada e publicada a presente Lei na Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 20/05/2014.

José Luiz Lacowicz

Secretário Legislativo

Lei Nº 5.347, de 16/06/2014

LEI Nº 5.347, de 16/06/2014

AUTORIZA ALVARÁ PROVISÓRIO DE TAXI

O Vereador Neno Pangratz, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, nos termos do Art. 44, § 7º, da Lei Orgânica do Município; Faço saber que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica concedido alvará de funcionamento provisório de Ponto de Táxi para Taxi Classic Ltda, CNPJ nº 15.572.491/0001-12, ocupando a vaga nº 02 (dois) no ponto 01.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 16 de junho de 2014.

Vereador Neno Pangratz

Presidente da Câmara

Registrada e publicada a presente Lei na Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 16/06/2014.

José Luiz Lacowicz

Secretário Legislativo

Resolução Nº 1.041, de 30/05/2014

RESOLUÇÃO Nº 1.041, de 30/05/2014

CONCEDE LICENÇA

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Canoinhas, nos termos do do Regimento Interno, promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º Fica concedida licença ao Vereador João Grein, nos termos do Art. 31, I, da Lei Orgânica do Município - LOM, combinado com o Art. 198, II, do Regimento Interno, no período de 31 de maio de 2014 à 30 de junho de 2014.

Art. 2º Fica convocado o suplente de Vereador Laudecir Maciel para assumir a vaga durante o período da licença.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 30 de maio de 2014.

Vereador Neno Pangratz

Presidente

Vereador Pike

1º Secretário

Vereador Chiquinho da Silva

2º Secretário

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 30/05/2014.

José Luiz Lacowicz

Secretário Legislativo

Resolução Nº 1.042, de 11/06/2014

RESOLUÇÃO Nº 1.042, de 11/06/2014

DETERMINA PROCEDIMENTO PARA AS SESSÕES LEGISLATIVAS

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Canoinhas faz saber, que o Plenário decidiu e eu promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º Fica determinado que nas sessões legislativas ordinárias e extraordinárias, somente participarão dos trabalhos os funcionários comissionados e funcionários que ganham tempo integral.

Art. 2º Eventualmente e mediante convocação da mesa diretora, servidores efetivos participarão das sessões legislativas.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 11 de junho de 2014.

Vereador Neno Pangratz

Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 11/06/2014.

José Luiz Lacowicz

Secretário Legislativo

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 089/2014

DECRETO Nº 089, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

Aprova desmembramento e anexação de áreas na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Complementar nº 140, de 1º de junho de 2011, que dispõe sobre o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento em que é requerente Rosalina Dalapria inscrita no CPF sob o nº 551.559.319-53, referente ao imóvel com área de 570,00 m² (quinhentos e setenta metros quadrados), situado na Rua 05, atual Rua Francisco Assis Almeida, Lote nº 22, Quadra nº "A" atual Quadra nº 134A do Mapa Urbano desta cidade, registrado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº 6.036, Livro nº 2 - Z, Fls. 016, de propriedade do requerente, na forma a seguir especificada:

Parágrafo único. O desmembramento que trata o caput do art. 1º nos termos da Planta Topográfica, Memorial Descritivo e demais documentos anexos, que fazem parte integrante do presente Decreto, mantido os ônus eventualmente existentes e/ou constantes nas certidões representadas, fica especificada da seguinte forma:

I - Área Total lote nº 22 Matrícula nº 6.036 570,00 m²

a) Lote nº 22 Quadra nº 134A 414,82 m²

b) Área desmembrada 155,18 m²

Art. 2º A área resultante do desmembramento citada na alínea "b" do artigo 1º, fica anexada ao imóvel a seguir especificado:

II - Lote sem denominação com área de 332,25 m² (trezentos e trinta e dois vírgula vinte e cinco metros quadrados), situado na Avenida José Leonardo Santos esquina com a Rua Francisco Assis Almeida, Quadra nº 134A do Mapa Urbano desta cidade, registrado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº 24.118, Livro nº 2 - BT, Fls. 157, de propriedade de Antonio Bressan inscrito no CPF sob nº 136.577.129-68 e Aurora Moro Bressan inscrita no CPF nº 312.973.669-72;

Parágrafo único. A anexação que trata o caput deste artigo nos termos da Planta Topográfica, Memorial Descritivo e demais documentos anexos, que fazem parte integrante do presente Decreto, mantido os ônus eventualmente existentes e/ou constantes nas certidões representadas, fica especificada da seguinte forma:

I - Área Total Unificada - Lote nº 23, Quadra 134A 487,43 m²

a) Área desmembrada 155,18 m²

b) Área do terreno Matrícula nº 24.118 - Lote sem denominação 332,25 m²

Art. 3º Todas as alterações resultantes do desmembramento e anexação de áreas, após a publicação do presente Decreto, serão computadas ao Cadastro de Contribuintes do Município e o recolhimento de tributos, será de inteira responsabilidade dos proprietários, enquanto não se proceder à baixa e a transferência em nome do comprador, mediante a apresentação da Escritura Pública, mantidos os ônus que eventualmente incidirem sobre os imóveis desmembrados e anexados.

Art. 4º Dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar desta data, os requerentes/proprietários, pela via legal, submeterão o desmembramento e a anexação de áreas para registro no Ofício de Registro de Imóveis de Capinzal, na forma da legislação vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 23 de junho de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

Catanduvas

PREFEITURA

Lei Nº 2.455/2014, de 18 de Junho de 2014

LEI Nº 2.455/2014, de 18 de junho de 2014.

"Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas e do subsídio dos vereadores da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas/SC, e dá outras providências"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica concedida revisão geral anual de cinco vírgula oitenta e dois por cento (5,82%) na remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas e no subsídio dos vereadores da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas/SC.

§ 1º O percentual previsto no caput deste artigo corresponde à revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal, destinada a preservar o poder aquisitivo decorrente da variação de Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE acumulado de 1º de maio de 2013 a 30 de abril de 2014.

§ 2º A remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas e o subsídio dos vereadores da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas/SC não poderá exceder o subsídio da Prefeita, em observância ao que dispõe o art. 37, inciso XI da Constituição Federal, aplicando-se o percentual disposto no art. 1º desta lei até o limite Constitucional.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas/SC.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de maio de 2014, revogando-se as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 18 de junho de 2014.

Gisa Aparecida Giacomini
Prefeita Municipal

Claudinei Antonio Sella
Sec. Municipal de Administração

Caxambu do Sul

PREFEITURA

Aviso de Licitação 37/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 37/2014

Edital: Pregão Presencial Nº.: 28/2014

Tipo: Menor Preço/Por Item.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE FISIOTERAPEUTA ACUPUNTURISTA COM CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS SEMANAIS, PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO JUNTO A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.

Entrega dos Envelopes: 13h55min do dia 04 de Julho de 2014.

Abertura dos Envelopes: 14h00min do dia 04 de Julho de 2014.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br.

CAXAMBU DO SUL, 23 DE JUNHO DE 2014.

VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

Termo Ratificação Edital 35/2014

PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO 35/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 27/2014.

O Município de Caxambu do Sul, SC, com sede na Rua Índio Conda nº 55, centro, através de seu Prefeito Municipal Senhor Vilmar Foppa, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado, no que segue:

Cláusula Primeira: Ficam excluídos os itens 5.2 e 5.3 do referido Edital, constantes na Habilitação.

Cláusula Segunda: Alterar a data de entrega dos envelopes, credenciamento, abertura das propostas de preço e sessão de disputa de preço para dia 04/07/2014 às 09h00min.

Cláusula Terceira: Permanecem inalteradas e por este Termo ratificadas as demais cláusulas do Edital de Licitação 35/2014 - Pregão Presencial 27/2014 e seus anexos.

Caxambu do Sul, 23 de Junho de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Celso Ramos**PREFEITURA****Extrato 42 E 41**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
PREGÃO PRESENCIAL 42/2014
PROCESSO: 63/2014

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL: 42/2014, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a: AQUISIÇÃO DE UMA MÁQUINA SEMEADORA/ADUBADORA PARA PLANTIO DIRETO, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESCRITO NO ANEXO I DESTES EDITAIS, DE ACORDO COM CONVÊNIO COM A SECRETARIA DO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL/SC, SOB NÚMERO: 2014001259, DO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA: 2013000915.

Entrega da documentação e proposta até as 15H do dia 07/07/2014, na SALA DE LICITAÇÕES
Informações pelo fone 49-3547-1211 - setor de Licitações.

Celso Ramos, 23 DE JUNHO DE 2014
ILDO PELOZATO
PREFEITO EM EXERCÍCIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
PREGÃO PRESENCIAL 41/2014
PROCESSO: 62/2014

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL: 41/2014, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a: AQUISIÇÃO DE DOIS DISTRIBUIDORES DE CALCÁRIO/ADUBO, COM VOLUME DE CARGA DE NO MÍNIMO 2.75M3, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESCRITO NO ANEXO I DESTES EDITAIS, DE ACORDO COM CONVÊNIO COM A SECRETARIA DO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL/SC, SOB NÚMERO: 2014001795, DO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA: 20130001124.

Entrega da documentação e proposta até as 14H do dia 07/07/2014, na SALA DE LICITAÇÕES
Informações pelo fone 49-3547-1211 - setor de Licitações.

Celso Ramos, 23 DE JUNHO DE 2014
ILDO PELOZATO
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Cocal do Sul**PREFEITURA****Lei N. 1.205**

LEI Nº. 1.205, de 18 de junho de 2014.
CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL, BEM COMO ABONO DE FÉRIAS, GRATIFICAÇÃO DE SOBRE AVISO, CESTA BÁSICA, BOLSA GRADUAÇÃO, BOLSA PÓS GRADUAÇÃO, PRÊMIO INCENTIVO, PERICULOSIDADE, AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica concedido aos Servidores Públicos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Município, não contemplados pela Lei 1.191/2014, o reajuste salarial de 7,00% (sete por cento) em parcela única, a partir de 1º de maio do corrente ano, assim discriminado:

I - 5,81%(cinco vírgula oitenta e um por cento) a título de reposição salarial, baseado no INPC no período de maio de 2013 a abril de 2014, fundamentando-se o disposto no art. 73, inc. VIII da Lei 9.504/97.

II - 1,19%(um vírgula dezenove por cento) a título de ganho real. Parágrafo único. Os adicionais remuneratórios mencionados no caput deste artigo incidirão sobre todas as parcelas remuneratórias vigentes para o Quadro de Pessoal respectivo, bem como sobre os valores das funções gratificadas, abonos, aposentadorias e pensões dos servidores do Município.

Art. 2º Fica concedido abono de férias, no valor de R\$ 150,00(cento e cinquenta reais), a todos os servidores por ocasião da concessão de férias.

§ 1º. O abono previsto neste artigo tem caráter temporário, não se incorporando à remuneração dos servidores e terá efeitos a partir de 1º de maio de 2014.

§ 2º. No caso de rescisão de contrato de trabalho, o abono será pago na rescisão.

Art. 3º Fica concedido gratificação de R\$ 265,00(duzentos e sessenta e cinco reais), aos motoristas que realizarem horas de sobre aviso, no Conselho Tutelar.

Art. 4º Fica concedido cesta básica, aos servidores públicos municipais ativos, que trabalham 40 horas semanais, cujo salário base inicial seja de até R\$ 965,00(novecentos e sessenta e cinco reais) mensais, a título de prêmio incentivo.

Parágrafo único. Fica condicionado esta concessão, a inexistência de faltas injustificadas e no máximo 02(duas) faltas mensais por servidor justificadas por atestado médico, exceto em caso de acidente de trabalho.

Art. 5º Fica concedido bolsa graduação no percentual de 30%(trinta por cento) e 20%(vinte por cento) para bolsa pós graduação, do valor referente à mensalidade do curso, somente aos servidores municipais efetivos.

Parágrafo único. Fica condicionado o pagamento desta bolsa, à apresentação mensal do boleto pago referente a mensalidade do

curso.

Art. 6º Fica concedido a cada ano trabalhado, ao servidor que tiver até 04(quatro) faltas justificadas por atestado médico e nenhuma injustificada, exceto em caso de acidente de trabalho, um abono especial de R\$ 130,00 (cento e trinta reais), não cumulativo.

Parágrafo único. O pagamento deste abono será no mês de abril de cada ano.

Art. 7º Fica concedido um adicional de 30%(trinta por cento) de periculosidade aos ocupantes do cargo de Vigia, conforme Lei Federal n. 12.740, de 08 de dezembro de 2012.

Art. 8º As disposições da presente lei são extensivas, no que couberem, aos demais Poderes e aos Agentes Políticos do Município.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem a partir de 1º de maio de 2014.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de junho de 2014.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Lei N. 1.206

LEI Nº 1.206, de 18 de junho de 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER CESTA BÁSICA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, REVOGA A LEI Nº. 873, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2008, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o chefe do Poder Executivo Municipal a conceder cesta básica aos servidores públicos municipais ativos, nos termos desta Lei.

Art. 2º A cesta básica a ser entregue conterá gêneros alimentícios de primeira necessidade, composta dos seguintes itens:

- a) 5 kg farinha de trigo;
- b) 5 kg arroz;
- c) 5 kg açúcar;
- d) 3 latas de óleo de soja;
- e) 2 kg feijão;
- f) 1 kg sal;
- g) 1 pacote de bolacha;
- h) 10 litros de leite Integral - embalagem longa vida;
- i) 1 kg macarrão;
- j) 1 kg café;
- k) 1 kg de farinha de mandioca;
- l) 1 kg de farinha de milho;
- m) 2 dúzias de ovos.

Art. 3º São considerados servidores públicos municipais, para efeitos do artigo 1º desta Lei, todos os servidores efetivos, ocupantes de cargo em comissão e os admitidos ou contratados pela municipalidade.

Art. 4º A cesta básica será concedida de forma mensal para os servidores cujo salário base inicial seja de até R\$ 965,00 (novecentos e sessenta e cinco reais) e, cuja carga horária semanal seja de 40 (quarenta) horas.

§ 1º. Os valores expressos em reais na presente Lei, sofrerão

reajuste na mesma época e no mesmo índice de correção dos salários do funcionalismo público municipal.

§ 2º. Fica condicionado esta concessão, a inexistência de faltas injustificadas e no máximo 02(duas) faltas mensais por servidor justificadas por atestado médico, exceto em caso de acidente de trabalho.

§ 3º. Compete ao Setor Pessoal informar mensalmente a relação dos servidores que farão jus ao benefício instituído por esta lei.

Art. 5º O benefício instituído por esta lei:

- I - não tem natureza salarial ou remuneratória;
- II - não se incorpora à remuneração do servidor para quaisquer efeitos;
- III - não é considerado para efeito do pagamento do 13º(décimo terceiro) salário e férias;
- IV - não constitui base de cálculo de contribuição previdenciária ou de assistência à saúde;
- V - não configura rendimento tributável ao servidor.

Art. 6º Os procedimentos administrativos relacionados à aquisição serão de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 7º A cesta básica será entregue até o dia 15 de cada mês.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se a Lei n. 873, de 13 de fevereiro de 2008.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de junho de 2014.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planj., Fazenda e Finanças Públicas

Termo Aditivo N. 14/2014

TERMO ADITIVO Nº 14/2014, DE 11 DE JUNHO DE 2014.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 47/2014, DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA O PROJETO DE INICIAÇÃO ESPORTIVA - OFICINA DO ATLETA, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, E A EMPRESA WZ MULTIESPORTES LTDA - ME.

Primeiro Termo Aditivo do Contrato de aquisição de materiais esportivos para o projeto da iniciação esportiva - Oficina do Atleta, conforme Contrato de Apoio Financeiro n. 2013TR0003305 do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte, nós abaixo assinados, de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, estabelecido na Av. Dr. Polidoro Santiago, 519 - C.P. 01, inscrito no CNPJ sob o número 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal ADEMIR MAGAGNIN, e de outro lado, como CONTRATADO, a empresa WZ MULTIESPORTES LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida Av. 25 de julho, nº. 2.500, Centro, Forquilha/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.937.057/0001-23, temos justo e contratado o que a seguir se descreve.

CLÁUSULA PRIMEIRA - ACRESCIMO DE VALORES

Fica acrescido mais R\$ 10.023,00(dez mil e vinte e três reais) ao

valor constante da Clausula Sexta - Do Preço, do Contrato nº. 47/2014, de 03 de abril de 2014, para aquisição de mais itens da licitação, conforme Ofício SOL n. 1642/2014, deferido pelo Comitê Gestor de Esportes. A aquisição se dá por conta das sobras de recursos do Convenio e aplicação financeira pela não utilização do total do recurso repassado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do Contrato Nº. 47/2014, de 03 de abril de 2014, permanecem inalteradas.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Contrato para que produza os efeitos do direito, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 11 de junho de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN WZ MULTIESPORTES LTDA - ME
Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

_____ ;

_____ .

Extrato de Contrato N. 71/14

EXTRATO DO CONTRATO Nº 71/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 55/PMCS/2014. Modalidade: Pregão Presencial n. 28/PMCS/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: JAZIDA DE AREÃO RECCO EIRELI - ME. ASSINATURA: 23/06/2014. VIGÊNCIA: 31/12/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 0901.2035.3390(106);(107)OBJETO: aquisição de saibro a granel de primeira categoria. VALOR: R\$ 53.781,00(cinquenta e três mil setecentos e oitenta e um reais).

Extrato de Contrato N. 72/14

EXTRATO DO CONTRATO Nº 72/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 55/PMCS/2014. Modalidade: Pregão Presencial n. 28/PMCS/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: TERRAPLANAGEM JULIMAR LTDA - ME. ASSINATURA: 23/06/2014. VIGÊNCIA: 31/12/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 0901.2035.3390(106);(107)OBJETO: Aquisição de serviços por hora de caminhão basculante. VALOR: R\$ 53.672,30(cinquenta e três mil seiscentos e setenta e dois reais e trinta centavos).

Concórdia

PREFEITURA

Edital de Tomada de Preços Nº 7/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra) para construção da quadra poliesportiva no CMEI Lua de Cristal, neste Município, com recursos oriundos do FNDE e contrapartida municipal, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital. O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 17/07/2014, ÀS 16h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 14/07/2014, às 15h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 17/07/2014, às 16h00min.

Abertura: dia 18/07/2014, às 14:00h.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 23 de junho de 2014.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 81/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças e serviços para recuperação de tanque de transporte de dejetos de registro patrimonial nº 47612, adaptação e instalação em caminhão Mercedes-Benz, modelo Atego 1726, 4x4, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 08/07/2014.

Abertura: dia 09/07/2014 às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 23 de junho de 2014.

RUIIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N. 297/2014

DECRETO Nº 297/2014, DE 20 DE JUNHO DE 2014

“FIXA O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA DO JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DO BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Em virtude do jogo da Seleção Brasileira de futebol na copa do mundo do Brasil fica instituído, excepcionalmente para o dia 23/06/2014, horário especial de expediente nas repartições públicas municipais, sendo das 07h30min às 13h30min.

Art. 2º O horário especial fixado pelo Artigo 1º não se aplica aos Servidores lotados na Secretaria de Educação.

Art. 3º Os servidores da Secretaria de Saúde e Assistência Social desempenharão suas atividades normalmente pelo período matutino e até às 16h no período vespertino.

Art. 4º Caberá às autoridades competentes de cada órgão fiscalizar o cumprimento das disposições deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta - SC, 20 de junho de 2014.

ALCEU MAZZINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

Notificação Extrajudicial Contrato 132/2013

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO Coronel Freitas, SC, 13 de junho de 2014.

Ilustríssimo Senhor

Sergio Conrado Casasola

Representante Legal perante o processo licitatório 73/2013.

Sergio Conrado Casasola & CIA LTDA.

Rua Uruguai, 390, sala 01, Centro.

Chapecó - SC.

Através da presente, na qualidade de CONTRATANTE, da obra de Pavimentação com pedras irregulares nas ruas Nelson Moretti e Romildo José Crema, conforme CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 132/2013, onde vossa empresa configura como CONTRATADA. Venho, informa-lhe que, a execução da obra não corresponde ao cronograma físico/financeiro proposto no processo licitatório, estando, portanto a obra em atraso.

Salientamos que o concedente Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, através do Ofício Nº. 2230/2013/GIDUR/CH de 07 de novembro de 2013 autoriza o início da obra.

Ressaltamos que a referida obra é financiada por ações do Governo Federal o qual exige a obediência aos prazos estipulados para a liberação dos recursos, onde o não atendimento resultaria em cancelamento dos repasses e consequentemente a perda dos valores pelo Município.

Cabe, por fim, enfatizar que, em não ocorrendo o início da execução da obra dentro do prazo de dez (10) dias a contar do recebimento deste e seguindo os prazos previstos no cronograma físico/financeiro, o contrato será rescindido conforme determina a Lei 8.666/93.

Sujeitando-se ainda, vossa empresa a todas as penalidades prevista no contrato bem como na legislação em vigor, especialmente a Lei 8.666/93.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição de Vossa Senhoria para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

MAURI JOSÉ ZUCCO
PREFEITO MUNICIPAL

Cancelamento Leilão 01/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

=====

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2014

LEILÃO Nº 01/2014

ATA DE CANCELAMENTO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2014, LEILÃO Nº 01/2014 DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. Aos Vinte e Três dias do mês de Junho de Dois Mil e Quatorze, as 10h00min, na sala de reuniões da prefeitura Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Avenida Santa

Catarina 1022, Centro, reuniram-se o leiloeiro e Equipe de Apoio, para efetuar a análise do cancelamento do edital do referido processo licitatório, tendo em vista que em virtude da falta de licitante foi ANULADA a licitação modalidade Leilão nº 01/2014. Ocorre que conforme a Lei de Licitações nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, não é possível a realização da licitação sem licitantes. Fica, portanto cancelado o presente processo, sendo publicado no site da Prefeitura Municipal. Nada mais havendo a tratar o Pregoeiro encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que após lida foi assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

Coronel Freitas (SC), 23 de Junho de 2014
MARCELO JOSE RITTER
PREGOEIRO

CASIANE CARVALHO
MEMBRO

LUIS CARLOS OSS
MEMBRO

Coronel Martins

PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2014
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

O Município de Coronel Martins - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 04 de julho de 2014, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, conforme quantitativos e detalhamentos do edital. Os envelopes deverão ser entregues até às 08:30 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011, ou através do e-mail compras@coronelmartins.sc.gov.br.

Coronel Martins (SC), 24 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto de Contrato 040

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 040

MÊS/ANO: JUNHO/2014 NÚMERO CONTRATO: 040/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 224.800,00(Duzentos e vinte e quatro mil e oitocentos reais),

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/06/2014

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento contratual consiste no fornecimento dos equipamentos a seguir especificados.

Item	Quant	Unid	Descrição	Preço R\$
01	01	UN	RETROESCAVADEIRA, NOVA, ANO E MODELO 2014, SOBRE PNEUS, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, TRAÇÃO 4X4, EQUIPADA COM MOTOR TURBO, 04 CILINDROS COM POTÊNCIA MINIMA DE 100HP'S A 2.200 RPM, SISTEMA ELETRICO DE 12 VOLTS, CHASSI INTEGRAL MONOBLOCO EM PEÇA ÚNICA DESDE A DIANTEIRA ATÉ O ACOPLAMENTO DA TORRE DE GIRO, CABINE ABERTA ROPS/FOPS COM PARA BRISA FRONTAL, LIMPADOR ELETRICO E COM CINTO DE SEGURANÇA, CAÇAMBA FRONTAL COM CAPACIDADE MINIMA DE 1,00M³, COM FORÇA DE DESAGRAGAÇÃO DA CAÇAMBA DE NO MINIMO 7.800KGF, COM BASCULAMENTO DE 01 CILINDRO HIDRAÚLICO E CAÇAMBA TRASEIRA MINIMA DE 30", PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO DE NO MINIMO 4,3 METROS, TRANSMISSÃO SINCRONIZADA POSSUINDO NO MINIMO 04 VELOCIDADES A FRENTE E 4 A RÉ, REDUTORES FINAIS COM PLANETARIAS NAS EXTREMIDADES DOS EIXOS, FREIO MULTIDISCO EM BANHO DE OLEO, ÂNGULO NEGATIVO DE TRANSPORTE, PESO OPERACIONAL DE NO MINIMO 6.800KGS, PROTETOR DE CARDAN E KIT FERRAMENTAS BÁSICA.	R\$ 224.800,00

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 85.199.578/0001-71

CONTRATADO: Pavimáquinas Com. de Peças e Ser. Ltda

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 05/06/2015

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto de Contrato 041

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 041

MÊS/ANO: JUNHO/2014 NÚMERO CONTRATO: 041/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 339.000,00(trezentos e trinta e nove mil reais)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/06/2014

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento contratual consiste no fornecimento dos equipamentos a seguir especificados.

Item	Quant	Unid	Descrição	Preço R\$
01	01	UN	ROLO COMPACTADOR DE SOLO VIBRATÓRIO AUTOPROPULSADO, COM CILINDROS LISO, NOVO, MOTOR A DIESEL DE 4 CILINDROS TURBO CO PÔTENCIA MINIMA DE 125 HP, TRAÇÃO HIDROSTÁTICA NO EIXO TRASEIRO E NO CILINDRO DE COMPACTAÇÃO DIFERENCIAL DE BLOQUEIO AUTOMATICO, FREIO DE SERVIÇO HIDROSTÁTICO E DE ESTACIONAMENTO HIDRAULICO NO EIXO TRASEIRO O E NO ROLO DIANTEIRO, CAPACIDADE DE SUBIDA DE RAMPAS DE NO MINIMO 60% DUAS FREQUÊNCIAS DE VIBRAÇÃO DE NO MINIMO 35HZ EM BAIXA E 30HZ EM ALTA, DUAS AMPLITUDES NOMINAL DE NO MINIMO 1,95MM, EM ALTA E 0,9MM EM BAIXA, CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO PROTEÇÃO ROPS E LUZES PARA TRABALHOS NOTURNOS FORÇA CENTRIFUGA DE NO MINIMO 260KNEM ALTA E 160KN EM BAIXA, EQUIPADO COM CONTROLE AUTOMATICO DE VIBRAÇÃO, CAPACIDADE NO TANQUE DE COMBUSTIVEL DE NO MINIMO 300 LITROS, COMPRIMENTO DE TRANSPORTE DE NO MAXIMO 5,45 METROS, PESO OPERACIONAL NO EIXO TRASEIRO DE NO MINIMO 5300KG, COM PESO OPERACIONAL DE NO MINIMO 11.000KG E IMPACTO DINAMICO 32.600KG. FABRICAÇÃO NACIONAL.	R\$ 339.000,00

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: nº 83.675.413/0002-84

CONTRATADO: Macromaq Equipamentos Ltda

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 05/06/2015

Corupá

PREFEITURA

Portaria Nº 2980/14

PORTARIA Nº 2980/14

NOMEIA O SENHOR EGON KOPSCH PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE INFRAESTRUTURA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado para o cargo de Coordenador de Infraestrutura, percebendo a remuneração prevista no fator 26 do anexo XI da Lei Complementar nº 014/09 de 15 de Dezembro de 2009, o Sr. EGON KOPSCH.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

23 de junho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº 725/14

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 - Fone (47) 3375-6500 - 89.278-000 - Corupá - SC

www.corupa.sc.gov.br- email:administra@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº 725/14

AUTORIZA A AUTARQUIA ÁGUAS DE CORUPÁ A FAZER PROCEDIMENTO DE LEITURA DE CONSUMO DE ÁGUA PELA MÉDIA DOS ÚLTIMOS TRÊS MESES EM PONTOS AFETADOS PELA ENXURRADA DE JUNHO DE 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a enxurrada que fora acometido nosso município, a qual prejudicou os registros de consumo de água em imóveis particulares;

CONSIDERANDO a necessidade de fazer justiça na cobrança de taxas pelo serviço efetivamente tomado;

CONSIDERANDO que a média dos últimos três meses é parâmetro suficiente para preservar o princípio da razoabilidade;

Art. 1º - Fica a Autarquia Águas de Corupá autorizada a lançar taxas de cobrança da fatura de consumo de água tratada através do cálculo da média dos últimos 3 (três) meses nos contadores padrão de imóveis afetados pela enxurrada ocorrida em junho de 2014.

§ 1º - O disposto no caput restringe-se as leituras feitas entre os dias de 06 de junho de 2014 a 05 de julho de 2014.

§ 2º Fica restrito o lançamento pela média de consumo às propriedades mapeadas pela Coordenadoria de Defesa Civil do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 05 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

16 de junho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"

Decreto Nº. 724/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 - Fone (0**47) 3375-6500 - 89.278-000 - Corupá - SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº. 724/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infra Estrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.451.0040.1006		Construção de Pontes, Pontilhões e Praças	
4.4.90.00.00.00.00	00.00.24	Aplicações Diretas	40.000,00
		TOTAL	40.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 00.00.24 - Transferências de Convênios - Outros - Estado, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

12 de junho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos doze dias do mês de junho de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"

DECRETO Nº. 726/2014

DECRETO Nº. 726/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 1.500,00(um mil e quinhentos reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infra Estrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
006.181.0040.2016		Trânsito Municipal e Convênio SSP	
3.3.90.00.00.00.00	0690	Aplicações Diretas	1.500,00
		TOTAL	1.500,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infra Estrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
006.181.0040.2016		Trânsito Municipal e Convênio SSP	
4.4.90.00.00.00.00	0690	Aplicações Diretas	1.500,00
		TOTAL	1.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
18 de junho de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dezoito dias do mês de junho de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos**PREFEITURA****Edital de Chamada Pública Para Locação de Imóvel N. 001/2014**

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL N. 001/2014

A SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, por intermédio do seu Secretário, João Carlos Martins dos Santos, na forma das disposições contidas no artigo 24, inciso X, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, torna público o presente Edital que tem como objetivo a consulta de interessados na LOCAÇÃO de imóvel para esta Secretaria, que irá analisar a possível locação conforme interesse da Administração Pública. O imóvel será utilizado para instalação de Abrigo Temporário Municipal, com as características e condições a seguir:

1. DOS REQUISITOS MÍNIMOS DO IMÓVEL

O objeto deste Edital é a LOCAÇÃO de imóvel para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação com as seguintes características mínimas:

- Espaço amplo para atender as necessidades do serviço de acolhimento institucional;
- Localizado no centro ou nas imediações do mesmo para ter fácil acesso aos usuários e a população;
- Possuir recepção;
- Cozinha;
- Sala de Estar;
- No mínimo 05(cinco) dormitórios grandes;
- Lavanderia;
- Depósito;
- Garagem; e
- No mínimo 02(dois) banheiros.

2. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da vistoria prévia.

3. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS (ENVELOPE)

A proposta deverá vir em envelope lacrado e conter ainda os seguintes dados: descrição do imóvel, localização, área física, instalações existentes e atender as exigências mínimas do Edital. Deverá estar acompanhado ainda de cópias da Carteira de identidade e CPF, se pessoa física, ou Contrato Social e CNPJ, se pessoa jurídica. Deverá constar Cadastro Imobiliário, comprovante água e luz atualizada, certidão negativa de ônus real que possa pesar sob o imóvel e certidão de quitação de IPTU/Taxas Imobiliárias. Declaração de quitação das últimas contas de energia elétrica, águas do referido imóvel e outras taxas condominiais, se for o caso.

O valor efetivo da locação será estabelecido posteriormente, sendo no máximo de R\$ 1.000,00; em razão das condições de aproveitamento dos imóveis oferecidos e depois de verificados o atendimento aos requisitos estabelecidos neste edital e da compatibilidade de seu valor, conforme previsto no inciso II, artigo 57, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Os demais documentos cadastrais deverão ser apresentados por ocasião da celebração da locação.

4. DA VALIDADE DA PROPOSTA

A validade da proposta de preços deverá ser de no mínimo, 60(sessenta) dias contados da data para a entrega da mesma, determinada neste edital.

5. DAS VISITAS E INFORMAÇÕES

A Secretaria reserva-se o direito de visitar os imóveis ofertados, ou solicitar informações complementares e, para tanto, os interessados deverão fazer constar da proposta telefone(s) e nome(s) da(s) pessoa(s) para contato e em condições de fornecer os elementos solicitados.

6. LOCAL DE ENTREGA E ABERTURA DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação, situada na Rua Marcos Gonçalves de Farias 427 (Antigo CESEC) no Bairro São José, CEP 89520-000, aos cuidados de Ariana Miranda até as 15:00 horas do dia 01/07/2014. A abertura dos envelopes de propostas protocoladas ocorrerá no Setor de Licitações às 16:00 horas do dia 01/07/2014, na presença da Comissão Permanente de Licitações em sessão pública que será devidamente registrada em ata.

7. DA ELEIÇÃO DO IMÓVEL

O presente Edital não implica em obrigatoriedade de locação do imóvel ou de aceite de quaisquer das propostas apresentadas. A classificação e seleção da melhor proposta dentre as pré-qualificadas levará em consideração, em especial, dentre critérios de conveniência e finalidade do imóvel pretendido pela Administração, a sua localização, condições de acessibilidade e o valor pretendido para a futura locação.

8. SELEÇÃO DO IMÓVEL

Serão adotados como critérios para a seleção do imóvel, os seguintes fatores:

- Localização: estar inserido no Centro da Cidade ou nas imediações, pois necessita ser de fácil acesso à população;
- Qualidade do imóvel: estar em condições perfeitas de pintura de paredes e fachadas, pisos e revestimentos, telhados, além dos sistemas elétrico e hidráulico; e
- Segurança: conter muro de proteção ou grades e todas as portas com fechaduras e chaves.

9. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

O resultado desta procura de imóveis será publicado em jornal de circulação local e no Diário Oficial do Município, e, oportunamente, será convocado o seu proprietário/procurador, para a formalização do contrato, na forma da Lei.

10. INFORMAÇÕES

Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (49) 32416622 ou (49) 32416607, no horário das 07:45 às 11:30 e das 13:00 às 17:15 horas de segunda a sexta-feira ou na própria Secretaria.

Curitiba, 18 de junho de 2014.

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Edital de Pregão Presencial Nº 182/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 182/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CREDENCIAMENTO DURANTE A REALIZAÇÃO DA EXPOCENTRO 2014, QUE SE REALIZARÁ NOS DIAS 17 A 20 DE JULHO DE 2014, CONFORME ESPECIFICAÇÃO MINIMA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 08/07/2014, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 08/07/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitiba, 23 de junho de 2014.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

Edital de Tomada de Preços Nº 39/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 39/2014

O Fundo Municipal de Educação de Curitiba, SC neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço por Lote, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL GETULIO VARGAS, CONFORME ANEXO I E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 25/07/2014, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 25/07/2014, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 23 de Junho de 2014.

Kleberson Luciano Lima

Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell

Presidente da CPL

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 180/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 180/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E SECRETARIA MUNICIPAL

DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 09/07/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 09/07/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 13 de junho de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 184/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE FILTROS DE AR, FLUIDOS DE FREIO E ÓLEO ARLA, PARA USO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E VICINAIS, 2º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR E POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 10/07/2014.

A partir das 14:00 horas do dia 10/07/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 23 de junho de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 183/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 183/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico

de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a Aquisição e instalação de câmeras e demais materiais para vigilância eletrônica da Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Saúde, Museu Antônio Granemann de Souza, CEI Bernardo Berneck e Paço Municipal, conforme anexo I deste Edital e Planta com localização dos equipamentos e materiais.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 10/07/2014, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 10/07/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 23 de junho de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 17/2014

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2014

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo de Assistência Social de Curitiba e a empresa Auto Mecânica Geral LTDA, com o valor total de R\$ 565,34 (Quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e quatro centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO DE 20.000 KM, DO VEÍCULO GM/ SPIN LTZ1.8, PLACA MLJ 4754, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME LEI 8.666/93, ART. 24, INCISO 17, E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:

XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 23 de junho de 2014.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Márcia Dominski Penteado
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitiba, 23 de junho de 2014.
Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da compra e venda mencionada e recomendando a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 23 de junho de 2014.
João Carlos Martins dos Santos
Presidente do Fundo

Ermo

PREFEITURA

Portaria Nº 079, de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 079, de 02 de junho de 2014.
Admite Servidor em Caráter Temporário - ACT.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Saúde e Promoção Social (CRAS);

RESOLVE:

Art. 1º Admitir CRISTIANE ROCHA DE SOUZA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 02 de junho de 2014 encerrando-se em 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 02 de junho de 2014.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES
Secretária de Administração e Finanças interina

Portaria Nº 080, de 02 de Junho de 2014

PORTARIA Nº 080, de 02 de junho de 2014.
Admite Servidor em Caráter Temporário - ACT.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o afastamento por motivos de saúde da servidora Adriana Inácio, conforme atestado médico; e
Considerando a necessidade na continuidade dos serviços que desenvolve a servidora e não havendo servidor disponível para substituí-la;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir ANA LUCIA COSTA INACIO, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II, no período de 02/06/2014 a 12/06/2014, em substituição a Servidora Adriana Inácio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 02 de junho de 2014.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES
Secretária de Administração e Finanças Interina

Decreto Nº. 054, de 23 de Junho de 2014.

DECRETO Nº. 054, de 23 de junho de 2014.

Nomeia Comissão de Avaliação de Bens Móveis.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos Artigos 7º e 62 inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Senhores: ADÃO RODECZE, CPF Nº. 460.285289-00, VANESSA JORDÃO DE OLIVEIRA, CPF 061.782.659-56 e CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO, CPF Nº. 757.970.209-63, para procederem a avaliação, por preço de mercado, para constituir o preço mínimo de alienação através de Leilão dos bens móveis conforme anexo I deste decreto, por estarem em desuso e devido as condições em que alguns se encontram.

Art. 2º Os membros da Comissão não serão remunerados e seus serviços serão considerados relevantes ao Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 23 de junho de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES
Secretária de Administração e Finanças Interina

ANEXO I
(decreto nº047/2014)

LOTE 01: 01 (um) TRATOR/TR. RODAS marca/modelo/placa: M.A./KOMATSU, placa MHJ-8644, ano fabricação/ modelo 2009/2009, a Diesel, Chassi: KMTPC189T024139, cor Amarela (Escovadeira Hidráulica);

LOTE 02 01 (uma) caçamba basculante;

LOTE 03 01 (um) automóvel marca/modelo/placa: GM/ CELTA 2P SPIRIT, placa MCZ-2585, ano fabricação/modelo 2005/2005, a gasolina, Chassi: 9bgrx08x05g220630, cor Branca;

LOTE 04: 01 (uma) Microônibus marca/modelo/placa: VW/KOMBI LOTAÇÃO, placa MFT-5819, ano fabricação/ modelo 2007/2008, a Álcool/Gasolina, Chassi: 9BWF07X38P008439, cor branca;

LOTE 05: 01 (um) TRATOR/TR. RODAS marca/modelo/placa: M.A./MASSEY-FERGUSON, placa MAS-3796, ano fabricação/ modelo 1998/1998, a Diesel, Chassi: 275027926, cor Vermelha;

LOTE 06: 01 (um) CAR/TR. RODAS marca/modelo/placa: M.AGRICOLA, placa LZW-2963, ano fabricação/ modelo 1988/1988, a Diesel, Chassi: 11321MA, cor Amarela (Patrola Motoniveladora).

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 23 de junho de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES
Secretária de Administração e Finanças Interina

Forquilha

PREFEITURA**Lei Nº 1.990, de 18 de Junho de 2014.**

LEI Nº 1.990, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR, COM ENCARGOS, BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, À ITÁLIA COMÉRCIO DE PEÇAS INDUSTRIAIS LTDA - ME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA,

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º É o Executivo Municipal autorizado a desafetar e doar à empresa ITÁLIA COMÉRCIO DE PEÇAS INDUSTRIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 10.448.730/0001-03, dois terrenos urbanos, correspondente ao lote 01, com área de 11.048.310m², e o lote 02, com área de 13.050,90m², ambos situado no lado par da Rua Adelina Rosa Bosa Burigo, registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, respectivamente, sob o nº. 5.012 e 5.013.

Parágrafo único. O imóvel ora doado se destina à implantação de parque fabril da Empresa, cujo atividade econômica principal é o comercial atacadista de peças para máquinas industriais, serviços de usinagem, tornearia e solda, de acordo com o parecer do Conselho Municipal da Indústria e Comércio, devidamente homologado pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º A partir da data da publicação desta Lei, a doação caducará e o imóvel constituído de terreno reverterá automaticamente ao Município, sem ônus, sendo que as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal, sem direito a restituição ou indenização pelos investimentos realizados, se a Empresa donatária ou seus sucessores não cumprirem as especificações e condições abaixo:

I - Não iniciar, a partir da assinatura do contrato, dentro 06 (seis) meses, e a concluí-la dentro de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável a critério do Conselho Municipal de Indústria e Comércio, as obras de construção civil do galpão industrial de sua sede social;

II - Não exercer, não executar, não exercitar, bem como alterar a finalidade para a qual a referida área foi doada ou não derem o uso prometido ou o desviarem de sua finalidade contratual. Qualquer forma de negócio ou atividade que a Empresa vier a exercer, não poderá, sob qualquer hipótese, provocar a degeneração dos objetivos e finalidades desta doação que consiste rigorosamente na exploração das atividades industriais;

III - Caso a Empresa donatária locar ou proceder sublocação da totalidade ou mesmo parte do imóvel, inclusive do prédio industrial existente ou daqueles que vierem a ser constituídos;

IV - Em caso da Empresa donatária apresentar estágio de ociosidade, bem como apresentar diminuição do seu quadro de mão de obra;

V - No caso da Empresa donatária, ou ainda pessoa física ou entidade jurídica por ela autorizada, edificar qualquer tipo de construção residencial de qualquer porte no terreno doado, sob qualquer justificativa, à exceção de alojamento, de pequeno porte, que venha ser utilizado por pessoas de relacionamento da firma

donatária;

VI - De qualquer maneira alienar, transacionar, dar em penhora, dação em pagamento, permutar ou qualquer outra forma de negócio que venha provocar degeneração dos objetivos e finalidades da presente doação sem a prévia anuência do Conselho Municipal da Indústria e Comércio;

VII - Gravar o imóvel com ônus real de garantia sem a prévia autorização do Conselho Municipal da Indústria e Comércio;

VIII - Alterar seu quadro societário sem a prévia autorização do Conselho Municipal da Indústria e Comércio;

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser dilatados, desde que, a Empresa donatária apresente ao Órgão Executivo, relatórios demonstrativos das obrigações concretizadas e justificativas das que estão em andamento e por realizar.

Art. 3º Fica proibido o desvio de destinação do imóvel para outras finalidades que não a prevista nesta Lei.

Art. 4º Reverterá ao Poder Público Municipal, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, o terreno doado a título de incentivo econômico quando não utilizado na finalidade prevista no projeto original, ou, quando a utilização afrontar qualquer dispositivo desta Lei, da Lei nº 07, de 09 de fevereiro de 1990, e do Termo de Doação, sem ônus para o Município, sendo que as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal, sem direito a restituição ou indenização pelos investimentos realizados.

Parágrafo único. É facultado ao Poder Público Municipal o direito de desistir da reversão do terreno, desde que comprovada a inconveniência técnica e julgada onerosa ao erário a transação.

Art. 5º A empresa donatária deverá obedecer rigorosamente a todos os dispositivos legais aplicáveis à espécie, sob pena de reversão automática ao patrimônio público municipal, sem indenização pelas por benfeitorias construídas.

Art. 6º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 7º São concedidos os estímulos fiscais de que trata o artigo 2º e seus incisos da Lei Municipal nº. 007, de 09 de fevereiro de 1990.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.926, 03 de dezembro de 2013.

Forquilha/SC, 18 de junho de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 18 de junho de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Ata de Registro de Preços Nº: 5/2014 - Pregão 38/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 1/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ASSOALHO EUCALIPTO 1º	MT2	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	37,7515	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	43,5000	2
2	BARROTE EUCALIPTO 6 X 12 CM.	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	6,9545	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	4,3000	2
3	BARROTE EUCALIPTO 6CM X 6CM	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	5,4643	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,1000	2
4	CALHA CEDRINHO P/REPARTIÇÃO	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	5,9610	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	5,8000	2
5	CALHA PINOS P/REPARTIÇÃO	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	4,9675	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	3,9000	2
6	FORRO CEDRO VERMELHO	MT2	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	41,7273	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	44,2000	2
7	FORRO PINOS 1º	MT2	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	10,9286	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	12,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 2/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015		Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	MARCO CEDRINHO 12 C.	JOG	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	69,5455	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	85,3000	2
9	MARCO CEDRINHO 14 C.	JOG	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	84,4481	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	92,0000	2
10	MARCO CEDRINHO P/AR CONDICIONADO 44 X 33	JOG	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	74,5130	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	84,0000	2
11	MARCO ITAUBA 12 CM.	JOG	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	129,1559	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	167,0000	2
12	MARCO ITAUBA 14 CM.	JOG	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	149,0261	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	187,0000	2
13	MEIA CANA CEDRINHO	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	2,9805	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	2,3500	2
14	MEIA CANA PINOS	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	1,4903	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,1500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 3/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	PORTA CEDRINHO 0,70 X 2,10	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	197,7079	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	218,0000	2
16	PORTA CEDRINHO 0,80 X 2,10	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	197,7079	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	242,0000	2
17	PORTA ITÁUBA 80 X 2,10 SEMI OCA	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	94,3832	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	84,5000	2
18	PORTA S. OCA 0,70 X 2,10	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	51,6624	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	55,0000	2
19	PORTA S. OCA 0,80 X 2,10	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	51,6624	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	55,0000	2
20	REPARTIÇÃO PINOS 2,50MT 1º	MT2	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	23,8442	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	28,9000	2
21	REPARTIÇÃO PINOS 3,00MT 1º	MT2	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	26,8247	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	27,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 4/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	RODAPE CEDRO 6CM X 2,5CM	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	3,4773	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	5,1000	2
23	RODAPE PINOS 6CM X 2,5CM	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	2,9805	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	2,9000	2
24	SARRAFO CEDRO PLANADO 6CM X 2CM	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	4,4708	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	5,3000	2
25	SARRAFO PINOS PLANADO 6 CM X 2 CM	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	2,8812	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	2,4000	2
26	TACAÇÃO CEDRO 5CM. PLANADO	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	3,4773	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	4,6000	2
27	TACAÇÃO PINOS 5 CM	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	1,3909	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,4000	2
28	TRAVESSA CEDRO 3,5 X 5 CM.	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	6,4578	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	5,8000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 5/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	TRAVESSA EUCALIPTO 3,5 X 5 CM.	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	4,4708	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	4,2000	2
30	TRAVESSA PINOS 3,5 X 5 CM.	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	3,9740	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	4,2000	2
31	VISTA CEDRO 6 X 1 CM.	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	2,9805	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	5,6000	2
32	VISTA ITAUBA 6 X 1CM.	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	5,9610	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	7,5000	2
33	ARMAÇÃO EUCALIPTO	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	3,4019	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	3,0000	2
34	BARDELA DE EUCALIPTO 3,5 X 5 CM X 3 MT	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	1,2648	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,7000	2
35	TÁBUA EUCALIPTO BRUTA SECA	M3	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	689,9330	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	860,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 6/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	TÁBUA EUCALIPTO PLAINADA 1º	MT2	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	32,4675	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	36,0000	2
37	TÁBUA PINOS BRUTA SECA	M3	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	722,4026	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	490,0000	2
38	TÁBUA PINOS PLAINADA E LIXADA	MT2	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	22,7273	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	23,0000	2
39	TÁBUA PINOS PLAINADA E SECA	M3	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	892,8571	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	900,0000	2
40	LUMINARIA DE EMERGENCIA 1 X 9W	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	29,1600	1
			ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	glight	0	33,0000	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	36,0000	3
41	LUMINARIA DE EMERGENCIA 2 X 9w	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	36,6200	1
			ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	glight	0	33,0000	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	42,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 736

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
42	LAMPADA FLUO COMP 26W	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	9,2000	1
			ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	glight	0	9,5500	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	29,0000	3
43	LAMPADA FLUO KIT 11W	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	g light	0	7,1000	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	9,0000	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	9,0000	3
44	LAMPADA FLUO KIT 27 W	UNI	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	10,4000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	11,0000	2
			ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	glight	0	12,5000	3
45	LAMPADA FLUO KIT 46 W	UNI	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	glight	0	28,9000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	34,0000	2
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	34,9000	3
46	LAMPADA FLUORESCENTE 20 W	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	blumenau	0	4,9000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	6,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 8/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	LAMPADA FLUORESCENTE 32W		COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	8,8000	3
		UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	3,5200	1
			ELETRO BACK LTDA+ME (7933)	glight	0	8,5000	2
48	LAMPADA MISTA 160 W		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	24,0000	3
		PC	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	10,8200	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	14,0000	2
49	LAMPADA MISTA 250W BOCAL E27		ELETRO BACK LTDA+ME (7933)	avant	0	15,2000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA+ME (7933)	avant	0	15,8333	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	16,4500	2
50	LAMPADA PAR 100W 38		COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	13,6000	1
		UN	ELETRO BACK LTDA+ME (7933)	glight	0	28,0000	2
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	15,2100	1
51	LAMPADA PAR-20 50W		ELETRO BACK LTDA+ME (7933)	glight	0	17,0000	2
		UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	44,8000	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0		
52	LAMPADA V. METALICO 250W VERDE		ELETRO BACK LTDA+ME (7933)	glight	0		
		UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0		
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	44,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 9/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	empalux	0	68,9000	2
53	LAMPADA V. METALICO 400W VERDE	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	49,9000	1
			ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	glight	0	75,9000	2
54	LAMPADA VAPOR MERCÚRIO 125W	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	9,5000	1
			ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	avant	0	12,9000	2
55	LAMPADA VAPOR MERCÚRIO 80W	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	7,3000	1
			ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	avant	0	12,2000	2
56	LAMPADA VAPOR SODIO 250W	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	17,5500	1
			ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	avant	0	35,0000	2
57	BASE FOTO CELULA	PC	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	linco	0	6,8243	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	22,4000	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	27,0000	3
58	BOCAL PORCELANA	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	G-20	0	3,9278	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	2,4000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 10/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
59	CABO PP 2 X 1,5 MM		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	5,0000	3
		M	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	Iberica	0	2,2205	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,8000	2
60	CABO PP 2X4,0 MM		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	2,0000	3
		MT	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	Iberica	0	3,9574	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	4,2600	2
61	CAIXA 4X2 SIST X		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	6,0000	3
		PC	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	Internid	0	2,9804	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,6400	2
62	CAIXA CD 12 DISJ EMBUTIR		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	4,0000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	brum	0	17,7639	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	32,2000	2
63	CALHA FLUORESCENTE 40W 1 X 40 COMERCIAL		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	34,0000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	blumenau	0	9,6714	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 11/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	CAVALETA PLÁSTICA SISTEMA X		COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	11,7000	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	44,0000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	emebras	0	2,6152	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	4,5600	2
65	CAPACITOR P/VENTILADOR		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	6,0000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	nog	0	8,3885	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	11,7000	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	29,0000	3
66	CHAVE MAGNÉTICA PDW 7,5 CV		ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	lukma	0	91,7800	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	14,0000	2
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	157,1000	3
		PC	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	oscar	0	9,8688	1
67	CHAVE UNIP 15A		COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	6,7900	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	15,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 12/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
68	CHAVE VENTILADOR	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	padantuz	0	7,4016	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	17,7300	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	29,0000	3
69	CONECTOR HASTE 95mm - A-TERRAMENTO COBRE	PC	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	cominell	0	10,8557	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	9,9500	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	15,0000	3
70	CURVA 90º ELETRODUTO 1"	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	impol	0	2,4672	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,9800	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	2,0000	3
71	ELETRODUTO 1" (3M)	BR	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	impol	0	8,9806	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	7,0000	2
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	8,2300	3
72	FIO DROP	M	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	conduscabo	0	0,8388	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	0,3000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 13/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	FIO FLEXIVEL 1,5 MM		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	2,0000	3
		MT	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	condulflex	0	0,5921	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	0,5600	2
74	FIO FLEXIVEL 2,5MM		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	1,2000	3
		M	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	condulflex	0	0,9375	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	0,9100	2
75	FIO PARALELO 2 X 2,5 MM2		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	2,5000	3
		MT	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	condulflex	0	2,2501	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	2,0000	2
76	FIO RIGIDO 1,5MM2		COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	2,1100	3
		M	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	condulflex	0	0,6020	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	0,5900	2
77	FITA GALVANIZADA 3/4		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	1,0000	3
		MT	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	zi	0	1,5790	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 14/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
78	FITA ISOLANTE (10 M) X 3/4"		COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,5000	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	4,0000	3
		PC	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	foxluz	0	2,9606	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	3,1000	2
79	HASTE DE TERRA 1M		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	4,0000	3
		PC	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	olivo	0	7,4016	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	11,7000	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	15,0000	3
80	INTERRUPTOR 1T EMBUTIR		ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	meconic	0	4,9344	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	3,0400	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	6,0000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	meconic	0	8,8918	1
81	INTERRUPTOR 2T EMBUTIR		COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	3,8600	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	9,0000	3
			ELETRO BACK LTDA-ME (7933)		0		
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 15/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
82	INTERRUPTOR 2T PARALALO EMBUTIR	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	mectronic	0	10,1649	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	6,0800	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	13,0000	3
83	PEVEDUTO 1,1/4	MT	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	contubo	0	1,7270	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	1,5000	2
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,5100	3
84	PINO FEMEA	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	lumbiras	0	3,7502	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	2,6100	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	3,0000	3
85	PINO MACHO SIMPLES	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	lumbiras	0	2,9113	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	2,2500	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	3,0000	3
86	PINO TELEFONICO ENTRADA AMERICANA	UNI	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	emave	0	2,9606	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,9200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 16/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
87	PINO TRIPOLAR M		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	6,0000	3
		PC	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	lumibras	0	5,5265	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	4,7900	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	9,0000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	ecp	0	20,2311	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	23,3400	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	24,0000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	intral	0	12,8295	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	11,1200	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	24,0000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	intral	0	85,7600	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	39,0000	2
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	90,7000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	intral	0	48,2585	1
91	REATOR VAPOR MERCÚRIO 125W EXTERNO	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	intral	0	48,2585	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 17/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
92	REATOR VAPOR MERCÚRIO 80 W		COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	42,0000	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	49,0000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	intral	0	39,4753	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	40,9500	2
93	RELE FOTO CELULA		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	60,0000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	techna	0	14,7045	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	22,3600	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	25,0000	3
94	START 40 W		ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	intral	0	0,9989	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,1600	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	2,5000	3
		UNI	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	intral	0	0,9989	1
95	TOMADA COMPUTADOR SISTEMA X		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	2,5000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	megatronix	0	7,3523	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	5,1200	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	6,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 18/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
96	TOMADA EMBUTIR UNIVERSAL	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	mectronic	0	6,7108	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	5,1200	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	7,0000	3
97	TOMADA TRIFASICA 30 A	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	hj	0	7,5891	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	9,0000	2
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	14,3200	3
98	TORNEIRA ELETTRICA GIRATORIA PAREDE - 4T 5700W	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	84,7000	1
			ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	corpetto	0	98,5000	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	FAME	0	159,0000	3
99	CHUVEIRO ELÉTRICO TIPO DUCHA	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	sinrex	0	30,0000	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	32,9000	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	FAME	0	44,0000	3
100	ADAPTADOR PVC COM FLANGE 25 MM	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	6,5500	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	6,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 19/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
101	CANO PARA CHUVEIRO	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	5,0300	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	9,0000	2
102	JOELHO 90 SOLD C/ ROSCA 20X1/2	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	0,9900	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	1,5000	2
103	JOELHO DE PVC LEVE DE 100 X 90°	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	4,8600	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	3,5000	2
104	JOELHO DE PVC LEVE DE 40 X 90°	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,0300	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	1,3000	2
105	JOELHO DE PVC SOLDÁVEL DE 25 X 90°	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	0,4600	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	0,7000	2
106	LUVA PARA ELETRODUTO ROSCAVEL 1	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	0,9600	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	1,5000	2
107	LUVA PVC LEVE 100MM	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	3,7100	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	3,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 20/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
108	LUVA PVC LEVE 40 MM	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	0,7400	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	1,2000	2
109	SPUDE P/ WC	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	2,8100	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	3,0000	2
110	TUBO PVC LEVE 100MM	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	33,6000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	38,0000	2
111	TUBO PVC LEVE 40MM	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	12,6400	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	17,0000	2
112	TUBO PVC LEVE 50MM	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	22,4600	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	27,0000	2
113	TUBO PVC SOLDAVEL 20mm	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	7,1400	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	8,5000	2
114	TUBO PVC SOLDAVEL 25mm	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	9,4800	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	12,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 21/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
115	TUBO PVC SOLDÁVEL 32MM	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	20,1200	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	26,0000	2
116	TUBO PVC SOLDÁVEL 50mm	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	36,5000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	39,0000	2
117	CAIXA DE DESCARGA PLASTICA BRANCA	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	14,1600	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ALUMASA	0	18,0000	2
118	ASSENTO SANITÁRIO BRANCO PLÁSTICO	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	12,2300	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ALUMASA	0	14,0000	2
119	ASSENTO SANITARIO INFANTIL	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	31,0000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ALUMASA	0	99,0000	2
120	VASO SANITÁRIO ADULTO	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	80,8000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ALUMASA	0	99,0000	2
121	VASO SANITARIO INFANTIL BRANCO	PC	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	146,3000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ALUMASA	0	179,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 22/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
122	TORNEIRA LAVATORIO 1193/23	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	23,1000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KELLY	0	48,0000	2
123	PÁ DE JUNTAR COM CABO	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	17,0000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	METISA	0	49,0000	2
124	PA RETA COM CABO	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	16,4000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	METISA	0	18,0000	2
125	ENXADA C/ CABO	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	13,9000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	METISA	0	18,0000	2
126	CARRINHO DE MÃO (PVC)	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	81,9000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	METISA	0	115,0000	2
127	ARRUELA DE FERRO 3/8"	CTO	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	0,1490	1
128	BUCHA NYLON S8	CTO	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	13,9626	1
129	CADEADO 35MM	UN	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	11,9679	1
130	CORRENTE ELOS CURTOS 12,5	KG	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	34,9064	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 23/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
131	DOBRADIÇA LATÃO COMUM 3"	UN	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	5,9840	1
132	DOBRADIÇA ZINCADA 3" C/ PARAFUSO	UNI	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	1,9947	1
133	FECHADURA 1800/11 QUADRUPLA- INOX	UNI	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	37,8984	1
134	FECHADURA 803/010 EQ-EXTERNA	UN	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	37,8984	1
135	FECHADURA 824/11 GRAFITE BWC	UNI	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	37,8984	1
136	PARAFUSO FENDA ZINC 3,5X20	CTO	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	9,9733	1
137	PARAFUSO FENDA ZINC 3,5X30	CTO	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	11,9679	1
138	PARAFUSO FENDA ZINC 4,8X45	CTO	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	19,9465	1
139	PARAFUSO FENDA ZINC 6,1X100	CTO	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	29,9198	1
140	PARAFUSO FENDA ZINC. 3,8X40	CTO	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	24,9332	1
141	PARAFUSO FENDA ZINC. 4,2 X 40	CTO	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	24,9332	1
142	PARAFUSO FENDA ZINC. 4,5 X 50	CTO	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	29,9198	1
143	PARAFUSO FRANCES 1/2X12	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	1,9947	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 24/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
144	PARAFUSO FRANCÊS 1/4 X 1	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183) ORION	0	0,9973	1
145	PARAFUSO FRANCÊS 1/4 X 2	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183) ORION	0	1,4960	1
146	PARAFUSO FRANCES 3/8X3	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183) ORION	0	1,9947	1
147	PARAFUSO SEXT. 5/16 X 3 1/2	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183) ORION	0	1,9947	1
148	PARAFUSO TELHEIRO 5/16 X110 COMP.	UN	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183) ORION	0	0,5984	1
149	PARAFUSO WC CROMADO 10mm	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183) ORION	0	3,4906	1
150	PORCA 1/4	CTO	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183) ORION	0	0,2463	1
151	PREGO 12X12	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	9,2500	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183) BELGO	0	11,0000	2
152	PREGO 14X18	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	8,4000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183) BELGO	0	9,5000	2
153	PREGO 16X21	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	7,7000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183) BELGO	0	8,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 25/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
154	PREGO 17X27	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	7,3000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	8,5000	2
155	PREGO 19 X 36	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	6,9500	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	8,5000	2
156	PREGO 21X48	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	6,9500	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	9,0000	2
157	PREGO 23X60	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	8,7000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	9,0000	2
158	PREGO 24X60	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	8,7000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	9,5000	2
159	PREGO 25X72	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	8,7000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	9,5000	2
160	FERRO CONSTR CA60 4,2 12M	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	5,6166	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	6,5140	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
161	FERRO DE CONSTRUÇÃO 10MM - BARRA DE 12MM	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	30,2865	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	33,0416	2
162	FERRO DE CONSTRUÇÃO 12,5MM 12M	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	44,9891	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	38,7059	2
163	FERRO DE CONSTRUCAO 6,3 12 M	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	12,9866	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	12,7446	2
164	FERRO DE CONSTRUÇÃO 8MM - BARRA DE 12MM	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	20,9568	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	21,7131	2
165	CIMENTO 50 KG - CP2 Z	SAC	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	23,4950	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	VOTORANTIM	0	23,5000	2
166	TELHA AMIANTO 183X110X5.	UNI	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	IMBRALIT	0	24,5000	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	26,0000	2
167	TELHA AMIANTO 213X110X5	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	IMBRALIT	0	29,0000	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	30,2200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 27/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
168	TELHA AMIANTO 244X050X4	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	10,4833	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	IMBRALIT	0	10,5000	2
169	TELHA AMIANTO 244X110X5	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	30,9750	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	IMBRALIT	0	31,0000	2
170	TELHA CERAMICA COMUM	UN	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	SOLAR	0	0,8500	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	0,9500	2
171	CUMEIRA DE FIBROCIMENTO 1,10 X 6MM	UN	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	IMBRALIT	0	23,7500	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	23,9688	2
172	MEIO TULOLO DE 6 FUROS	MLH	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ROSSO	0	350,0000	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	390,0000	2
173	TULOLO 6 F FUROS 9 X 12 X 18	MLH	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ROSSO	0	350,0000	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	390,0000	2
174	TULOLO MACIÇO 6X10X20	MLH	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ROSSO	0	580,0000	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	640,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 28/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
175	TORNEIRA PLASTICA JARDIM 10 - 3/4	PC	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	2,3400	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	3,0000	2
176	FITA ZEBRADA PLASTICA 70MM X 200M	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	7,4000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	9,0000	2
177	PLANCHA CEDRINHO BRUTA 4CM X 3M X 20 CM	M3	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	1,437,5940	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	2,000,0000	2
178	PLANCHA EUCALIPTO 5 CM X 4 MT X 20 CM	M3	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	763,7218	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	600,0000	2
179	TELA SOLDADA 1.20M 15X15 FIO 14	M	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	16,1500	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	28,0000	2
180	PNEU 2.75 P/ CARRINHO MAO	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	17,0000	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	20,7000	2
181	PEDRA ALICERCE GROSSA.	M	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	4,4500	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	OLIZIO	0	17,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 29/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
182	MOERÃO DE CONCRETO 3 M	UN	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CONCRETUBX	0	28,0000	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	38,0000	2
183	LONA PRETA 150 UC 4 X 100	MT2	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	0,5500	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	0,6500	2
184	LAMINA ROÇADEIRA - FURO 20 MM	UNI	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	18,5000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	21,0000	2
185	LAMINA ROÇADEIRA - FURO 1"	PC	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	18,5000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	21,0000	2
186	IMPERMEABILIZANTE REBOCO 1L	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	11,8000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	QUEVEKS	0	13,0000	2
187	GANCHO 8 TIPO L	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	0,3700	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	0,6000	2
188	FITA VEDAROSCA 18MMX10M	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,9000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	2,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 30/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
189	ESPUMA POLIURETANO 500 ML SPRAY	TB	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	21,4200	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	22,0000	2
190	DISCOPARA CORTE INOX 4 POLEGADA 1/2	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	4,5000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	6,5000	2
191	CORDA TRANÇADA MULT MA	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	21,6000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	28,0000	2
192	CAL BRANCO PARA PINTURA 5 KG	SAC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ITABRANCO	0	8,0000	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	8,7000	2
193	CANO GALVANIZADO NBR 5580 26,90 MM 3/4	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	73,7500	1
194	CAIXA DE GORDURA QUADRADA 30 CM	PC	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	23,0000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	FERREIRA	0	29,0000	2
195	ARAME GALVANIZADO 16	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	9,3000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	14,0000	2
196	ARAME GALVANIZADO 10	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	7,8500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 31/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
197	ANEL DE BORRACHA 40		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	14,0000	2
		UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	0,7500	1
198	ADESIVO PVC BISNAGA 75G		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	1,0000	2
		TB	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	3,9200	1
199	ADESIVO PVC 17G		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	4,5000	2
		UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,9000	1
200	ADESIVO EXTRA AZUL (1 KG)		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	2,5000	2
		UNI	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	13,3000	1
201	ABRAÇADEIRA GALVANIZADA U-1		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	19,0000	2
		UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	0,4300	1
202	CORRENTE MOTOSERRA 3/8 - MS55 -61-268		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	1,5000	2
		UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	40,0000	1
203	CANO GALVANIZADO NBR 5580 60,3MM - 2		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	79,0000	2
		BR	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	montana	0	198,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 32/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
204	CANO GALVANIZADO NBR 5580 48,3MM - 1,12		COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	198,6000	2
		BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	145,3333	1
			ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	montanna	0	146,6667	2
205	LAVATÓRIO COM COLUNA (GRANDE)	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	38,6000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CELITE	0	88,0000	2
206	TELA PRÁTICA FIO 5X15X2,4MM	MT2	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	13,9000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	18,0000	2
207	TELA VIVEIRO ARAME 1/2 POLEGADA 1MT ALTURA	MT2	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	7,7500	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	9,5000	2
208	THINNER 2900 GALÃO 5 LT	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	61,9748	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	45,0000	2
209	BANDEJA PARA PINTURA	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	7,3378	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	4,5000	2
210	ROLO DE LÃ 1000/23 MM	UNI	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	19,5344	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 33/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
211	ROLO DE LA 306/15.		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	24,0000	2
		UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	12,8908	1
212	TINTA SEMI BRILHO ACRÍLICA BRANCA 18LT		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	13,0000	2
		BD	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	165,4974	1
213	TINTA SEMI BRILHO ACRÍLICA VERDE 18LT		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	290,0000	2
		BD	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	173,7277	1
214	TINTA SEMI BRILHO ACRÍLICA VERMELHA 18LT		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	290,0000	2
		BD	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	269,7142	1
215	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO BEGE 18LT		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	290,0000	2
		BD	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	173,7277	1
216	MULTIMASSA TAPA TUDO 1 LT		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	290,0000	2
		LATA	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	25,1865	1
217	TORNEIRA ELÉTRICA GIRATÓRIA 4T - 5800 W		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	15,0000	2
		UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	84,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 34/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	competto	0	85,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 35/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	FAME	0	159,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 36/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2014
PROCESSO Nº 38/2014

- (7137) - COMERCIAL CARLESSI LTDA.
- (7933) - ELETRO BACK LTDA-ME
- (9183) - FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Forquilha, 13 de Março de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014 - PREGÃO 36/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 1/15

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 12/03/2014 Válido até: 12/03/2015						
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descoto. (%)	Preço Unitário
1	Água sanitária 5 litros com teor mínimo de 2,0% de cloro ativo, hidróxido de sódio, cloro, cor incolor. Produto biodegradável, bactericida e germicida, deverá apresentar no rótulo no mínimo: data de validade, dados do fabricante, marca, precauções, modo de usar e composição do produto, embalagem individual em plástico resistente (que não estoure no empilhamento e de acordo com a ABNT/NBR 13390/05/1990) de material flexível e, validade mínima de 8 meses a contar da data da entrega de cada pedido.	GL	DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	DENGO	0	4,3000
			T M SCHLICKMANN & CIA LTDA ME (11819)	DENGO	0	6,6800
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	QBOA	0	8,9500
2	Alcool gel 70 para higienização, tipo etílico, antisséptico e bactericida, aroma neutro acondicionado em embalagem de no mínimo 01 litro. na embalagem do produto deverá constar data de fabricação, da validade de no mínimo 12 meses a partir da data da entrega, e número do lote.	LT	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	ZULU	0	4,0000
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	DA ILHA	0	4,0400
3	Alcool gel 70 em gel para higienização, tipo etílico, antisséptico e bactericida, aroma neutro acondicionado em embalagem de 500 ml. Validade de no mínimo 12 meses a partir da data da entrega.	FR	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	DA ILHA	0	3,6400
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	CHEMIX	0	3,6500
4	Amaciante para roupas componente ativo cloro de diesteril dimetil anônio, benzotiazolinona, essência, água e corante vermelho rhodamina ci 45170, acondicionados em embalagens de 5 litros,	GL	DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	DENGO	0	5,5000
			T M SCHLICKMANN & CIA LTDA ME (11819)	DENGO	0	8,1700
5	Bobina em plástico para freezer 3 litros com 100 unidades, composição de 80% de pead e 20% de pebol.	ROL	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	LIBREPLAST	0	2,3500

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 2/15

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 12/03/2014 Válido até: 12/03/2015						
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
6	Bobina em plástico para freezer 5 litros com 100 unidades, composição de 80% de pead e 20% de pebol.	ROL	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	ORLEPLAST	0	2,8800
			PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11996)	Oreplast	0	5,7200
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	LIBREPLAST	0	3,1700
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	ORLEPLAST	0	3,6000
			PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11996)	Oreplast	0	7,1400
7	Cera automotiva para proteção da tinta do carro, em acordo com a legislação vigente, frascos com 200 g	FR	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	AUTOCRAFT	0	5,4700
8	Cera líquida incolor polietileno, polifilm, coadjuvantes aplicação em pisos em todos os tipos de autotráfego em embalagens de 750ml (frascos); Possuir Registro na ANVISA.	FR	T M SCHLICKMANN & CIA LTDA ME (11819)	DENGO	0	5,0000
9	Cloro a teor de cloro ativo de 6 a 8 %, hipoclorito de sódio, tensoativo antônico, alcalizante e veículo, acondicionados em embalagens de 5 litros; Possuir Registro na ANVISA.	GL	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	BRAVO	0	6,8800
			DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	DENGO	0	7,0000
			T M SCHLICKMANN & CIA LTDA ME (11819)	DENGO	0	10,4000
11	Copo Plástico (material poliestireno) descartável, capacidade 180 ml, cor branca, caixa com 25 pacotes com 100 unidades cada, com no mínimo 0,17mm de espessura. Padrão ABNT/INMENTRO	CX	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	TOTALPLAST	0	49,9500
			T M SCHLICKMANN & CIA LTDA ME (11819)	TOTAL PLAST	0	50,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 3/15

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 12/03/2014		Válido até: 12/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

12	Copo Plástico (material poliestireno) descartável, capacidade 50 ml, cor branca, caixa com 30 pacotes com 100 unidades cada, com no mínimo 0,17mm de espessura. Padrão ABNT/INMETRO	CX	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	COPOSUL	0	65,5000	3
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	TOTAL PLAST	0	28,9500	1
			T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	TOTAL PLAST	0	29,0000	2
			PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11996)	Totalplast	0	30,5000	3
13	Desengordurante, limpa e remove rapidamente toda a sujeira e gordura, sem esforço, e ainda deixa um suave perfume. Indicado para limpeza de fogões, azulejos, fórmicas, piaas, micro-ondas, exaustores, geladeiras e outras superfícies laváveis. Embalagem com 500 ml.	FR	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	VEJA	0	4,3900	1
			PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11996)	CIF	0	4,4000	2
14	Desinfetante fragrância pinho com Bactericida e germicida para limpeza e desinfecção em cabine sanitária com ação desodorizante, antialérgico, neutro e não tóxico. Composição: cloreto de benzalcônio, formol inibido, tensoativo não iônico, acidificante, fragrância, corante e água. Princípio Ativo: Cloreto de Benzalcônio, (Tensoativo Catiónico, teor 0,20% a 1,15%) O produto deverá apresentar rotulo com: modo de usar, precauções, composição e validade. Embalagem de 5 litros data de validade e fabricação indicadas no produto validade mínima de 18 meses a contar da data de entrega de cada pedido, Possuir Registro na ANVISA.	GL	DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	DENGO	0	5,0000	1
			T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	DENGO	0	8,1700	2
15	Detergente clorado, componente ativo: a quil benzeno, sulfato de sódio linear, tensoativo, anidrico, alvejante, espessante, essência e alcalinizante. acondicionados em embalagens de 5 litros. Possuir Registro na ANVISA.	GL	DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	DENGO	0	6,8000	1
			T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	DENGO	0	10,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 4/15

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 12/03/2014		Válido até: 12/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Detergente Desincrustante Alcalino para limpeza automotiva, indicado para a remoção de graxas e gorduras em elevada concentração em chassis de veículos, motores máquinas agrícolas. O produto deve ser biodegradável atendendo as exigências da ANVISA. PH 13,5 (Galão de 50 litros)	GL	BONDMANN QUIMICA LTDA. (8390)	BONDMANN	0	420,0000	1
17	Detergente Líquido, concentrado para lavar louças manualmente, neutro, testado dermatologicamente, biodegradável, concentrado com aspecto líquido viscoso e transparente, PH 5,5 a 8,5, embalado em frasco de 5 litros em plástico flexível, incolor e resistente. Princípio Ativo: Linear Alquilbenzeno Sulfonato de Sódio, especificações, indicações, precauções: Constar, CNPJ do fabricante, serviço de atendimento ao consumidor, registro ou notificação válidos no MS/ANVISA, bem como a composição química, nome e registro do técnico ou profissional responsável na entidade profissional competente validade mínima de 24 meses a partir da data da entrega de cada pedido. Possuir Registro na ANVISA.	GL	DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	DENGO	0	6,5000	1
18	Detergente para lavar veículos desde motores e chassis, até a delicada pintura externa. Produto com grande poder de deslizamento, indensivo a borrachas, plásticos e vinil. PH entre 7,5 e 9,5. Com registro na ANVISA (Galão de 50 litros)	GL	T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	DENGO	0	9,6500	2
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	GIRANDO SO	0	10,7000	3
			DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	DENGO	0	60,0000	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	JJ GUIMARAE	0	87,3300	2
			BONDMANN QUIMICA LTDA. (8390)	BONDMANN	0	415,0000	3
19	Embalagem tipo filme transparente, rolo 15 MT para alimentos.	ROL	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	ORLEPLAST	0	1,4800	1
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	LEVEFILM	0	3,3000	2
20	Escova de unha. Und	UNI	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	PEROVINHA	0	1,2900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 5/15

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 12/03/2014		Válido até: 12/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretárias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	Escova para limpeza; sanitária; tipo lavatina (vassourinha); base de madeira; base com 4cm de diâmetro; com cerdas em fibra de nylon Sintético; sem alça; cabo de madeira; medindo no mínimo 20 cm (comprimento); mínimo de 15 cerdas por tufo	UN	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	PEROVINHA	0	4,6200	1
23	Escova para vaso sanitário com suporte.	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	DALCIN	0	3,0800	1
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	PEROVINHA	0	4,6200	2
24	Espuma de fibra sintética em poliuretano, dupla face para uso geral de limpeza, medindo aproximadamente 110 mm X 75 mm X 20 mm. Composição e informação do fabricante estampada na embalagem. Embalada.	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	ESFREBOM	0	0,4800	1
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	BETTANIN	0	0,5300	2
			PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11996)	Scath Brite	0	3,6000	3
25	Espuma de lã de Aço carbono para limpeza de louças, talheres, etc.... Composição e informação do fabricante estampada na embalagem. Pacote contendo 08 unidades, peso líquido 60 gramas	PCT	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	ASSOLAN	0	1,1300	1
			PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11996)	Assolan	0	1,9400	2
26	Filtro de papel descartável, com micro furos e dupla costura lateral, tamanho médio nº 103 para coar café, caixa com 30 filtros.	CX	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	BRIGITTA	0	1,6600	1
27	Flanela tamanho grande aprox. 35X50 cm. 100% algodão.	UN	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	MASTER	0	1,1600	1
			T M SCHLICKWANN & CIA LTDA ME (11819)	MARTINS	0	1,5500	2
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	MARTINS	0	1,6000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 6/15

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 12/03/2014		Válido até: 12/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

28	Fianela tamanho grande aprox. 40X60 cm. 100% algodão. (Para limpeza dos carros)	UN	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	MASTER	0	1,6500	1
29	Fósforo. Produto não perecível. Composição: fósforo, donato de potássio coagulantes, aprovado pelo Inmetro, tradicional. Caixa contendo 240 palitos longos.	CX	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	GABOARD	0	1,2900	1
			PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11996)	Gaboardi	0	1,6400	2
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	FIAT LUX	0	1,6600	3
30	Limpa vidro, tipo líquido. Cor incolor/azul. Frascoplástico	FR	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	CIF	0	8,4000	1
			PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11996)	Veja	0	8,5000	2
32	Limpador decapante para alumínio indicado para utilizar em postos de gasolina, agências de automóveis, transportadoras, empresas de ônibus, indústrias e na limpeza de dáus de alumínio. PH 0,5 e 2,5, com registro na ANVISA (Galão de 50 litros)	GL	BONDMANN QUIMICA LTDA. (8390)	BONDMANN	0	621,0000	1
33	Lustra móveis a base de cera natural e sintética coadjuvante, emulsificante, perfume preservativo, silicone a água, embalagem com 200 ml.	FR	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	NOBRE	0	1,7400	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	POLWAX	0	2,1900	2
34	Multi inseticida aerossol, contra mosquitos, embalagem com 300 ml.	FR	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	SBP	0	7,0400	1
35	Odorizador ambiental, aerossol, sem CFC.Essências suaves. Aplicação: aromatizador ambiental. Frasco de 400 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde	FR	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	PURO AR	0	5,2100	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	GLADE	0	6,3800	2

Página: 7/15

Válido até: 12/03/2015

Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif
36	Óleo de peroba para móveis de madeira, embalagem com 100 ml	FR	DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	POLWAX	0	3,5000	1
37	Pá coletora de lixo, com coletor medindo aprox. 28cm e cabo 15 cm, ambos de plástico resistente	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	KING	0	4,4000	2
38	Pá coletora de lixo, com coletor medindo aprox. 28cm e cabo de 01 metro, coletor de plástico resistente.	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	GOULART	0	1,7200	1
39	Palha de aço reforçada para uso doméstico em pacote com uma unidade.	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	GOULART	0	5,0600	1
40	Pano de copa e cozinha, em algodão 0,80x0,50cm, 100% algodão na cor branca com bainha, com peso mínimo 50g e embaladas individualmente.	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	SANIMIX	0	0,4900	1
41	Pano de copa e cozinha, em algodão 0,80x0,50cm, 100% algodão na cor branca com bainha, com peso mínimo 50g e embaladas individualmente.	UN	T M SCHLICKMANN & CIA LTDA ME (11819)	TEKA	0	4,7300	1
42	Papel Higiénico 30m, fardo com 64 unidades, folha simples na cor branca, não reciclado, com 100% fibras naturais com gramatura mínima de 18 gr/m² picotado e gofrado, cor branca macio e sem pigmentação aparente oriunda da utilização de aparas de material impresso com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel. Embalagem com boa visibilidade do produto, laudo microbiológico dentro da validade, portaria 1480 de 31/12/1990. Deve apresentar certificado microbiológico atualizado.	FD	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	SOFT	0	33,9000	1
43	Papel toalha com multipicotes contendo 75 folhas duplas de 14 cm X 22cm cada, O pacote vem com 02 rolos, na cor branca	PCT	PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11996)	Personal	0	70,0000	2
44	Papel toalha com multipicotes contendo 75 folhas duplas de 14 cm X 22cm cada, O pacote vem com 02 rolos, na cor branca	PCT	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	DALMATA	0	2,4400	1
45	Papel toalha com multipicotes contendo 75 folhas duplas de 14 cm X 22cm cada, O pacote vem com 02 rolos, na cor branca	PCT	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	DALMATA	0	2,9000	2
46	Papel toalha com multipicotes contendo 75 folhas duplas de 14 cm X 22cm cada, O pacote vem com 02 rolos, na cor branca	PCT	PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11996)	Snob	0	83,1800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 8/15

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 12/03/2014 Válido até: 12/03/2015							
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretárias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	Papel toalha 100% fibras virgem com multiplicotes de 200 folhas duplas de 11,3 cm X 22cm cada, na cor branca	PCT	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	TUBARÃO	0	5,1100	1
44	Papel toalha interfolhado, gramatura mínima 32g/m², alta alvura, 40% a 60% de celulose, sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel na cor branca, de luxo com duas dobras tamanho aprox. 20x21,5cm. Pacote com 1000 folhas, não reciclado. Fardo com 5 pacotes. Deve apresentar certificado microbiológico atualizado.	FD	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	TUBARÃO	0	24,1600	1
45	Papel toalha, rolo de 22 x 20 cm, folhas duplas e gofradas 100% fibras celulósicas branco. (FARDO COM 24 rolos, com 60 folhas).	FD	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	DALMATA	0	24,3700	1
47	Pedra sanitária com pindurador de plástico. 45 gr.	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	KITCHEN	0	24,3900	2
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	SANY	0	0,7300	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	SANIBRIL	0	0,9800	2
48	Prendedor de roupa madeira c/ 12 unidades;	PCT	T M SCHLICKMANN & CIA LTDA ME (11819)	ZAVASKI	0	0,9100	1
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	ZAVASKI	0	0,9200	2
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	ZAVASKI	0	1,1100	3
49	Preteador para Pneu (Galão de 05 litros)	GL	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	JJ GUIMARAE	0	11,1900	1
			DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	DENGO	0	18,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 9/15

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 12/03/2014		Válido até: 12/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	SAO PAULO	0	18,1100	3
50	Repelente elétrico em pastilha (refil), ação contramosquitos	PCT	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	MAT INSET	0	1.9200	1
51	Rodo com lãmanho de 35 cm com o corpo fabricado em polipropileno de alta resistência e lâmina dupla de borracha natural. Cabo com 1,40 m, moldado em alumínio anodizado,	UN	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	BETTANNIN	0	44,8800	1
52	Rodo com lãmanho de 55 cm com o corpo fabricado em polipropileno de alta resistência e lâmina dupla de borracha natural. Cabo com 1,40 m, moldado em alumínio anodizado,	UN	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	BETTANNIN	0	51,4800	1
53	Sabão em barra tipo glicerinado, neutro, acondicionado em embalagem plástica com 5 unidades de 200 gramas cada barra, registro na anvisa. validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega.	PCT	PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11996)	Ype	0	5,1500	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	YPE	0	5,1900	2
54	Sabão em pó com amaciante atomizado (granulado). Composição: tensoativo aniônico o biodegradável, tamponantes, coadjuvantes, corantes, enzimas, sinergista branqueador óptico, essência, água alvejante e carga. Princípio ativo: Linear Alquilo Benzeno Sulfonato de Sódio. O Produto deverá apresentar: Rótulo indicando data de validade, dados do fabricante, marca, precauções, composição do produto e peso líquido. O Produto deverá ter validade de 18 meses a partir da data do pedido de entrega.Embalagens primárias em caixa de cartolina com 1 Kg acondicionado em caixa de papelão resistente. Possuir Registro na ANVISA.	UN	PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11996)	Ype	0	5,0000	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	TIXAN YPÊ	0	5,1000	2
55	Sabão líquido alquil benzeno sulfonato de sódio linear, lauril éter sulfato de sódio, dietanolamina de ácido graxo de coco, tripolifosfato de sódio, hidróxido de sódio, sulfato de magnésio, benzotriazololol, branqueador óptico, essência e água. Galão de 5 litros	GL	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	QUIMIFEL	0	6,4900	1
			DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	DENGO	0	6,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 10/15

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 12/03/2014		Válido até: 12/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

56	Sabonete infantil de 90 gr na cor azul;	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	JONHSON BA	0	2,5100	1
57	Sabonete infantil de 90 gr na cor rosa;	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	JONHSON BA	0	2,5100	1
58	Sabonete líquido Lauril éter sulfato de sódio, coco amido propil, betaina, perfume, base perolada, ácido cítrico, cloreto de sódio, conservante e corante. Galão contendo 5 litros deve estar em conformidade com normas sanitárias vigentes, devidamente emitidas pelo órgão fiscalizador competente, Possuir Registro na ANVISA.	GL	DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	DENGO	0	8,4000	1
59	Sabonete Refil Para Saboneteiras. Com Bico De Borracha.	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	TRILHA	0	3,4200	1
60	Saca de algodão, 100 % alvejado, para limpeza, medindo aproximadamente 70 cm de altura e 50 cm de largura e costura nas laterais, com peso mínimo de 190 gr.	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	MARTINS	0	4,4300	1
61	Saca de algodão, cor crua para limpeza, medindo aproximadamente 70 cm de altura e 50 cm de largura e costura nas laterais, com peso mínimo de 190 gr.	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	MARTINS	0	3,8100	1
62	Saca plástico de lixo preto de 150 litros (pacote com 50 unidades)	PCT	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	INDUPLAST	0	11,0700	1
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	INDUPLAST	0	15,8400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 11/15

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 12/03/2014		Válido até: 12/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
63	Saca plástico de lixo reforçado preto de 200 litros (pacote com 100 unidades)	PCT	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	INDUPLAST	0	25,6500	1
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	INDUPLAST	0	32,6900	2
64	Saco plástico de lixo doméstico de polietileno em rolo ou almofada com 10 unidades, com capacidade de 15 litros, medindo aproximadamente 39cm x 58cm,a cor preta Conforme normas da ABNT.	PCT	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	INDUPLAST	0	0,4900	1
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	INDUPLAST	0	1,0200	2
			T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	INDUPLAST	0	1,2800	3
65	Saco plástico de lixo doméstico de polietileno em rolo ou almofada com 10 unidades, com capacidade de 30 litros, medindo aproximadamente 59cm x 62cm,a cor preta Conforme normas da ABNT.	PCT	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	INDUPLAST	0	0,9800	1
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	INDUPLAST	0	1,0200	2
			T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	INDUPLAST	0	1,2800	3
66	Saco plástico de lixo doméstico de polietileno em rolo ou almofada com 10 unidades, com capacidade de 50 litros, medindo aproximadamente 63cm x 80cm,a cor preta Conforme normas da ABNT.	PCT	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	INDUPLAST	0	0,9600	1
			T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	INDUPLAST	0	0,9700	2
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	INDUPLAST	0	1,2000	3
67	Saco plástico de lixo doméstico de polietileno em rolo ou almofada com 5 unidades, com capacidade de 100 litros, medindo aproximadamente 75cm x 105cm,na cor preta.Conforme normas da ABNT.	PCT	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	INDUPLAST	0	0,9800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 12/15

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 12/03/2014		Válido até: 12/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
68	Sapão cremoso limpador concentrado, ideal para deixar superfícies esmaltadas cromadas, de aço inox, porcelana e louças profundamente limpas. Composição: Tensioativo Anfótero, Agente Abrasivo, Agente Branqueador, Alcalinizantes e Fragrância.Componente Ativo: Ácido Tricloroisocianúrico. 300ML	UN	T M SCHLICKMANN & CIA LTDA ME (11819)	INDUPLAST	0	0,9900	2
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	INDUPLAST	0	1,2000	3
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	POLWAX	0	2,6300	1
			DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	POLWAX	0	3,5000	2
69	Toalha de banho, inferior para limpeza, de 0.60x1,00m	UN	PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11996)	Assolan	0	5,7600	3
			T M SCHLICKMANN & CIA LTDA ME (11819)	TEKA	0	10,5000	1
70	Toalha de rosto 45x70 cm, branca.	UN	T M SCHLICKMANN & CIA LTDA ME (11819)	TEKA	0	4,3100	1
71	Vassoura com cerdas de aparação curva de nylon de aproximadamente 10 cm de comprimento com no mínimo 64 tufo, com 25 fios por tufo, pontas desfiadas (plumadas), base em Polipropileno, fixação do cabo com sistema de rosca, cabo em metal plastificado, medindo aproximadamente 1,20 metros.	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	NAYLITA	0	5,4700	1
72	Vassoura de palha feita de palha contendo quatro ou cinco costuras medindo 52 cm altura por 32 cm largura e espessura 6 cm com cabo de madeira de 80cm	UN	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	NOVISSA	0	8,6600	2
			PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11996)	Condor	0	11,3800	3
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	COLONIAL	0	12,0900	1
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	COLONIAL	0	12,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 13/15

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 12/03/2014		Válido até: 12/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

Preço Unitário	18,0000
Classif.	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 14/15

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 12/03/2014		Válido até: 12/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

T M SCHLICKMANN & CIA LTDA ME (11819) COLONIAL 0 18,9000 4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 12/03/2014		Válido até: 12/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2014
PROCESSO Nº 36/2014

- (7702) - DENGU INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
- (8044) - ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME
- (8390) - BONDIMANN QUIMICA LTDA.
- (10680) - PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA.
- (11819) - T M SCHLICKMANN & CIA LTDA ME
- (11996) - PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP

Forquilha, 12 de Março de 2014.

Fraiburgo

PREFEITURA

Resolução Cms 010

DELIBERAÇÃO 010/CMS/14

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 18 de junho de 2014, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU o Protocolo da Rede de Saúde Mental do Município de Fraiburgo, conforme ATA Nº 007/2014.

Fraiburgo (SC), 18 de junho de 2014.

Nilce Pinz

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Decreto Nº 0166/2014

DECRETO Nº 166, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor de R\$ 10.462,80 (dez mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura		
10.01 - Secretaria de Infraestrutura		
15.451.0017.2.040 - Manutenção da Secretaria de infraestrutura		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0.200 (136)	R\$	7.462,80
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0.200 (289)	R\$	3.000,00
Total	R\$	10.462,80

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura		
10.01 - Secretaria de Infraestrutura		
15.451.0017.2.040 - Manutenção da Secretaria de infraestrutura		
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0.200 (138)	R\$	7.462,80
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0.200 (281)	R\$	3.000,00
Total	R\$	10.462,80

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 23 DE JUNHO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Lei Nº 2235/2014

LEI Nº 2235, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

INSTITUI O MÊS "NOVEMBRO AZUL" DEDICADO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES QUE VISEM A INTEGRALIDADE DA SAÚDE DO HOMEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Fica instituído no Município de Fraiburgo, o mês de novembro como "Novembro Azul", dedicado à realização de ações preventivas à integralidade da saúde do homem.

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Saúde, em parceria com a iniciativa privada e com entidades civis, realizará campanhas de esclarecimentos, exames e outras ações educativas e preventivas visando à saúde do homem, priorizando:

- I - Cardiologia;
- II - Urologia - Câncer e de próstata;
- III - Saúde mental;
- IV- Glicemia, colesterol, diabetes;
- V- Gastroenterologia;
- VI- Pneumologia.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 23 DE JUNHO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Republicação do Pregão Presencial Nº 0073_2014-PMF Rp 0039

Aviso de Republicação do Pregão Presencial Nº 0073/2014 - PMF

Registro de Preços Nº 0039/2014 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de combustíveis para abastecimento da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI - FMS - FME), durante os meses de julho de 2014 a fevereiro de 2015: Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/ Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 04.07.2014. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 23 de junho de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1159/2014

PORTARIA N.º 1.159, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0105/2014 da Secretaria Municipal de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDREA HILDEBRANDO DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 035.532.869-03, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de agosto de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1160/2014

PORTARIA N.º 1.160, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0106/2014 da Secretaria Municipal de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLECI TEREZINHA RODRIGUES DOS SANTOS RUSCHEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 743.463.939-34, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de agosto de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1161/2014

PORTARIA N.º 1.161, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0107/2014 da Secretaria Municipal de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLEUDE BIANCHI, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 656.561.649-34, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de agosto de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1162/2014

PORTARIA N.º 1.162, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0108/2014 da Secretaria Municipal de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVONE RIBEIRO ALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 814.007.139-00, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de agosto de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1163/2014

PORTARIA N.º 1.163, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0109/2014 da Secretaria Municipal de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSIANE MOREIRA DOS SANTOS SCHIRMER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 026.264.499-11, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de agosto de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1164/2014

PORTARIA N.º 1.164, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

Designa Servidor Público Municipal como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n. 2073/2010 e com a Instrução Normativa n. TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especialmente o contido no artigo 4º;

RESOLVE:

Art. 1º Designar, ELIZETE TEREZINHA RISSON, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 455.793.509-53, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento do Fundo Municipal de Saúde, no período de 23 de junho de 2014 até 15 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1165/2014

PORTARIA Nº 1.165, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar FRANCIELY MORAES PEREGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 045.330.749-36, contratada em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 9995, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT14PMF69, Processo Administrativo Licitatório nº 0082/2014, Tomada de Preços nº 0008/2014, cujo objeto é a execução de ampliação do Centro de Educação Municipal "Professor Juvilano Manoel Pedroso", localizado na Av. Guilherme Pinz, esquina com a Av. Pedro Gianello, no bairro São Miguel, nesta cidade, com a construção de refeitório, cozinha, banheiro e depósito, totalizando uma área de 205,37 m².

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1166/2014

PORTARIA Nº 1.166, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0018, de 07 de março de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 057/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELIANE TEREZINHA PONTES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.119.319-16, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 30 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1167/2014

PORTARIA N.º 1.167, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de

03 de março de 2010; e alterações posteriores; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANDRÉ LUIS PAES JULIANI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 087.319.408-03, no cargo de provimento efetivo de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1168/2014

PORTARIA Nº 1.168, DE 23 DE JUNHO DE 2014.
Revoga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 030, de 07 de janeiro de 2014, que ampliou de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora DARLENE APARECIDA FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 044.702.509-02, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, a partir de 23 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1169/2014

PORTARIA Nº 1.169, DE 23 DE JUNHO DE 2014.
Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar MICHELLE RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 058.258.169-92, nomeada no cargo de provimento efetivo de ARQUITETO, matrícula nº 8701, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo nº CT14PMF101, Processo Administrativo Licitatório nº 0110/2014, Tomada de Preços nº 0010/2014, cujo objeto é a construção de 2 (dois) Pontos de Ônibus, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (Anexos ao PAL), nos seguintes locais: - 1 (um) Ponto de Ônibus com 4,00 m² a ser construído na Rua Panamá, Bairro Jardim América e - 1 (um) Ponto de Ônibus com 4,00 m² a ser construído na Av. Michele Simonetti, Bairro São Miguel.

Art. 2º. Incumbe a fiscal acima designada acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1170/2014

PORTARIA Nº 1.170, DE 23 DE JUNHO DE 2014.
Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar MICHELLE RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 058.258.169-92, nomeada no cargo de provimento efetivo de ARQUITETO, matrícula nº 8701, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo nº CT14PMF100, Processo Administrativo Licitatório nº 0111/2014, Tomada de Preços nº 0011/2014, cujo objeto é a construção de 9 (nove) Pontos de Ônibus, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (Anexos ao PAL), nos seguintes locais: - 1 (um) Ponto de Ônibus com 8,78 m² a ser construído na Rua Fuji, Bairro Macieira, em frente ao lote 26 da quadra 342; - 1 (um) Ponto de Ônibus com 8,78 m² a ser construído na Rua Fuji, Bairro Macieira, em frente a quadra 344; - 1 (um) Ponto de Ônibus com 8,78 m² a ser construído na Av. Guilherme Pinz, Bairro São Miguel, em frente ao lote 16 da quadra 517; - 1 (um) Ponto de Ônibus com 8,78 m² a ser construído na Av. Michele Simonetti, Bairro São Miguel, em frente ao lote 08 da quadra 433; - 1 (um) Ponto de Ônibus com 8,78 m² a ser construído na Rua Alcides Sella, Bairro São Miguel, em frente ao lote 01 da quadra 427; - 1 (um) Ponto de Ônibus com 8,78 m² a ser construído na Av. Pedro Gianello, Bairro São Miguel, em frente ao lote 10 da quadra 462; - 1 (um) Ponto de Ônibus com 8,78 m² a ser construído na Av. Guilherme Pinz, Bairro São Miguel, em frente ao lote 17 da quadra 529; - 1 (um) Ponto de Ônibus com 8,78 m² a ser construído na Rua Paulo Pedroso, Bairro São Cristovão e - 1 (um) Ponto de Ônibus com 8,78 m² a ser construído no Trevo São Cristovão/São Miguel, FB-150.

Art. 2º. Incumbe a fiscal acima designada acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

Decreto N.º 083

DECRETO N.º 083, DE 23 DE JUNHO DE 2014.
DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

Considerando que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando que existem serviços especializados e provenientes de programas temporários que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando a importância da área de Urgência e Emergência enquanto componente da assistência à saúde;

Considerando a necessidade de contratação para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde entre outros tipos de afastamentos;

Considerando, que conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005 e alterações, "artigo 207. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: (...) IX - Executar serviços provenientes de convênios ou programas, firmados ou a que o Município aderir, propostos pela União, Estados ou Municípios."

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2014, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

Art. 4º. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

Art. 5º. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de junho de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Edital de Processo Seletivo Simplificado N.º 010/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2014

Considerando que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando que existem serviços especializados e provenientes de programas temporários que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando a importância da área de Urgência e Emergência enquanto componente da assistência à saúde;

Considerando a necessidade de contratação para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde entre outros tipos de afastamentos;

Considerando, que conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005 e alterações, "artigo 207. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: (...) IX - Executar serviços provenientes de convênios ou programas, firmados ou a que o Município aderir, propostos pela União, Estados ou Municípios."

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

1.3. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.4. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1. As inscrições serão recebidas de 24/06/2014 à 08/07/2014,

das 14h às 17h, na Secretaria Municipal de Saúde, situado Antonio José Botelho - Prédio do ESF, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8100, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação do formulário de inscrição Anexo II.

2.2. Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

*AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de escolaridade - Ensino Fundamental (1º Grau); Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
motorista socorrista - SAMU	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); CNH profissional, tipo "D" (na validade) Currículo vitae (com apresentação dos títulos originais); Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência.
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - SAMU	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Currículo vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência.
ASSISTENTE SOCIAL	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Currículo vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de Classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência.
MÉDICO EMERGENCISTA	Carteira de Identidade; Cadastro de Pessoa Física (CPF); Diploma, de formação em Medicina, devidamente registrado no MEC; Currículo vitae documentado com todas as folhas rubricadas; Registro no órgão de classe do Estado de Santa Catarina; Comprovante de Residência; Comprovante de tempo mínimo de exercício profissional 2 (dois) anos; experiência comprovada em Serviços de Atendimento de Emergência.
BIOQUÍMICO	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Currículo vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de Classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência.

3. DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E VAGAS:

3.1. Os cargos, os requisitos mínimos exigidos, atribuições, a carga horária semanal, remuneração e as vagas a serem preenchidas, estão indicados no quadro que se apresenta a seguir:

CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS/ATRIBUIÇÕES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO R\$	VAGAS
<p>AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE -ESF</p> <p>ÁREA 02 (NORTE)</p> <p>Micro Área 07</p>	<p>Habilitação profissional: Ensino Fundamental completo (1º Grau) e residir na área da comunidade em que for atuar.</p> <p>Atribuições: Exercer atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS; utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, os nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; identificar área de risco; orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário; realizar ações, atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica; realizar, por meio de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco; desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe; executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.</p>	40 horas	755,99	01
<p>motorista socorrista - SAMU</p>	<p>Habilitação Profissional: Carteira Nacional de Habilitação - CNH, tipo "D" - Idade mínima 21 anos.</p> <p>Atribuições: Conduzir veículos de urgência padronizados pelo código sanitário (transporte de pacientes), obedecendo aos padrões de capacitação, possuir equilíbrio emocional e autocontrole, realizar transporte de pacientes com condução de maca rígida e/ou outro equipamento para transporte do paciente imobilizado, disposição para cumprir ações orientadas e capacidade de trabalhar em equipe.</p>	38 horas semanais, sendo realizados em 3 plantões de 12 horas (diurnos e/ou noturnos) acrescidos de 2(duas) horas de capacitação/treinamento por semana, distribuídos por escala de serviço mensal.	1.047,37	01
<p>TÉCNICO DE ENFERMAGEM - SAMU</p>	<p>Habilitação Profissional: Curso Técnico de Enfermagem e registro no respectivo órgão de classe - COREN/SC - Idade mínima 21 anos</p> <p>Atribuições: Além das atribuições previstas para o cargo de Técnico de Enfermagem, na Lei Complementar nº 655/99, são as seguintes: realizar procedimentos de enfermagem dentro de suas competências técnicas e àquelas previstas na Política Nacional de Atenção às Urgências - Portaria GM nº 2.048, de 05 de novembro de 2002.</p>	38 horas semanais, sendo realizados em 3 plantões de 12 horas (diurnos e/ou noturnos) acrescidos de 2(duas) horas de capacitação/treinamento por semana, distribuídos por escala de serviço mensal.	947,62	01
<p>ASSISTENTE SOCIAL</p>	<p>Habilitação profissional:</p> <p>Registro no órgão de Classe de Santa Catarina;</p> <p>Diploma conforme formação exigida para o cargo;</p> <p>Atribuições: Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada e de grande complexidade, envolvendo planejamento, coordenação, orientação e supervisão de trabalhos relacionados com o diagnóstico, desenvolvimento e tratamento de aspectos sociais.</p>	40 horas	1.682,10	01

MÉDICO EMERGENCISTA	Habilitação: Portador do diploma de médico, com registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina; tempo mínimo de exercício profissional comprovado de 2 (dois) anos; experiência comprovada em Serviços de Atendimento de Emergência Atribuições: Realizar avaliação de todos os pacientes encaminhados para atendimento médico, atender os pacientes clínicos e vítimas de trauma no setor de emergência, priorizar o atendimento em função da gravidade/risco, estabilizar e encaminhar os pacientes para outras especialidades, prestar atendimento quando solicitado por outras especialidades diante de situações avaliadas como emergência, ser responsável pelo acompanhamento e prescrição dos pacientes adultos deixados em observação pela equipe, atender, avaliar, encaminhar e/ou liberar pacientes, prestar informações a familiares quando pertinente, responsabilizar-se pela transferência de pacientes, procedendo ao contato com o médico receptor e relatório de transferência, participar da coleta de dados que orientem a gestão assistencial (escores, indicadores de qualidade e complexidade), conhecer e cumprir as normas constantes do Estatuto dos Funcionários do Município de Garopaba, e outras tarefas afins e correlatas.	30 horas	10.642,46	01
BIOQUIMICO	Habilitação: Portador do diploma de bioquímico Registro no órgão de Classe de Santa Catarina; Atribuições: Desenvolver atividades de execução qualificadas, de grande complexidade, abrangendo serviços relativos à pesquisa, montagem e implantação de novos métodos de análises clínicas, análises laboratoriais, análises biomatológicas de produtos dietéticos e cosméticos, produção de medicamentos e controle de qualidade.	40 horas	1.682,10	01

* Atribuições comuns a todos os Profissionais das Equipes ESF: Conhecer a realidade das famílias pelas quais são responsáveis com ênfase nas suas características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas; Identificar os problemas de saúde e situações de risco mais comuns aos quais aquela população está exposta; elaborar com a participação da comunidade, um plano local para o enfrentamento dos problemas de saúde e fatores que colocam em risco a saúde; executar, de acordo com a qualificação de cada profissional, os procedimentos de vigilância epidemiológica, nas diferentes fases do ciclo de vida; valorizar a relação com o usuário e com a família para a criação de vínculo de confiança, de afeto, de respeito; realizar visitas domiciliares de acordo com o planejamento; resolver os problemas de saúde do nível de atenção básica; garantir acesso à continuidade do tratamento dentro de um sistema de referência e contra-referência para os casos de maior complexidade ou que necessitem de internação hospitalar; prestar assistência integral à população adscrita, respondendo à demanda de forma contínua e racionalista; coordenar, participar de e/ou organizar grupos de educação para a saúde; Promovendo ações intersectoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes na comunidade para o enfrentamento conjunto dos problemas identificados; fomentar a participação popular discutindo com a comunidade conceitos de cidadania, de direitos à saúde e suas bases legais; Incentivar a formação e/ou participação ativa da comunidade nos conselhos locais de saúde e no Conselho Municipal de Saúde; auxiliar na implantação do Cartão Nacional de Saúde; identificar pessoas portadoras de hipertensão, diabetes, tuberculose, hanseníase para alimentar aos respectivos bancos de dados.

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. O PROCESSO DE SELEÇÃO TERÁ AS SEGUINTE ETAPAS:

4.1.1. Análise dos documentos apresentados;

4.1.2. A qualquer tempo os candidatos poderão ser convocados para entrevista estruturada visando dirimir dúvidas da comissão de avaliação.

4.1.3. Avaliação, conforme regras constantes do Anexo I.

5. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

5.1. Consiste na observância da entrega dos documentos, da experiência profissional e do perfil para desempenho da função.

6. DO DESEMPATE:

6.1. Em caso de empate, será classificado(a) e posteriormente contratado(a) o(a) candidato(a) conforme os seguintes critérios hierárquicos de desempate:

a. mais idoso.

7. DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA:

7.1. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, com amparo na Lei Municipal n. 1.000/2005, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

7.2. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

a. Classificação no processo seletivo simplificado;

b. Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;

c. Cédula de Identidade;

d. Inscrição no Cadastro Pessoa Física - CPF;

e. Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;

f. Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar (masculino);

- g. Carteira de Trabalho;
- h. Prova de inscrição no PIS/PASEP;
- i. Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;
- j. Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;
- k. Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;
- l. Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D", na validade (para Motorista);
- m. Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para os cargos com exigência);
- n. Comprovante de residência;
- o. Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;
- p. Uma foto 3X4, de frente e recente;
- q. Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade.
- r. Declaração de bens;
- s. Outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

8. DO DESLIGAMENTO DO(A) CONTRATADO(A):

8.1. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

- a. pelo término do prazo contratual;
- b. por iniciativa do contratado;
- c. por conveniência e oportunidade do serviço público;
- d. pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. DOS RECURSOS

9.1.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

9.1.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a. Nº do Processo Seletivo;
- b. Cargo a que concorre;
- c. Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- d. Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);
- e. Identificação do candidato.

9.1.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

9.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM/SC, www.diariomunicipal.sc.gov.br.

9.3. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

9.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

9.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 23 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 24/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

ANEXO I

AVALIAÇÃO CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto	2 pontos
Entrevista	4 pontos	4 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AVALIAÇÃO CARGO: MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência na condução de veículos que atendem serviços de emergência	- Até 2 anos 0,25 ponto por ano - A partir de 2 anos 1 ponto por ano	4 pontos
Capacitação para condução de veículo de emergência	1 ponto	1 ponto
Capacitação inicial SAMU	1 ponto	1 ponto
Capacitação Suporte Básico de Vida	1 ponto	1 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AVALIAÇÃO CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SAMU

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Tempo de Serviço como Técnico de Enfermagem (UTI Móvel) e/ou na atividade de atendimento a urgência e emergência em instituição hospitalar	- Até 2 anos 0,25 ponto (por ano) - A partir de 2 anos 1 ponto por ano	4 pontos
Capacitação inicial SAMU	1,5 ponto	1,5 ponto
Capacitação Suporte Básico de Vida	1,5 pontos	1,5 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AVALIAÇÃO CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	2 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto (por curso)	2 pontos
Entrevista	5 pontos	5 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AVALIAÇÃO CARGO: MÉDICO EMERGENCISTA

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	3 pontos
Curso de Especialização	0,5 ponto	0,5 ponto
Curso de Residência Médica	0,5 ponto	0,5 ponto
Curso de Mestrado	1 ponto	1 ponto

Especialização em Urgência e Emergência, Pronto Socorro ou CTI.	2 pontos	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AValiação Cargo: BIOQUIMICO

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a farmácia	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	0,5 ponto (por curso)	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

OBS 1: Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que relacionados diretamente com CARGO PRETENDIDO e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 5 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições.

OBS 2: O tempo de serviço poderá ser comprovado, através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e/ou Certidão de Tempo de Serviço emitida por Entidade Pública e declaração, em papel com timbre, da instituição, informando o tempo de serviço prestado naquela instituição, pelo responsável do setor de recursos humanos.

ANEXO II
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
PREFEITURA DE GAROPABA
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
EDITAL 010/2014

Formulário de inscrição nº _____
 Cargo: _____
 Nome: _____
 Endereço: _____

Telefone para contato: _____
 Doc. de Identidade nº: _____
 CPF nº: _____

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:
☐ Carteira de Identidade;
☐ CPF;
☐ Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;
☐ Registro no órgão de classe de Santa Catarina;
☐ Diploma conforme formação exigida para o cargo;
☐ Comprovante de Residência.

Garopaba - SC, ____/____/2014

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

Gaspar

PREFEITURA

Errata ao Decreto Nº 5.979/2014.

ERRATA

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº 5.979, de 17 de junho de 2014, veiculada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 1510, de 18 de junho de 2014, nos seguintes termos:

Onde se lê no teor do referido decreto :

"Considerando a deliberação da Comissão Interventora de 16/06/2014, que delegou ao Presidente e ao Administrador do Hospital poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos do Fundo Municipal de Saúde, como também autorizar transações financeiras pela internet e transferências bancárias, consultar e imprimir extratos bancários das contas do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;"

Leia-se, respectivamente:

"Considerando a deliberação da Comissão Interventora de 16/06/2014, que delegou ao Presidente e ao Administrador do Hospital poderes exclusivos para assinar, em conjunto, autorizar transações financeiras pela internet e transferências bancárias, consultar e imprimir extratos bancários das contas do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;"

Gaspar (SC), 23 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

SAMAE - GASPAR

Extrato do Contrato Nº 24/2014 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
 EXTRATO CONTRATOS / 2014

Número do contrato: 24/2014

Data vigência: 20/06/2014

Data vencimento: 31/12/2014

Número da Licitação: 33/2014 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA. - CNPJ/CPF do contratado:

80.706.492/0001-74.

Objeto: Aquisição de conexões.

Valor: R\$ 134,00 (cento e trinta e quatro reais).

Gaspar (SC), em 20 de junho de 2014.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 25/2014 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO CONTRATOS / 2014

Número do contrato: 25/2014
Data vigência: 20/06/2014

Data vencimento: 31/12/2014

Número da Licitação: 33/2014 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA. - CNPJ/CPF do contratado: 82.977.109/0001-48.

Objeto: Aquisição de conexões.

Valor: R\$ 2.050,00 (dois mil cinquenta reais).

Gaspar (SC), em 20 de junho de 2014.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 26/2014 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO CONTRATOS / 2014

Número do contrato: 26/2014
Data vigência: 20/06/2014

Data vencimento: 31/12/2014

Número da Licitação: 33/2014 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: TUDOR COMERCIO DE CONEXÕES EIRELI - EPP - CNPJ/CPF do

contratado: 11.004.107/0001-24.

Objeto: Aquisição de conexões.

Valor: R\$ 17.095,00 (dezessete mil noventa e cinco reais).

Gaspar (SC), em 20 de junho de 2014.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 27/2014 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO CONTRATOS / 2014

Número do contrato: 27/2014
Data vigência: 20/06/2014

Data vencimento: 31/12/2014

Número da Licitação: 33/2014 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: HDS COMERCIAL HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA. - CNPJ/CPF do contratado: 05.582.844/0001-01.

Objeto: Aquisição de conexões.

Valor: R\$ 1.533,60 (um mil quinhentos e trinta e três reais e sessenta centavos).

Gaspar (SC), em 20 de junho de 2014.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 28/2014 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO CONTRATOS / 2014

Número do contrato: 28/2014
Data vigência: 20/06/2014

Data vencimento: 31/12/2014

Número da Licitação: 33/2014 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: SANEMARCK COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA. - CNPJ/CPF do contratado: 08.164.724/0001-82.

Objeto: Aquisição de conexões.

Valor: R\$ 5.977,00 (cinco mil novecentos e setenta e sete reais).

Gaspar (SC), em 20 de junho de 2014.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 29/2014 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO CONTRATOS / 2014

Número do contrato: 29/2014
Data vigência: 20/06/2014

Data vencimento: 31/12/2014

Número da Licitação: 33/2014 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA - ME - CNPJ/CPF do contratado: 05.325.514/0001-30.

Objeto: Aquisição de conexões.

Valor: R\$ 10.373,00 (dez mil trezentos e setenta e três reais).

=====

Gaspar (SC), em 20 de junho de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 30/2014- SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO CONTRATOS / 2014

=====

Número do contrato: 30/2014

Data vigência: 20/06/2014

Data vencimento: 31/12/2014

Número da Licitação: 33/2014 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: ESAPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAL DE PLÁSTICO LTDA. - CNPJ/CPF do contratado: 08.022.616/0001-75.

Objeto: Aquisição de conexões.

Valor: R\$ 4.980,00 (quatro mil novecentos e oitenta reais).

=====

Gaspar (SC), em 20 de junho de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 23/2014- SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO CONTRATOS / 2014

=====

Número do contrato: 23/2014

Data vigência: 20/06/2014

Data vencimento: 31/12/2014

Número da Licitação: 36/2014 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: SERVMED CLÍNICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA. -

CNPJ/CPF do contratado: 79.511.812/0001-51

Objeto: Prestação de serviços em segurança e saúde ocupacional para o SAMAE.

Valor: R\$ 7.180,00 (sete mil cento e oitenta reais).

=====

Gaspar (SC), em 20 de junho de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão 51/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 051/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RETRO-ESCAVADEIRA PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC REFERENTE AO TERMO DE COMPROMISSO Nº 1004649-69/2013 - ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO - FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 04/07/2014 até às 14h30min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 04/07/2014 às 15h00min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 23 de Junho de 2014.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

Guaramirim

PREFEITURA

Comunicado de Anulação Licitação 09/2014- FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
Setor de Licitações

COMUNICADO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 009/201 - FMS.
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS p/ Obras e Serviços de Engenharia
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO BANANAL DO SUL.

A Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA às empresas que o Prefeito Municipal de Guaramirim, Sr. Lauro Frohlich, decidiu pela anulação do procedimento licitatório n.09/2014 - FMS.

Considerando a análise da Procuradoria, onde notou irregularidades no procedimento licitatório da licitação em epígrafe.

Assim, nos termos da alínea "a", do inciso II, do artigo 109, da Lei nº. 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para o exercício dos direitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa dos interessados.

O processo acima citado encontra-se à disposição para eventuais consultas com a Comissão Permanente de Licitações, no Departamento de Licitações e Contratos.

Atenciosamente.

Guaramirim/SC, 18 de junho de 2014.

Paola Vieira Carriço Finatti

Presidente CPL

Portaria 27/2014

Portaria Nº. 262/2014

PORTARIA Nº. 262/2014

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE a Priscila Denise Bastian Lara.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade a Priscila Denise Bastian Lara, por 180 (cento e oitenta) dias, na função de Assistente Social, vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 09 de junho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 09 de junho de 2014.

Guaramirim/SC, 18 de junho de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 2362_2014

Lei Municipal nº 2.362/2014.

Autorizar a firmar Termo de Convênio, e dá outras providências.

Art. 1º Autoriza o município de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, firmar Termo de Convênio com a COOPER VARGAS - Cooperativa dos Estudantes do Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas com inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 04.403.724/0001-37, e Inscrição Estadual sob o nº 254204341, com sede em Linha Cruzinhas, Zona Rural no município de São Miguel do Oeste/SC.

Parágrafo único. O Convênio tem como objetivo a concessão de repasse de auxílio financeiro pelo Município em favor da Cooper Vargas, para manutenção nas despesas com alunos matriculados internos naquele Centro de Educação, no exercício de 2014, residentes e domiciliados no território deste município, conforme Cláusulas do Termo, em anexo, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta dos itens orçamentários cabíveis.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 23 de junho de 2014.

62º ano da Fundação e 52º da Instalação.

JOSÉ CARLOS FOIATO

Prefeito Municipal

- Certifico que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

ROSA ISABEL MONTAGNER

Secretária de Administração e Fazenda

Lei Municipal Nº 2363_2014

Lei Municipal nº 2.363/2014

Altera Art. 1º da Lei Municipal 2.316/2013 de 28 de novembro de 2013, que aprovou desmembramento com parcelamento do solo, contendo outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Artigo 1º da Lei Municipal 2.316/2013 de 28 de novembro de 2013, que aprovou desmembramento com parcelamento do solo passa a ter a seguinte redação no item ÁREA REMANESCENTE :

"Art. 1º - ÁREA REMANESCENTE

PARTE DO LOTE SUB URBANO NÚMERO nº 01, PARTE DA CHÁCARA nº 06, de forma triangular, com a área de 1.085,42m² (Hum mil e oitenta e cinco metros e quarenta e dois decímetros quadrados), sem acessões, situado na Rua Otávio Diehl, no município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações:

LESTE: Com o Lote urbano n.º 01, da matrícula 8.123, por linha

seca, medindo 67,61 metros;
NOROESTE: Com a parte do mesmo Lote sub urbano nº 01, parte da chácara nº 06, por linha seca, medindo 8,72metros;
NORDESTE: Com a parte do mesmo Lote sub urbano nº 01, parte da chácara nº 06, por linha seca, medindo 26,94metros;
NOROESTE: Com a Rua Otávio Diehl, medindo 17,72 metros;
SUDESTE: Com a parte da mesma chácara nº 06, matrícula 464, por linha seca, medindo 90,10metros."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,
em 23 de Junho de 2014
62º ano da Fundação e 52º ano da Instalação.
José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal.

- Certifico que a Presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner
Secretaria da Administração e Fazenda.

Lei Municipal Nº 2364_2014

Lei Municipal nº 2.364/2014
Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ATLETICA INTERNACIONAL DA Linha Caravágio Município de Guarujá do Sul.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública à ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA INTERNACIONAL da Linha Caravágio, na forma de Pessoa jurídica de direito civil, sem fins lucrativos, estabelecida na comunidade de Linha Caravágio, Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 12.134.551/0001-27 com Registro de nº. 449, Livro "A 3", folha 160, datado em 25 de junho de 2010, no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de São José do Cedro, com sede e foro na Comarca de São José do Cedro, estado de Santa Catarina.
Art.2º A entidade de que trata o Artigo anterior, fica-lhe assegurado todos os direitos, benefícios e vantagens previstas nas Legislações vigentes.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC,
em 23 de junho de 2014.
62º ano da Fundação e 52º da Instalação.
JOSÉ CARLOS FOIATO
Prefeito Municipal

- Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 797/2014

PORTARIA Nº 797/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 23 de Junho de 2014, da servidora LIANA SEVERINO (Matr. 3228), a qual exerce a função de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 798/2014

PORTARIA Nº 798/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido conforme requerimento anexo, e DECLARAR a Vacância do cargo ocupado pelo Servidor RODRIGO BECHI CANUTO (Matr. 3591), o qual exercia as funções inerentes ao Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 23 de Junho de 2014, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45, da LC Nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 799/2014

PORTARIA Nº 799/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora JAMIR RIBEIRO DA CRUZ (Matr. 2671), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, nos termos do artigo 103 da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de junho de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 23 de junho de 2014 a 04 de julho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 800/2014

PORTARIA Nº 800/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora IDA-MARA DE MELO (Matr. 2781), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível - 13/1, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, nos termos do artigo 103 da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de junho de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 23 de junho de 2014 a 04 de julho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 801/2014

PORTARIA Nº 801/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 23 de Junho de 2014, do servidor JOSÉ LUIZ CARLOS SILVA (Matr. 153), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Motorista, Nível - 7, Referência "I", 40 horas semanais, anexo

V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 802/2014

PORTARIA Nº 802/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora MACLEISE MARI-NELLO (Matr. 3589), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Psicólogo, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de julho de 2012 e 01 de julho de 2013, para serem gozadas a contar de 23 de junho de 2014 a 22 de julho de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Publicação de Extrato de Dispensa 04/2014 (FUNREBOM)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNREBOM

PROCESSO Nº 11/2014

DISPENSA Nº 04/2014

Objeto: Aquisição de roupas de mergulho do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Imbituba.

Empresa: Dineia Darci Correia Correia.

Valor Total: R\$ 7.910,00.

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 24 de junho de 2014.

Rafael Fortunato Camilo

Comandante da 2ª/8ª BBM

Publicação de Extrato de Dispensa 16/2014 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 87/2014

DISPENSA Nº 16/2014

Objeto: Prestação de serviço de manutenção do elevador castelo, através de serviços técnicos especializados no equipamento existente nas dependências do imóvel onde funciona a Prefeitura Municipal de Imbituba.

Empresa: Elevadores Castelo.

Valor Total: 1.920,00

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 24 de junho de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretario Municipal

Publicação de Extrato de Concorrência 01/2014 (Saneamento)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SANEAMENTO

PROCESSO Nº 01/2014

CONCORRÊNCIA Nº 01/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba através do Fundo Municipal de Saneamento comunica, que realizará às 14:00 horas do dia 25 de julho de 2014, licitação na modalidade de Concorrência, tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia sanitária para realizar a gestão dos resíduos sólidos urbanos produzidos pelo Município de Imbituba/SC.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência

Imbituba, 24 de junho de 2014.

Eduardo dos Passos Nunes

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável

Extrato: PMI Setur 2014/95 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SETUR 2014/95 A00

Contratada: SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA

C.N.P.J: 07.150.434/0001-17

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO EXTERNA, IDENTIFICANDO OS PRINCIPAIS PONTOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC.

Valor: R\$ 389.669,03 Prazo: 60 dias

Fundamento: Processo nº. 73/2014 Tomada de Preço nº01/2014

Imbituba, 17 de junho de 2014.

Adilson Jorge Silvestre

Secretário Municipal de Turismo

Contratante

Sinasc Sinalização e Construção de Rodovias Ltda

Representante Legal

Contratada

Extrato: Semusa 2013/56 A01 Errata

ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2013/56 A01

Contratada: ITAPIRUBA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

C.N.P.J: 08.397.388/0001-18

Objeto: ACRÉSCIMO DE 48,1207(QUARENTA E OITO INTEIROS E UM MIL DUZENTOS E SETE E CENTÉSIMOS DE MIL), SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 104.766,74

ONDE SE LÊ:

Objeto: ACRÉSCIMO DE 48,1207(QUARENTA E OITO INTEIROS E UM MIL DUZENTOS E SETE E CENTÉSIMOS DE MIL), SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 104.766,74

DEVE-SE LER:

Objeto: ACRÉSCIMO DE 49,6493(QUARENTA E NOVE INTEIROS E SEIS MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E TRES CENTESIMOS DE MILÉSIMOS PERCENTUAIS), SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL E PRORROGAÇÃO DE 60 (SESSENTA) DIAS.

Valor: R\$ 108.094,74

Edital SEAGP Nº 095/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública

Gerência de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 095/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, divulgado através do Edital nº 004/2012, de 14 de novembro de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 01 2013, de 08 de fevereiro de 2014, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 12 de junho a 11 de julho de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 12 junho de 2014.
Andreza Barcelos Carvalho
Gerência De Gestão De Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 095/2014
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Atendente de Consultório Odontológico
Kelly Silveira Manoel

Editais SEAGP Nº 096/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública
Gerência de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 096/2014
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 008/2013, de 09 de

outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 13 de junho a 11 de julho de Abril de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba 13 de junho de 2014.
Andreza Barcelos Carvalho
Gerência de Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 096/2014
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

ODONTÓLOGA
Elysa Pizzato Milioli

Publicação de Extrato de Dispensa 18/2014 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 91/2014
DISPENSA Nº 18/2014

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de reparo em coberturas, com fornecimento de material e mão de obra, para atender as necessidades das escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino de Imbituba/SC. Empresa: Empreiteira de Mão de Obra Roça Grande Ltda - ME. Valor Total: 5.075,50

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 24 de junho de 2014.
Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal

Iomerê

PREFEITURA

Decreto 1540/2014

DECRETO Nº. 1540 DE 23 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 755/2013 de 25 de novembro de 2013, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 755/2013 de 25 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

2030 Manutenção das Atividades Agropecuárias

33500000 Transferências a Instituições Priv. sem Fins Lucrativos

300.00 Recursos Ordinários

R\$ 25.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit financeiro do exercício de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 23 de junho de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2377/2014

PORTARIA Nº 2377 DE 16 DE JUNHO DE 2014.

Relota servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Fica relotada a servidora pública municipal Leonice Kaiser Buffon para a Secretaria de Administração e Finanças, sendo que seu horário de trabalho passará a ser das 06h:45m às 10h:15m e 12h:45m às 17h:15min

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 16 de junho de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2378/2014

PORTARIA Nº 2378 DE 23 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia MARIA LUCELIA DELUQUE GASPARETO, para o cargo de Diretora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 320/05 de 13 de julho de 2005 e suas alterações:

RESOLVE

Art. 1º Nomear MARIA LUCELIA DELUQUE GASPARETO, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 3.484.898 e CPF nº 004.918.479-20, para o cargo de Diretora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, Condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 23 de junho de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2379/2014

PORTARIA Nº 2379 DE 23 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza Servidora a conduzir veículos da frota municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a servidora MARIA LUCELIA DELUQUE GASPARRETO, a conduzir veículos da frota Municipal de Iomerê:

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 23 de junho de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

Decreto N. 2.070 de 18 de Junho de 2.014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 30.000,00

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 127, Projeto 2.039 - Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0000, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 30.000,00.

TOTAL GERALR\$ 30.000,00

Art. 2º O crédito suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta das seguintes fontes de recursos:

I - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0000, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 30.000,00

TOTAL GERALR\$ 30.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 18 de junho de 2.014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 18 de junho de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº.244/2014 de 23 de Junho de 2.014.

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A ANELIRIA TECCHIO, matrículas 1311, Licença Prêmio de 15 dias, relativa ao período aquisitivo de 2008 a 2013 e gozo de 23/06/2014 a 07/07/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria

produzirá efeitos a partir de 23 de Junho de 2014.

Ipumirim - SC, 23 de Junho de 2.014.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal.

Portaria Nº.245/2014 de 23 de Junho de 2.014.

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A FABIANE FARINA, matrículas 1014, Licença Prêmio de 20 dias, relativa ao período aquisitivo de 2006 a 2011 e gozo de 23/06/2014 a 12/07/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 23 de Junho de 2014.

Ipumirim - SC, 23 de Junho de 2.014.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal.

Portaria Nº. 246/2014 de 23 de Junho de 2014.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO NO CARGO DE SERVENTE A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A NEUDI TELES DA SILVA, matrícula 2002-8, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 15/05/2013 a 14/05/2014 e gozo de 01/07/2014 a 30/07/2014 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/07/2014.

Ipumirim - SC, 23 de junho de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 247/2014 de 23 de Junho de 2014.

AFASTA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NOMEADA POR CONCURSO PUBLICO POR AUXILIO DOENÇA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e da outras Providencias.

AFASTA POR AUXILIO DOENÇA.

ADI TEREZINHA GUERINI, sob a Matrícula 1047, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº.2.322.974 e do CPF nº.593.732.109-04, no cargo Efetivo de Zeladora, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Secretaria Municipal de Educação, afastamento por Auxílio doença, conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 23 de Junho de 2014.

Ipumirim - SC, 11 de Março de 2014.
Valdir Zanella
Prefeito Municipal

Lei Nº 1740

LEI Nº 1740 de 23 de junho de 2014.

Cria o Sistema Municipal de Defesa Civil (SIMDEC), o Conselho Municipal de Defesa Civil (COMDEC) e o Fundo Municipal de Defesa Civil (FUMDEC) e a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) no Município de Ipumirim - SC, e dá outras providências.

Valdir Zanella, Prefeito de Ipumirim - SC. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPITULO I

DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - SIMDEC

Art. 1º - Fica criado o Sistema Municipal de Defesa Civil de Ipumirim, mediante atuação conjunta do poder público e das entidades não governamentais, com o objetivo de implantar e manter uma política permanente de prevenção, controle e enfrentamento de situações de emergência ou calamidades públicas.

§ 1º - O Sistema Municipal de Defesa Civil - SIMDEC atuará integrado com os demais sistemas congêneres municipais, estaduais e federais, mantendo estrito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para ações e esclarecimentos relativos à Defesa Civil.

§ 2º - São objetivos do SIMDEC:

I - cumprir com as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Defesa Civil - PNDEC, bem como com as competências exclusivas dos municípios e com aquelas de responsabilidade comum com os demais Entes Federados.

II - promover ações estruturantes de prevenção, treinamento e educação em defesa civil.

III - planejar e promover a defesa permanente contra desastres.

IV - prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas por desastres e recuperar áreas por eles deterioradas.

V - atuar em cooperação ou de forma integrada com os demais sistemas municipais, estadual ou nacional de defesa civil.

§ 3º - Integram o Sistema Municipal de Defesa Civil - SIMDEC:

I - com atuação permanente:

a) O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC, designado nos termos desta Lei;

b) O Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC;
c) A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, constituído por servidores contratados e/ou designados pela Administração Municipal, além dos membros indicados pelos responsáveis das entidades listadas nos incisos VII a XIV do § 2º do Art 2º da presente norma.

CAPITULO II

DOS ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO PERMANENTE

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC

Art. 2º - Fica instituído o Conselho Municipal de Defesa Civil - COMDEC do Município de Ipumirim, vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito, com a finalidade de deliberar sobre a política municipal de defesa civil.

§ 1º - Compete ao Conselho Municipal de Defesa Civil - COMDEC, tendo em vista sua função de órgão de assessoramento do Poder Executivo Municipal, desenvolver as seguintes atividades:

I - Deliberar sobre a política municipal de defesa civil;

II - Promover e colaborar na execução de programas estaduais e federais de Defesa Civil, observada sua autonomia de atuação e suas instâncias de deliberação;

III - Coletar, processar e disponibilizar informações e dados históricos ou estatísticos relativos à Defesa Civil;

IV - Atuar em cooperação ou de forma integrada com os demais órgãos dos municípios da região, federais e estaduais de Defesa Civil, tanto nos períodos de normalidade como de anormalidade.

§ 2º - O COMDEC (Conselho Municipal de Defesa Civil) será presidida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e constituída ainda de representantes governamentais e não governamentais das seguintes unidades, órgãos ou entidades:

I - Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

II - Coordenadoria Regional de Defesa Civil;

III - Secretaria Municipal de Saúde;

IV - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio-Ambiente;

V - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

VI - Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças;

VII - Secretaria Municipal de Transportes e Obras;

VIII - Representante do Poder Legislativo Municipal;

IX- Representante do Forum da Comarca de Ipumirim;

X - Representante da Polícia Militar de Santa Catarina;

XI - Representante Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários;

XI - Representante da SDR;

XII - Representante da CELESC;

XIII - Representante da CASAN;

- XIV - Representante da CIDASC;
- XV - Representante da EPAGRI;
- XVI - Representante Câmara dos Dirigentes Lojistas;
- XVII - Representante do Banco do Brasil;
- XVIII - Representante das Cooperativas de Crédito;
- XIX - Representante da COPERDIA;
- XX - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- XXI - Representante das Industrias de Alimentação;
- XXII - Representante do setor madeireiro;
- XXIII - Representante do Sindicato do Produtores Rurais.

§ 3º - O Conselho Municipal de Defesa Civil será designada pelo Chefe do Executivo Municipal, observando indicação pelas unidades, órgãos ou entidades relacionadas no parágrafo anterior, com definição do Presidente, ao qual competirá convocar, dirigir e organizar as atividades da mesma.

§ 4º - No exercício de suas atividades, poderá a COMDEC solicitar das pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que estão sujeitas as populações, em decorrência da calamidade pública e fenômenos anormais.

§ 5º - A participação no Conselho Municipal de Defesa Civil será considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 3º - Compete ainda ao COMDEC, além das competências previstas no §1º e incisos do Art. 2º da presente norma, supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo FUMDEC, como:

- I - Fixar as diretrizes operacionais do FUMDEC.
- II - Ditar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação de recursos financeiros disponíveis.
- III - Sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte.
- IV - Disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas.
- V - Decidir sobre a aplicação dos recursos.
- VI - Analisar e aprovar anualmente as contas do FUMDEC.
- VII - Promover o desenvolvimento do FUMDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados.
- VIII - Apresentar, anualmente, relatório de suas atividades.
- IX - Definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas.

DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - FUMDEC

Art. 4º - Fica criado, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 4.320/64, o Fundo Municipal de Defesa Civil do Município de Ipumirim (FUMDEC), vinculado ao Gabinete do Chefe do Executivo, o qual será gerido pelo Chefe do Executivo Municipal.

§ 1º - O Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC é um órgão captador e aplicador dos recursos financeiros apurados com a

finalidade de prover as ações preventivas, de socorro e assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

Art. 5º - Compete ao Órgão Gestor do FUMDEC:

- I - Administrar recursos financeiros.
- II - Cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pela COMDEC.
- III - Preparar e encaminhar a documentação necessária para efetivação dos pagamentos a serem efetuados.
- IV - Prestar contas da gestão financeira.
- V - Desenvolver outras atividades estabelecidas pelo Chefe do Executivo, compatíveis com os objetivos do FUMDEC.

Art. 6º - Constitui receita do FUMDEC:

- I - As dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos.
- II - Verbas repassadas pela Defesa Civil da União, ou do Estado e de outros órgãos oficiais, com a finalidade de promover ações de Defesa Civil (Prevenção e Resposta).
- III - Os recursos transferidos pela União, Estado ou Município, ou por suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações, com a finalidade de promover ações de Defesa Civil (Prevenção e Resposta).
- IV - Os auxílios, dotações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacional ou estrangeiras, destinados a prevenção de desastres, socorro, assistência e reconstrução.
- V - Doações, auxílios, contribuições, legados e outros recursos que lhe sejam legalmente destinados por pessoal física ou jurídica.
- VI - A remuneração decorrente de aplicações no mercado financeiro de recursos pertencentes ao FUMDEC.
- VII - Os saldos dos créditos extraordinários e especiais, abertos em decorrência de calamidade pública, não aplicada e ainda disponível.
- VIII - Outros recursos que lhe forem legalmente atribuídos.

Art. 7º - A estrutura orçamentária do FUMDEC - Fundo Municipal de Defesa Civil integrará o Orçamento Geral do Município, em item próprio, constituindo-se em Unidade Orçamentária deste.

§ 1º - A Contabilização do FUMDEC - Fundo Municipal de Defesa Civil, será realizada pela Contabilidade do Município.

§ 2º - A movimentação de recursos financeiros do FUMDEC - Fundo Municipal de Defesa Civil, serão realizadas por meio de conta corrente específica aberta junto a Banco oficial sediado no Município de Ipumirim, ficando tais recursos de receitas auferidas, vinculadas a realização e cobertura de despesas do próprio FUMDEC, sendo o saldo positivo do fundo apurado em balanço, transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Art. 8º - As disposições pertinentes ao Fundo, não enfocadas nesta Lei, serão regulamentadas por Decreto do Poder Executivo.

Art. 9º - Em caso de dissolução ou encerramento das atividades do FUMDEC - Fundo Municipal de Defesa Civil, os recursos serão

transferidos ao órgão central da administração municipal para serem aplicados em despesas inerentes à manutenção e custeio de ações de Defesa Civil.

Art. 10º - O FUMDEC será implementado no exercício fiscal de 2014 e suas dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento geral do município a partir de 2014;

§1º No presente exercício fica o Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no montante necessário para atender às despesas com a execução desta lei.

DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC

Art. 11º - Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do município de Ipumirim - SC, diretamente vinculado ao Prefeito Municipal ou ao seu eventual substituto, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de Defesa Civil nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 12º - Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I - Defesa Civil: É o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar os desastres naturais e os incidentes tecnológicos, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

II - Desastre: É o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.

III - Situação de Emergência: Situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta.

IV - Estado de Calamidade Pública: Situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta.

Art. 13º - A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Art. 14º - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Art. 15º - A COMPEC compor-se-á de:

- I - Coordenador;
- II - Secretaria;
- III - Setor Técnico;
- IV - Setor Operativo.

Art. 16º - Os integrantes da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 17º - A COMPDEC trabalhará de acordo com previstos no § 2º e incisos do Art 2º da presente Lei, ao qual compete:

- I - Propiciar apoio técnico e operacional ao Conselho Municipal de Defesa Civil - COMDEC;

II - Colaborar na formação de banco de dados dos recursos disponíveis em cada órgão ou entidade para as ações de socorro, assistência e recuperação;

III - Engajar-se nas ações de socorro e assistência, mobilizando recursos humanos e materiais disponíveis nas entidades representadas, quando o exigir o interesse da defesa civil;

IV - Manter-se em regime de reunião permanente, em caso de situação de emergência ou calamidade pública que atinjam o município ou a região;

V - Executar, nas áreas de competência de cada órgão, as ações determinadas pelo Conselho Municipal de Defesa Civil, visando atuação conjugada e harmônica.

Art. 18º - Os servidores públicos municipais convocados para colaborar nas ações de emergência ou de calamidade pública exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo Único - A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço público relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 19º - A decretação de estado de emergência ou estado de calamidade pública incumbe ao Prefeito Municipal, após análise das informações repassadas pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

§ 1º - O decreto municipal identificará os locais ou áreas afetadas e respectivamente estabelecerá quais os efeitos que sobre eles incidirão e o prazo de vigência em conformidade ao inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º - Adotada a situação de emergência ou estado de calamidade pública, o decreto municipal deverá ser imediatamente remetido à Diretoria Estadual de Defesa Civil/ Secretaria Nacional de Defesa Civil.

§ 3º - Adotada a situação de emergência ou estado de calamidade pública, se necessário for, o chefe do executivo poderá decretar cessamento dos afastamentos de férias dos servidores municipais, em conformidade ao Art. 80 da Lei 8.112/90.

§ 4º - Os eventos anormais e adversos serão notificados à Diretoria Estadual de Defesa Civil e ao Coordenador Regional de Defesa Civil no prazo de até doze horas, mesmo que não caracterizem situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Art. 20º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a firmar acordos, ajustes ou convênios de cooperação técnica, operacional ou financeira com órgãos ou entidades, governamentais ou não governamentais, bem como com os demais Entes da Federação, para implemento de ações de proteção e defesa civil no Município de Ipumirim.

Art. 21º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei nº 935/93 de 25 de novembro de 1993, onde será devidamente regulamentada em 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

Ipumirim-SC, 23 de junho de 2014.
Valdir Zanella
Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 141

LEI COMPLEMENTAR Nº 141 de 23 de junho de 2.014
ACRESCENTA ÁREA AO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM E FAZ ENQUADRAMENTO NA MACROZONA DE EXPANSÃO URBANA MISTA-MEUM.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que O Poder Legislativo Municipal aprovou e Ele sanciona promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica acrescido ao Perímetro Urbano da Sede do Município de Ipumirim, área de 30.799,26m²(trinta mil setecentos e noventa e nove metros e vinte seis decímetros quadrado) sendo como parte dos lotes rurais nºs 88 e 89 do Bloco 20-A da Colônia Concórdia, Propriedade do Rio Engano, sem benfeitorias situado as margens da SC 154 no Município de Ipumirim- SC, com as seguintes confrontações: Começa a presente medição no ponto DV01, de coordenadas E: 387771.862 / N: 7003384.905m., situado ao Leste, confrontando na extensão de 59.58 metros com parte do lote rural matriculado sob o nº 9503, de propriedade de Loni Krueztzmann até o ponto DV02, de coordenadas E: 387779.634 / N: 7003357.563m. Do ponto nº DV02, situado ao Leste, confronta na extensão de 33,56 metros com parte do lote rural matriculado sob o nº 9503, de propriedade de Loni Krueztzmann até o ponto nº DV03, de coordenadas E: 387750.980/ N: 7003340.917m. Do ponto DV03, de coordenadas E: 387750.980/ N: 7003340.917m., situado ao Leste, confrontando na extensão de 20,00 metros com a Faixa de Domínio da Estrada SC 465 até o ponto DV09, de coordenadas E: 387786.604/ N: 7003333.063m. Do ponto nº DV09, situado ao Sul, confronta na extensão de 335,38 metros em linhas curvas e irregulares com o Eixo da Faixa de Domínio da Estrada SC 465 até o ponto DV10, de coordenadas E: 387561,253 / N: 7003102.343m. Do ponto nº DV10, situado ao Oeste, confronta na extensão de 20,00 metros com a Faixa de Domínio da Estrada SC 465 até o ponto DV04, de coordenadas E: 387550.022 / N: 7003296.472 m. Do ponto nº DV04, situado ao Oeste, confronta na extensão de 177,88 metros com parte do lote rural matriculado sob o nº 18.073, de propriedade de Donato Antonio Benelli e Marlene Benelli até o ponto DV05, de coordenadas E: 387567.680 / N: 7003306.600 m. Do ponto DV05, situado ao Norte, confronta na extensão de 267,96 metros em linhas curvas e irregulares com o Rio do Engano e com parte do lote rural matriculado sob o nº 14.844, de propriedade de Industria de Madeiras Faqueadas S/A até o ponto DV01, ponto inicial de descrição deste perímetro.

Reserva Legal 01 com 3.279,852m²

Começa a presente medição no ponto DV01, de coordenadas E: 387771.862 / N: 7003384.905m, situado ao Leste, confrontando na extensão de 30,00 metros com parte do lote rural matriculado sob o nº 9503, de propriedade de Loni Krueztzmann até o ponto no 1, de coordenadas E: 387771.301 / N: 7003409.011m. Do ponto no 1, situado ao Sul, confronta na extensão de 166,68 metros com parte do mesmo lote rural até o ponto no 2, de coordenadas E: 387628.148 / N: 7003323.386m. Do ponto no 2, situado ao Oeste, confronta na extensão de 19,00 metros com parte do mesmo lote até o ponto no 7, de coordenadas E: 387616.093 / N: 7003337.346 m. Do ponto no 7 situado ao Norte, confronta na extensão de 190,14 metros em linha curvas e irregulares com o Rio do Engano e com parte do lote rural matriculado sob o nº 14.844, de propriedade de Industria de Madeiras Faqueadas S/A até o ponto no DV01, ponto inicial de descrição deste perímetro.

Reserva Legal 02 com 1.400,00m²

Começa a presente medição no ponto no 7, de coordenadas E: 387616.093 / N: 7003337.346, situado ao Leste, confrontando na extensão de 19,00 metros com parte da mesmo lote rural até o ponto no 2, de coordenadas E: 387628.148 / N: 7003323.386m.

Do ponto no 2, situado na extensão de 77,21 metros com parte do mesmo lote rural até o ponto no 3, de coordenadas E: 387563.216 / N: 7003270.158m. Do ponto no 3, situado ao Oeste, confronta na extensão de 18,00 metros com parte do mesmo lote rural até o ponto no DV05, de coordenadas E: 387567.680 / N: 7003306.600 m. Do ponto no DV05, situado ao Norte, confronta na extensão de 77,82 metros em linhas curvas e irregulares com o Rio Engano e com parte do lote rural matriculado sob o nº 14.844, de propriedade de Indústria de Madeiras Faqueadas S/A até o ponto no 7, ponto inicial de descrição deste Perímetro.

Reserva Legal 03 com 1.480,00m²

Começa a presente medição no ponto no 4, de coordenadas E: 387574.998 / N: 7003270.158 m, situado ao Leste, confrontando na extensão de 27,19 metros com parte do mesmo lote rural até o ponto no 5, de coordenadas E: 387580.303 / N: 7003242.993 m. do ponto no 5, situado ao Sudeste, confronta na extensão de 45,45 metros com parte do mesmo lote rural até o ponto no 6, de coordenadas E: 387544.769 / N: 7003204.748m. Do ponto no 6, situado ao Oeste, confronta na extensão de 85,49 metros com parte do mesmo lote rural até o ponto no DV05, de coordenadas E: 387567.680 N: 7003306.600 m. Do ponto no DV05, situado ao Nordeste, confronta na extensão de 36,50 metros com parte do mesmo lote rural até o ponto no 4, ponto inicial de descrição deste perímetro, o imóvel está matriculado sob o nº 15.908 do livro 2 "AAO" do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia, Santa Catarina, pertencente ao Sr. Domingos Biffi e Geni Decezari Biffi.

Art. 2º A área acrescida ao Perímetro Urbano, estabelecido no artigo 1º da presente Lei passa a enquadrar-se como Macrozona de Expansão Urbana Mista-MEUM, Anexo 3- Zoneamento Urbano estabelecido pela Lei Complementar nº 124 de 20 de março de 2013 que Institui a Lei de Uso, Ocupação e parcelamento do solo do Município de Ipumirim.

Art. 3º Esta lei entrará vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário

Ipumirim-SC, 23 de junho de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 51/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 51/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014, Processo de Licitação nº 39/2014, homologado em 18 de junho de 2014.

Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios para entrega parcelada, destinados ao programa nacional de alimentação escolar, para o ano de 2014, conforme anexos do Edital.

Valor: R\$ 45.022,25 (Quarenta e Cinco Mil e Vinte e Dois Reais e Vinte e Cinco Centavos)

Assinatura: 18/06/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA, situada na RUA D. PEDRO II 87, Bairro CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.573.212/0003-57.

Extrato de Contrato Nº 52/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 52/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014, Processo de Licitação nº 39/2014, homologado em 18 de junho de 2014.

Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios para entrega parcelada, destinados ao programa nacional de alimentação escolar, para o ano de 2014, conforme anexos do Edital.

Valor: R\$ 4.340,00 (Quatro Mil Trezentos e Quarenta Reais)

Assinatura: 18/06/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA EPP, situada na RUA 15 DE NOVEMBRO 500, Bairro CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.004.541/0001-90.

Extrato de Contrato Nº 53/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 53/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014, Processo de Licitação nº 40/2014, homologado em 18 de junho de 2014

Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada destinado as atividades da Creche Municipal Danilo João Cason, para o ano de 2014, conforme anexos do Edital.

Valor: R\$ 37.038,60 (Trinta e Sete Mil e Trinta e Oito Reais e Sesenta Centavos)

Assinatura: 18/06/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA, situada na RUA D. PEDRO II 87, Bairro CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.573.212/0003-57.

Extrato de Contrato Nº 54/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 54/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014, Processo de Licitação nº 40/2014, homologado em 18 de junho de 2014

Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada destinado as atividades da Creche Municipal Danilo João Cason, para o ano de 2014, conforme anexos do Edital.

Valor: R\$ 17.240,00 (Dezessete Mil Duzentos e Quarenta Reais)

Assinatura: 18/06/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: JONATAN VIEIRA, situada na AVENIDA ASSIS BRASIL Nº 159, 159, Bairro CENTRO, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.416.340/0001-87.

Extrato de Contrato Nº 55/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 55/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014, Processo de Licitação nº 40/2014, homologado em 18 de junho de 2014

Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada destinado as atividades da Creche Municipal Danilo João Cason, para o ano de 2014, conforme anexos do Edital.

Valor: R\$ 3.190,00 (Três Mil Cento e Noventa Reais)

Assinatura: 18/06/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA EPP, situada na RUA 15 DE NOVEMBRO 500, Bairro CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.004.541/0001-90.

Irineópolis

PREFEITURA

Decreto N.º 2.607/2014

DECRETO Nº 2.607 /2014.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO TURISMO - COMTUR.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são delegadas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do artigo 3º do Decreto n.º 2.503/2013 de 07/11/2013,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para fazer parte da composição do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, para um mandato de 02 (dois) anos a contar desta data, os membros a seguir nominados:

I. Órgãos Governamentais.

- a) Representantes da Secretaria Municipal da Educação
Efetivo - Wilza Carla Henning;
Suplente - Jaqueline Estriser Gontarek.
- b) Representantes da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário
Efetivo - Tânia Regina Rückl Pereira;
Suplente - Wianey de Cássia Oliveira Godoy Teles dos Santos.
- c) Representantes da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico
Efetivo - Sidnei Wagner
Suplente - Rodrigo Antonio Jurck.
- d) Representantes da Secretaria Municipal da Agricultura
Efetivo - Scheila Patricia Kielb;
Suplente - Cléris Mauro Schafaschek.
- e) Representantes da Assessoria Municipal de Planejamento
Efetivo - Ellen Anny Konopka Colombo;
Suplente - Patrícia Fabiane Fronczak.
- f) Representantes da Secretaria Municipal da Infraestrutura
Efetivo - Sergio Roberto Binder;
Suplente - Virlei da Silva.
- g) Representantes da Secretaria Municipal da Fazenda
Efetivo - Bernadete Schuster Longo;
Suplente - Reinaldo Stasiak.
- h) Representantes da Câmara Municipal de Vereadores
Efetivo - Manuela Rückl Pereira Crestani;
Suplente - Valdir Marafigo.

II. Entidades não governamentais

- a) Representantes do Grupo de Turismo Rural
Efetivo - Marilene de Fátima Chaves;
Suplente - Elton Suski.
- b) Representantes de Museus
Efetivo - Marília Metszler Domit;
Suplente - Daniel Appel.
- c) Representantes de Bares e Restaurantes
Efetivo - Helmuth Knoll Júnior;
Suplente - Luiz Elói Cordeiro.
- d) Representantes da EPAGRI
Efetivo - Maria da Luz Cordeiro;
Suplente - Jair Jung.
- e) Representantes do Sindicato dos Produtores Rurais
Efetivo - Sérgio Castro;
Suplente - Wilson Rogério Konkel.
- f) Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Efetivo - Laureci Mayer;
Suplente - Nicoli Nicoluzzi.

- g) Representantes do SINTRAF
Efetivo - Ilário Koman;
Suplente - Emílio Moissa.
- h) Representantes da Associação Comercial e CDL
Efetivo - Léa Unterstell Correa;
Suplente - Paola de Lucca.
- i) Representantes dos meios de Hospedagem
Efetivo - Paulo Sergio Partica;
Suplente - Suzana Lopes.
- j) Representantes das Rádios locais
Efetivo - Milena da Silva;
Suplente - Lúcio Luiz Colombo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 20 de junho de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Portaria N.º 307/2014

PORTARIA Nº. 307/2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentar a servidora pública municipal MARIA LOURDES BINDER, no período de 23/06/2014 à 07/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 23/06/2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 20 de Junho de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

Extrato de Atas de Registro de Preços Prefeitura Nº 168 A 180

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS - PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 168/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Cooperativa de Livre Associação do Município de Itapiranga.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 085/2014

OBJETO: Aquisição de materiais de higiene e limpeza destinados para a manutenção das atividades das creches e escolas municipais.

VALOR: R\$ 117,50

VIGÊNCIA: 13 de junho de 2015.

Itapiranga - SC., 13 de junho de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 169/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Açougue do Vicente Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 085/2014

OBJETO: Aquisição de materiais de higiene e limpeza destinados para a manutenção das atividades das creches e escolas municipais.

VALOR: R\$ 4.932,00

VIGÊNCIA: 13 de junho de 2015.

Itapiranga - SC., 13 de junho de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e AP Oeste Distribuidora e Comércio Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 085/2014

OBJETO: Aquisição de materiais de higiene e limpeza destinados para a manutenção das atividades das creches e escolas municipais.

VALOR: R\$ 9.436,00

VIGÊNCIA: 13 de junho de 2015.

Itapiranga - SC., 13 de junho de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e A.E.M. Oeste Comercial Ltda - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 085/2014

OBJETO: Aquisição de materiais de higiene e limpeza destinados para a manutenção das atividades das creches e escolas municipais.

VALOR: R\$ 17.670,00

VIGÊNCIA: 13 de junho de 2015.

Itapiranga - SC., 13 de junho de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e SCS Comércio Ltda - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 085/2014

OBJETO: Aquisição de materiais de higiene e limpeza destinados para a manutenção das atividades das creches e escolas municipais.

VALOR: R\$ 17.331,50

VIGÊNCIA: 13 de junho de 2015.

Itapiranga - SC., 13 de junho de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 085/2014
OBJETO: Aquisição de materiais de higiene e limpeza destinados para a manutenção das atividades das creches e escolas municipais.

VALOR: R\$ 7.655,00

VIGÊNCIA: 13 de junho de 2015.

Itapiranga - SC., 13 de junho de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 174/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Roberto Mistura - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 085/2014

OBJETO: Aquisição de materiais de higiene e limpeza destinados para a manutenção das atividades das creches e escolas municipais.

VALOR: R\$ 7.018,50

VIGÊNCIA: 18 de junho de 2015.

Itapiranga - SC., 18 de junho de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e A.D. Cardoso - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 088/2014

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de utensílios, equipamentos e outros materiais destinados para as creches, escolas municipais e as diversas secretarias desta municipalidade.

VALOR: R\$ 18.336,00

VIGÊNCIA: 18 de junho de 2015.

Itapiranga - SC., 18 de junho de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Eletro Construção Berwanger Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 088/2014

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de utensílios, equipamentos e outros materiais destinados para as creches, escolas municipais e as diversas secretarias desta municipalidade.

VALOR: R\$ 1.099,00

VIGÊNCIA: 18 de junho de 2015.

Itapiranga - SC., 18 de junho de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 177/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Potência Som e Informática Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 088/2014

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de utensílios, equipamentos e outros materiais destinados para as creches, escolas municipais e as diversas secretarias desta municipalidade.

VALOR: R\$ 6.025,90

VIGÊNCIA: 18 de junho de 2015.

Itapiranga - SC., 18 de junho de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 178/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Telecopy Equipamentos Ltda..

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 088/2014

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de utensílios, equipamentos e outros materiais destinados para as creches, escolas municipais e as diversas secretarias desta municipalidade.

VALOR: R\$ 7.780,50

VIGÊNCIA: 18 de junho de 2015.

Itapiranga - SC., 18 de junho de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 179/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e A.E.M. Oeste Comercial Ltda - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 088/2014

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de utensílios, equipamentos e outros materiais destinados para as creches, escolas municipais e as diversas secretarias desta municipalidade.

VALOR: R\$ 3.996,00

VIGÊNCIA: 18 de junho de 2015.

Itapiranga - SC., 18 de junho de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 180/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e JP Equipamentos Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 088/2014

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de utensílios, equipamentos e outros materiais destinados para as creches, escolas municipais e as diversas secretarias desta municipalidade.

VALOR: R\$ 16.160,00

VIGÊNCIA: 18 de junho de 2015.

Itapiranga - SC., 18 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal.

Decreto Nº 104, de 17 de Junho de 2014

DECRETO Nº 104, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta do "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta do "Superavit Financeiro" verificado na fonte seguinte de recursos: 67 - Recursos Tes. Exerc. Anterior - Outras Transferências de Capital da União, no valor de R\$ 82.974,00 (oitenta e dois mil novecentos e setenta e quatro reais):

92.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.1023 - Construção, Ampliação e Manut. dos Postos de Saúde e CAPS

44.90.00.00.00.00.0067 - Aplicações diretas

R\$ 82.974,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, de 17 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

Decreto Nº 105, de 18 de Junho de 2014

DECRETO Nº 105, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Superávit Financeiro" verificado no exercício anterior e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Superávit Financeiro" verificado no exercício anterior, na seguinte fonte de recurso: 104 - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais):

12.01 - Fundo Municipal Reeq. Da OBM Funrebom de Itapiranga

06.182.0141.1016 - Aquisição de Veículos e Equipamentos e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.00104 - Aplicações Diretas

R\$ 57.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 18 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

Decreto Nº 106, de 18 de Junho de 2014

DECRETO Nº 106, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Designa Comissão Especial para análise da documentação e julgamento das propostas referente o Processo de Licitação na modalidade de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 78/2014, de 15/05/2014 da Prefeitura Municipal de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Decreta:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores MAURO JOSÉ DELAVY, JANETE FRANTZ BAUMANN, ADRIANO KARAL e NELSON ANTONIO ARENHARDT para, sob a presidência do primeiro designado, compor a Comissão Especial de Análise e Julgamento na realização da abertura e apreciação do conteúdo dos envelopes "documentação"; bem como efetuar a abertura, apreciação e julgamento do conteúdo dos envelopes "proposta" referente Processo de Licitação na modalidade de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 78/2014, de 15/05/2014, da Prefeitura Municipal de Itapiranga, às 09h00min do dia 20/06/2014, conforme Edital.

Parágrafo único. As designações constantes no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 18 de junho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 107, de 18 de Junho de 2014

DECRETO Nº 107, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Designa Comissão Especial para análise da documentação e julgamento das propostas referente o Processo de Licitação na modalidade de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 82/2014, de 19/05/2014 da Prefeitura Municipal de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Decreta:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores MAURO JOSÉ DELAVY, JANETE FRANTZ BAUMANN, ADRIANO KARAL e NELSON ANTONIO ARENHARDT para, sob a presidência do primeiro designado, compor a Comissão Especial de Análise e Julgamento na realização da abertura e apreciação do conteúdo dos envelopes "documentação"; bem como efetuar a abertura, apreciação e julgamento do conteúdo dos envelopes "proposta" referente Processo de Licitação na modalidade de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 82/2014, de 19/05/2014, da Prefeitura Municipal de Itapiranga, às 14h00min do dia 20/06/2014, conforme Edital.

Parágrafo único. As designações constantes no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 18 de junho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 108, de 18 de Junho de 2014

DECRETO Nº 108, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Regulamenta trajetos de Transporte Coletivo do município de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.692, de 5 de julho de 2011:

Decreta:

Art. 1º Ficam autorizadas através do presente Decreto, a permanecer em funcionamento, os trajetos abaixo discriminados, com as respectivas datas e horários:

I - LINHA I

a) de manhã:

Segundas a sábados: Saída 7:20 horas - Aparecida, Glória, Esquina Aparecida, Laranjeira, Rodoviária e Retorno 10:40 horas pelo mesmo trajeto inverso;

b) à tarde:

Segundas a sextas feiras: Saída 12:30 horas - Aparecida, Glória, Esquina Aparecida, Laranjeira, Rodoviária e Retorno 16:00 horas: pelo mesmo trajeto inverso;

II - LINHA II

a) de manhã:

Segundas, terças, quintas e sextas feiras: Saída 6:45 horas - Coqueiro, Santo Antônio, Becker, Laranjeira, Rodoviária e Retorno 10:45 horas pelo mesmo trajeto inverso;

Quartas feiras: Saída 6:45 horas - Coqueiro, Santo Antônio, Becker, Beleza, Silo Cooper, Rodoviária e Retorno 10:45 horas pelo mesmo trajeto inverso;

b) à tarde:

Segundas, terças, quintas e sextas feiras: Saída 12:00 horas - Coqueiro, Santo Antônio, Becker, Beleza, Silo Cooper, Rodoviária e Retorno 16:00 horas - Rodoviária, Silo Cooper, Beleza, Becker, Santo Antônio, Coqueiro;

Quartas feiras: Saída 12:00 horas - Coqueiro, Santo Antônio, São Ludgero, Dois Saltinhos, Becker, Laranjeira, Rodoviária e Retorno 16:00 horas pelo mesmo trajeto inverso.

III - LINHA III

a) de manhã:

Segundas feiras: Saída 6:45 horas - Conceição, Maria Goretti, Rickia, Soledade, Rod SC 163, Rodoviária e Retorno 10:40 horas pelo mesmo trajeto inverso;

Terças feiras: Saída 06:45 horas - Conceição, Maria Goretti, Soledade, Rod SC 163, Rodoviária e Retorno 10:40 horas - pelo mesmo trajeto inverso;

Quartas feiras: Saída 06:45 horas - Conceição, Maria Goretti, Soledade, Rod SC 163, Rodoviária e Retorno 10:40 horas - pelo mesmo trajeto inverso;

Quintas feiras: Saída 06:45 horas - Conceição, Maria Goretti, Soledade, Rod SC 163, Isabel, Rod SC 163, Rodoviária e Retorno 10:40 horas pelo mesmo trajeto inverso;

Sextas feiras: Saída 6:45 horas - Conceição, Maria Goretti, Rickia, Soledade, Rod SC 163, Rodoviária e Retorno 10:40 horas pelo mesmo trajeto inverso;

b) à tarde

Segundas feiras: Saída 11:45 horas - Conceição, Maria Goretti, Soledade, Rod SC 163, Rodoviária e Retorno 16:00 horas pelo mesmo trajeto inverso;

Terças feiras: Saída 11:45 horas - Conceição, Santo Antonio, Becker, Cotovelo, Rod SC 163, Rodoviária e Retorno 16:00 horas - Rodoviária, Rod SC 163, Cotovelo, Becker, Santo Antonio, Conceição;

Quartas feiras: Saída 11:45 horas - Conceição, Maria Goretti, Soledade, Rod SC 163, Rodoviária e Retorno 16:00 horas pelo mesmo trajeto inverso;

Quintas feiras: Saída 11:45 horas - Conceição, Santo Antônio, Popi, Rod SC 163, Rodoviária e Retorno 16:00 horas pelo mesmo trajeto inverso;

Sextas feiras: Saída 11:45 horas - Conceição, Maria Goretti, Soledade, Rod SC 163, Rodoviária e Retorno 16:00 horas pelo mesmo trajeto inverso.

Art. 2º Os concessionários ou permissionários de trajetos de linhas municipais assinarão contrato do qual deverá constar, dentre outras, as seguintes cláusulas obrigatórias:

I - execução do serviço com o máximo de zelo e capricho;

II - cumprimento dos horários e itinerários estabelecidos;

III - cobrança de tarifas aprovadas pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Não será permitida venda ou permuta a qualquer título da concessão ou da permissão de direito para exploração dos serviços de transporte coletivo municipal.

Art. 4º Perderá a concessão ou permissão, o concessionário ou permissionário de serviço de transporte coletivo municipal, que deixar de cumprir qualquer uma das cláusulas previstas no contrato de que trata o art. 3º da Lei Municipal nº 2.692, de 5 de julho de 2011.

Art. 5º A todos os passageiros, mesmo aqueles que embarcarem em trânsito, deverá ser fornecido bilhete de passagem.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 112, de 2 de agosto de 2011.

Itapiranga - SC., 18 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado em data supra.

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

Decreto Nº 109, de 18 de Junho de 2014

DECRETO Nº 109, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Regulamenta dispositivos da Lei Complementar nº 25/2009 referente a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-E.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, SC, no exercício de suas atribuições e nos termos dos artigos 161 à 231 da Lei Complementar nº 25, de 29 de setembro de 2009, e suas alterações;

DECRETA:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, que deverá ser utilizada por contribuinte do Imposto Sobre Serviços - ISS, em substituição a Nota Fiscal de Prestação de Serviços, modelo convencional.

Parágrafo único. Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, o documento eletrônico gerado e emitido pelo prestador de serviços, com armazenamento eletrônico em sistema próprio do Município de Itapiranga, para documentar e registrar valores sobre as prestações de serviços, de existência exclusivamente digital, utilizado mediante requisição enviada pelo contribuinte, devidamente identificado por usuário e senha autorizados.

Art. 2º Os documentos fiscais a que se refere o artigo anterior, gerados por meio de sistema eletrônico de processamento de dados na rede mundial de computadores, Internet, em sítio online disponibilizado pela Secretaria Municipal da Fazenda, mediante prévio requerimento e autorização, na forma de arquivos digitais, deverão possuir usuário e senha autorizados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º O contribuinte gerará, emitirá e conservará os seus documentos fiscais, na forma prevista neste decreto, devendo:

I - obter autorização junto à Secretaria de Fazenda Municipal, na forma prevista no artigo 18 deste Decreto;

II - solicitar usuário e senha para emitir suas notas fiscais eletrônicas;

III - manter as Notas Fiscais de Serviços Eletrônica - NFS-e em arquivo digital, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, na forma estabelecida na legislação tributária.

Parágrafo único. O contribuinte do ISS não poderá usar ou manter em seu estabelecimento qualquer outro tipo de documento fiscal de controle da receita de prestação de serviço que não esteja autorizado expressamente pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art.4º A Secretaria Municipal da Fazenda adequará o Sistema Tributário Municipal para que execute o processamento dos requerimentos eletrônicos de Autorização de Emissão de NFS-e fornecendo o protocolo de recebimento do requerimento, através de Sistema de Autorização de Emissão de Documentos Fiscais Eletrônicos, utilizando a rede mundial de computadores.

Art. 5º O Secretário Municipal da Fazenda, por meio de Instrução Normativa ou Portaria, normatizará os procedimentos técnicos que se fizerem necessários, com relação ao Sistema Tributário Municipal Eletrônico.

SEÇÃO I

DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS NA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA- NFS-E

Art. 6º A NFS-e conterá as seguintes informações e será gerada e emitida com:

I - base em leiaute constante do manual de integração, aprovado por ato do Secretário Municipal da Fazenda;

II - requisição enviada e devidamente identificada pelo contribuinte;

III - número sequencial;

IV - código de verificação de autenticidade;

V - data e hora da emissão;

VI - identificação do prestador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço completo e atualizado;

c) endereço eletrônico (e-mail) e telefone;

d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

e) inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes - CMC;

VII - identificação do tomador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço completo e atualizado;

c) endereço eletrônico (e-mail) e telefone;

d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

VIII - discriminação do serviço;

IX - valor total da NFS-e;

X - valor da base de cálculo;

XI - código do serviço, da lista de serviços aprovada pelo Município;

XII - alíquota e valor do ISS;

XIII - indicação de isenção ou imunidade relativas ao ISS, quando for o caso;

XIV - indicação de serviço não tributável pelo Município de Itapiranga, quando for o caso;

XV - indicação de retenção de ISS na fonte, quando for o caso;

XVI - número e data do documento emitido.

§ 1º A NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões "Município de Itapiranga" e "Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e".

§ 2º A numeração da NFS-e será gerada pelo sistema, em ordem crescente sequencial de 1 a 999.999 sendo específico para cada estabelecimento do prestador de serviços, devendo ser reiniciado quando atingir esse limite.

§ 3º O sistema da NFS-e permitirá o uso do logotipo da empresa prestadora de serviço.

SEÇÃO II DA OPÇÃO E EMISSÃO E CANCELAMENTO DA NFS-e

Art.7º A opção pela geração e emissão da NFS-e é facultativa e tornar-se-á compulsória para os contribuintes que desenvolvam as atividades constantes da lista de serviços disposta no Anexo VII da Lei Complementar nº 25/2009, ainda que isentas ou imunes, a partir de 01/01/2015.

§ 1º A partir de 01/01/2015 serão consideradas inidôneas as NF emitidas por meio convencional, ficando o emissor sujeito as penalidades previstas na legislação em vigor.

§ 2º A partir de 01/10/2014, as autorizações para confecção de Nota Fiscal de Serviços impressas não serão mais permitidas, sendo que o contribuinte poderá utilizar o estoque de notas fiscais que estiver em seu poder até 31/12/2014.

§ 3º Os contribuintes que queiram utilizar a Nota Fiscal Eletrônica Conjugada (NF-e Conjugada) poderão fazê-lo conforme disposto no Decreto que regulamenta a matéria.

Art. 8º Aos prestadores de serviços inscritos no Cadastro Municipal de Contribuintes - CMC constituídos na forma jurídica de MEI - Micro Empreendedor Individual é facultado emitir Notas Fiscais, porém mantendo a obrigatoriedade da NFS-e quando exigido por lei, sendo consideradas inidôneas as Notas Fiscais emitidas por meio convencional.

Art. 9º A NFS-e deve ser emitida on-line, por meio da Internet, no endereço eletrônico oficial do Município de Itapiranga, somente pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município de Itapiranga, mediante a utilização de usuário e senha autorizados.

§ 1º O contribuinte usuário do sistema de emissão da NFS-e deverá fazê-lo para todos os serviços prestados.

§ 2º A NFS-e emitida poderá ser impressa em quantas vias forem necessárias, sendo que uma via deve ser entregue ao tomador dos serviços, devendo também ser enviada por endereço eletrônico (e-mail) ao mesmo, através do programa gerador.

§ 3º A Secretaria Municipal da Fazenda poderá autorizar, por regime especial, a impressão da NFS-e em modelo definido pelo prestador de serviços, tendo por base a integração de seu sistema de emissão de notas fiscais com o sistema do Município de Itapiranga.

§ 4º Os contribuintes que necessitarem fazer a integração de seus sistemas próprios com o do Município, deverão arcar com os custos do sistema específico para este fim.

Art.10. A NFS-e somente poderá ser cancelada mediante emissão de outra substitutiva.

§ 1º O cancelamento e sua respectiva substituição deverão ser solicitados, por meio de opção constante no Programa Aplicativo, no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas, contados a partir da data de sua emissão.

§ 2º Após o prazo de 24 (vinte quatro) horas, a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo que fundamente e comprove a não execução do serviço, com documentos solicitados pelo fisco.

Art.11. A NFS-e poderá ser substituída no prazo estabelecido no artigo anterior, sempre que se verificarem erros ou imprecisões no seu preenchimento, exceto quando relativos a base de cálculo, a alíquota, ao valor do imposto ou a identificação do tomador.

§ 1º A substituição deverá ser solicitada por meio de opção constante no Programa Aplicativo.

§ 2º Não produzirá efeitos à substituição realizada após o início de qualquer procedimento fiscal.

Art.12. A Secretaria Municipal da Fazenda, após a concessão da autorização do uso da NFS-e, disponibilizará em sua pagina oficial na internet a opção de consulta da autenticidade da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

§ 1º A consulta a NFS-e poderá ser realizada:

I - no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias;

II - mediante a informação da respectiva "chave de acesso", constante na NFS-e.

SEÇÃO III DA EMISSÃO DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS - RPS

Art.13. No caso de eventual impedimento da emissão on-line da NFS-e, o prestador de serviços emitirá Recibo Provisório de Serviços - RPS, que deverá ser substituído por NFS-e na forma deste regulamento.

Art.14. Alternativamente o prestador de serviços poderá emitir RPS a cada prestação de serviços, podendo, nesse caso, efetuar a sua substituição por NFS-e, mediante a transmissão em lote dos RPS emitidos.

Art.15. O RPS poderá ser confeccionado ou impresso em sistema próprio do contribuinte, mediante solicitação da Autorização de Impressão de Documento Fiscal - AIDF, devendo conter todos os dados que permitam a sua substituição por NFS-e.

Parágrafo único. O RPS deve ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª (segunda) em poder do emitente.

Art.16. O RPS será numerado obrigatoriamente em ordem crescente sequencial a partir do número 1 (um) e será limitada a sua quantia a critério da Secretaria de Fazenda.

Parágrafo único. Caso o estabelecimento tenha mais de 1 (um) equipamento emissor de RPS, todos devem respeitar a numeração sequencial estabelecida.

Art.17. O RPS deverá ser substituído por NFS-e até o 5º (quinto) dia subsequente ao de sua emissão, não podendo ultrapassar o 5º

(quinto) dia do mês seguinte ao da prestação de serviços.

§ 1º O prazo previsto no caput deste artigo inicia-se no dia seguinte ao da emissão do RPS, não podendo ser postergado caso vença em dia não útil.

§ 2º O RPS emitido, para todos os fins de direito, perderá sua validade depois de transcorrido o prazo previsto no caput deste artigo.

§ 3º A não substituição do RPS pela NFS-e, ou a substituição fora do prazo, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas na legislação em vigor.

§ 4º A não substituição do RPS pela NFS-e equipara-se à não emissão de nota fiscal convencional.

SEÇÃO IV DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS - AEDF

Art.18. Os contribuintes do Imposto Sobre Serviços - ISS somente poderão fazer a emissão de documentos fiscais eletrônicos após prévia autorização da Fazenda Municipal.

§ 1º A autorização de que trata este artigo será requerida por meio de requerimento junto a Portal do Cidadão, devidamente aprovado pela Secretaria de Fazenda.

§ 2º No ato do recebimento do usuário e senha para acesso ao programa gerador da NFS-e, o contribuinte deverá efetuar a entrega das notas fiscais convencionais não utilizadas para a devida incineração pela Secretaria de Fazenda.

Art.19. O Diretor do Departamento de Fiscalização de Tributos poderá:

I - negar a autorização de que trata o artigo anterior quando o contribuinte estiver enquadrado em qualquer das hipóteses de infração prevista no Código Tributário Municipal;

II - suspender ou cancelar a autorização:

- a) quando comprovada irregularidade na utilização dos documentos fiscais eletrônicos gerados e emitidos pela Secretaria de Fazenda Municipal;
- b) quando comprovada a prática de qualquer infração prevista na legislação tributária do ISS.

SEÇÃO V DO DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO

Art. 20. O recolhimento do Imposto, referente às NFS-e, deverá ser feito exclusivamente por meio de documento de arrecadação emitido pelo sistema.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput:

I - aos órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município de Itapiranga, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelo Município, que recolherem o ISS retido na fonte por meio dos sistemas orçamentário e financeiro dos governos federal, estadual e municipal;

II - às microempresas estabelecidas no Município de Itapiranga e enquadradas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - SIMPLES, instituído pela Lei Federal nº 123/06, de 14 de dezembro de 2006.

SEÇÃO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. As NFS-e emitidas poderão ser consultadas em sistema próprio do Município de Itapiranga até que tenha transcorrido o prazo decadencial, na forma da lei.

Parágrafo único. Após transcorrido o prazo previsto no caput, a consulta às NFS-e emitidas somente poderá ser realizada mediante a solicitação de envio de arquivo em meio magnético.

Art. 22. O campo "Discriminação dos Serviços" constante da NFS-e deverá ser preenchido com a descrição clara dos serviços prestados, os valores a eles correspondentes e o local da prestação.

Art. 23. O sistema gerador da NFS-e está programado para sugerir a alíquota do ISS conforme a atividade principal constante no CMC-Cadastro Municipal de Contribuintes, devendo o contribuinte alterá-la manualmente quando registrar outras atividades sujeitas a outras alíquotas.

Art. 24. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 18 de junho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler
Secretario Municipal de Administração

Decreto Nº 110, de 20 de Junho de 2014

DECRETO Nº 110, DE 20 DE JUNHO DE 2014.

Altera veículo para serviços de táxi e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos incisos V e VII do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei nº 1.476, de 28.08.1992, c/c a Lei 2.299, de 21 de março de 2006;

Decreta:

Art. 1º. Fica alterado o veículo do Ponto de Táxi nº 12, situado na Rua do Comércio, no Bairro Santa Teresa, nas proximidades da Cooperativa dos Empregados do Grupo Seara, Itapiranga - SC, Wandoir Feller, do veículo GM Prisma Joy, ano e modelo 2010, placa MHL0474, para o veículo Chevrolet Classic LS, ano e modelo 2014, PLACA MKU 3465, RENAVAL 1008997096, CHASSI 8AGSU-19FOER167145, cor branca.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 20 de junho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado em data supra.

Sergio Luis Kessler
Secretario Municipal de Administração

Decreto N. 111, de 20 de Junho de 2014

DECRETO N. 111, DE 20 DE JUNHO DE 2014.

Anula o Processo Licitatório n. 103/2014, modalidade de Convite para Compras e Serviços e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso V, do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal e o artigo 49 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, bem como a Instrução Normativa n. TC-05/2008 do TCE/SC;

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado Processo Licitatório n. 103/2014, na modalidade de Convite para Compras e Serviços, por razão de interesse público.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Itapiranga - SC, 20 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sergio Luis Kessler

Secretario Municipal de Administração.

Decreto Nº 112, de 20 de Junho de 2014

DECRETO Nº 112, DE 20 DE JUNHO DE 2014.

Designa Comissão Especial para análise da documentação e julgamento das propostas referente o Processo de Licitação na modalidade de Concorrência para Concessão de Uso nº 79/2014, de 15/05/2014 da Prefeitura Municipal de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Decreta:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores EGON HAAS, JANETE FRANTZ BAUMANN, ADRIANO KARAL e THIAGO ROHDEN para, sob a presidência do primeiro designado, compor a Comissão Especial de Análise e Julgamento na realização da abertura e apreciação do conteúdo dos envelopes "documentação"; bem como efetuar a abertura, apreciação e julgamento do conteúdo dos envelopes "proposta" referente Processo de Licitação na modalidade de Concorrência para Concessão de Uso nº 79/2014, de 15/05/2014, da Prefeitura Municipal de Itapiranga, às 09h00min do dia 23/06/2014, conforme Edital.

Parágrafo único. As designações constantes no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 20 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretario Municipal de Administração

Decreto Nº 113, de 20 de Junho de 2014

DECRETO Nº 113, DE 20 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde por conta do "Excesso de Arrecadação" na fonte de recurso: 120 - Convênio Saúde Bucal, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais):

92.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.2026 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde

33.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diversas

R\$ 30.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 20 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

Decreto N. 114 de 23 de Junho de 2014

DECRETO N. 114 DE 23 DE JUNHO DE 2014.

Anula o edital do Processo Licitatório n. 79/2014 do Município de Itapiranga SC, na Concorrência para Cessão de Uso e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e o que dispõe a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

Decreta:

Art. 1º. Fica anulado o Processo Licitatório nº 79/2014, do Município de Itapiranga SC, na Modalidade de Concorrência para Cessão de Uso, emitido em 15/05/2014.

Parágrafo único. O cancelamento previsto no caput deste artigo se dá por não terem ocorrido interessados na participação do certame licitatório (Licitação Deserta).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 23 de Junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sergio Luis Kessler

Secretario Municipal de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

Lm Nº 531/2014 - Denomina Nome de Via Pública: "Estrada do Céu".

LEI MUNICIPAL Nº 531/2014

Data: 18 de junho 2014

DENOMINA NOME DE VIA: "ESTRADA DO CÉU".

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica denominada a seguinte via pública: "Estrada do Céu", circunscrita na localidade 1º de julho, iniciando na bifurcação da Estrada 1º de julho, Ponto A coordenadas geográficas 26º 06' 53.6" S e 48º 37' 57.5" W, até o Ponto B- coordenadas geográficas 26º 06' 44.0" S e 48º 37'52.0" W, conforme mapa do anexo I, constante nesta lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Itapoá (SC), 18 de junho de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Lm Nº 532/2014 - Denomina Nome de Via: "Estrada Tiririquinha".

LEI MUNICIPAL Nº 532/2014

Data: 18 de junho 2014

DENOMINA NOME DE VIA: "ESTRADA TIRIRIQUINHA".

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica denominada a seguinte via pública: "Estrada Tiririquinha", circunscrita na localidade do Braço do Norte, iniciando na bifurcação da Estrada da Serrinha, Ponto A coordenadas geográficas 26º 06' 35.3" S e 48º 43' 11.0" W, até o Ponto B- coordenadas geográficas 26º 06' 48.0" S e 48º 43'23.1" W, conforme mapa do anexo I, constante nesta lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Itapoá (SC), 18 de junho de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Lm Nº 533/2014 - Autoriza O Poder Executivo Municipal Abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação Parcial de Dotação.

LEI MUNICIPAL Nº 533/2014

Data: 18 de junho 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação parcial de dotação, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, conforme abaixo: Suplementação

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 Ensino Fundamental

123610021.2094 Transporte Escolar Municipal

33390 Aplicações Diretas (14) FR 26102 R\$ 10.784,00

Anulação

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.04 Ensino Médio

123620022.2109 Transporte Escolar Municipal Ensino Médio

33390 Aplicações Diretas (55) FR 26102 R\$ 10.784,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 18 de junho de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefe

Lm Nº 534 - Autoriza O Poder Executivo Municipal Abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação Parcial de Dotação.

LEI MUNICIPAL Nº 534/2014

Data: 18 de junho 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação parcial de dotação, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, conforme abaixo: Suplementação

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 Ensino Fundamental

123610021.2094 Transporte Escolar Municipal

33390 Aplicações Diretas (14) FR 26102 R\$ 10.784,00

Anulação

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.04 Ensino Médio

123620022.2109 Transporte Escolar Municipal Ensino Médio

33390 Aplicações Diretas (55) FR 26102 R\$ 10.784,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 18 de junho de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipa

Termo Aditivo N.º 34/2014

TERMO ADITIVO N.º 34/2014 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 85/2014 (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, portadora do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa CONSTRUTORA LOVEMBERGER LTDA, com sede á Luiz Scholz, nº 307 - Sala 03, Bairro: Centro na cidade de Rio Negrinho/SC, CEP: 89.295-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.614.454/0001-03 e Inscrição Estadual n.º 254.401.309, representada neste ato por sócia administradora, a Sra. INEIS IVANIR DENCK LOVEMBERGER, portador do CNPF/MF nº 692.415.119-15 e do CI.RG nº 2.376.847 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar o prazo de execução e vigência da a Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para a construção da cobertura da EMEF João Monteiro Cabral, na localidade de Pontal do Norte, compreendendo 767,96m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 05/2013 - PROCESSO Nº 93/2013, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo visa prorrogar o prazo de execução e vigência do contrato administrativo n.º 85/2013 em 90 (noventa) dias contados a partir do dia 17 de junho de 2014, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 85/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 85/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscreita.

Itapoá/SC, 17 de junho de 2014.

CONTRATANTE

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

CONTRATADA

CONSTRUTORA LOVEMBERGER LTDA

INEIS IVANIR DENCK LOVEMBERGER

CONTRATANTE

TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Testemunhas:

Nome:

CNPJ/MF:

Nome:

CPF/MF:

Resolução Nº 05/2014 - Conselho Municipal de Assistência Social de Itapoá

RESOLUÇÃO 005/2014

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, após deliberação dos Membros Conselheiros, em assembléia ordinária do dia 13 de maio, utilizando-se do instrumental, relatório de prestação de conta, emitido pela Comissão de Prestação de Conta, e Ofício resposta da Secretaria Municipal da Assistência Social, RESOLVE:

Aprovar as contas com os valores executados do Fundo Municipal da Assistência Social, no ano de 2013.

Este Conselho resalta, que, orientado a Secretaria da Assistência Social quanto aos atrasos de pagamentos de faturas de água, energia elétrica e telefônica haverá sanção, devendo serem ressarcidos os valores pagos com multas e ou religamento dos serviços. Ainda, resalta que, os históricos das ordens de empenho deverão ser melhorados, para que não haja conflito com as ordens de compras, e tão pouco sussitem dúvidas.

Esta Resolução passa a vigorar a partir de sua publicação.

Itapoá, 28 de maio de 2014.

Elaine Cristina Alves

Presidente do CMAS de Itapoá

Resolução Nº 08/2014 - Conselho Municipal de Assistência Social de Itapoá

RESOLUÇÃO Nº. 008/2014

Dispõe sobre o processo de inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 27 de maio, nas dependências da Secretaria de Assistência Social de Itapoá, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 397/2012.

Considerando os artigos 3º e 9º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, Art. 4º do Decreto nº. 6.308/2007 que regulamenta o art. 3º da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993/LOAS, e normatiza o conceito de entidade de assistência social;

Considerando a Lei nº 12.101 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, recentemente alterada pela nº 12.868/2013, e a isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Resolução CNAS nº 16, de 05 de maio de 2010, que Define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços,

programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal.

Considerando que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer critérios para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho de Assistência Social do Município de Itapoá SC.

Art. 2º As entidades e organizações de assistência social podem ser isolada ou cumulativamente:

I - de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;

II - de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas as deliberações do CNAS de que tratam os incisos I e II do art. 18 daquela Lei, tais como: a) assessoria política, técnica, administrativa e financeira a movimentos sociais organizações, grupos populares e de usuários, no fortalecimento de seu protagonismo e na capacitação para a intervenção nas esferas políticas, em particular na Política de Assistência Social; Sistematização e difusão de projetos inovadores de inclusão cidadã que possam apresentar soluções alternativas a serem incorporadas nas políticas públicas; b) estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades e à geração de renda;

c) produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade e dos cidadãos sobre os seus direitos de cidadania, bem como dos gestores públicos, subsidiando os na formulação e avaliação de impactos da Política de Assistência Social;

III - de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas às deliberações do CNAS de que tratam os incisos I e II do art. 18 daquela Lei, tais como:

a) promoção da defesa de direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade;

b) formação política-cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de conselheiros/as e lideranças populares;

c) reivindicação da construção de novos direitos fundados em novos conhecimentos e padrões de atuação reconhecidos nacional e internacionalmente;

Art. 3º As entidades e organizações de assistência social no ato da inscrição demonstrarão:

I - ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída, conforme disposto no art. 53 do Código Civil Brasileiro e no art. 2º da Lei nº 8.742, de 1993;

II - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado

operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - elaborar plano de ação anual contendo:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura;

e) identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício socioassistencial, informando respectivamente:

e.1) descrição;

e.2) público alvo;

e.3) objetivos;

e.4) capacidade de atendimento;

e.5) recursos financeiros a serem utilizados;

e.6) recursos humanos envolvidos;

e.7) abrangência territorial;

e.8) Período de funcionamento;

e.9) Condições e formas de acesso (descrever como os usuários acessam as atividades oferecidas pela entidade de assistência social ou organização e formas de encaminhamentos);

e.10) demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano: elaboração, execução, avaliação e monitoramento.

IV - ter expresso em seu relatório de atividades:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura;

e) identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício socioassistencial executado, informando respectivamente:

e.1) público alvo;

e.2) capacidade de atendimento;

e.3) recurso financeiro utilizado;

e.4) recursos humanos envolvidos.

Art. 4º O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social de Itapoá.

§ 1º Compete ao Conselho de Assistência Social a fiscalização das entidades e organizações inscritas.

§ 2º Se a entidade ou organização de assistência social de atendimento não desenvolver qualquer serviço, programa, projeto ou benefício socioassistencial no Município de sua sede, a inscrição da entidade deverá ser feita no Conselho de Assistência Social do Município onde desenvolva o maior número de atividades.

§ 3º As entidades ou organizações de assistência social que atuem na defesa e garantia de direitos e/ou assessoramento deverão inscrever-se no Conselho de Assistência Social do Município indicado como sendo de sua sede no estatuto social.

Art. 5º Somente poderão executar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais as entidades e organizações inscritas de acordo com o art. 4º.

Art. 6º A inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho de Assistência Social é o reconhecimento público das ações realizadas pelas entidades e organizações sem fins econômicos, ou seja, sem fins lucrativos, no âmbito da Política de Assistência Social.

§ 1º Os serviços de atendimento deverão estar de acordo com a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que trata da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, e com o Decreto nº. 6.308, de 14 de dezembro de 2007.

§ 2º Os serviços de assessoramento, defesa e garantia de direitos deverão estar de acordo com o Decreto nº. 6.308, de 2007, que orienta sobre a regulamentação do art. 3º da Lei 8.742, de 1993, e com esta Resolução.

Art. 7º Os critérios para a inscrição das entidades e organizações

de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais são, cumulativamente:

- I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;
- II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;
- III - garantir a gratuidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- IV - garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da missão da entidade ou organização, bem como da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 8º Em caso de interrupção de serviços, a entidade deverá comunicar ao Conselho Municipal de Assistência Social, apresentando a motivação, as alternativas e as perspectivas para atendimento do usuário, bem como o prazo para a retomada dos serviços.

§ 1º O prazo de interrupção dos serviços não poderá ultrapassar seis meses sob pena de cancelamento da inscrição da entidade e/ou do serviço.

§ 2º Cabe ao Conselho de Assistência Social acompanhar, discutir e encaminhar as alternativas para a retomada dos serviços, programas e projetos interrompidos.

Art. 9º As entidades e organizações de assistência social deverão apresentar os seguintes documentos para obtenção da inscrição:

- I - requerimento, conforme anexo I;
- II - cópia do estatuto social (atos constitutivos) registrado em cartório;
- III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;
- IV - plano de ação;
- V - cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

Art. 10. As entidades e organizações de assistência social que atuam em mais de um Município deverão inscrever os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios respectivos, apresentando os seguintes documentos:

- I - requerimento, conforme o modelo anexo II;
- II - plano de ação;
- III - comprovante de inscrição no Conselho de sua sede ou onde desenvolva o maior número de atividades, nos termos do §1º e §2º do art. 6º e do art. 7º desta Resolução;

Art. 11. As entidades e organizações sem fins econômicos que não tenham atuação preponderante na área da assistência social, mas que também atuem nessa área, deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, além de demonstrar que cumprem os critérios do §1º e §2º do art. 6º e o art. 7º desta Resolução, mediante apresentação de:

- I - requerimento, na forma do modelo anexo III;
- II - cópia do Estatuto Social (atos constitutivos) registrado em cartório;
- III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;
- IV - plano de ação;

Art. 12. O Conselho de Assistência Social deverá:

- I - receber e analisar os pedidos de inscrição e a documentação respectiva;
- II - providenciar visita à entidade ou organização de assistência social e emissão de parecer sobre as condições para o funcionamento;
- III - pautar, discutir e deliberar os pedidos de inscrição em reunião plenária;
- IV - encaminhar a documentação ao órgão gestor para inclusão

no Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, e guarda, garantido o acesso aos documentos sempre que se fizer necessário, em função do exercício do controle social.

Parágrafo único. A execução do previsto neste artigo obedecerá à ordem cronológica de apresentação do requerimento de inscrição.

Art. 13 O processo de inscrição e avaliação dos pedidos de inscrição ocorrerá conforme cronograma a seguir:

Art. 14. O Conselho de Assistência Social deverá estabelecer plano de acompanhamento e fiscalização das entidades e organizações de assistência social, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos, com os respectivos critérios.

Parágrafo único. O plano a que se refere o caput, bem como o processo de inscrição, deve ser publicizado por meio de resolução do Conselho de Assistência Social.

Art. 15. As entidades e organizações de assistência social deverão apresentar anualmente, até 30 de abril, ao Conselho de Assistência Social:

- I - plano de ação do corrente ano;
- II - relatório de atividades do ano anterior que evidencie o cumprimento do Plano de ação, destacando informações sobre o público atendido e os recursos utilizados, nos termos do inciso III do artigo 3º.

Art. 16. O Conselho de Assistência Social deverá promover, pelo menos, uma audiência pública anual com as entidades ou organizações de assistência social inscritas, com o objetivo de efetivar a apresentação destas à comunidade, permitindo a troca de experiências e ressaltando a atuação na rede socioassistencial e o fortalecimento do SUAS.

Art. 17. A inscrição das entidades ou organizações de assistência social, dos serviços dos projetos, dos programas e dos benefícios socioassistenciais é por prazo indeterminado.

§ 1º A inscrição poderá ser cancelada a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 2º Em caso de cancelamento da inscrição, o Conselho de Assistência Social deverá encaminhar, no prazo de cinco dias úteis, cópia do ato cancelatório ao órgão gestor, para providências cabíveis junto ao Cadastro a que se refere o inciso IV do artigo 12 e demais providências.

§ 3º Da decisão que indeferir ou cancelar a inscrição a entidade poderá recorrer.

§ 4º Os recursos das decisões dos Conselhos Municipais de Assistência Social deverão ser apresentados aos Conselhos Estaduais.

§ 5º O prazo recursal será de 30 dias, contados a partir do dia seguinte ao da ciência da decisão.

§ 6º As entidades inscritas deverão comunicar o encerramento de suas atividades, programas e/ou projetos ao Conselho de Assistência Social, no prazo de 30 dias.

Art. 18. O Conselho de Assistência Social deverá padronizar e utilizar, única e exclusivamente, o termo INSCRIÇÃO para os fins desta resolução.

Parágrafo Único. O Conselho fornecerá Comprovante de Inscrição conforme anexo IV e VII.

Art. 19. O Conselho de Assistência Social deverá estabelecer numeração única e sequencial para a emissão da inscrição, independentemente da mudança do ano.

Art. 20. As entidades e organizações de assistência social inscritas anteriormente à publicação desta Resolução, bem como, aquelas que desejam requerer a primeira inscrição, deverão requerer junto

ao Conselho Municipal de Assistência Social, a inscrição conforme procedimentos e critérios dispostos nesta Resolução.

Art. 21. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELAINE CRISTINA ALVES
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ITAPOÁ-SC
ANEXO I

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Senhor(a) Presidente do Conselho de Assistência Social de Itapoá

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer sua inscrição neste Conselho.

A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade: _____

CNPJ: _____

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e secundária: _____

Data de inscrição no CNPJ ____/____/____

Endereço _____

nº _____

Bairro _____

Complemento _____

Município _____ UF _____

CEP _____

Tel. _____

FAX _____

Email _____

Atividade Principal _____

A entidade possui inscrição:

CMDCA _____

CONSELHO DO IDOSO _____

Outros: (especificar) _____

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos): _____

Relação de todos os estabelecimentos da entidade (CNPJ e endereço completo) _____

B - Dados do Representante Legal:

Nome _____

Endereço _____

nº. _____

Bairro _____

Complemento _____

Município _____ UF _____

CEP _____ Tel. _____

Celular _____

E-mail _____

RG _____ CPF _____

Data Nasc. ____/____/____

Escolaridade _____

Período do Mandato: _____

C - Informações adicionais:

Termos em que, Pede deferimento.

Local ____/____/____ Data ____/____/____

Assinatura do representante legal da entidade

ANEXO II

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Entidades e organizações de Assistência Social que atuam em mais de um Município

Senhor(a) Presidente do Conselho de Assistência Social de _____

A entidade abaixo qualificada, com atuação também neste município, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo descritos, nesse Conselho.

A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade _____

CNPJ: _____

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário ____

Data de inscrição no CNPJ ____/____/____

Endereço _____ nº _____

Complemento _____

Bairro _____

Município _____ UF _____

CEP _____

Tel. _____ FAX _____

E-mail _____

A entidade está inscrita no Conselho de _____

UF _____,

sob o número _____, desde ____/____/____.

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos): _____

B - Dados do Representante Legal:

Nome _____

Endereço _____

nº _____

Bairro _____ Complemento _____

_____ Município _____

UF _____ CEP _____

Tel. _____ Celular _____

E-mail _____

RG _____ CPF _____

Data nasc. ____/____/____ Escolaridade _____

Período do Mandato: _____

C - Informações adicionais

Termos em que, Pede deferimento.

Local ____/____/____ Data ____/____/____

Assinatura do representante legal da entidade

ANEXO III

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Entidades e organizações que não tenham atuação preponderante na área da assistência social, mas que também atuem nessa área

Senhor(a) Presidente do Conselho de Assistência Social de Itapoá

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo descritos, nesse Conselho.

A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade _____

CNPJ: _____

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundária: _____

Data de inscrição no CNPJ ____/____/____
 Endereço _____
 nº. _____
 Bairro _____ Complemento _____
 Município _____
 UF _____ CEP _____
 Tel. _____ FAX _____
 E-mail _____
 Atividade principal _____

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos)

B - Dados do Representante Legal:

Nome _____
 Endereço _____
 nº. _____
 Bairro _____
 Complemento _____
 Município _____ UF _____
 CEP _____ Tel. _____
 Celular _____
 E-mail _____

RG _____
 CPF _____
 Data nasc. ____/____/____
 Escolaridade _____
 Período do Mandato: _____

C - Informações adicionais

Termos em que, Pede deferimento.
 Local _____ Data ____/____/____

Assinatura do representante legal da entidade

ANEXO IV COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO ITAPOÁ

INSCRIÇÃO Nº _____

A entidade _____,
 CNPJ _____, com sede em
 _____, é inscrita neste Conselho, sob número _____, desde ____/____/____.

A entidade executa (rá) o(s) seguinte(s) serviço(s)/programa(s)/projeto(s)/benefício(s) socioassistenciais (listar todos, constando os endereços respectivos caso a entidade os desenvolva em mais de uma unidade/estabelecimento no mesmo município):

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Local _____ Data ____/____/____

Assinatura do(a) Presidente do Conselho

ANEXO V

COMPROVANTE DE CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Itapoá no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 9º da Lei 8.742/93,

ao examinar o Parecer nº _____ que trata do cancelamento da inscrição da entidade _____, CNPJ _____, com sede em _____, inscrita neste Conselho, sob número _____, desde ____/____/____, delibera pelo cancelamento da inscrição da referida entidade por essa por não cumprir com as seguintes determinações legais:

a)

b)

A decisão será encaminhada para publicação no Diário Oficial do dia ____ de ____ de 20 ____, conforme Resolução CMAS nº ____/20__.

Itapoá, ____ de ____ de 20__.

Presidente do Conselho

ANEXO VI RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

1) IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE.

Nome: _____
 Endereço: _____
 nº _____
 Bairro: _____
 Município: _____
 Cep: _____ Telefone/fax: _____
 e-mail: _____
 Nome do representante legal: _____

2) CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Serviço (conforme Resolução CNAS nº 109/2009):

- () Proteção Social Básica
 () Proteção Social Especial de Média Complexidade
 () Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Programas:

- () Proteção Social Básica
 () Proteção Social Especial de Média Complexidade
 () Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Projetos:

- () Proteção Social Básica
 () Proteção Social Especial de Média Complexidade
 () Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Benefícios:

- () Proteção Social Básica
 () Proteção Social Especial de Média Complexidade
 () Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Quais os nomes dos serviços, programas, projetos ou benefícios estão sendo desenvolvidos pela entidade:

3) DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES.

OBS: Esta descrição tem por objetivo demonstrar se, na prática, a entidade desenvolve atividades com o público da Assistência social e de que forma está se dando o cumprimento dos objetivos e princípios da Política de Assistência Social, definidos pela LOAS. E, ainda, se os serviços ofertados estão de acordo com aqueles tipificados na Resolução CNAS nº 109/2010. Isto é, demonstrando a relação entre as atividades e o alcance da garantia das necessidades básicas do público atendido, bem como de sua promoção

à cidadania. Tal descrição deverá apresentar tanto os aspectos positivos quanto os que faltam aprimorar.

4) RECURSOS RECEBIDOS PELA ENTIDADE

Doações de Associados	
Promoções próprias	
Doações externas	
Contribuições de Associados	

5) SITUAÇÃO SÓCIOECONOMICA DOS BENEFICIÁRIOS.

Renda familiar	Nº de familiar
	Menos de 1 salário
	De 1 a 2 salários
	Acima de 2 salários

Beneficiário atendido	Nº
	Em tempo integral, com vínculo familiar
	Em tempo integral, sem vínculo familiar
	Em meio período
	Abrigo
	Eventualmente

6) CONDIÇÕES E FORMAS DE ACESSO. (descrever)

7) PERÍODO DE FUNCIONAMENTO. (descrever)

8) RECURSOS HUMANOS DA ENTIDADE.

Categoria profissional	Carga horaria	Função
Assistente Social		
Advogado		
Pedagogo		
Psicólogo		
Monitor		
Área Administrativa		
Cozinha		
Outros; Citar		
Voluntários: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Quanto?		
Existe regulamentação dos mesmos na entidade? <input type="checkbox"/>		
Sim <input type="checkbox"/> Não		
Existe contrato de voluntariado? <input type="checkbox"/> Sim		
<input type="checkbox"/> Não		

9) PATRIMÔNIO.

Imóvel	Alugado	Próprio	Cedido
Equipamentos	Adequado		
	inadequado		
Veículos: () não			
() sim			
Outros			
Área total:			
Área Construída:			

Caso o equipamento seja inadequado fazer um relato acerca da situação.

10) OUTRAS INFORMAÇÕES.

DATA: ____ / ____ / ____

Assinatura do responsável
ANEXO VII

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAPOÁ PARA:

- () Serviços
() Programas
() Projetos
() Benefícios socioassistenciais

INSCRIÇÃO Nº _____

O(s) seguinte(s) serviço(s) socioassistencial(is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

O(s) seguinte(s) programa(s) socioassistencial(is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

O(s) seguinte(s) projeto(s) socioassistencial(is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

O(s) seguinte(s) benefício(s) socioassistencial(is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

Estes são/serão executados pela entidade _____

CNPJ _____, com sede em _____

UF _____ e encontram-se em acordo com as normativas vigentes, dentre elas, a Resolução CNAS nº 16/2010.

A presente inscrição tem validade por tempo indeterminado.

Itapoá, de de 20 .

Presidente do CMAS de Itapoá.
(período de Gestão de _____ a _____)

Errata ao Pregão Nº 47/2014

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº 47/2014.

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS

DATA: 26 de junho de 2014. HORÁRIO: 09h: 30m.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: Pregão/Registro de preço.

OBJETO: Aquisição de material de limpeza para uso na Secretaria de Educação, Centro de Preparação da Alimentação Escolar e Escolas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme especificações do Anexo V do Edital.

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se fará realizar na data e horário, faz as seguintes considerações ao edital:

1.) Inclui na minuta do edital na cláusula 6.2. NO ENVELOPE 1,

"PROPOSTA DE PREÇO", a seguinte cláusula:

6.2.1 Cópia do Registro dos Produtos e Autorização de Funcionamento - AFE de cada fabricante dos produtos no qual a necessidade de apresentação dos mesmos, sendo estes itens: 01, 02, 03, 04, 11, 12, 13, 20, 21, 23, 38, 39, 40, 41, 46 e 47.

2.) Inclui na minuta do edital na cláusula 6.4. NO ENVELOPE 2, "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO", a seguinte cláusula:

6.6.6.8 Alvará sanitário da sede da empresa licitante;

Conforme o Art. 21 4º da Lei nº 8.666/93, onde consta a DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES altera-se para dia 09 de JULHO DE 2014, às 09h: 00min (entrega envelopes) e a s 09h: 30min (abertura). Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 16 de junho de 2014.
Fernanda Cristina Rosa
Pregoeira Oficial do Município

Aviso de Alteração de Edital - Pregão Presencial Nº 44/2014

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2014 - PROCESSO Nº 80/2014- Objeto: Aquisição de Retroescavadeira, para uso da Secretaria de Agricultura e Pesca, conforme especificações do Anexo V do Edital.

Em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93, o Município de Itapoá torna público, as alterações promovidas no edital de Pregão nº 44/2014, em virtude da impugnação impetrada pela empresa: BMC HYUNDAI S.A, Protocolo nº 2612/2014, julgado provido, que culminou na presente errata, alterando os seguintes itens:

AONDE CONSTA

ANEXO V - TERMO DE REFERENCIA - MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

Item	Descrição	Quant.	Marca	Valor Máx. Unitário R\$	Valor Máx. Total R\$
1	Retroescavadeira nova sobre pneus, contendo pá carregadeira frontal com capacidade mínima de carga de 0,96 m3, concha de escavação de "30", motor turbo alimentado, potência bruta mínima de 92 CV, cabine fechada com ar-condicionado, tração 4x4, transmissão com no mínimo 4 marchas a frente e 4 marchas a ré.	1		241.000,00	241.000,00

PASSA A VIGORAR:

ANEXO V - TERMO DE REFERENCIA - MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

Item	Descrição	Quant.	Marca	Valor Máx. Unitário R\$	Valor Máx. Total R\$
1	Retroescavadeira nova sobre pneus, contendo pá carregadeira frontal com capacidade mínima de carga de 0,96 m3, concha de escavação mínimo de "24", motor turbo alimentado, potência bruta mínima de 92 CV, cabine fechada com ar-condicionado, tração 4x4, transmissão com no mínimo 4 marchas a frente e 3 marchas a ré.	1		241.000,00	241.000,00

O presente processo mantém-se suspenso.

Itapoá, 20 de junho de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

Resolução Nº 09/2014 - Conselho Municipal de Assistência Social de Itapoá

RESOLUÇÃO 009/2014

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, após deliberação dos Membros Conselheiros, em assembléia extra ordinária do dia 27 de maio, RESOLVE:

Aprovar a Lei Orçamentária Anual, para Financiamento do SUAS pelo Município de Itapoá, para o ano de 2015, visando a qualificação na prestação de serviços na Secretaria da Assistência Social de Itapoá.

Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Itapoá, 28 de maio de 2014.
Elaine Cristina Alves
Presidente do CMAS

Resolução Nº 10/2014 - Conselho Municipal de Assistência Social de Itapoá

RESOLUÇÃO Nº 010/2014

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Itapoá

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Extra - Ordinária, realizada dia 10 de junho de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 397/2012, de 03 de julho de 2012, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Itapoá - CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu

âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 26.678,32 (Vinte e seis mil seiscentos e setenta e oito reais e trinta e dois centavos), referente ao ano de 2014, para ser utilizado 100% (cem por cento) em custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Projeto Técnico, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º O Gestor da Política de Assistência Social do município é responsável pela adesão ao Programa BPC Escola até o mês de junho do corrente ano para garantir a continuidade dos recursos provenientes do FEAS ao FMAS referente ao cofinanciamento da Proteção Social Básica.

Parágrafo único: O descumprimento do "caput" do presente artigo acarretará no bloqueio do recurso referente ao cofinanciamento da Proteção Social Básica.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 10 de junho de 2014.

Elaine Cristina Alves
Presidente do CMAS
Gestão 2013 a 2015

Ata de Sessão Pública Para Abertura de Envelope de Habilitação E Proposta- Pregão Nº 45/2014

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 23/06/2014, a partir das 09h30min horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL, JULIANA CRISTINA SOARES SPECK, nomeados pelo DECRETO Nº 2192/2014, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 45/2014, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO ABRIGO PROVISÓRIO, PASTORAL DA CRIANÇA, CRAS, CONSELHOS, SUPLEMENTO ALIMENTAR, PROJETO GERAÇÃO DE RENDA, PROJETO DE SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)

ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO -

DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME

Representantes (Credenciados)

ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO

ARILSON JOSE ALVES

Analizados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	6,6900	0,0000
2	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	9,8500	0,0000
3	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	2,3500	0,0000
6	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	5,3500	0,0000
7	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,2500	0,0000
8	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	9,0500	0,0000
9	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	2,2000	0,0000
10	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	14,3100	0,0000
12	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	19,2500	0,0000
13	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	5,3500	0,0000
14	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	4,4600	0,0000
15	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	4,4600	0,0000
16	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	1,7700	0,0000
17	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	1,7700	0,0000
18	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,4900	0,0000
19	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,7600	0,0000
20	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,8200	0,0000
21	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,8100	0,0000
22	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,9700	0,0000
23	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,5600	0,0000
24	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,9700	0,0000
25	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,6700	0,0000
26	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	9,6000	0,0000

27	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	27,0400	0,0000
28	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	7,0500	0,0000
29	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	1,6800	0,0000
30	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	1,6800	0,0000
31	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	2,8000	0,0000
33	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,7500	0,0000
34	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	15,1000	0,0000
35	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	9,2600	0,0000
36	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	15,7600	0,0000
37	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	13,9300	0,0000
38	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	11,6000	0,0000
39	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	8,4300	0,0000
41	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	2,5400	0,0000
42	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	2,0500	0,0000
43	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	2,2800	0,0000
44	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,6300	0,0000
45	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,6300	0,0000
46	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,6300	0,0000
47	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	2,1800	0,0000
48	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,5200	0,0000
49	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	1,8000	0,0000
50	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,5700	0,0000
51	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	5,6100	0,0000
52	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	9,9300	0,0000
53	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	1,9300	0,0000
54	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,2500	0,0000
55	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	1,6900	0,0000
57	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,8400	0,0000
58	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,8400	0,0000
59	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	4,1300	0,0000
60	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,8400	0,0000
62	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	1,6400	0,0000
63	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	2,3200	0,0000

64	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	4,5000	0,0000
66	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,7300	0,0000
67	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	9,9400	0,0000
68	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	2,7400	0,0000
69	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	5,6000	0,0000
70	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,7700	0,0000
71	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	4,7000	0,0000
72	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,6000	0,0000
73	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	2,1000	0,0000
74	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	7,9000	0,0000
75	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	11,7400	0,0000
76	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	6,0600	0,0000
77	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	2,0500	0,0000
78	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	0,8400	0,0000
79	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	0,8200	0,0000
80	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	0,8400	0,0000
81	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	0,8200	0,0000
82	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	6,1300	0,0000
83	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	0,6200	0,0000
86	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,1600	0,0000
87	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,3400	0,0000
88	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,5200	0,0000
90	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	4,2900	0,0000
91	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	10,9300	0,0000
92	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	10,2300	0,0000
93	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	1,7700	0,0000
94	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,3600	0,0000
95	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,3900	0,0000
96	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	4,2300	0,0000
97	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,8900	0,0000
98	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	4,7400	0,0000
100	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	2,9600	0,0000
101	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	2,4800	0,0000

102	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	1,5400	0,0000
103	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	1,4600	0,0000
104	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,3400	0,0000
106	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	10,8300	0,0000
107	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	9,8300	0,0000
109	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	4,9400	0,0000
110	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	2,8600	0,0000
111	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	6,0000	0,0000
112	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	4,3700	0,0000
113	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	4,3400	0,0000
114	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	8,6900	0,0000
115	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	8,6900	0,0000
116	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	8,6900	0,0000
117	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	8,6900	0,0000
118	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	8,6900	0,0000
119	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	8,6900	0,0000
120	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	24,7600	0,0000
121	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,3800	0,0000
122	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	1,8700	0,0000
125	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	4,5000	0,0000
126	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	1,7900	0,0000
127	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	5,6600	0,0000
128	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,1300	0,0000
129	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	3,1700	0,0000
130	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	6,7000	0,0000
131	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	5,1600	0,0000
132	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	2,0900	0,0000
133	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	1,8900	0,0000
134	ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO -	20.426,6500	20.300,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO apresentou a certidão descrita no item 6.5.6.2 com validade vencida, entretanto, foi lhe assegurado o direito de postergar a apresentação da referida certidão nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006 , a demais empresa

demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedoras, portanto, as empresas citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO - 1833573099	20.300,0000
DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	55.386,8100

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) - A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 23/06/2014.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio
ISABELA RAICK DUTRA POHL
JULIANA CRISTINA SOARES SPECK

Assinantes	
Representantes	Assinatura
ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO - 1833573099	
DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	

Decreto Municipal Nº 2227/2014 - Dispõe Sobre A Abertura de Créditos Adicionais Suplementares por Excesso de Arrecadação.

DECRETO MUNICIPAL NO 2227/2014

Data: 20 de junho de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 6º, inciso IV, da Lei Municipal nº 501/2013 - LOA 2014 e considerando CI 69/14, da Divisão de Orçamento,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação da DR 10.000 - Recursos ordinários, perfazendo o montante de R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais):

Suplementações

03.00 GABINETE DO PREFEITO
03.01 Gabinete do Prefeito
041220002.2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito
33390 Aplicações Diretas (12) FR 10000 R\$ 27.000,00

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
11.03 Fundo Municipal de Saneamento Básico
175120010.2082 Manutenção do FMSB
33390 Aplicações Diretas (217) FR 10000 R\$ 42.000,00

Total das Suplementações R\$ 69.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 20 de junho de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 36/2014

TERMO ADITIVO N.º 36/2014 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 13/2013. (6º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 960, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, portadora do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa SOLO ENGENHARIA LTDA ME, com sede à Rua Bracatinga, nº 25, Bairro: Lageado na cidade de Campo Alegre/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.743.714/0001-00 e Inscrição Estadual n.º 255.378.181, representada neste ato por sócio, o Sr. TIAGO LUY, portador do CNPF/MF nº 045.957.13975 e do CI.RG nº 4.358.867 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar o objeto da Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de quadra coberta com vestiário na EMEF Ayrton Senna, com área total de 980,40 m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 21/2012 - PROCESSO Nº 92/2012, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 13/2013, contados a partir do dia 21/06/2014, a 21/09/2014, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 13/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 13/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na

presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 20 de junho de 2014.
CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
SOLO ENGENHARIA LTDA ME
TIAGO LUY

CONTRATANTE
TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Testemunhas:
Nome:
CNPJ/MF:

Nome:
CNPJ/MF:

Secretaria de Saúde: Comunicado Local da Prova do Processo Seletivo Simplificado - Edital 017/2014 - Técnico de Enfermagem

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Secretaria Municipal da Saúde
Itapoá, 20 de Junho de 2014.

COMUNICADO

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais comunica abaixo o local e horário da Prova Objetiva, referente ao Processo Seletivo Simplificado - Edital 017/2014 - Técnico de Enfermagem:

Data: 29/06/2014.

Local: Escola Municipal Ayrton Senna, sito a Rua Madalena Hau; Bairro: Itapema do Norte, acesso pela entrada principal da Escola. Início: 8:30hs com término previsto para às 12:00hs, lembrando que o candidato deve comparecer ao local da prova com 10 minutos de antecedência, munido de documento com foto, conforme item 6.6 do Edital.

Cristian Angelo Grassi
Secretário da Saúde

Pregão Nº 48/2014- Processo Nº 87/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2014
PROCESSO Nº 87/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00m estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min, do dia 08 de julho de 2014, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento,

indispensável para a participação no certame para a Aquisição de equipamentos médicos hospitalares para uso na Sala de Estabilização do Pronto Atendimento 24 horas, conforme Anexo V do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h: 00m às 14h: 00m.

Itapoa, 18 de junho de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 35/2014

TERMO ADITIVO N.º 35/2014 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 96/2013. (4º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Educação, o Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, portadora do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa DOCA CASA E JARDIM LTDA ME, com sede à Rua Leopoldo Sprenger, nº 208, Bairro: Itapema do Norte na cidade de Itapoa/SC, CEP: 89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82.887.829/0001-12 e Inscrição Estadual n.º 255.229-828, representada neste ato por sócio administrador, o Sr. JANUÁRIO LUIZ NUNES, portador do CNPF/MF nº 378.917.319-34 e do CI.RG nº 5/R 832.332 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual à Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para executar a reforma e ampliação da EMEF João Monteiro Cabral, na localidade de Pontal do Norte, compreendendo 1.164,56m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 09/2013 - PROCESSO Nº 110/2013, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

Altera cláusula quinta "do preço", aditando o respectivo contrato em um percentual de 18,24%, totalizando o valor de R\$ 38.219,70 (trinta e oito mil duzentos e dezenove reais e setenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO

O presente termo acresce ao objeto da licitação, em caráter de complementação, os serviços descritos na sequência:

		DESCRIÇÃO	QUANT.	UN	CUSTO UNITÁRIO	TOTAL	TOTAL (R\$) COM BDI
TABELA SINAPI	1	ESTRUTURA PARA SUSTENTAÇÃO DA LAJE					
79517/001	1.1	ESCAVACAO MANUAL EM SOLO-PROF. ATE 1,50 M	2,16	M3	19,94	R\$ 43,07	R\$ 52,12
79489	1.2	REATERRO MANUAL COM APILOAMENTO MECANICO	2,16	M3	4,98	R\$ 10,76	R\$ 13,02
73942/002	1.3	ARMAÇAO DE AÇO CA-60 DIAM. 3,4 A 6,0MM.- FORNECIMENTO / CORTE (C/PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO.	17,50	KG	6,99	R\$ 122,33	R\$ 148,01
74254/002	1.4	ARMAÇAO AÇO CA-50, DIAM. 6,3 (1/4) À 12,5MM(1/2) -FORNECIMENTO/ CORTE(PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO.	102,00	KG	6,86	R\$ 699,72	R\$ 846,66
337	1.5	ARAME RECOZIDO 18 BWG - 1,25MM - 9,60 G/M	15,00	KG	6,75	R\$ 101,25	R\$ 122,51
74007/002	1.6	FORMA TABUAS MADEIRA 3A P/ PECAS CONCRETO ARM, REAPR 2X, INCL MONTAGEM E DESMONTAGEM.	29,00	M2	37,05	R\$ 1.074,45	R\$ 1.300,08
5069	1.7	PREGO POLIDO COM CABECA 17 X 27	5,00	KG	5,78	R\$ 28,90	R\$ 34,97
6045	1.8	CONCRETO FCK=15MPA, PREPARO COM BETONEIRA, SEM LANÇAMENTO	3,61	M3	316,11	R\$ 1.141,16	R\$ 1.380,80
74157/004	1.9	LANÇAMENTO/APLICAÇÃO MANUAL DE CONCRETO EM FUNDACOES	3,61	M3	24,63	R\$ 88,91	R\$ 107,59
							R\$ 4.005,76
TABELA SINAPI	2	PAVIMENTAÇÃO					
74115/001	2.1	EXECUÇÃO DE LASTRO EM CONCRETO (1:2,5:6), PREPARO MANUAL	17,50	M3	316,89	R\$ 5.545,58	R\$ 6.710,15
							R\$ 6.710,15
TABELA SINAPI	3	HIDRÁULICA					

75030/001	3.1	TUBO PVC SOLDAVEL AGUA FRIA DN 25MM, INCLUSIVE CONEXOES - FORNECIMENTO E INSTALACAO	43,00	M	14,28	R\$ 614,04	R\$ 742,99
74176/001	3.2	REGISTRO GAVETA 3/4" COM CANOPLA ACABAMENTO CROMADO SIMPLES - FORNECIMENTO E INSTALACAO UN 74,17	2,00	UN	74,17	R\$ 148,34	R\$ 179,49
72439	3.3	TE DE PVC SOLDAVEL AGUA FRIA 25MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	1,00	UN	5,8	R\$ 5,80	R\$ 7,02
72574	3.4	JOELHO PVC SOLDAVEL 90° AGUA FRIA 25MM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	5,00	UN	5,44	R\$ 27,20	R\$ 32,91
72789	3.5	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL COM FLANGES LIVRES PARA CAIXA D'AGUA 25MMX3/4"	2,00	UN	10,46	R\$ 20,92	R\$ 25,31
11871	3.6	CAIXA D'AGUA DE FIBRA DE VIDRO, PARA 500 LITROS, COM TAMPA	2,00	UN	171,16	R\$ 342,32	R\$ 414,21
11830	3.7	TORNEIRA DE BOIA REAL 3/4" C/ BALAO PLASTICO	2,00	UN	13,07	R\$ 26,14	R\$ 31,63
							R\$ 1.433,56
TABELA SINAPI	5	REFORMA					
72142	5.1	RETIRADA DE FOLHAS DE PORTA DE PASSAGEM OU JANELA	8,00	UN	6,83	R\$ 54,64	R\$ 66,11
72143	4.2	RETIRADA DE BATENTES DE MADEIRA	3,00	UN	32,23	R\$ 96,69	R\$ 116,99
72146	5.3	RECOLOCACAO DE BATENTES DE MADEIRA, CONSIDERANDO REAPROVEITAMENTO DE MATERIAL	3,00	UN	31,35	R\$ 94,05	R\$ 113,80
72144	5.4	RECOLOCACAO DE FOLHAS DE PORTA DE PASSAGEM OU JANELA, CONSIDERANDO REAPROVEITAMENTO DO MATERIAL	3,00	UN	52,03	R\$ 156,09	R\$ 188,87
84842	5.5	JANELA DE MADEIRA PARA VIDRO, DE CORRER, SEM BANDEIRA, INCLUSAS GUARNICOES SEM FERRAGENS	3,00	M2	414,1	R\$ 1.242,30	R\$ 1.503,18
72239	5.6	RETIRADA DE TACOS DE MADEIRA	189,77	M2	3,47	R\$ 658,50	R\$ 796,79
6067	5.7	PINTURA ESMALTE BRILHANTE (2 DEMAOS) SOBRE SUPERFICIE METALICA, INCLUSIVE PROTECAO COM ZARCAO (1 DEMAOS)	22,15	M2	23,7	R\$ 524,96	R\$ 635,20
							R\$ 2.785,75
TABELA SINAPI	4	FORRO EM PVC					
84005	4.1	GRADEADO DE CAIBROS E RIPAS	368,00	M2	26,25	R\$ 9.660,00	R\$ 11.688,60
11587	4.2	FORRO DE PVC EM REGUA DE 100 MM (COM COLOCACAO, EXCLUSIVE ESTRUTURA DE SUPORTE)	368,00	M2	34	R\$ 12.512,00	R\$ 15.139,52
							R\$ 26.828,12
SERVIÇO A NÃO SER EXECUTADO POR SUBSTITUIÇÃO							
TABELA SINAPI	6	PAREDES					
73935/005	6.1	FECHAMENTO EM ALVENARIA EM TIJOLO CERAMICO FURADO 9X14X19CM, 1/2 VEZ (ESPESSURA 9 CM), ASSENTADO EM ARGAMASSA TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA MEDIA NAO PENEIRA DA), PREPARO MANUAL, JUNTA 1 CM	45,932	M2	40,00	R\$ 1.837,28	R\$ 2.223,11
73928/001	6.2	CHAPISCO TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA MEDIA), ESPESSURA 0,5CM, PREPARO MANUAL DA ARGAMASSA	45,932	M2	4,05	R\$ 186,02	R\$ 225,09
5976	6.3	EMBOCO TRACO 1:4,5 (CAL E AREIA MEDIA), ESPESSURA 1,5CM, PREPARO MANUAL	45,932	M2	19,71	R\$ 905,32	R\$ 1.095,44
							R\$ 3.543,64
TOTAL DOS SERVIÇOS A EXECUTAR							41.763,33
SERVIÇO A NÃO EXECUTAR							R\$ 3.543,64
TOTAL A PAGAR							R\$ 38.219,70

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 96/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 96/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 20 de junho de 2014.

CONTRATANTE SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL MUNICIPIO DE ITAPOÁ	CONTRATADA DOCA CASA E JARDIM LTDA ME JANUÁRIO LUIZ NUNES
CONTRATANTE TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
Testemunhas: Nome: CNPJ/MF:	Nome: CPF/MF:

Jacinto Machado

PREFEITURA

Edital de Notificação 002

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Administração Municipal de Jacinto Machado, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município de Jacinto Machado, que recebeu Recursos Federais conforme abaixo especificado:

Extrato de Convênio: Convênio nº 018/SDC/2014. Convenientes: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Defesa Civil e o Município de Jacinto Machado.
Objeto do Convênio: Execução de Drenagem e Obra de Arte Corrente no Município de Jacinto Machado.

Origem dos Recursos: Fundo Estadual da Defesa Civil.

Data do Repasse da 1ª Parcela: 18/06/2014.

Valor da Parcela: R\$ 56.664,64 (Cinquenta e Seis Mil, Seiscentos e Sessenta e Quatro Reais e Sessenta e Quatro Centavos).

Jacinto Machado/SC, 23 de Junho de 2014.

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 014/2014/Pmj

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2014/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, Setor de Licitações, a Pregoeira e sua Equipe de apoio, com devida autorização expedida pelo Senhor Antonio João de Fáveri, Prefeito Municipal, torna público a realização de licitação no dia 04/07/2014 às 14h15min, com entrega dos envelopes até às 14h00min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, forma de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) PÁ CARREGADEIRA NOVA, DE FABRICAÇÃO E MODELO MÍNIMO 2014 PARA SER UTILIZADA PELA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE JACINTO MACHADO.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO, Estado de SANTA CATARINA, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br. Informações pelo Fone: (48) 3535-1133 ou fac-símile: (48) 3535-1288.

Jacinto Machado - SC, 23 de Junho de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Portaria N.º 2722

PORTARIA Nº 2.722 DE 16 DE JUNHO DE 2014
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) AGOSTINHO ROSELI CHAVES, para exercer o cargo de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de junho de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2723

PORTARIA Nº 2.723 DE 16 DE JUNHO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ANGELICA BRANDINI DEMARTINI, Professor Nível II (Pós Graduado), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 133.718 de 25 de março de 2014, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 30 de junho de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 30 de junho de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de junho de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2724

PORTARIA Nº 2.724 DE 18 DE JUNHO DE 2014
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, o(a) Senhor(a) ANA PAULA GRANDO POLETO, do cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, pedido protocolado através do processo n.º 134.629 de 18 de junho de 2014, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34 § 1º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de junho de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2725

PORTARIA Nº 2.725 DE 18 DE JUNHO DE 2014
"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR a servidora Sra. ELIANE DE SOUZA BUTTNER para acompanhar e fiscalizar o contrato nº 173/2014/PMJ de 27 de maio de 2014, proveniente do Processo de Licitação n.º 33/2014/PMJ - Carta Convite n.º 01/2014/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 27 de maio de 2014, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 18 de junho de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2726

PORTARIA Nº 2.726 DE 18 DE JUNHO DE 2014

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR a Sra. FERNANDA LUNARDI para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço nº 10/2014/PMJ de 13 de junho de 2014, proveniente do Processo de Licitação n.º 46/2014/PMJ - Pregão Presencial n.º 33/2014/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 13 de junho de 2014, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 18 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 2727

PORTARIA Nº 2.727 DE 23 DE JUNHO DE 2014

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o servidor Sr. ALESSANDRO RAMOS ARRUDA para acompanhar e fiscalizar o contrato nº 179/2014/PMJ, proveniente do Processo de Licitação n.º 35/2014/PMJ - Concorrência Pública n.º 02/2014/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 23 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 2728

PORTARIA Nº 2.728 DE 23 DE JUNHO DE 2014

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o servidor Sr. DENIR NARCISO ZULIAN para acompanhar e fiscalizar os contratos nº 54 e 55/2014/FMS, proveniente do Processo de Licitação n.º 14/2014/FMS - Tomada de Preços n.º 01/2014/FMS e proveniente do Processo de Licitação n.º 15/2014/FMS - Tomada de Preços n.º 02/2014/FMS respectivamente, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 23 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 2729

PORTARIA Nº 2.729 DE 23 DE JUNHO DE 2014

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o servidor Sr. ALESSANDRO RAMOS ARRUDA para acompanhar e fiscalizar o contrato nº 177/2014/PMJ, proveniente do Processo de Licitação n.º 39/2014/PMJ - Concorrência Pública n.º 03/2014/PMJ, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 23 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Errata ao PL 42/2014/PMJ - PP 31/2014/PMJ

ERRATA AO EDITAL

PREFEITURA DE JOAÇABA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 42/2014/PMJ

EDITAL PP Nº 31/2014/PMJ

No edital de licitação referente ao Processo Licitatório nº 42/2014/PMJ - Edital PP nº 31/2014/PMJ, cujo objeto é a "Contratação de serviços especializados para a realização de Concurso Público para a admissão de servidores de provimento efetivo para preenchimento de vagas para a Administração Pública Municipal.":

Onde se lê:

1) Na página 01: Item 1.2.6. A prova objetiva deverá conter 40 (quarenta) questões inéditas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 05 (cinco) questões na área de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Matemática, 15 (quinze) questões de Legislação Municipal e atualidades e 20 (vinte)

questões de Conhecimentos Específicos na área de atuação.

2) Na página 17: Item 1.2.6. A prova objetiva deverá conter 40 (quarenta) questões inéditas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 05 (cinco) questões na área de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Matemática, 15 (quinze) questões de Legislação Municipal e atualidades e 20 (vinte) questões de Conhecimentos Específicos na área de atuação.

Leia-se:

1) Na página 01: Item 1.2.6. A prova objetiva deverá conter 40 (quarenta) questões inéditas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 05 (cinco) questões na área de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Matemática, 15 (quinze) questões de Legislação Municipal e atualidades e 15 (quinze) questões de Conhecimentos Específicos na área de atuação.

2) Na página 17: Item 1.2.6. A prova objetiva deverá conter 40 (quarenta) questões inéditas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 05 (cinco) questões na área de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Matemática, 15 (quinze) questões de Legislação Municipal e atualidades e 15 (quinze) questões de Conhecimentos Específicos na área de atuação.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

Joaçaba, 23 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

IMPRES**Balancete Financeiro Maio/2014 - IMPRES****SANTA CATARINA****INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.227.097,17	Despesa Orçamentária	421.278,95
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	185.452,99	Despesas exceto Intra-orçamentárias	419.581,28
RECEITA PATRIMONIAL	533.296,80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	406.964,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.674,77	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.616,40
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMI	369.202,60	Despesas Intra-orçamentárias	1.697,67
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	129.470,01	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.697,67
Receita Extra - Orçamentária	508.720,82	Despesa Extra - Orçamentária	545.983,19
DEPOSITOS	87.441,87	DEPOSITOS	86.051,20
CONSIGNACOES	87.441,87	CONSIGNACOES	86.051,20
PENSÃO ALIMENTICIA	979,96	PENSÃO ALIMENTICIA	979,96
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	22.311,10	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	22.311,10
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	25.633,82	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA I	25.633,82
EMPRESTIMOS	32.232,59	EMPRESTIMOS	30.841,92
OUTROS CONSIGNATARIOS	6.284,40	OUTROS CONSIGNATARIOS	6.284,40
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	421.278,95	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	421.589,49
OBRIGACOES A PAGAR	421.278,95	OBRIGACOES A PAGAR	421.589,49
FORNECEDORES	5.332,15	FORNECEDORES	5.332,15
PESSOAL A PAGAR	3.819,05	PESSOAL A PAGAR	3.819,05
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	7.284,25	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	7.594,79
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	404.843,50	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	404.843,50
		DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	38.342,50
		DESINCORPORACOES DE ATIVOS	38.342,50
		OUTRAS BAIXAS DE VALORES	38.342,50
Saldos anteriores	38.623.222,23	Saldos atuais	39.391.778,08
Aplicações do RPPS	38.586.318,53	Aplicações do RPPS	39.385.476,30
BANCO C/ MOVIMENTO	36.903,70	BANCO C/ MOVIMENTO	6.301,78
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	40.359.040,22	Total	40.359.040,22

JOACABA, 13/06/2014

PATRICIA CALLEGARI WARKEN
CONTADORA CRCSC 029205/O-3

ELISABET M. Z. SARTORI
DIRETORA PRESIDENTE

SIMAE**Ata Registro de Preços 0003/2014 - Massa Asfáltica Em Sacos - SIMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 03/2014

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0012/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 25/03/2014, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s), nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Massa Asfáltica embaladas em sacos de até 25kg, para utilização na reposição de pavimento de via pública danificado pelo SIMAE quando efetuar reparos de tubulações sob sua responsabilidade, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0012/2014.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - Massa asfáltica usinada a quente (CBUQ), preparada com agregados pétreos, dosado com cap 50/70, não emulsionado, aditivado com composto químico exclusivo de retardador de "cura" para aplicação a frio em manutenção de pavimentos, tapa buracos, podendo o produto ter uma estocagem de até 12 meses, capaz de ser aplicada mesmo em buraco com água ou em períodos de chuva, sem perda de sua coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensando pintura de ligação, embalados em sacos de 25kg, granulometria não inferior a 96% na peneira 3/8", teor de betume não inferior a 5,6, densidade aparente da massa entre 1,90 a 2,35t/m³.

Quantidade - 5000. Unidade de medida - saco.

1º. Colocado - Empresa Compact Pav - Tecnologia em Asfalto Ltda, no valor de R\$ 13,00 (Treze reais)a embalagem;

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de Massa Asfáltica embaladas em sacos de até 25Kg, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0012/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s);
- c) Planilha de lances do pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 O Produto Massa Asfáltica deverá ser entregue conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Nota de Empenho - NE.

4.2 Após o recebimento da NE - Nota de Empenho, por parte do fornecedor, o produto deverá ser entregue, de acordo com as especificações do Anexo I do Edital, em um prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da solicitação devidamente autorizada pelo Setor de Materiais Transporte e Patrimônio - SMTP do SIMAE, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais;

4.3 Os produtos deverão ser entregues nas dependências da Estação de Tratamento de Esgoto-EET, localizado na Rua Francisco Sartori, snº, em Herval do Oeste, SC, em dias de expediente, das 7h30min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min.

4.4 A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

4.5 Por ocasião do recebimento dos materiais, o SIMAE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a empresa contratada a promover a devida substituição, observando-se os prazos contratuais.

4.6 A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

4.7 O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

4.8 Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.9 A proponente vencedora fica obrigada aos acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

4.10 No ato da entrega do Material a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica-NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.11 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil subsequente da entrega.

4.12 O Produto que for recusado (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.13 Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**5.1 O pagamento será:**

5.1.1. Efetivado de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br.

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia subsequente ao do material entregue, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos produtos correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2.061

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 3.3.90.30.51

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) Efetuar a entrega do Produto Massas Asfáltica pós solicitação em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em horário comercial;

b) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

e) Responsabilizar-se pelo frete e envio dos produtos.

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Designar servidor ou constituir comissão especial visando à fiscalização da execução do contrato;

b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o pactuado neste instrumento;

c) Providenciar a publicação da ata de Registro de Preços conforme legislação;

d) Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

e) Efetuar o pagamento em até 05 dias após a entrega a contento.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

9.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

10 PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 01 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

10.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 25 de março de 2014.

Eliane Aparecida Ceron Vier

Pregoeiro

Equipe de Apoio

Graciela Pratto Bordin da Rosa

Mônica Saraiva Romani

Gloraci José Bassani

COMPACT PAV - TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA

Lages

PREFEITURA

Extrato Contrato 67/2014 - FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:CONTRATO 67/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: QUALYMEDIC E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA EPP, inscrita no CNPJ n.º 10.763.524/0001-98, com sede a Rua: Antônio Schoroeder, 960 - Ed. Jave Loja 03 CEP 88110-401 - Bairro Bela Vista II - São José/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Móveis, Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para as Unidades Básicas de Saúde dos Bairros Promorar, Coral, Guarujá, Penha, São Miguel e Santa Catarina, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dia da Solicitação da SMS;

2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 20.704,40 (vinte mil, setecentos e quatro reais e quarenta centavos)

Lages, 21 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 69/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:CONTRATO 69/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: SUPRIMEDICE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 10.567.214/0001-06, com sede a Rua Sebastião Furtado 101 - Sala - Centro CEP 88501-140 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Móveis, Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para as Unidades Básicas de Saúde dos Bairros Promorar, Coral, Guarujá, Penha, São Miguel e Santa Catarina, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dia da Solicitação da SMS;

2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da

CONTRATADA, de R\$ 8.437,50 (oito mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)

Lages, 21 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 68/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:CONTRATO 68/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: SANDRO VILMAR PIRES ME, inscrita no CNPJ n.º 09.253.952/0001-91, com sede a Rua João Teófilo Deucher, 29 - Centro, CEP: 88680-000 - Bom Retiro/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Móveis, Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para as Unidades Básicas de Saúde dos Bairros Promorar, Coral, Guarujá, Penha, São Miguel e Santa Catarina, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dia da Solicitação da SMS;

2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 10.245,00 (dez mil, duzentos e quarenta e cinco reais)

Lages, 21 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 66/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:CONTRATO 66/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: PAULINEIA LOTTERMANN REIS ME, inscrita no CNPJ n.º 10.936.352/0001-07, com sede a Rua: Guilherme Ludwig, 242 - CEP 98.958-000 - São José do Inhacorá/RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Móveis, Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para as Unidades Básicas de Saúde dos Bairros Promorar, Coral, Guarujá, Penha, São Miguel e Santa Catarina, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dia da Solicitação da SMS;

2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014.

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 61.936,00 (sessenta e um mil, novecentos e trinta e seis reais)

Lages, 21 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 65/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:CONTRATO 65/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: PARTNER COMERCIAL LTDA ME inscrita no CNPJ n.º 08.234.845/0001-53, com sede a Rua: Amazonas, nº 540, Apto 301, Bairro São Cristóvão. CEP 89.509-210 - Lages/SC CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Móveis, Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para as Unidades Básicas de Saúde dos Bairros Promorar, Coral, Guarujá, Penha, São Miguel e Santa Catarina, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dia da Solicitação da SMS;

2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais)

Lages, 21 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 64/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:CONTRATO 64/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: ORLEANS INFORMÁTICA LTDA EPP, inscrita no CNPJ n.º 02.315.593/0001-00, com sede a Rua Barão do Rio Branco, 312 - Centro, CEP: 88870-000 - Orleans/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Móveis, Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para as Unidades Básicas de Saúde dos Bairros Promorar, Coral, Guarujá, Penha, São Miguel e Santa Catarina, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dia da Solicitação da SMS;

2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 2.340,00 (dois mil, trezentos e quarenta reais)

Lages, 21 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 63/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:CONTRATO 63/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: OLIMEDIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ n.º 17.039.142/0001-65, com sede Rua Fernando de Souza e Silva, 33 - Itoupava Norte - CEP 89052-475 - Blumenau/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Móveis, Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para as Unidades Básicas de Saúde dos Bairros Promorar, Coral, Guarujá, Penha, São Miguel e Santa Catarina, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dia da Solicitação da SMS;

2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 46.260,00 (quarenta e seis mil, duzentos e sessenta reais)

Lages, 21 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 62/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:CONTRATO 62/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: LUIS FERNANDO MACARINI COMERCIO ME, inscrita no CNPJ n.º 15.275.465/0001-22, com sede Rua Professor Max Humpl 1139 - Sala Comercial 04 - Salto do Norte, CEP 89065-500 - Blumenau/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Móveis, Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para as Unidades Básicas de Saúde dos Bairros Promorar, Coral, Guarujá, Penha, São Miguel e Santa Catarina, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dia da Solicitação da SMS;

2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 508,00 (quinhentos e oito reais)

Lages, 21 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 61/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:CONTRATO 61/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ n.º 83.157.032/0001-22, com sede a Estrada da Boa Esperança, 1918 - Bairro Fundo Canoas, CEP: 89163-920 - Rio do Sul/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Móveis, Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para as Unidades Básicas de Saúde dos Bairros Promorar, Coral, Guarujá, Penha, São Miguel e Santa Catarina, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dia da Solicitação da SMS;

2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 6.673,10 (seis mil, seiscentos e setenta e três reais e dez centavos)

Lages, 21 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 60/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:CONTRATO 60/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 93.607.240/0001-30, com sede Rua Ricalde Marques, 115 - Bairro Jardim São Pedro CEP 91.040-280 - Porto Alegre/RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Móveis, Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para as Unidades Básicas de Saúde dos Bairros Promorar, Coral, Guarujá, Penha, São Miguel e Santa Catarina, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente,

até 31/12/2014;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dia da Solicitação da SMS;

2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 48.353,00 (quarenta e oito mil, trezentos e cinquenta e três reais)

Lages, 21 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 59/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:CONTRATO 59/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: GNATUS EQUIPAMENTOS MÉDICO ODONTOLÓGICO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 48.015.119/0001-64, com sede a Rodovia Abrão Assed, Km 53 + 450 metros - Bairro Anhanguera CEP 14097-500 - Ribeirão Preto/SP.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Móveis, Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para as Unidades Básicas de Saúde dos Bairros Promorar, Coral, Guarujá, Penha, São Miguel e Santa Catarina, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dia da Solicitação da SMS;

2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 76.980,00 (setenta e seis mil, novecentos e oitenta reais)

Lages, 21 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 58/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:CONTRATO 58/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: DEISE FABIANE LOPES PEREIRA ME, inscrita no CNPJ n.º 14.720.688/0001-99, com sede a Avenida Panamericana 160 - Parque da Matriz, CEP 94950-330 - Cachoeirinha/RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Móveis, Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para as Unidades Básicas de Saúde dos Bairros Promorar, Coral, Guarujá, Penha, São Miguel e Santa Catarina, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;
2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;
2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dia da Solicitação da SMS;
2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 54.283,00 (cinquenta e quatro mil, duzentos e oitenta e três reais)

Lages, 21 de Maio de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 57/2014 FMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:CONTRATO 57/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: DOMPEL INFORMÁTICA EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 74.183.385/0001-06, com sede a Avenida Sete de Setembro 720 - Centro CEP 88301-202 - Itajaí/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Móveis, Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para as Unidades Básicas de Saúde dos Bairros Promorar, Coral, Guarujá, Penha, São Miguel e Santa Catarina, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;
2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;
2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dia da Solicitação da SMS;
2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 1.090,00 (hum mil e noventa reais)

Lages, 21 de Maio de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 56/2014 FMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:CONTRATO 56/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: CLIMA SERVICE REFRIGERAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 73.211.393/0001-56, com sede a Avenida Presidente Vargas, Nº 1186 - Bairro Coral, CEP: 88.509-501 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Móveis, Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para as Unidades Básicas de Saúde dos Bairros Promorar, Coral, Guarujá, Penha, São Miguel e Santa Catarina, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II

- Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;
2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;
2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dia da Solicitação da SMS;
2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 10.368,00 (dez mil, trezentos e sessenta e oito reais)

Lages, 21 de Maio de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 55/2014 FMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:CONTRATO 55/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 09.053.748/0001-27, com sede a Rua Cecílio Rodrigues, 136 - Seminário, CEP: 89190-000, Taió/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Móveis, Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para as Unidades Básicas de Saúde dos Bairros Promorar, Coral, Guarujá, Penha, São Miguel e Santa Catarina, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;
2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;
2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dia da Solicitação da SMS;
2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 14.284,50 (quatorze mil, duzentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos)

Lages, 21 de Maio de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 54/2014 FMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:CONTRATO 54/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: ADL COMERCIAL EIRELI EPP, inscrita no CNPJ n.º 15.267.298/0001-78, com sede a Rua Florânia, 467 - Fundos, Bairro Velha, CEP 89040-190 - Blumenau/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Móveis, Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem para as Unidades Básicas de Saúde dos Bairros

Promorar, Coral, Guarujá, Penha, São Miguel e Santa Catarina, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dia da Solicitação da SMS;

2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 30.428,00 (trinta mil, quatrocentos e vinte e oito reais)

Lages, 21 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

Decreto Nº 076/2014

DECRETO Nº 076/2014.

REGULAMENTA O PEDIDO E A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e objetivando a normatização do pedido e da prestação de contas de subvenções concedidas pelo Poder Público Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam estabelecidas as normas para o pedido e para a prestação de contas por parte das entidades beneficiadas com subvenções ou convênios por parte do Poder Público Municipal, conforme descritas no presente Decreto Executivo.

Da solicitação da subvenção

Art. 2º. A entidade interessada deverá solicitar a subvenção ou convênio através de ofício encaminhado ao Gabinete do Prefeito, incluindo o Plano de Trabalho, conforme modelo em anexo (Anexo I).

Parágrafo primeiro - Juntamente com o Plano de Trabalho a entidade deverá apresentar certidão negativa de tributos estaduais, federais e municipais, INSS e FGTS, CNPJ atualizado e documentação da constituição jurídica da entidade bem como das alterações havidas.

Parágrafo segundo - As negativas que vencerem durante a execução do convênio deverão ser renovadas para efeitos de liberação de parcelas remanescentes.

Art. 3º. O Gabinete do Prefeito encaminhará o Plano de Trabalho à Secretaria de Finanças para que esta verifique a disponibilidade orçamentária e financeira para atendimento da solicitação.

Art. 4º. Havendo disponibilidade orçamentária e financeira, a Secretaria de Finanças retornará o Plano de Trabalho ao Gabinete do Prefeito para seguimento do processo.

Art. 5º. Após a aprovação do Plano de Trabalho pelo Gabinete do Prefeito, o mesmo será encaminhado a Secretaria de Administração e Trânsito para elaborar o Projeto de Lei e encaminhá-lo à Câmara de Vereadores.

Parágrafo único: Deverá acompanhar o Projeto de Lei referente a subvenção o respectivo Termo de Convênio, que deverá conter, além das cláusulas obrigatórias, a previsão de início e fim da execução do mesmo, a determinação do prazo para prestação de contas, o banco onde serão creditados os respectivos valores, a exigência da devolução dos saldos remanescentes do convênio e a apresentação da comprovação dos gastos através de documentos fiscais idôneos, sendo que a data dos mesmos deverá obrigatoriamente estar comprometida entre o período de execução do convênio.

Da liberação dos valores

Art. 6º. Os valores deverão ser repassados às entidades de acordo com o estabelecido no Termo de Convênio.

Art. 7º. A entidade beneficiada com a subvenção deverá indicar os dados bancários para depósito do valor aprovado em conta bancária específica em nome da entidade.

Art. 8º. Quando o repasse dos valores for estabelecido em parcelas, estas serão liberadas em estrita conformidade com o Termo de Convênio aprovado, exceto nos casos a seguir, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

I - Quando não houver comprovação da boa e regular aplicação da(s) parcela(s) anteriormente recebida(s), na forma do Termo de Convênio e/ou do Plano de Trabalho, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pelo órgão ou entidade repassadora dos recursos.

II - Quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas.

III - Quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo órgão ou entidade repassadora dos recursos ou por integrantes do respectivo Sistema de Controle Interno da administração.

Da prestação de contas

Art. 9º. A entidade beneficiada deverá entregar a prestação de contas no prazo estabelecido no Termo de Convênio e de acordo com o modelo em anexo (Anexo II) TC 28.

Parágrafo primeiro - Deverá acompanhar a prestação de contas, segundas vias ou cópias de toda a documentação fiscal (nota fiscal, recibo, comprovante de recolhimento de tributos, extratos bancários, recibo de pagamento de autônomos, etc...) com a assinatura do responsável pela entidade comprovando o recebimento da mercadoria e/ou prestação do serviço, comprobatória das despesas realizadas pela entidade com recursos da subvenção.

Parágrafo segundo - A prestação de contas deverá ser entregue junto ao Setor de Protocolo oficial do Município e a data constante do protocolo será a observada para cumprimento do prazo para prestação de contas por parte da entidade beneficiada com a subvenção.

Parágrafo terceiro - A administração pública, através do órgão competente para análise e aprovação da prestação de contas, que será a Secretaria Municipal de Finanças, poderá requer da entidade beneficiada a apresentação de esclarecimentos, informações ou documentos complementares a fim de elucidar possíveis dúvidas com relação à prestação de contas, o que deverá ser atendido pela entidade no prazo que for concedido.

Art.10. A entidade que tiver a prestação de contas rejeitada ou apresentá-la fora do prazo previsto no Termo de Convênio não poderá requerer novo auxílio e/ou subvenção pelo período de 02 (dois) anos, a contar da data prevista para a prestação de contas.

Parágrafo primeiro: Havendo rejeição de prestação de contas, a entidade poderá providenciar na

correção de falhas apontadas, apresentando nova prestação de contas no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a comunicação da rejeição.

Parágrafo segundo: Após a nova prestação de contas e estas ainda não forem aceitas, a entidade deverá efetuar a devolução do valor corrigido pelo índice oficial da poupança a contar da data do repasse até a data do depósito.

Art. 11 Os pagamentos entre a entidade conveniada e seus fornecedora e/ou prestadores de serviços deverão ser efetuados mediante cheque nominal ou transferência bancária para fins de comprovação do efetivo pagamento.

Art. 12. A Unidade Central do Sistema de Controle Interno fará a fiscalização da prestação de contas da entidade beneficiada.

Disposições finais

Art. 13. Fazem parte do presente Decreto Executivo:

I - Modelo de Plano de Trabalho;

II - Modelo de Prestação de Contas.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 11 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

ANEXO I (PLANO DE TRABALHO)**MINUTA DE PLANO DE TRABALHO PARA CONVÊNIO (COM REPASSE DE RECURSO FINANCEIRO)**

Instrumento que integra a solicitação de convênio, contendo todo o detalhamento das responsabilidades assumidas pelo proponente e partícipes. As cláusulas descritas neste plano de trabalho poderão ser adaptadas, objetivando especificação precisa para a redação do futuro termo de convênio.

1 - DADOS CADASTRAIS

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Indicar o nome de quem está propondo o acordo.

CNPJ:

Endereço:

Cidade:

Estado:

CEP:

DDD/Fone:

Esfera Administrativa (Federal, Estadual, Municipal, particular)

Conta Corrente, Banco-código do Banco, Agência-código da agência: O Departamento Financeiro da entidade cria a conta bancária específica para receber os recursos do convênio. Este dado não precisa ser informado inicialmente. E importante para facilitar a administração e o controle de recursos, inclusive quanto à prestação de contas.

Nome do responsável:

CPF:

RG:

Órgão expedidor:
Cargo/função:
Endereço:
Cidade:
Estado:
CEP:

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: Indicar o título do projeto a ser executado;
Período de execução: datas de início e fim da execução;
Identificação do Objeto: Descrever o produto final do empreendimento, de forma completa e sucinta;
Justificativa da proposição: descrever as razões para a celebração do convênio, evidenciando os benefícios e os resultados a serem atingidos com a realização do projeto.

4 - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

O plano de aplicação refere-se ao desdobramento da dotação (verba) nos elementos previstos. Tais gastos devem, entretanto, ser desdobrados conforme os elementos de despesa previstos nas normas de contabilidade pública. Cada elemento de despesa possui um nome e um código. Apresentar planilha que demonstre o plano de aplicação.

Exemplo:
 Natureza da despesa - refere-se à classificação econômica da despesa
 Especificação - nome do elemento despesa
 Total: registrar o valor em unidades monetárias para cada elemento;
 Concedente: registrar o valor a ser transferido pelo órgão ou entidade

5 - DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

É o desdobramento da aplicação dos recursos financeiros em parcelas mensais, de acordo com a execução do projeto.

6 - DO PRAZO

Indicar o prazo total de vigência do acordo proposto (máximo de 60 meses);

7 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto a Prefeitura Municipal de Lauro Muller, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou Estadual, ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou Estadual, que impeça a celebração do convênio, na forma deste Plano de Trabalho.

Local e Data
Nome e assinatura do proponente.

ESTADO DE SANTA CATARINA					
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER					
ANEXO II					
BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS					
			ANEXO TC 28		

UNIDADE CONCEDENTE			ORDENADOR DA DESPESA		
ENTIDADE BENEFICIADA			CNPJ		
ENDEREÇO			CIDADE/ESTADO	CEP	
RESPONSÁVEL			CPF		
HISTÓRICO DA FINALIDADE			NOTA DE EMPENHO		
			Nº	DATA	VALOR
			CONTA ORÇAMENTÁRIA		
			PROJETO	ITEM	FONTE
DATA	Nº NOTA	HISTÓRICO (Credor)	RECEBI- MENTOS	PAGAMEN- TOS	
		Valor Recebido	-	-	
		Rendimentos de Apli- cação	-	-	
		Contrapartida	-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
			-	-	
TOTAL			-	-	

LOCAL E DATA					
PRESIDENTE DA ENTIDADE		CONTADOR/TEC. CONTABILIDADE			

PORTARIA Nº 101/2014

PORTARIA Nº 101/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, INGRID JÉSSICA DE SOUZA PAGANINI, para a função de professora de Educação Infantil- Professor II- MAG-LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Professora Irani Vargas, em substituição à funcionária efetiva Terezinha Warmling.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento**PORTARIA Nº 102/2014**

PORTARIANº 102/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA, da servidora pública JUSCELANE VELHO, professora de Educação Infantil- Professor II, em caráter temporário, para 40 (quarenta) semanais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, onde a mesma já possui 20 (vinte horas) semanais, pelo período de 13 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, em substituição à funcionária efetiva Catarina Sérgio.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento**PORTARIA Nº 103/2014**

PORTARIANº 103/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA, da servidora pública LUCIANE VICENTE, professora de Educação Infantil- Professor II, em caráter temporário, para 40 (quarenta) semanais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, onde a mesma já possui 20 (vinte horas) semanais, pelo período de 13 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, em substituição à funcionária efetiva Janice Del Prato.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento**PORTARIA Nº 104/2014**

PORTARIANº 104/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA, da servidora pública MARIVALDA HOFFMANN, professora de Educação Infantil- Professor II, em caráter temporário, para 40 (quarenta) semanais na Escola de Educação Infantil Tia Marli, onde a mesma já possui 20 (vinte horas) semanais, pelo período de 13 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, em substituição à funcionária efetiva Tomásia Emília Bristot Martignago.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 105/2014

PORTARIA Nº 105/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, CAMILA BRUCH VELHO, para a função de Auxiliar de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em vaga excedente, na Escola de Educação Infantil Sagrada Família, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 106/2014

PORTARIA Nº 106/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, RUAN DOS SANTOS FIGUEREDO, para a função de Auxiliar de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em vaga excedente, na Escola de Educação Infantil Sagrada Família, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 107/2014

PORTARIA Nº 107/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MARIA ROSANGELA JUSTI ADÃO, para a função de Auxiliar de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em vaga excedente, no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 108/2014

PORTARIA Nº 108/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, CAROLINA DURANTE, para a função de Auxiliar de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em vaga excedente, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 109/2014

PORTARIA Nº 109/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, FARLEY EDUARDA ALVES S. DE JESUS, para a função de Auxiliar de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em vaga excedente, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 110/2014

PORTARIA Nº 110/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, SAMANTA DE SOUZA TAVARES, para a função de Auxiliar de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em substituição a funcionária efetiva Rosane Bus, na Escola de Educação Infantil Sagrada Família, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 111/2014

PORTARIA Nº 111/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990, artigo 7º, parágrafos 1º, 2º e 3º e anexo VI da Lei Municipal nº 1.145/2001 e Decreto Municipal nº 024/2002, de 08/04/2002,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 20% (vinte por cento), por atribuição de função, à funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, JOANITA CUSTÓDIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 112/2014

PORTARIA Nº 112/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990, artigo 7º, parágrafos 1º, 2º e 3º e anexo VI da Lei Municipal nº 1.145/2001 e Decreto Municipal nº 024/2002, de 08/04/2002,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 20% (vinte por cento), por atribuição de função, à funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, CAMILA PIAVA PIZZOLATTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Advogada.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 113/2014

PORTARIA Nº 113/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JAQUELINE SIBERINO, para a função de Auxiliar de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais em vaga excedente, no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 114/2014

PORTARIA Nº 114/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ALINE PANDINI, para a função de Auxiliar de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais em vaga excedente, no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 115/2014

PORTARIA Nº 115/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, FABIANI JORGE, para a função de Auxiliar de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em substituição à funcionária efetiva Clemar Pacheco, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 116/2014

PORTARIA Nº 116/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, VANDA NORRY, para a função de Auxiliar de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em substituição à funcionária efetiva Francini Hoffmann, no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 117/2014

PORTARIA Nº 117/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA, da servidora pública INÊS DO LIVRAMENTO SPRICIGO, Professora II, em caráter temporário, para 40 (quarenta) semanais, sendo 20 (vinte) horas na Escola Municipal Lígia Chaves Cabral onde é lotada e 20 (vinte) horas na Escola Municipal Hilário Pescador, pelo período de 18 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, em substituição à funcionária efetiva Nilzete Schilickmann.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 18/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 118/2014

PORTARIA Nº 118/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, PAULA ARIELLE PACHECO, para a função de Auxiliar de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em vaga excedente, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 119/2014

PORTARIA Nº 119/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, WELLINGTON VICENTE, para a função de Auxiliar de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em vaga excedente, na Escola Municipal Júlio Serafim Gonçalves, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 120/2014

PORTARIA Nº 120/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ALANA PEREIRA, para a função de Auxiliar de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Fevereiro de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em vaga excedente, na Escola Municipal Rio Capivaras Alto, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/02/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

Lebon Régis

PREFEITURA

Portaria Nº 416/2014

PORTARIA Nº 416 DE 02 DE JUNHO DE 2014
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, JOSIELLE BATISTA SOUZA, para exercer o cargo de Professor com Magistério, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de junho de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 02 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 417/2014

PORTARIA Nº 417 DE 04 DE JUNHO DE 2014
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ATRAVÉS DO CONCURSO PÚBLICO 01/2013, ADELMIR CARLIN DO PRADO, para ocupar o cargo de ENCARREGADO DO DEPARTAMENTO DE PATRIMONIO, com lotação na Secretaria de Administração, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 04/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 04 de junho de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 04 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 418/2014

PORTARIA Nº 418 DE 04 DE JUNHO DE 2014
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ATRAVÉS DO CONCURSO PÚBLICO 01/2012, CRISTYAN ANDREY PIERDONA, para ocupar o cargo de TÉCNICO EM INFORMÁTICA, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 04/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de junho de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 04 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 419/2014

PORTARIA Nº 419 DE 09 DE JUNHO DE 2014
ALTERA CARGA HORARIA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário RODRIGO JOSÉ DIAS, Professor, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, alteração de carga horária de 30 horas semanais para 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 09 de junho de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 09 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 420/2014

PORTARIA Nº 420 DE 09 DE JUNHO DE 2014
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei

Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, NEIMAR DO VALE ROCHA do cargo de Operador de Maquinas Pesadas, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 09/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 09 de junho de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 09 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 421/2014

PORTARIA Nº 421 DE 09 DE JUNHO DE 2014
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, ROSILDA APARECIDA RIBEIRO PRESTES do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 04/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 09 de junho de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 09 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 422/2014

PORTARIA Nº 422 DE 12 DE JUNHO DE 2014
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, VALMIR SCHRAGLE do cargo de Vigia, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 12/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de junho de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 12 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 423/2014

PORTARIA Nº 423 DE 12 DE JUNHO DE 2014

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, CIDNEY LEITE DOS SANTOS, para exercer o cargo de Vigia, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 12/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de junho de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 12 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 424/2014

PORTARIA Nº 424 DE 12 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária ERONITA DE FATIMA ALVES DOS SANTOS, Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, AUXILIO DOENÇA, a partir de 12/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de junho de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 12 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 425/2014

PORTARIA Nº 425 DE 16 DE JUNHO DE 2014

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, LUCELIA DOS SANTOS FERNANDES, para exercer o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Administração, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 16/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 16 de junho de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 16 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 426/2014

PORTARIA Nº 426 DE 17 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário JOSE BORGES DE SOUZA, Agente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Serviços Municipais, FÉRIAS, referente ao período aquisitivo 01/06/2013 à 31/05/2014, a partir de 17/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de junho de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

Portaria Nº 427/2014

PORTARIA Nº 427 DE 17 DE JUNHO DE 2014
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR, EDRI JOSÉ FERREIRA do cargo de Agente de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 12/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de junho de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 429/2014

PORTARIA Nº 429 DE 17 DE JUNHO DE 2014
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR RETORNO DO TITULAR, LUCINEIDE PERRETTI TERCENIO do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 16/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de junho de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 430/2014

PORTARIA Nº 430 DE 20 DE JUNHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário JUCELINO ALVES DE SOUZA, Vigia, lotado na Secretaria de Serviços Municipais, FÉRIAS, referente ao período aquisitivo 15/05/2007 à 14/05/2008, a partir de 20/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 20 de junho de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 20 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

Portaria Nº 431/2014

PORTARIA Nº 431 DE 23 DE JUNHO DE 2014
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, THALINE ARETUZA MUNIZ MACHADO do cargo de Nutricionista, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 25/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 23 de junho de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 23 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Contrato Nº. 8/2014 - Sequência Nº. 53

Resumo de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO

LEBON RÉGIS

Contrato nº. 8/2014 - Sequência nº. 53

CONTRATANTE: Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio

CONTRATADA: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

Objeto: Fornecer licença de direito de uso temporária de softwares de sistemas de gestão pública municipal, , com serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção legal e suporte técnico
Valor: R\$ 5.600,00 (Cinco Mil, Seiscentos Reais).

Vigência: 23/05/2015

Processo Licitatório: 7/2014 - Pregão Presencial do Município

Recursos: 2.065.3390.00.00.00.01.0071

Lebon Régis, 23 de Maio de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

Contrato Nº.: 56/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/14

HOMOLOGAÇÃO: 12/06/14

CONTRATADO: K & K CONSTRUÇOES E INSTALACOES LTDA ME

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

OBJETO: O presente processo tem por objeto a aquisição e colocação de assentos nas arquibancadas do Ginásio Municipal de Esportes firmado por Projeto aprovado através de portaria, pelo Conselho Estadual de Esportes e homologado pelo Comitê Gestor do Fundo, nos termos do art. 10, inciso II da Lei Estadual nº 13.336/05.

VALOR DA DESPESA: R\$ 74.030,00 (setenta e quatro mil e trinta reais) DATA: 18/06/14 - LUDOVINO LABAS - Prefeito Municipal.

MUNICIPIO DE LEBON REGIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 56/2014

Contratante.: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

Contratada.: K & K CONSTRUÇOES E INSTALACOES LTDA ME

Valor : 74.030,00 (setenta e quatro mil e trinta reais)

Vigência : Início: 18/06/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2014

Dotação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024(4.4.90.52.42.00.00.0)

Objeto : O presente contrato visa à Contratação de Empresa

Especializada para o fornecimento e instalação de assentos esportivos para o Ginásio Municipal de Lebon Régis.

DATA: 18/06/14

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal.

Leoberto Leal**PREFEITURA****Contrato Nº 036/2014 - PMLL**

CONTRATO Nº 036/2014

Contratação de empresa para prestação de serviços com aquisição de material para o conserto do freio da motoniveladora G930, marca Volvo, ano/modelo 2012, pertencente ao Município Leoberto Leal, conforme especificações constantes no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 030/2014.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa COPETRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua: Camilo Veríssimo da Silva, S/N, Bairro: Kobrasol II, Município de São José, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 76.592.534/0001-16, neste ato representada pela Senhora Lilian Cappellano Marcellos, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 030/2014, ajustam o presente CONTRATO DE COMPRA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Contratação de empresa para prestação de serviços com aquisição de material para o conserto do freio da Motoniveladora G930, marca Volvo, ano/modelo 2012, pertencente ao Município Leoberto Leal, conforme especificações constantes no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 030/2014.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de material ou serviço, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º. Materiais ou serviços, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 31/08/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor de R\$ 5.280,00 (cinco mil duzentos e oitenta reais). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O pagamento será efetuado diretamente pela Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, em 30 (trinta) dias, após a efetiva entrega do material/execução dos serviços, através de depósito em conta bancária do fornecedor, mediante a apresentação de Nota Fiscal.

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

Disponibilizar os materiais e executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;

Entregar os materiais e executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
Fornecer garantia dos materiais e serviços executados de no mínimo 06 (seis) meses, a partir da assinatura do contrato.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

Fiscalizar e acompanhar o recebimento dos materiais e serviços;

Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito no Capítulo XIII do Processo Licitatório nº 042/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservada ou desobedecida, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizada a fornecer os materiais e prestar os serviços aqui avençados, rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA NONA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de Fornecimento de Materiais e Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 17 de junho de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Contratante

COPETRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP

Lilian Cappellano Marcellos

Contratada

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

CPF nº 017.410.949-09

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

CPF nº 005.166.179-90

Lei N.º 1.069/2014

LEI Nº 1.069, DE 23 DE JUNHO DE 2014

DISCIPLINA E FIXA O VALOR DAS GRATIFICAÇÕES DOS OCUPANTES DOS CARGOS QUE ESPECIFICA NA ÁREA DA SAÚDE.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os enfermeiros e os técnicos de enfermagem devem cumprir um plantão/sobreaviso por mês, em fim de semana, no período das 7h (sete horas) de sábado às 7 horas de segunda-feira da semana seguinte.

§ 1º Para os fins desta lei, plantão, consistente na presença do profissional na Unidade de Saúde; e sobreaviso, durante o qual é aguardado o chamado em casa e o atendimento se processa na Unidade de Saúde, recebem o mesmo tratamento.

§ 2º Para os fins desta Lei, fim de semana engloba o sábado e o domingo.

Art. 2º O servidor de plantão/sobreaviso de fim de semana, abrangendo o período das 7h de sábado às 7h da segunda-feira da semana seguinte, faz jus à GRATIFICAÇÃO de R\$ 475,63 (quatrocentos e setenta e cinco reais e sessenta e três centavos) por plantão/sobreaviso.

§ 1º Fazendo mais de um plantão/sobreaviso de fim de semana, no mês, o valor da gratificação fixado no caput será acrescido de R\$ 200,00 (duzentos reais), só para o referido mês.

§ 2º Para plantões/sobreavisos, durante a semana, em feriados que não sejam fim de semana, no período das 7h (sete horas) às 7 horas do dia seguinte, em regime de plantão/sobreaviso, o valor da GRATIFICAÇÃO, fixado no caput, será acrescido de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), só para o referido mês.

Art. 3º O motorista da área da Saúde, convocado para transporte de emergência, além do seu plantão/sobreaviso normal, faz jus à gratificação por excesso de plantão/sobreaviso de R\$ 100,00 (cem reais), por convocação extraordinária.

Art. 4º O servidor ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais que atuar nas Unidades de Saúde do interior do Município faz jus à gratificação de R\$ 100,00 (cem reais) por mês, como responsável pela preservação do Patrimônio.

Art. 5º O servidor, ocupante do cargo de Enfermeiro ou Técnico de Enfermagem, que cumprir a sua jornada de trabalho habitual totalmente, no período das 17h de um dia às 7h do dia seguinte,

faz jus à GRATIFICAÇÃO de R\$ 675,63 (seiscentos e setenta e cinco reais e sessenta e três centavos), do vencimento de carreira (horas normais e abono).

Art. 6º O servidor da área de saúde, nomeado para o exercício de cargo em comissão de chefia, direção e coordenação e optar pelo vencimento de carreira (horas normais e abono) fará jus à gratificação:

I - prevista na lei que criou o cargo de provimento em comissão; ou

II - de valor correspondente à soma da gratificação do inciso I com a devida pelo plantão/sobreaviso se cumprir, no mínimo, um por mês e enquanto cumprir; ou

III - prevista no art. 70 da Lei nº 418/90 (Estatuto dos Servidores).

Art. 7º Dada a dificuldade de controle das ocorrências e destinadas as gratificações a remunerá-las, as gratificações desta lei impedem aos seus beneficiários o recebimento de horas-extras, insalubridade, penosidade, adicional noturno e outros eventuais benefícios remuneratórios advindos das situações contempladas, ficando sujeitas à contribuição previdenciária.

Art. 8º Ao servidor ocupante do cargo de Enfermagem ou Técnico em Enfermagem, que além de suas atribuições normais, forem designados para responder pela Vigilância Epidemiológica, será concedida a gratificação de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais, mantida a obrigação de cumprir o plantão de sobreaviso segundo a escala, a cuja também fará jus.

Art. 9º As disposições desta lei retroagem a maio do corrente exercício, ficando homologados e autorizados eventuais pagamentos havidos antes do mencionado mês.

Art. 10 A correção dos valores constantes nesta Lei, será efetuada de acordo com a Revisão Geral dos Vencimentos.

Art. 11 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 Revogam-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 23 de junho de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lei N.º 1.070/2014

LEI Nº 1.070, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do poder Executivo autorizada a suplementar dotação do orçamento fiscal vigente, com a seguinte classificação até o Limite de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	20.000,00

Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	20.000,00
Função	15	Urbanismo	20.000,00
Sub-Função	452	Serviços Urbanos	20.000,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	20.000,00
Projeto/Atividade	2.029	Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas	20.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	20.000,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	60.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	60.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	60.000,00
Sub-Função	812	Desporto Comunitário	60.000,00
Programa	0005	Cultura, esporte e Turismo	60.000,00
Projeto/Atividade	2.014	Comissão Municipal de Esportes	60.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	60.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	60.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	60.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	60.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			80.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta de anulações de dotações com a seguinte estrutura e limite:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	80.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	80.000,00
Função	15	Urbanismo	80.000,00
Sub-Função	451	Infra-Estrutura Urbana	80.000,00
Programa	0010	Revitalização das Áreas Urbanas	80.000,00
Projeto/Atividade	1.026	Pavimentação de Ruas	80.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	80.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	80.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	80.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	80.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			80.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de Junho de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lei N.º 1.071/2014

LEI Nº 1.071, DE 23 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento Fiscal vigente, nas dotações com as seguintes estruturas e limites:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Orgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	770,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	770,00
Função	04	Administração	770,00
Sub-função	122	Administração Geral	770,00
Programa	03	Gestão Geral e Administrativa	770,00
Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças	770,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	693,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Pessoais	693,00
Modalidade Aplicação	71	Transferências a Consórcios Públicos	693,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários - Superavit	693,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	77,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	77,00
Modalidade Aplicação	71	Transferências a Consórcios Públicos	77,00
Fonte de Recursos	0.3.0000	Recursos Ordinários - Superavit	77,00
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL			770,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior na seguinte fonte:

Fonte	Código Fonte	Valor
Recursos Ordinários	0.1.0000	770,00
TOTAL DO SUPERAVIT UTILIZADO		770,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de junho de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Portaria 099/14

PORTARIA Nº 099/14 de 11 de junho de 2014.
"REENQUADRA SERVIDORES QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar 124 de 10 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º- REENQUADRAR a denominação e o Nível dos cargos de provimentos em comissão a seguir relacionados:

Servidor	Cargo Atual	Cargo Reenquadrado	Nível Anterior	Nível Atual
Dirce Aparecida Dalla Costa Ribeiro da Silva	Diretora do Departamento de Educação e Cultura	Diretora do Departamento de Educação e Cultura	CC-2	CC-2
Valcir Antonio Gotardo	Chefe do Setor de Esportes	Diretor do Departamento de Esportes	CC-3	CC-2

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2014.

Luzerna(SC), 11 de junho de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Lei 1234

LEI Nº 1234 de 23 de junho de 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CUSTEAR PARTE DO PLANO DE SAÚDE PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a participar com 50% (cinquenta por cento) do custo do PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE do servidor público municipal.

§ 1º - O custo parcial de 50% (cinquenta por cento) a ser pago pelo servidor será descontado em folha de pagamento.

§ 2º - Para os dependentes que o servidor vier a inscrever no Plano e colocá-los como seu beneficiário, o custo total será suportado pelo servidor mediante desconto em folha de pagamento.

Art.2º- O atendimento se dará através da contratação empresa prestadora de Serviços de Plano de Saúde mediante competente processo licitatório.

Art.3º- O Plano a ser contratado será para o atendimento básico e internação em acomodações coletivas com abrangência no Estado de Santa Catarina.

Art.4º- A adesão ao Plano será facultativa ao servidor, sendo que após a inclusão o mesmo deverá cumprir as normas, carências, prazos para início do benefício, bem como para exclusão do sistema de acordo com as condições previstas no contrato a ser celebrado com a empresa vencedora do Processo Licitatório.

Art.5º- Para empenhamento da despesa de que trata a presente será utilizada a dotação orçamentária proveniente do orçamento vigente.

Art.6º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 23 de junho de 2014.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Lei 1235

LEI Nº 1235 de 23 de junho de 2014.

"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente, as dotações atribuídas aos Projetos abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Projeto - 0801.12.361.0031.1032 - Aquisição de Imóveis, Construção e Reforma de Prédios Escolares

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 19 - Transferência do FUNDEB (aplicação em outras ações da educação básica) R\$ 200.000,00

Projeto - 0801.13.392.0046.1027 - Reforma do Centro de Eventos São João Batista -Unidade Cultura

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 220.000,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação nas dotações atribuídas à Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 18 - Transferência do FUNDEB (Aplicação na Remuneração

Profissionais do Magistério - Educação Básica) R\$ 200.000,00
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação.....R\$ 20.000,00

TOTAL SUPLEMENTADOR\$ 220.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 23 de junho de 2014.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Decreto 1818

DECRETO Nº 1818 de 23 de junho de 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1235 de 23 de junho de 2014,

DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente, as dotações atribuídas aos Projetos abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Projeto - 0801.12.361.0031.1032 - Aquisição de Imóveis, Construção e Reforma de Prédios Escolares

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 19 - Transferência do FUNDEB (aplicação em outras ações da educação básica) R\$ 200.000,00

Projeto - 0801.13.392.0046.1027 - Reforma do Centro de Eventos São João Batista -Unidade Cultura

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 220.000,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas nas dotações atribuídas à Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 18 - Transferência do FUNDEB (Aplicação na Remuneração Profissionais do Magistério - Educação Básica) R\$ 200.000,00

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação....R\$ 20.000,00

TOTAL SUPLEMENTADOR\$ 220.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 23 de junho de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Contrato PML Nº 090.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 090/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 074/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 043/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 17 (dezesete) dias do mês de junho do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

1 - ANDREIA LORENZI ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Duque de Caxias, nº 2785, Encantado/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 17.189.700/0001-79, neste ato representada por seu representante legal ADOVANDRO LUIZ FRANPORTI, brasileiro, maior, portador da cédula de identidade nº 3055021012 e inscrito no CPF/MF sob o nº 662.482.300-30, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 074/2014, Pregão Presencial nº 043/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de mobiliários destinados a Unidade Gestora - Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, conforme discriminados em anexo, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantid.	Unid.	Descrição	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	30,00	UN	Armário 0,90x0,50x1,60m com 02 (duas) portas; com 3 (três) prateleiras, com fechadura e dois puxadores tipo alça. Tampo de 25mm de espessura; laterais, portas e fundos em madeira aglomerada de no mínimo 18 mm. Cor nogal.	329,00	9.870,00

2	30,00	UN	Armário semi-aberto 0,90x0,50x1,60m com 02 (duas) portas, 02 (duas) prateleiras, uma fechadura e dois puxadores tipo alça. Tampo de 25mm de espessura; laterais, portas e fundos em madeira aglomerada de no mínimo 18 mm. Cor nogal.	329,00	9.870,00
13	30,00	UN	Mesa de 1,50x0,60x0,75mm; Tampo 25mm com afastador, pé painel 25mm, costa e laterais 15mm, com gaveteiro fixo com 03 gavetas com correção metálica, chave e travamento simultâneo. Cor: Nogal	330,00	9.900,00
15	30,00	UN	Mesa de 1,20x0,60x0,75mm, Tampo 25mm com afastador, pé painel 25mm, costa e laterais 15mm, com gaveteiro fixo com 03 gavetas com correção metálica, chave e travamento simultâneo. Cor: Nogal	330,00	9.900,00
19	100,00	UN	Prateleira de aço com reforço - 2,00x0,90x0,30m	100,00	10.000,00
21	30,00	UN	Quadro mural com feltro - 100 x 90 cm - diversas cores	120,00	3.600,00
27	20,00	UN	Quadro branco quadriculado, de dimensões 3 x 1,20 m	840,0	16.800,00
30	1,00	UN	Balcão cozinha sob medida: confeccionado em material em mdf na cor branca espessura de 15 mm, (ultra, resistente a umidade) composto por doze portas e quatro gavetas, possuir rodapés em granito, puxadores alça de metal 96 mm corrediças metálicas, as medidas com as seguintes dimensões: lado da pia 270x60x90 cm, ao lado maior 324x90x60 cm, ao lado menor 150x90x60 cm, o balcão devera ser contemplado com um tampão em granito na cor preta e duas inox medindo 56x34 cm.	6.800,00	6.800,00
32	1,00	UN	Painel para tv: confeccionado em mdf 15 mm, medindo 130x130 cm largura, com prateleiras.	780,00	780,00
33	1,00	UN	Armário medindo 3,55x2,75x0,55 na cor maple em mdf de 18 mm com 08 gavetas e 08 portas.	4.300,00	4.300,00

36	1,00	UN	Armário em mdf de 18 mm na cor maple medindo (lap) 3500x2750x550 com 08 gavetas embaixo com corrediças telescópicas e 08 portas de abrir em cima com dobradiças com amortecedor, os puxadores são embutidos.	3.800,00	3.800,00
----	------	----	--	----------	----------

O FORNECEDOR 1 ANDREIA LORENZI ME responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 85.620,00. (oitenta e cinco mil seiscentos e vinte reais);

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 30 (trinta) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.5. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.6. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.7. Todas as embalagens deverão conter, externamente, número de lote, data de fabricação, prazo de validade, nome, CNPJ e endereço do fabricante.

1.8. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.9. Os materiais deverão estar acompanhados de todos os acessórios e manuais de instalação e operação.

1.10. Para todos os itens que compõem o objeto deverão ser observadas as garantias de fabricação.

1.11. A garantia dos produtos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o uso dos mesmos.

1.12. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, a contar da data efetiva do pedido.

1.13. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los

integralmente.

1.16 As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1.O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras através do Fone/Fax: (049) 3551-4700 ou via E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2.Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3.Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4.Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata de Registro de Preços oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

3.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

3.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

3.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

3.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

3.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

3.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de produtos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete)

dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas

novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.046.4490.00	0	142/2014	Manutenção dos serviços de incentivo à indústria
2.011.4490.00	0	28/2014	Manutenção do convenio do corpo de bombeiros
2.006.4490.00	0	20/2014	Manutenção do departamento de administração
2.030.4490.00	58	65/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.007.4490.00	0	24/2014	Manutenção da coordenadoria de controle interno
2.036.4490.00	0	50/2014	Programa da merenda escolar do ensino fundamental
2.030.4490.00	1	63/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.030.4490.00	19	64/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.042.4490.00	0	107/2014	Manutenção da secretaria da agricultura e meio amb
2.013.4490.00	55	32/2014	Manutenção do convenio funpoc
2.034.4490.00	0	74/2014	Manutenção das atividades do ensino profissionaliz
2.038.4490.00	0	92/2014	Apoio para difusão cultural
2.002.4490.00	0	4/2014	Manutenção do gabinete do prefeito
2.005.4490.00	0	13/2014	Manutenção da assessoria de planejamento
2.028.4490.00	1	80/2014	Manutenção da educação infantil
2.015.4490.00	0	38/2014	Manutenção do departamento de fazenda

2.029.4490.00	0	46/2014	Manutenção do programa da merenda escolar do ensino
2.040.4490.00	0	96/2014	Funcionamento e manutenção do setor de esportes
2.052.4490.00	0	116/2014	Manutenção dos serviços urbanos
2.037.4490.00	0	85/2014	Resgate da memoria cultural
2.051.4490.00	0	146/2014	Manutenção da incubadora tecnológica luzerna
2.004.4490.00	0	10/2014	Manutenção da assessoria jurídica
2.012.4490.00	54	30/2014	Manutenção do convenio funpom

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de junho de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ADOVANDRO LUIZ FRANPORTI
ANDREIA LORENZI ME
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Contrato PML Nº 091.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 091/2014
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 074/2014
PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 043/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 17 (dezessete) dias do mês de junho do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

2 - - LA INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Marechal Deodoro, nº 337, Centro, na cidade de Campos Novos/SC, CEP 89620-000, inscrita no CNPJ sob o nº 11.924.851/0001-47, neste ato representada por seu sócio administrador LUCIANO PILATTI, brasileiro, maior, inscrito no CPF/MF sob o nº 021.948.939-46, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 074/2014, Pregão Presencial nº 043/20143, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de mobiliários destinados a Unidade Gestora - Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, conforme discriminados em anexo, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantid.	Unid.	Descrição	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
4	40,00	UN	Arquivo maleta pp fumê - com 10 pastas suspensas coloridas	294,00	11.760,00
8	60,00	UN	Cadeira Fixa de Aproximação sem apoia braços, na cor Azul, com; - Madeira do assento em compensado multilaminado com espessura de 12 mm moldado anatomicamente a quente, com curvatura na parte frontal para evitar o estrangulamento da corrente sanguínea nas pernas. Estrutura do encosto injetado em polipropileno copolímero. - Espuma injetada anatomicamente com 45 mm de espessura média e densidade de 45 à 50 Kg/m3 no assento e 40 mm de espessura média e densidade de 45 à 50 Kg/m3 no encosto; - Assento com bordas protegidas por perfil de PVC que proporciona melhor acabamento e estética, além de proteger a cadeira contra impactos. - Encosto com contracapa em polipropileno copolímero injetado; - Revestimento em polipropileno; - Capa do assento e do encosto sem costuras; - A fixação do assento e do encosto, à estrutura, feita com parafusos sextavados e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira, e a fixação das capas é feita por grampos e pelo próprio perfil de PVC; - Estrutura da cadeira em tubo industrial redondo com diâmetro 19,05 mm e parede 1,06 mm; - Tubo de suporte do encosto em tubo de aço industrial oblongo 20 x 48 mm e parede de 1,50 mm, em formato de "L"; - Sapatas e ponteiros em polipropileno copolímero injetado na cor preta. - Para modelo com pintura, os componentes metálicos com tratamento de superfície com fosfato de zinco por imersão, executado em linha automática de oito tanques, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, proporcionando melhor proteção contra corrosão e excelente ancoragem da tinta, evitando assim o descolamento da mesma; - A tinta utilizada para a pintura em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), W-eco, atendendo norma Européia RoHS, isenta de metais pesados, na cor preto liso semi-brilho, com camada de 60 microns em média. Todas as peças curadas em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200° C. - Atendimento comprovado a requisitos das normas NR17 - Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho, que trata da ergonomia; e da NBR 13962 - da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que normatiza os móveis para escritório, cadeiras, classificação, características físicas e dimensionais, para que se obtenha um melhor conjunto em termos de conforto, ergonomia e durabilidade. Dimensões Aproximadas: - Largura do assento: 440 mm - Profundidade do assento: 395 mm - Largura do encosto: 365 mm - Altura do encosto: 270 mm - Profundidade total da cadeira: 525 mm - Altura total da cadeira: 825 mm - Largura total da cadeira: 440 mm - Altura do assento: 470 mm	290,00	17.400,00
22	30,00	UN	Quadro mural em alumínio galvanizado - 0,70 x 0,45	172,00	5.160,00
26	15,00	UN	Roupeiro em aço, chapa pintada de cinza, com ventilação, com respiros nas portas, dobradiças soldadas, com fechadura e chave contendo 12 portas, medindo 1940x930x427 aproximadamente. Chapa 26 e fechaduras.	1.180,00	17.700,00

O FORNECEDOR 2 - LA INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 52.020,00 (cinquenta e dois mil e vinte reais);

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 30 (trinta) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.5. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.6. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.7. Todas as embalagens deverão conter, externamente, número de lote, data de fabricação, prazo de validade, nome, CNPJ e endereço do fabricante.

1.8. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.9. Os materiais deverão estar acompanhados de todos os acessórios e manuais de instalação e operação.

1.10. Para todos os itens que compõem o objeto deverão ser observadas as garantias de fabricação.

1.11. A garantia dos produtos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o uso dos mesmos.

1.12. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, a contar da data efetiva do pedido.

1.13. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16 As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo,

nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras através do Fone/Fax: (049) 3551-4700 ou via E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata de Registro de Preços oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo

setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005, na Lei nº 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.3.2. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.3.3. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.3.3.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.3.3.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.3.3.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.3.4. No caso de necessidade troca e/ou retirada de produtos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.4. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.4.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete)

dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não

aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.046.4490.00	0	142/2014	Manutenção dos serviços de incentivo à indústria
2.011.4490.00	0	28/2014	Manutenção do convenio do corpo de bombeiros
2.006.4490.00	0	20/2014	Manutenção do departamento de administração
2.030.4490.00	58	65/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.007.4490.00	0	24/2014	Manutenção da coordenadoria de controle interno
2.036.4490.00	0	50/2014	Programa da merenda escolar do ensino fundamental
2.030.4490.00	1	63/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.030.4490.00	19	64/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.042.4490.00	0	107/2014	Manutenção da secretaria da agricultura e meio amb
2.013.4490.00	55	32/2014	Manutenção do convenio funpoc
2.034.4490.00	0	74/2014	Manutenção das atividades do ensino profissionaliz
2.038.4490.00	0	92/2014	Apoio para difusão cultural
2.002.4490.00	0	4/2014	Manutenção do gabinete do prefeito
2.005.4490.00	0	13/2014	Manutenção da assessoria de planejamento
2.028.4490.00	1	80/2014	Manutenção da educação infantil

2.015.4490.00	0	38/2014	Manutenção do departamento de fazenda
2.029.4490.00	0	46/2014	Manutenção do programa da merenda escolar do ensino
2.040.4490.00	0	96/2014	Funcionamento e manutenção do setor de esportes
2.052.4490.00	0	116/2014	Manutenção dos serviços urbanos
2.037.4490.00	0	85/2014	Resgate da memoria cultural
2.051.4490.00	0	146/2014	Manutenção da incubadora tecnológica luzerna
2.004.4490.00	0	10/2014	Manutenção da assessoria jurídica
2.012.4490.00	54	30/2014	Manutenção do convenio funpom

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

LUCIANO PILATTI
LA INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS
PARA ESCRITÓRIO LTDA
FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

Contrato PML Nº 092.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 092/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 074/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 043/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 17 (dezessete) dias do mês de junho do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

3 - ROBERTO TESSARO E CIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.248.680/0001-10, com endereço na Av. XV de Novembro, nº 818, Centro, em Joaçaba/SC, representada por seu sócio proprietário, Sr. ROBERTO ANTONIO TESSARO, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 2.140.493 e inscrito no CPF/MF sob nº 518.086.929-34, residente à Av. XV de Novembro, nº 818, Centro, em Joaçaba/SC, doravante denominado FORNECEDOR3;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 074/2014, Pregão Presencial nº 043/20143, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de mobiliários destinados a Unidade Gestora - Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, conforme discriminados em anexo, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
3	46,00	UN	Arquivo de aço com 04 gavetas longo (71cm) - com chave com trilhos telescópicos e rolamentos de aço.	623,00	28.658,000
20	50,00	UN	Quadro branco para pincel - 0,90m x 1,20m	99,00	4.950,00
23	30,00	UN	Quadro mural em alumínio galvanizado - 2,0 x 3,0	587,00	17.610,00
24	35,00	UN	Revesteiro tubular cromado, com largura de 45 cm, altura de 82 cm e profundidade de 42,5 cm, com 09 divisórias.	107,00	3.745,00
25	15,00	UN	Roupeiro em aço, chapa pintada de cinza, c/ ventilação, com respiros nas portas, dobradiças soldadas, com fechadura e chaves contendo 08 portas, medindo 1975x1225x420 aproximadamente. Chapa 26 e fechaduras.	910,00	13.650,00
28	20,00	UN	Fragmentadora de papel com cesto com capacidade de 20 litros, com corte em partículas de até 10 folhas A4 (75g/m2), compacto, leve e portátil.	395,00	7.900,00

O FORNECEDOR 3 - ROBERTO TESSARO E CIA LTDA ME, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 76.513,00 (setenta e seis mil quinhentos e treze reais).

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 30 (trinta) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.5. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.6. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.7. Todas as embalagens deverão conter, externamente, número de lote, data de fabricação, prazo de validade, nome, CNPJ e endereço do fabricante.

1.8. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.9. Os materiais deverão estar acompanhados de todos os acessórios e manuais de instalação e operação.

1.10. Para todos os itens que compõem o objeto deverão ser observadas as garantias de fabricação.

1.11. A garantia dos produtos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o uso dos mesmos.

1.12. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, a contar da data efetiva do pedido.

1.13. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16 As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1.O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras através do Fone/Fax: (049) 3551-4700 ou via E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas

exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata de Registro de Preços oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

3.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

3.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

3.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou

Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

3.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

3.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

3.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de produtos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.046.4490.00	0	142/2014	Manutenção dos serviços de incentivo à indústria
2.011.4490.00	0	28/2014	Manutenção do convenio do corpo de bombeiros

2.006.4490.00	0	20/2014	Manutenção do departamento de administração
2.030.4490.00	58	65/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.007.4490.00	0	24/2014	Manutenção da coordenadoria de controle interno
2.036.4490.00	0	50/2014	Programa da merenda escolar do ensino fundamental
2.030.4490.00	1	63/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.030.4490.00	19	64/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.042.4490.00	0	107/2014	Manutenção da secretaria da agricultura e meio amb
2.013.4490.00	55	32/2014	Manutenção do convenio funpoc
2.034.4490.00	0	74/2014	Manutenção das atividades do ensino profissionaliz
2.038.4490.00	0	92/2014	Apoio para difusão cultural
2.002.4490.00	0	4/2014	Manutenção do gabinete do prefeito
2.005.4490.00	0	13/2014	Manutenção da assessoria de planejamento
2.028.4490.00	1	80/2014	Manutenção da educação infantil
2.015.4490.00	0	38/2014	Manutenção do departamento de fazenda
2.029.4490.00	0	46/2014	Manutenção do programa da merenda escolar do ensino
2.040.4490.00	0	96/2014	Funcionamento e manutenção do setor de esportes
2.052.4490.00	0	116/2014	Manutenção dos serviços urbanos
2.037.4490.00	0	85/2014	Resgate da memoria cultural
2.051.4490.00	0	146/2014	Manutenção da incubadora tecnológica luzerna
2.004.4490.00	0	10/2014	Manutenção da assessoria jurídica
2.012.4490.00	54	30/2014	Manutenção do convenio funpom

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado,

declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	ROBERTO ANTONIO TESSARO ROBERTO TESSARO E CIA LTDA ME FORNECEDOR 3
---	--

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Contrato PML Nº 093.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 093/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 074/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 043/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 17 (dezessete) dias do mês de junho do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

4 - TARSIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.956.052/0001-97, IE nº 254.366.554, com endereço a Rua Sete de Setembro, nº 132, Centro, em Joaçaba/SC, CEP 89600-000, representada por sua sócia ANA LUÍSA BERNARDON KIELING, brasileira, solteira, estudante, portadora da cédula de identidade nº 4.542.717 SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob nº 504.991.579-15, doravante denominado FORNECEDOR 4;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 074/2014, Pregão Presencial nº 043/20143, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de mobiliários destinados a Unidade Gestora - Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, conforme discriminados em anexo, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantid.	Unid.	Descrição	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
5	45,00	UN	Balcão 0,90x0,50x0,75m com 02 (duas) portas, com tampo de 25mm de espessura, laterais, portas e fundos em madeira aglomerada de no mínimo 18 mm; com uma prateleira uma fechadura e dois puxadores tipo alça. Cor nogal.	275,00	12.375,00

6	60,00	UN	<p>Poltrona Giratória Presidente, na cor Azul, com espaldar alto e com apóia-braços; e com: - Assento e Encosto em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente com 14 mm de espessura. Curvatura na parte frontal do assento para evitar o estrangulamento na corrente sanguínea, e curvatura anatômica no encosto de forma à permitir a acomodação das regiões dorsal e lombar, adaptando-se melhor à coluna vertebral; - Espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isento de CFC, com densidade controlada de 45 a 50 Kg/m³ com 60 mm de espessura média no assento e no encosto; - Capa do assento e do encosto em polipropileno sem costuras, ambas fixadas com grampos; - Contra capa do assento e do encosto injetadas em polipropileno copolímero, montadas por parafusos, auxiliando em futuras manutenções; - Sustentação do encosto por mola de SAE 1020 com 76,20 mm largura e 6,35mm de espessura, curvada e nervurada à frio para aumentar a resistência; - A fixação do assento e do encosto, à estrutura, feita com parafusos sextavados e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira; - Parafusos de fixação dos componentes do tipo flangeado com trava, na bitola ¼"x 20 fpp. - Apóia braços SL, em polipropileno copolímero injetado, com alma de aço SAE 1020 pintada, regulagem de altura com botão, totalizando 7 posições e 85 mm de curso. Chapa para fixação no assento com 2 furos oblongos, permitindo regulagem horizontal por parafuso. - Base giratória desmontável com aranha de 5 hastes, fabricada com tubos de aço SAE 1010/1020 na bitola 20x30, com pino do rodízio, fabricado por processo de usinagem de aço trefilado, soldado na extremidade da haste em furos do tipo flangeado, evitando que se soltem, coberta por polaina injetada em polipropileno copolímero na cor preta, apoiada sobre 5 rodízios de duplo giro e duplo rolamento com 50 mm de diâmetro em nylon com capa, semiesfera plástica injetada junto a estrutura, que facilita o giro, banda de rolagem em poliuretano para uso em piso duro, amadeirados e com revestimentos vinílicos; - Coluna central desmontável fixada por encaixe cônico, com rolamento axial de giro, possuindo arruelas de aço temperado de alta resistência, bucha mancal de giro injetada em poliacetal e recalibrada, recoberta por capa telescópica injetada em polipropileno copolímero na cor preta; - Mecanismo flange de apoio da cadeira com sistema de relax com trava, ou livre flutuação, manípulo de ajuste da tensão da mola, com pino de giro em aço trefilado maciço com 10 mm de diâmetro e buchas de giro e trava injetadas em poliacetal. Componentes unidos por solda do tipo MIG, em chapas de aço SAE 1020 FQD com 3mm de espessura, formando um conjunto para posterior montagem por parafusos. - Os componentes metálicos com tratamento de superfície com fosfato de zinco por imersão, executado em linha automática de 8 tanques, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, para dar melhor proteção contra corrosão e uma excelente ancoragem da tinta; - A tinta utilizada para pintura a pó, do tipo híbrida (poliéster epóxi), W-Eco, atendendo norma Européia RoHS, isenta de metais pesados, na cor preto liso semi brilho, com camada de 60 microns em média. Todas as peças curadas em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200° C; - Atendimento comprovado à requisitos das normas NR17 - Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho, que trata da ergonomia e da NBR 13962 - da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que normatiza os móveis para escritório, cadeiras, classificação, características físicas e dimensionais para que se obtenha um melhor conjunto em termos de conforto, ergonomia e durabilidade. Dimensões Aproximadas: - Altura da Cadeira: 1060 - 1180 mm - Profundidade da Cadeira: 700 mm - Largura da Cadeira: 700 mm - Altura do Encosto: 615 mm - Largura do Encosto: 460 mm - Profundidade do Assento: 450 mm - Largura do Assento: 480 mm - Altura do Assento: 460 - 580 mm</p>	530,00	31.800,00
---	-------	----	---	--------	-----------

7	40,00	UN	<p>Poltrona Fixa do tipo Diretor, na cor Azul, com espaldar médio e apóia-braços; e com: - Assento e Encosto em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente com espessura de 14 e 12 mm respectivamente. Curvatura na parte frontal do assento para evitar o estrangulamento na corrente sanguínea, e curvatura anatômica no encosto de forma à permitir a acomodação das regiões dorsal e lombar, adaptando-se melhor à coluna vertebral; - Espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isento de CFC, com densidade controlada de 45 a 50 Kg/m³ com 60 mm de espessura média no assento e encosto; - Assento fixo com 3° de inclinação e furos com distância entre centro de 160x200mm. - Suporte do encosto em mola de aço SAE 1020 com 76,20 mm de largura e 6,35 mm de espessura curvada e nervurada à frio para aumentar a resistência; - Revestimento em polipropileno; - Capa do assento e do encosto sem costuras, ambas fixadas com grampos; - Contra capa do assento e do encosto injetadas em polipropileno copolímero, montadas por parafusos, auxiliando em futuras manutenções; - Estrutura formada por tubo de Aço Sae 1020 redondo com diâmetro de 25,4mm e 2,25 mm de espessura da parede, curvada à frio, executado e calibrado por máquina CNC. Possui chapas curvadas à frio para a fixação do assento, em chapa de Aço Sae 1020 com 4,76mm de espessura, soldado por processo MIG em célula robotizada; - A fixação do assento e do encosto, à estrutura, feita com parafusos sextavados e porcas de garra encaixadas e rebitas na madeira; - Parafusos de fixação dos componentes do tipo flangeado com trava, na bitola ¼"x 20 fpp. - Braços em poliuretano injetado estruturados em alma de aço tratada quimicamente; - Sapatas de suporte do pé injetadas em polipropileno copolímero na cor preta, com cantos arredondados e rebitas na estrutura, por rebite de alumínio do tipo repuxado; - Os componentes metálicos com tratamento de superfície com fosfato de zinco, executado em linha automática de 8 tanques, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, para dar melhor proteção contra corrosão e uma excelente ancoragem da tinta; - A tinta utilizada para pintura a pó, do tipo híbrida (poliéster epóxi), W-Eco, atendendo norma Européia RoHS, isenta de metais pesados, na cor preto semi - brilho liso, com camada de 60 microns. Todas as peças curadas à temperatura de 200° C; - Atendimento comprovado aos requisitos das normas NR17 - Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho, que trata da ergonomia e da NBR 13962 - da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que normatiza os móveis para escritório, cadeiras, classificação, características físicas e dimensionais para que se obtenha um melhor conjunto em termos de conforto, ergonomia e durabilidade. Dimensões Aproximadas: - Altura da Cadeira: 900 mm - Profundidade da Cadeira: 600 mm - Largura da Cadeira: 570 mm - Altura do Encosto: 450 mm - Largura do Encosto: 450 mm - Profundidade do Assento: 450 mm - Largura do Assento: 480 mm - Altura do Assento: 455 mm</p>	435,00	17.400,00
9	60,00	UN	<p>Cadeira Executiva com apóia braços, na cor Azul, e com: - Assento em Compensado multilaminado 13 mm de espessura; Espuma injetada anatomicamente com 50 mm de espessura média e densidade de 45 à 50 Kg/m³; Carenagem do assento injetada em Polipropileno copolímero; - Encosto em Estrutura injetada em polipropileno copolímero; Espuma injetada anatomicamente com 40 mm de espessura média e densidade de 45 à 50 Kg/m³; Contra capa do encosto injetada em Polipropileno copolímero; - Capa do assento e do encosto em polipropileno, fixadas com grampos ao assento de madeira e encosto de plástico; - Revestimento em polipropileno; - Apoia braços SL New PU, corpo em polipropileno copolímero injetado, com alma de aço SAE 1020 pintada, regulagem de altura com botão, totalizando 7 posições e 85 mm de curso. Parte superior do apoio de braço em Poliuretano. Chapa para fixação no assento com 2 furos oblongos, permitindo ajuste horizontal por parafusos. - Base giratória desmontável com aranha de 5 hastes de aço com pino do rodízio soldado na extremidade da haste em furos do tipo flangeado, evitando que se soltem, coberta por polaina injetada em polipropileno copolímero na cor preta, apoiada sobre 5 rodízios de duplo giro e duplo rolamento com 50 mm de diâmetro em nylon com capa, semiesfera plástica injetada junto a estrutura, que facilita o giro, banda de rolagem em poliuretano para uso em piso duro, amadeirados e com revestimentos vinílicos; - Coluna central desmontável fixada por encaixe cônico, rolamento axial de giro, esferas e arruelas de aço temperado de alta resistência, sistema de regulagem da altura da cadeira com mola a gás; - Telescópico injetado em polipropileno copolímero texturizado, dividido em 3 partes encaixadas, usado para proteger a coluna; - Mecanismo com sistema reclinador do encosto (SRE), de estrutura monobloco, soldado por processo MIG em célula robotizada, com assento fixo tendo 3° de inclinação e 2 furações para fixação do assento com distância entre centros de 125 x 125 mm e 160 x 200 mm. Suporte do encosto com regulagem de altura automática através de catraca, totalizando 80 mm de curso, recoberto por capa injetada em polipropileno copolímero. Inclinação do encosto com 28° de curso semi-circular acionado por alavanca, obtendo-se infinitas posições, com molas para o retorno automático do encosto, e ajuste automático na frenagem do reclinador. - Os componentes metálicos com tratamento de superfície com fosfato de zinco, executado em linha automática de oito tanques, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, para dar melhor proteção contra corrosão e uma excelente ancoragem da tinta; - A tinta utilizada para a pintura em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), W-eco, atendendo norma Européia RoHS, isenta de metais pesados, na cor preto liso semi-brilho, com camada de 60 microns, onde todas as peças são curadas em estufa, à temperatura de 200 °C. - Poltrona comprovadamente em conformidade com as normas NR17 - Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho, que trata da ergonomia e NBR 13962 - da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que normatiza móveis para escritório, cadeiras, classificação, características físicas e dimensionais para que se obtenha um melhor conjunto em termos de conforto, ergonomia e durabilidade. Dimensões aproximadas: - Altura do Encosto: 350 mm - Largura do Encosto: 410 mm - Profundidade do Assento: 420 mm - Largura do Assento: 475 mm - Profundidade total da cadeira: 700 mm - Altura total da cadeira: 820 - 1020 mm - Altura do Assento: 420 - 540 mm - Largura total da cadeira: 700 mm</p>	455,00	27.300,00

10	30,00	UN	Longarina Executiva 3 lugares, na cor Azul, e com: - Assento: - Compensado multilaminado 13 mm de espessura; - Espuma injetada anatomicamente com 50 mm de espessura média e densidade de 45 à 50Kg/m3; - Carenagem do assento injetada em polipropileno; - Revestimento em tecido em polipropileno. - Encosto: - Estrutura injetada em polipropileno; - Espuma injetada anatomicamente com 40 mm de espessura média e densidade de 45 à 50Kg/m3; - Contra capa do encosto injetada em polipropileno; - Revestimento em tecido em polipropileno. - Mola suporte de aço com 76,20mm de largura, espessura 6,35mm. - Estrutura: - Pé em tubo de aço industrial oblongo 40x77mm, parede de 1,90mm; - Estrutura lateral da longarina em tubo de aço industrial retangular 30x70mm, parede de 1,20mm; - Tubo da longarina em aço industrial retangular 30x50mm, parede de 1,20mm; - Sapatas e ponteiros injetadas em polipropileno; - Acabamento: - Acabamento em pintura a pó do tipo híbrida com camada de 60 microns e cura em estufa à 2000C, na cor preto liso semi-brilho W-Eco, com superfícies metálicas preparadas previamente através de tratamento com fosfato de zinco, propiciando maior aderência e acabamento da pintura. - Pé em tubo de aço industrial oblongo 40x77mm, parede de 1,90mm; - Estrutura lateral da longarina em tubo de aço industrial retangular 30x70mm, parede de 1,20mm; - Tubo da longarina em aço industrial retangular 30x50mm, parede de 1,20mm; - Sapatas e ponteiros injetadas em polipropileno; - Acabamento: - Acabamento em pintura a pó do tipo híbrida com camada de 60 microns e cura em estufa à 2000C, na cor preto liso semi-brilho W-Eco, com superfícies metálicas preparadas previamente através de tratamento com fosfato de zinco, propiciando maior aderência e acabamento da pintura. Dimensões aproximadas: - Altura do Encosto: 350 mm - Largura do Encosto: 410 mm - Profundidade do Assento: 420 mm - Largura do Assento: 460 mm - Profundidade total da longarina: 625 mm - Altura total da longarina: 820 mm - Altura do Assento: 480 mm - Largura total da longarina: 1530 mm	580,00	17.400,00
12	40,00	UN	Mesa de 1,00x0,60x0,75mm; Tampo 25mm com afastador, pé painel 25mm, costa e laterais 15mm, sem gavetas. Cor: Nogal	177,00	7.080,00
16	30,00	UN	Mesa delta (L) de 1,40x1,60x0,60x0,75mm; Tampo 25mm com afastador, pé painel 25mm, com um gaveteiro fixo com 03 gavetas e um gaveteiro fixo de 2 gavetas com corredeiras metálicas, chaves e travamento simultâneo. Cor: Nogal	680,00	20.400,00
18	10,00	UN	Mesa para micro computador 1,00x0,60x0,75mm; Tampo 25mm com afastador, pé painel 25mm, costa e laterais 15mm, sem gavetas. Cor: Nogal	175,00	420,00
29	4,00	UN	Mocho	105,00	420,00
35	1,00	UN	Mesa em compensado sarrafeado de 18 mm no padrão cerejeira medindo (lap) 3500x780x1000 com pintura verniz natural	1.740,00	1.740,00

O FORNECEDOR 4 - TARSIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 137.665,00 (cento e trinta e sete mil seiscentos e sessenta e cinco reais).

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 30 (trinta) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.5. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.6. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.7. Todas as embalagens deverão conter, externamente, número de lote, data de fabricação, prazo de validade, nome, CNPJ e endereço do fabricante.

1.8. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.9. Os materiais deverão estar acompanhados de todos os acessórios e manuais de instalação e operação.

1.10. Para todos os itens que compõem o objeto deverão ser observadas as garantias de fabricação.

1.11. A garantia dos produtos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o uso dos mesmos.

1.12. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, a contar da data efetiva do pedido.

1.13. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los

integralmente.

1.16 As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras através do Fone/Fax: (049) 3551-4700 ou via E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos

tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata de Registro de Preços oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005, na Lei nº 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.3.2. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.3.3. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.3.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.3.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.3.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.3.4. No caso de necessidade troca e/ou retirada de produtos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral

da avença.

5.7.Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do

fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.046.4490.00	0	142/2014	Manutenção dos serviços de incentivo à indústria
2.011.4490.00	0	28/2014	Manutenção do convenio do corpo de bombeiros
2.006.4490.00	0	20/2014	Manutenção do departamento de administração
2.030.4490.00	58	65/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.007.4490.00	0	24/2014	Manutenção da coordenadoria de controle interno
2.036.4490.00	0	50/2014	Programa da merenda escolar do ensino fundamental
2.030.4490.00	1	63/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.030.4490.00	19	64/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.042.4490.00	0	107/2014	Manutenção da secretaria da agricultura e meio amb
2.013.4490.00	55	32/2014	Manutenção do convenio funpoc
2.034.4490.00	0	74/2014	Manutenção das atividades do ensino profissionaliz
2.038.4490.00	0	92/2014	Apoio para difusão cultural
2.002.4490.00	0	4/2014	Manutenção do gabinete do prefeito

2.005.4490.00	0	13/2014	Manutenção da assessoria de planejamento
2.028.4490.00	1	80/2014	Manutenção da educação infantil
2.015.4490.00	0	38/2014	Manutenção do departamento de fazenda
2.029.4490.00	0	46/2014	Manutenção do programa da merenda escolar do ensino
2.040.4490.00	0	96/2014	Funcionamento e manutenção do setor de esportes
2.052.4490.00	0	116/2014	Manutenção dos serviços urbanos
2.037.4490.00	0	85/2014	Resgate da memoria cultural
2.051.4490.00	0	146/2014	Manutenção da incubadora tecnológica luzerna
2.004.4490.00	0	10/2014	Manutenção da assessoria jurídica
2.012.4490.00	54	30/2014	Manutenção do convenio funpom

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	ANA LUÍSA BERNARDON KIELING TARSIO COMÉRCIO E REPRESENTA- ÇÕES LTDA ME FORNECEDOR 4
---	--

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

Contrato PML Nº 094.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 093/2014
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 074/2014
PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 043/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 17 (dezessete) dias do mês de junho do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

5 - V. SOUZA MÓVEIS PLANEJADOS ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.199.773/0001-04, com endereço a Rua Francisco Dal Negro, nº 3872, Santo Antônio, na cidade de São José dos Pinhais/PR, CEP 83025-320, representada neste ato por seu representante legal VALDECI SOUZA, brasileiro, maior, portador da cédula de identidade nº 7.065.546-2 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 017.713.999-45, doravante denominado FORNECEDOR 5;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 074/2014, Pregão Presencial nº 043/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de mobiliários destinados a Unidade Gestora - Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, conforme discriminados em anexo, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantid.	Unid.	Descrição	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
11	40,00	UN	Mesa de 1,50x0,60x0,75mm; Tampo 25mm com afastador, pé painel 25mm, costa e laterais 15mm, 02 gaveteiros fixos com 03 gavetas cada com corredeira metálica, chave e travamento simultâneo. Cor: Nogal	500,00	20.000,00
14	10,00	UN	Mesa de reunião semi-oval 2,00x1,20x0,75 mm; Tampo 25mm, pé painel 25mm. Cor: Nogal	365,00	3.650,00
17	13,00	UN	Mesa para impressora 0,80x0,60x0,75m Tampo 25mm com afastador, pé painel 25mm, costa e laterais 15mm, sem gavetas. Cor: Nogal	160,00	2.080,00
31	1,00	UN	Balcão para central de operações: confeccionado em material mdf bp cinza, com tampo em granito preto, composto por quatro portas de correr e quatro gavetas medindo 640 cm corridos por 80 cm de altura e 60 cm de fundo, possuir rodapés em granito, puxadores alça metal 96 mm corredeiras metálicas.	4.900,00	4.900,00
34	2,00	UN	Armário medindo 3,55x1,20x0,55 m na cor maple em mdf 18 mm com 02 prateleiras.	1.665,00	1.665,00

O FORNECEDOR 5 - V. SOUZA MÓVEIS PLANEJADOS ME, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 33.960,00 (trinta e três mil novecentos e sessenta reais).

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 30 (trinta) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.5. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.6. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.7. Todas as embalagens deverão conter, externamente, número de lote, data de fabricação, prazo de validade, nome, CNPJ e endereço do fabricante.

1.8. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados,

remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.9. Os materiais deverão estar acompanhados de todos os acessórios e manuais de instalação e operação.

1.10. Para todos os itens que compõem o objeto deverão ser observadas as garantias de fabricação.

1.11. A garantia dos produtos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o uso dos mesmos.

1.12. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, a contar da data efetiva do pedido.

1.13. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16 As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1.O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da

habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras através do Fone/Fax: (049) 3551-4700 ou via E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata de Registro de Preços oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

3.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

3.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

3.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

3.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

3.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

3.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de produtos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato

decorrente do registro de preços;
c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.046.4490.00	0	142/2014	Manutenção dos serviços de incentivo à indústria
2.011.4490.00	0	28/2014	Manutenção do convenio do corpo de bombeiros
2.006.4490.00	0	20/2014	Manutenção do departamento de administração
2.030.4490.00	58	65/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.007.4490.00	0	24/2014	Manutenção da coordenadoria de controle interno
2.036.4490.00	0	50/2014	Programa da merenda escolar do ensino fundamental
2.030.4490.00	1	63/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.030.4490.00	19	64/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.042.4490.00	0	107/2014	Manutenção da secretaria da agricultura e meio amb
2.013.4490.00	55	32/2014	Manutenção do convenio funpoc
2.034.4490.00	0	74/2014	Manutenção das atividades do ensino profissionaliz
2.038.4490.00	0	92/2014	Apoio para difusão cultural
2.002.4490.00	0	4/2014	Manutenção do gabinete do prefeito
2.005.4490.00	0	13/2014	Manutenção da assessoria de planejamento
2.028.4490.00	1	80/2014	Manutenção da educação infantil
2.015.4490.00	0	38/2014	Manutenção do departamento de fazenda
2.029.4490.00	0	46/2014	Manutenção do programa da merenda escolar do ensino
2.040.4490.00	0	96/2014	Funcionamento e manutenção do setor de esportes
2.052.4490.00	0	116/2014	Manutenção dos serviços urbanos
2.037.4490.00	0	85/2014	Resgate da memoria cultural
2.051.4490.00	0	146/2014	Manutenção da incubadora tecnológica luzerna
2.004.4490.00	0	10/2014	Manutenção da assessoria jurídica
2.012.4490.00	54	30/2014	Manutenção do convenio funpom

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	VALDECI SOUZA V. SOUZA MÓVEIS PLANEJADOS ME FORNECEDOR 5
---	--

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Chamamento Agricultura - 002/2014 - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO CHAMAMENTO PÚBLICO PML Nº 002.2014

EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO.

OBJETO: Cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar dos alunos da Rede de Ensino do município, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos.

REGIMENTO: Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e Resolução CD/FNDE 038/2009, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 17 de julho de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 17 de julho de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: www.luzerna.sc.gov.br

Luzerna, 18 de junho de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Receitas Federais do Dia 18/06/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 18/06/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.015,73
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.015,73
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.015,73
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.209,44
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	806,29

Luzerna, 23/06/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 20/6/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 20/06/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		90.433,44
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	97.743,04
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	97.743,04
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	97.743,04
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	97.743,04
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do FPM 60%	58.645,82
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do FPM 25%	24.435,76
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do FPM 15%	14.661,46
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	12.239,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	12.239,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	7.343,40
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.895,60
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-19.548,60
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-19.548,60
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-19.548,60
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-19.548,60

Luzerna, 23/06/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Mafra

PREFEITURA

Nova Data de Abertura - Edital de Concorrência Pública - Nº 001/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2014.
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICIPIO DE MAFRA torna público que fará realizar no dia 04/07/2014 às 09h30min, na sede da Prefeitura do Município de Mafra sito à Praça Desembargador Flávio Tavares nº 12, licitação modalidade de Concorrência Pública para Contratação de Agência especializada para prestação de serviços de publicidade e propaganda para a Prefeitura Municipal de Mafra, que possibilitem o atendimento das políticas públicas dos setores relativos às campanhas institucionais, educativas, informativas e de utilidade pública, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos. O processo será regido pelas Leis nº 8.666/93 e 12.232/10 e suas alterações, e em especial pelo contido no Edital. Poderão participar da licitação, quaisquer interessados devidamente cadastrados, que atenderem às condições exigidas para cadastramento no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, até o terceiro dia anterior à data de abertura da concorrência pública, observada a necessária qualificação. As propostas deverão ser protocoladas no horário de expediente, no Departamento de Licitações, encerrando-se o prazo de entrega às 09:00hr do dia 04/07/2014. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00hr às 12:00hr e das 13h30min às 17:00hr pelo Fone (47) 3641-4061 ou 4003.

Mafra (SC), 23 de junho de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Lei Municipal Nº 4027

Lei MUNICIPAL nº.4027
DE 23 DE JUNHO DE 2014.
DETERMINA A RESTAURAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS DANIFICADAS PELA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS POR EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º As empresas concessionárias de serviços públicos e as autarquias e suas contratadas, responsáveis por obras que danifiquem a via pública, o passeio público ou o muro de contenção ou arrimo da via pública ficam obrigadas a restaurá-los à condição original, em até 15 (quinze) dias após o término da obra.

Parágrafo Único - Quanto ao disposto no caput, excetuam-se os casos previstos através de convênio ou contrato que disponha de modo diverso.

Art. 2º Quando da recuperação do dano causado, a restauração deve ser efetuada de forma a manter a situação anterior a destruição sob pena de ter que refazer o serviço danificado.

Parágrafo único A fiscalização para o efetivo cumprimento do que dispõe este artigo fica a cargo do Poder Público Municipal.

Art. 3º Quando da realização dos serviços ficam as empresas obrigadas a promoverem todo o tipo de segurança no local para evitar acidentes tanto a pessoas quanto a veículos.

Parágrafo único Em caso de acidentes fica a empresa responsável pelo ressarcimento de qualquer prejuízo que venha causar a terceiros.

Art. 4º O descumprimento ao disposto nesta lei sujeitará a empresa infratora ao pagamento de multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia, a partir do vencimento do prazo fixado no artigo 1º.

Art. 5º Esta lei será regulamentada pelo Executivo Municipal no prazo de 120 (cento e vinte) dias de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 23 de Junho de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Extrato de Dispensa de Licitação Nº 319/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 319/2014.

FORNECEDOR: MITSSEL BYTE INFORMÁTICA LTDA - EPP.
CNPJ: 00.658.232/0001-31.

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática e telefonia destinados à Polícia Militar de Mafra.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso IV, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 775,00 (Setecentos e setenta e cinco reais).

Mafra, (SC) 23 de junho de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CNPJ: 08.055.125/0001-20
NEIMANN E SILVA LTDA.

Nota Fiscal nº. 4909 R\$ 721,51
Nota Fiscal nº. 4827 R\$ 3.498,27
Nota Fiscal nº. 4825 R\$ 3.041,87
Nota Fiscal nº. 4824 R\$ 8.820,00
Nota Fiscal nº. 4881 R\$ 1.562,19
Nota Fiscal nº. 4880 R\$ 3.780,00

Nota Fiscal nº. 4910 R\$ 4.099,09 Valor Total: 25.522,93
Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser

considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo fornecimento de combustível as Secretarias do Município, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 24 de junho de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 83.483.230/0001-86

SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS SA

Nota Fiscal nº. 12517 R\$ 439,38

Nota Fiscal nº. 12683 R\$ 814,81

Nota Fiscal nº. 12681 R\$ 1.615,66

Nota Fiscal nº. 12682 R\$ 1.960,32

Nota Fiscal nº. 12680 R\$ 25,36

Nota Fiscal nº. 12679 R\$ 1.849,36

Nota Fiscal nº. 12507 R\$ 1.603,50

Nota Fiscal nº. 12510 R\$ 1.034,55

Nota Fiscal nº. 12512 R\$ 74,96

Nota Fiscal nº. 12516 R\$ 164,92

Nota Fiscal nº. 12515 R\$ 41,23

Nota Fiscal nº. 12511 R\$ 28,88

Valor Total: R\$ 9.652,93

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela locação de equipamentos para o fornecimento de reproduções (cópias), impressões, execução de digitalização de documentos das Secretarias Municipais, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 24 de junho de 2014
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 79.283.065/0001-41

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Nota Fiscal nº. 39790 R\$ 40.158,00

Nota Fiscal nº. 39797 R\$ 15.627,77

Nota Fiscal nº. 39480 R\$ 40.158,00

Nota Fiscal nº. 39478 R\$ 15.627,77

Valor Total: R\$ 111.571,54

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa é a responsável por serviços de limpeza, merenda, jardinagem e serviços gerais da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 24 de junho de 2014
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CNPJ: 81.908.469/0002-06

CETARB COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA

Nota Fiscal nº. 2216 R\$ 351,50

Nota Fiscal nº. 2217 R\$ 351,50

Nota Fiscal nº. 2218 R\$ 351,50

Nota Fiscal nº. 2219 R\$ 351,50

Nota Fiscal nº. 2220 R\$ 351,50

Nota Fiscal nº. 2224 R\$ 4.212,45

Nota Fiscal nº. 2226 R\$ 351,50

Nota Fiscal nº. 2234 R\$ 378,00

Nota Fiscal nº. 2235 R\$ 2.460,50

Nota Fiscal nº. 2227 R\$ 128,25

Nota Fiscal nº. 2228 R\$ 128,25

Nota Fiscal nº. 2229 R\$ 128,25

Nota Fiscal nº. 2230 R\$ 128,25

Nota Fiscal nº. 2233 R\$ 384,75

Nota Fiscal nº. 2236 R\$ 119,00

Nota Fiscal nº. 2237 R\$ 314,50

Nota Fiscal nº. 2245 R\$ 351,50

Nota Fiscal nº. 2246 R\$ 351,50

Nota Fiscal nº. 2247 R\$ 351,50

Nota Fiscal nº. 2248 R\$ 314,50

Nota Fiscal nº. 2259 R\$ 2.664,00

Nota Fiscal nº. 2238 R\$ 128,25

Nota Fiscal nº. 2239 R\$ 128,25

Nota Fiscal nº. 2240 R\$ 128,25

Nota Fiscal nº. 2260 R\$ 351,50

Nota Fiscal nº. 2261 R\$ 314,50

Nota Fiscal nº. 2262 R\$ 314,50

Nota Fiscal nº. 2263 R\$ 351,50

Nota Fiscal nº. 2264 R\$ 351,50

Nota Fiscal nº. 2265 R\$ 351,50

Nota Fiscal nº. 2266 R\$ 351,50

Nota Fiscal nº. 2267 R\$ 4.717,50

Nota Fiscal nº. 2278 R\$ 119,00

Nota Fiscal nº. 2281 R\$ 119,00

Nota Fiscal nº. 2271 R\$ 128,25

Nota Fiscal nº. 2273 R\$ 128,25

Nota Fiscal nº. 2277 R\$ 114,75
Nota Fiscal nº. 2342 R\$ 119,00
Nota Fiscal nº. 2359 R\$ 119,00
Nota Fiscal nº. 2276 R\$ 314,50
Nota Fiscal nº. 2299 R\$ 351,50
Nota Fiscal nº. 2300 R\$ 351,50
Nota Fiscal nº. 2303 R\$ 314,50
Nota Fiscal nº. 2305 R\$ 2.220,00
Nota Fiscal nº. 2314 R\$ 314,50
Nota Fiscal nº. 2319 R\$ 1.887,00
Nota Fiscal nº. 2345 R\$ 314,50
Nota Fiscal nº. 2346 R\$ 351,50
Nota Fiscal nº. 2347 R\$ 351,50
Nota Fiscal nº. 2349 R\$ 314,50
Nota Fiscal nº. 2360 R\$ 1.794,50
Nota Fiscal nº. 2361 R\$ 476,00
Nota Fiscal nº. 2378 R\$ 238,00
Valor Total: 32.454,20

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento cascalho à Secretaria de Obras e Serviços Públicos e a Secretaria Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 24 de junho de 2014
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:
CNPJ: 10.601.745/0001-60

BJCG COM DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

Nota Fiscal nº. 5322 R\$ 4.036,87
Nota Fiscal nº. 5318 R\$ 194,56
Nota Fiscal nº. 5330 R\$ 1.310,00
Nota Fiscal nº. 5338 R\$ 2.580,00
Nota Fiscal nº. 5346 R\$ 1.290,00
Nota Fiscal nº. 5393 R\$ 2.580,00
Nota Fiscal nº. 5404 R\$ 2.580,00
Nota Fiscal nº. 5321 R\$ 1.650,60
Nota Fiscal nº. 5331 R\$ 1.926,41
Nota Fiscal nº. 5348 R\$ 2.628,34
Nota Fiscal nº. 5370 R\$ 1.295,11
Nota Fiscal nº. 5403 R\$ 3.666,14
Valor Total: R\$ 25.738,03

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo abastecimento da frota de veículos e máquinas pesadas das Secretarias de obras e Desenvolvimento Urbano e dos veículos de transporte escolar

da Secretaria de Educação, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 24 de junho de 2014
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

Maracajá

PREFEITURA

Decreto 56/2014

DECRETO Nº 56 DE 16 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe conferem a Lei nº 674 de 11 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 863 de 10 de agosto de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, da seguinte forma:

I - Um Representante da Secretaria Municipal de Administração;

Titular: Valmir Carradore

Suplente: Diomar de Souza Machado Júnior

II - Um Representante do Departamento de Educação, Esporte e Cultura;

Titular: Dener Lucas Casagrande

Suplente: Andréia Eli Machado

III - Um representante do Departamento de Assistência e Bem Estar Social;

Titular: Suelen Calegari Monteiro

Suplente: Ivonete de Oliveira Capela

IV - Um representante do Departamento de Saúde;

Titular: Vilmar Leandro

Suplente: Rosilane Dassoler da Silva

V - Um representante do Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos

Titular: Alacide Luiz Rocha

Suplente: José Ailor de Medeiros

VI - Um Representante da Associação Feminina de Assistência Social de Maracajá;

Titular: Lisângela Rocha de Souza

Suplente: Vanilda Carradore de Oliveira

VII - Um Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maracajá;

Titular: Ivete Maria Fernandes

Suplente: José Carlos Cichella

VIII - Um representante da Associação Comunitária Sangão Madalena;

Titular: Maria Amélia Leandro Cardoso

Suplente: Geraldo Leandro

IX - Um representante dos Clubes de Mães;

Titular: Eliete de Freitas Vieira;

Suplente: Vera Lúcia Silveira Cândido

X - Um representante do Grupo de Idosos Adilton de Medeiros;

Titular: Aurora Scardueli Nola

Suplente: Maria Goreti Venâncio Nola

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
16 de Junho de 2014.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal, em 16 de Junho de 2014.

Valmir Carradore

Secretário de Administração

Meleiro

PREFEITURA

Portaria Nº 252/2014

PORTARIA n.º 252/2014

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde, a servidora LENIR BORDIGNON FERNANDES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atesta do médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 23/06/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 183/2014.

Meleiro, 23 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 253/2014

PORTARIA n.º 253/2014

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde, a servidora MARIA LUIZA ZANELATO Córneo, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atesta do médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 17/06/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 257/2013.

Meleiro, 23 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 254/2014

PORTARIA n.º 254/2014

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO- ALIMENTAÇÃO À SERVIDORA LOTADA E DESIGNADA NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1489/2011, de 16 de Fevereiro de 2011, resolve:

CONCEDER

Artigo 1.º À servidora pública municipal ELIZANDRA MICHELS, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem - SAMU, o auxílio alimentação, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensais, a título de indenização por despesas com alimentação, prevista na Lei n.º 1489/2011.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 20/06/2014.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 23 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Termo de Homologação TP Nº 053/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº. 053/2014

O Prefeito Municipal de Meleiro, o Senhor JONNEI ZANETTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações homologa a presente licitação:

Processo nº. 053/2014

Modalidade: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia.

Data da homologação: 23/06/2014

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA NA EXECUÇÃO DE UMA COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA NO COMPLEXO ESPORTIVO BAIXADA DA GLÓRIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO BÁSICO EM ANEXO.

Empresa Vencedora: ENGETON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Valor do Objeto: R\$ 249.501,44

Meleiro/SC, 23 de junho de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Termo de Homologação TP Nº 054/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº. 054/2014

O Prefeito Municipal de Meleiro, o Senhor JONNEI ZANETTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações homologa a presente licitação:

Processo nº. 054/2014
Modalidade: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia.
Data da homologação: 23/06/2014
Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE EM CONCRETO ARMADO NO RIO MANOEL ALVES NA LOCALIDADE DE POÇO VERDE/SANGA DAS PEDRAS, COM UMA ÁREA TOTAL DE 197,37m2, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO BÁSICO EM ANEXO.
Empresa Vencedora: MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP

Valor do Objeto: R\$ 669.725,70

Meleiro/SC, 23 de junho de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

Extrato de Termo Aditivo Nº 066/2014

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório: n. 356/13
Contrato n. 066/13
Termo aditivo: 001/2014
Contratada: Porto seguro companhia de seguros gerais

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou termo aditivo ao contrato numero 066/2013 ao processo licitatório nº 356/2014, modalidade pregão nº 016/2013, ficando aditado o objeto do contrato, constante na clausula primeira. Onde agora integra esse item um veículo RENAULT/KANGOO EXPRESS 1.6 16 V HI-FLEX 2013/2014, com as seguintes coberturas mínimas: danos matérias para terceiros, danos corporais a terceiros, danos morais, APP - morte/invalidez por passageiro, DMH por passageiro, Assistência em viagens 24 horas sem limites de Km; seguro quebra de vidros completo, incluindo faróis, lanternas e retrovisores; carro reserva 7 dias. Inclusão na frota, vigência 25/04/2014 a 05/08/2014. Contratação de seguro total para veículo RENAULT/NOVO LOGAN EXPRESSION 1.6 8 V HI-POWER, 2014/2014, Placa MLZ-3673, com as seguintes coberturas: RCF danos matérias a terceiros, RCF danos corporais a terceiros, RC danos morais, APP - morte/invalidez por passageiros, DMH por passageiro, Assistência em viagens 24/h - sem limite de Km. Seguro quebra de vidros, completos, incluindo faróis, lanternas e retrovisores, carro reserva 7 dias, inclusão na frota, vigência 25/04/2014 à 05/08/2014. Fica aditado também o preço do contrato, constante NBA clausula segunda, com aditivo de valor. Sendo o valor do presente aditivo de R\$ 652,58, acrescido ao valor original do contrato no valor de R\$ 19.784,57, totalizando o valor de R\$ 20.437,15.

Modelo (SC), 20 de junho de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Decreto Nº 200/2014

DECRETO Nº 200/2014 DE 20/06/2014
DISPÕE SOBRE A FORMALIZAÇÃO DOS PROCESSOS RELATIVOS A ISENÇÕES DE QUE TRATA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais, em especial, conforme determina o § 2º do Artigo 203 da Lei Municipal nº 1.324/97 - Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica formalizado o Processo de Requerimento, cadastramento e recadastramento para obtenção das Isenções que dispõe o Código Tributário Municipal, Lei 1.324/97, conforme segue:

§ 1º Para a Concessão de Isenções de IPTU, TAXAS DE SERVIÇOS URBANOS, COLETA DE LIXO E TAXA DE EXPEDIENTE, obrigatoriamente deverão estar preenchidos os seguintes requisitos:

- I-Requerimento solicitando Isenção do IPTU e Taxas de serviços Urbanos, Coleta de lixo e Funreboim;
- II- Matrícula do Imóvel atualizada;
- III-Certidão de Propriedade atualizada;

IV-Declaração que possui um único imóvel e reside no mesmo, conforme dispõe o artigo 202, letra h, da lei nº 1.324/1997;
V- Cópia do Comprovante de aposentadoria ou pensão, no caso de isenção pela condição de aposentado ou pensionista;
VI-Comprovação da condição de deficiente mental ou interdito, nos casos especificados no art. 202, alínea g, da Lei 1.324/1997;
VII-Cópia dos documentos pessoais (CPF e RG);
VIII-Cópia do Comprovante de Residência atualizada (fatura de conta de água ou luz).

Art. 2º - Os contribuintes que já estão cadastrados e estão gozando do benefício da Isenção, deverão REQUERER , para fins de recadastramento junto ao Setor de Tributação do Município, antes do vencimento da primeira parcela do IPTU e das taxas acima especificadas e comprovar a condição de beneficiário apresentando os seguintes documentos:

I- Requerimento solicitando Isenção do IPTU e Taxas de serviços Urbanos e Coleta de

lixo e FunreboM e taxa de expediente;

II- Certidão de Propriedade atualizada a qual deverá comprovar que o contribuinte possui um único imóvel;

III- Declaração que possui um único imóvel e reside no mesmo;

IV- Os demais casos deverão ser comprovados a condição de acordo com o disposto nas alíneas a, b, c, e, f, g,i e j, do art. 202 da Seção VI da Lei 1.324/1997.

§1º- O recadastramento deverá ser feito anualmente antes do vencimento da primeira parcela do IPTU e das taxas de Serviços Urbanos e do FunreboM, e será obrigatório sob pena de cassação do benefício.

Art.3º Para requerer isenção do IPTU sobre construção de Imóvel, deverá ser comprovado o estabelecido na Lei Municipal 1.001/1991.

Art. 4º- Os documentos de que tratam este Decreto deverão ser encaminhados ao Setor de Tributação e atender as demais exigências e documentos necessários a efetivação da concessão, sob pena de indeferimento do processo.

Art. 5º- Todo beneficiário deverá encaminhar ao Setor de Tributação qualquer alteração , bem como requerer quando faz jus ao benefício e igualmente da suspensão do mesmo.

Parágrafo único- Sendo verificado a perda do benefício será efetuado o lançamento dos valores devidos ao Município em Dívida Ativa.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 7º-Revogam-se às disposições contidas no Decreto 0151/2004 de 17.08.2004

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo
aos 20 de Junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

SIRLEI VEIGA HAMERSCHMITT
AUDITORA/FISCAL TRIBUTÁRIO

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Errata do Edital de Registro de Preço 063/2014

Município de Morro da Fumaça. ERRATA do Edital de REGISTRO DE PREÇO 063/2014. Altera-se o objeto para: AQUISIÇÃO DE SAIBRO, conforme anexo. Data: 25/06/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Michel Antônio Maccari - Secretário de Finanças.

Lei Nº 1566/2013

LEI Nº 1566/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR CEDÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A CIDASC- COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA, MEDIANTE DECRETO, PARA ATENDER PROGRAMA DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta lei, a efetuar a cedência com ônus para o Município, de servidores públicos municipais, vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura, mediante decreto, para a CIDASC- Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, a fim de atender o Serviço Estadual de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.

Art. 2º - As condições de cedência, prazo, objetivos, metas, direitos e deveres serão definidos no ato oficial a ser expedido pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 3º - Os recursos para fazer frente a execução da presente correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em específico a lei municipal n. 1.509/2012, de 04 de Abril de 2012.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 29 de Outubro de 2013.
AGNALDO DAVID MACCARI
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário Interino de Adm., Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial 149/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 149/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAGEM DE SOLO, ATRAVÉS DE CPT (CONE PENETRATION TEST), PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE EDIFICAÇÕES DE OBRAS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 04/07/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 04/07/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 23 de junho de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Decreto 480 Adiantamento FME

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio nº 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO Nº 480 DE 23 DE JUNHO DE 2014

PROCEDE A ADIANTAMENTO DE NUMERÁRIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município e de conformidade com as leis municipais 2568 de 05/08/2011 e 2622 de 10/08/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica, o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder adiantamento de numerário ao servidor GERSON ADEMIR FAGUNDES, - Superintendente da Fundação Municipal de Esporte, - no valor de R\$ 3.740,00 (três mil setecentos e quarenta reais), dentro dos limites estabelecidos na lei municipal nº 1674 de 27/05/2003 e de acordo com o disposto na lei federal nº 4320/64 e Resolução nº 016/94 do Tribunal de Contas do Estado, combinado com a lei municipal 2568 de 05/08/2011.

Art. 2º O referido adiantamento é feito com a finalidade de custear despesas da Fundação Municipal de Esporte, de acordo com o que dispõem as leis 2568 de 05/08/2011 e 1622 de 10/08/2012, quando a referida Fundação participará da Etapa Regional dos Jogos Abertos de Santa Catarina, que acontecerão de 27 de junho a 1º de julho, em Jaraguá do Sul - SC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Homologação - TP 141/2014.

Homologação TP 141/2014.

Tomada de Preço Nº 141/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS DE CONCRETO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DAS RUAS VEREADOR ALDO CHIMINELLI, LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO DOMINGOS E RUA VEREADORA OLGA GOMES PEREIRA, LOCALIZADA NO BAIRRO MACHADOS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DO CONVENIO FUNDO SOCIAL/SDR.

Empresa/Fornecedor: Engemais Construtora Ltda.

Valor: R\$ 162.249,76 (cento e sessenta e dois mil duzentos e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos).

Navegantes, 24 de junho de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

Extrato Contratual FMS Nº 164/2014.

Extrato Contratual FMS nº 164/2014.

Contrato Nº.: 164/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

Contratada...: YCATU ENGENHARIA E SANEAMENTO S.A.

Vigência : Início: 16/06/2014 Término: 15/08/2014.

Valor....: R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais).

Licitação : Concorrência FMS 010/2014.

Recursos : Dotação: 2.093 3.3.90.00.00.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES COM FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E TREINAMENTO OPERACIONAL PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, LOCALIZADA NO BAIRRO GRAVATÁ, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONCORRÊNCIA Nº 010/2014.

HOMOLOGAÇÃO - TP 103/2014 -104/2014-105/2014

Homologação TP 103/2014.

Processo: Tomada de Preço nº 103/2014.

Data: 23/06/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS DE CONCRETO DA RUA FULVIO DINIZ, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO PORTO DAS BALSAS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DE CONVENIO COM O FUNDO SOCIAL/SDR.

Empresa/Fornecedor: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA - EPP.

Valor: R\$ 254.053,56 (duzentos e cinquenta e quatro mil e cinquenta e três reais e cinquenta e seis centavos)

Navegantes, 23 de junho de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA.
Prefeito do Município.

Homologação TP nº 104/2014.
Processo: Tomada de Preço nº 104/2014.
Data: 23/06/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS DE CONCRETO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DA RUA MANOEL VIEIRA, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO PORTO DAS BALSAS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DE CONVENIO COM O FUNDO SOCIAL/SDR.

Empresa/Fornecedor: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA - EPP

Valor: R\$ 256.182,99 (duzentos e cinquenta e seis mil cento e oitenta e dois reais e noventa e nove centavos).

Navegantes, 23 de junho de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA.
Prefeito do Município.

Homologação TP 105/2014.
Processo: Tomada de Preço nº 105/2014.
Data: 23/06/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DA RUA ALFREDO MANOEL BENTO, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO PORTO DAS BALSAS E DA TRAVESSA MACARINI, LOCALIZADA NO BAIRRO MACHADOS, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DO FUNDO SOCIAL/SDR.

Empresa/Fornecedor: BELGA CONSTRUÇÕES & INCOPORAÇÕES LTDA.

Valor: R\$ 215.067,68 (duzentos e quinze mil e sessenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

Navegantes, 23 de junho de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA.
Prefeito do Município.

Extratos Contratuais Nº 177/2014 / 178/2014 / 179/2014.

Extrato Contratual PMN 177/2014.

Contrato Nº.: 177/2014.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA.

Vigência : Início: 23/06/2014 Término: 21/09/2014.

Valor....: R\$ 254.053,56 (duzentos e cinquenta e quatro mil cinquenta e três reais e cinquenta e seis centavos).

Licitação : Tomada de Preços nº 103/2014.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto : Contratação de Empresa Especializada para Execução da Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de Concreto da Rua Fúlvio Diniz, localizada no loteamento Porto das Balsas, Município de Navegantes/SC, conforme Tomada de Preço nº 103/2014 - Convênio Fundosocial/SDR nº 2209/2014.

Navegantes, 23 de junho de 2014.

Extrato Contratual PMN 178/2014.

Contrato Nº.: 178/2014.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA.
Vigência : Início: 23/06/2014 Término: 21/09/2014.
Valor....: R\$ 256.182,99 (duzentos e cinquenta e seis mil cento e oitenta e dois reais e noventa e nove centavos).
Licitação : Tomada de Preço nº 104/2014.
Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.
Objeto : Contratação de Empresa Especializada para Execução da Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de Concreto (com fornecimento de materiais) da Rua Manoel Vieira, localizada no loteamento Porto das Balsas, Município de Navegantes/SC, conforme Tomada de Preço nº 104/2014, Convênio Fundosocial SDR nº 2212/2014.

Navegantes, 23 de junho de 2014.

Extrato Contratual PMN 179/2014.

Contrato Nº.: 179/2014.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: BELGA CONSTRUÇÕES & INCORPORAÇÕES LTDA.

Vigência : Início: 23/06/2014 Término: 21/09/2014.

Valor....: 215.067,68 (duzentos e quinze mil sessenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

Licitação : Tomada de Preço nº 105/2014.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto : Contratação de Empresa Especializada para Execução da Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas (com fornecimento de Materiais) da Rua Alfredo Manoel Bento - Porto das Balsas e Travessa Macarini - Bairro Machados, Município de Navegantes/SC, através da Tomada de Preço nº 105/2014 - Convênio Fundo Social/SDR.

Navegantes, 23 de junho de 2014.

Extrato Contratual Nº 181/2014.

Extrato Contratual PMN Nº 181/2014.

Contrato Nº.: 181/2014.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Engemais Construtora Ltda.

Vigência : Início: 24/06/2014 Término: 22/09/2014.

Valor....: R\$ 162.249,76 (cento e sessenta e dois mil duzentos e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos).

Licitação : Tomada de Preços nº 141/2014.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto : Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de Concreto (com fornecimento de Materiais) das Ruas Vereador Aldo Chiminelli - Bairro São Domingos e Rua Vereadora Olga Gomes Pereira - Bairro Machados, Município de Navegantes/SC, conforme Tomada de Preço nº 141/2014 - Convênio Fundosocial /SDR nº 2210/2014.

Navegantes, 24 de junho de 2014.

Nova Trento

PREFEITURA

Ata Registro de Preços Nº 019/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2014

PROCESSO Nº 063/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2014

Aos 18 dias do mês de junho de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 23/06/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: O objeto deste pregão é o Registro de Preços para a contratação de serviços de 6.000 horas de ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, 3.000 horas de CAÇAMBA, 1.500 horas de TRATOR DE ESTEIRA e 1.500 horas de RETROESCAVADEIRA, para atender as necessidades da Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, com a prestação de serviço no Município de Nova Trento, em distância não superior a 30 KM da sede do Município de Nova Trento, menor preço por item.

As Licitantes registradas para os materiais cotados são:

ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA.ME. (07.258.202/0001-87)

Item	Qtidade	Unidade	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
1	3.000	Horas	Prestação de serviços com Escavadeira Hidráulica, equipada com caçamba (concha) com capacidade mínima de 0,90 m³, com peso operacional de no mínimo 15.000 kg. Equipamento com no máximo 10 anos de fabricação, acompanhado de operador capacitado a operar o equipamento. As despesas com combustível, manutenção preventiva e corretiva e demais obrigações com o equipamento será de responsabilidade da contratada.	50,00	150.000,00
2	3.000	Horas	Prestação de serviços com Escavadeira Hidráulica, equipada com caçamba (concha) com capacidade mínima de 1.7 m³, com peso operacional de no mínimo 20.000 kg. Equipamento com no máximo 10 anos de fabricação, acompanhado de operador capacitado a operar o equipamento. As despesas com combustível, manutenção preventiva e corretiva e demais obrigações com o equipamento será de responsabilidade da contratada.	110,00	330.000,00
5	1.500	Horas	Prestação de serviços com Retro Escavadeira traçada, 4x4. Equipamento com no máximo 10 anos de fabricação, acompanhado de operador capacitado a opera o equipamento. As despesas com combustível, manutenção preventiva e corretiva e demais obrigações com o equipamento será de responsabilidade da contratada.	35,00	52.500,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 532.500,00

ULLER LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA. ME. (08.654.833/0001-88)

Item	Qtidade	Unidade	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
3	3.000	Horas	Serviço de Transporte com Caminhão Caçamba Basculante Traçado (tração nas 4 rodas), com capacidade mínima para transportar 10 m³. Equipamento com no máximo 10 anos de fabricação, acompanhado de operador capacitado a operar o equipamento. As despesas com combustível, manutenção preventiva e corretiva e demais obrigações com o equipamento será de responsabilidade da contratada.	57,00	171.000,00
4	1.500	Horas	Prestação de serviços com Trator de Esteira, mínimo D-4. Equipamento com no máximo 10 anos de fabricação, acompanhado de operador capacitado a opera o equipamento. As despesas com combustível, manutenção preventiva e corretiva e demais obrigações com o equipamento será de responsabilidade da contratada.	91,00	136.500,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 307.500,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos licitados deverão ser entregues no endereço constante do pedido, desde que atendidas as exigências do edital, sem ônus para a Prefeitura de Nova Trento, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 23 de junho de 2014.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

Novo Horizonte**PREFEITURA****Extrato Termo Aditivo FMS Nº 002 ao Ca FMS Nº 016/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO ADITIVO

Aditivo Nº 002 ao Contrato Administrativo FMS Nº.: 016/2013

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE

Contratada...: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
Vigência : Início: 20/06/2014 Término: 04/08/2014
Licitação : Tomada de Preços FMS Nº.: 002/2013

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, consistindo na prorrogação para mais 45 (quarenta e cinco) dias.

Tânia Mara Wagner Muraro/Gestora FMS
Novo Horizonte, 23 de Junho de 2014

Orleans**PREFEITURA****Edital de Chamamento de Processo Seletivo Nº 010/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDOR EM AUXÍLIO DOENÇA DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº010/2013, mediante o qual fica CONVOCADO, para nomeação, o candidato aprovado no Processo Seletivo nº 010/2013, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h30min, no período de 05 dias, munido de todos os documentos constantes no Edital de Processo Seletivo nº010/2013 (disponível no site eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 010/2013, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 38860128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
JULIO CESAR DA SILVA RAFAEL	COLETOR DE RESIDUOS	40 HS

Orleans, 23 de junho de 2014.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Homologação Licitações 2014

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/14
HOMOLOGAÇÃO: 23/05/14
CONTRATADO: UNITA VEICULOS LTDA - CRICIUMA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS OK

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.700,00 (setenta mil e setecentos reais)

DATA: 23/06/14
GISELE BENET PIZONE ZOMER
Secretaria De Saúde Interina

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/14
HOMOLOGAÇÃO: 23/05/14
CONTRATADO: METROMED COM. DE MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR.

VALOR DA DESPESA: R\$ 46.847,60 (quarenta e seis mil oitocentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos)

DATA: 23/06/14

GISELE BENET PIZONE ZOMER
Secretaria De Saúde Interina

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/14

HOMOLOGAÇÃO: 23/05/14

CONTRATADO: ISAMED - MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR.

VALOR DA DESPESA: R\$ 124.114,15 (cento e vinte e quatro mil cento e quatorze reais e quinze centavos)

DATA: 23/06/14

GISELE BENET PIZONE ZOMER
Secretaria De Saúde Interina

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/14

HOMOLOGAÇÃO: 23/05/14

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR.

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.586,00 (quatorze mil quinhentos e oitenta e seis reais)

DATA: 23/06/14

GISELE BENET PIZONE ZOMER
Secretaria De Saúde Interina

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/14

HOMOLOGAÇÃO: 23/05/14

CONTRATADO: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR.

VALOR DA DESPESA: R\$ 45.533,00 (quarenta e cinco mil quinhentos e trinta e três reais.)

DATA: 23/06/14

GISELE BENET PIZONE ZOMER
Secretaria De Saúde Interina

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/14

HOMOLOGAÇÃO: 23/05/14

CONTRATADO: FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR.

VALOR DA DESPESA: R\$ 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais.)

DATA: 23/06/14

GISELE BENET PIZONE ZOMER
Secretaria De Saúde Interina

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/14

HOMOLOGAÇÃO: 23/05/14

CONTRATADO: PRODUVALE PRODUTOS MEDICO E HOSPITALAR.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR.

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.355,72 (dez mil trezentos e cinqüenta e cinco reais e setenta e dois centavos.)

DATA: 23/06/14

GISELE BENET PIZONE ZOMER
Secretaria De Saúde Interina

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/14

HOMOLOGAÇÃO: 23/05/14

CONTRATADO: MODELO PNEUS LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS COMPLETOS (CAMARA E PROTETOR).

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.722,00 (vinte e quatro mil setecentos e vinte e dois reais.)

DATA: 23/06/14

GISELE BENET PIZONE ZOMER
Secretaria De Saúde Interina

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/14

HOMOLOGAÇÃO: 23/05/14

CONTRATADO: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR.

VALOR DA DESPESA: R\$ 29.547,00 (vinte e nove mil quinhentos e quarenta e sete reais.)

DATA: 23/06/14

GISELE BENET PIZONE ZOMER
Secretaria De Saude Interina

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/14
HOMOLOGAÇÃO: 03/06/14
CONTRATADO: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.206,60 (dois mil duzentos e seis reais e sessenta centavos)

DATA: 23/06/14
GISELE BENET PIZONE ZOMER
Secretaria De Saude Interina

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/14
HOMOLOGAÇÃO: 03/06/14
CONTRATADO: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONOLOGIOS LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONOLOGIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.723,95 (dezesesseis mil setecentos e vinte e tres reais e noventa e cinco centavos)

DATA: 23/06/14
GISELE BENET PIZONE ZOMER
Secretaria De Saude Interina

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/14
HOMOLOGAÇÃO: 03/06/14
CONTRATADO: TATA COM. DE EQUIPA. PARA A SAUDE ODONTO MEDICO LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONOLOGIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.117,60 (nove mil cento e dezessete reais e sessenta centavos)

DATA: 23/06/14
GISELE BENET PIZONE ZOMER
Secretaria De Saude Interina

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/14
HOMOLOGAÇÃO: 03/06/14
CONTRATADO: DENTALMED - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICO

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONOLOGIO

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.175,30 (oito mil sento e setenta e cinco mil e trinta centavos)

DATA: 23/06/14
GISELE BENET PIZONE ZOMER
Secretaria De Saúde Interina

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/14
HOMOLOGAÇÃO: 05/06/14
CONTRATADO: METROMED COM. DE MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA DIABETES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 791,00 (setecentos e noventa e um reais.)

DATA: 23/06/14
GISELE BENET PIZONE ZOMER
Secretaria De Saúde Interina

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/14
HOMOLOGAÇÃO: 05/06/14
CONTRATADO: FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA DIABETES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

DATA: 23/06/14
GISELE BENET PIZONE ZOMER
Secretaria De Saúde Interina

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/14
HOMOLOGAÇÃO: 03/06/14
CONTRATADO: ISAMED - MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR.

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.697,75 (onze mil seiscentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos)

DATA: 23/06/14
GISELE BENET PIZONE ZOMER
Secretaria De Saúde Interina

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/14
HOMOLOGAÇÃO: 23/05/14
CONTRATADO: METROMED COM. DE MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR.

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.584,60 (dezesesseis mil quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos)

DATA: 23/06/14
GISELE BENET PIZONE ZOMER
Secretaria De Saúde Interina

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/14
HOMOLOGAÇÃO: 23/05/14
CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR.

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.674,00 (doze mil seiscentos e setenta e quatro reais)

DATA: 23/06/14
GISELE BENET PIZONE ZOMER
Secretaria De Saúde Interina

Pregão Presencial 59

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/14
HOMOLOGAÇÃO: 03/06/14
CONTRATADO: MERCADO DEBIAZI LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE LANCHES
VALOR DA DESPESA: R\$ 111.640,30 (cento e onze mil seiscentos e quarenta reais e trinta centavos)
DATA: 23/06/14
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/14
HOMOLOGAÇÃO: 03/06/14
CONTRATADO: PANIFICIO PANI PER TUTTE LE PERSONE LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE LANCHES
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.443,00 (dois mil quatrocentos e quarenta e três reais)
DATA: 23/06/14
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/14
HOMOLOGAÇÃO: 03/06/14
CONTRATADO: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE LANCHES
VALOR DA DESPESA: R\$ 13.702,12 (treze mil setecentos e dois reais e doze centavos)
DATA: 23/06/14
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 49/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/14
HOMOLOGAÇÃO: 10/06/14
CONTRATADO: VALTER EDUARDO DE AGUIAR

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: CORTE DE PEDRA, E DETONAÇÃO NA ESTRADA GERAL RIO NOVO, E PONTE PRETA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 12.900,00 (doze mil novecentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso I da Lei de Licitações.
DATA: 23/06/14
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans

PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/14
HOMOLOGAÇÃO: 10/06/14
CONTRATADO: FABIO GALVAO ORGANIZACOES DE EVENTOS LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOM, LUZ, PALCO, CAMARIM, PREMIAÇÕES; EQUIPAMENTOS LOCADOS PARA SERVIÇOS DE PALCO COM PROFISSIONAIS INCLUSO, INSTALAÇÃO DE TENDAS, PIRAMIDES (CHAPÉU DE BRUXA), BANDAS; SERVIÇOS DE GRÁFICA EM GERAL, PARA REALIZAR OS EVENTOS DA 14ª FESTA DO AGRICULTOR E MOTORISTA QUE SERÁ NA COMUNIDADE DE BOA VISTA, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE ORLEANS
VALOR DA DESPESA: R\$ 62.900,00 (sessenta e dois mil e novecentos reais)
DATA: 23/06/14
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans.

CONCORRÊNCIA Nº 34/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/14
HOMOLOGAÇÃO: 23/06/14
CONTRATADO: LIBRELATO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA ESTRADA GERAL RIO NOVO NUMA EXTENSÃO DE 2.239,45 METROS, CONFORME PROJETO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.306.508,26 (um milhão trezentos e seis mil quinhentos oito reais e vinte e seis centavos)
DATA: 23/06/14
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/14
HOMOLOGAÇÃO: 23/06/14
CONTRATADO: SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEICULOS AUT. LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO TRUCK TRAÇADO COM BASCULANTE E DE UM TRATOR AGRÍCOLA DE PNEU, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXO AO PRESENTE EDITAL, PARA O MUNICÍPIO DE ORLEANS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 266.000,00 (duzentos e sessenta e seis mil reais)
DATA: 23/06/14
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/14
HOMOLOGAÇÃO: 23/06/14
CONTRATADO: ITUARA LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO TRUCK TRAÇADO COM BASCULANTE E DE UM TRATOR AGRÍCOLA DE PNEU, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXO AO PRESENTE EDITAL, PARA O MUNICÍPIO DE ORLEANS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 127.500,00 (cento e vinte e sete mil e quinhentos reais)
DATA: 23/06/14
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito De Orleans.

Contratos 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 79/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada.: GRANDO PNEUS LTDA ME
Valor : 56.510,00 (cinquenta e seis mil quinhentos e dez reais)
Vigência : Início: 16/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : SERVIÇOS DE RECAPE DE PNEUS
Orleans, 23 de Junho de 2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 77/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada.: MM DISTRIBUIDO DE PRODUTOS VETERINARIOS LTDA
Valor : 45.499,99 (quarenta e cinco mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)
Vigência : Início: 16/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE LAVICIDA BIOLOGICO BTI
Orleans, 23 de Junho de 2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 81/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada.: LIBRELATO IND. E COM. DE BRITAS LTDA.
Valor : 206.750,00 (duzentos e seis mil setecentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 16/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE PO DE BRITA (BASE FINA) E SEIXO PENEIRADO
Orleans, 23 de Junho de 2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 82/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada.: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA
Valor : 31.780,45 (trinta e um mil setecentos e oitenta reais e quarenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 16/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 50/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR

Orleans, 23 de Junho de 2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 76/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada.: LIGA URUSSANGUENSE DE DESPORTOS
Valor : 32.220,00 (trinta e dois mil duzentos e vinte reais)
Vigência : Início: 13/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 49/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM E MESARIO CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO I DO EDITAL.
Orleans, 23 de Junho de 2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 78/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada.: FM PNEUS LTDA
Valor : 13.828,00 (treze mil oitocentos e vinte e oito reais)
Vigência : Início: 16/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : SERVIÇOS DE RECAPE DE PNEUS
Orleans, 23 de Junho de 2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 80/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada.: COMERCIO DE COMBUSTIVEIS JARDIM LTDA.
Valor : 27.140,00 (vinte e sete mil cento e quarenta reais)
Vigência : Início: 16/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 54/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUN
Orleans, 23 de Junho de 2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 83/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada.: SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA
Valor : 15.830,60 (quinze mil oitocentos e trinta reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 16/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 50/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR
Orleans, 23 de Junho de 2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 84/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada.: SUPERMERCADO RH LTDA
Valor : 70.567,54 (setenta mil quinhentos e sessenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 16/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 50/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR
Orleans, 23 de Junho de 2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 87/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: OSMAR FAMBOMEL
Valor : 12.684,00 (doze mil seiscentos e oitenta e quatro reais)
Vigência : Início: 21/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 48/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : LOCAÇÃO DE UM TERRENO PARA RETIDADA DE AREÃO NA COMUNIDADE DA TAIPA.
Orleans, 23 de Junho de 2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 86/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: INES ROSSI
Valor : 6.312,00 (seis mil trezentos e doze reais)
Vigência : Início: 09/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 47/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : LOCAÇÃO DE UM IMOVEL PARA USO DA EXTENSAO DA CRECHE DA PINDOTIBA.
Orleans, 23 de Junho de 2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 91/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA EPP
Valor : 17.812,72 (dezessete mil oitocentos e doze reais e setenta e dois centavos)
Vigência : Início: 29/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE II
Orleans, 23 de Junho de 2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 95/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: LIBRELATO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Valor : 1.306.508,26 (um milhão trezentos e seis mil quinhentos oito reais e vinte e seis centavos)
Vigência : Início: 23/06/2014 Término: 30/12/2014
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 34/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA ESTRADA GERAL RIO NOVO NUMA EXTENSÃO DE 2.239,45 METROS, CONFORME PROJETO.
Orleans, 23 de Junho de 2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
PREFEITO DE ORLEANS

Ouro Verde

PREFEITURA

Extrato 0048-0054

MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0048/2014
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE
CONTRATADO: ELIO DA SILVA
Objeto: Contratação a aquisição de Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.Valor certo e ajustado de R\$:3.079,02 (três mil e setenta e nove reais e dois centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 02 de junho de 2014.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal

MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0049/2014
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE
CONTRATADO: ALAOR BITENCOURT BUENO
Objeto: Contratação a aquisição de Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.Valor certo e ajustado de R\$:15.058,30 (quinze mil e cinquenta e oito reais e trinta centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 02 de junho de 2014.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal

MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0050/2014
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE
CONTRATADO: NEUZA MARIA PASINI
Objeto: Contratação a aquisição de Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.Valor certo e ajustado de R\$:2.726,15 (dois mil setecentos e vinte e seis reais e quinze centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 02 de junho de 2014.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal

MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0051/2014
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE
CONTRATADO: BELONI SALETE DARTORA
Objeto: Contratação a aquisição de Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.Valor certo e ajustado de R\$:2.227,84 (dois mil duzentos e vinte e sete reais e oitenta e quatro centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 02 de junho de 2014.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal

MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0052/2014
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE
CONTRATADO: CLAUDINEI JOÃO DARTORA

Objeto: Contratação a aquisição de Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. Valor certo e ajustado de R\$:964,00 (novecentos e sessenta e quatro reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 02 de junho de 2014.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal

MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0053/2014
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE
CONTRATADO: EMERSON DARTORA

Objeto: Contratação a aquisição de Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. Valor certo e ajustado de R\$:2.724,99 (dois mil setecentos e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 02 de junho de 2014.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal

MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0054/2014
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE
CONTRATADO: ALZIR JOSÉ BIOTTO

Objeto: Contratação a aquisição de Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. Valor certo e ajustado de R\$:913,96 (novecentos e treze reais e noventa e seis centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 02 de junho de 2014.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO D PREÇOS Nº0035/2014 firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa LABORATÓRIO DE PROTESE DENTARIA PAPKE EIRELI - ME. Objeto: Registro de preço para aquisição de próteses dentárias para distribuição gratuita pela Secretaria de Saúde do Município de Ouro Verde - SC, aos Municípios em atendimento aos Programas do Governo Federal, especialmente o da Saúde Bucal. Valor total registrado: R\$:145.900,00. Data da assinatura: 30/05/2014. Prazo de vigência 12 meses.

Ouro Verde, 30 de maio de 2014.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO D PREÇOS Nº0034/2014 firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa MECÂNICA CALEGARI LTDA - ME. Objeto: Contratação de serviços, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria destinada à manutenção de máquinas da frota do Município. Valor total registrado: R\$:395.000,00. Data da assinatura: 29/05/2014. Prazo de vigência 12 meses.

Ouro Verde, 29 de maio de 2014.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO D PREÇOS Nº0034/2014 firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa MECÂNICA INDUSTRIAL OURO VERDE - ME. Contratação de serviços, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria destinada à manutenção de máquinas da frota do Município. Valor total registrado: R\$:165.200,00. Data da Assinatura: 29/05/2014. Prazo de vigência 12 meses.

Ouro Verde, 29 de maio de 2014.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0002/2014
Objeto: Aquisição de chapas de brasilit, goivos e parafusos. Amparo legal lei 8.666/93 e suas alterações. Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007,

Ouro Verde (SC), 23 de junho de 2014.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

Portaria Nº. 1953/2014.

PORTARIA Nº. 1953/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO LARISSA PAPALEO KOELZER, para ocupar o cargo da categoria funcional de Psicóloga, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 21/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/05/2014

a 30/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1954/2014.

PORTARIA Nº. 1954/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO SAMARA MARLENE DANIEL, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 26/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/05/2014

a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente**PORTARIA Nº. 1955/2014.**

PORTARIA Nº. 1955/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO JOEL FERREIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 19/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/05/2014

a 30/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1956/2014.

PORTARIA Nº. 1956/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO JANE CHIQUETTI DA SILVEIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 19/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/05/2014

a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1957/2014.

PORTARIA Nº. 1957/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO CLAUDETE SOARES ALEXANDRE, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Snoopy da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 19/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHAARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/05/2014

a 30/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1958/2014.

PORTARIA Nº. 1958/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO CAROLINE ALINE MARGHOTI, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 19/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/05/2014

a 30/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1959/2014.

PORTARIA Nº. 1959/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO VANESSA DA SILVA MEDEIROS MULLER, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Vida Melhor da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/06/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHAARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/05/2014

a 30/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1960/2014.

PORTARIA Nº. 1960/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO BARBARA DE SOUZA MACHADO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 26/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 15/05/2014
a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1961/2014.

PORTARIA Nº. 1961/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO LELIA FLORISBAL PEREIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Bolinhas de Sabão da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 19/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHAARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 15/05/2014
a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1962/2014.

PORTARIA Nº. 1962/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MARIA REGINA DOS SANTOS BONALDO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Vida Melhor da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 19/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHAARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 15/05/2014
a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1963/2014.

PORTARIA Nº. 1963/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO LUANA MARIA ESMELINA DA SILVEIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Nova Geração da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/06/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHAARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 15/05/2014
a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1964/2014.

PORTARIA Nº. 1964/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO NADJA LIMA RIBEIRO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil,

com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Nova Geração da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/06/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHAARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 15/05/2014
a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1965/2014.

PORTARIA Nº. 1965/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
NOMEAR POR CONCURSO PATRICIA CARLA MACHADO DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Voo Livre da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/06/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHAARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 15/05/2014
a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1966/2014.

PORTARIA Nº. 1966/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
NOMEAR POR CONCURSO ROSILEIDE IZABEL JOSUÉ, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Voo Livre da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/06/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHAARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 15/05/2014
a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1967/2014.

PORTARIA Nº. 1967/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
NOMEAR POR CONCURSO JULIANA PATRICIO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Informática, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Neri Brasileiro Martins da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 19/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHAARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 15/05/2014
a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1968/2014.

PORTARIA Nº. 1968/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO AMANDA DRI LIMA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Psicóloga, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 26/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 15/05/2014
a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1969/2014.

PORTARIA Nº. 1969/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO SIMONE MARTINS JUNQUEIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/06/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 15/05/2014
a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1970/2014.

PORTARIA Nº. 1970/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANDRESIA DA ROSA MARTINS, matrícula nº. 800647, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 21/01/2006 a 21/01/2011, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 15/05/2014 à 15/08/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 15/05/2014
a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1971/2014.

PORTARIA Nº. 1971/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TEREZINHA MARIA DOS SANTOS DA SILVA, matrícula nº. 800679, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 05/04/2007 a 05/04/2012, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 19/05/2014 à 19/07/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 15/05/2014
a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1972/2014.

PORTARIA Nº. 1972/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADEMIR DE OLIVEIRA, matrícula nº. 801022, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/12/2002 a 01/12/2007, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 02/06/2014 à 02/09/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício
SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 15/05/2014
a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1973/2014.

PORTARIA Nº. 1973/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NICE LUCHI, matrícula nº. 800257, titular do cargo de Biblioteconomista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 04/04/2001 a 04/04/2006, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 02/06/2014 à 02/08/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 15/05/2014
a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1974/2014.

PORTARIA Nº. 1974/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE de CRISTINA LOBATO FORTUNATO, matrícula nº. 800638, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 89 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei nº. 127, de 13 de setembro 2012, com efeitos a contar de 31/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 15/05/2014
a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1975/2014.

PORTARIA Nº. 1975/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE de ALESSANDRA MENDES, matrícula nº. 800789, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 89 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei nº. 127, de 13 de setembro 2012, com efeitos a contar de 31/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 15/05/2014
a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1976/2014.

PORTARIA Nº. 1976/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

DESIGNAR EM SUBSTITUIÇÃO a servidora BARBARA DOS SANTOS SAKR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, face ao impedimento da titular CIBELE DE OLIVEIRA FRANÇA, a contar de 01/05/2014, na Junta Médica Oficial.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 15/05/2014
a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1977/2014.

PORTARIA Nº. 1977/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 1068 10 de março de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora CAROLINE GABRIELA BATISTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 07/02/2014 a 19/12/2014, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 09/05/2014
a 24/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1978/2014.

PORTARIA Nº. 1978/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ANA PAULA GOMES GONÇALVES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 26/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 15/05/2014
a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1979/2014.

PORTARIA Nº. 1979/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MANOELLA MEDEIROS DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Psicóloga, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 26/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL

Em 15/05/2014
a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1980/2014.

PORTARIA Nº. 1980/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) LOURDES MINOZZO FURTADO, matrícula nº. 800666, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a 16/04/2014:

Averbar tempo que trabalhou pelo IPREV, totalizando 03 (três) anos e 15 (dias) dia.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 15/05/2014
a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1981/2014.

PORTARIA Nº. 1981/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora EDIRLANDA MARIA DA ROSA, matrícula nº. 800836, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 189 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 1136/2014, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 01/04/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 15/05/2014
a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1982/2014.

PORTARIA Nº. 1982/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Faculdade Municipal de Palhoça a servidora EDIVANE LUCIA VERARDI DUTRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, a contar de 14/04/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 15/05/2014
a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1983/2014.

PORTARIA Nº. 1983/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO TAINA BARON LUDVIG, para ocupar o cargo da categoria funcional de Psicóloga, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 26/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 15/05/2014
a 30/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1984/2014.

PORTARIA Nº. 1984/2014.
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de maio de 2014.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
800903	Glauca Ferreira da Rosa	R\$ 250,00
402050	Luciano da Silva	R\$ 250,00

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1985/2014.

PORTARIA Nº. 1985/2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na EB Guilherme W. Filho a servidora LUCIMAR PRIM CORREA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 19/05/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1986/2014.

PORTARIA Nº. 1986/2014.
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DELEGAR para Responder pelo Setor de Vigilância Socioassistencial da Secretaria de Assistência Social o servidor RAFAEL ARNS STOBBE, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1987/2014.

PORTARIA Nº. 1987/2014.
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1552 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ANA CAROLINA XAVIER, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 07/04/2014 a 01/05/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1988/2014.

PORTARIA Nº. 1988/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DELEGAR para Responder pelo Setor de Emprego e Renda da Secretaria de Assistência Social o servidor ANTONIO NUNES DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1989/2014.

PORTARIA Nº. 1989/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DELEGAR para Responder pelo Centro de Referência Especializado da Secretaria de Assistência Social - CREAS a servidora PRISCILA CARDOSO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1990/2014.

PORTARIA Nº. 1990/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DELEGAR para Responder pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI a servidora HELAINE CRISTINA DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1991/2014.

PORTARIA Nº. 1991/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, EDIANE DA SILVA, titular do cargo de Supervisora Escolar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 22/05/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/06/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1992/2014.

PORTARIA Nº. 1992/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1548 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MARIA DO LIVRAMENTO DOS SANTOS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 29/03/2014 a 12/06/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/05/2014

a 06/06/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1993/2014.

PORTARIA Nº. 1993/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1888 de 09 de maio de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ROSE APARECIDA FARIAS RIBEIRO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 23/05/2014 a 19/06/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/05/2014

a 06/06/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1994/2014.

PORTARIA Nº. 1994/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, BRUNO JOÃO NICOLEIT, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/06/2014

a 06/06/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1995/2014.

PORTARIA Nº. 1995/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1877 de 09 de maio de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora QUEILA BERNARDO MARTINS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 22/05/2014 a 21/08/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/05/2014

a 06/06/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1996/2014.

PORTARIA Nº. 1996/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARLENE DUTRA CARDOSO, matrícula nº. 800889, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 31/03/2008 a 31/03/2013, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 21/05/2014 à 21/07/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1997/2014.

PORTARIA Nº. 1997/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DEYSE SONIA LUZ, matrícula nº. 800592, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 09/06/2009 a 09/06/2014, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 21/05/2014 à 21/08/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1998/2014.

PORTARIA Nº. 1998/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IRENE MICHAELS KOVALENKO, matrícula nº. 800343, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 04/05/2008 a 04/05/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 13/06/2014 à 13/07/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1999/2014.

PORTARIA Nº. 1999/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO VIVIAN CRISTINA PORTO PIERRI, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 26/05/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 1616/2014.

ATO Nº. 471/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR EDUARDO FRECCIA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral, Nível DAS I, Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento e Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 02/05/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 02/05/2014
a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 471/2014.

ATO Nº. 471/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR EDUARDO FRECCIA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral, Nível DAS I, Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento e Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 02/05/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 02/05/2014
a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 472/2014.

ATO Nº. 472/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR DAIANA VALDEMIRA DA SILVEIRA, para ocupar o cargo

de Provimento em Comissão de Diretor Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e decreto nº 1.641, de 06 de maio de 2014, com efeitos a contar de 02/05/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 02/05/2014
a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 473/2014.

ATO Nº. 473/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR LUIZ PAULO MENDONÇA DA COSTA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e decreto nº 1.641, de 06 de maio de 2014, com efeitos a contar de 02/05/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 02/05/2014
a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 474/2014.

ATO Nº. 474/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR RODOLPHO PAGANI MARTINS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral de Engenharia e Arquitetura, Nível DAS I, Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento e Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.641, de 06 de maio de 2014, com efeitos a contar de 02/05/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 02/05/2014
a 17/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 475/2014.

ATO Nº. 475/2014.
NILSON JOÃO ESPÍNDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
DESIGNAR ROSI MERI DA SILVA, para responde pelo cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Assistência Social, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, a contar de 07/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em Exercício

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 09/05/2014
a 24/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 476/2014.

ATO Nº. 476/2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR JEFERSON MARTINS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 08/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em Exercício

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 09/05/2014
a 24/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 477/2014.

ATO Nº. 477/2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR ESTEFANO HUGO BROERING NETO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.641, de 06 de maio de 2014, com efeitos a contar de 13/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em Exercício

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 09/05/2014
a 24/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 478/2014.

ATO Nº. 478/2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO JUSSARA ANTUNES DE OLIVEIRA GHIZONI, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS-IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 12/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em Exercício

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 09/05/2014
a 24/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 479/2014.

ATO Nº. 479/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JUSSARA ANTUNES DE OLIVEIRA GHIZONI, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.641, de 06 de maio de 2014, com efeitos a contar de 13/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014

a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

ATO Nº. 480/2014.

ATO Nº. 480/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR LAURINDO JOSE DE SOUZA, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral, Nível DAS I, Quadro de Pessoal da Secretaria de Turismo, Esportes e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014

a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

ATO Nº. 481/2014.

ATO Nº. 481/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LUIZ CARLOS MARTINS, do cargo de

Provimento em Comissão de Gerente, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014

a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

ATO Nº. 482/2014.

ATO Nº. 482/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ANTONIO NUNES DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 02/05/2014.

Palhoça, SC, em 07 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em Exercício

SINEIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 07/05/2014

a 22/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

ATO Nº. 483/2014.

ATO Nº. 483/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR LUIZ CARLOS MARTINS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 02/05/2014.

Palhoça, SC, em 07 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em Exercício

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 07/05/2014
a 22/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 484/2014.

ATO Nº. 484/2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO FERNANDA COLLAÇO DELLA BARBA WESTPHAL, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 09/05/2014
a 24/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 485/2014.

ATO Nº. 485/2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO ARIANA JULIA MAFRA, do cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível DAS-CT-5, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 19/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 09/05/2014
a 24/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 486/2014.

ATO Nº. 486/2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR FERNANDA COLLAÇO DELLA BARBA WESTPHAL, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 02/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 09/05/2014
a 24/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 487/2014.

ATO Nº. 487/2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR LUZAIR LAURO MARTINS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.641, de 06 de maio de 2014, com efeitos a contar de 15/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPINDOLA
Prefeito Municipal em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 09/05/2014
a 24/05/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 488/2014.

ATO Nº. 488/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LUCAS GRACIKI DA SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em Exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/05/2014

a 30/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

ATO Nº. 489/2014.

ATO Nº. 489/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MAICON DOMINGOS DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.641, de 06 de maio de 2014, com efeitos a contar de 15/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014

a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

ATO Nº. 490/2014.

ATO Nº. 490/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR PRISCILA CARDOSO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 19/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014

a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

ATO Nº. 491/2014.

ATO Nº. 491/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR RUHAN SCHMITT DE SOUZA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.641, de 06 de maio de 2014, com efeitos a contar de 07/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014

a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

ATO Nº. 492/2014.

ATO Nº. 492/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR BRUNO SCHAEFER BEDUSCHI, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.641, de 06 de maio de 2014, com efeitos a contar de 02/05/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

ROSINEI DE SOUZA INÁCIO

Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014

a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

ATO Nº. 493/2014.

ATO Nº. 493/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JEAN JOACI MARTINS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Nível DAS II, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.641, de 06 de maio de 2014, com efeitos a contar de 11/04/2014.

Palhoça, SC, em 09 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 09/05/2014

a 24/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

ATO Nº. 494/2014.

ATO Nº. 494/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MARGARETE HEFLE, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 02/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/05/2014

a 30/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

ATO Nº. 495/2014.

ATO Nº. 495/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JANAINA MARTINS ADÃO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 02/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em Exercício

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/05/2014

a 30/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

ATO Nº. 496/2014.

ATO Nº. 496/2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ELIANE CLECI MARTINS, do cargo de Provisamento em Comissão de Assessor, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/05/2014.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2014.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em Exercício

SINEIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 15/05/2014

a 30/05/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

ATO Nº. 497/2014.

ATO Nº. 497/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RENOMEAR SINEIA DOS SANTOS ROSA, para ocupar o cargo de Provisamento em Comissão de Diretor Geral de Gestão de Pessoas Nível DAS I, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e decreto nº 1.641, de 06 de maio de 2014, com efeitos a contar de 06/05/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

SINEIA DOS SANTOS ROSA

Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/05/2014

a 06/06/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

ATO Nº. 498/2014.

ATO Nº. 498/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RENOMEAR CRISTINA SCHWINDEN, para ocupar o cargo de

Provisamento em Comissão de Secretário Adjunto de Administração Nível DAS I, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e decreto nº 1.644, de 08 de maio de 2014, com efeitos a contar de 08/05/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

SINEIA DOS SANTOS ROSA

Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/05/2014

a 06/06/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

ATO Nº. 499/2014.

ATO Nº. 499/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RENOMEAR EDUARDO FRECCIA, para ocupar o cargo de Provisamento em Comissão de Secretário Adjunto de Planejamento e Infraestrutura Nível DAS I, Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento e Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e decreto nº 1.644, de 08 de maio de 2014, com efeitos a contar de 08/05/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

SINEIA DOS SANTOS ROSA

Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 22/05/2014

a 06/06/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

ATO Nº. 500/2014.

ATO Nº. 500/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RENOMEAR LORE ROEDEL WESTPHAL, para ocupar o cargo de Provisamento em Comissão de Secretário Adjunto de Educação Nível DAS I, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e decreto nº 1.644, de 08 de maio de 2014, com efeitos a contar de 08/05/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 501/2014.

ATO Nº. 501/2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
RENOMEAR ROSI MERI DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto de Assistência Social Nível DAS I, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e decreto nº 1.644, de 08 de maio de 2014, com efeitos a contar de 08/05/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 502/2014.

ATO Nº. 502/2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
NOMEAR MARISTELA APARECIDA DA SILVA TRUPPEL, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.641, de 06 de maio de 2014, com efeitos a contar de 08/04/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 503/2014.

ATO Nº. 503/2014.
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO BRUNA LUIZA MEDEIROS LIVRAMENTO MACHADO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal da Secretaria Regional do Sul da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 504/2014.

ATO Nº. 504/2014.
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO WINICIUS WAGNER DE MATOS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 505/2014.

ATO Nº. 505/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MARIANA BORGES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.641, de 06 de maio de 2014, com efeitos a contar de 23/05/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 506/2014.

ATO Nº. 506/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TRANSPOR WALMOR WAGNER NETO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 01/06/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

EDITAL PREGÃO 132-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 07 de julho de 2014 às 14:00 hs na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 132/2014, que tem por objeto a aquisição de água mineral sem gás em bombonas de 20 litros para atender todas as secretarias do prédio da Prefeitura Municipal, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 23 de junho de 2014.
A PREGOEIRA.

Resumo de Julgamento TP 77/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESUMO DE JULGAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº77/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2014, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa para pavimentação à lajota sextavada do pátio da nova Unidade de Pronto Atendimento, situada no Bairro Bela Vista, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, conforme especificado no Edital e seus anexos.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

VINICIUS GOEDERT ME venceu o item totalizando a importância de R\$ 209.265,49 (duzentos e nove mil, duzentos e sessenta e cinco reais e quarenta e nove centavos).

Palhoça, 23 de junho de 2014.
JÚLIO CÉSAR DA CRUZ
Comissão Permanente de Licitações

Ato Nº. 507/2014.

ATO Nº. 507/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TRANSPOR GENEZIO SCHMITZ, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Pesca e Agricultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 01/06/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 508/2014.

ATO Nº. 508/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TRANSPOR MARIA APARECIDA FRANCISCO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria Regional do Sul da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 01/06/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 509/2014.

ATO Nº. 509/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TRANSPOR LOURIVAL ROSEMIR DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria Regional do Sul da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 01/06/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 510/2014.

ATO Nº. 510/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TRANSPOR JANE COSER, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça - FMP da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 146, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 01/06/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 511/2014.

ATO Nº. 511/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TRANSPOR DAURI BORGES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 146, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 01/06/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 512/2014.

ATO Nº. 512/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR CRISTIANE DA SILVA DE SOUZA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.641, de 06 de maio de 2014, com efeitos a contar de 01/06/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 513/2014.

ATO Nº. 513/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

TRANSPOR TULIO NAHAS CLAUMANN, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 01/06/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA INÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 514/2014.

ATO Nº. 514/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

TRANSPOR GREICE DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 01/06/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 515/2014.

ATO Nº. 515/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TRANSPOR ARYANI OLIVEIRA VELHO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 01/06/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 516/2014.

ATO Nº. 516/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MAISA CRISTINA PIERRI, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral do Controle Interno Nível DAS-I, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/05/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 517/2014.

ATO Nº. 517/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CIBELI BRANGER, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral Nível DAS-I, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 518/2014.

ATO Nº. 518/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR CIBELI BRANGER, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral do Controle Interno Nível DAS I, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, com efeitos a contar de 02/06/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

ATO Nº. 519/2014.

ATO Nº. 519/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO PRISCILA KOCK, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2014.

Palhoça, SC, em 22 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SINEIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO MURAL
Em 22/05/2014
a 06/06/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

CÂMARA MUNICIPAL**Vencedor do Pregão Presencial 008/2014**

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC
PUBLICAÇÃO PREGÃO 008/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC - Comunica que o VENCEDOR do PREGÃO Nº 008/14 MENOR PREÇO POR LOTE, foi a Empresa BR LIVE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, no LOTE III, para contratação de empresa especializada para serviço de serviço de Internet banda larga, conforme descrição constante do ANEXO I do edital. Abertura em 23 de maio de 2014, às 09h00min horas, na Câmara Municipal de Palhoça, sito a Rua Joci José Martins, nº101, Loteamento Pagani, Passa Vinte. Quaisquer informação no endereço acima, site oficial www.cmp.sc.gov.br ou pelo telefone (48)3242-1501.

Palhoça/SC, 23 de junho de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente Câmara Municipal de Palhoça

Republicação do Pregão Nº10/2014 - Contratação de Empresa Especializada Para Fornecimento de Licença E Locação de Sistemas de Gestão Pública.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2014
EDITAL PP Nº 010/2014

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO: EXECUÇÃO INDIRETA - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC, representado neste ato por seu Presidente, Sr. Nirdo Artur Luz, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL e forma de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 2.879/2006 e alterações, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Os documentos para o credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no Setor de Compras e Licitações da Câmara Municipal, na Rua: Joci José Martins, 101, Residencial Pagani, Palhoça/SC, até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia 27 de junho de 2014, às 09:00 horas, e será conduzida pela Pregoeira ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 169/2014, de 18/03/2014.

1. DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença e locação de sistemas de Gestão Pública, com acesso simultâneo para usuários da

Administração Municipal, que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, descritos no Anexo I deste Edital.

1.2 Os sistemas deverão possibilitar o compartilhamento do processamento de dados por todo o parque computacional da Câmara, mediante implantação de executável em cada estação cliente, que realizará seu próprio processamento, desonerando-se os servidores desta entidade e links de internet, incapazes atualmente de gerir todo o processamento de modo centralizado e rápido.

1.3 Os aplicativos deverão atender às exigências do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

1.4. Poderão participar da licitação empresas que apenas sublicenciem/revendam softwares de terceiros, caso em que estarão desde logo cientes da obrigação contratual de manter os softwares licitados em acordo com as exigências de ordem legal federal e estadual.

1.5. Os sistemas deverão permitir vários acessos simultâneos às mesmas rotinas, ou ainda rotinas diferentes por usuários diferentes ao mesmo tempo.

1.6. Oferecer total segurança contra a violação dos dados ou acessos indevidos às informações:

- controlar o acesso ao sistema através de uso de hierarquia de senhas;
- inviabilizar o acesso ao banco de dados com ferramentas de terceiro;
- não permitir a alteração de dados por outro meio que não seja o sistema ou suas ferramentas.

1.7. Possuir controle de permissões de acesso de cada usuário dentro de cada sistema:

- As autorizações ou desautorizações, por usuário ou tarefa, deverão ser dinâmicas e ter efeito a partir do login do usuário;
- O sistema não deverá exigir a reconfiguração das permissões a cada exercício inaugurado.

1.8. Possuir consulta rápida aos dados cadastrais do sistema generalizada através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do sistema, dispensando-se a funcionalidade nos casos em que o sistema seja executado através de um browser, não desenvolvido pela proponente.

1.9. Os relatórios apresentados deverão estar no formato gráfico, para serem impressos em impressoras laser ou à jato de tinta, possibilitando:

- Permitir a visualização dos relatórios em tela;
- Permitir o "zoom" dos relatórios emitidos em tela;
- Permitir adicionar informações adicionais no cabeçalho e rodapé do relatório, demonstrando, no mínimo:
 - usuário;
 - data/hora de emissão;
 - comentário adicional;
 - seleção utilizada para a emissão.
- Salvar os relatórios em arquivos para posterior impressão;
- Salvar os relatórios em arquivo PDF com a possibilidade de assinar digitalmente;
- Salvar os dados dos relatórios em formato texto, csv, html, ou xls, para utilização em planilha;
- Permitir selecionar no momento da impressão do relatório qualquer impressora disponível no Windows, possibilitando, no mínimo:
 - escolher tamanho de papel;
 - configurar margens;
 - selecionar intervalos de páginas;
 - indicar o número de cópias a serem impressas;

- e demais opções disponíveis na impressora.

1.10. As atualizações deverão estar disponíveis na internet ou serem remetidas em mídia digital, devendo ser automaticamente atualizado nos casos em que o aplicativo fique hospedado em datacenter sob responsabilidade da proponente.

1.11. Os sistemas/módulos deverão permitir a sua total operabilidade com ou sem uso do mouse (ex: habilitação das teclas "enter" e "tab"), dispensando-se a funcionalidade nos casos em que o sistema seja executado através de um browser não desenvolvido pela proponente.

1.12. Os sistemas/módulos deverão permitir abrir mais de uma opção do menu principal, simultaneamente, sem a necessidade de se fazer novo acesso ao sistema. Por exemplo, manter aberto ao mesmo tempo cadastros e relatórios distintos.

1.13. Os sistemas/módulos deverão possuir help 'online', sensitivo ao contexto, sobre o modo de operação de cada uma das tarefas. Esta documentação deverá conter tópicos remissivos para detalhamento de um determinado assunto. A consulta deverá ser feita por capítulos ou por palavras-chaves que remetem a um determinado trecho da documentação.

1.14. Os relatórios de operações realizadas pelos usuários deverão conter as seguintes informações:

- Usuário;
- Data/hora de entrada e saída da operação;
- Descrição da operação (cadastro, processo, relatório).

1.15. Deverá operar por transações (ou formulários 'online') que especialmente executam ou registram as atividades administrativas básicas. Os dados recolhidos em uma transação deverão ficar imediatamente disponíveis no banco de dados, e deverão ser imediatamente validados.

1.16. O sistema operacional para o servidor de banco de dados deverá ser do tipo multiplataforma (windows/linux) e nas estações clientes devem se enquadrar: estação windows 95/98 ou superior.

1.17. Deverão permitir o cadastro e o processamento de relatórios em lotes de um ou mais relatórios que terão como saída a impressora ou um arquivo no formato PDF. Deverá ter a característica de agrupar os relatórios em um único arquivo e numerar as páginas dos relatórios de forma que fique contínua.

1.18. Deverá permitir a personalização do menu do sistema pelo usuário, possibilitando:

- Alterar as descrições e teclas de acessibilidade;
- Adicionar/alterar a teclas de atalho;
- Inserir ícones na barra de ferramentas do sistema;
- Inserir menus de acesso rápido para relatórios do sistema ou específicos do usuário;
- Copiar o menu de outros usuários.

1.19. Possuir o acesso rápido aos cadastros do sistema, de acordo com o campo que está selecionado, através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do sistema, dispensando-se a funcionalidade nos casos em que o sistema seja acessado através de um navegador de internet.

1.20. Possuir o acesso rápido aos relatórios do sistema, de acordo com o cadastro que está aberto, através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do sistema, dispensando-se a funcionalidade nos casos em que o sistema seja acessado através de um navegador de internet.

1.21. Permitir adicionar critérios personalizáveis para cadastros.

As regras do cadastro poderão ser definidas pelo usuário e ser configuradas para as operações de:

- Inserção;
- Alteração;
- Exclusão.

1.22. Possuir auditoria automática nas tabelas de todos os sistemas:

- Registrar todas as operações de inclusão, exclusão e alteração efetuadas;
- Registrar a data, hora e usuário responsável pela alteração;
- Registrar as informações anteriores para possibilitar a consulta dos dados historicamente, antes da alteração efetuada;
- Dispor de ferramentas de consulta onde seja possível criar consultas através da escolha de campos e tabelas de forma visual, com a geração automática do script de consulta SQL;
- Possibilitar a criação de consulta aos dados das tabelas de auditoria em linguagem SQL com o uso de todos os comandos compatíveis com ela e com o banco de dados.

1.23. Emitir relatório ou gráfico referente aos acessos ao sistema, demonstrando os usuários que efetuaram login, data e hora de entrada e saída;

1.24. Emitir relatório ou gráfico comparativo entre a quantidade de entradas (login) e saídas (logout) no sistema, demonstrando a estabilidade deste.

1.25. Permitir gerenciar os usuários conectados ao banco de dados, possibilitando:

- Identificar as máquinas conectadas;
- Aplicativos;
- Data/hora da última requisição;
- Desconectar usuários;
- Enviar mensagens para os usuários.

1.26. Permitir reconstrução do banco de dados, possibilitando minimizar o tamanho do banco de dados, em função das transações que já foram excluídas e continuam ocupando espaço.

1.27. Permitir realizar backup do banco de dados, com as seguintes funcionalidades nas hipóteses em que o banco de dados fique armazenado em servidor sob responsabilidade do órgão licitante:

- Permitir configurar a periodicidade e os usuários que receberão avisos sobre a necessidade de backup do banco de dados;
- Permitir configurar os usuários que poderão executar o backup do banco de dados;
- Permitir agendamento do backup;
- Permitir efetuar a compactação e descompactação do backup realizado para fins de armazenamento, inclusive quando disparado pelo agendamento;
- Permitir efetuar o backup da base de dados enquanto os usuários estão trabalhando nos sistemas;
- Possibilitar o backup incremental (somente das alterações executadas);
- Possuir relatório de backups efetuados;

1.28. Permitir realizar validação do banco de dados, com as seguintes funcionalidades:

- Verificação de índices e tabelas corrompidas;
- Permitir configurar a periodicidade e os usuários que receberão avisos sobre a necessidade de validação do banco de dados;
- Permitir configurar usuários que poderão executar validação do banco de dados;
- Possuir relatórios de validações efetuadas;

1.29. Permitir realizar atualização do sistema e do banco de dados de forma padronizada através de setups de instalação com instruções passo a passo, possibilitando:

- configurar a atualização automatizada dos sistemas (auto-atualização), através da rede local, possibilitando definir vários repositórios de acesso;
- configurar os usuários que poderão executar a atualização do banco de dados;
- garantir que a atualização de banco seja executada sem nenhum usuário conectado ao sistema e não permitir que durante a atualização os usuários acessem o sistema;
- garantir que caso algum erro ocorra durante a atualização, o sistema não possa mais ser acessado até que seja solucionado;
- possuir relatórios de atualizações efetuadas.

1.30. Permitir consolidar em uma consulta informações de diversas bases de dados dos sistemas.

1.31. Permitir enviar as informações previamente processadas por e-mail, que podem ser no formato TXT ou HTML.

1.32. Permitir criar consultas com a finalidade de "Alerta", consultas que só irão disparar um determinado e-mail se tal situação ocorrer. Por exemplo: criar uma consulta para o sistema da contabilidade onde será enviado um e-mail caso o limite de gastos com o pessoal seja ultrapassado.

1.33. Permitir que o usuário crie diversas consultas e agrupe todas em uma única lista de execução do próprio aplicativo, possibilitando ainda que a execução de um script seja agendada através do agendador de tarefas do Windows.

1.34. Os sistemas deverão possibilitar a assinatura de textos utilizando um certificado digital.

1.35. Os sistemas deverão garantir a integridade relacional dos dados.

1.36. Os sistemas deverão permitir gerar os arquivos em formato PDF.

1.37. Os sistemas deverão permitir o envio de informações por SMS.

1.38. Os demais elementos técnicos em que se apoiarão a contratação, incluindo os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade exigidos, estão dispostos no Anexo I do Edital, facultando-se ao proponente interessado a formulação de esclarecimentos e de visita aos locais de prestação dos serviços visando outros esclarecimentos que reputar pertinentes.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições de credenciamento e demais exigências constantes deste Edital;

2.2. Não poderá participar empresa concordatária ou que estiver sob regime de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

2.3. Será vedada a participação de empresas declaradas inidôneas por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Câmara Municipal de Palhoça ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93).

2.4. A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso, ressalvado às proponentes o direito de impugnar o texto editalício e usar dos recursos cabíveis, na forma da lei.

2.5. Da participação das microempresas e empresas de pequeno porte:

2.5.1 As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem participar deste certame usufruindo dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

2.5.2 A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

a. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

b. Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme o modelo do Anexo III, do presente Edital.

2.5.3 Os documentos para fins de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte deverão ser apresentados fora dos envelopes, no ato de credenciamento das empresas participantes.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Fica a critério do licitante se fazer representar ou não na sessão.

3.2. A empresa participante deste processo licitatório que enviar representante legal deverá, até o horário indicado no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, apresentando os seguintes documentos, em cópia autenticada ou cópia e respectivo original (em mãos) para autenticação:

a) Caso o representante seja sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente deverá apresentar:

Cópia do ato constitutivo ou do contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

Cópia da cédula de identidade;

Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

b) Caso o representante seja preposto da empresa proponente, deverá apresentar:

Instrumento procuratório ou Carta de Credenciamento de acordo com o Anexo IV deste Edital;

Cópia da cédula de identidade;

Cópia do ato constitutivo ou contrato social;

Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

c) Caso a empresa tenha o Certificado de Registro Cadastral - CRC da Prefeitura Municipal e desde que o mesmo esteja dentro do prazo de validade:

Cópia do Certificado de Registro Cadastral - CRC;

Instrumento procuratório ou Carta de Credenciamento, de acordo com o Anexo IV deste Edital, caso o representante seja preposto da empresa;

Cópia da cédula de identidade, do representante da empresa;

Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

3.3. O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a inabilitação, nem a desclassificação do Licitante. A empresa que não se fizer representar participará do certame apenas com a sua proposta escrita.

3.4. A empresa que não se fizer representar fica automaticamente impedida de participar da fase de competição com lances verbais, da negociação de preços e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência do direito

de interpor recurso.

3.5. Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante.

3.6. Os documentos de credenciamento, os quais farão parte do presente processo de licitação, deverão ser entregues separadamente dos envelopes da Proposta e da Documentação.

3.7. Far-se-á o credenciamento até o horário estipulado para o início da sessão de processamento do pregão.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverá ser apresentada de acordo com modelo estabelecido no Anexo V, fora dos envelopes nº 01 e 02.

4.2. Caso o referido documento não seja apresentado na forma estabelecida acima, o Pregoeiro poderá suprir tal formalidade através de declaração a ser firmada pelo representante legal do participante durante a sessão, desde que o mesmo tenha poderes para firmá-la.

4.3. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes lacrados e rubricados, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº ____/2014 - EDITAL PP Nº ____/2014
EMPRESA PROPONENTE:

ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº ____/2014 - EDITAL PP Nº ____/2014
EMPRESA PROPONENTE:

5. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 01 "DA PROPOSTA"

5.1. O Envelope nº 01 "Da Proposta" deverá conter os seguintes elementos:

5.1.1. Carta proposta, na forma impressa, de acordo com o modelo do Anexo II, contendo:

5.1.1.1. Razão social da empresa, CNPJ, endereço e telefone;

5.1.1.2. Preço unitário e total do item cotado e valor global da proposta, em moeda corrente nacional, incluso de taxas, fretes, impostos e descontos, conforme o caso, não sendo admitidos quaisquer outros adicionais ou supressões, após a abertura dos envelopes. Os preços unitários poderão ser cotados com até 02 (dois) dígitos após a vírgula;

5.1.1.3. Especificações pertinentes ao objeto desta licitação;

5.1.1.4. Local e data;

5.1.1.5. Assinatura do representante legal da proponente.

5.2. Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas no Anexo II deste Edital.

5.3. Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total cotados, será considerado, para fins de julgamento das propostas, o primeiro.

5.4. Para a proposta apresentada será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, independentemente de declaração expressa.

5.5. A empresa vencedora fica submetida aos prazos especificados no presente Edital, independentemente de declaração expressa.

5.6. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

5.7. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexecutable, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.

5.8. O Pregoeiro considerará como formais erros e outros aspectos que não impliquem em nulidade do procedimento.

5.9. Com fundamento no inciso I do art. 48 da Lei nº 8.666/93, consolidada, serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital.

5.10. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

5.11. Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, poderão ser considerados pelo Pregoeiro, como meramente formais, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

5.12. O Orçamento Estimado dos Itens da Licitação está transcrito no Anexo II do Edital, sendo desclassificadas as propostas que fixarem valores unitários superiores aos indicados, bem como as propostas cujo valor global seja superior a R\$ 47.120,00 (quarenta e sete mil cento e vinte reais).

6. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 02 "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

Para a habilitação no presente processo os interessados deverão apresentar no Envelope 02 - Documentos de Habilitação, os documentos a seguir relacionados:

Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, consolidado ou original acompanhado das alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.1.1.1. A empresa que apresentar, conforme o subitem 3.2 deste edital, o Ato Constitutivo/Contrato Social no ato de credenciamento do seu representante para participação da presente Licitação, fica dispensada de apresentá-lo dentro do envelope da habilitação. Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ/MF, expedido no máximo há sessenta dias contados da data limite para entrega dos envelopes; Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, bem como para com a Fazenda Estadual e Municipal;

Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

Certificado de Regularidade perante o FGTS - CRF;

Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

No caso de comarca com mais de um Cartório Distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores; Declaração expressa pela proponente atestando que a mesma goza de boa situação financeira, dispondo dos índices de liquidez geral - ILG, de solvência geral - ISG e de liquidez corrente - ILC, iguais ou superiores a 1,0, conforme Balanço Patrimonial do último exercício financeiro, exigível a apresentado na forma da lei. Na referida declaração deverá constar a assinatura do administrador e do contador da empresa com a devida identificação.

Apresentação de Atestado de fiel cumprimento, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente implantou e que mantém em funcionamento sistemas similares aos solicitados no presente edital.

6.1.9. Atestado fornecido pelo órgão licitante, de que a empresa licitante recebeu este edital, tomando conhecimento de todas as informações e das condições locais onde serão executados os serviços para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, inclusive acerca da compatibilidade da solução proposta com os demais softwares de gestão tributária atualmente em uso no órgão licitante (Anexo VII). A visita poderá ser agendada pelo telefone

(48) 3242-1501, com o Sr. Denis Matos, em dias e horários considerados úteis, devendo ser agendada até às 13h00min do dia útil anterior ao da apresentação das propostas.

6.1.10. Declaração expressa da empresa licitante, sob as penas cabíveis, que não existem quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados.

6.1.11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

6.1.12. Declaração de inexistência em seu quadro de pessoal, de menores, na forma do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal

6.1.13. Declaração da proponente, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, de que a solução a ser proposta atende integralmente às exigências técnicas do edital.

6.2. Os documentos descritos nos subitens 6.1.1 ao 6.1.7 acima, poderão ser substituídos, em todo ou em parte, pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral atualizado, emitido pela Câmara Municipal, observadas as datas de validade da documentação nele relacionada. Caso ocorra o vencimento de qualquer um dos documentos, este deverá ser apresentado atualizado junto com o Certificado.

6.3. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, fotocópia autenticada em Cartório, ou ainda, fotocópia acompanhada do original, que poderá ser conferida e autenticada por servidor municipal.

6.3.1. As empresas que quiserem autenticar documentos junto a Câmara de Palhoça deverão apresentá-los acompanhados dos originais, preferencialmente, até três dias corridos antes do prazo de entrega da documentação e proposta, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 18:00 horas, junto ao Setor de Compras e Licitação da Câmara Municipal, na Rua: Joci José Martins, 101, Residencial Pagani, Palhoça/SC.

6.4. A Equipe de Apoio do Pregão poderá proceder à consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET.

6.5. Não serão considerados os documentos apresentados por telex, telegrama, fax ou e-mail.

6.6. No caso de apresentação de certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.

6.7. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando-se o disposto no subitem 7.18.7 e seguintes do presente Edital.

7. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

7.1. O credenciamento dos interessados em participar do certame, assim como, o recebimento da proposta de preços e dos documentos de habilitação ocorrerá até o horário marcado para início da sessão de processamento do pregão e no local indicados no preâmbulo deste Edital.

7.1.1. Ultrapassado o prazo previsto acima estará encerrado o credenciamento, bem como o recebimento dos envelopes e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

7.2. Após o credenciamento, será aberta a sessão de processamento do pregão, momento em que os licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo V do Edital.

7.3. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

7.3.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem quaisquer das exigências deste Edital ou que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, bem como aquelas que consignarem preços simbólicos, irrisórios, de valor zero, manifestamente inexequíveis ou financeiramente incompatíveis com o objeto da licitação, e ainda, àquelas que consignarem vantagens não previstas ou baseadas em oferta das demais licitantes.

7.3.2. Não será motivo de desclassificação, simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração.

7.4. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a. Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

b. Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empata-das, independentemente do número de licitantes.

7.5. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.5.1. O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empata-dos, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.6. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

7.7. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

7.8. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado, observando-se, quando aplicável, a Lei Complementar nº 123/2006.

7.9. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

7.10. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do preço oferecido, decidindo motivadamente a respeito.

7.10.1. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

7.11. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

7.11.1. Quando houver mais de um item a ser licitado, o envelope dos documentos de habilitação será aberto após o final da etapa de lances de todos os itens.

7.12. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

7.13. Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

7.14. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos.

7.15. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro,

pela Equipe de Apoio e por todos os Licitantes presentes.

7.16. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes.

7.17. Para o bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

7.18. Da preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte

7.18.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

7.18.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

7.18.3. No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:

a. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b. Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da alínea "a" do subitem 7.18.3, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.18.2 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.18.2 deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que, primeiro, poderá apresentar melhor oferta.

7.18.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea "a" do subitem 7.18.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.18.5. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.18.6. O disposto no subitem 7.18.3 e suas alíneas somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Nesse caso o desempate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado mediante sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

7.18.7. A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.18.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, à mesma, o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

7.18.7.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.18.7.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.18.8. A empresa que não comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no ato de credenciamento de

acordo com o disposto no subitem 2.7, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

7.19. O Senhor Pregoeiro, a qualquer tempo e a seu critério, deverá efetuar diligências, solicitando das proponentes, esclarecimentos e/ou informações complementares, apresentação de portfólios, prospectos, amostras, etc., dos serviços cotado(s) para melhor avaliação ou teste, antes da definição do julgamento final deste certame, dessa forma após credenciamento e lances, a empresa que ficou classificada terá 3(três) dias para apresentar os serviços cotados, que será analisado pelo setor de TI, se o serviço não estiver de acordo com o solicitado no Edital a empresa será desclassificada e será chamada a 2ª colocada, assim sucessivamente.

8. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1. No final da sessão, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.2. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.3. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

8.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.

8.5. A adjudicação será feita pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

8.5.1. A adjudicação do objeto à proponente vencedora ficará vinculada à demonstração e comprovação de que os sistemas ofertados atendem plenamente as funcionalidades previstas no Anexo I deste Edital.

8.5.2. Quando da definição do proponente vencedor, será marcada a data para a demonstração prevista no subitem anterior.

8.5.3. Caberá ao Município designar os técnicos para a avaliação dos sistemas demonstrados.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Fica estabelecido que com o licitante vencedor será celebrado contrato, conforme Anexo VI, que deverá ser assinado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da notificação para este fim, devendo neste ato, a Contratada indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras informações.

9.2. A recusa injustificada da licitante em assinar o contrato dentro do prazo previsto caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando as penalidades previstas no item 11 do presente Edital.

10. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.1. Cabe a Câmara:

10.1.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente processo de licitação;

10.1.2. Fiscalizar a execução do contrato proveniente do presente processo licitatório;

10.1.3. Efetuar o pagamento à proponente vencedora, de acordo com o item 14, deste Edital;

10.1.4. Providenciar a publicação do contrato, proveniente do

presente processo até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

10.1.5. Demais disposições contidas na cláusula sétima da Minuta do Contrato (Anexo VI).

10.2. Cabe à proponente vencedora:

10.2.1. Executar o objeto da presente licitação conforme o disposto no subitem 1.2 - Da Forma de Execução e no Anexo I - Projeto Básico, deste Edital;

10.2.2. Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;

10.2.3. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.2.4. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

10.2.5. Demais disposições contidas na cláusula sétima da Minuta do Contrato (Anexo VI).

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.2. O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), por dia de atraso.

11.2.1. A penalidade aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

12. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

1- Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

2- Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

3- Judicialmente, nos termos da legislação vigente;

12.2. O descumprimento, por parte da proponente vencedora, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao Município o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

12.2.1. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

12.3. Fica reservado ao Município o direito de rescindir total ou parcialmente o contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista à proponente vencedora, direito algum de reclamações ou indenização.

13. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, DEMAIS PRAZOS E DO ACOMPANHAMENTO

13.1. O contrato proveniente do presente processo licitatório terá

vigência de 06 (seis) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ocorrer prorrogação, se de interesse das partes, por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, observado o disposto no art. 57, IV, da Lei 8.666/93.

13.2. O prazo para assinatura do contrato será de no máximo 05 (cinco) dias após a notificação da vencedora, o que deverá ocorrer em até 03 (três) dias úteis após a homologação do certame.

13.3. O prazo para execução das etapas de conversão, implantação de todos os sistemas licitados e treinamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

13.4. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especial designada, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

14. DA FORMA DE PAGAMENTO, DA NOTA FISCAL, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

14.1. O pagamento mensal da locação será realizado até o primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, importando os valores conforme a proposta apresentada no processo de licitação, mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente.

14.1.1. O pagamento dos serviços de conversão de dados, implantação e treinamento inicial será efetuado em 02 (duas) parcelas de igual valor, sendo a primeira vencível em até 10 (dez) dias, contados da conclusão do processo de implantação e conversão de dados, e a segunda, vencível em até 10 (dez) dias, contados da conclusão dos treinamentos.

14.1.2. O pagamento dos serviços eventuais de suporte técnico ou alterações específicas do órgão licitante, quando contratados, será realizado em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

14.2. Os valores contratados somente serão reajustados depois de decorrido o primeiro ano contratual, com base no índice IGP-M apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento expresso da CONTRATADA neste sentido, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste.

14.3. Os preços somente serão revisados quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.

14.4. Se o Município não efetuar o pagamento nos prazos previstos e tendo a contratada, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação segundo os mesmos critérios adotados para atualização das obrigações tributárias para com este município, nos termos do artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas provenientes da execução deste edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

3.3.90.39.11.00.00 - LOCAÇÃO DE SOFTWARES

15.2. O valor total estimado para os primeiros 06 (seis) meses da contratação é de R\$ 47.120,00 (quarenta e sete mil e cento e vinte reais).

15.3. Caso a Câmara Municipal, optar pela prorrogação do contrato, consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

15.3.1. O Município se reserva o direito de, a seu critério, utilizar

ou não a totalidade das verbas previstas.

16. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

16.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

16.2. Caberá ao Chefe do Poder Executivo Municipal, revogar, anular ou homologar esta Licitação, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

16.3. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes. Após este prazo a comunicação que venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciaria, não terá o efeito de impugnação legal.

16.4. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 8.666/93 atualizada, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto Municipal nº 2.879/2006 e suas alterações.

16.5. No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a abertura da licitação ou alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93, atualizada.

16.6. Integram o presente Edital:

Anexo I - Projeto Básico

Anexo II - Especificações / Modelo da Proposta / Valor de Referência

Anexo III - Declaração de Enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa

Anexo IV - Modelo da Carta de Credenciamento

Anexo V - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação

Anexo VI - Minuta do Contrato.

16.7. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, através de documento formal e endereçado ao Pregoeiro da Câmara Municipal de Palhoça.

16.7.1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

16.8. Para dirimir questões decorrentes do presente processo licitatório fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça (SC), por mais privilegiado que outro possa ser.

Palhoça (SC), 13 de junho de 2014.

Câmara Municipal de Palhoça

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2014

EDITAL PP Nº 010/2014

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

A - DETALHAMENTO DO OBJETO

1. Contratação de empresa especializada em sistemas de informática para Locação de sistemas;

2. Serviços de conversão, instalação, implantação e treinamento;

3. Serviços de suporte técnico, quando solicitado;

4. Serviços de manutenção legal e corretiva dos sistemas implantados.

B - SERVIÇOS CORRELATOS E CONDIÇÕES DE SEU RECEBIMENTO.

Os serviços, objeto desta licitação, também compreendem:

Migração das Informações em Uso.

1.1. A conversão/migração e o aproveitamento de todos os dados cadastrais e informações dos sistemas em uso são de responsabilidade da empresa proponente, com disponibilização dos mesmos pelo Município.

1.2. Ao final dos serviços de conversão, comissão especialmente designada pelo Chefe do Poder Executivo fará testes visando à validação dos dados convertidos como condição essencial à liquidação e pagamento de tais serviços, sem prejuízo da aplicação de penalidades em caso de identificação futura de erros e incorreções.

1.3. O recebimento dos serviços, tratado no item anterior, se dará individualmente para cada base convertida, devendo ser obrigatoriamente ultimado com o acompanhamento do Secretário ou chefe de setor interessado, sendo que tais procedimentos deverão ser formais e instrumentalizados.

Implantação (Configuração e parametrização).

1.4. Para cada um dos sistemas/módulos licitados, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de: instalação, configuração e parametrização de tabelas e cadastros; adequação de relatórios e logotipos; estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários; adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados por esta municipalidade e ajuste nos cálculos, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.

1.5. Acompanhamento dos usuários no prédio sede da Câmara, em tempo integral na fase de implantação do objeto e pelo período de 30 (trinta) dias após a conclusão dos serviços de implantação e treinamento.

1.6. Na implantação dos sistemas acima discriminados, deverão ser cumpridas, quando couber, as seguintes etapas:

a. Entrega, instalação e configuração dos sistemas licitados;

b. Customização dos sistemas;

c. Adequação de relatórios, telas, layouts e logotipos;

d. Parametrização inicial de tabelas e cadastros;

e. Estruturação de acesso e habilitações dos usuários;

f. Adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados pela Câmara de Palhoça;

g. Ajuste de cálculo, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.

1.7. O recebimento dos serviços de implantação se dará mediante aceite formal e individual dos sistemas licitados, devendo ser obrigatoriamente antecedido de procedimentos de validação pelo secretário ou chefe de setor onde o sistema foi implantado, sendo que estes deverão ser formais e instrumentalizados em observância às exigências técnicas do edital.

1.8. Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuados, deverão ser previa e formalmente acordados e documentados entre as partes.

1.9. A empresa contratada responderá pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações da CONTRATANTE, quando estas estiverem sob sua responsabilidade.

1.10. A empresa contratada e os membros da equipe guardarão sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no contrato, respondendo contratual e legalmente pela

inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.

2. Treinamento e Capacitação.

A empresa contratada deverá apresentar o Plano de Treinamento ao Departamento de Informática, com no mínimo, 60 (sessenta) horas, que deverá ser realizado dentro do prazo de implantação, compreendendo o uso das funções do sistema pertencente a sua área de responsabilidade, conhecimento sobre as parametrizações a serem usadas, uso das rotinas de segurança, de back-up e resstores, rotinas de simulação e de processamento, conforme tabela abaixo:

SISTEMA	Nº DE USUÁRIOS	CARGA HORÁRIA
Contabilidade Pública	05	08
Compras e Licitação	05	16
Patrimônio	05	06
Folha de Pagamento	05	16
Controle de Processo Legislativo	02	06
Recursos Humanos	05	08

2.1 - Os Planos de Treinamento - a serem entregues em até cinco dias contados da assinatura do contrato - ainda deverão conter os seguintes requisitos mínimos:

- Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;
- Público alvo;
- Conteúdo programático;
- Conjunto de material a ser distribuído em cada treinamento, incluindo apostilas, documentação técnica, etc.;
- Carga horária de cada módulo do treinamento;
- Processo de avaliação de aprendizado;
- Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, softwares, filmes, slides, etc.).

2.1 - O treinamento para o nível técnico compreendendo: suporte aos Sistemas ofertados, nos aspectos relacionados ao gerador de relatórios e linguagem em que estes foram desenvolvidos, permitindo que a equipe técnica da Câmara possa efetuar checklist de problemas ocorridos antes da abertura de chamado para suporte do proponente.

2.2 As turmas devem ser dimensionadas por módulo, sendo que cada turma não poderá ter mais de 15 (quinze) participantes.

2.3 Os equipamentos disponíveis serão, no mínimo, um microcomputador para cada dois participantes, fornecidos pela CONTRATADA, podendo esta utilizar-se das dependências da Administração Municipal.

2.4 Deverá haver disponibilidade de uma impressora, na sala de treinamento, para testes de relatórios.

2.5 A contratante resguardar-se-á o direito de acompanhar, adequar e avaliar o treinamento contratado com instrumentos próprios, sendo que, se o treinamento for julgado insuficiente, caberá a contratada, sem ônus para o contratante, ministrar o devido reforço.

2.6 O recebimento dos serviços de treinamento se dará mediante aceite formal e individual dos sistemas licitados, devendo contemplar obrigatoriamente a ata dos treinamentos, assinadas pelos participantes, amostragem dos certificados emitidos e relatório de serviços emitido pela empresa contratada.

3. Suporte Técnico.

O atendimento a solicitação do suporte deverá ser realizado na

sede da Câmara, por técnico apto a prover o devido suporte ao sistema, com o objetivo de:

3.1 Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas;

3.2 Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança;

3.3 Treinamento dos usuários da Administração Municipal na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc.,

3.4 Elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas após a implantação e utilização dos mesmos, como: gerar/validar arquivos para Órgão Governamental, Instituição Bancária, Gráfica, Tribunal de Contas, auxílio na legislação, na contabilidade e na área de informática, entre outros.

3.5 Será aceito suporte aos sistemas licitados via acesso remoto mediante autorização previa, sendo de responsabilidade da contratada o sigilo e segurança das informações, devendo ser garantido atendimento para pedidos de suporte telefônico no horário das 8h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira.

3.6 O recebimento dos serviços de suporte técnico in loco se dará mediante liquidação, pelo setor competente, dos serviços indicados em documento próprio da proponente, que pormenorizadamente relate os serviços prestados e o tempo despendido para tanto.

C - RECURSOS COMPUTACIONAIS.

Os sistemas propostos deverão rodar:

Arquitetura operacional	CLIENTE/SERVIDOR - THIN CLIENT
Protocolo de comunicação de rede	TCP/IP
Sistema operacional do servidor	WINDOWS ou LINUX
Sistema operacional cliente (estações)	WINDOWS 95/98 e posteriores ou Thinclient acessando serviços de terminal remoto do servidor WTS.
Quando em ambiente web (Data-center)	Rodar a partir do INTERNET EXPLORER 6.0 ou posterior, em Datacenter sob total responsabilidade da proponente.

Os sistemas propostos deverão rodar com a seguinte configuração mínima de hardware:

Hardware servidor	DUAL CORE COM 4.0 GHZ - 4GB RAM
Hardware cliente	PENTIUM III COM 900 MHZ - 512MB RAM

D - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS SISTEMAS/MÓDULO

SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

1.1. O Sistema de Contabilidade Pública deverá registrar todos os fatos contábeis ocorridos e possibilitar o atendimento à legislação vigente, à análise da situação da administração pública, e a obtenção de informações contábeis e gerenciais necessárias à tomada de decisões.

1.2. Efetuar a escrituração contábil nos sistemas Financeiro, Patrimonial e de Compensação em partidas dobradas e no Sistema Orçamentário em partidas simples, de conformidade com os artigos 83 a 106 da Lei 4.320/64, inclusive com registro em livro Diário.

1.3. Possibilitar a integração com o Sistema de Compras.

1.4. Gerar relatórios gerenciais de Receita, Despesa, Restos a Pagar, Depósitos de Diversas Origens, Bancos e outros, de acordo com o interesse do Tribunal de Contas, bem como Boletim Financeiro Diário.

1.5. Elaborar os anexos e demonstrativos do balancete mensal e do balanço anual, na forma da Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/00 - LRF e Resolução do Tribunal de Contas.

1.6. Gerar os razões analíticos de todas as contas integrantes dos Sistemas Financeiro, Patrimonial e de Compensação.

1.7. Permitir informar documentos fiscais na Ordem de Pagamento.

1.8. Possibilitar a consulta ao sistema, sem alterar o cadastro original

1.9. Possibilitar o registro de empenhos por Estimativa, Global e Ordinário.

1.10. Possibilitar o registro de Sub-empenhos sobre o empenho Global.

1.11. Possibilitar a anulação dos empenhos por estimativa no final do exercício, visando a não inscrição em Restos a Pagar.

1.12. Possibilitar a anulação total e parcial do empenho e o cancelamento da anulação.

1.13. Possibilitar o controle do pagamento de Empenho, Restos a Pagar e Despesas Extras, em contrapartida com várias Contas Pagadoras.

1.14. Possibilitar inscrever automaticamente no Sistema de Compensação dos empenhos de Adiantamentos, quando da sua concessão e o lançamento de baixa respectivo, quando da prestação de contas.

1.15. Controlar o prazo de vencimento dos pagamentos de empenhos, emitindo relatórios de parcelas a vencer e vencidas, visando o controle do pagamento dos compromissos em ordem cronológica.

1.16. Possibilitar o registro do pagamento total ou parcial da despesa e a anulação do registro de pagamento, fazendo os lançamentos necessários.

1.17. Possibilitar a inclusão de vários descontos, tanto no fluxo extra-orçamentário como no orçamento, com registros automáticos nos sistemas orçamento e financeiro.

1.18. Fazer os lançamentos de receita e despesa automaticamente nos Sistemas Financeiro, Orçamento, Patrimonial e de compensação, conforme o caso.

1.19. Efetuar o lançamento do cancelamento de restos a pagar em contrapartida com a receita orçamentária, em rubrica definida pelo usuário.

1.20. Possibilitar o controle de Restos a Pagar em contas separadas por exercício, para fins de cancelamento, quando for o caso.

1.21. Executar o encerramento do exercício, com todos os lançamentos automáticos e com a apuração do resultado.

1.22. Emitir Notas de Pagamento, de Despesa extra, de Empenhos e de Sub-empenhos.

1.23. Emitir ordens de Pagamento de Restos a Pagar, Despesa Extra e de Empenho.

1.24. Possibilitar a consolidação dos balancetes financeiro das autarquias juntamente com o balancete financeiro da Câmara.

1.25. Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.

1.26. Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa.

1.27. Cadastrar e controlar as dotações constantes do Orçamento do Município e das decorrentes de créditos adicionais especiais e extraordinários.

1.28. Cadastrar e controlar os Créditos Suplementares e as anulações de dotações.

1.29. Registrar empenho global, por estimativa, ordinário e sub-empenho.

1.30. Registrar anulação parcial ou total de empenho.

1.31. Registrar bloqueio e desbloqueio de dotações.

1.32. Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do

excesso de arrecadação pela tendência do exercício.

1.33. Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.

1.34. Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa.

1.35. Possibilitar consultar ao sistema sem alterar o cadastro original.

1.36. Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse do Município.

1.37. Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse do Município.

1.38. Possibilitar iniciar os movimentos contábeis no novo exercício mesmo que o anterior ainda não esteja encerrado, possibilitando a atualização automática dos saldos contábeis no exercício já iniciado.

1.39. Emitir Notas de Empenho, Sub-empenhos, Liquidação, Ordens de Pagamento, Restos a pagar, Despesa extra e suas respectivas notas de anulação, possibilitando sua emissão por intervalo e/ou aleatoriamente.

1.40. Permitir a anulação total e parcial do empenho, ordens de pagamento, nota de despesa extra-orçamentária e o cancelamento da anulação, possibilitando auditoria destas operações.

1.41. Emitir relatórios padrão TCE-SC para solicitação de Certidão Negativa.

1.42. Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.

1.43. Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa, permitindo a emissão de relatórios das despesas por tipo.

1.44. Permitir o cadastramento de fonte de recurso com identificador de uso, grupo, especificação e detalhamento, conforme Portaria da STN ou Tribunal de Contas do Estado.

1.45. Cadastrar e controlar as dotações constantes no Orçamento do Município e as decorrentes de Créditos Adicionais Especiais e Extraordinários.

1.46. Permitir que nas alterações orçamentárias possa se adicionar diversas dotações e subtrair de diversas fontes para um mesmo decreto.

1.47. Registrar bloqueio e desbloqueio de valores nas dotações, inclusive com indicação de tipo cotas mensais e limitação de empenhos.

1.48. Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício, e com possibilidade de emissão consolidada, e agrupando por recurso.

1.49. Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.

1.50. Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa.

1.51. Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse do Município.

1.52. Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse do Município.

1.53. Efetuar o controle automático dos saldos das contas, apontando eventuais estourados de saldos ou lançamentos indevidos.

1.54. Efetuar o acompanhamento do cronograma de desembolso das despesas para limitação de empenho, conforme o artigo 9º da Lei 101/00 - LRF, de 04 de maio de 2000.

1.55. Possuir relatório para acompanhamento das metas de arrecadação, conforme o art. 13 da Lei 101/00 - LRF de 04 de maio de 2000.

1.56. Possuir processo de encerramento mensal, que verifique eventuais divergências de saldos, e que após o encerramento não possibilite alterações em lançamentos contábeis já efetuados.

1.57. Possuir cadastros de Convênios e Prestação de Contas de Convênio, Contratos e Caução.

- 1.58. Emitir relatórios demonstrativos dos gastos com Educação, Saúde e Pessoal, com base nas configurações efetuadas nas despesas e nos empenhos.
- 1.59. Emitir os relatórios da Contas Públicas para publicação, conforme IN 28/99 do TCU e Portaria 275/00;
- 1.60. Emitir relatórios: Pagamentos Efetuados, Razão da Receita, Pagamentos em Ordem Cronológica, Livro Diário, Extrato do Credor, Demonstrativo Mensal dos Restos a Pagar, Relação de Restos a Pagar e de Cheques Compensados e Não Compensados.
- 1.61. Possibilitar que os precatórios sejam relacionados com a despesa destinada ao seu pagamento.
- 1.62. Permitir gerar arquivos para o sistema do Tribunal de Contas do Estado referente aos atos administrativos, dados contabilizados, dados financeiros e dados do orçamento.
- 1.63. Gerar relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no sistema antes de gerar os arquivos para os Tribunais de Contas.
- 1.64. Emitir relatórios com as informações para o SIOPS, no mesmo formato deste.
- 1.65. Emitir relatórios com as informações para o SIOPE, no mesmo formato deste.
- 1.66. Gerar os arquivos conforme o MANAD - Manual Normativo de Arquivos Digitais para a Secretaria da Receita da Previdência.
- 1.67. Permitir o cadastramento de devolução de receita utilizando rubricas redutoras conforme Manual de Procedimentos da Receita Pública da STN.
- 1.68. Permitir que seja feita a contabilização do regime próprio de previdência em conformidade com a Portaria 916 do ministério de previdência, com emissão dos respectivos demonstrativos.
- 1.69. Possibilitar a emissão de relatório com as deduções para o Imposto de Renda.
- 1.70. Possibilitar a emissão de gráficos comparativos entre a receita prevista e arrecadada e a despesa fixada e realizada.
- 1.71. Possuir rotina de emissão de cheques para pagamento das despesas, com a possibilidade de efetuar a baixa no momento do pagamento ao fornecedor.

SISTEMA DE COMPRAS.

- 1.72. Possibilitar o acompanhamento dos processos licitatórios desde a preparação até seu julgamento, registrando as etapas de:
 - a. Publicação do processo;
 - b. Emissão do mapa comparativo de preços;
 - c. Emissão das Atas referente Documentação e Julgamento das propostas;
 - d. Interposição de recurso;
 - e. Anulação e revogação;
 - f. Impugnação; Parecer da comissão julgadora;
 - g. Parecer jurídico;
 - h. Homologação e adjudicação;
 - i. Autorizações de fornecimento;
 - j. Contratos e aditivos;
 - k. Liquidação das autorizações de fornecimento;
 - l. Gerar empenhos para a contabilidade e liquidação dos empenhos
- 1.73. Possibilitar a separação dos itens do processo e suas respectivas quantidades por centro de custo e por despesa.
- 1.74. Permitir montar os itens do processo administrativo, processo licitatório e coleta de preços por lotes.
- 1.75. Permitir cadastrar fornecedores, informando: Ramos de atividade - Documentos e certidões negativas - Materiais fornecidos.
- 1.76. Emitir Certificado de Registro Cadastral com numeração seqüencial.
- 1.77. Permitir utilizar código de materiais por grupo e classe com definição da máscara ou de forma seqüencial, ou seqüencial com grupo e classe.
- 1.78. Possuir cadastro de materiais para informar: Material perecível; Material estocável; Material de consumo ou permanente; tipo do combustível; Descrição; Grupo e classe; Dados da última

compra como: data, quantidade, preço e fornecedor.

- 1.79. Permitir agrupar várias solicitações de compras dos diversos setores para um novo processo licitatório, compra direta ou processo administrativo automaticamente.
- 1.80. Controlar as solicitações de compra, não permitindo que usuários de outros centros de custo acessem ou cadastrem solicitações não pertencentes ao seu centro de custo e que a quantidade de cada item possa ser dividida por uma ou mais despesas.
- 1.81. Controlar despesas realizadas e a realizar de uma mesma natureza, para que não ultrapasse os limites legais estabelecidos para cada modalidade de licitação.
- 1.82. Permitir o controle de gastos por unidade orçamentária através de limites mensais preestabelecidos pelo usuário.
- 1.83. Controlar a data de validade das certidões negativas e outros documentos dos fornecedores, com emissão de relatório por fornecedor contendo a relação das negativas vencidas/por vencer.
- 1.84. Permitir a integração com sistema de contabilidade, efetuando os seguintes processos:
 - a. Bloqueio do valor da licitação, da compra direta ou do termo aditivo;
 - b. Gerar empenhos e liquidações;
 - c. Atualizar dados cadastrais de fornecedores e da despesa.
- 1.85. Permitir o desbloqueio do saldo remanescente da despesa na geração do último empenho do processo.
- 1.86. Possibilitar integração com o sistema tributário para consultar os débitos dos participantes no processo licitatório ou na compra direta.
- 1.87. Permitir a gravação, em meio magnético, dos itens do processo licitatório para fornecedores digitar o preço de cada item com leitura dos preços informados e preenchimento automático no cadastro de itens do processo, exibindo os itens em lista ou separados por lotes.
- 1.88. Possibilitar consultas de preços, por materiais ou por fornecedores, praticados em licitações ou despesas anteriores.
- 1.89. Permitir a consulta dos fornecedores de determinado material ou ramo de atividade.
- 1.90. Permitir identificar em quais processos licitatórios determinado fornecedor participou, visualizando sua situação em cada item do processo.
- 1.91. Possibilitar a emissão da autorização de compra ou fornecimento por centro de custo, por dotação ou global.
- 1.92. Emitir todos os relatórios exigidos por Lei, como por exemplo: Termo de abertura e autorização do processo licitatório; Parecer jurídico e contábil; Publicação do edital; Atas do pregão; Emissão de contratos; Notas de autorização de fornecimento;
- 1.93. Emitir o Edital de Licitação.
- 1.94. Controlar as quantidades entregues parcialmente pelo fornecedor, possibilitando a emissão de relatório de forma resumida e detalhada, contendo as quantidades entregues, os valores e o saldo pendente.
- 1.95. Possibilitar a gravação, em meio magnético dos itens da coleta de preço para cotação pelos fornecedores com leitura dos preços informados e preenchimento automático dos preços dos itens.
- 1.96. Permitir o cadastro de compras diretas, informando: Data da Compra; Fornecedor; Centro de Custo; Objeto da Compra; Local de Entrega e Forma de Pagamento
- 1.97. Gerar Processos Administrativos ou compra direta pelo preço médio ou menor preço cotado do Registro de Preços.
- 1.98. Gerar entrada do material no almoxarifado a partir da liquidação visualizando a movimentação no estoque.
- 1.99. Permitir criar e editar modelos de editais, contratos, autorização de compras, atas e outros relatórios desejados a partir dos modelos existentes no sistema.
- 1.100. Permitir gerar arquivos para Tribunal de Contas de Santa Catarina relativos as licitações.
- 1.101. Permitir que os centros de custos requisitantes de cada item do processo licitatório, seja levado para o contrato de aditivo.
- 1.102. Manter histórico das alterações do contrato, informando o de tipo alteração (acréscimo, diminuição, equilíbrio econômico

financeiro, prorrogação, rescisão) e se foi unilateral ou bilateral.

1.103. Registrar a rescisão do contrato ou aditivo, informando: motivo, data do termo e da publicação, valor da multa e indenização, fundamento legal e imprensa oficial.

1.104. Permitir registrar a suspensão ou rescisão de contrato, controlando a data limite da situação de inabilitado.

1.105. Possibilitar copiar os itens de um outro processo licitatório, já cadastrado.

1.106. Possibilitar copiar os itens de uma outra compra direta.

1.107. Permitir agrupar os itens do processo licitatório por centro de custos.

1.108. Permitir alterar a data de emissão das autorizações de fornecimento.

1.109. Possuir cronograma de pagamentos dos contratos, possibilitando controlar a situação (pago, vencido ou a vencer).

1.110. Possuir cronograma de entrega dos itens dos contratos, controlando a situação (entregue, vencido a vencer).

1.111. Controlar as solicitações de compra pendentes, liberadas e reprovadas.

1.112. Emitir relação das licitações informando: Data e hora de abertura, Número, Modalidade, Membros da comissão e Objeto a ser licitado.

1.113. Permitir o cadastro de comissões Permanente; Especial; Servidores; Pregoeiros; Leiloeiros, informando o ato que a designou, datas de designação e expiração, com membros e funções designadas.

1.114. Possuir rotina para classificação das propostas do pregão presencial conforme critérios de classificação determinados pela legislação (Lei 10.520/2002).

1.115. Permitir efetuar lances para a modalidade pregão presencial com opção de desistência e rotina de reabertura de itens e/ou lotes para nova etapa de lances.

1.116. Possibilitar a emissão da ata do pregão presencial e histórico dos lances.

1.117. Possibilitar a utilização de critérios de julgamento das propostas em relação à microempresa e empresa de pequeno porte, de acordo com lei complementar 123/2006.

1.118. Permitir parametrização para numerar a licitação de forma sequencial ou por modalidade, possibilitando alterar a numeração sugerida pelo sistema.

1.119. Relatórios para divulgação na internet, conforme lei 9.755/98 e Demonstrativo das compras efetuadas conforme art. 16 da Lei 8.666/93.

1.120. Possibilitar a configuração das assinaturas que serão exibidas nos relatórios.

1.121. Dispor as Leis 8.666/93 e 10.520/2002 para eventuais consultas diretamente no sistema.

SISTEMA DE PATRIMÔNIO.

1.122. Ter cadastro para os bens móveis e imóveis do órgão, com a identificação dos bens recebidos em doação, em comodato, permuta e outras incorporações.

1.123. Permitir o controle de transferência de bens entre os diversos órgãos da Câmara assim como os seus responsáveis.

1.124. Permitir cadastrar contas do tipo crédito/débito e classificá-las por bens móveis e imóveis.

1.125. No cadastro de bens visualizar a situação do bem (ativo, baixado, etc.) além do estado de conservação (bom, ótimo, regular).

1.126. Permitir cadastro de conversão de moedas, para cadastrar bens adquiridos em outras épocas convertendo automaticamente para o valor atual ao cadastrar o bem.

1.127. Permitir informar no cadastro do bem o processo licitatório o qual o bem foi adquirido.

1.128. No cadastro de bens visualizar o valor de aquisição do bem, o total de valorizações e depreciações do bem mostrando também o valor atual do bem.

1.129. Permitir a reavaliação (valorizações/depreciações) dos bens de forma individual e geral.

1.130. Permitir o estorno de correções feitas indevidamente

1.131. Não permitir alteração no valor original do bem cadastrado,

1.132. Efetuar baixas múltiplas por contas, departamentos, unidade administrativa e bens.

1.133. Controlar o envio do bem para manutenção possibilitando gerar transferências para outra unidade administrativa após voltar da manutenção.

1.134. Permitir a inclusão de novos campos no cadastro do bem para registro de informações adicionais.

1.135. Emitir relatório identificando o bem, último valor, conta ao qual ele pertence, o responsável pelo bem, número patrimonial e a data de aquisição.

1.136. Emitir o termo de responsabilidade da guarda dos bens por responsável.

1.137. Emitir relatório com bens a inventariar para conferência de sua localização por responsável e unidade administrativa.

1.138. Emitir relatórios dos bens em inventário, termo de abertura e encerramento do inventário.

1.139. Permitir a geração/leitura de etiquetas com código de barra

1.140. Efetuar depreciações anuais por conta, por natureza.

SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO.

1.141. Possuir cadastro único de pessoas para todas as rotinas deste sistema.

1.142. Possuir validação do dígito verificador de inscrições do PIS/PASEP e CPF no cadastro de pessoas.

1.143. Ter controle para dependentes, com datas de vencimento para salário-família e para da relação de dependência para o IRRF.

1.144. Controlar a lotação e localização física dos servidores.

1.145. Ter cadastro ilimitado de servidores com todos os campos exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e possibilite, inclusive, a dispensa do livro de registro dos servidores, conforme Portaria Nº. 1.121, de 8 de Novembro de 1995.

1.146. Permitir que o usuário controle até quatro tipos de previdência para um mesmo servidor automaticamente, sem a necessidade de manutenção todo mês.

1.147. Registrar automaticamente as movimentação de pessoal referente a admissão, demissão ou exoneração, rescisão, prorrogação de contrato, alterações salariais e de cargo, férias, aposentadoria, afastamento, funções gratificadas exercidas, através da informação do ato.

1.148. Possuir cadastro para autônomos, informando data e valor de cada serviço prestado.

1.149. Controlar os períodos aquisitivos de férias em relação a quantidade de dias disponíveis para o gozo de férias e informar a data prevista para o início do gozo de férias.

1.150. Permitir o controle dos planos previdenciários ou assistenciais a que cada servidor esteve ou está vinculado, por período, podendo registrar o número da matrícula do servidor no plano.

1.151. Permitir a criação de períodos aquisitivos configuráveis em relação ao período aquisitivo, período de gozo e cancelamentos ou suspensões dos períodos.

1.152. Permitir configurar a máscara a ser utilizada na classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos.

1.153. Permitir a reestruturação da classificação institucional de um exercício para outro.

1.154. Permitir configurações de férias por cargo.

1.155. Controlar a escolaridade mínima exigida para o cargo.

1.156. Controlar os níveis salariais do cargo.

1.157. Permitir o controle de vagas do cargo, por secretaria.

1.158. Permitir a configuração de movimentações de pessoal, conforme a solicitação do TCE-SC.

1.159. Registrar requerimentos de aposentadorias e pensões.

1.160. Ter controle de pensionistas por morte ou judicial.

1.161. Registrar a concessão de benefícios de pensão, através da informação do ato.

1.162. Calcular automaticamente o valor da pensão, cancelando-o se informado a data de seu término.

1.163. Permitir o controle da concessão e desconto de vales

transporte e mercado.

1.164. Permitir a configuração das tabelas mensais de cálculo, podendo o usuário incluir novas tabelas, definir a quantidade de faixas e, ainda, nomear essas tabelas de acordo com sua necessidade.(INSS, IRRF, salário família, entre outras).

1.165. Permitir a configuração de quais proventos e descontos devem ser considerados como automáticos para cada tipo de cálculo (mensal, férias, complementar, etc.).

1.166. Permitir a configuração de todas as fórmulas de cálculo em conformidade com o estatuto dos servidores municipais.

1.167. Possibilitar a configuração de alteração salarial conforme o estatuto do órgão.

1.168. Permitir a configuração de motivos de rescisão e respectivas verbas rescisórias, com códigos a serem gerados para RAIS, CAGED, SEFIP e saque do FGTS.

1.169. Permitir a configuração dos proventos referentes as médias e vantagens percebidas pelos servidores.

1.170. Possibilitar a configuração de afastamentos.

1.171. Permitir a configuração dos tipos de bases de cálculo utilizados.

1.172. Permitir deixar gravado a seleção/filtragem de relatórios rotineiros.

1.173. Permitir processamento para cálculo mensal, adiantamentos, cálculo complementar, 13º salário adiantado e integral.

1.174. Permitir cálculo automático de rescisão com prazo determinado.

1.175. Permitir cálculos de férias individuais e de férias coletivas.

1.176. Possuir controle de faltas para desconto no pagamento das férias.

1.177. Permitir o pagamento do 13º salário juntamente das férias.

1.178. Permitir programar o gozo e pagamento das férias antecipadamente.

1.179. Permitir cálculos de rescisões individuais, coletivas e complementares.

1.180. Permitir a reintegração ou reversão de rescisões ou aposentadorias utilizando a mesma matrícula do funcionário.

1.181. Permitir simulações, parcial ou total, da folha de pagamento, do 13º salário integral, de férias e rescisórias, para a competência atual ou futura, sem gerar os encargos sociais para o cálculo simulado.

1.182. Registrar o histórico salarial do servidor.

1.183. Calcular alterações salariais de modo coletivo, ou para níveis salariais do plano de cargos.

1.184. Permitir a inclusão e alteração de proventos e descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de cálculo da folha.

1.185. Calcular automaticamente todos os valores relativos ao servidor e à contribuição patronal, como IRRF, FGTS, salário família e previdência.

1.186. Emitir relatórios com resumo, extrato mensal e líquido da Folha.

1.187. Permitir a emissão de guias para pagamento de IRRF, GRFC e previdência municipal.

1.188. Gerar em arquivo as informações referentes a GRRF, a GFIP, e arquivos retificadores (RDE,RDT,RRD).

1.189. Possuir cadastro para processos judiciais e reclamações trabalhistas dos funcionários com geração do arquivo SEFIP com código de recolhimento 650.

1.190. Possibilitar informação para SEFIP dos autônomos, inclusive com percentual diferenciado no caso de transporte.

1.191. Gerar informações da folha de pagamento em arquivo para crédito em conta no banco de interesse da entidade.

1.192. Gerar em arquivo magnético a relação de todos os servidores admitidos e demitidos no mês (CAGED).

1.193. Emitir relação dos salários de contribuição e discriminação destes. Possibilitar a emissão para previdência federal, estadual e/ ou municipal, Permitir a emissão de formulário para preenchimento, caso não haja informações de todas as competências necessárias.

1.194. Permitir a consulta prévia das médias e vantagens que cada servidor tem direito a receber em férias, 13º salário ou rescisão de contrato.

1.195. Emitir comparativo de valores, líquidos, de proventos e descontos, de situações dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.

1.196. Permitir a configuração dos proventos e descontos que devem compor os valores de cada um dos campos do comprovante de rendimentos.

1.197. Emitir dos relatórios anuais necessários, como comprovante de rendimentos e ficha financeira.

1.198. Gerar os arquivos da RAIS e da DIRF, assim como o informe do comprovante de rendimentos.

1.199. Possibilitar a consulta dos proventos e descontos percebidos pelo servidor, em um período determinado pelo usuário. Permitir consultar apenas os proventos que fazem parte do comprovante de rendimentos.

1.200. Permitir consulta única do histórico funcional do servidor, com todos os seus contratos, mostrando: períodos aquisitivos, períodos de gozo de férias, afastamentos, atestados, faltas, férias e períodos trabalhados.

1.201. Possibilitar o cadastro de movimentos anteriores à implantação do sistema para que o usuário possa gerar os relatórios anuais.

1.202. Permitir a integração com o sistema de contabilidade para geração automática dos empenhos da folha de pagamento e respectivos encargos patronais, com emissão de resumo para conferência.

1.203. Possibilitar o rateio de valores das parcelas pagas do parcelamento do FGTS para os servidores contratados a época, conforme instruções da CAIXA.

1.204. Permitir a configuração de cabeçalho e rodapé para quaisquer relatórios emitidos pelo sistema, permitindo inclusive a inserção de comentários.

1.205. Possibilitar o cadastro de movimentos anteriores à implantação do sistema para que o usuário possa gerar os relatórios anuais.

1.206. Possuir processo de progressão salarial automatizado.

1.207. Controlar a progressão funcional e promoções de cargos e manter as respectivas informações registradas no histórico funcional do servidor com os atos publicados para cada servidor ao longo de sua carreira.

SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSO LEGISLATIVO

1. Possuir cadastro de políticos, englobando vereadores, prefeitos e vice-prefeitos, com campos para inserção de seus dados principais e documentações, inclusive partido e declaração de bens.
2. Possuir cadastro de dados completos de funcionários.
3. Possuir cadastro de legislaturas, podendo ser cadastrado os vereadores que pertencem a mesma, as mesas diretoras, comissões permanentes e comissões temporárias, todas detalhadas com seus respectivos membros.
4. Possuir cadastro de todos os tipos de sessões, permitindo a integração com o cadastro de proposições, projetos e demais documentos que serão inseridos na sessão, para permitir uma visualização completa das matérias apreciadas em cada sessão.
5. Possuir estatísticas resumida por PERÍODO, mostrando em um período, o autor e quantos documentos ele apresentou, trazendo no final a somatória de todos os autores de documento de requerimentos, indicações, moções, projetos de lei, projetos de lei complementar, projetos de resolução, projetos de decreto, projetos de emenda a lei orgânica, substitutivos e vetos. Poderá ser emitido relatório.
6. Possuir estatísticas resumidas da SITUAÇÃO mostrando entre um período, quantos documentos foram aprovados, rejeitados, retirados, em tramitação, arquivados, vetados e urgência no final a somatória de todos os documentos de requerimentos, indicações, moções, projetos de lei, projetos de lei complementar, projetos de resolução, projetos de decreto, projetos de emenda a lei orgânica, substitutivos e vetos. Poderá ser emitido relatório.
7. Possuir estatísticas resumidas por PERÍODO mostrando entre um período, um determinado autor selecionado quantos documentos foram aprovados, rejeitados, retirados, em tramitação, arquivados, vetados e urgência no final a somatória de todos os documentos de requerimentos, indicações, moções, projetos de lei, projetos de lei complementar, projetos de resolução, projetos de decreto, projetos de emenda a lei orgânica, substitutivos e vetos. Poderá ser emitido relatório.
8. Possuir cadastro de protocolo integrado com todos os outros módulos do sistema, permitindo que no protocolo de um documento, automaticamente, o cadastro do módulo já seja inserido.
9. Permitir a alteração na forma de apresentação de numeração de protocolos, para adequação ao uso costumeiro da Casa de Leis, permitindo a numeração seqüencial infinita, reiniciada a cada ano e/ou legislatura.
10. Permitir, já no cadastro de protocolo, a impressão da íntegra do documento.
11. Permitir, no ato do protocolo, a inserção dos dados da pessoa protocolante.
12. Possuir cadastro de documentos protocolados internamente pelo sistema, podendo o documento ser liberado ou não pelo setor de protocolo, com opção de visualizar e revisar o documento e o cadastro antes de liberar o protocolo, no cadastro principal de protocolos.
13. Possuir cadastro de emendas, subemendas e substitutivos integrados com projetos de lei, projetos de lei complementar, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo e projetos de Emenda a Lei Orgânica do Município.
14. Possuir cadastros de indicações, requerimentos e moções com opções de incluir, alterar, excluir, imprimir, integrar com documentos de imagem, documentos no formato PDF ou documentos no formato WORD, com opção para cadastrar a votação e integrados com o protocolo de documentos de respostas e com ofício(s) de encaminhamento.
15. Possuir cadastro de pareceres integrado com os projetos.
16. Possuir cadastros de projetos de lei ordinária, lei complementar, decreto legislativo, resolução e emenda à Lei Orgânica integrados com autores, categorias, pareceres, emendas, substitutivos, votação, sessões, redação final, autógrafo, vetos e leis.
17. Cadastro de moções, indicações e requerimentos com opções de incluir, alterar, excluir, imprimir, integrar com documentos de imagem, documentos no formato PDF ou documentos no formato WORD. Opção para cadastrar a votação. Integração com módulos de resposta e encaminhamento de documentos.
18. Permitir a navegação entre os cadastros do sistema, através da ligação entre os mesmos, como por exemplo, acessar os pareceres a partir dos pareceres vinculados ao projeto, o mesmo com as emendas, etc, retornando sempre ao projeto após visualizar o cadastro.
19. Controle de todas as normas legais, devendo ser integrado com os demais documentos que deram origem às mesmas, com opções de incluir, alterar, imprimir, integrar com documentos no formato PDF ou documentos no formato WORD.
20. Possibilitar a consolidação das normas legais, através de controle individual de alterações, revogações e eventuais suspensões judiciais, permitindo referenciar as alterações e também alterar o documento no formato DOC, atualizando o texto da norma legal, inserindo as alterações havidas.
21. Possibilitar o acesso a documentos integrados a determinado cadastro pelo próprio módulo do cadastro.
22. Cadastros de todos os tipos de projetos que tramitam pela Casa.
23. Integração, no cadastro de projetos, com todos os documentos que possam afetar a sua tramitação, como emendas, subemendas e substitutivos, pareceres de comissões e da assessoria jurídica, mensagens e respostas, além de permitir a inclusão de dados sobre o projeto e sua tramitação, sua votação e integração com os documentos resultantes de sua tramitação: redação final, autógrafo, veto e/ou norma legal.
24. Sistema de busca em todos os documentos, com as opções mais variadas possíveis, especialmente a busca por data, intervalo de datas, por palavra chave na ementa, por palavra(s) chave dentro do arquivo em formato acessível pelo WORD/BR OFFICE, por autoria, por categoria quando existir e tipo de documento.
25. Módulos de cadastro de todos os outros documentos que tramitam pela Casa, tais como atas das sessões, atos da Mesa, atos do Presidente, Audiências Públicas, Autógrafos, Certidões, Atestados, Declarações, Módulo para cadastro de informações colhidas pelo Departamento de Ouvidoria, Correspondências recebidas de terceiros e da administração individualizados, denúncias, editais, ofícios expedidos, requerimento para uso de tribuna livre, Ordens do Dia, Portarias, recursos, documentos recebidos do Tribunal de Contas do Estado, requisições de viagens, dentre outros.
26. Rotina de backup com opção de criar backup, restaurar backup, enviar backup para servidor online no Brasil.
27. Sistema de agendamento por horário para criação de backup automaticamente.
28. Deverá permitir a emissão de relatórios em todos os cadastros existentes.
29. Permitir a expedição de relatório contendo todo o trabalho dos políticos, de forma automática, permitindo ainda um filtro por tipo de documento, intervalo de data e por palavra chave.
30. Permitir aos usuários a alteração de suas próprias senhas, sem a necessidade de intervenção de terceiros.
31. Permitir a impressão de etiquetas de protocolo em impressoras matriciais e térmicas, inclusive com a impressão de código de barras.
32. Possuir cadastro para controle de cessão das dependências da Câmara e equipamentos do Legislativo.
33. Possibilitar a configuração da numeração dos documentos, trazendo flexibilidade para modificar a forma da numeração, caso necessário.

06 - SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS.

- 6.1 Ser integrado com a folha de pagamento, utilizando os mesmos cadastros.

6.2 Permitir informar as avaliações dos servidores com configurações dos fatores (notas/pesos para cada fator e média da avaliação).
6.3 Permitir a utilização dos resultados das avaliações para apuração do direito a progressão salarial de acordo com o estatuto do órgão.
6.4 Possuir cadastro para registrar dados de acidentes de trabalho, entrevista com o servidor e testemunhas do acidente.
6.5 Possuir cadastro e emissão de Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT para o INSS.
6.6 Ter cadastro de grupos de prevenção de acidentes de trabalho, em conformidade com a Portaria nº 1.121/1995.
6.7 Ter cadastro de atestados com informações CID (Código Internacional de Doenças).
6.8 Cadastro de juntas médicas por data de vigência com identificação dos médicos que a compõem.
6.9 Controlar os atestados através de laudos médicos, informando se o servidor já se encontra em readaptação pelo mesmo CID (Código Internacional de Doenças) do atestado.
6.10 Permitir no deferimento do laudo médico a geração automática de afastamentos.
6.11 Oferecer opção para agendamento de consultas e exames ocupacionais com controle da emissão das autorizações de exames em laboratórios conveniados
6.12 Deve controlar a emissão de autorizações de diárias.
6.13 Deve permitir o lançamento de faltas com possibilidade de desconto em folha de pagamento ou de folgas para compensação nas férias.
6.14 Deve permitir a configuração dos períodos aquisitivos e cálculos de férias de acordo com as especificações de cada cargo.
6.15 Possibilitar informar os cursos exigidos para ocupar o cargo, assim como suas atribuições, as áreas de atuação e os planos previdenciários do cargo.
6.16 Deve permitir a reestruturação da classificação institucional de um exercício para outro.
6.17 Permitir a inserção de novos campos para classificação institucional.
6.18 Permitir o planejamento (definindo cronograma, ministrante, carga horária e data da emissão de certificado) e execução de cursos de aperfeiçoamento, por iniciativa do órgão e por solicitação dos próprios servidores, com emissão de relatório desse planejamento.
6.19 Deve permitir a realização e/ou o acompanhamento de concursos públicos e processos seletivos para provimento de vagas.
6.20 Efetuar a avaliação dos candidatos do concurso ou processo seletivo, indicando automaticamente a aprovação/reprovação e a classificação.
6.21 Possibilitar cadastro de bolsas de estudos, informando, instituição de ensino, matrícula do bolsista, período da bolsa, serviço comunitário o qual o bolsista irá desempenhar em troca da bolsa.
6.22 Permitir o controle da bolsa de estudo em cada fase, informando a aprovação ou não do bolsista.
6.23 Possuir controle de estagiários vinculados com a entidade, bem como sua escolaridade e outros aspectos para acompanhamento do andamento do estágio.
6.24 Deve permitir o lançamento histórico de períodos aquisitivos e de gozo de férias.
6.25 Possibilitar cadastrar os períodos para aquisição e de gozo de licença-prêmio
6.26 Permitir diferentes configurações de férias e de licença-prêmio por cargo.
6.27 Permitir informar os dados referentes a períodos aquisitivos anteriores a data de admissão do servidor, tais como, período de gozo, cancelamentos e suspensões.
6.28 Permitir o cadastro de tempo de serviço anterior e de licença prêmio não gozada com possibilidade de averbação do tempo de serviço para cálculo de adicionais, licença-prêmio e/ou aposentadoria, possibilitando informação de fator de conversão do tempo.
6.28 Permitir os tipos de aposentadoria por tempo de serviço, idade, invalidez, compulsória, Especial.
6.29 Permitir a parametrização dos tempos mínimos necessários para o cálculo da aposentadoria em cada tipo de aposentadoria.
6.30 Efetuar cálculo de benefícios de aposentadorias com base na média dos 80% maiores salários conforme legislação vigente, de acordo com o tipo de aposentadoria.
6.31 Deve emitir a ficha cadastral com foto do servidor.
6.32 Deve controlar a escolaridade do servidor, incluindo ensino superior, cursos, treinamentos e experiências anteriores.
6.33 Deve permitir o registro de elogios, advertências e punições.
6.34 Permitir informar os atos publicados para cada servidor ao longo de sua carreira registrando automaticamente a respectiva movimentação de pessoal.
6.35 Controlar as funções dos servidores com possibilidade de geração automática da gratificação por exercício da função.
6.36 Possibilitar relatório configurado da ficha funcional do servidor, selecionando-se as seguintes informações: Ficha cadastral - Acidentes de trabalho - Adicionais - Afastamentos - Aposentadorias e pensões - Atestados - Atos - Avaliações - Beneficiários de pensão do servidor - Dependentes - Diárias - Empréstimos - Faltas - Substituições a outros servidores - Contratos de vínculos temporários com a entidade - Funções - Alterações de cargos - Alterações salariais - Licenças-prêmio - Locais de trabalho - Ocorrências (atos de elogio, advertência ou suspensão) - Períodos aquisitivos - Transferências - Utilização de vales-mercado - Utilização de vales-transporte - Averbações - Cursos - Compensação de horas.
6.37 Controlar empréstimos concedidos a servidores com desconto automático das parcelas na folha mensal e no saldo remanescente da rescisão.
6.38 Possibilitar a configuração automática destes empréstimos através da leitura do arquivo enviado pelo banco.
6.39 Controlar a transferência de servidor identificando o tipo (cedido/recebido) e se foi realizada com ou sem ônus para a entidade.
6.40 Possuir relatórios agrupados por tipo de afastamento.
6.41 Gerar cadastro automático para avaliações de estágio probatório conforme configuração de fatores de avaliação, afastamento e faltas.
6.42 Permitir a importação dos candidatos aprovados em concurso público desta Câmara.

[illegible]

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PRO- POSTO R\$
1	06	Mês	Contabilidade Pública com até 03 usuários	600,00		
2	06	Mês	Compras e Licitações com até 03 usuários	490,00		
3	06	Mês	Patrimônio com até 01 usuário	200,00		
4	06	Mês	Folha de Pagamento com até 03 usuários	620,00		
5	06	Mês	Controle Legislativo com até 04 usuários	840,00		
6	06	Mês	Recursos Humanos com até 03 usuários	370,00		
VALOR TOTAL R\$						

2. Serviços Técnicos

1	01	SV	Serviços de Implantação dos sistemas, conversão dos dados e treinamento para os usuários	11.000,00
2	100	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos sistemas, quando solicitado.	85,00
3	15	Diária	Despesas de estada e alimentação no suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	125,00
4	5.000	KM	Despesas de deslocamento no suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	0,75
VALOR GLOBAL PROPOSTO R\$				

Valor da proposta por extenso:

Validade da proposta:

(DATAR ASSINAR E CARIMBAR)

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº XX/2014

EDITAL PP Nº XX/2014

ANEXO III

MODELO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Apresentar no credenciamento fora dos envelopes)

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto na alínea "b" do subitem 2.7.2 do Edital de Pregão Presencial nº ____/2014, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, ____ de _____ de 2014.

(assinatura do responsável pela empresa)

OBSERVAÇÃO:

Assinalar com um "X" a condição da empresa.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº XX/2014

EDITAL PP Nº XX/2014

ANEXO IV

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO
(Deve ser apresentada fora dos envelopes)

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF nº _____, a participar do Processo de Licitação nº ____/2014 instaurado pela Câmara Municipal de Palhoça-SC, na modalidade Pregão Presencial nº ____/2014, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer, assinar declarações relativas ao processo em questão e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ 2014.

Carimbo e Assinatura do Credenciante

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº XX/2014
EDITAL PP Nº XX/2014
ANEXO V

MODELO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS requisitos de Habilitação
(Deve ser apresentada fora dos envelopes)

DECLARAMOS para fins de participação no Processo de Licitação nº ____/2014 - Pregão Presencial nº ____/2014, da Câmara Municipal de Palhoça-SC, que _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 6 do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 2014.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº XX/2014
EDITAL PP Nº XX/2014
ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que entre si celebram a Câmara Municipal de Palhoça (SC), e a empresa _____, de acordo com o Capítulo III da Lei 8.666/93 e alterações, e as cláusulas e condições seguintes.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, com sede à Rua: Joci José Martins, 101, Residencial Pagani, inscrito no CNPJ sob nº 75.813.675/0001-59, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu representante legal vereador, Sr. Nirdo Artur Luz, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, Bairro _____, no Município de _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, na cidade de _____, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o Processo de Licitação nº X/XXXX/CMP, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº XX/2014, homologado em _____, o qual é parte integrante do presente instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto:

1.1.1. A locação, pela CONTRATADA, de sistemas para gestão pública compreendendo CONTABILIDADE PÚBLICA, COMPRAS E LICITAÇÕES, PATRIMÔNIO, FOLHA DE PAGAMENTO, CONTROLE DE PROCESSO LEGISLATIVO e RECURSOS HUMANOS, conforme as condições estabelecidas no subitem 1.2 (Da Forma de Execução) e no Anexo I (Termo de Referência) do Edital PP nº XX/2014.

1.1.1.1. A prestação de serviços técnicos especializados, pela CONTRATADA, compreendendo:

- Configuração e parametrização conforme procedimentos da Câmara.
- Conversão dos dados existentes.
- Treinamento para os servidores responsáveis pela utilização dos sistemas licitados.
- Suporte técnico, após a implantação dos sistemas, quando solicitado.

e. Manutenção legal e corretiva durante o período contratual.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O presente instrumento terá vigência de 06 (seis) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ocorrer prorrogação, se de interesse das partes, por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, observado o disposto da Lei 8.666/93.

2.2. Caso o CONTRATANTE optar pela prorrogação do contrato, consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

2.2.1. O CONTRATANTE se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade das verbas previstas.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O preço para a execução do objeto deste contrato é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovada pelo CONTRATANTE, sendo o valor global de R\$ _____ (_____), conforme abaixo:

1. Licenciamentos para Câmara:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
1	06	Mês	Contabilidade Pública com até 03 usuários		
2	06	Mês	Compras e Licitações com até 03 usuários		
3	06	Mês	Patrimônio com até 01 usuário		
4	06	Mês	Folha de Pagamento com até 03 usuários		
5	06	Mês	Controle de Processo Legislativo com até 03 usuários		
6	06	Mês	Recursos Humanos com até 03 usuários		
VALOR TOTAL DO CONTRATO R\$					

2. Serviços Técnicos

1	01	SV	Serviços de Implantação dos sistemas, conversão dos dados e treinamento para os usuários		
---	----	----	--	--	--

2	100	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos sistemas, quando solicitado.		
3	15	Diária	Despesas de estada e alimentação no suporte, quando exigida a presença do técnico in loco		
4	5.000	KM	Despesas de deslocamento no suporte, quando exigida a presença do técnico in loco		
VALOR TOTAL DO CONTRATO R\$					

4. CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO, DA NOTA FISCAL, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

4.1. O pagamento mensal da locação será realizado até o primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, importando os valores conforme discriminado na cláusula terceira deste instrumento, mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente.

4.1.1. O pagamento dos serviços de implantação e treinamento inicial serão pagos em 02 (duas) parcelas de igual valor, sendo a primeira vencível em até 10 (dez) dias, contados da conclusão dos treinamentos e a segunda, vencível em até 10 (dez) dias, contados da conclusão do processo de implantação.

4.1.2. O pagamento dos serviços eventuais de suporte técnico ou alterações específicas do órgão licitante, quando contratados, será realizado em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

4.2. Os valores contratados somente serão reajustados depois de decorrido o primeiro ano contratual, com base no índice IGP-M apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento expresso da CONTRATADA neste sentido, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste.

4.3. Os preços somente serão revisados quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

3.3.90.39.11.00.00 - LOCAÇÃO DE SOFTWARES

6. CLÁUSULA SEXTA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

6.1. A CONTRATADA concede ao CONTRATANTE o direito de uso de uma licença dos Sistemas, objeto deste contrato, instalada no servidor e em computadores conectados em rede.

6.2. É vedada a cópia dos sistemas, exceto para fazer backup. Os sistemas estão protegidos pela Lei nº 9.609/98, que prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção e pela Lei nº

9.610/98, cuja indenização pode chegar ao valor de 3.000 (três mil) cópias, para cada cópia instalada ilegalmente.

6.3. É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do(s) software(s) contratado a outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição dos referidos sistemas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Caberá ao CONTRATANTE:

7.1.1. Efetuar o pagamento pela locação dos Sistemas objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionados.

7.1.2. Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.

7.1.3. Designar um técnico categorizado para acompanhar o desenvolvimento dos serviços e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa, servindo de elo entre as partes.

7.1.4. Custear os gastos necessários para implantação, assistência técnica, manutenções e eventuais alterações dos sistemas.

7.1.5. Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização dos sistemas licenciados, incluindo assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas, manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina e dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento quando da visita técnica dos mesmos.

7.1.6. Conferir os resultados obtidos na utilização dos sistemas licitados. Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a CONTRATADA em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro nos programas.

7.1.7. Solicitar formalmente à CONTRATADA a instalação dos sistemas do seu interesse e os serviços de assistência técnica necessários ao perfeito funcionamento dos mesmos.

7.1.8. Utilizar os sistemas locados exclusivamente nas unidades gestoras, vedada a sua cessão a terceiros a qualquer título.

7.1.9. Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços.

7.2. Caberá a CONTRATADA:

7.2.1. Instalar e treinar os usuários do CONTRATANTE na operacionalização dos sistemas, objeto deste contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato.

7.2.2. Prestar suporte somente na operacionalização dos sistemas, objeto deste contrato, ao usuário que tenha recebido o devido treinamento.

7.2.3. Manter informado o técnico da contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

7.2.4. Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos Sistemas, causadas por problemas originados dos códigos-fonte dos seus programas.

7.2.5. Tratar como confidenciais informações e dados contidos nos Sistemas do CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.

7.2.6. Responder por quaisquer danos pessoais e materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho.

7.2.7. Não transferir ou sublocar a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem prévia e anuência do CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa.

7.2.8. Substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público.

7.2.9. Fornecer, sempre que solicitados pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamentos dos empregados e comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.

7.2.10. Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas pertinentes em vigor.

7.2.11. Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

7.2.12. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais resultantes da execução deste contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO

8.1. Entende-se por manutenção a obrigação da CONTRATADA de manter o sistema de acordo com as características do Anexo I do Edital PP nº X/2014/CMP:

8.1.1. Corrigir eventuais falhas do sistema, desde que originados por erro ou defeito de funcionamento dos mesmos.

8.1.2. Alterações de sistemas em função de mudanças legais nos casos da moeda, alteração de legislação federal e estadual, desde que tais mudanças não influam na estrutura básica dos sistemas.

9. CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

9.1. A prestação de serviços, não cobertas pela manutenção, será cobrada conforme proposta apresentada pela CONTRATADA, entendendo-se:

a. Mudanças nos programas descritos no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº X/2014/CMP para atender às necessidades específicas do CONTRATANTE.

b. Elaboração de novos programas solicitados pelo CONTRATANTE.

c. Alterações do sistema em função de mudanças legais ou operacionais que impliquem em modificações da estrutura básica dos sistemas.

d. Substituição dos sistemas por versões mais atualizadas em função do aprimoramento técnico e/ou operacional.

e. Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backups adequados para satisfazer as necessidades de segurança.

f. Treinamento de pessoal do CONTRATANTE na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc.

g. Elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas após a implantação e utilização dos mesmos, como: gerar/validar arquivos para Órgão Governamental, Instituição Bancária, Gráfica, Tribunal de Contas, entre outros.

9.2. As solicitações de manutenções ou alterações nos programas serão enviadas pelo CONTRATANTE, através de pessoa ou área responsável, à CONTRATADA, em seu domicílio, via fax ou correio eletrônico, acompanhado de documentação ou comentário que caracterize o serviço a ser efetuado. Após a execução do serviço, a CONTRATADA repassará o programa alterado em sua forma executável, via internet, para os endereços pactuados do CONTRATANTE, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários do sistema.

9.3. Este atendimento poderá ser realizado por telefone, fac-símile, internet através de serviços de suporte remoto, ou no ambiente da CONTRATADA, sempre que as alternativas anteriores não resultarem em solução satisfatória.

9.4. O suporte por telefone ou remoto deverão ser atendidos quando feito por servidor que possuam habilitação para a operação do sistema, do equipamento, do sistema operacional e utilitários.

10 CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em caso de inexecução parcial das obrigações contidas neste instrumento, a CONTRATADA ficará sujeita a

a. Advertência;

b. Pagamento de uma multa diária, enquanto perdurar a situação de infringência, correspondente a 0,5% (cinco centésimos por cento) do valor total do Contrato, corrigido monetariamente, sem prejuízo do disposto nesta cláusula, até o prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual o Contrato poderá ser rescindido com a aplicação cumulativa da pena de suspensão do direito de licitar e contratar com o órgão licitante pelo prazo de até 02 (dois) anos.

11.2. As multas serão cobradas por ocasião do primeiro pagamento que vier a ser efetuado após sua aplicação.

11.3. O valor total das multas não poderá ultrapassar de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, limite que permitirá sua rescisão, não cabendo, neste caso, a multa prevista na Cláusula Décima Segunda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. O CONTRATANTE poderá declarar rescindido o presente Contrato independentemente de interpelação ou de procedimento judicial sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

12.1.1. O descumprimento total das obrigações contidas neste instrumento, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subseqüentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente Contrato, além de rescisão do mesmo. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.2. Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

12.1.3. Rescindido ou distratado o contrato, a CONTRATADA deverá disponibilizar, em formato txt, cópia de toda a base de dados produzida e armazenada durante o período de vigência contratual, acompanhada dos layouts e demais informações pertinentes e necessárias à conversão de dados, tudo isto sem prejuízo da obrigação de manter a base produzida arquivada por no mínimo 180 (cento e oitenta) dias contados do trânsito em julgado do processo administrativo que determinou a extinção do vínculo contratual. Em paralelo, ficará a CONTRATADA obrigada a prestar, mediante justa remuneração, todo e qualquer serviço necessário à condução da máquina administrativa, evitando-se a paralisação total ou parcial de setores essenciais da administração pública enquanto não ultimado um novo processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1. Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste contrato indica pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar seu desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento deste contrato.

13.2. São partes integrantes deste contrato a proposta apresentada pela CONTRATADA no Processo de Licitação nº XX/2014.

a) Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria, bem como, pelo disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

b) A presente contratação não gera qualquer vínculo empregatício do CONTRANTE perante a CONTRATADA e seus subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o foro da cidade de Palhoça/SC para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas

abaixo.

Palhoça, SC, em de de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Presidente

CONTRATADA

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

Palmitos

PREFEITURA

Editais de Notificação 750/2013



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 750/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CTJ6098	54925923D	6394/4	23/05/2013	R\$ 191,53	220 * XIV
IKB3413	54926541D	5835/0	16/06/2013	R\$ 127,69	195
IKB3413	54926544D	6270/0	16/06/2013	R\$ 127,69	220 * II
JYR2364	54925630D	5525/0	13/05/2013	R\$ 85,12	181 * XV
LZQ8981	54805071C	5460/0	08/03/2012	R\$ 85,12	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 17 DE JUNHO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 751/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 751/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BFA4219	54926461D	5320/0	13/08/2013	176 * V
BPY3799	54095917E	5010/0	15/08/2013	162 * I
LYP4843	54095610E	5061/0	05/08/2013	163 c/c 162 * I
LYP4843	54095857E	5010/0	05/08/2013	162 * I
MAW3699	54926389D	6920/0	04/09/2013	233
MDW2633	54095871E	6920/0	06/08/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 17 DE JUNHO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 752/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 752/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFO1920	54925643D	5541/1	02/09/2013	181 * XVII
MHL2544	54095626E	5193/0	15/08/2013	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 17 DE JUNHO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 753/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 753/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CMK3201	54926539D	6599/2	15/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
DMM9563	54095833E	6920/0	25/06/2013	R\$ 127,69	233
LXV0302	54095840E	6920/0	21/06/2013	R\$ 127,69	233
MGZ6220	54095808E	6920/0	20/05/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 17 DE JUNHO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 754/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 432 754/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IRS4691	54095627E	5010/0	15/08/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 17 DE JUNHO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 755/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 432 755/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLD4589	54926400D	5401/0	12/09/2013	181 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 17 DE JUNHO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 756/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 756/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AI0864	54095844E	6920/0	20/06/2013	R\$ 127,69	233
AMJ5329	54926351D	5169/1	03/02/2012	R\$ 957,69	165
EJI4464	54926428D	6920/0	30/03/2012	R\$ 127,69	233
JYM0193	54926340D	6920/0	09/02/2012	R\$ 127,69	233
KAP3029	54926277D	6920/0	09/12/2011	R\$ 127,69	233
LCS6397	54095849E	6920/0	12/06/2013	R\$ 127,69	233
LXH8423	54926299D	6920/0	28/12/2011	R\$ 127,69	233
LXL4170	54095850E	6920/0	12/06/2013	R\$ 127,69	233
LZF8025	54926293D	5010/0	23/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAA6125	54926214D	6599/2	29/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBP0668	54095847E	6920/0	14/06/2013	R\$ 127,69	233
MCC2300	54926300D	6920/0	26/12/2011	R\$ 127,69	233
MEN4461	54805575C	6548/2	23/03/2012	R\$ 85,12	229
MFJ0185	54926337D	6920/0	09/02/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 17 DE JUNHO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA
DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 757/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 757/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMG2853	54804050C	5967/0	03/04/2012	R\$ 191,53	203 * V
LXX8441	54926228D	5541/1	24/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAA6125	54926213D	5738/0	29/12/2011	R\$ 191,53	186 * II
MFF4601	54926221D	7048/1	29/12/2011	R\$ 191,53	244 * II
MII9225	54805821C	6050/1	07/01/2012	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 17 DE JUNHO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 758/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 758/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AVI2629	54095866E	6920/0	19/08/2013	233
BQJ9000	54095757E	5045/0	20/08/2013	162 * V
DDO8482	54095872E	6920/0	26/08/2013	233
HMY9722	54095882E	6920/0	21/08/2013	233
JYY9977	54095881E	6920/0	14/08/2013	233
LVF6332	54095632E	6599/2	19/08/2013	230 * V
LYS9127	54095682E	5010/0	13/09/2013	162 * I
LYS9127	54095683E	6599/2	13/09/2013	230 * V
LZK1498	54095879E	6920/0	06/08/2013	233
MAL8050	54095629E	6599/2	19/08/2013	230 * V
MAV2133	54095638E	5010/0	27/08/2013	162 * I
MAV2133	54095639E	6599/2	27/08/2013	230 * V
MBT1280	54095958E	6920/0	05/09/2013	233
MCI5714	54095754E	6599/2	20/08/2013	230 * V
MCI5714	54095755E	5010/0	20/08/2013	162 * I
MCI5714	54095756E	5061/0	20/08/2013	163 c/c 162 * I
MCJ5370	54926548D	6599/2	18/09/2013	230 * V
MCJ5370	54926549D	5118/0	18/09/2013	164 c/c 162 * I
MEC6415	54095942E	5010/0	13/09/2013	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 17 DE JUNHO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 759/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 432 759/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JZU2473	54095952E	5185/1	14/09/2013	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 17 DE JUNHO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 760/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 760/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CLM4398	54095867E	6920/0	06/08/2013	233
LXE3258	54095762E	6599/2	09/09/2013	230 * V
LYR4690	54095956E	6920/0	04/09/2013	233
MAL0697	54095645E	6599/2	04/09/2013	230 * V
MAL0697	54095646E	5010/0	04/09/2013	162 * I
MBI8543	54925638D	6912/0	06/09/2013	232
MCG3488	54095954E	6920/0	12/09/2013	233
MEQ6028	54925935D	5010/0	03/09/2013	162 * I
MEQ6028	54925936D	6912/0	03/09/2013	232
MEU4147	54095644E	6599/2	04/09/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 17 DE JUNHO DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 761/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 432 761/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MVJ2854	54925644D	5550/0	02/09/2013	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 17 DE JUNHO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

Papanduva

PREFEITURA

Decreto Nº 2425, de 17.06.2014 - Altera Decreto Ponto Facultativo Copa

DECRETO Nº 2425, DE 17.06.2014.

Altera o Decreto nº 2403, de 28.04.2014.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas do inciso VI do Artigo 59 da Lei Orgânica do Município, e tendo presente razões de oportunidade, e

Considerando os jogos do Brasil na Copa do Mundo, 1ª Fase,

DECRETA

Art. 1º. Ficam alterados os horários dos jogos ainda não realizados constantes no Art. 1º do Decreto nº2403, de 28 de abril de 2014, exceto os serviços essenciais, conforme for o caso, nos seguintes dias e horários:

Dia 17/06/14: Das 15:00 às 17:00

Dia 23/06/14: Das 16:00 às 17:00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva,

17 de junho de 2014.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

Decreto Nº 2426, de 17.06.2014 - Estabelece Ponto Facultativo - Corpus Christi

DECRETO Nº 2426, DE 17.06.2014.

Estabelece Ponto Facultativo

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas do inciso VI do Artigo 59 da Lei Orgânica do Município, e tendo presente razões de oportunidade,

DECRETA

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais, exceto os serviços essenciais, conforme for o caso, no dia 20 de junho de 2014 (sexta-feira).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva,

17 de junho de 2014.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

Decreto Nº 2427, de 18.06.2014 - Revoga Processo Licitatório 78-2014

DECRETO Nº 2427, DE 18.06.2014.

Revoga Processo Licitatório n. 78/2014 e dá outras providências.

DARIO SCHICOVSKI, PREFEITO MUNICIPAL DE PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, incisos VI e XXX, da Lei Orgânica Municipal, e Considerando a Ata de Recebimento e Abertura de Documentação nº34/2014 da Comissão de Licitação,

DECRETA

Art. 1º. Fica revogado o Certame Licitatório nº 078/2014, na Modalidade de Pregão Presencial, tendo em vista que o único participante foi desclassificado, conforme Ata nº 34/2014 da Comissão de Licitação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Papanduva,

18 de junho de 2014.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

Decreto Nº 2428, de 18.06.2014 - Nomeia Coordenação Compdec

DECRETO Nº 2428, DE 18.06.2014.

NOMEIA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC.

DARIO SCHICOVSKI, PREFEITO MUNICIPAL DE PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, incisos VI e XXX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com Art. 10-L da Lei Complementar nº053, de 26 de fevereiro de 2014,

DECRETA

Art 1º. Ficam nomeados para comporem a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, os seguintes representantes:

I - Coordenadores da COMPDEC:

- Dario Schicovski - Prefeito Municipal

- Fábio José Padilha - Secretário da Administração

II - Secretário da COMPDEC:

- Ison Teófilo Bueno - Servidor Municipal

III - Conselho Técnico:

- Aristides Antonio Sonáglio - Engenheiro Civil
- Cesar Augusto Reva - Secretário de Infraestrutura
- Everton Rodney Klipp - Secretário de Educação
- Elicir Bernadete Schicovski - Secretária da Fazenda
- Glaci Terezinha de Almeida Gmach Hostert - Secretária de Assistência Social
- Odair José Leandro Dias - Secretário de Saúde

IV - Conselho Comunitário:

- Sargento Lourival Matos Costa - Representante do Corpo de Bombeiros Militar;
- Sargento João Augusto de Lima - Representante da Polícia Militar;
- Rui Orestes Kuchnir - Representante da Polícia Civil;
- Alvacir Wunsche - Representante do Lions;
- Luciane Maria Wunsche - Representante do Conselho Municipal de Turismo;
- Alzira Povaluck - Representante da Associação Hospitalar e Maternidade São Sebastião;
- Doutor Carlos Vinícius Javorski - Representante Líder Comunitário.

V - Agente de Defesa Civil:

- Gisele Saldanha - Servidora Municipal

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Papanduva,
18 de junho de 2014.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 088/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2014.

Objeto: Aquisição de veículos, novos, zero quilômetro, para o uso da Secretaria Municipal de Agricultura. Tipo: Menor Preço por item e Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 07 de julho de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 07/07/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 23 de junho de 2014

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 012/14 de 18 de Junho de 2014**

Portaria Nº 012/14 de 18 de junho de 2014

"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO DIA 20 DE JUNHO DE 2014"

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial o disposto no art. 27, inciso III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Papanduva, no dia 20 de junho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 20 de junho de 2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em,
18 de junho de 2014.

JACINTA MIKALOVICZ
Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA
Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI
1ª Secretária

VALDECIR VANESKI
2º Secretário

Portaria Nº 013/14 de 23 de Junho de 2014

Portaria Nº 013/14 de 23 de junho de 2014

"HOMOLOGA OS CERTIFICADOS DOS CURSOS DE ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO, E CONCEDE GRATIFICAÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, A SENHORA JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA, MATRICULADA SOB O N.º 123."

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas no artigo 27, inciso III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, bem como nos artigos 4º, 5º e 6º da Resolução n.º 001/2008, de 27 de junho de 2008, e no Edital de Chamamento nº 001/2014 de 06 de junho de 2014, RESOLVE:

Art. 1º - Ficam homologados os Certificados dos Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, da Servidora Pública da Câmara Municipal de Papanduva, a Senhora Joselene de Fátima Ferreira, matrícula sob n.º 123, correspondente ao período de julho/2011 a junho/2014, com a respectiva comprovação da carga horária mínima exigida.

Art. 2º - Fica concedida à servidora mencionada, a gratificação de 2% sobre o seu vencimento, correspondente à realização de Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento no período de julho/2011 a junho/2014

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação e a gratificação será concedida a partir de 01 de julho de 2014.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em,
23 de junho de 2014.
JACINTA MIKALOVICZ
Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA
Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI
1ª Secretária

VALDECIR VANESKI
2º Secretário

Extrato de Contrato Nº 04/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA
CONTRATO Nº: 03/2014
CONTRATADO: CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO DAS CÂMARAS DE VEREADORES (PGVC) APROVADO PELO CIGA, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO CIGA Nº 16/2011, ENVOLVENDO AS SEGUINTE ATIVIDADES:

I - PROMOÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE SANTA CATARINA;

II - INCLUSÃO DIGITAL DAS CÂMARAS DE VEREADORES;

III - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES E SERVIÇOS AO CIDADÃO;

IV - ACOMPANHAMENTO ON-LINE DOS PROJETOS DE LEI E DE MAIS ATOS NORMATIVOS EM TRAMITAÇÃO NAS CÂMARAS DE VEREADORES;

V - DIVULGAÇÃO DAS POTENCIALIDADES ECONÔMICAS E CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS;

VI - PROMOÇÃO DA GESTÃO TRANSPARENTE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL;

VII - ECONOMIA DOS RECURSOS PÚBLICOS.

VIGÊNCIA: 01/06/2014 À 31/12/2014 ADMITIDA A PRORROGAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 57, II, DA LEI N. 8.666/1993, MEDIANTE TERMO ADITIVO.

VALOR: PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO DESTE CONTRATO, A CÂMARA DE VEREADORES REPASSARÁ (MENSALMENTE OU PARCELA ÚNICA) AO CIGA A IMPORTÂNCIA DE R\$ 224,00 (DUZENTOS E VINTE E QUATRO REAIS) OU 1.254,00 (UM MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS).

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 01/06/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA,
16 DE JUNHO DE 2014.
JACINTA MIKALOVICZ
PRESIDENTE

Passos Maia**PREFEITURA****Notificação de Recebimento de Recursos.**

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$ 146.250,00 (cento e quarenta e seis mil duzentos e cinquenta reais).

Destinação: Aquisição de caminhão para a Secretaria Municipal de Agricultura.

Data liberação: 13/06/2014

Passos Maia - SC, 23 de junho de 2014.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

Paulo Lopes**PREFEITURA****Portaria Nº 248/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 248/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal vigente, e conforme Edital nº 007/2013, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de G para H, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, brasileiro, Almir Souza Gularte, portadora do CPF nº 538545.439-72 matrícula nº 142, a disposição na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Município de Paulo Lopes - SC, em 18 de Junho de 2014.

Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 249/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 249/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto legislação vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Caitia Salvelina Bernardo Liberato, portadora do CPF nº 986.118.609-34, matrícula nº 10978, ocupante do Cargo de Professora ACT, contratado temporariamente pela portaria nº 059/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC,
em 18 de Junho de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 250/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 250/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 62/2014, resolve:

AMPLIAR CONTRATO POR PRAZO TEMPORÁRIO, Adirléia Sousa da Silva Firmino brasileira, portadora do CPF nº 868.446.369-20, matrícula nº 11024, ensino superior incompleto, classificada na sexta posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora, em substituição a titular Elizete Zanela dos Santos, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/06/2014 até 01/07/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC,
em 18 de Junho de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha**PREFEITURA****Aditivo Nº 69/2014 FMS**

MUNICÍPIO DE PENHA

CNPJ/MF 83.102.327/0001-00

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO Nº 69/2014 FMS

AO CONTRATO Nº 62/2013 FMS

Licitação: Processo Licitatório nº. 09/2013 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 03/2013 -FMS.

Objeto: fornecer para a PREFEITURA, oxigênio medicinal e comodato de cilindros para o devido acondicionamento de tal oxigênio juntamente com manômetros e fluxômetros, por meio do Fundo Municipal de Saúde.

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 69/2014 FMS ao Contrato Administrativo nº 62/2013 FMS para fornecimento de Oxigênio medicinal e comodato de cilindros para acondicionamento de oxigênio para ser utilizado no Pronto Atendimento 24 Horas, Ambulâncias e Pacientes que fazem uso de oxigenioterapia domiciliar, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa AIR LIQUIDE BRASIL LTDA, com sede na cidade de Joinville, Rua Ruy Barbosa, nº 700, bairro Distrito Industrial, Telefone : (47) 3435-4500 inscrita no CNPJ sob o nº 00.331.788/0035-68, neste ato representada Fabiano Cruz Laporta, CPF 135.957.008-05 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula quarta do contrato administrativo nº 62/2013 FMS fica prorrogado até o dia 16.08.2014 a contar do dia 16.06.2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 17 de Junho de 2014.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Josiane Bento

CPF: 053.867.439-37

Nome:

CPF:

DE ACORDO: _____

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Edital de Licitação Nº 010/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 010/2014
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 11 de julho de 2014, licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS 010/2014 visando à contratação de EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS PARA ELABORAÇÃO DOS SEGUINTE PROJETO:

I - Projeto de muro de contenção;

II - Estudo Ambiental e obtenção de licenças ambientais, junto ao órgão da FATMA/SC.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 11/07/2014, até as 14:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,
17 DE JUNHO DE 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.025, de 23 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4.025, DE 23 DE JUNHO DE 2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão: 02 - Poder Executivo

Unidade Orçamentária: 06 - Secretaria de Transportes e Obras

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Programa: 1501 - Urbanização de Vias

Atividade: 1010 - Pavimentação de Ruas e Passeios

Fonte: 0324

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o recurso de R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais), por conta do Superávit Financeiro do

Balanco da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2013, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanco Patrimonial. Conta Pavimentação Asf. Iomerê/Pinheiro Preto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC,
23 DE JUNHO DE 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 222, de 12 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 222, DE 12 DE JUNHO DE 2014.
APROVA PROJETO BÁSICO DE OBRA DE ENGENHARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º É aprovado o projeto básico para execução de obra de engenharia - quadra de areia no bairro Britador, no Município de Pinheiro Preto, na forma dos seguintes anexos:

I - ANEXO: Projeto: planta baixa - detalhes - Prancha 1;

II - ANEXO: Memorial Descritivo;

III - ANEXO: Planilha de Orçamento Global;

IV - ANEXO: Cronograma físico- financeiro;

V - ANEXO: Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

Art. 2º. Determinar à comissão de licitação que lance o edital competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,
12 de junho de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito

Pomerode

PREFEITURA

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001502/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001502/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

BFM1982 54450138E 01/05/2014 5169-1

BFM1982 54450139E 01/05/2014 6637-2

BFM1982 54882099E 01/05/2014 6599-2

BFM1982 54882100E 01/05/2014 6610-2

BHJ9196 54882705E 27/05/2014 6920-0

BVU1896 54882291E 24/05/2014 5169-1

BVU1896 54882292E 24/05/2014 5177-0

JXZ2382 54882887E 22/05/2014 6726-1

MBM9367 54882892E 26/05/2014 6610-2

MEG1603 54882319E 26/04/2014 6769-1

MEI9682 54882347E 08/05/2014 6599-2

MEI9682 54882348E 08/05/2014 5010-0

MEI9682 54882851E 08/05/2014 5274-1

MEL2659 54882753E 23/05/2014 6912-0

MGP8531 54450340E 03/05/2014 6599-2

MGP8531 54450341E 03/05/2014 6408-0

MGZ8480 54882090E 26/04/2014 6556-1

MHD8609 54882361E 24/05/2014 6912-0

MHV0306 54882109E 04/05/2014 5169-1

MJO5912 54985411E 08/05/2014 7340-0

MJO5912 54985412E 08/05/2014 6912-0

Infr./Desd. Enquadramento

5169-1 165

6637-2 230 * IX

6599-2 230 * V

6610-2 230 * VII

6920-0 233

5177-0 166

6726-1 230 * XVIII

6769-1 230 * XXII

5010-0 162 * I

5274-1 175

6912-0 232

6408-0 221

6556-1 230 * I

7340-0 252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU,

QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 23 DE JUNHO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001503/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001503/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ACT4702 54985382E 29/04/2014 7307-0

CLV7767 54882281E 20/05/2014 7366-2

LXA0420 54882956E 28/05/2014 5185-1

LZP7460 54882713E 31/05/2014 5738-0

MAJ5399 54882115E 06/05/2014 5703-0

MAR8017 54882296E 28/05/2014 5185-1

MBM9367 54882891E 26/05/2014 5428-1

MCP9249 54985491E 20/05/2014 5185-1

MEI9682 54882349E 08/05/2014 6076-0

MEI9682 54882350E 08/05/2014 5207-0

MEL4209 54985364E 22/04/2014 5924-1

MHG7840 54985385E 29/04/2014 7307-0

MIU2800 54985343E 16/04/2014 5967-0

MJO8536 54985402E 06/05/2014 5967-0

MJX7940 54882408E 03/05/2014 5207-0

MKL7418 54985362E 17/04/2014 5967-0

Infr./Desd. Enquadramento

7307-0 251 * II

7366-2 252 * VI

5185-1 167

5738-0 186 * II

5703-0 185 * I

5428-1 181 * V

6076-0 210

5207-0 169

5924-1 203 * I

5967-0 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 23 DE JUNHO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001504/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001504/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AFJ4208 54882017E 22/03/2014 6637-2 R\$ 127,69
ANN1022 54449929E 27/01/2014 5045-0 R\$ 191,53
ANN1022 54449930E 27/01/2014 6599-2 R\$ 191,53
MBS6120 54450320E 02/03/2014 6599-2 R\$ 191,53
MCQ9243 54450158E 14/03/2014 6912-0 R\$ 53,20
MGH0173 54450893E 30/01/2014 6637-2 R\$ 127,69
MHO4722 54450066E 22/02/2014 5169-1 R\$1915,38

Infr./Desd. Enquadramento

6637-2 230 * IX
5045-0 162 * V
6599-2 230 * V
6912-0 232
5169-1 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 23 DE JUNHO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001505/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590
EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001505/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

APX4015 54449904E 25/12/2013 5525-0 R\$ 85,12
LXR6081 54449437E 22/09/2013 5207-0 R\$ 53,20
MAB9166 54449718E 14/03/2014 5193-0 R\$ 191,53
Infr./Desd. Enquadramento

5525-0 181 * XV

5207-0 1695193-0 168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 23 DE JUNHO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001506/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001506/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AAA7284 54985540E 30/05/2014 6769-1
AAL7474 54882118E 08/05/2014 7340-0
LZG8591 54882365E 30/05/2014 6599-2
LZG8591 54882366E 30/05/2014 5010-0
MAA5799 54882344E 08/05/2014 6599-2
MAA5799 54882345E 08/05/2014 6556-1
MAA5799 54882346E 08/05/2014 6726-1
MBB5662 54882362E 30/05/2014 6637-2
MBB5662 54882363E 30/05/2014 6769-1
MCO0172 54883006E 01/06/2014 7340-0
MFP1119 54985545E 30/05/2014 6769-1
MHW2612 54882369E 30/05/2014 6912-0

Infr./Desd. Enquadramento

6769-1 230 * XXII
7340-0 252 * IV
6599-2 230 * V
5010-0 162 * I
6556-1 230 * I
6726-1 230 * XVIII
6637-2 230 * IX
6912-0 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 23 DE JUNHO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N.8126 001507/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N.8126 001507/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

COD5576 54985413E 08/05/2014 5550-0

CQV2219 54985468E 13/05/2014 6068-1

LXC4086 54985414E 08/05/2014 5738-0

LYN5679 54985570E 07/06/2014 5541-5

LZY4028 54985462E 13/05/2014 7366-2

MCO0172 54883004E 01/06/2014 5207-0

MDC5468 54985436E 09/05/2014 5550-0

MEH4370 54882126E 03/05/2014 5185-1

MEK3881 54450186E 08/05/2014 5967-0

MEP2670 54450148E 08/05/2014 5185-1

MGI1088 54882420E 23/05/2014 5720-0

MHV4220 54985448E 12/05/2014 7366-2

MIF7501 54985442E 11/05/2014 5738-0

MJN7219 54882959E 01/06/2014 5541-1

MKE1131 54882282E 22/05/2014 7366-2

Infr./Desd. Enquadramento

5550-0 181 * XVIII

6068-1 209

5738-0 186 * II

5541-5 181 * XVII

7366-2 252 * VI

5207-0 169

5185-1 167

5967-0 203 * V

5720-0 186 * I

5541-1 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

POMERODE/SC, 23 DE JUNHO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRÂNSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N.8126 001508/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZAÇÃO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N.8126 001508/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AGH4444 54450128E 25/04/2014 6637-2 R\$ 127,69

CQB4121 54450080E 01/04/2014 6920-0 R\$ 127,69

CSF0456 54450069E 12/03/2014 6920-0 R\$ 127,69

LYH0583 54449043E 20/03/2014 5010-0 R\$ 574,61

LYH0583 54449044E 20/03/2014 5118-0 R\$ 574,61

LYH0583 54449045E 20/03/2014 6912-0 R\$ 53,20

LYJ4233 54450469E 03/04/2014 5274-1 R\$ 191,53

LYS7618 54450387E 05/03/2014 6637-2 R\$ 127,69

LZD7253 54449954E 11/12/2013 6637-2 R\$ 127,69

LZF7070 54882037E 26/03/2014 5045-0 R\$ 191,53

MBS6120 54882048E 03/04/2014 6556-1 R\$ 191,53

MDD5725 54882029E 25/03/2014 6637-2 R\$ 127,69

MGX4580 54450073E 01/04/2014 6920-0 R\$ 127,69

MHP1212 54450388E 05/03/2014 6556-1 R\$ 191,53

MHP1212 54450389E 05/03/2014 6653-2 R\$ 127,69

MHP1212 54450390E 05/03/2014 6637-2 R\$ 127,69

MHP1212 54450391E 05/03/2014 6610-2 R\$ 127,69

MHP1212 54450392E 05/03/2014 6963-0 R\$ 127,69

MHP1212 54450393E 05/03/2014 6726-1 R\$ 127,69

Infr./Desd. Enquadramento

6637-2 230 * IX

6920-0 233

5010-0 162 * I

5118-0 164 c/c 162 * I

6912-0 232

5274-1 175

5045-0 162 * V

6556-1 230 * I

6653-2 230 * XI

6610-2 230 * VII

6963-0 237

6726-1 230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

POMERODE/SC, 23 DE JUNHO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLÍCIA

Editais de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N.8126 001509/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N.8126 001509/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AGH4444 54449140E 25/04/2014 7366-2 R\$ 85,12

AKB3548 54882010E 17/03/2014 5835-0 R\$ 127,69

LOX3498 54450043E 09/04/2014 6190-0 R\$ 85,12

LYJ4233 54450470E 03/04/2014 5835-0 R\$ 127,69

MBS6120 54882049E 03/04/2014 5460-0 R\$ 85,12

MBS6120 54882050E 03/04/2014 5525-0 R\$ 85,12

MDH5146 54450457E 25/03/2014 5185-1 R\$ 127,69

MGT9633 54882046E 02/04/2014 5452-1 R\$ 127,69

MIT0959 54450416E 26/03/2014 5185-1 R\$ 127,69

Infr./Desd. Enquadramento

7366-2 252 * VI

5835-0 195

6190-0 216

5460-0 181 * IX

5525-0 181 * XV

5185-1 167

5452-1 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 23 DE JUNHO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRÂNSITO

Editais de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N.8762 000399/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N.8762 000399/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR

IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ADG0087 8762039590 19/04/2014 7455-0

AIA1413 8762039684 18/04/2014 7455-0

BMR7744 8762040783 14/05/2014 7455-0

BVU1896 8762040180 26/04/2014 7455-0

BWS5039 8762038893 28/03/2014 5673-2

CKI0017 8762040067 24/04/2014 7455-0

CKZ6286 8762039044 01/04/2014 7455-0

DMW6208 8762039507 17/04/2014 7455-0

DRJ5399 8762039993 17/04/2014 7455-0

EJE7534 8762039582 18/04/2014 7463-0

GZS3357 8762040002 17/04/2014 7455-0

HJK1255 8762039663 20/04/2014 7471-0

IEQ0948 8762040303 30/04/2014 7455-0

IJA6383 8762038863 28/03/2014 7455-0

JHZ0568 8762040318 02/05/2014 7455-0

KHW5944 8762040840 14/05/2014 7455-0

LXG6109 8762039664 16/04/2014 6050-3

LXR8851 8762040140 25/04/2014 7455-0

LXV3006 8762040153 22/04/2014 7455-0

LYI6771 8762039047 01/04/2014 7455-0

LZZ2125 8762040199 23/04/2014 5673-2

MAI0553 8762039651 19/04/2014 7455-0

MAS3132 8762039980 17/04/2014 7455-0

MBH5408 8762039943 17/04/2014 7455-0

MBS9159 8762039957 17/04/2014 7463-0

MBU7692 8762039537 20/04/2014 7455-0

MBU7692 8762039604 20/04/2014 7455-0

MCQ1699 8762039497 20/04/2014 7455-0

MCZ6099 8762039608 15/04/2014 7455-0

MDK9635 8762040412 29/04/2014 7455-0

MDN7737 8762041077 14/05/2014 7455-0

MEG3713 8762039617 14/04/2014 7455-0

MEW0246 8762040101 23/04/2014 7455-0

MEW6401 8762040310 30/04/2014 7463-0

MEZ1836 8762039488 18/04/2014 7455-0

MEZ7293 8762039543 15/04/2014 7455-0

MFI9689 8762039545 15/04/2014 7455-0

MFI9689 8762039668 19/04/2014 6050-3

MFN9453 8762039572 18/04/2014 7455-0

MFP5257 8762039586 19/04/2014 7455-0

MGA3287 8762039461 15/04/2014 7455-0

MGK0415 8762040254 03/05/2014 7471-0

MGL4486 8762039948 17/04/2014 7463-0

MGN3544 8762039932 16/04/2014 7455-0

MGZ0608 8762040146 26/04/2014 7455-0

MHH1905 8762039624 15/04/2014 7455-0

MHJ2847 8762039916 16/04/2014 7471-0

MHO0393 8762039640 18/04/2014 7455-0

MHR1603 8762040205 24/04/2014 5673-2

MHX8643 8762039970 17/04/2014 7455-0

MIF3345 8762040255 03/05/2014 7455-0

MIJ9535 8762039921 16/04/2014 7463-0

MJA5000 8762039635 18/04/2014 7455-0

MJJ2439 8762039601 20/04/2014 7455-0

MJM3559 8762039685 18/04/2014 7455-0

MJQ0885 8762039910 16/04/2014 7455-0

MJT8388 8762039669 19/04/2014 6050-3

MKA0768 8762040273 02/05/2014 5673-2

MKE7306 8762039913 16/04/2014 7455-0

MKL7418 8762039683 17/04/2014 7455-0

MKW0407 8762040076 25/04/2014 7463-0

MLA2177 8762040206 24/04/2014 5673-2

MLJ4758 8762039677 15/04/2014 5673-2

MLK3696 8762040290 27/04/2014 7455-0

MMM0307 8762039553 15/04/2014 7455-0

NHF1492 8762040022 22/04/2014 7455-0

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 * I

5673-2 183

7463-0 218 * II

7471-0 218 * III

6050-3 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 23 DE JUNHO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000400/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000400/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AHC3056 8762036395 12/01/2014 7455-0 R\$ 85,12

AMS6004 8762025127 11/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

APA6824 8762038240 25/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

APX4015 8762036052 28/12/2013 7455-0 R\$ 85,12

ASM0261 8762038009 25/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

DSU2548 8762037464 09/02/2014 7463-0 R\$ 127,69

DWH6699 8762026690 25/05/2013 7463-0 R\$ 127,69

DWH6699 8762026950 26/05/2013 7463-0 R\$ 127,69

GZN6451 8762036503 12/01/2014 7455-0 R\$ 85,12

HSF6434 8762037781 12/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

HSM2105 8762038123 28/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

JRK2703 8762037428 03/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

JUO9657 8762038387 08/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

LYC2328 8762038868 29/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

LYZ9869 8762038274 26/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

LZK6854 8762038155 25/02/2014 5673-2 R\$ 85,12

MAY2178 8762037933 22/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

MBB3808 8762038126 28/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

MBX7722 8762038445 07/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

MCQ0036 8762038441 09/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

MCX1845 8762038599 16/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

MDR5956 8762038268 26/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

MEP7176 8762037076 29/01/2014 7455-0 R\$ 85,12

MER1676 8762025619 14/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

MEU8848 8762038282 02/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

MEX6402 8762038235 02/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

MFV5483 8762038208 26/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

MGJ6817 8762038188 01/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

MHC3659 8762037655 12/02/2014 5673-2 R\$ 85,12

MIU1768 8762038432 09/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

MIV5998 8762037447 07/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

MJK2953 8762038267 26/02/2014 6050-3 R\$ 191,53

MJW0125 8762025473 19/05/2013 7463-0 R\$ 127,69

MJW0125 8762025513 17/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

MJW0125 8762026147 21/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

MJW0125 8762026291 25/05/2013 7463-0 R\$ 127,69

MJW0125 8762026334 26/05/2013 7463-0 R\$ 127,69

MJW0125 8762026386 25/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

MJW0125 8762027118 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

MJW1357 8762038319 09/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

MKN7994 8762038417 07/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

MKO2090 8762038273 26/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

MKP1686 8762038912 26/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

MKP6189 8762037823 19/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

MLF0906 8762038109 26/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

MLN6613 8762038053 27/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

MOW0410 8762038213 28/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

MQG1073 8762038846 25/03/2014 7471-0 R\$ 574,61

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 * I

7463-0 218 * II

5673-2 183

6050-3 208

7471-0 218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 23 DE JUNHO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000401/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000401/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNI-

CO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDA-

DE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S)

PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S),

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES)

RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30

(TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AIN-

DA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO

ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RE-

SOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O

PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR

IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ADN8972 8762040357 27/04/2014 7455-0

AHY9349 8762040162 21/04/2014 5673-2

AMA8468 8762041647 25/05/2014 7471-0

AMR4876 8762040238 30/04/2014 7471-0

AWP8758 8762040097 21/04/2014 6050-3

BGR8319 8762041408 23/05/2014 7455-0

BJL4750 8762040428 03/05/2014 5673-2

CNN8717 8762041743 30/05/2014 7463-0
 DEX0231 8762041545 20/05/2014 7455-0
 FK14233 8762041472 22/05/2014 7455-0
 HNY5441 8762041651 26/05/2014 7455-0
 INB7854 8762041512 24/05/2014 7455-0
 ISG5871 8762041541 19/05/2014 7455-0
 JVZ8673 8762041551 22/05/2014 7455-0
 LXA1092 8762041754 30/05/2014 7455-0
 LXB3194 8762040598 09/05/2014 7455-0
 LXF3806 8762040235 30/04/2014 7455-0
 LXN3178 8762041526 24/05/2014 6050-3
 LXN3178 8762041744 31/05/2014 7455-0
 LXO2432 8762041807 30/05/2014 7463-0
 LXS6766 8762041504 22/05/2014 7455-0
 LYU3492 8762039278 08/04/2014 7455-0
 MAC4342 8762041420 24/05/2014 7455-0
 MAK8978 8762040365 30/04/2014 7455-0
 MAY2210 8762041479 18/05/2014 7463-0
 MAY2210 8762041483 18/05/2014 7463-0
 MBA9892 8762041728 28/05/2014 7455-0
 MBT6137 8762041742 30/05/2014 7455-0
 MBU6028 8762040407 27/04/2014 7455-0
 MCJ0474 8762041413 24/05/2014 7463-0
 MCP3735 8762040276 28/04/2014 7455-0
 MCP3735 8762040408 29/04/2014 7455-0
 MCQ5832 8762041691 25/05/2014 7455-0
 MCR6285 8762040338 30/04/2014 7455-0
 MCV0471 8762040417 01/05/2014 7455-0
 MDA6146 8762041532 18/05/2014 6050-3
 MDA9340 8762040274 03/05/2014 5673-2
 MDI0366 8762041425 24/05/2014 7455-0
 MDI0366 8762041588 26/05/2014 7455-0
 MDL4662 8762040605 04/05/2014 7455-0
 MEH2517 8762040424 02/05/2014 7455-0
 MEU4628 8762041481 18/05/2014 7455-0
 MEX7175 8762041213 15/05/2014 7455-0
 MFD0578 8762041542 19/05/2014 7463-0
 MFJ9178 8762041442 22/05/2014 5673-2
 MFP4490 8762041436 24/05/2014 5673-2
 MFY9364 8762041787 25/05/2014 7455-0

MFZ1097 8762041775 31/05/2014 7455-0
 MGJ6960 8762040531 04/05/2014 7455-0
 MGR9362 8762041552 23/05/2014 7463-0
 MGS4284 8762040374 01/05/2014 7455-0
 MHA2618 8762040306 30/04/2014 7455-0
 MHE0337 8762040285 27/04/2014 7455-0
 MHM1017 8762041376 19/05/2014 7455-0
 MHO4301 8762041452 18/05/2014 7455-0
 MHY2026 8762041519 21/05/2014 5673-2
 MHY2936 8762041469 21/05/2014 7455-0
 MIF9412 8762040375 01/05/2014 7463-0
 MII1792 8762041518 19/05/2014 5673-2
 MIT0461 8762040237 30/04/2014 7455-0
 MIT0461 8762040401 03/05/2014 5673-2
 MIU0711 8762041471 22/05/2014 7455-0
 MIU2884 8762040245 02/05/2014 7455-0
 MJD5535 8762040263 30/04/2014 7455-0
 MJF7722 8762041427 24/05/2014 7455-0
 MKB8478 8762041459 19/05/2014 7455-0
 MKC0045 8762041410 23/05/2014 7455-0
 MKE8034 8762040148 26/04/2014 7455-0
 MKG1183 8762041638 28/05/2014 7455-0
 MKK6831 8762041432 20/05/2014 7455-0
 MKL7418 8762040377 01/05/2014 7455-0
 MKT6215 8762040289 03/05/2014 7463-0
 MKV7777 8762041736 29/05/2014 7455-0
 MLD0064 8762041549 21/05/2014 6050-3
 MMD2808 8762041386 21/05/2014 7455-0

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 * I

5673-2 183

7471-0 218 * III

6050-3 208

7463-0 218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACI-MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 23 DE JUNHO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000402/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000402/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FI-NAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MUL-TA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AAG4087 8762039069 05/04/2014 7455-0 R\$ 85,12

AFW6637 8762038605 13/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

AFX8121 8762038824 17/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

AGB9956 8762037465 09/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

AGH4444 8762039367 11/04/2014 7455-0 R\$ 85,12

AHX1611 8762037853 21/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

AIR1124 8762036233 03/01/2014 7455-0 R\$ 85,12

ALN1324 8762038490 16/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

ARL2704 8762038374 06/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

ARO8929 8762037414 05/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

AVQ8657 8762039098 05/04/2014 5673-2 R\$ 85,12

BBV0315 8762038803 21/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

CAL0404 8762038480 14/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

CLB4273 8762038329 07/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

CRD4254 8762036386 12/01/2014 7455-0 R\$ 85,12

DCG9253 8762036653 16/01/2014 7471-0 R\$ 574,61

DJS1975 8762038572 14/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

DMC6430 8762036084 24/12/2013 7455-0 R\$ 85,12

DRK2874 8762038311 08/03/2014 7463-0 R\$ 127,69

ICB4445 8762038297 05/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

IJK4561 8762037707 13/02/2014 7455-0 R\$ 85,12

JNL5541 8762038559 13/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

JPR9072 8762038458 11/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

JQS4775 8762037873 19/02/2014 6050-3 R\$ 191,53

KZU3746 8762038706 23/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

LOW3570 8762038838 23/03/2014 7455-0 R\$ 85,12

LXS0689 8762036130 25/12/2013 7455-0 R\$ 85,12

LXY6071 8762036858 22/01/2014 7455-0 R\$ 85,12

LYA6225 8762035859 22/12/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZD8030 8762038771 22/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LZJ8794 8762038839 23/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LZU8651 8762038600 10/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LZV7057 8762037710 14/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 LZW7334 8762038682 22/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MAH9587 8762039231 04/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MAR8711 8762038467 12/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MBB2928 8762038715 22/03/2014 5673-2 R\$ 85,12
 MBL1461 8762039064 05/04/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MBQ7165 8762038548 10/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MBS4030 8762038619 16/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MCL7708 8762038654 17/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MCM4962 8762038755 18/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MCY4343 8762035654 14/12/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDM0202 8762036230 03/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MDM0202 8762036360 08/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MDM0385 8762037858 22/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MDO9131 8762039102 06/04/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MDU2959 8762038477 14/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MDW6115 8762038832 20/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MDY6734 8762037676 11/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MEW4687 8762038160 02/03/2014 5673-2 R\$ 85,12

MFC3242 8762037993 22/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFE2475 8762038471 13/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFF2849 8762038656 17/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFI1494 8762039054 03/04/2014 7471-0 R\$ 574,61
 MFS2441 8762035819 18/12/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFW2231 8762038604 13/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFX0105 8762038689 22/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MFX0161 8762038687 22/03/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MGD3024 8762038349 05/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MGI9375 8762038681 21/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MGR5892 8762038821 23/03/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MGV3875 8762038713 20/03/2014 5673-2 R\$ 85,12
 MGZ8608 8762038608 14/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MHA3342 8762038773 22/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MHC5346 8762038663 18/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MHM7799 8762024560 10/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHV0688 8762038679 21/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MHX0266 8762038783 23/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIL6283 8762036846 23/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIX2439 8762038461 12/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MIZ1101 8762037183 29/01/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MIZ8590 8762036180 24/12/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJH7858 8762039220 05/04/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MJS3890 8762038733 17/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MJV2191 8762038717 23/03/2014 6050-3 R\$ 191,53
 MKO1528 8762038519 14/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKP6589 8762038823 17/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKR2882 8762038530 11/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MKV8004 8762038277 27/02/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MLS9931 8762038582 15/03/2014 7463-0 R\$ 127,69
 MMA6494 8762038697 17/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 MYZ5597 8762038592 12/03/2014 7455-0 R\$ 85,12
 OAS8998 8762036714 19/01/2014 7455-0 R\$ 85,12
 Infr./Desd. Enquadramento
 7455-0 218 * I
 5673-2 183
 7471-0 218 * III
 7463-0 218 * II
 6050-3 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS

PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 23 DE JUNHO DE 2014.
 TATIANA LEITE SLOMP
 GERENTE DE TRANSITO

Edital de Licitação Pregão Presencial N.º 022/2014 - Registro de Preços

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE POMERODE
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
 EDITAL DE LICITAÇÃO
 PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 046/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES NOVOS, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, PARA A FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO E SAMAE DE POMERODE E VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR E CIVIL DA COMARCA DE POMERODE.
 Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 07/07/2014.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 07/07/2014.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 23 de Junho de 2014.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Edital de Licitação Pregão Presencial N.º 023/2014 - Registro de Preços

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE POMERODE
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
 EDITAL DE LICITAÇÃO
 PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 047/2014.

Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO E SAMAE DE POMERODE/SC.

Entrega dos envelopes: Até as 15:00 horas do dia 07/07/2014.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 15:00 horas do dia 07/07/2014.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail:

licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 23 de Junho de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Lei Ordinária Nº 2.641, de 23 de Junho de 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.641, DE 23 DE JUNHO DE 2014.
INSTITUI A "SEMANA MUNICIPAL DE COMBATE AO ALCOOLISMO" NO MUNICÍPIO DE POMERODE

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída no âmbito do Município de Pomerode a Semana Municipal de Combate ao Alcoolismo, a ser realizada, anualmente, no período de 18 a 24 de fevereiro.

Art. 2º - A Semana Municipal de Combate ao Alcoolismo tem por objetivo:

I - conscientizar a população a respeito dos malefícios causados à saúde pelo consumo de bebidas alcoólicas e da dependência química que causam;

II - realizar campanhas educativas, conferências, palestras, exposições e outras atividades que chamem a atenção da comunidade quanto aos riscos do consumo de bebidas alcoólicas, a se realizarem em escolas, Associações de Pais e Professores, Associações de Moradores, Instituições religiosas, clubes de serviços e outros, inclusive na Câmara Municipal;

III - distribuição de cartilhas, cartazes e folhetos instrutivos sobre o tema e as ações preventivas mais adequadas.

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal constituirá anualmente através de Decreto, a Comissão Organizadora, a quem caberá organizar o programa de eventos relativos à Semana Municipal de Combate ao Alcoolismo, que será integrada por representantes dos seguintes segmentos:

I - Secretaria Municipal de Saúde;

II - Secretaria Municipal da Educação e Formação Empreendedora (SED);

III - Secretaria Municipal de Cidadania e Desenvolvimento Social (SECID);

IV - Conselho Municipal de Segurança;

V - Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente;

VI - Associação dos Alcoólatras Anônimos de Pomerode;

VII - Conselho Municipal Anti Drogas;

VIII - Polícia Militar;

IX - Polícia Civil.

Parágrafo único: A Comissão organizadora elegerá entre seus membros, um presidente e um secretário, devendo ser elaborada uma ata resumida de todas as suas atividades, e que definirá as reuniões a serem realizadas e os locais

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão

por conta de dotação orçamentária em vigor.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 23 de junho de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 264, de 23 de Junho de 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 264, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

cria o Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI) e dá outras providências.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI), vinculado a Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social - SECID, órgão gestor do fundo, sob orientação e controle do Conselho Municipal do Idoso (COMID).

Art. 2º O Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI) tem por finalidade apoiar financeiramente os programas, projetos, serviços e ações das entidades e instituições juridicamente organizadas e inscritas no Conselho Municipal do Idoso (COMID), voltadas para a promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso, assim como o estudo, a pesquisa e garantia dos direitos prescritos na legislação própria.

Parágrafo Único - A gestão executiva do Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI) é operacionalizada, controlada e contabilizada com nomenclatura de contas próprias, obedecidas as normas da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e as orientações municipais sobre pagamentos e movimentações de contas.

Art. 3º Os recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI) somente serão aplicados e utilizados sob controle e deliberação do Conselho Municipal do Idoso (COMID).

Parágrafo Único - Cabe ao Conselho Municipal do Idoso analisar, fiscalizar e aprovar a utilização e aplicação dos recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa.

Art. 4º Os saldos financeiros do Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI), constantes do balanço geral anual, serão transferidos para o exercício seguinte a crédito do mesmo Fundo.

Art. 5º Constituem recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI):

I - dotação consignada anualmente no orçamento do Município e as verbas adicionais que a lei estabelecer no decurso de cada exercício, bem como quaisquer outros incentivos governamentais;

II - doações, auxílios, contribuições, subvenções transferências e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais;

III - incentivos governamentais que venham a ser fixados em lei;

IV - produto das aplicações dos recursos disponíveis e das vendas demateriais, publicações e eventos realizados;

V - valores oriundos da aplicação de multas previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, fixadas pelo Poder Judiciário, em conformidade com o disposto na legislação federal;

VI - valores oriundos da aplicação de incentivos concedidos pela Lei Federal nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, art. 13, inciso III, por parte de pessoas jurídicas nacionais, incluso empresas públicas e de economia mista, estaduais e federais;

VII - transferências do Fundo Nacional e Estadual do Idoso, na forma da lei; e

VIII - doações de pessoas físicas e jurídicas em conformidade com a Lei Federal nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, que autoriza a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas nas doações efetuadas aos Fundos Estaduais e altera o art. 12, Inciso I, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Art. 6º Os recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI) destinam-se a:

I - despesas com projetos, programas e serviços voltados para a promoção, proteção e defesa do idoso, especialmente aqueles em que o Estado constitucionalmente se obriga à cooperação com organizações não-governamentais;

II - despesas com consultoria, projetos de pesquisa ou de estudo, relacionados com o idoso;

III - despesas com programas de treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos;

IV - subvenção social para entidades ou instituições inscritas no Conselho Municipal do Idoso (COMID);

V - pagamento e/ou ressarcimento de despesas, diárias e/ou passagens a representantes do COMID em eventos e atividades mediante aprovação do Conselho;

VI - pagamento de serviços técnicos de assessoria, de comunicação e de divulgação de interesse do Conselho Municipal do Idoso (COMID);

VII - apoio na realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção, defesa, controle e garantia dos direitos do idoso;

VIII - manutenção de banco de dados com informações sobre programas, projetos e atividades governamentais e não-governamentais de âmbito municipal, regional, estadual, federal e internacional relativos ao idoso; e

IX - aquisição de material permanente e de consumo, necessários ao desenvolvimento dos programas referidos no item I e/ou para estrutura e funcionamento do Conselho Municipal do Idoso (COMID).

Art. 7º Compete à Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social - SECID, a qual o Conselho Municipal do Idoso (COMID) encontra-se vinculado:

I - realizar os repasses financeiros do Fundo, observando o disposto no art. 2º desta Lei, seu controle e contabilização, segundo programas de distribuição e consignações previamente aprovados pelo Conselho Municipal do Idoso (COMID);

II - captar recursos para o Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI);

III - assessorar o Conselho Municipal do Idoso (COMID) na elaboração da proposta orçamentária para o exercício seguinte e encaminhar para apreciação e aprovação pelo referido Conselho;

IV - movimentar os recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa

(FMPI), obedecidas as normas dos demais órgãos municipais;

V - prestar contas da movimentação financeira do Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI) ao Conselho Municipal do Idoso (COMID), anualmente ou quando solicitado;

VI - submeter à apreciação e aprovação do Conselho Municipal do Idoso (COMID) os atos normativos que se refiram à aplicação dos recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI);

VII - diligenciar junto às entidades conveniadas e/ou subvencionadas pelo Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI), objetivando a coleta de dados para elaboração de relatórios;

VIII - proporcionar suporte de pessoal técnico para execução do Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI) e a contabilização necessária; e

IX - comunicar ao Conselho Municipal do Idoso (COMID) toda e qualquer irregularidade detectada na utilização dos recursos repassados a entidades ou programas conveniados e/ou subvencionados pelo Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI).

Art. 8º As deliberações do Conselho Municipal do Idoso (COMID) sobre as aplicações de recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI) e a sua destinação às entidades públicas e privadas serão adotadas mediante Resoluções publicadas, objetivando:

I - fixar os critérios de distribuição e aplicação do Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI);

II - autorizar os repasses previstos no plano de aplicação do Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI), de acordo com a proposta orçamentária anual e plano plurianual;

III - estabelecer os mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações previstas no plano de aplicação, em conformidade com a política de atendimento ao idoso;

IV - examinar e aprovar as contas do Fundo;

V - designar membros do Conselho Municipal do Idoso (COMID) para acompanhar e fiscalizar a prática de atos concernentes às atividades operacionais do Fundo; e

VI - liberar recursos para Entidades/Programas comprovadamente inscritas no Conselho Municipal do Idoso (COMID).

Art. 9º Para a execução das Resoluções do COMID, referente à aplicação dos recursos do FMPI, fica o Secretário (a) de Cidadania e Desenvolvimento Social - SECID designado(a) como Ordenador de Despesas, a quem caberá a Prestação de Contas.

Art. 10º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Municipal do Idoso (COMID), em conjunto com a Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social - SECID.

Art. 11º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 23 de junho de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.855 de 18 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2.855 DE 18 DE JUNHO DE 2014

REVOGA O DECRETO Nº 2.074 DE 26 DE ABRIL DE 2005.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 74, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Decreto nº 2.074, que "DECLARA DE INTERESSE SOCIAL PARA EFEITO DE DESAPROPRIAÇÃO, UMA ÁREA DE TERRAS, SEM BENFEITORIAS, PARA O ACESSO DO JARDIM ZOOLOGICO DE POMERODE, MANTIDO PELA FUNDAÇÃO HERMANN WEEGE".

CONSIDERANDO, a Ação de Desapropriação, autos nº 050.05.000626-6, intentada contra as proprietárias do mencionado imóvel - Margareth Hasse e Tânia Hasse -,

CONSIDERANDO, a falta de interesse da atual administração municipal em desapropriar o referido imóvel, em razão da dificuldade de adequação do imóvel para dar acesso ao Zoológico,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o DECRETO Nº 2.074 de 26 de abril de 2005.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode/SC, em 18 de junho de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Ponte Serrada**PREFEITURA****Extrato Pregão 0014/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0017/2014- FMS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 0014/2014- FMS

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA USO JUNTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA. Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 04/07/2014. Abertura: às 09h00min horas do dia 04/07/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 23 de junho de 2014.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 2.169, de 18 de Junho de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.169, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA A PROCEDER O TOMBAMENTO COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL A "BATEIRA" NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.801 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Conselho Municipal de Cultura a proceder ao tombamento, por seu valor cultural, a bateira, também conhecida como "chata" ou "chatinha", passando a fazer parte do Patrimônio Cultural Imaterial do Município.

Art. 2º O Município de Porto Belo fica autorizado o uso da bateira como símbolo do Município, através de suas variadas formas, como imagem, fotos, desenhos e caricaturas.

Art. 3º A presente lei será regulamentada por decreto do Poder Executivo, no que couber.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 18 dias do mês de junho de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

Lei Nº 4.253/2014

LEI Nº 4.253, de 17 de junho de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder à Empresa FERNIPLAST INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA ME, Direito Real de Uso da área de terras que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o Direito Real de Uso à Empresa FERNIPLAST INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA ME, inscrita no CNPJ 06.881.566/0001-56, de uma área de terras urbanas situada no lugar denominado Capão Grande, no quadro urbano desta cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações: FRENTE: 50,08 metros confrontando com a Rua Wenzel Rulf; FUNDOS: por duas linhas, sendo a primeira linha medindo 35,30 metros e a segunda linha medindo 65,89 metros ambas confrontando com a Rua Osmar Fecci; LADO DIREITO: 203,74 metros, confrontando com terras de Placa - Comércio de Madeiras e Compensados Ltda.; LADO ESQUERDO: por duas linhas, sendo a primeira linha medindo 55,50 metros, confrontando com terras do município de Porto União, a segunda linha medindo 132,99 metros, confrontando com a Rua Paulista, interligadas por uma linha medindo 47,97 metros, confrontando com terras do Município de Porto União, perfazendo o total de 16.570,39 m² (dezesseis mil, quinhentos e setenta metros e trinta e nove décimos quadrados), constante das Matrículas no Cartório do Registro de Imóveis em Porto União sob os n.º 16.016 e parte da 11.627, pelo prazo de 20 (vinte) anos, ocasião em que poderá ser prorrogado automaticamente por igual período, desde que a concessionária esteja em regular operação e cumprindo a Lei.

Parágrafo único. A área descrita neste artigo destina-se à instalação de uma indústria de fabricação de material plástico para uso na construção civil.

Art. 2º A concessionária deverá cumprir, sob pena de reversão, os encargos a seguir relacionados nos seguintes prazos:

I- 30 (trinta) dias para transcrever a escritura pública de concessão de Direito Real de Uso junto ao Registro de Imóveis;

II- 60 (sessenta) dias para iniciar a construção de sua sede industrial na área cedida;

III- 24 (vinte e quatro) meses para concluir a obra referida no inciso anterior;

IV- 06 (seis) meses para iniciar suas atividades.

Art. 3º A concessionária não poderá, sob pena de reversão:

I- desviar a finalidade ou transferir a terceiros os direitos referentes a presente concessão de Direito Real de Uso;

II- hipotecar, penhorar, vender, permutar ou ceder a terceiros, total ou parcialmente, os direitos referentes a presente concessão de Direito Real de Uso do imóvel.

Art. 4º Os prazos referidos no artigo 2º contar-se-ão da data da publicação da presente Lei.

Art. 5º A retomada por descumprimento desta Lei se fará independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias eventualmente construídas.

Art. 6º As despesas com a plena execução da presente Lei correrão por conta da concessionária.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Administração e Esporte fará os lançamentos necessários ao controle do patrimônio municipal.

Art. 8º Em caso de reversão da presente concessão, as benfeitorias efetuadas incorporar-se-ão ao mesmo em favor do Concedente, sem direito de indenização ao Concessionário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 17 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Lei Nº 4.254/2014

LEI Nº 4.254, de 17 de junho de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Associação de Moradores de São Pedro do Timbó - AMOSPET, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação de Moradores de São Pedro do Timbó - AMOSPET, inscrita no CNPJ sob o nº 07.762.094/0001-85, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.159, de 26 de abril de 2006, com sede e foro no Município de Porto União - SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar à Associação de Moradores de São Pedro do Timbó - AMOSPET o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de junho e outubro de 2014, e a última no mês de fevereiro de 2015, disponibilizados para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador, com o intuito de fomentar a atividade agropecuária da região.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
	3350-	
DOTAÇÃO	100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º A Associação de Moradores de São Pedro do Timbó - AMOSPET obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data do primeiro pagamento, mediante apresentação de cópia documental da aplicação dos mesmos, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será de 12 (doze)

meses contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 17 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Convênio Nº 014/2014

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO PEDRO DO TIMBÓ - AMOSPET

CONVÊNIO Nº 014/14

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação de Moradores de São Pedro do Timbó - AMOSPET, com sede no Município de Porto União - SC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador do RG nº 325.323 - SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO PEDRO DO TIMBÓ - AMOSPET, inscrita no CNPJ sob o nº 07.762.094/0001-85, com sede na Colônia de São Pedro do Timbó, Porto União, denominada CONVENIADA, neste ato representada por seu Presidente, Sr. RUDI WINTER, brasileiro, portador da CI nº 4.074.931 SSP/SC e do CPF nº 026.888.499-48, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.254, de 17 de junho de 2014, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

O objeto do presente Convênio é o repasse de recursos financeiros à CONVENIADA, para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor

O valor do presente convênio é de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de junho e outubro de 2014, e a última no mês de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Liberação dos Recursos

O CONCEDENTE repassará à CONVENIADA o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de junho e outubro de 2014, e a última no mês de fevereiro de 2015, em c/c específica sob o nº 197.573-0, Ag. 2490-2, Banco do Brasil, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária, consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura

DOTAÇÃO	3350 - 100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos
---------	------------	---

CLÁUSULA QUARTA - Da utilização dos recursos
Os recursos liberados destinam-se à aquisição de produtos destinados à inseminação artificial para o melhoramento genético de animais e para custear curso de aperfeiçoamento do inseminador.

CLÁUSULA QUINTA - Das obrigações

I - Do CONCEDENTE:

O CONCEDENTE obriga-se a repassar até o 15º dia útil de cada mês à CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Terceira.

II - Da CONVENIADA:

A CONVENIADA obriga-se a prestar contas até 60 (sessenta) dias, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos, a partir da data do primeiro pagamento efetuado pelo CONCEDENTE, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

CLÁUSULA SEXTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a conveniada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA OITAVA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - Do prazo e da vigência

O presente Convênio terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 17 de junho de 2014.

Prefeito Municipal	Presidente da Associação de Moradores de São Pedro do Timbó - AMOSPET
TESTEMUNHAS:	

1.Nome: Paulo Rubens Buch
CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.445.539-53

Lei Nº 4.255/2014

LEI Nº 4.255, de 17 de junho de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Associação de Agricultores do Rio D'Areia, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação de Agricultores do Rio D'Areia, inscrita no CNPJ sob o nº 06.149.114/0001-84, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.968, de 26 de maio de 2004, com sede e foro no Município de Porto União - SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar à Associação de Agricultores do Rio d'Areia o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de junho e outubro de 2014, e a última no mês de fevereiro de 2015, disponibilizados para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador, com o intuito de fomentar a atividade agropecuária da região.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
DOTAÇÃO	3350-100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º A Associação de Agricultores do Rio d'Areia, obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data do primeiro pagamento, mediante apresentação de cópia documental da aplicação dos mesmos, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 17 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Convênio Nº 015/2014

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO RIO D'AREIA

CONVÊNIO Nº 015/14

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação de Agricultores do Rio d'Areia, com sede no Município de Porto União - SC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador do RG nº 325.323 - SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO RIO D'AREIA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.149.114/0001-84, com sede na localidade de Rio D'Areia, Porto União, denominada CONVENIADA, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Ademir Carrer, brasileiro, portador da CI nº 3.770.235-1-SC e do CPF nº 905.214.719/15, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.255, de 17 de junho de 2014, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

O objeto do presente Convênio é o repasse de recursos financeiros à CONVENIADA, para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor

O valor do presente convênio é de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de junho e outubro de 2014, e a última no mês de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Liberação dos Recursos

O CONCEDENTE repassará à CONVENIADA o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de junho e outubro de 2014, e a última no mês de fevereiro de 2015, totalizando R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) ao ano, em c/c específica sob o nº 206.220-8, Ag. 2490, Banco do Brasil (001), correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária, consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
		Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos
DOTAÇÃO	3350 - 100	

CLÁUSULA QUARTA - Da utilização dos recursos

Os recursos liberados destinam-se à aquisição de produtos destinados à inseminação artificial para o melhoramento genético de animais e para custear curso de aperfeiçoamento do inseminador.

CLÁUSULA QUINTA - Das obrigações**I - Do CONCEDENTE:**

O CONCEDENTE obriga-se a repassar até o 15º dia útil de cada mês à CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Terceira.

II - Da CONVENIADA:

A CONVENIADA obriga-se a prestar contas até 60 (sessenta) dias,

mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos, a partir da data do primeiro pagamento efetuado pelo CONCEDENTE, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

CLÁUSULA SEXTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a conveniada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA OITAVA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - Do prazo e da vigência

O presente Convênio terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 17 de junho de 2014.

Prefeito Municipal	Presidente da Associação de Agricultores do Rio D'Areia
TESTEMUNHAS:	

1.Nome: Paulo Rubens Buch
CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.445.539-53

Lei Nº 4.256/2014

LEI Nº 4.256, de 17 de junho de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Associação dos Moradores do Capão Grande, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação dos Moradores do Capão Grande, inscrita no CNPJ sob o nº 08.276.458/0001-80, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.229, de 13 de outubro de 2006, com sede e foro no Município de Porto União - SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar à Associação dos Moradores do Capão Grande do valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de junho e outubro de 2014, e a última no mês de fevereiro de 2015, disponibilizados para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador, com o intuito de fomentar a atividade agropecuária da região.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
DOTAÇÃO	3350-100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º A Associação dos Moradores do Capão Grande, obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data do primeiro pagamento, mediante apresentação de cópia documental da aplicação dos mesmos, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 17 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Convênio Nº 016/2014

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CAPÃO GRANDE

CONVÊNIO Nº 016/14

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação dos Moradores do Capão Grande, com sede no Município de Porto União - SC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador do RG nº 325.323 - SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CAPÃO GRANDE, inscrita no CNPJ sob o nº 08.276.458/0001-80, com sede na Colônia Capão Grande, Porto União, denominada CONVENIADA, neste ato representada por sua Presidente, Sra. Marlene Nicolak Gulicz, brasileira, portadora da CI nº 3.770.206-SSP-SC e do CPF nº 020.502.219-75, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.256, de 17 de junho de 2014, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

O objeto do presente Convênio é o repasse de recursos financeiros à CONVENIADA, para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor

O valor do presente convênio é de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Liberação dos Recursos

O CONCEDENTE repassará à CONVENIADA o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo as duas primeiras nos meses de maio e setembro de 2014, e a última no mês de janeiro de 2015, totalizando R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) ao ano, em c/c específica sob o nº 10.817-0, Ag. 3031, Banco Siccob, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária, consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
DOTAÇÃO	3350 - 100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA QUARTA - Da utilização dos recursos

Os recursos liberados destinam-se à aquisição de produtos destinados à inseminação artificial para o melhoramento genético de animais e para custear curso de aperfeiçoamento do inseminador.

CLÁUSULA QUINTA - Das obrigações

I - Do CONCEDENTE:

O CONCEDENTE obriga-se a repassar até o 15º dia útil de cada mês à CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Terceira.

II - Da CONVENIADA:

A CONVENIADA obriga-se a prestar contas até 60 (sessenta) dias, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos, a partir da data do primeiro pagamento efetuado pelo CONCEDENTE, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

CLÁUSULA SEXTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a conveniada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA OITAVA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - Do prazo e da vigência

O presente Convênio terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 17 de junho de 2014.

Prefeito Municipal	Presidente da Associação dos Moradores do Capão Grande
TESTEMUNHAS:	

1.Nome: Paulo Rubens Buch
CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.445.539-53

Lei Nº 4.257/2014

LEI Nº 4.257, de 17 de junho de 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar com a Cooperativa-Escola dos Alunos do Colégio Agrícola "Vidal Ramos" - COOPESA com a interveniência do CEDUP-VIDAL RAMOS, Termo de Convênio que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar com a Cooperativa-Escola dos Alunos do Colégio Agrícola "Vidal Ramos" - COOPESA com a interveniência do CEDUP-VIDAL RAMOS, Termo de Convênio objetivando a mútua colaboração financeira, didática e tecnológica, com a finalidade de estimular e desenvolver o ensino médio profissionalizante na área de agropecuária.

Art. 2º O Município contribuirá com o valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), referente ao exercício financeiro de 2014, dividido em 04 (quatro) parcelas mensais e consecutivas de R\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta reais), a partir da data de sua assinatura, para o custeio de 50% (cinquenta por cento) de 10 (dez) bolsas de estudo, que beneficiarão 10 (dez) alunos matriculados no Curso Técnico em Agropecuária, encaminhados pelo Município.

§ 1º Os alunos beneficiários das bolsas de estudo deverão residir no interior do Município de Porto União ou, se residirem na área urbana, ser filhos de produtores rurais do Município, ou ainda, filhos de funcionários da Municipalidade.

§ 2º O critério de cessão deverá seguir o estabelecido no § 1º do caput, até o limite máximo de 10 (dez) bolsas de estudo anuais.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0208 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE 2022 - Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
MODALIDADE 3350 - 100 - Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º A Cooperativa-Escola dos Alunos do Colégio Agrícola "Vidal Ramos"- COOPESA, obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data do primeiro pagamento, mediante apresentação de cópia documental da aplicação dos mesmos.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 17 de junho de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Convênio Nº 017/2014

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

COOPERATIVA - ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA VIDAL RAMOS - COOPESA COM INTERVENIÊNCIA DO CEDUP - VIDAL RAMOS

CONVÊNIO Nº 017/14

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União - SC, e a Cooperativa - Escola dos Alunos do Colégio Agrícola Vidal Ramos - COOPESA com interveniência do CEDUP - VIDAL RAMOS.

Por este instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANIZIO DE SOUZA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Porto União - SC, na Rua Expedicionário Edmundo Arrabar, 2.548, portador do RG nº 325.323 - SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado MUNICÍPIO e a COOPERATIVA - ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA VIDAL RAMOS - COOPESA, neste ato representada pelo seu Presidente, IVAN FUCK, brasileiro, solteiro, estudante, inscrito no CPF sob o nº 095.033.919-97, com a interveniência do CEDUP "VIDAL RAMOS", neste ato representado pelo seu Diretor, Professor EDUMAR RICARDO DA SILVA, brasileiro, casado, Professor, doravante simplesmente e respectivamente denominados MUNICÍPIO, COOPERATIVA e CEDUP - VIDAL RAMOS, fica conveniada a mútua colaboração no ensino agrícola e florestal, nos termos dos artigos 205 e 214, em especial dos artigos 208-II, 211, 212 e 214-IV, todos da Constituição Federal, e devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.257, de 17 de junho de 2014, celebram o presente convênio mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

Constitui objeto deste convênio, a mútua colaboração financeira, didática e tecnológica, com a finalidade de estimular e desenvolver o ensino médio profissionalizante, na área de agropecuária nos termos do inciso II, artigo 208, combinado com o inciso IV, artigo 214, ambos da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA - Das vagas

Para consecução dos objetivos de que trata este Convênio a COOPERATIVA - ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA VIDAL RAMOS - COOPESA, compromete-se destinar ao MUNICÍPIO a locação de 10 (dez) vagas, para alunos encaminhados pelo Município de Porto União.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do valor

Para a cobertura das vagas acima conveniadas e para efeito de empenho e pagamento, o presente convênio fica estipulado no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), correspondente a 50% (cinquenta por cento) da taxa anual, a ser paga em 04 (quatro) parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta reais), a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - Da liberação dos recursos

O MUNICÍPIO repassará à ENTIDADE CONVENIADA o valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), em nome da COOPERATIVA - ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA VIDAL RAMOS - COOPESA, em c/c específica sob o nº 7308-3, Ag. 3031, Banco Sicob (756), correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE	2022	Manutenção Secretaria Municipal Agricultura
MODALIDADE	3350 - 100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA QUINTA - Das obrigações**I - Compete ao MUNICÍPIO:**

- a) indicar os alunos beneficiados pelo presente convênio, que satisfaçam as condições legais e regimentares para matricular-se no ensino do Ensino Médio, obedecido o limite de vagas fornecidas pelo CEDUP - VIDAL RAMOS;
- b) a indicação dos alunos deverá ser feita por ofício, ou através de pedido, até o dia 30 (trinta) de abril do presente ano letivo, impreterivelmente, para organização do quadro de matrículas junto ao CEDUP - VIDAL RAMOS;
- c) efetuar, a seu critério, teste de seleção entre os interessados;
- d) efetuar, se for do seu interesse, convênio entre a Municipalidade e os alunos indicados, para a contraprestação de serviços, por parte dos beneficiados, em projetos de ajardinamentos e hortas comunitárias de interesse do MUNICÍPIO;
- e) conceder ajuda financeira para manutenção e custeio do aluno, regime de internato, provido pela COOPERATIVA;
- f) cumprir, rigorosamente, os prazos e condições previstos para pagamento da ajuda financeira;
- g) enviar e submeter, à apreciação da Câmara Municipal, sob projeto de lei, visando à regulamentação do presente convênio para devidos fins legais e fiscais;
- h) remeter, à COOPERATIVA, cópia da lei devidamente aprovada, juntamente com o convênio assinado.

II - compete à COOPERATIVA:

- a) fornecer alimentação e alojamento aos alunos;
- b) fornecer serviços de lavanderia;
- c) manter o refeitório, alojamentos e demais dependências na mais perfeita ordem de higiene e funcionamento;
- d) fornecer material didático (insumos agropecuários e outros), necessários à execução de projetos educacionais, decorrentes do ensino-aprendizagem, para promover os conhecimentos técnicos do educando;
- e) manter e conservar os terrenos, equipamentos e maquinários agrícolas da propriedade do CEDUP - VIDAL RAMOS, para o bom atendimento dos projetos educacionais;
- f) manter e conservar, enfim, toda a estrutura técnico pedagógica, indispensável à formação do aluno;
- g) prestar contas mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data do primeiro pagamento efetuado pelo MUNICÍPIO.

III- compete ao CEDUP - VIDAL RAMOS:

- a) proporcionar gratuitamente, nos termos da Constituição Federal e Estadual, ensino médio profissionalizante em Agropecuária;
- b) fornecer pessoal docente, técnico e administrativo, para o funcionamento e apoio ao ensino profissionalizante em nível de Ensino Médio;
- c) ceder à COOPERATIVA os terrenos e benfeitorias necessários à exploração agropastoril e à prática do ensino aprendizagem do aluno;
- d) enviar ao MUNICÍPIO relatório anual, ou periódico, se essa assim o desejar, avaliando o aproveitamento do aluno;
- e) responsabilizar-se técnica e administrativamente pelas atividades afins desenvolvidas pelos alunos.

CLÁUSULA SEXTA - Da ajuda financeira

a) a ajuda financeira de que trata a letra "e", item I, da cláusula II, concedida pelo MUNICÍPIO aos alunos contemplados será destinada, exclusivamente, à aquisição de vagas no internato (alimentação, hospedagem, lavanderia e material de higiene e limpeza), mantido pela COOPERATIVA, e aquisição de material didático (insumos agropecuários), para a prática dos projetos educacionais; aquisições diversas para manutenção da unidade (reforma, consertos e pinturas de salas de aula, alojamento, refeitório, centrais de projetos de produção); manutenção de máquinas e veículos. As demais despesas correrão por conta do CEDUP - VIDAL RAMOS;

b) a contribuição anual corresponde a 50% (cinquenta por cento) de ajuda financeira do MUNICÍPIO aos alunos por ela indicados e será calculada por aluno/vaga adquirida para o presente ano letivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA OITAVA - Da transmissão de documentos

a) o MUNICÍPIO formalizará, por ofício, as reservas de vagas e opção de pagamento, com a indicação dos alunos, até o dia 30 de abril do corrente ano;

b) a COOPERATIVA emitirá, em tempo hábil os respectivos avisos de débito e vencimentos, para pagamento em qualquer rede bancária;

c) independentemente da assinatura e aprovação deste convênio, a COOPERATIVA poderá emitir o correspondente aviso de débito e vencimento, bastando apenas o ofício ou pedido de vagas pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo MUNICÍPIO, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da rescisão

A rescisão do presente convênio poderá ocorrer nos seguintes casos:

a) o MUNICÍPIO deixar de manifestar ou demonstrar desinteresse a respeito da aquisição de vagas, até o vencimento da segunda parcela;

b) por consentimento mútuo das partes, ou unilateralmente se ocorrer inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas e condições, independente de interpelação judicial, respondendo a parte infratora pelos prejuízos ocasionados;

c) na ocorrência da inadimplência pelo MUNICÍPIO, pela falta de pagamento de uma ou mais parcelas da ajuda financeira, prevista na cláusula anterior, além da rescisão automática e sem qualquer aviso deste documento, o valor correspondente ao saldo será repassado aos alunos que seriam beneficiados pelo presente convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Do prazo e da vigência

O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do foro

As questões oriundas deste convênio deverão ser preliminarmente resolvidas administrativamente entre as partes interessadas. Na

impossibilidade de resolução amigável, judicialmente, fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 17 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

EDUMAR RICARDO DA SILVA
Diretor CEDUP - VIDAL RAMOS

IVAN FUCK
Presidente COOPESA

TESTEMUNHAS:

1.Nome: Paulo Rubens Buch
CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.445.539-53

Extrato de Retificação do Pregão Presencial 016/2014 - Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 023/2014 - EDUCAÇÃO

Extrato de Retificação do Pregão Presencial 016/2014 - EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO o decreto municipal 483/2014 que declarou situação de emergência no município de Porto União; CONSIDERANDO o decreto municipal 193/2014 que declarou estado de calamidade pública no município de União da Vitória - PR; CONSIDERANDO que o veículo de comunicação responsável pela publicação dos Atos Oficiais localiza-se em União da Vitória-PR município este também atingido pelas cheias, deste modo impossibilitando a chegada do material impresso nas datas legais; CONSIDERANDO a não publicação no prazo previsto na Lei 8.666/93; CONSIDERANDO alterações ocorridas no edital, torna público que altera-se a data do recebimento dos envelopes até as 09h 00 do dia 04 de julho de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitateportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 23 de junho de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

Editais de Processo Licitatório Nº 48/2014

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 09:00 (nove horas), do dia 08 (oito) de julho de 2014, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa especializada no ramo de construção civil para a execução (material e mão-de-obra) da conclusão da construção de Barracão Industrial, com área de 576,69 m², instalado na comunidade de Linha Cabeceira Dois Irmãos, interior do município de Presidente Castello Branco/SC, em conformidade com as especificações e quantitativos contidos no anexo I do presente edital, conforme projeto e memorial descritivo, atendendo ao Convênio que celebram o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Concórdia e o Município de Presidente Castello Branco (SC), transferência nº 2014 TR 581. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC,
23 DE JUNHO DE 2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº 0715/RH

PORTARIA Nº 0715/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Gestante, no período de 09/06/2014 a 06/10/2014, a servidora municipal CAROLINE FRAINER, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Junho de 2014

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 0716/RH

PORTARIA Nº 0716/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Gestante, no período de 06/06/2014 a 03/10/2014, a servidora municipal FABRICIA APARECIDA HINCKEL, ocupante do cargo de Professor - ACT.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Junho de 2014

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 0717/RH

PORTARIA Nº 0717/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Gestante, no período de 11/06/2014 a 08/10/2014, a servidora municipal GISELE EUNICE METZGER MARCOLA, ocupante do

cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Junho de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 0718/RH

PORTARIA Nº 0718/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Gestante, no período de 16/06/2014 a 13/10/2014, a servidora municipal SINTIA LUCIANO, ocupante do cargo de Professor - ACT.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Junho de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 0719/RH

PORTARIA Nº 0719/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar Nº 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 24/06/2014 a 22/08/2014, a servidora municipal JANAINA APARECIDA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Junho de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 0720/RH

PORTARIA Nº 0720/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar Nº 207/2010 e requerimento (anexo ao

protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 24/06/2014 a 22/08/2014, a servidora municipal FABIANA VANDRESEN LEHMKUHL, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Junho de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 0721/RH

PORTARIA Nº 0721/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar Nº 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 03/06/2014 a 01/08/2014, a servidora municipal MARCIA ADRIANI TORES, ocupante do cargo de provimento efetivo Cozinheiro.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Junho de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

Resolução Nº 007, de 23 de Junho de 2014.

RESOLUÇÃO Nº 007, de 23 de junho de 2014.

"HOMOLOGA PEDIDO DE APOSENTADORIA À SRA. INGELOR CRISTEN DE OLIVEIRA"

A Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a partir de 01 de julho de 2014, o pedido de voluntária por tempo de contribuição à servidora pública Sra. Ingelor Cristen de Oliveira, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº. 1.425.395 e CPF nº. 498.409.089-87 domiciliada e residente à Rua Julio Roussenq Filho, nº. 45, Bairro Jardim América, em Rio do Sul - SC no cargo de Auxiliar de Enfermagem, nível D-1 com proventos integrais e paridade, a partir de 01º de julho de 2014;

Art. 2º - A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010; letra "c" inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001; letra "c" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005;

Art. 3º - A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 18 de junho de 2014 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua

unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo;

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 23 de junho de 2014.

MÁRCIA ELIANA CHIQUETTI
PRESIDENTE DO FAP

Resolução Nº 08/2014 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 08/2014

Resolve efetuar pagamento através do FIA, para custear despesas de almoço que será fornecido aos Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, no dia da realização da Eleição de Suplentes a Conselheiro Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90 e Lei Municipal nº 2.947/94,

RESOLVE:

Art. 1º - Realizar pagamento através do FIA (Fundo para a Infância e Adolescência), para custear despesas de almoço oferecidas aos Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente que trabalharão no Pleito Eleitoral de Suplentes a Conselheiro Tutelar.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de junho de 2014.

JULIO CESAR ALVES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Sul - CMDCA

Resolução Nº 09/2014 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 09/2014

Resolve efetuar pagamento através do FIA, para custear despesas de Coffe Breack que será fornecido aos Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, no dia da realização da Eleição de Suplentes a Conselheiro Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90 e Lei Municipal nº 2.947/94,

RESOLVE:

Art. 1º - Realizar pagamento através do FIA (Fundo para a Infância e Adolescência), para custear despesas de coffe breack oferecido aos Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente que trabalharão no Pleito Eleitoral de Suplentes a Conselheiro Tutelar.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de junho de 2014.

JULIO CESAR ALVES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Sul - CMDCA

Edital Processo Seletivo N. 006/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2014

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207/2010 e alterações posteriores, Lei Complementar 208/2010 e alterações posteriores, Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002 e alterações posteriores, Portaria n. 154, de 24 de janeiro de 2008 e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO pelo presente Edital, as normas para realização do PROCESSO SELETIVO, destinado ao preenchimento de vagas para o Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, em caráter temporário:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O presente Processo Seletivo será realizado pela Comissão Especial instituída por meio do Decreto n. 4051, de 14 de maio de 2014.

1.2 Qualquer candidato poderá impugnar o Edital, em petição escrita e fundamentada, devidamente protocolada no Departamento de Protocolo da Secretaria Municipal da Fazenda de Rio do Sul, dirigida ao Presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados do primeiro dia útil após a publicação do mesmo.

1.3 O Edital e todos os demais atos relativos ao presente processo seletivo serão publicados nos seguintes endereços eletrônicos: www.riodosul.sc.gov.br/rh e/ou www.diariomunicipal.sc.gov.br

1.4 É responsabilidade exclusiva do candidato o acompanhamento dos atos e decisões publicados via on-line, nos sites supracitados.

1.5 A aprovação do candidato neste processo seletivo, no que excede ao número de vagas previsto neste edital, não gera direito à contratação. As convocações serão realizadas de acordo com a necessidade do município e disponibilidade orçamentária.

1.6 O prazo de validade deste Processo Seletivo será de um ano, contado a partir da data de publicação do Decreto de homologação do Resultado Final, podendo, a critério da administração, ser prorrogado uma única vez, por igual período.

2. DO OBJETO

2.1 O presente Processo Seletivo tem por objeto o recrutamento, a seleção e a contratação em caráter temporário, de Profissionais para atuação no Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF.

3. DOS REQUISITOS PARA A FUNÇÃO

3.1 Para o exercício da função, o candidato deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- a) Nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei;
- b) Idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- c) Quitação com as obrigações militar e eleitoral;
- d) Aptidão física e mental para o exercício das atribuições a que concorre;
- e) Habilitação para a função (conforme item 4 deste edital);
- f) Não possuir acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública, conforme prevê a Constituição Federal;
- g) Não haver sofrido as penalidades previstas no Art. 173, conforme dispõe o Art. 176 e Parágrafo Único, da Lei nº 207/2010 e suas alterações posteriores;
- h) Não estar em licença, ainda que não remunerada, de cargo, função ou emprego público que exerça na administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- i) Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste edital.

3.2 No ato da inscrição não será solicitado comprovantes das exigências contidas nos subitens anteriores. No entanto, o candidato que não as satisfaça no ato da contratação, mesmo tendo sido aprovado, será automaticamente eliminado deste Processo Seletivo.

4. DA FUNÇÃO, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO, SALÁRIO BASE E ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO

4.1 A função, a quantidade de vagas, a carga horária semanal, a habilitação e o salário base são os estabelecidos no quadro abaixo:

FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REQUISITOS NECESSÁRIOS A SEREM COMPROVADOS NO ATO DA CONTRATAÇÃO	SALÁRIO BASE
Assistente Social	01	40h	Graduação em Serviço Social e Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	R\$ 3.402,03*
Fonoaudiólogo	02	40h	Graduação em Fonoaudiologia e Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	R\$ 3.402,03*
Nutricionista	01	40h	Graduação em Nutrição e Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	R\$ 3.402,03*
Psicólogo	03	40h	Graduação em Psicologia e Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	R\$ 3.402,03*
Profissional de Educação Física na Saúde	02	40h	Bacharelado em Educação Física (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE, de 6 de abril de 2009) ou Licenciatura em Educação Física (Resolução nº 03/87/CFE), Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão e Certidão Original de Regularidade Administrativa, Financeira e Ética expedida pelo Conselho Regional de Educação Física.	R\$ 3.402,03*

Farmacêutico	02	40h	Graduação em Farmácia e Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	R\$ 3.402,03*
Fisioterapeuta	03	30h	Graduação em Fisioterapia e Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	R\$ 2.551,52*
Terapeuta Ocupacional	02	30h	Graduação em Terapia Ocupacional e Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	R\$ 2.551,52*

* Mais auxílio alimentação no valor de R\$ 9,83 por dia trabalhado

4.2 As vagas oferecidas neste edital estão em conformidade com o item IV, do Art. 2º, da Lei nº 3.796 de 26/06/2002 e suas alterações posteriores e abrangem também as que surgirem dentro do período de validade deste edital.

4.3 As ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO são constantes do ANEXO I, deste edital.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1.1 As inscrições serão efetuadas exclusivamente na forma descrita neste edital, da qual o candidato deverá tomar conhecimento e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

5.1.2 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital e nas decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

5.1.3 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional, extemporânea ou fora dos procedimentos dispostos neste edital.

5.1.4 As informações constantes do formulário eletrônico de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se o Município de Rio do Sul de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informação incorreta, endereço inexato ou incompleto.

5.1.5 O município de Rio do Sul não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

5.1.6 Não se exigirá do candidato cópia de documento que comprovem as informações prestadas no formulário de inscrição, sendo de sua exclusiva responsabilidade a veracidade dos dados informados. O município de Rio do Sul dispõe do direito de excluir do processo seletivo aquele que não preencher a solicitação de forma completa e/ou correta, bem como, fornecer dados inverídicos.

5.1.7 É de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição.

5.1.8 É de responsabilidade do candidato a atualização do endereço/telefone/e-mail (s) constante(s) da inscrição. Sua eventual alteração deve ser comunicada por carta encaminhada ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

5.1.9 O descumprimento das instruções para inscrição implicará na sua não efetivação.

5.2 DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

5.2.1 As inscrições estarão abertas no período de 24/06/2014 até 07/07/2014.

5.2.2 Será admitida inscrição somente para uma função e somente via Internet, por meio do endereço eletrônico <http://www.riodosul.sc.gov.br/rh>, solicitada no período entre 8h do dia 24/06/2014 e 11h30min do dia 07/07/2014, observado o horário oficial de Brasília/DF.

5.2.3 Serão tornadas sem efeito as solicitações de inscrição efetuadas após a data e horário estabelecidos neste Edital.

5.2.4 Havendo mais de um número de inscrição para o mesmo candidato, será considerada válida apenas a inscrição de número maior.

5.3 DA ASSINATURA NO FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

5.3.1 O candidato, ao clicar em "Declaro", após o preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição, está confirmando que LEU, ACEITA e CONCORDA com as normas do Edital e com as decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial do Processo Seletivo, nos casos omissos e não previstos. Declara, ainda, preencher todos os requisitos mínimos exigidos para a contratação, conforme disposto no item 3 deste Edital.

5.4 DO INDEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO

5.4.1 Será indeferida a inscrição:

- a) Efetuada fora dos prazos, horários e procedimentos fixados neste Edital;
- b) Que não preencher todas as condições previstas neste edital.

5.5 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.5.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico www.riodosul.sc.gov.br/rh, a partir do dia 08/07/2014, as inscrições deferidas e indeferidas.

5.5.2 O candidato que tiver qualquer discordância referente a inscrição indeferida poderá interpor recurso, nos termos do item 12 deste edital.

5.5.3 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: <http://www.riodosul.sc.gov.br/rh>, a partir do dia 11/07/2014, as inscrições homologadas.

6. DO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

6.1 Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo, devendo assinalar sua condição no item específico do Formulário de Inscrição.

6.2 Será reservada vaga para candidato com deficiência, para a função cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que seja portador, na proporção de um para cada vinte candidatos, equivalente a 5% das vagas a serem ofertadas, conforme Art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações.

6.3 Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas categorias discriminadas no Art. 4º, do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações.

6.4 O candidato com deficiência ou seu representante legal (portando procuração com assinatura reconhecida em cartório) deverá entregar no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho n. 01, Centro, Rio do Sul - SC, no horário das 7h30min às 11h30min, nos dias úteis do período previsto para inscrição, cópia do comprovante de inscrição e laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, a provável causa da deficiência e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício da função para qual se inscreveu, cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital.

6.5 No ato de entrega da documentação, o candidato receberá um comprovante de recebimento dos documentos entregues.

6.6 O candidato inscrito para a vaga reservada a pessoa com deficiência que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações

do disposto no item 6 deste edital, terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não portador de deficiência.

6.7 O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere aos critérios de classificação.

6.8 Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas para pessoa com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos classificados neste Processo Seletivo.

6.9 O candidato com deficiência submeter-se-á, quando convocado, à avaliação do Médico Perito do Município de Rio do Sul, conforme Decreto Federal nº 3.298/99 e alterações, que terá a decisão terminativa sobre:

- a) a qualificação do candidato como deficiente ou não; e
- b) o grau de deficiência, capacitante ou não, para o exercício da função.

6.10 Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

6.11 O laudo médico apresentado pelo candidato terá validade somente para este Processo Seletivo e não será devolvido.

7. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

7.1 O Processo Seletivo constará de Prova de Títulos, de caráter classificatório.

7.2 A nota final dos candidatos será obtida por meio da soma da Pontuação de Títulos, conforme item 9.3 deste edital.

8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1 Em caso de empate, será utilizado como critério de desempate:

8.1.1 Para os candidatos com 60 (sessenta) anos ou mais, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento:

- 1º) Maior idade;
- 2º) Maior tempo de experiência, na área de atuação;
- 3º) Maior número de horas de curso, na área de atuação;
- 4º) Maior tempo de experiência em área a fim;

5º) Maior número de horas de curso, em área a fim.

8.1.2 Para os demais candidatos:

- 1º) Maior tempo de experiência, na área de atuação;
- 2º) Maior número de horas de curso, na área de atuação;
- 3º) Maior tempo de experiência em área a fim;
- 4º) Maior número de horas de curso, em área a fim;
- 5º) Maior idade;
- 6º) Maior número de dependentes.

8.2 Persistindo o empate, em ambas as situações acima, proceder-se-á a sorteio público, em sessão com data, horário e local a ser divulgados com 2 (dois) dias de antecedência, no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/rh

8.3 Para o desempate, serão considerados os títulos já analisados e tornados válidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

8.4 Para comprovação da idade e número de dependentes, será considerada a informação contida no formulário eletrônico de inscrição, sendo de responsabilidade do candidato a informação dos dados. O município de Rio do Sul dispõe do direito de excluir do processo seletivo aquele que fornecer dados inverídicos.

9. DA PROVA DE TÍTULOS**9.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1.1 A Prova de Títulos, de caráter classificatório e não eliminatório, tem por objetivo avaliar os conhecimentos adquiridos por meio da conclusão de cursos de formação e de aperfeiçoamento e de experiências profissionais estreitamente relacionados com a função a ser exercida pelo candidato.

9.1.2 Para participar da Prova de Títulos o candidato ou seu representante legal (mediante procuração assinada em cartório) deverá

entregar a documentação no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho n. 01, Centro, Rio do Sul - SC.

9.1.3 Os documentos deverão ser entregues, nos dias úteis do período previsto para inscrição, no horário das 7h30min às 11h30min, juntamente com a Tabela de Títulos constante do Anexo IV deste edital.

9.1.4 A entrega do título não gera direito garantido a pontuação. O mesmo será objeto de análise pela Comissão Especial do Processo Seletivo, seguindo-se os critérios dispostos neste edital, para posterior validação ou não.

9.1.5 É responsabilidade do candidato ou de seu representante legal a entrega dos documentos para a Prova de Títulos conforme as normas previstas neste Edital.

9.2 DOS TÍTULOS

9.2.1 Será considerado como título:

a) Original e fotocópia do Diploma de Mestrado ou do Certificado de Conclusão de Curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 horas ou Certidão/Declaração de Conclusão emitida por Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC.

b) Original e fotocópia de Certidão ou Declaração de conclusão de cursos (palestras, seminários, congressos, workshop, etc.) de aperfeiçoamento/capacitação, emitidos por Instituição de Ensino credenciada, realizados nos últimos cinco anos, com carga horária mínima de 8h.

c) Original e fotocópia de Certidão/Declaração circunstanciada de tempo de serviço, expedida pelo órgão ou empresa competente de atuação (devendo obrigatoriamente constar dia, mês e ano do período de atuação) ou da Carteira de Trabalho e Previdência Social, onde conste a data de entrada e saída, a página com foto e qualificação civil. Caso o contrato ainda esteja em aberto, somente será considerado como título a Certidão/Declaração circunstanciada expedida pelo órgão de atuação. No caso de profissionais autônomos, declaração por ele firmada, (devendo obrigatoriamente constar dia, mês e ano do período de atuação) com firma reconhecida, acompanhada de documento particular e/ou público que demonstre o período trabalhado.

9.2.1.1 Os títulos obtidos no exterior deverão estar acompanhados de tradução pública juramentada e obedecer à legislação aplicável a espécie.

9.2.1.2 Os documentos entregues deverão ser paginados e conter numeração condizente com a tabela de títulos.

9.2.1.3 O candidato declara, para fins de direito, que é titular dos documentos protocolados emitidos com grafia diferente do nome que consta no formulário de inscrição e que apresentará se solicitada, a retificação de registro civil, sentença judicial ou outro documento legalmente emitido que fundamente a alteração ou divergência existente. A não comprovação implicará no cancelamento da inscrição e exclusão automática do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções legais.

9.2.1.4 Somente serão avaliados os documentos apresentados em papel com timbre do órgão emissor e respectivos registros e se deles constarem todos os dados necessários à identificação das instituições e dos órgãos expedidores e à perfeita avaliação do documento.

9.2.1.5 Será atribuída pontuação 0 (zero) ao candidato que não efetuar a entrega do título no prazo estabelecido e/ou enviá-los de forma não compatível com este Edital.

9.2.1.6 Os comprovantes dos títulos não serão devolvidos ao candidato nem serão fornecidas cópias desses títulos. Por esse motivo, não devem ser entregues ou encaminhados documentos originais.

9.2.1.7 Não serão aceitos títulos encaminhados por qualquer outro meio, inclusive via correio, a não ser o descrito neste edital.

9.2.1.8 Concluído o prazo estabelecido para entrega dos títulos, não serão aceitos acréscimos de outros documentos. Por ocasião de recurso, poderão ser encaminhados somente documentos que

servam para esclarecer dados de documentos apresentados ou encaminhados no período determinado para a entrega dos títulos.

9.2.1.9 Não serão pontuados:

- a) Títulos não entregues no prazo e local determinados;
- b) Títulos não relacionados na Tabela de Títulos constante do Anexo IV deste edital;
- c) Títulos borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível;
- d) Títulos referentes a períodos de estágio ou trabalhos voluntários;
- e) Títulos com períodos de experiência paralelos ou concomitantes (considera-se somente um dos períodos);
- f) Títulos referentes a disciplinas integrantes de cursos de formação, como comprovante de horas de aperfeiçoamento/capacitação;
- g) Títulos que não estejam em conformidade com as normas previstas neste edital.

9.2.1.10 O Prazo de Recurso para esta fase se dará juntamente com o prazo de recurso aberto para o Resultado Final, conforme item 12 deste edital.

9.3 DA PONTUAÇÃO

9.3.1 A avaliação dos referidos títulos obedecerá aos seguintes critérios de Pontuação:

- a) Mestrado, na área de atuação: 6,0 pontos;
- b) Mestrado, em área afim à área de atuação: 5,0 pontos;
- c) Especialização na área de atuação: 4,0 pontos;
- d) Especialização em área afim à área de atuação: 3,0 pontos;
- e) Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária de até 40 horas, na área de atuação: 1,0 ponto;
- f) Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária de até 40 horas, em área afim à área de atuação: 0,5 ponto;
- g) Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária acima de 40 até 80 horas, na área de atuação: 1,5 ponto;
- h) Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária acima de 40 até 80 horas, em área afim à área de atuação: 1,0 ponto;
- i) Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária acima de 80 horas, na área de atuação: 2,0 pontos;
- j) Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária acima de 80 horas, em área afim à área de atuação: 1,5 ponto;
- l) Experiência Profissional acima de 06 meses até 3 anos, na área de atuação: 1,0 ponto;
- m) Experiência Profissional acima de 06 meses até 3 anos, em área afim à área de atuação: 0,5 ponto;
- n) Experiência Profissional acima de 03 anos até 5 anos, na área de atuação: 2,0 pontos;
- o) Experiência Profissional acima de 03 anos até 5 anos, em área afim à área de atuação: 1,5 ponto;
- p) Experiência Profissional superior a 5 anos, na área de atuação: 3,0 pontos;
- q) Experiência Profissional superior a 5 anos, em área afim à área de atuação: 2,5 pontos.

9.3.1.1 O candidato poderá alcançar, no somatório total, o máximo de 19 pontos.

9.3.1.2 Caso o candidato apresente mais de um título referente a formação, a qual dispõe as alíneas "a", "b", "c" e "d", será considerado apenas a de maior pontuação, podendo o candidato acumular o máximo de dois, quando o título for na área de atuação.

9.3.1.3 A pontuação aferida aos cursos de aperfeiçoamento refere-se ao somatório total da carga horária dos cursos apresentados pelo candidato.

9.3.1.4 A pontuação aferida a experiência profissional refere-se ao somatório total do período de experiência, NA FUNÇÃO PARA QUAL SE INSCREVEU, não sendo considerado para o somatório, períodos inferiores a 06 meses em cada contrato de trabalho.

9.3.1.5 Para fins de pontuação, considera-se área de atuação, os títulos relacionados, conforme abaixo:

- a) FISIOTERAPEUTA: Saúde Pública/Saúde da Família/Saúde

Coletiva, Neurofuncional, Respiratória/Cardiorrespiratória, Geriatria/Gerontologia, Traumatologia Ortopedia e Fisioterapia Preventiva. As demais áreas de conhecimento em Fisioterapia serão caracterizadas como área afim.

b) NUTRICIONISTA: Saúde Pública/Saúde da Família/Saúde Coletiva, Saúde Integrada, Doenças Crônicas, Patologias associadas com alimentação, Alergias Alimentares, Intolerâncias Alimentares, Educação Nutricional e Nutrição Clínica. As demais áreas de conhecimento em Nutrição serão caracterizadas como área afim.

c) FONOAUDIÓLOGO: Saúde Pública/Saúde da Família/Saúde Coletiva, Disfagia, Reabilitação da Linguagem, Motricidade Oral e Psicomotricidade. As demais áreas de conhecimento em Fonoaudiologia serão caracterizadas como área afim.

d) PSICOLOGO: Saúde Pública/Saúde da Família/Saúde Coletiva, Psicologia da Saúde, Saúde Mental, Psicologia Social, Psicologia Comunitária e Psicologia Hospitalar. As demais áreas de conhecimento em Psicologia serão caracterizadas como área afim.

e) PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA SAÚDE: Saúde Pública/Saúde da Família/Saúde Coletiva, Grupos Especiais, Fisiologia do Exercício, Recreação e Lazer e Planejamento e Gestão de Eventos. As demais áreas de conhecimento em Educação Física serão caracterizadas como área afim.

f) ASSISTENTE SOCIAL: Considerando ser o Serviço Social generalista, serão definidos como área de atuação os conteúdos correlatos à área de saúde, ficando os demais como área afim.

g) FARMACÊUTICO: Saúde Pública/Saúde da Família/Saúde Coletiva, Gestão da Assistência Farmacêutica, Uso racional de medicamentos, Vigilância em Saúde, Serviços Farmacêuticos e Humanização. As demais áreas de conhecimento em Farmácia serão caracterizadas como área afim.

h) TERAPEUTA OCUPACIONAL: Saúde Pública/Saúde da Família/Saúde Coletiva, Saúde Mental, Reabilitação Motora, BOBATH, KABAT e Iniciação em Prótese e Órtese. As demais áreas de conhecimento em Terapia Ocupacional serão caracterizadas como área afim.

10. DO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO

10.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/rh, a partir do dia 17 de julho de 2014, o Resultado Final Provisório do Processo Seletivo.

10.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao Resultado Final, poderá interpor recurso nos termos do item 12 deste edital.

11. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

11.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/rh, a partir do dia 25 de julho de 2014, o Decreto que homologa o Resultado Final deste Processo Seletivo.

12. DOS RECURSOS

12.1 Será admitido recurso do Indeferimento de Inscrição e do Resultado Final, que deverão ser interpostos, desde que devidamente fundamentados, de acordo com o cronograma do quadro abaixo:

ATO/EVENTO	PRAZO RECURSAL
Inscrições Indeferidas	Até às 13 horas do segundo dia útil subsequente à publicação das Inscrições Indeferidas.
Resultado Final	Até às 13 horas do terceiro dia útil subsequente à publicação do Resultado Final.

12.2 Para interposição do recurso o candidato deverá encaminhar via e-mail, o requerimento disposto no Anexo III deste edital, para o seguinte endereço: adm.rh01@riodosul.sc.gov.br

12.3 Somente será aceito recurso efetuado via e-mail, até a data e horário dispostos no item 12 deste edital.

12.4 Não será aceito recurso encaminhado pessoalmente, via postal, via fax, ou ainda, fora do prazo.

12.5 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

12.6 Todos os recursos regulares serão analisados e, caso providos, serão efetuadas as alterações, podendo neste caso, haver alteração da pontuação e/ou classificação do candidato.

12.7 O município de Rio do Sul não se responsabilizará por recursos não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

12.8 Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente no endereço: www.riodosul.sc.gov.br/rh.

12.9 A decisão exarada nos recursos é irrecorrível na esfera administrativa.

12.10 A Comissão Especial de Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão recursos ou revisões adicionais.

13. DA CONVOCAÇÃO

13.1 O candidato aprovado dentro do número de vagas previsto neste edital, será convocado após a homologação do Processo Seletivo - seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação, por meio da publicação do Termo de Convocação no Portal do Servidor Público do Município de Rio do Sul (www.riodosul.sc.gov.br/rh) e/ou Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

13.2 É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das convocações efetuadas pelos sites acima citados.

13.3 O Departamento de Recursos Humanos poderá, eventualmente, entrar em contato com o candidato convocado por meio do número de telefone, endereço e/ou e-mail informados no formulário de inscrição, portanto, é de inteira responsabilidade do candidato a atualização de seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC, quando houver alteração dos dados informados no formulário de inscrição, nos termos do item 5.1.8 deste edital.

13.4 Ao ser convocado, o candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis (contados da data de publicação do termo de convocação), munido de documento de identidade, para dar início ao processo de contratação.

13.5 O candidato que deixar de comparecer no prazo previsto no item anterior, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte da listagem de classificação.

13.6 Ao candidato que não tiver interesse na vaga ofertada, não será apresentada outra, sendo neste caso, eliminado do processo seletivo.

14. DA CONTRATAÇÃO

14.1 A contratação, objeto deste processo seletivo, tem caráter emergencial, devendo ocorrer imediatamente após a convocação, sendo o contrato inicial efetuado pelo período de trinta dias, podendo ser prorrogado enquanto durar o programa, conforme Parágrafo Único, do Art. 4º, da Lei Municipal nº 3.796/2002 e alterações posteriores.

14.2 O candidato contratado estará em permanente avaliação. Caso seu desempenho não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido antes do término previsto, nos termos da Lei Municipal nº 3.796/2002 e alterações posteriores.

14.3 Previamente a contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados os seguintes documentos:

Fotocópia legível:

a) CPF

b) Registro de Identidade

c) Carteira de reservista (se homem)

d) Comprovante Inscrição PIS/PASEP

e) Certidão nascimento ou casamento

- f) Certidão nascimento filhos (menores de 21 anos)
- g) Título eleitoral e certidão de quitação com as obrigações eleitorais
- h) Comprovante dos requisitos exigidos para a função
- i) Endereço completo, telefone e e-mail para contato
- j) Declaração Acúmulo Cargo (fornecida pelo RH)
- l) Declaração Dependentes Imposto de Renda (fornecida pelo Dep. RH)
- m) Declaração Dependentes Salário Família (fornecida pelo Dep. RH)
- n) Nº de conta Bradesco (autorização para abertura fornecida pelo RH)
- o) Carteira comprovando grupo sanguíneo (se tiver)
- p) Atestado Médico Admissional (previamente agendado pelo RH)
- q) Outros documentos que lhe forem solicitados no ato da convocação.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 As contratações relativas a este processo seletivo serão efetuadas com base na Lei nº 3.796/02, sendo assegurado aos contratados os direitos estabelecidos no Art. 11 da lei supra citada.

15.2 A contribuição previdenciária dos contratados por este processo seletivo, será vinculada ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

15.3 Eventuais alterações na legislação municipal, relativas a normas inerentes aos Servidores Públicos Municipais, com reflexo nas contratações de caráter temporário de excepcional interesse público, serão automaticamente incorporadas a partir de sua vigência.

15.4 Os anexos I, II, III e IV são partes integrantes deste edital.

15.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

15.6 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul (SC), 20 de junho de 2014.

LUIZ CARLOS ZANIS	GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Saúde	Secretário Municipal de Administração
GARIBALDI ANTONIO AYROSOJ	
Prefeito Municipal	

ANEXO I

DO CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

PERÍODO INSCRIÇÃO	24 até 07/07/2014
PUBLICAÇÃO INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS	A partir de 08/07/2014
RECURSO INSCRIÇÕES INDEFERIDAS	Até 13h do dia 10/07/2014
PUBLICAÇÃO INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS	A partir de 11/07/2014
PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	A partir de 17/07/2014
RECURSO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	Até 13h do dia 22/07/2014
PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL HOMOLOGADO	A partir de 25/07/2014

ANEXO II

DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO

ASSISTENTE SOCIAL

Além das atribuições previstas no Anexo 5, da lei Complementar n. 208/2010, cabe ao Assistente Social contratado para atuar no Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF:

- participar de reuniões com profissionais das ESF, para

levantamento das reais necessidades da população adscrita;

- planejar ações e desenvolver educação permanente;
- acolher os usuários e humanizar a atenção;
- trabalhar de forma integrada com as ESF;
- realizar visitas domiciliares necessárias;
- desenvolver ações intersetoriais;
- participar dos Conselhos Locais de Saúde;
- realizar avaliação em conjunto com as ESF e Conselho Local de Saúde do impacto das ações implementadas através de indicadores pré-estabelecidos;
- desenvolver ações coletivas, utilizando os espaços públicos para fortalecimento da cidadania, trabalho comunitário e prevenção de violência, abuso de álcool e outras drogas;
- desenvolver ações intersetoriais, mantendo a integração com a rede de suporte social, fortalecendo e implementando as ações na comunidade;
- realização de ações preventivas e promocionais pertinentes à área, junto aos grupos programáticos desenvolvidos pelas ESF;
- desenvolver ações de caráter social junto às ESF, elaborar processos de solicitação de procedimentos de média e alta complexidade;
- integrar-se na rede de serviços oferecidos, realizando referência e contra referência, seguindo fluxo pré estabelecido, mantendo vínculo com os pacientes encaminhados;
- realizar visitas domiciliares em conjunto com as ESF, dependendo das necessidades.

FARMACÊUTICO

Além das atribuições previstas no Anexo 5, da lei Complementar n. 208/2010, cabe ao Farmacêutico contratado para atuar no Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF:

- participar de reuniões com profissionais das ESF, para levantamento das reais necessidades da população adscrita;
- planejar ações e desenvolver educação permanente;
- acolher os usuários e humanizar a atenção;
- trabalhar de forma integrada com as ESF;
- realizar visitas domiciliares necessárias;
- desenvolver ações intersetoriais;
- participar dos Conselhos Locais de Saúde;
- realizar avaliação em conjunto com as ESF e Conselho Local de Saúde do impacto das ações implementadas através de indicadores pré-estabelecidos;
- treinar, capacitar e supervisionar recursos humanos da atenção básica/saúde da família para execução das atividades de assistência farmacêutica;
- participar de grupos programáticos abordando questões pertinentes à área;
- participar da Comissão Municipal de Padronização de medicamentos e outros produtos;
- desenvolver ações coletivas de educação em saúde em creches, escolas, conselhos locais de saúde e outros equipamentos públicos visando acesso e uso racional de medicamentos;
- integrar-se na rede de serviços oferecidos, realizando referência e contra referência, seguindo fluxo pré estabelecido, mantendo vínculo com os pacientes encaminhados;
- realizar visitas domiciliares em conjunto com as ESF, dependendo das necessidades.

FISIOTERAPEUTA

Além das atribuições previstas no Anexo 5, da lei Complementar n. 208/2010, cabe ao Fisioterapeuta contratado para atuar no Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF:

- participar de reuniões com profissionais das ESF, para levantamento das reais necessidades da população adscrita;
- planejar ações e desenvolver educação permanente;
- acolher os usuários e humanizar a atenção;
- trabalhar de forma integrada com as ESF;
- realizar visitas domiciliares necessárias;
- desenvolver ações intersetoriais;

- participar dos Conselhos Locais de Saúde;
- realizar avaliação em conjunto com as ESF e Conselho Local de Saúde do impacto das ações implementadas através de indicadores pré-estabelecidos;
- promover programas coletivos de ações terapêuticas preventivas à instalações de processos que levam à incapacidade funcional, à patologias músculo esqueléticas, minimizando aquelas já instaladas e desenvolvendo a consciência corporal;
- realizar abordagem familiar e institucional (escolas e creches) no que diz respeito a ergonomia e postura de crianças e adolescentes;
- desenvolver atividades voltadas para adultos e idosos, através de grupos já constituídos (hipertensão, gestantes, obesos), visando a prevenção e reabilitação de complicações decorrentes de patologias, a independência na execução das atividades diárias, assistência e inclusão social de portadores de deficiências transitórias ou permanentes;
- realizar atendimentos ambulatoriais e domiciliares em pacientes portadores de enfermidades crônicas ou degenerativas, acamados ou impossibilitados, encaminhando a serviços de maior complexidade, quando necessário.

FONOAUDIÓLOGO

Além das atribuições previstas no Anexo 5, da lei Complementar n. 208/2010, cabe ao Assistente Social contratado para atuar no Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF:

- participar de reuniões com profissionais das ESF, para levantamento das reais necessidades da população adscrita;
- planejar ações e desenvolver educação permanente;
- acolher os usuários e humanizar a atenção;
- trabalhar de forma integrada com as ESF;
- realizar visitas domiciliares necessárias;
- desenvolver ações intersetoriais;
- participar dos Conselhos Locais de Saúde;
- realizar avaliação em conjunto com as ESF e Conselho Local de Saúde do impacto das ações implementadas através de indicadores pré-estabelecidos;
- avaliar aspectos do desenvolvimento da fala e da linguagem em adultos e crianças como forma preventiva e, se necessário realizar reabilitação;
- realizar triagem auditiva em escolas e creches, bem como em indivíduos com suspeita ou de risco à perda auditiva;
- desenvolver ações coletivas preventivas através de palestras abordando situações ou patologias que interfiram na fala, linguagem, voz, audição, deglutição, aprendizagem, etc..;
- integrar-se na rede de serviços oferecidos, realizando referência e contra referência, seguindo fluxo pré-estabelecido, mantendo vínculo com os pacientes encaminhados;
- realizar visitas domiciliares em conjunto com as ESF, dependendo das necessidades.

NUTRICIONISTA

Além das atribuições previstas no Anexo 5, da lei Complementar n. 208/2010, cabe ao Assistente Social contratado para atuar no Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF:

- participar de reuniões com profissionais das ESF, para levantamento das reais necessidades da população adscrita;
- planejar ações e desenvolver educação permanente;
- acolher os usuários e humanizar a atenção;
- trabalhar de forma integrada com as ESF;
- realizar visitas domiciliares necessárias;
- desenvolver ações intersetoriais;
- participar dos Conselhos Locais de Saúde;
- realizar avaliação em conjunto com as ESF e Conselho Local de Saúde do impacto das ações implementadas através de indicadores pré estabelecidos;
- desenvolver ações coletivas de educação nutricional, visando a prevenção de doenças e promoção, manutenção e recuperação da saúde;

- planejar, executar, coordenar e supervisionar serviços ou programas de alimentação e nutrição de acordo com o diagnóstico nutricional identificado na comunidade;
- desenvolver ações educativas em grupos programáticos;
- priorizar ações envolvendo as principais demandas assistenciais, especialmente as doenças e agravos não transmissíveis e nutrição materno infantil;
- prestar atendimento nutricional, elaborando diagnóstico, com base nos dados clínicos, bioquímicos, antropométricos e dietéticos, bem como prescrição de dieta e evolução do paciente;
- promover articulação intersetorial para viabilizar cultivo de hortas e pomares comunitários, priorizando alimentos saudáveis regionais;
- integrar-se na rede de serviços oferecidos, realizando referência e contra referência, seguindo fluxo pré estabelecido, mantendo vínculo com os pacientes encaminhados;
- realizar visitas domiciliares em conjunto com as ESF, dependendo das necessidades.

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA SAÚDE

Além das atribuições a qual dispõe a Classificação Brasileira de Ocupações (Cód. 2241-E1), cabe ao Profissional de Educação Física contratado para atuar no Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF:

- participar de reuniões com profissionais das ESF, para levantamento das reais necessidades da população adscrita;
- planejar ações e desenvolver educação permanente;
- acolher os usuários e humanizar a atenção;
- trabalhar de forma integrada com as ESF;
- realizar visitas domiciliares necessárias;
- desenvolver ações intersetoriais;
- participar dos Conselhos Locais de Saúde;
- realizar avaliação em conjunto com as ESF e Conselho Local de Saúde do impacto das ações implementadas através de indicadores pré-estabelecidos;
- formar grupos de atividade física com crianças com sobrepeso e obesidade utilizando os espaços públicos já existentes;
- formar grupos de ginástica, caminhada, Tai Chi Chuan e Yoga para adultos e idosos utilizando os espaços públicos já existentes;
- acompanhar usuários da ATI;
- formar grupos de dança, luta e capoeira com adolescentes utilizando os espaços públicos já existentes;
- avaliar e acompanhar os casos encaminhados pelas ESF;
- oferecer orientações que promovam o auto cuidado e a prevenção de riscos em todas as suas ações;
- mobilizar a comunidade para participar da comemoração do dia mundial da atividade física;
- integrar-se na rede de serviços oferecidos, realizando referência e contra referência, seguindo fluxo pré-estabelecido, mantendo vínculo com os pacientes encaminhados.

PSICÓLOGO

Além das atribuições previstas no Anexo 5, da lei Complementar n. 208/2010, cabe ao Psicólogo contratado para atuar no Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF:

- participar de reuniões com profissionais das ESF, para levantamento das reais necessidades da população adscrita;
- planejar ações e desenvolver educação permanente;
- acolher os usuários e humanizar a atenção;
- trabalhar de forma integrada com as ESF;
- realizar visitas domiciliares necessárias;
- desenvolver ações intersetoriais;
- participar dos Conselhos Locais de Saúde;
- realizar avaliação em conjunto com as ESF e Conselho Local de Saúde do impacto das ações implementadas através de indicadores pré estabelecidos;
- desenvolver grupos de portadores de transtorno mental, envolvendo pacientes e familiares, com objetivo de reinserção social, utilizando-se dos recursos da comunidade;

- auxiliar no processo de trabalho dos profissionais das ESF no que diz respeito à reinserção social do portador de transtorno mental;
- realizar ações coletivas abordando o uso de tabaco, álcool e drogas, traçando estratégias de prevenção utilizando os recursos da comunidade;
- realizar ações de difusão da prática de atenção não manicomial, diminuindo o preconceito e a estigmatização com relação ao transtorno mental;
- acolher de forma especial o egresso de internação psiquiátrica e orientar sua família, visando a reinserção social e a compreensão da doença;
- mobilizar os recursos da comunidade para constituir espaços de aceitação e reinserção social do portador de transtorno mental;
- manter contato próximo com a rede de serviços de saúde mental oferecidos pelo município, de modo a poder acompanhar os usuários de sua área de abrangência, que assim o necessitarem;
- realizar consultas para diagnóstico e avaliação de casos encaminhados pela ESF para definir projeto terapêutico a ser executado por toda a equipe;
- integrar-se na rede de serviços oferecidos, realizando referência e contra referência, seguindo fluxo pré estabelecido, mantendo vínculo com os pacientes encaminhados;
- realizar visitas domiciliares em conjunto com as ESF, dependendo das necessidades.

TERAPEUTA OCUPACIONAL

Além das atribuições a qual dispõe a Classificação Brasileira de Ocupações (Cód. 2239), cabe ao Terapeuta Ocupacional contratado para atuar no Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF:

- participar de reuniões com profissionais das ESF, para levantamento das reais necessidades da população adscrita;
- planejar ações e desenvolver educação permanente;
- acolher os usuários e humanizar a atenção;
- trabalhar de forma integrada com as ESF;
- realizar visitas domiciliares necessárias;
- desenvolver ações intersetoriais;
- participar dos Conselhos Locais de Saúde;
- realizar avaliação em conjunto com as ESF e Conselho Local de Saúde do impacto das ações implementadas através de indicadores pré estabelecidos;
- desenvolver grupos operativos envolvendo pacientes e familiares, com objetivo de melhorar a socialização, reinserção social, utilizando-se dos recursos da comunidade;
- auxiliar no processo de trabalho dos profissionais das ESF no que diz respeito à reinserção social do portador de transtorno mental e de outras patologias;
- realizar ações que colaborem para a diminuição do preconceito e estigmatização com relação ao transtorno mental e outras patologias;
- mobilizar os recursos da comunidade para constituir espaços de aceitação e reinserção social do portador de transtorno mental;
- manter contato próximo com a rede de serviços de diversas áreas oferecidos pelo município, de modo a poder acompanhar os usuários de sua área de abrangência, que assim o necessitarem;
- integrar-se na rede de serviços oferecidos, realizando referência e contra referência, seguindo fluxo pré estabelecido, mantendo vínculo com os pacientes encaminhados;
- realizar visitas domiciliares em conjunto com as ESF, dependendo das necessidades.

ANEXO III

MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO

AO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Presidente Comissão Especial do Processo Seletivo):

Processo Seletivo nº 006/2014 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Nome: _____
 CPF: _____
 RG: _____
 Endereço: _____
 Número de Inscrição: _____
 Motivo do recurso: _____

Fundamentação e argumentação lógica:

Data: ____/____/2014.

Assinatura: _____

ANEXO IV

TABELA TÍTULOS PROCESSO SELETIVO Nº 006/2014

Número Título	Nome:			Confirmação recebimento título
	Função:			
	Tipo Título (certificado, declaração, carteira traba- lho...)	Data do Título	Instituição promotora curso/ Órgão atuação	

Declaro que entreguei na data de _____, os títulos acima especificados, ciente de que os mesmos serão objetos de análise da Comissão Especial de Processo Seletivo, bem como de que não serão aceitos títulos em outra data que não a do ato de inscrição.

Assinatura Candidato Assinatura e carimbo recebedor dos títulos

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Decreto 172

DECRETO 172/2014

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 086/2014, PREGÃO 008/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o ofício enviado pela Secretária Municipal de Saúde que informa que houve equívoco na quantificação dos itens orçados para a abertura do Processo Licitatório 086/2014, Pregão 008/2014, cujo objeto é a aquisição de material de consumo e limpeza para o Fundo Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO que o referido Processo Licitatório já se encontra concluído, com a celebração dos contratos de fornecimento com os licitantes vencedores, sem, contudo, os mesmos terem fornecido qualquer item até o presente momento, não havendo prejuízo financeiro para a administração nem para os licitantes;

CONSIDERANDO que à administração cabe rever seus atos a qualquer tempo, revogando-os por motivo de conveniência e oportunidade, sendo, neste caso, mais correto a revogação do Processo Licitatório;

CONSIDERANDO, por fim, o contido no Parecer Jurídico 018/2014, o qual tomamos como razão de decidir;

DECRETA:

Art. 1º. Fica expressamente revogado o Processo Licitatório 086/2014, Pregão 008/2014, cujo objeto era a aquisição de forma fracionada de produtos de limpeza e consumo para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica, por consequência, rescindido os contratos oriundos do Processo Licitatório supracitado, de forma amigável, sem ônus para ambas as partes.

Parágrafo único. A rescisão contratual de que trata este artigo deve ser formalizada através do competente Termo de Rescisão em ambos os contratos, anexando-os nos autos do Processo Licitatório.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,

18 de junho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário Municipal de Gestão e Des. Econômico.

São Bento do Sul

PREFEITURA

Resultado de Julgamento do Pregão Nº 166/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 166/2014

A Secretaria de Administração torna público o Resultado da Licitação do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 166/2014, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A REVITALIZAÇÃO DA BANDA MARCIAL DA EBM CORONEL OSNY VASCONCELLOS, CONFORME PROCESSO Nº SPP ER254289137 - CONVÊNIO Nº 2014TR000558 DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MAFRA/SC, o qual a Comissão após analisarem detalhadamente as propostas julgaram vencedoras as empresas: MAURÍCIO MACHADO DE SOUZA & CIA LTDA E LM FRANCO.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Autoridade Competente - Secretário de Administração

Homologação Pregão Nº 166/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 166/2014

A Secretaria de Administração torna público a homologação do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 166/2014, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A REVITALIZAÇÃO DA BANDA MARCIAL DA EBM CORONEL OSNY VASCONCELLOS, CONFORME PROCESSO Nº SPP ER254289137 - CONVÊNIO Nº 2014TR000558 DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MAFRA/SC, para as empresas: MAURÍCIO MACHADO DE SOUZA & CIA LTDA, VENCEDORA DOS LOTES 04 E 05 NO TOTAL R\$ 26.683,84 e LM FRANCO VENCEDORA DOS LOTES: 01, 02 E 03 NO TOTAL DE R\$ 31.046,20, TOTALIZANDO EM R\$ 57.730,04.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Autoridade Competente - Secretário de Administração

Resolução 05/2014-CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 005/2014

DISPÕE SOBRE OS REPASSES DE RECURSOS DEPOSITADO NO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA, À ENTIDADE QUE MENCIONA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições leis, conforme Lei Municipal 1.242, de 16 de fevereiro de 2005,

CONSIDERANDO:

A competência do CMDCA para deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FIA;

Considerando a Resolução 06/2012, de 20 de julho de 2012 do

CMDCA e homologado pelo Decreto 1.203/2013, de 20 de agosto de 2012, que aprova o Edital do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul de Análise de Projeto para Captação de Recursos junto ao Fundo da Infância e Adolescência - FIA;

Considerando a doação depositada no Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FIA por pessoa física e jurídica, destinada à Entidades mencionada nesta Resolução;

Considerando a Reunião Plenária deste Conselho realizada no dia 12 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Repassar ao "Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE" a quantia de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), doada especificamente para a referida Entidade.

Art. 2º - A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de junho de 2014

Otto Müller

Presidente do CMDCA

Resolução 06/2014-CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 006/2014

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO SERVIÇO DE ACOlhIMENTO EM FAMÍLIA ACOlhEDORA - FAMÍLIAS DE APOIO.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições leis, conforme Lei Municipal 1.242, de 16 de fevereiro de 2005 e, de acordo com a deliberação da reunião plenária deste Conselho realizada no dia 12 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano Político Pedagógico do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora - Famílias de Apoio.

Art. 2º - A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de junho de 2014

Otto Muller

Presidente do CMDCA

**Projeto Político Pedagógico Famílias de Apoio-
Resolução 06/2014-CMDCA**

Projeto Político Pedagógico

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora - Famílias Acolhedoras

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2013

SUMÁRIO

1. Apresentação
2. Marco Referencial
3. Fundamentos do Projeto Político Pedagógico
 - 3.1. Aspectos jurídico-administrativos
 - 3.2. Divulgação, seleção, preparação e acompanhamento das

famílias acolhedoras

3.2.1. Avaliação documental

3.2.2. Seleção

3.2.3. Capacitação

3.2.4. Cadastramento

3.2.5. Acompanhamento

3.3. Preparação para o acolhimento e acompanhamento

3.3.1. Com a criança/adolescente

3.3.2. Com a família acolhedora

3.3.3. Com a família de origem

4. Atribuições da equipe técnica do programa

4.1. Atribuições das Famílias Acolhedoras

4.2. Desligamento da criança/adolescente

4.2.1. Com a criança/adolescente

4.2.2. Com a família de origem

4.2.3. Com a família acolhedora

5. Dados de Identificação

5.1. Entidade mantenedora

5.2. Público alvo

5.3. Histórico do Serviço de Acolhimento Familiar

6. Objetivos do Serviço de Acolhimento - Famílias Acolhedoras

6.1. Objetivo geral

6.2. Objetivos específicos

6.3. Perfil da criança/adolescente atendidos

7. Equipe de Referência do Serviço de Acolhimento Familiar

8. Métodos e Técnicas

8.1. Metodologia de atendimento

9. Avaliação

10. Considerações finais

11. Bibliografia

1. Apresentação

O Projeto Político Pedagógico é um conjunto articulado de propostas e programas de ação, executado em função de uma finalidade que se pretende alcançar e que é previamente delineada pelos valores a serem efetivados. É na finalidade do projeto que se encontram as raízes e as referências básicas dos objetivos que vão nortear a proposta pedagógica com eficácia e qualidade.

Delinear a intencionalidade do Projeto Político Pedagógico é desenvolver de um lado o projeto político da sociedade, e de outro os projetos pessoais das Famílias Acolhedoras.

Todos os envolvidos, equipe, educadores, comunidade, famílias acolhedoras e crianças/adolescentes, precisam compartilhar dessa intencionalidade adequando seus objetivos parciais e particulares aos objetivos abrangentes do projeto. Para isso um projeto deve ser político e social identificando as necessidades da população atendida.

Para o Conselho Nacional do Direito da Criança e do Adolescente (CONANDA) e para o Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS) o termo Família Acolhedora é utilizado para designar um núcleo familiar que recebe uma criança necessitada de cuidados e se responsabiliza por ela por um período determinado até que seja possível a reintegração com a família de origem. Nos casos de inviabilidade da reinserção, as crianças são encaminhadas para a adoção.

O Famílias de Apoio é caracterizado como um serviço que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados de suas famílias de origem por determinação judicial, na residência de famílias acolhedoras previamente cadastradas e preparadas para recebê-los. Visa à proteção de crianças e adolescentes cujos direitos foram violados no seio da própria família.

As famílias acolhedoras são previamente selecionadas e capacitadas para que a criança e/ou adolescente receba afeto e apoio material, moral e educacional até que tenha condições de ser reintegrada ao seu ambiente familiar.

Sendo assim a colocação provisória na família acolhedora torna-se uma alternativa de atendimento menos prejudicial a quem necessita da medida de proteção de abrigo e garante a preservação da identidade, tendo em vista que os indivíduos em formação

necessitam de um meio que a favoreça. (FRANÇA, 2006). Cabe lembrar que o acolhimento familiar não é um procedimento novo no Brasil, o processo de circulação de crianças por vários lares era comum, embora não fosse acompanhado legalmente e por técnicos. Na década de 50, surgiram as primeiras modalidades de acolhimento e trabalhos profissionais voltados para a adoção e guarda permanente no Brasil. No modelo atual o tempo é determinado pela evolução do caso, cujo acompanhamento deve ser feito por Assistentes Sociais e Psicólogos para que se possa avaliar a possibilidade de reintegração da criança em sua família de origem.

2. Marco Referencial

No sistema capitalista a organização e divisão dos meios de produção se evidenciam, preconizando a mais valia, no qual está inserido além do status econômico, o status social.

Isto nos leva ao "mundo mágico" do consumo com a sua imponente arquitetura e seu Shopping Center, estão ao alcance de poucos que podem saciar o seu prazer de consumo e cada vez mais distante dos desprovidos de rendas.

A sociedade em geral e o estado chamam ou transmitem às crianças e aos adolescentes a responsabilidades de provocarem uma evolução ética do homem político. Mas esquecem que um grande número dessas crianças e adolescentes ainda possui baixo índice de qualidade de vida.

Além da legislação não entender as demandas de uma nova dinâmica social, há a adoção de um círculo perverso das instituições em despersonalizar a condição humana e de reproduzir um modelo econômico que contribui com a degeneração pessoal e social de milhares de crianças e adolescentes brasileiros à condição de subcidadania.

Nesses últimos anos foram testados novos arranjos (inter) institucionais e de mudanças significativas na forma de organização da sociedade, onde visualizamos um bombardeio de práticas transacionais e construções de redes planetárias de comunicação e de informações. Apesar desses novos paradigmas ainda persistem as relações clientelistas arraigadas no imaginário social, juntamente com o autoritarismo e a centralização do poder público.

Neste contexto chamamos a atenção para a criança e o adolescente, que além de estar passando por uma fase de transição é convocado para fazer parte desses arranjos sociais, principalmente instigado pelo sistema econômico.

Neste cenário a criança/adolescente necessita das suas referências junto à família e a comunidade por isto a execução dos serviços de acolhimento junto a Famílias Acolhedoras possui a função de acolher este cidadão propiciando um atendimento em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência comunitária permitindo a continuidade da socialização da criança/adolescente. Em São Bento do Sul/SC vivemos um momento de ressignificação do trabalho com crianças e adolescentes, entendendo que estes devem ser priorizados em seus atendimentos, assim como suas famílias de origem que são vítimas de muitas vulnerabilidades que culminam com a violação do direito da criança e do adolescente. De maneira geral, as crianças e adolescentes acolhidos pelo serviço são oriundas de famílias com envolvimento com álcool e outras drogas assim como transtornos psiquiátricos. Grande parte da violação dos direitos deste segmento esta diretamente relacionado ao consumo exorbitante de álcool e outras drogas por parte dos genitores ou responsáveis.

3. Fundamentos do Projeto Político Pedagógico

A partir da Constituição Federal de 1988, a criança e adolescente são considerados prioridade absoluta por parte do poder público, da família, e de toda a sociedade, o que significa que os seus direitos devem ser mais protegidos que os de outras pessoas.

Dois anos depois da Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA trouxe mais instrumentos para a concretização desses direitos, considerados especiais.

O Direito da criança/adolescente ao convívio familiar e ao convívio com a comunidade, prioriza o atendimento através do serviço

de acolhimento. Serviço que organiza, em residências de famílias acolhedoras cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para adoção. Propicia o atendimento em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência comunitária, permitindo a continuidade da socialização da criança/adolescente.

Do ponto de vista legal, assim como os serviços de acolhimento institucional, o Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora deve organizar-se segundo os princípios e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente no que se refere à excepcionalidade e à provisoriedade do acolhimento; ao investimento na reintegração à família de origem, nuclear ou extensa; à preservação da convivência e do vínculo afetivo entre grupos de irmãos; a permanente articulação com a Justiça da Infância e da Juventude e a rede de serviços.

Trata-se de um serviço de acolhimento provisório, até que seja viabilizada uma solução de caráter permanente para a criança ou adolescente - reintegração familiar ou, excepcionalmente, adoção. É uma modalidade de acolhimento diferenciada, que não se enquadra no conceito de abrigo em entidade, nem no de colocação em família substituta, no sentido estrito, porém podendo ser entendido como regime de colocação familiar preconizado no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.1. Aspectos jurídico-administrativos

As famílias acolhedoras são selecionadas, capacitadas e acompanhadas pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento para que possam acolher crianças ou adolescentes em medida de proteção aplicada por autoridade competente, a qual encaminha a criança/adolescente para inclusão nesse serviço, competindo ao mesmo à indicação da família que esteja disponível e em condições para acolhê-lo. Dentro da sistemática jurídica, este tipo de acolhimento é feito por meio de um termo de guarda provisória, solicitado pelo serviço de acolhimento e emitido pela autoridade judiciária para a família acolhedora previamente cadastrada. A guarda será deferida para a família acolhedora indicada pelo serviço, terá sempre o caráter provisório e sua manutenção deve estar vinculada à permanência da família acolhedora no serviço. O termo de guarda deve ser expedido imediatamente à aplicação da medida protetiva e início do acolhimento.

3.2. Divulgação, seleção, preparação e acompanhamento das famílias acolhedoras

Um processo de seleção e capacitação criterioso é essencial para a obtenção de famílias acolhedoras com perfil adequado ao desenvolvimento de suas funções, possibilitando a oferta de um serviço de qualidade aos usuários. Para tanto, deve-se prever, minimamente, os seguintes passos:

Ampla Divulgação: com informações precisas sobre os objetivos e a operacionalização do Serviço, perfil dos usuários, critérios mínimos para se tornar família acolhedora, dentre outros.

A sensibilização de famílias para a participação do serviço como famílias acolhedoras requer uma estratégia de divulgação permanente, realizada, em conjunto pelo executor e pelo órgão do Governo Municipal competente, que privilegie a clareza dos objetivos dessa modalidade de atendimento, que não deve ser confundida com adoção. O processo de divulgação também envolve a sensibilização de outros atores do Sistema de Garantia de Direitos para que possam se estabelecer parcerias de trabalho.

Acolhida e avaliação inicial: Deve ser realizada por equipe de Referência, qualificada e disponível para prestar os esclarecimentos necessários às famílias interessadas, de modo individual e/ou em grupos de familiares. Este primeiro momento de interlocução possibilita, inclusive, a identificação de possíveis motivações equivocadas - como interesse em adoção.

Esse é o momento em que as informações devem ser claras e objetivas, de modo a evitar mal-entendidos e poupar tempo e

envolvimento emocional da equipe e dos pretendentes ao acolhimento. Deve também ser verificado se as famílias atendem aos critérios mínimos exigidos para a função, inclusive em relação ao desejo, disponibilidade e concordância de todos os membros do núcleo familiar em acolher e participar dos encontros de seleção, capacitação e acompanhamento.

3.2.1. Avaliação documental

Documentação mínima a ser exigida constitui em documentos pessoais (RG, CPF), comprovante de residência, comprovante de rendimentos, certidão negativa de antecedentes criminais, atestado de saúde física e mental. Os documentos devem ser solicitados a todos os membros maiores de idade do núcleo familiar. Em se tratando de casal, é indicado que o termo de guarda seja expedido em nome de ambos. Os responsáveis pelo acolhimento não devem ter qualquer problema em sua documentação. Quanto aos outros membros da família, a equipe técnica do programa deverá avaliar cada situação.

3.2.2. Seleção

Após a avaliação inicial, as famílias inscritas como potenciais acolhedoras deverão passar por um estudo psicossocial, com o objetivo de identificar os aspectos subjetivos que qualificam ou não a família para sua participação. Essa etapa deverá envolver entrevistas individuais e coletivas, dinâmicas de grupo e visitas domiciliares, sempre utilizando metodologias que privilegiem a co-participação das famílias, em um processo que inclua a reflexão e auto-avaliação das mesmas. É essencial que todo o grupo familiar participe do processo de avaliação e seleção, uma vez que todos os componentes do núcleo familiar devem estar de acordo e serem compatíveis com a proposta. Algumas características a serem observadas são:

01. Disponibilidade afetiva e emocional;
02. Padrão saudável das relações de apego e desapego;
03. Relações familiares e comunitárias;
04. Rotina familiar;
05. Não envolvimento de nenhum membro da família com dependência química;
06. Espaço e condições gerais da residência;
07. Motivação para a função;
08. Aptidão para o cuidado com crianças e adolescentes;
09. Capacidade de lidar com separação;
10. Flexibilidade;
11. Tolerância;
12. Pró-atividade;
13. Capacidade de escuta;
14. Estabilidade emocional;
15. Capacidade de pedir ajuda e de colaborar com a equipe técnica, dentre outras.

Além da avaliação quanto à compatibilidade com a função de acolhimento, o estudo psicossocial realizado pela equipe técnica deverá indicar, também, o perfil de criança e/ou adolescente que cada família está habilitada a acolher. É importante nesse processo, ouvir a opinião da família quanto a este aspecto, ainda que durante o processo de capacitação essa avaliação possa modificar-se.

3.2.3. Capacitação

As famílias selecionadas deverão participar de processo de capacitação. Tal processo deve ser desenvolvido com metodologia participativa, de modo dinâmico, por meio de oficinas e seminários, que podem ser conduzidos pelos profissionais da equipe do Serviço e por especialistas convidados (outros profissionais da rede, do Sistema de Justiça, etc.). Também é bastante recomendável que, durante o processo de capacitação, sejam feitas apresentações de experiências de famílias acolhedoras que já vivenciaram o acolhimento, assim como de famílias de origem cujas crianças/adolescentes foram acolhidos pelo serviço e já retornaram ao lar, de modo a dar concretude à proposta.

3.2.4. Cadastramento

As famílias que forem consideradas aptas a serem acolhedoras deverão formalizar sua inscrição no Serviço, com o preenchimento da ficha de cadastro, onde constam os documentos necessários (já

citados no item Avaliação Documental), informações sobre toda a família e indicação quanto ao perfil de criança/adolescente que se julga capaz de acolher. A documentação necessária deverá ser encaminhada pela coordenação do Serviço à Justiça da Infância e Juventude, para que possa ser emitido, com presteza, o termo de guarda e responsabilidade quando ocorrer o acolhimento de uma criança/adolescente pela família cadastrada.

3.2.5. Acompanhamento

Os serviços da rede de proteção à infância e juventude, especialmente o requerente do ingresso da criança no programa (Justiça da Infância e Juventude, Conselho Tutelar, Equipe de Supervisão e Apoio aos Serviços de Acolhimento, etc.), devem iniciar discussão do caso com a equipe técnica, antes que a modalidade acolhimento familiar seja a opção de proteção decidida. Objetiva-se com isso traçar um trabalho em rede e de continuidade ao atendimento à criança e sua família.

3.3. Preparação para o acolhimento e acompanhamento

A partir do momento em que uma criança/adolescente for encaminhada para o serviço, à equipe técnica deve iniciar a preparação e acompanhamento psicossocial da criança/adolescente, da família acolhedora, da família de origem e da rede social de apoio. Isso poderá ocorrer por meio de ações específicas tais como:

3.3.1. Com a criança/adolescente

Preparação da criança/adolescente para a entrada no programa, buscando-se de confiança, fornecendo explicação da situação e esclarecimentos quanto ao acolhimento familiar. Essa ação deve ser partilhada com o órgão que encaminhou a criança ou adolescente.

Aproximação supervisionada entre a criança/adolescente e a família acolhedora.

Escuta individual da criança/adolescente, com foco na adaptação à família acolhedora.

Acompanhamento do desempenho escolar da criança e sua situação de saúde.

Viabilização de encontro semanal entre a família de origem e a criança e/ou adolescente, o qual deverá ser acompanhado pela equipe técnica. Em casos específicos o encontro será realizado após análise da equipe técnica e deferimento do Juizado de Menores.

3.3.2. Com a família acolhedora

A família acolhedora tem o papel de cuidar e proteger a criança/adolescente acolhido, inserindo-os em sua rotina diária.

Deve ser comprometida com os interesses dos acolhidos, realizando acompanhamentos na escola, na rede de saúde e nas diversas atividades que desempenham.

As famílias acolhedoras precisam, sobretudo, estar atentas às demandas e comportamentos que as crianças/adolescentes apresentam no decorrer do seu convívio e dividir com a equipe técnica suas inquietações.

Assim, o envolvimento da família acolhedora deve ser uma constante e sua participação nos processos de trabalho com os acolhidos, parte fundamental deste.

Para tanto, é realizada uma Preparação da família acolhedora para a recepção da criança/adolescente, inclusive informando a situação sócio-jurídica do caso e, quando possível, previsão inicial do tempo de acolhimento.

Construção de um plano de acompanhamento da família acolhedora, em conformidade com as necessidades do acolhimento de cada criança/adolescente, respeitando-se as características das famílias e do acolhido.

Acompanhamento da família acolhedora, com entrevistas e visitas domiciliares com foco na adaptação e desenvolvimento do acolhimento, com frequência mínima quinzenal ou de acordo com a avaliação do caso.

Construção de espaço para troca de experiências entre famílias acolhedoras

3.3.3. Com a família de origem

Contato inicial com a família de origem (salvo em situações de restrição judicial) para esclarecimento do que é o acolhimento

familiar, seus termos e regras, assim como para convidá-la a participar do processo de adaptação da criança/adolescente na família acolhedora, fornecendo informações sobre seus hábitos e costumes. Se possível, possibilitar o encontro da família de origem com seu filho (a).

Acompanhamento da família de origem, com entrevistas e visitas domiciliares periódicas, articuladas com o planejamento realizado para superação das vulnerabilidades da família.

4. Atribuições da equipe técnica do programa

Construir com a participação da família de origem e serviços da rede de proteção um plano de acompanhamento da família de origem, nuclear ou extensa, que objetive a superação dos motivos que levaram à necessidade do afastamento da criança/adolescente e conseqüente reintegração familiar.

Providenciar encaminhamentos jurídico-administrativos e junto à rede de educação, saúde, dentre outros que se fizerem necessários.

Possibilitar situações de escuta individual, ao longo de todo o tempo de acolhimento, de qualquer dos envolvidos (família de origem, família acolhedora e acolhido).

4.1. Atribuições das Famílias Acolhedoras

Preservar o vínculo e convivência entre irmãos e parentes (primos, sobrinhos) quando o acolhimento for realizado por famílias diferentes.

Responsabilizar-se pelas atividades cotidianas e rotineiras dos acolhidos (levar à escola, atendimentos de saúde etc), cabendo à equipe técnica auxiliar as famílias acolhedoras na obtenção destes atendimentos, preferencialmente na rede pública.

Comunicação à equipe do serviço todas as situações de enfrentamento de dificuldades que observem durante o acolhimento, seja sobre a criança, seja sobre a própria família acolhedora e a família de origem.

4.2. Desligamento da criança/adolescente

O desligamento do programa ocorrerá quando for avaliado pela equipe de profissionais do serviço, em diálogo com a Justiça da Infância e Juventude, com o Ministério Público, Conselho Tutelar e rede envolvida - a possibilidade de retorno familiar (à família de origem, nuclear ou extensa); a necessidade de acolhimento em outro espaço de proteção, ou o encaminhamento para adoção. A esta avaliação deve suceder a preparação e o apoio específico por parte da equipe técnica, com ações:

4.2.1. Com a criança/adolescente

Escuta individual e apoio emocional à criança/adolescente, com foco no retorno à família de origem e separação da família acolhedora.

4.2.2. Com a família de origem

Intensificar e ampliar, de forma progressiva, os encontros entre a criança/adolescente e sua família - que gradativamente deverão deixar de ser acompanhados pela equipe, a permanência com a família nos finais de semana e, por fim, o retorno definitivo.

Dar continuidade ao acompanhamento à família de origem após a reintegração da criança/adolescente, por um período mínimo de seis meses, de forma a lhe dar suporte para o cumprimento de suas funções de cuidado e proteção, buscando sua autonomia e visando evitar a reincidência da necessidade de acolhimento. Conforme a estrutura local, tal acompanhamento poderá ser feito pela equipe técnica do serviço de famílias acolhedoras que acompanhou o acolhimento ou por outro serviço socioassistencial (CRAS, CREAS) em articulação com a rede local.

4.2.3. Com a família acolhedora

Orientar a família acolhedora para intensificar a preparação da criança/adolescente para o retorno à família de origem.

☐ Realizar encontros com a família acolhedora (entrevistas individuais e com o grupo familiar), com foco na saída da criança/adolescente e na experiência de separação, oferecendo apoio psicossocial após a saída do(a) acolhido(a) manutenção das atividades em grupo com outras famílias acolhedoras e do contato regular com a equipe de referência.

Intermediar e orientar a família acolhedora com relação à manutenção de vínculos com a criança/adolescente e sua família após a reintegração familiar, o que também amplia a proteção da criança/adolescente acolhido. Entretanto, deve ser respeitado o desejo de todos os envolvidos, além de serem consideradas as características de cada caso, avaliando-se a pertinência ou não da manutenção desde contato.

No caso em que forem esgotadas todas as possibilidades de reintegração familiar e a criança/adolescente for encaminhada para adoção, a família acolhedora deverá contribuir para essa transição e, em conjunto com a equipe técnica do serviço, preparar esta criança para a colocação em uma família definitiva.

O desligamento do programa deve ocorrer mediante conhecimento e autorização da Justiça da Infância e Juventude, que deve estar devidamente informado das ações do serviço e atuar em conjunto com estas.

5. Dados de Identificação

Secretaria de Assistência Social - SEMAS

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora - Famílias de Apoio
Rua João Mülhbauer nº. 169

Bairro Serra Alta - São Bento do Sul - SC

CEP: 89.291-050

5.1. Entidade mantenedora

Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

Secretaria Municipal de Assistência Social de São Bento do Sul - SEMAS

5.2. Público alvo

Crianças e Adolescentes de 0 a 18 anos que estão em medida protetiva.

5.3. Histórico do Serviço de Acolhimento Familiar

No Município de São Bento do Sul/SC, o Famílias de Apoio teve início em junho de 2002, através de uma iniciativa do Poder Judiciário da Comarca e o Grupo de Estudos e Apoio à Adoção Gerando Amor. Observou-se a necessidade da criação de um programa de acolhimento para atender a demanda do municipal. Até o ano de 2005 o Famílias de Apoio esteve sob os cuidados do Poder Judiciário, após este ano, com a criação da Lei Municipal nº 1373/2005 para organizar e reger o Programa, este passou para a inteira responsabilidade da municipalidade.

Em 2008, a Lei nº 2170 alterou a Lei anterior e atualmente rege o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora - Famílias de Apoio.

6. Objetivos do Serviço de Acolhimento - Famílias Acolhedoras

6.1. Objetivo geral

Garantir às crianças e adolescentes que necessitem de proteção, o acolhimento provisório por famílias de apoio, respeitando o seu direito à convivência em ambiente familiar e comunitário.

6.2. Objetivos específicos

A criança e o adolescente são atendidos por uma equipe de referência, com vistas aos objetivos específicos:

- Propiciar com absoluta prioridade, atendimento nas áreas de saúde, educação e assistência social, através das políticas do município;
- Acompanhamento psicossocial e pedagógico pelo Famílias de apoio;
- Priorizar os processos no Juizado da Infância e Juventude, primando pelo provisoriedade do acolhimento;
- Estimular a manutenção e/ou reformulação de vínculos afetivos com sua família de origem, nos casos em que houver possibilidade;
- Permanecer com os irmãos na mesma Família Acolhedora.

6.3. Perfil da criança/adolescente atendidos

Ao longo no ano de 2013 foram atendidas 29 crianças/adolescentes, encaminhados da Vara da Infância e Juventude da Comarca de São Bento do Sul. Destes foram encaminhados a Famílias Acolhedoras 26. Retornaram ao lar de origem 11, e foram encaminhados à adoção 04 e 14 continuam acolhidos.

7. Equipe de Referência do Serviço de Acolhimento Familiar

Equipe	Nº. de Técnicos	Carga Horária
Coordenador	1	FG
Assistente Social	1	30 h
Pedagoga	1	30 h
Psicóloga	1	40 h
Motorista	1	40 h
Aux. administrativo	1	40 h

8. Métodos e Técnicas

A criança/adolescente é atendida por uma equipe de Referência com vistas aos objetivos abaixo:

- Garantir a criança/adolescente que necessitem de proteção, o acolhimento provisório por famílias acolhedoras, respeitando o seu direito à convivência familiar em ambiente familiar e comunitário;
- Oferecer apoio às famílias de origem na forma de atendimento multidisciplinar (psicológico, pedagógico e social), visando o retorno de seus filhos, sempre que possível;
- Contribuir na superação da situação vivida pelas crianças e adolescentes com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar ou colocação em família substituta.

8.1. Metodologia de atendimento

O atendimento à criança e adolescente dependerá da disponibilidade de acolhimento pelas famílias acolhedoras cadastradas no município de São Bento do Sul.

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora atenderá as crianças e adolescentes da cidade de São Bento do Sul que tenham seus direitos ameaçados ou violados (vítimas de violência sexual, física, psicológica, negligência, em situação de abandono e órfãos) e que necessitem de proteção, sempre com determinação judicial.

9. Avaliação

Avaliar uma ação significa fazer uma análise crítica, dos objetivos, estratégias e recursos utilizados, é uma tomada de consciência das conquistas da criança e do adolescente, dificuldades e possibilidades para reorganizar os esforços aplicados, mostrar o progresso obtido e futuras mudanças.

"Avaliar significa emitir um Juízo de valor sobre a realidade que se questiona, seja a propósito das exigências de uma ação que se projetou realizar sobre ela, ou seja, a propósito das suas consequências." (PCNs., p. 86).

A avaliação, ao não se prender somente ao julgamento sobre sucessos ou fracassos é compreendida como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. A avaliação das aprendizagens só pode acontecer se forem relacionadas com as oportunidades oferecidas, considerando então as situações propostas aos conhecimentos prévios da criança e do adolescente e os desafios que estão em condições de enfrentar.

Deve considerar os avanços que a criança/adolescente faz com relação à sua própria dinâmica social, e não criar um estereótipo de cidadão ideal.

Fazer uma reflexão contínua sobre a prática nos oportuniza a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos para o processo de aprendizagem individual ou de todo o grupo.

10. Considerações finais

O Serviço de Acolhimento procura cumprir o artigo 19 do ECA, que dispõe que toda criança ou adolescente tem direito de ser criado no seio da família e excepcionalmente em família substituta, assegurando a convivência familiar e comunitária.

Contudo, quando se fala em "Famílias Acolhedoras" alguns questionamentos são frequentes com relação a esta família, questionamentos estes que na realidade podem ser vistos como desafios do programa (UNICEF, 2005).

O acolhimento é uma possibilidade, mas não é o objetivo do serviço. As famílias que acolherão as crianças/adolescentes são preparadas quanto aos objetivos do serviço, dentre eles, que o acolhimento deve ser provisório e não deve ser confundido com adoção. Ser uma "Família Acolhedora" não é uma tarefa fácil, visto que atendem crianças e adolescentes com diversos graus de traumas e perdas, abandono, rejeição, exclusão e discriminação que requer muito preparo e dedicação.

Mais do que ser ou não ser família acolhedora, é preciso trabalhar na questão da garantia de direitos, inclusive do direito dessa criança/adolescente de conviver com a sua família de origem.

Deste modo, quando esgotados os recursos ou possibilidades de permanência da criança na família de origem se busca a alternativa da família acolhedora ou ainda o abrigo (acolhimento institucional). Mas para que isso ocorra são necessários programas, e políticas que viabilizem essas medidas com segurança é preciso dar suporte, tanto à família de origem quanto à família acolhedora para que a criança/adolescente tenha verdadeiramente a oportunidade de ter seus direitos assegurados, o suporte deve ser dado em todos os sentidos: psicológico, social e financeiro.

Os demais membros da família acolhedora, bem como irmãos acolhedores, avós acolhedores ou qualquer outra pessoa que resida na mesma casa dos responsáveis pelo acolhimento também devem receber acompanhamento de: Assistentes Sociais, Psicólogos e outros profissionais responsáveis pela preparação das famílias (acolhedoras ou de origem) os quais devem orientar todos aqueles que conviverão com a criança. Pois eles viverão situações repentinas: a criança ter saudades e querer voltar para sua família de origem; ter dúvida quanto ao motivo de seu familiar ter lhe causado dano; necessitar de atenção especial e carinhos ativamente. A família acolhedora deve estar preparada para solucionar esses eventuais problemas. E quando não conseguir resolver, os técnicos devem dar suporte a essa família, discutindo a melhor forma de lidar com a situação.

(Trabalho desenvolvido com a participação da Assessoria de Assistência Social da AMUNESC)

11. Bibliografia

A educação como processo de humanização, p. 24 - Revista ABC Educatio, Setembro/04, ed. Criarp.

Aprender com eles e ensine melhor, p.19 - Revista Nova Escola, fevereiro/2001, ed. Abril.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº. 8069, de 13 de Julho de 1990.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da: COSTA, Alfredo Carlos Gomes da: PIMENTEL, Antônio de Pádua Gomes. Educação e Vida: um guia para o adolescente. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001, 2ª ed.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Pedagogia da Presença; da solidão ao encontro. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001, 2ª ed.

_____. Aventura Pedagógica. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001, 2ª ed.

_____. Encontros e Travessias - o adolescente diante de si mesmo e do mundo. Instituto Ayrton Senna, 1999.

DUARTE, V. A. Adolescente Autor de Ato infracional: agressor ou vítima da sociedade? Florianópolis, 2003. 85 páginas. Monografia (Especialização de Atendimento e Metodologia à Criança e Adolescente em situação de risco) - NUCA, Universidade do Estado de Santa Catarina.

GORENDER, J. A estratégia dos estados nacionais diante do processo de globalização. São Paulo: Instituto dos Estudos Avançados,

1995.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação: mito e desafio. Porto Alegre: Mediação, 1991.

Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. - 3 ed. - Brasília: A Secretaria, 2001.

Projeto político pedagógico e identidade educacional: o sentido da escola, p. 14 - Revista ABC Educatio, setembro/04, ed. Criarp. Série Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Caderno 1. Liberdade Assistida: uma polêmica em aberto. Instituto de Estudos Especiais da PUC São Paulo: Fevereiro, 1994.

VERONESSE, J. R. P.; W. M. A figura da criança e do adolescente no contexto social: de vítima a autores de ato infracional. In: VERONESSE, J. R. P.; SOUZA, M. P.; MIOTO, R. C. T. Infância e Adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001. P. 19.

Débora Cristina do Vale e Andréa Pires Rocha. Medidas Socioeducativas em meio aberto nos municípios de Cambe, Ibiporã e Londrina. Disponível em: <<http://www2.uel.br/revistas/afroatitudianas/volume-2-2007/Debora.pdf>

São Bento do Sul, 12 junho de 2014
Otto Müller

Presidente do CMDCA EXTRATO DE CONTRATO Nº 034/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Análises Clínicas que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa RUGGERI & PIVA LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na contratação de laboratório de apoio para prestação de serviços de análises clínicas para o Laboratório Municipal da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), como suporte técnico, conforme rotina adotada pela Secretaria, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme Pregão Presencial nº 38/2014.

DO VALOR: R\$ 124.000,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01/07/2014.

São Bento do Sul, 13 de maio de 2014.
Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

RUGGERI & PIVA LTDA, como Contratada.

Listagem de Portarias Nº 006/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 5637, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Graduação. Grupo Ocupacional 04. Adelita Nenevê Kamke. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 5638, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Especialização. Grupo Ocupacional 07. Alessandro Correa. Odontólogo - ESF. SEMUS.

Portaria nº 5639, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Especialização. Grupo Ocupacional 07. Alexandro Wischneski. Odontólogo - ESF. SEMUS.

Portaria nº 5641, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Graduação. Grupo Ocupacional 04. Arnaldo Rogerio Schimdt. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 5643, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Especialização. Grupo Ocupacional 06. Carlos Henrique Reitz Arakaki. Engenheiro Civil. SEPLU.

Portaria nº 5645, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Graduação. Grupo Ocupacional 04. Cornelia Pfeiffer Menengola. Secretária de Escola. SEMED.

Portaria nº 5651, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Especialização. Grupo Ocupacional 05. Emanuelle Gassner Escher. Farmacêutico. SEMUS.

Portaria nº 5652, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Graduação. Grupo Ocupacional 04. Filipe Weihermann. Assistente Administrativo. SEPLU.

Portaria nº 5654, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Especialização. Grupo Ocupacional 05. Irene Dranka Hackbarth. Psicóloga. SEMUS.

Portaria nº 5656, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Especialização. Grupo Ocupacional 05. Juvita Lucia Tiburski. Assistente Social. SEMAS.

Portaria nº 5657, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Técnico Médio. Grupo Ocupacional 03. Keila Tatiana de Lima. Auxiliar Administrativo. FC.

Portaria nº 5659, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Especialização. Grupo Ocupacional 05. Luis Carlos Grossl. Professor de Música II. SECAD.

Portaria nº 5660, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Especialização. Grupo Ocupacional 05. Marcia Regina Kamienski Lobermayer. Professor de Música III. FC.

Portaria nº 5661, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Fundamental Completo. Grupo Ocupacional 01. Marli Tomio Bueno de Castilho. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 5662, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Graduação. Grupo Ocupacional 04. Miriam Regina Schwetler Filipp. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 5663, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Especialização. Grupo Ocupacional 05. Monika Regina Wiggers Redlich. Bioquímico. SEMUS.

Portaria nº 5666, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Graduação. Grupo Ocupacional 04. Paulo Geraldo dos Santos Lima. Assistente Administrativo. SEPLU.

Portaria nº 5667, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Especialização. Grupo Ocupacional 08. Rafael Silveira da Rocha Sampaio. Médico Generalista - ESF. SEMUS.

Portaria nº 5668, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Especialização. Grupo Ocupacional 08. Ricardo Larroyed de Oliveira. Médico Generalista - ESF. SEMUS.

Portaria nº 5669, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Especialização. Grupo Ocupacional 05. Rita de Cassia Martins. Enfermeira. SEMUS.

Portaria nº 5670, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Ensino Médio. Grupo Ocupacional 04. Roberto Falkiewicz. Operador de Máquina I. SEMOB.

Portaria nº 5671, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Especialização. Grupo Ocupacional 08. Rodrigo Candido Batista. Médico Generalista - ESF. SEMUS.

Portaria nº 5674, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Especialização. Grupo Ocupacional 05. Sandra Leonida Trein. Enfermeira. SEMUS.

Portaria nº 5676, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Especialização. Grupo Ocupacional 05. Sirlene Petters. Contador. SEMUS.

Portaria nº 5677, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Ensino Médio. Grupo Ocupacional 02. Soleide dos Santos Siqueira. Recepcionista. SEMUS.

Portaria nº 5678, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Especialização. Grupo Ocupacional 05. Tais Spezia Mesgaliski. Assistente Social. SEMUS.

Portaria nº 5680, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Técnico Médio. Grupo Ocupacional 03. Tereza Gomes Murara. Auxiliar de Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 5682, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Especialização. Grupo Ocupacional 05. Vanessa de Souza Nunes. Fonoaudióloga. SEMUS.

Portaria nº 5683, de 28 de maio de 2014. Concede Progressão Vertical, a partir de 01 de junho de 2014, passando de Nível I para Nível II - Especialização. Grupo Ocupacional 05. Vera Alice Arnhold. Arquivista. FC.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK,
PREFEITO MUNICIPAL.

Decisão Final 10/2014

São Bento do Sul 09 de Junho de 2014

Decisão Final 10/2014

Secretaria Municipal de Saúde

Razão Social : Padaria e Confeitaria Oxford Ltda

CNPJ 86.050.838/0001-05

Penalidade de advertência

Luciane M K Scatolon

Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

Revogação de Pregão Nº 165/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

REVOGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2014

O Município de São Bento do Sul, através do Secretário de Administração, amparado pela conveniência e o interesse da Administração Pública e de acordo com caput do art. 49 da Lei 8.666/93, REVOGA A LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2014 destinada a: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CASCALHO ORIGINÁRIO DE FRAGMENTO DE ROCHA, BRITADO, DE GRANULOMETRIA VARIANDO ENTRE 0 E 7 CM, PARA MANUTENÇÃO DE VIAS, CONFORME ANEXO.

Vem através deste comunicar que, devido à questionamentos e inconsistência de informações no edital e para sanar os problemas nele existentes, revoga-se a licitação com vistas à instauração de novo Processo Licitatório.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

Lei Nº 3390/2014

LEI Nº 3390, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.039 - Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente

4.4.90.51.00.00.00 100 - Obras e Instalações R\$ 28.000,00

Art. 2º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 88.366,00 (oitenta e oito mil e trezentos e sessenta e seis reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Unidade: 05 - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON

Atividade: 2.087 - Departamento de Proteção do Consumidor (374) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente R\$ 50.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
Unidade: 01 - Agricultura
Atividade: 2.017 - Gestão do Departamento de Agricultura - DE-AGRIC (389) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serviços de Terc. PJ R\$ 35.000,00

Unidade: 02 - Meio Ambiente
Atividade: 4.008 - Consórcio Quiriri - Contrato de Rateio (413) 3.1.71.70.00.00.00 100 - Rateio pela Partic. em Consorc. Público R\$ 3.366,00

Art. 3º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito
Operação Especial: 0.049 - Auxílios Financeiros para Associações de Moradores e outras Entidades (13) 3.3.50.41.00.00.00 100 - Contribuições R\$ 116.366,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Lei Nº 3391/2014

Lei nº 3391/2014 1

LEI Nº 3391, DE 18 DE JUNHO DE 2014

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO ATLETISMO

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da Fundação Municipal de Desportos, autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO ATLETISMO, CNPJ/MF 04.521.490/0001-22 no valor total de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), objetivando a manutenção da modalidade de atletismo durante o ano de 2014. Parágrafo único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 2º. A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelece os Decretos Municipais nºs 0034/2013 e 0098/2013 que, "ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC" e que "APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS", respectivamente.

Art. 3º. O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 4º. O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula Segunda do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido à Fundação Municipal de Desportos, juntamente com a prestação de contas.

Art. 5º. São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação Amigos do Atletismo.

Art. 6º. A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto na Cláusula Oitava, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação Amigos do Atletismo.

Art. 7º. Os documentos fiscais, para fins de comprovação das despesas do Convênio deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, contendo a declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo Único - Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de Convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Art. 8º. As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO ATLETISMO.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO ATLETISMO, Associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.521.490/0001-22, estabelecida à Rua Alexandre Buhneemann, 327, Bairro Schramm, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente Evaldo Rosa da Silva, brasileiro, separado, portador da Carteira de Identidade nº 2.586.885-3, CPF/MF nº 540.932.107-30, residente e domiciliado à Rua João Stoeberl, 159, Bairro Colonial, São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Associação Amigos do Atletismo com o custeio das despesas referentes competições esportivas, taxas de inscrições e alimentação, hospedagem e transporte em competições fora do município, constantes do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 2895/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), repassados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 7 parcelas, conforme necessidade, mediante apresentação do Plano de Aplicação para cada parcela. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação da Lei Municipal que autoriza o presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal, Agência 0628, Conta Corrente nº 2885-0 a favor da Associação Amigos do Atletismo.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;

Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;

Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;

Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;

Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;

Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;

Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo

presente instrumento;

Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;

Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;

Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;

Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;

Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento;

b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;

c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;

d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;

e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

g) Conciliação bancária, quando for o caso;

h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, _____ de _____ de 2014.

HÉLCIO CARLOS LIEBL
Presidente da Fundação Municipal de Desportos

EVALDO ROSA DA SILVA
Presidente da Associação Amigos do Atletismo

TESTEMUNHAS

Nome: _____ CPF _____

Nome: _____ CPF _____

Decreto Nº 595/2014

DECRETO Nº 0595, DE 18 DE JUNHO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3390, de 18 de junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.039 - Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente
4.4.90.51.00.00.00 100 - Obras e Instalações R\$ 28.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito

Operação Especial: 0.049 - Auxílios Financeiros para Associações de Moradores e outras Entidades
(13) 3.3.50.41.00.00.00 100 - Contribuições R\$ 28.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 596/2014

DECRETO Nº 0596, DE 18 DE JUNHO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3390, de 18 de junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 88.366,00 (oitenta e oito mil e trezentos e sessenta e seis reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 05 - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON

Atividade: 2.087 - Departamento de Proteção do Consumidor

(374) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente
R\$ 50.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.017 - Gestão do Departamento de Agricultura - DE-AGRIC

(389) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serviços de Terc. PJ
R\$ 35.000,00

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Atividade: 4.008 - Consórcio Quiriri - Contrato de Rateio

(413) 3.1.71.70.00.00.00 100 - Rateio pela Partic. em Consorc. Público R\$ 3.366,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito

Operação Especial: 0.049 - Auxílios Financeiros para Associações de Moradores e outras Entidades
(13) 3.3.50.41.00.00.00 100 - Contribuições R\$ 88.366,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 597/2014

DECRETO Nº 0597, DE 18 DE JUNHO DE 2014.
ALTERA O DECRETO Nº 0242, DE 24 DE JULHO 2013, QUE NOMEA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA E SEUS RESPECTIVOS SUPLENTE

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º. O Decreto nº 0242, de 24 de julho de 2013 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º (...)

"I - Conselheiros Governamentais:
(...)

b) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
Carin Luciane Denk Tchoke - Titular

Josiane Fendrich - Suplente"

(...)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 598/2014

DECRETO Nº 0598, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

DESIGNA AUTORIDADE COMPETENTE, PARA O EXERCÍCIO DE 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul, Braulio Hantschel, como "Autoridade Competente", no que diz respeito aos vários atos que deverão ser praticados nas licitações modalidade Pregão, na Fundação Cultural de São Bento do Sul, para a aquisição e contratação de Bens e Serviços Comuns, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02 e demais dispositivos legais pertinente.

Art. 2º Caberá à autoridade designada:

Determinar, justificadamente, a abertura do Pregão, definir o objeto da contratação e as demais condições de participação e de contratação;

Designar o pregoeiro e a equipe de apoio;

Decidir os recursos interpostos contra os atos do pregoeiro;

Promover o devido controle hierárquico;

Homologar o resultado do Pregão;

Promover a contratação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 599/2014

DECRETO Nº 0599, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

ALTERA O DECRETO Nº 387/2013 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - COMDIM

FERNANDO TURECK, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 2409/2009,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 387, de 11 de dezembro de 2013, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º (...)

"Entidades Governamentais:

(...)

III - Representante Secretaria Municipal de Educação:
CINTIA BECKER CORDEIRO - Titular

(...)

Entidades não Governamentais:

(...)

XI - Representantes da OAB - Subseção São Bento do Sul

b) SHEILA VARELLA - Suplente"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 600/2014

DECRETO Nº 0600, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia os membros do GRUPO GESTOR DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC NA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis nºs 513/1995 e 2818/2011 e o Decreto nº 878/2011,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Grupo Gestor do Benefício de Prestação Continuada - BPC na Escola do Município de São Bento do Sul, constituído pela Resolução nº 042/2013-CMAS:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

a) Cristina Aparecida Dominski de Lima Pereira - Titular

b) Solange Teresinha Streit - Suplente - Suplente

II - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

a) Neide Serli Radoll - Titular

b) Milena Telma Christoff - Suplente

III - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) Geovanna Franck Rodrigues Vicente - Titular;

b) Carla Andréia Schier - Suplente;

IV - Representantes do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS:

a) Cristina Meiko Akamatsu - Titular

b) Elisabeth Maria Nardelli de Oliveira - Suplente

V - Representantes da 25ª Gerência Regional de Educação:

a) Luciane Penkal Sluminski - Titular

b) Helenice Kotowicz - Suplente

VI - Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo:

a) Kelly Thiemann - Titular

b) Chiara Mariele Gurgacz Destro - Suplente

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 5887/2014

PORTARIA Nº 5887, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve

NOMEAR:

A partir de 17 de junho de 2014, SIBELI LIZIANE DROZDECK MENEGHINI, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Professor - Grupo Ocupacional Educação Infantil, Licenciatura Plena, Nível I, Classe A, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5888/2014

PORTARIA Nº 5888, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve

NOMEAR:

A partir de 17 de junho de 2014, ISABEL CRISTINA DE SOUZA SALZBRON, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Atendente Educativo - Grupo Ocupacional Assistência Educacional, Nível I, Classe A, com 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5889/2014

PORTARIA Nº 5889, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve

NOMEAR:

A partir de 17 de junho de 2014, SIMONE RODRIGUES, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Professor Matemática - Grupo Ocupacional Ensino Fundamental - Anos Finais, Licenciatura Plena, Nível I, Classe A, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5890/2014

PORTARIA Nº 5890, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Revoga Portaria nº 5889/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

REVOGAR a Portaria nº 5889/2014 que nomeou servidora pública municipal SIMONE RODRIGUES, no cargo de Professor Matemática, por desistência espontânea em 17 de junho de 2014.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5891/2014

PORTARIA Nº 5892, DE 17 DE JUNHO DE 2014
Revoga Portaria nº 5891/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

REVOGAR a Portaria nº 5891/2014 que nomeou servidora pública municipal MAGALI GRUBER MAITO, no cargo de Assistente Social, por desistência espontânea em 17 de junho de 2014.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5892/2014

PORTARIA Nº 5892, DE 17 DE JUNHO DE 2014
Revoga Portaria nº 5891/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

REVOGAR a Portaria nº 5891/2014 que nomeou servidora pública municipal MAGALI GRUBER MAITO, no cargo de Assistente Social, por desistência espontânea em 17 de junho de 2014.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5893/2014

PORTARIA Nº 5893, DE 18 DE JUNHO DE 2014
Revoga Portaria nº 5618/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

REVOGAR a partir de 14 de junho de 2014, a Portaria nº 5618/2014

que nomeou servidora pública municipal REGIANE CRISTINA ARTNER MANSANO, no cargo de Fiscal de Posturas, por não comparecimento em tempo hábil.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5880/2014

PORTARIA Nº 5880, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 013/2013 e considerando que MARIA HANTSCHER MOURA encontra-se em Licença Tratamento de Saúde,

RESOLVE:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, PRISCILLA PEYERL MOMOLI VARELA, para atuar no CEIM Trenzinho Maluco, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 12 de junho de 2014 até 19 de dezembro de 2014 ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2014
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5881/2014

PORTARIA Nº 5881, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 013/2013,

RESOLVE:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, LILEANE APARECIDA GARCIA, para atuar na EBM Aracy Hansen, na função de Professor Anos Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 16 de junho de 2014 até 19 de dezembro de 2014 ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2014
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 5882/2014

PORTARIA Nº 5882, DE 17 DE JUNHO DE 2014
Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 013/2013 e considerando que MINALISE NAZARIO DOS SANTOS BUENO FRANCO encontra-se em Licença Prêmio,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, MARIA CRISTIANE SENA, para atuar na EBM Denise Harms, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 17 de junho de 2014 até 19 de dezembro de 2014 ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2014
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 5883/2014

PORTARIA Nº 5883, DE 17 DE JUNHO DE 2014
Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 013/2013,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, CLARICE DE JESUS ALVES BUENO SOARES, para atuar na EBM Adelia Lutz, na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 17 de junho de 2014 até 19 de dezembro de 2014 ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2014
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 5884/2014

PORTARIA Nº 5884, DE 17 DE JUNHO DE 2014
Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 013/2013,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, LIDIONETE BADDIO CAFERATE, para atuar na EBM Denise Harms, na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 17 de junho de 2014 até 19 de dezembro de 2014 ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2014
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 5885/2014

PORTARIA Nº 5885, DE 17 DE JUNHO DE 2014
Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 013/2013 e considerando que ANN KATRIN BECKER GOULART encontra-se em Licença Tratamento de Saúde em pessoa da família,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, MARCIA SCHELIGA DE JESUS, para atuar no CEIM Pequenos Passos, na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 17 de junho de 2014 até 19 de dezembro de 2014 ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2014
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 5886/2014

PORTARIA Nº 5886, DE 17 DE JUNHO DE 2014
Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 013/2013,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, MILENA FISCHER, para atuar no CEIM Tempo Mágico, na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 18 de junho de 2014 até 19 de dezembro de 2014 ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2014

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5896/2014

PORTARIA Nº 5896, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os arts. 154, 159 e 160, da Lei nº 228/2001 e tendo em vista o que conta no Processo Administrativo nº 764/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas ao servidor público A. O. H. matrícula funcional nº 40149, o qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 764/2014, teria feito, em tese, comentários desabonadores em relação ao Sr. L. A. N., ato que se enquadra na conduta descrita nos artigos 132 inciso V; e 143 incisos V e VII, todos da Lei Municipal nº 228/2001, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório.

Art. 2º Designar a Comissão Processante Especial, constituída por meio do Decreto nº 0094/2013, para dar cumprimento ao disposto no item precedente.

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, o servidor acusado.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei 228/01, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 5897/2014

PORTARIA Nº 5897, DE 23 DE JUNHO DE 2013

Prorroga Prazo para Posse

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 19, § 2º, inciso IV, alínea "a" da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de DEISE APARECIDA STAL, no cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, na Secretaria Municipal de Saúde - Concurso Público nº 009/2011, conforme Processo nº 4143/2014, protocolado em 18 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5898/2014

PORTARIA Nº 5898, DE 23 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66 da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 20 de junho de 2014, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada RITA INÊS ALEXI SCHÖFFEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil - Grupo Ocupacional em extinção - Magistério para Anos Iniciais com adicional, Nível I, Classe E, matrícula nº 2180, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único - O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 2881/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20 de junho de 2014.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5899/2014

PORTARIA Nº 5899, DE 23 DE JUNHO DE 2014

Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve

NOMEAR:

A partir de 18 de junho de 2014, ALISSON HACKE, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Fiscal de Postura - Grupo Ocupacional 4, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5900/2014

PORTARIA Nº 5900, DE 23 DE JUNHO DE 2014

Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve

NOMEAR:

A partir de 23 de junho de 2014, CORIA HELENA VIEIRA DE ASSUNÇÃO, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Assistente Social, Grupo Ocupacional 5, Nível I, Classe A, com 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

SAMAE-SÃO BENTO DO SUL**Extrato de Contrato Nº 52/2014**

CONTRATO nº 53/2014

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, SC E A EMPRESA ADEMIR BERTOLI - ME, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE LODO DAS ETE's.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, com sede na Rua Marechal Floriano nº 214, Centro, em São Bento do Sul, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 86.050.978/0001-83, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Sr. Osmar Telma, portador do CPF nº 222.468.949-72, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado empresa ADEMIR BERTOLI - ME, pessoa jurídica de direito privado estabelecida na Rua Paulo Tschoeke, nº 263, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 01.546.380/0001-27 neste ato representada pelo Sr. Ademir Bertoli, portador do CPF nº 965.004.509/06, doravante denominada CONTRATADA, sob as condições estabelecidas no Processo nº 38/2014, Pregão Presencial nº 38/2014, e proposta apresentada pela empresa licitante, bem como as normas da Lei 8666/93, de 21 de Junho de 1.993 e suas alterações resolvem celebrar o presente contrato, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

O presente contrato tem por objeto a Contratação de serviço continuado para coleta e transporte de lodo das Estações de Tratamento de Esgoto e de esgoto bruto das Elevatórias de Esgoto Bruto localizados no perímetro urbano de São Bento do Sul, para destinação final para a Estação de Tratamento de Esgoto - ETE-BRSB localizada na Estrada Cruzeiro, s/nº, bairro Cruzeiro.

Sub-cláusula Única: A CONTRATADA declara ter conhecimento detalhado dos serviços atinentes ao objeto do presente Contrato, possuir condições de executá-lo dentro das normas, com qualidade e segurança.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

1. O presente contrato terá vigência de 12 (meses), conforme o Edital e Termo de Referência do Pregão Presencial nº 38/2014, contados da data da emissão da Nota de Empenho, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, na forma da lei.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1 Os profissionais envolvidos na execução do presente objeto deverão utilizar equipamentos de proteção individual (EPI) adequados ao serviço executado, sendo de responsabilidade da contratada a aquisição de tais equipamentos. A execução do objeto licitado deverá ser feita de forma parcelada, mediante requisição expedida pelo SAMAE, a qual solicitará o serviço conforme sua necessidade;

3.2 O caminhão deverá recolher o lodo ou esgoto bruto de acordo com solicitação do SAMAE no prazo de até 24 horas após o recebimento da solicitação, que poderá ser via telefone ou e-mail;

3.3 O caminhão deverá estar disponível para o transporte no período de segunda-feira a sábado;

3.4 O recolhimento do lodo deverá ser realizado pela empresa contratada com o acompanhamento ou orientação de um funcionário do SAMAE;

3.5 O transporte deverá sempre ser "tanque cheio", mesmo que este tenha que recolher o lodo em mais de uma unidade, até chegar ao destino final;

3.6 A abertura dos tanques para recolhimento do lodo das ETE's será de responsabilidade do SAMAE;

3.7 Engate de mangote na saída e entrada do caminhão é de responsabilidade da empresa contratada para o transporte;
3.8 Deverá ser emitida Ordem de Serviço de cada transporte realizado contendo no mínimo a data e hora, volume e local de retirada do lodo ou esgoto bruto. As Ordens de Serviços devem ser enviadas ao SAMAE para serem avaliadas pelo gestor do contrato, a fim de compor o relatório de medição mensal dos serviços, documento necessário para o controle da prestação dos serviços e validação do pagamento dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

1. O valor total ora contratado é aquele consignado na proposta apresentada e declarada como vencedora do PROCESSO 00/2000 - EDITAL PR Nº 00/2000, ou seja, R\$ 19,80 (Dezenove Reais e Oitenta Centavos) por metro cúbico;
2. O pagamento será realizado pelo SAMAE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de entrega da Nota fiscal/Fatura a contento;
3. O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número do empenho;
4. O SAMAE, exigirá do(s) proponente(s) vencedor(es), que mantenha(m) atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS, FGTS e CNDT.
5. Os preços não serão reajustados.
6. O preço somente será revisado quando houver alteração do valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado e protocolado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias: (112) - 3.3.90.39.00 - Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto, exercício vigente.

CLÁUSULA SÉXTA - DO DOCUMENTO FISCAL

1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o Serviço Autônomo municipal de Água e Esgoto - SAMAE CNPJ 86.050978/0001-83, Rua Marechal Floriano, 214, Centro e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.
2. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E PENALIDADES

1. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- a) caberá à licitante vencedora fornecer o objeto desta licitação, de acordo com a proposta apresentada, ficando à seu cargo todos os ônus e encargos decorrentes desta execução;
- b) assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessárias para adimplemento das obrigações decorrentes desta Contratação;
- c) não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação;
- d) manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas nesta licitação;
- e) sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte do SAMAE, prestando todos os esclarecimentos e atendendo às reclamações decorrentes desta Contratação;
- f) responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser

vítimas seus empregados, observando-se as leis trabalhistas e previdenciárias aplicáveis ao caso, e demais exigências legais para o exercício das atividades do objeto deste Contrato, ficando ainda o SAMAE isento de qualquer vínculo empregatício;

2. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- a) a definição do objeto deste Contrato;
- b) tomar todas as providências necessárias à execução do Contrato;
- c) manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do SAMAE, visando à fiscalização da execução do contrato;
- d) efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estipulado neste instrumento;
- e) providenciar a publicação do contrato, proveniente do presente processo licitatório, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
- f) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- g) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- h) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- j) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- k) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

1. Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do objeto, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, com fulcro no artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações:

1.1. Advertência;

1.2. Multa:

- a) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor proposto pela licitante caso a licitante se recuse a assinar o contrato.
- b) Multa de 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, sobre o valor da Etapa não realizada ou sobre a parte da etapa do cronograma físico das Etapas não cumprida, até o limite de 20%.
- c) Multa de 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, sobre o valor da Etapa (parcela) a que se refere, até o limite de 20% (vinte por cento), em descumprimento as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e Especificações Técnicas até que se regularizem os descumprimentos;
- d) Multa de 5,00% (cinco por cento) do valor total do Contrato em caso de Rescisão Contratual por Inadimplência da Contratada.

1.2.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

1.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

1.2.5 As sanções previstas nos subitens "a", "b", "c", "d" e "e" poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 1.2.4, facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

2. 2. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

b) Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul - SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes na presença das testemunhas abaixo.

São Bento do Sul, SC, 23 de junho de 2014.

Pela Contratante:

Osmar Telma

Pela Contratada:

Diretor Presidente do SAMAE

Testemunhas:

Aviso de Licitação Nº 46/2014

Pregão Presencial nº 46/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 46/2014

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 10 de julho de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de serviços de reposição de asfalto tapa-buraco.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 23 de junho de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

Processo Licitatório Prefe N. 075/2014

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 075/2014
TOMADA DE PREÇOS PREFE N. 009/2014

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 09:00 horas do dia 10 de julho de 2014, estará recebendo as propostas dos interessados para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DE UMA UNIDADE DE APOIO À DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (UADAAF), COM REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÃO, objeto do Contrato de Repasse n. 0398187-50/2012/CAIXA do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Convênio n. 774666/2012. TUDO conforme especificado em seu Edital, anexos, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 12 de junho de 2014.
ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 077/2014

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 077/2014
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 021/2014

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 07 de julho de 2014, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:.

São Domingos, SC, 17 de junho de 2014.
Flávio Celeste Lorenzi
Pregoeiro Oficial.

ATA PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 061/2014

No dia 23 de junho de 2014, às 09:00 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para dar continuidade a Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE 061/2014,

Modalidade Tomada de Preços PREFE n. 006/2014 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PEDRAS POLIÉDRICAS, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DA AVENIDA IRINEU BORNHAUSEN - TRECHO ENTRE A RUA DUQUE DE CAXIAS E A RUA BENJAMIN CONSTANT E TRECHO

ENTRE A RUA ADEMAR DE BARROS E A RUA PAULO MARQUES, DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC, objeto do Contrato de Repasse n. 1.013.938-08/2013/MTUR/CAIXA, conforme havia sido designado em ata na sessão anterior já que não houve interposição de recurso. Todas as participantes foram comunicadas, porém, nenhuma se fez presente. Passou-se à abertura dos envelopes n. 02 - Proposta de Preços da licitante Terramax Construções e Obras Ltda, CNPJ n. 04.406.660/0001-28, já que, como consta na ata anterior, a licitante e Setep Construções S. A., CNPJ n. 83.665.141/0001-50 restou inabilitada para apresentação de sua proposta de preços, vez que anexou aos documentos habilitatórios atestado de visita referente a licitação com objeto diverso. A empresa habilitada apresentou o valor global de R\$ 209.252,59 (duzentos e nove mil, duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e nove centavos). A proposta da licitante foi declarada válida por cumprir com todos os requisitos do edital, bem como com o contido no artigo 3º do Decreto n. 7.983, de 08/04/2013, e artigo 102, § 7º, da Lei 12.708, de 17/08/2012. Desta feita, restou VENCEDORA do presente certame a licitante Terramax Construções e Obras Ltda. As participantes receberão, via e-mail, cópia da presente ata, ficando cientes de que se declara aberto o prazo recursal previsto no art. 109 da Lei n. 8.666/93. Decorrido o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, o presente processo será remetido, na íntegra, ao Departamento Jurídico para análise e Parecer Final, e, posteriormente, à Autoridade Competente para deliberação. Nada mais.

São José

PREFEITURA

Decreto Nº 2778/2014

DECRETO Nº 2778/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.375/2013, redação dada pela Lei Municipal nº 5.398/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 3.530.157,58 (três milhões, quinhentos e trinta mil, cento e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), referente a dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
14.01.16.482.0106.1.084 - PAC - Poligonal II
708 - 4.4.90.39.00.00.0160 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos do Programa Pró-Transporte - PAC II - CEF
R\$ 3.530.157,58
Total deste Projeto R\$ 3.530.157,58
Total do Órgão R\$ 3.530.157,58
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 3.530.157,58

Art. 3º Os recursos na ordem de R\$ 3.530.157,58 (três milhões, quinhentos e trinta mil, cento e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, autorizado na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Contrato de Repasse nº 0345.701-72/2010 com a Caixa Econômica Federal - PAC II - Pró-Transporte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC),
12 de junho de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Decreto Nº 2779/2014

PUBLICADO

NO D.O.M.

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

Estado de Santa Catarina Decreto 2779/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita
DECRETO Nº 2779/2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.375/2013, redação dada pela Lei Municipal nº 5.398/2014

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 2.527.190,15 (dois milhões, quinhentos e vinte e sete mil, cento e noventa reais e quinze centavos), referente a dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.16.482.0106.1.084 - PAC - Poligonal II

708 - 4.4.90.39.00.00.0160 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos do Programa Pró-Transporte-PAC-II -CEF
R\$ 2.527.190,15
Total deste Projeto R\$ 2.527.190,15
Total do Órgão R\$ 2.527.190,15
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 2.527.190,15

Art. 3º Os recursos na ordem de R\$ 2.527.190,15 (dois milhões, quinhentos e vinte e sete mil, cento e noventa reais e quinze centavos), necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, autorizado na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Contrato de Repasse nº 0345.703-90/2010 com a Caixa Econômica Federal - PAC II - Pró-Transporte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de junho de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Decreto Nº 2803/2014

DECRETO Nº 2803/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 33, combinado com o artigo 36, ambos da Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Fundo Municipal de Habitação de São José, a seguir especificada:

26.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
26.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

26.01.16.482.0106.2.314 - Promoção Pública de Loteamentos Urbanos e Oferta de Construção

22 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,
Recursos Próprios R\$ 1.500.000,00
Total desta Atividade R\$ 1.500.000,00
Total do Órgão R\$ 1.500.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 1.500.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), na dotação consignada no Orçamento da Fundação Educacional de São José, a seguir especificada:

21.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL
21.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL

21.01.12.364.0103.2.462 - Funcionamento e Manutenção da FUNESJ

45 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,
Recursos Próprios R\$ 1.500.000,00
Total desta Atividade R\$ 1.500.000,00
Total do Órgão R\$ 1.500.000,00
Total da Anulação R\$ 1.500.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC),
18 de junho de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Decreto Nº 2807/2014

DECRETO Nº 2807/2014

CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ELEMENTO DE DESPESA E FONTE DE RECURSO JUNTO AO QDD - QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 4º, 29 e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013, redação dada pela Lei Municipal nº 5.398/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado junto ao QDD - Quadro de Detalhamento de Despesas, nova classificação orçamentária (elemento de despesa e sua fonte recurso), a qual passará a integrar o Orçamento do exercício de 2014 na seguinte Unidade Orçamentária pertencente ao Orçamento do Município de São José:

1 - No Órgão e Unidade Orçamentária:

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

1.1 - Na Funcional Programática - Projeto:

14.01.15.451.0106.1.540 - Pavimentação de Ruas

1.1.1 - O elemento de despesa e sua fonte de recurso:

4.4.90.51.00.00.0053 - Obras e Instalações,
Recursos do Convênio Gov. Est. SDR 2014TR001913

Art. 2º Em atendimento a autorização disposta no artigo 1º deste Decreto, fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, até a importância de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), referente à suplementação da dotação consignada no Orçamento do Município

de São José, a seguir especificada:

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.1.540 - Pavimentação de Ruas

769 - 4.4.90.51.00.00.0053 - Obras e Instalações,
Recursos de Convênio Gov. Est. SDR 2014TR001913
R\$ 10.000.000,00
Total deste Projeto R\$ 10.000.000,00
Total do Órgão R\$ 10.000.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 10.000.000,00

Art. 3º Os recursos na ordem de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, autorizado na forma disposta no artigo 2º deste Decreto, correrão à conta do Convênio 2014TR001913 firmado entre o Município e o Governo Estadual através da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC),
aos 23 de junho de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Resultado da Tomada de Preços Nº 013/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2014 - Processo nº 131/2014.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução/construção da cobertura da quadra poliesportiva do Centro Educacional Municipal Araucária, localizado no bairro Serraria, Município de São José. EMPRESA HABILITADA: VECOM CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP. EMPRESA INABILITADA: CONSTRUTORA DE ANGELO LTDA. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br.

Carlos Alfredo Schmidt,
Presidente/CPL.

Edital de Notificação Nº 1843/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1843/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABK7974	55086484E	6408/0	29/04/2014	221
AEM7978	55086473E	5010/0	25/04/2014	162 * I
ANB0845	55088018E	6920/0	23/05/2014	233
ARK9515	55086499E	5010/0	01/05/2014	162 * I
BIX9902	55088455E	5045/0	28/05/2014	162 * V
CBB5673	55086490E	5010/0	29/04/2014	162 * I
CPA4224	54932486E	6637/1	10/04/2014	230 * IX
CQI5590	55087307E	6556/1	21/05/2014	230 * I
CQI5590	55087803E	5010/0	21/05/2014	162 * I
CQI5590	55087804E	6610/2	21/05/2014	230 * VII
CSF9879	55087369E	6599/2	14/05/2014	230 * V
DLR6338	55086816E	6416/0	26/04/2014	221 § Único
DLR6338	55086817E	6912/0	26/04/2014	232
DLR6338	55086820E	6556/1	26/04/2014	230 * I
DWO5785	55086019E	6416/0	01/05/2014	221 § Único
HGO7970	55087323E	5045/0	28/05/2014	162 * V
HJB3412	55086486E	6726/1	29/04/2014	230 * XVIII
HWK1742	55087385E	6599/2	16/05/2014	230 * V
IFX3975	55086608E	6920/0	29/04/2014	233
IGS7643	55086259E	5010/0	30/04/2014	162 * I
ILS6310	55086631E	6920/0	29/04/2014	233
IOY1475	55086128E	6599/2	15/04/2014	230 * V
IOY1475	55086129E	5010/0	15/04/2014	162 * I
JTN5415	55085966E	6610/2	16/04/2014	230 * VII
JTN5415	55085967E	6726/1	16/04/2014	230 * XVIII
KMY1340	55088014E	6920/0	23/05/2014	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KVG5156	55085756E	6726/1	07/04/2014	230 * XVIII
LNP9417	55086637E	6920/0	29/04/2014	233
LNT2407	55082437E	5274/1	26/05/2014	175
LXD4756	54768038E	6599/2	16/05/2014	230 * V
LXL4483	55088017E	6920/0	23/05/2014	233
LXP0014	55085692E	6726/1	11/04/2014	230 * XVIII
LXV2750	55086479E	6408/0	29/04/2014	221
LYE4050	55088019E	6920/0	23/05/2014	233
LYT8639	55086095E	6599/2	05/05/2014	230 * V
LYT8639	55086096E	6726/1	05/05/2014	230 * XVIII
LYT8639	55086097E	7340/0	05/05/2014	252 * IV
LZI7735	55087285E	6610/2	20/05/2014	230 * VII
LZI7735	55087286E	6912/0	20/05/2014	232
LZI7735	55087287E	6726/1	20/05/2014	230 * XVIII
LZI7735	55087288E	6637/1	20/05/2014	230 * IX
MAB7343	55085998E	6610/2	18/04/2014	230 * VII
MAC0930	55088046E	6920/0	23/05/2014	233
MAO3642	55086625E	6920/0	29/04/2014	233
MAO7126	55082439E	6599/2	26/05/2014	230 * V
MAO7126	55082443E	6637/1	26/05/2014	230 * IX
MAO7126	55087960E	5029/1	26/05/2014	162 * II
MAO7126	55087961E	6726/1	26/05/2014	230 * XVIII
MAO7126	55087962E	6610/2	26/05/2014	230 * VII
MAR2065	55086053E	6599/2	11/04/2014	230 * V
MAX4040	55087759E	5010/0	24/05/2014	162 * I
MAX4040	55087760E	5169/1	24/05/2014	165
MAX4040	55087761E	6637/1	24/05/2014	230 * IX
MAX4040	55087762E	6726/1	24/05/2014	230 * XVIII
MBG6563	55083087E	6726/1	25/04/2014	230 * XVIII
MBO2652	55087283E	6726/1	20/05/2014	230 * XVIII
MBO2652	55087284E	6637/1	20/05/2014	230 * IX
MBP0518	55082779E	6726/1	11/05/2014	230 * XVIII
MBP0518	55082780E	6637/2	11/05/2014	230 * IX
MBR4346	55086461E	5045/0	23/04/2014	162 * V
MBR4346	55086462E	6726/1	23/04/2014	230 * XVIII
MBU7441	55087149E	6599/2	27/05/2014	230 * V
MBU7441	55087851E	5010/0	27/05/2014	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCB0418	55086062E	6602/0	15/04/2014	230 * VI
MCE1488	55087755E	6912/0	24/05/2014	232
MCE1488	55087756E	6599/2	24/05/2014	230 * V
MCE1488	55087757E	6637/2	24/05/2014	230 * IX
MCF1607	55919078D	5029/2	23/04/2014	162 * II
MCI2994	55086559E	6599/2	25/04/2014	230 * V
MCP0732	55086072E	6599/2	22/04/2014	230 * V
MCQ5490	55083944E	6920/0	29/04/2014	233
MCR8795	55086992E	6602/0	19/05/2014	230 * VI
MCW7827	55086901E	5010/0	29/05/2014	162 * I
MCX7558	55087140E	5010/0	23/05/2014	162 * I
MDF1876	55085793E	6726/1	11/04/2014	230 * XVIII
MDH2049	55087000E	6602/0	23/05/2014	230 * VI
MDJ0943	55085676E	6637/2	11/04/2014	230 * IX
MDL7397	55087174E	6599/2	29/05/2014	230 * V
MDL7397	55087175E	6912/0	29/05/2014	232
MDL7397	55087176E	6416/0	29/05/2014	221 § Único
MDL8625	55088207E	5010/0	24/05/2014	162 * I
MDN5277	55085204E	6726/1	24/04/2014	230 * XVIII
MDN5277	55085205E	6912/0	24/04/2014	232
MDN5663	55087802E	6599/2	21/05/2014	230 * V
MDN5663	55088286E	5010/0	21/05/2014	162 * I
MDP4268	55086819E	6700/0	26/04/2014	230 * XVI
MDX1286	55087128E	6408/0	15/05/2014	221
MEC5831	55086827E	6599/2	28/04/2014	230 * V
MEH8501	55088024E	6920/0	23/05/2014	233
MEP3700	55088035E	6920/0	23/05/2014	233
MFF7817	55086064E	5037/1	15/04/2014	162 * III
MFI0358	55082316E	6599/2	05/05/2014	230 * V
MFI0358	55082317E	5010/0	05/05/2014	162 * I
MFY7348	55082444E	5010/0	26/05/2014	162 * I
MGB8272	55088016E	6920/0	23/05/2014	233
MGG8834	55086803E	6912/0	26/04/2014	232
MGG8834	55086804E	6726/1	26/04/2014	230 * XVIII
MHA5431	55087097E	6599/2	23/05/2014	230 * V
MHA5431	55087098E	6408/0	23/05/2014	221
MHB5271	55086687E	5010/0	24/05/2014	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHL2294	55085796E	6637/2	11/04/2014	230 * IX
MHL4378	55087324E	5010/0	28/05/2014	162 * I
MHN4495	55083091E	6408/0	25/04/2014	221
MHW1921	55085210E	6912/0	28/04/2014	232
MIB5046	55086551E	6610/2	25/04/2014	230 * VII
MIB8367	55086808E	6726/1	26/04/2014	230 * XVIII
MIB8367	55086810E	6416/0	26/04/2014	221 § Único
MII6805	55087145E	5010/0	27/05/2014	162 * I
MIM4838	55086619E	6920/0	29/04/2014	233
MIR2642	55086219E	6912/0	15/04/2014	232
MIR6259	55086542E	6726/1	07/05/2014	230 * XVIII
MIU5689	55087951E	6416/0	23/05/2014	221 § Único
MIX7235	55082213E	5029/2	21/05/2014	162 * II
MJG9413	55087099E	6769/1	23/05/2014	230 * XXII
MJL6191	55086553E	6599/2	25/04/2014	230 * V
MJM6315	55085465E	7340/0	22/05/2014	252 * IV
MJT0534	55082449E	6637/2	27/05/2014	230 * IX
MJW3288	55087141E	5045/0	23/05/2014	162 * V
MJW9259	55086166E	6912/0	18/04/2014	232
MJW9259	55086167E	6637/2	18/04/2014	230 * IX
MJW9259	55086168E	6637/1	18/04/2014	230 * IX
MKN3577	55082431E	6599/2	22/05/2014	230 * V
MKN7352	55085502E	6726/1	08/04/2014	230 * XVIII
MKN7352	55085503E	6556/1	08/04/2014	230 * I
MKP7965	55087810E	5029/2	25/05/2014	162 * II
MKS8001	55086194E	6599/2	24/04/2014	230 * V
MKT0201	54930521E	5010/0	21/04/2014	162 * I
MKT0201	54930522E	5061/0	21/04/2014	163 c/c 162 * I
MKT0201	54930523E	6637/1	21/04/2014	230 * IX
MKW4557	55082645E	6637/2	25/04/2014	230 * IX
MLL7623	55913840D	5169/1	15/05/2014	165
MLW0042	55086471E	6700/0	25/04/2014	230 * XVI
MMK6221	55088028E	6920/0	23/05/2014	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JUNHO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1845/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1845/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACC9279	55162738C	6599/2	08/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
ACC9279	55162739C	6726/1	08/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
ARE0528	55082884E	6912/0	15/02/2014	R\$ 53,20	232
ARG5852	55082386E	6599/2	07/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
ARG5852	55082387E	6912/0	07/02/2014	R\$ 53,20	232
BMK5781	55083640E	6599/2	21/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
CCP7973	55083809E	6920/0	13/03/2014	R\$ 127,69	233
CEM9135	54931006E	6599/2	14/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
CSA1677	55911334D	6599/2	11/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
DRA2136	55083844E	6920/0	13/03/2014	R\$ 127,69	233
DWD7671	55081995E	6610/2	21/03/2014	R\$ 127,69	230 * VII
DWD7671	55081996E	6912/0	21/03/2014	R\$ 53,20	232
EJE0685	55162497C	5010/0	08/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
EJE0685	55162498C	6599/2	08/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
IBV5697	54931703E	6599/2	03/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
IGU5899	55084373E	5045/0	18/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
IGU5899	55084375E	5096/0	18/03/2014	R\$ 191,53	163 c/c 162 * V
IMI1834	55083217E	6599/2	18/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
IOX4160	54932919E	6912/0	09/01/2014	R\$ 53,20	232
JNP8338	55083048E	6920/0	20/03/2014	R\$ 127,69	233
JPA3624	54931637E	6912/0	22/03/2014	R\$ 53,20	232
LWX6686	55083331E	6599/2	19/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
LWZ7001	55084849E	6726/1	01/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXJ8342	54932477E	6637/1	27/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LXJ8342	55914141D	6637/2	22/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LXK5457	55083849E	6920/0	13/03/2014	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXV2750	55082967E	6912/0	08/02/2014	R\$ 53,20	232
LXV2750	55082968E	6726/1	08/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXR3610	54931717E	6912/0	07/01/2014	R\$ 53,20	232
LZD0997	55083418E	6726/1	28/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZD1793	54931032E	6920/0	16/01/2014	R\$ 127,69	233
MAR2017	55084623E	5045/0	19/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
MAR2017	55084624E	6599/2	19/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAR2017	55084643E	6629/0	19/03/2014	R\$ 127,69	230 * VIII
MAR6099	54931569E	6912/0	29/12/2013	R\$ 53,20	232
MBD7927	55083781E	6912/0	19/03/2014	R\$ 53,20	232
MBD7927	55083782E	6637/1	19/03/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MBK8429	54932198E	6700/0	28/12/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MBM4746	55914137D	6556/1	24/01/2014	R\$ 191,53	230 * I
MBM6088	55084608E	6912/0	19/03/2014	R\$ 53,20	232
MBM6088	55084609E	6629/0	19/03/2014	R\$ 127,69	230 * VIII
MBX3439	54931578E	6416/0	04/01/2014	R\$ 85,12	221 § Único
MCA6416	55084010E	6726/1	06/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCA6416	55084011E	6610/2	06/03/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MCB4826	54929709E	5010/0	10/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCB4826	54929710E	6920/0	10/01/2014	R\$ 127,69	233
MCB4826	54929711E	6912/0	10/01/2014	R\$ 53,20	232
MCJ3559	55083967E	6610/2	08/03/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MCR4911	54769838E	6912/0	22/01/2014	R\$ 53,20	232
MCR7513	55084598E	6912/0	17/03/2014	R\$ 53,20	232
MCR7513	55084600E	7340/0	17/03/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MDI3557	54932910E	6599/2	09/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDJ3496	55083791E	5010/0	29/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDJ3496	55083792E	6599/2	29/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDN3808	54930510E	6556/1	16/03/2014	R\$ 191,53	230 * I
MDN3808	54930511E	6726/1	16/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDN5277	55084304E	6912/0	12/03/2014	R\$ 53,20	232
MDO4887	54931567E	5045/0	29/12/2013	R\$ 191,53	162 * V
MDO4887	54931568E	6599/2	29/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDR0769	55081728E	6912/0	15/03/2014	R\$ 53,20	232
MDR0769	55081730E	6700/0	15/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MDR6249	55083568E	6599/2	07/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDX6423	55084338E	6726/1	18/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEE3630	55084908E	6700/0	25/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MEH7889	54769093E	5010/0	12/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEH7889	54769094E	6599/2	12/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEK8219	54932522E	6599/2	08/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEK9402	54932565E	6599/2	01/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEN3215	55084563E	6912/0	17/03/2014	R\$ 53,20	232
MEN4632	55084415E	6408/0	12/03/2014	R\$ 85,12	221
MFC7372	54931910E	5045/0	02/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
MFE7453	55084363E	6726/1	14/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFJ0348	55084647E	5010/0	21/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFO7462	55085151E	6408/0	24/03/2014	R\$ 85,12	221
MFT6076	54932879E	5010/0	01/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFT6076	54932880E	6599/2	01/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGA1205	55083576E	5010/0	07/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGG2903	55083984E	7340/0	10/03/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MGH3117	55085005E	6920/0	20/03/2014	R\$ 127,69	233
MGQ2198	55083008E	6920/0	05/02/2014	R\$ 127,69	233
MGQ5040	54768775E	5010/0	20/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGQ5040	54768776E	6599/2	20/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGR4917	55082165E	6610/2	21/03/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MGV1373	55918140D	5029/2	05/02/2014	R\$ 957,69	162 * II
MGV1373	55918141D	6726/1	05/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGV3177	55083811E	6920/0	13/03/2014	R\$ 127,69	233
MGW3857	55084387E	5010/0	20/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGW3857	55084388E	6599/2	20/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGW8348	55084004E	5045/0	06/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
MGW9821	54931623E	6599/2	23/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGW9821	54931624E	5010/0	23/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGW9821	54931625E	6912/0	23/02/2014	R\$ 53,20	232
MGW9821	54931626E	6726/1	23/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGW9821	54931627E	5061/0	23/02/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MGX3134	55083174E	6920/0	13/03/2014	R\$ 127,69	233
MHJ5090	55160222C	6599/2	13/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHQ0474	55083645E	7340/0	21/02/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MHQ0474	55083646E	6637/2	21/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MHX4016	55084259E	6599/2	15/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHX4016	55084261E	6912/0	15/03/2014	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHZ1994	55084313E	6912/0	12/03/2014	R\$ 53,20	232
MIA9819	55084578E	6599/2	17/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIC9827	54931636E	5010/0	19/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MII5398	54931404E	6599/2	17/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIV6862	55083660E	6700/0	21/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MJN5981	55082038E	7323/2	28/01/2014	R\$ 85,12	252 * II
MJW1906	54931986E	6599/2	31/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJW1906	54931987E	5045/0	31/12/2013	R\$ 191,53	162 * V
MJX4211	55082405E	6726/1	13/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MKG9376	55920741D	6912/0	05/03/2014	R\$ 53,20	232
MKG9376	55920743D	6599/2	05/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKM9070	55083982E	6599/2	10/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKX3182	55084305E	6700/0	12/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JUNHO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1368/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1368/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DDO8824	55667218C	5045/0	18/04/2014	162 * V
JRI0551	55668482C	6599/2	07/04/2014	230 * V
JRI0551	55668483C	5045/0	07/04/2014	162 * V
LXA4833	55668499C	6599/2	23/04/2014	230 * V
LXA4833	55668500C	5010/0	23/04/2014	162 * I
LYT8964	55669260C	6599/2	13/05/2014	230 * V
MAH7507	55664286C	6599/2	16/04/2014	230 * V
MCV0558	55670271C	6637/1	13/05/2014	230 * IX
MEG6363	55669414C	5045/0	13/05/2014	162 * V
MEG6363	55669415C	6599/2	13/05/2014	230 * V
MEQ3543	55669636C	5045/0	15/05/2014	162 * V
MFZ9712	55668215C	5169/1	19/04/2014	165
MFZ9712	55668216C	6912/0	19/04/2014	232
MMB9340	55669155C	6599/2	15/04/2014	230 * V
OLD1604	55668221C	6912/0	17/05/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JUNHO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1370/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1370/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BTJ8675	55668454C	6599/2	10/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
CHP7247	55666790C	6599/2	02/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
CHP7247	55666791C	5045/0	02/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
CHP7247	55666792C	6912/0	02/03/2014	R\$ 53,20	232
DTB2794	55667111C	6599/2	06/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZX6005	55667917C	6599/2	22/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJP6920	55668462C	6700/0	11/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MJY3178	55667010C	5010/0	06/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MKL6748	55667936C	5010/0	14/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MKL6748	55667937C	6599/2	14/03/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 17 DE JUNHO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1848/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1848/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DAR2582	55086269E	5568/0	03/05/2014	181 * XIX
IAR7406	55082771E	5185/1	20/04/2014	167
JVI0938	55086261E	5568/0	03/05/2014	181 * XIX
JZG0140	55086693E	5550/0	01/06/2014	181 * XVIII
LXK0499	55082770E	5185/1	20/04/2014	167
MAP3382	54446930E	5835/0	31/05/2014	195
MAT5087	55085500E	6122/0	30/05/2014	214 * I
MCE1804	55084228E	5622/1	01/05/2014	182 * VI
MCV0609	55085242E	5460/0	02/05/2014	181 * IX
MDR1273	55085228E	5541/4	02/05/2014	181 * XVII
MDZ4535	55538002E	5622/2	28/05/2014	182 * VI
MFC0869	55087219E	5550/0	25/05/2014	181 * XVIII
MFC6990	55086697E	5550/0	01/06/2014	181 * XVIII
MFH8906	55086011E	5550/0	01/05/2014	181 * XVIII
MFK8676	54929736E	5452/1	05/05/2014	181 * VIII
MGH6050	55087221E	5452/1	25/05/2014	181 * VIII
MGN6565	55085240E	5460/0	02/05/2014	181 * IX
MHC4398	55087555E	5509/0	29/05/2014	181 * XIII
MHW7686	55083893E	7366/2	30/05/2014	252 * VI
MHW7686	55083894E	5185/1	30/05/2014	167
MIE1652	55088186E	7366/2	29/05/2014	252 * VI
MIO8147	55085235E	5460/0	02/05/2014	181 * IX
MJJ4536	55085474E	5460/0	28/05/2014	181 * IX
MJY8691	55087340E	5550/0	30/05/2014	181 * XVIII
MKS9584	55086263E	5568/0	03/05/2014	181 * XIX
MLD5491	55086652E	5550/0	12/05/2014	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 23 DE JUNHO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1850/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1850/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
KKD9256	54932703E	5541/1	06/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXE9051	55086068E	5452/7	15/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MF11788	55082171E	5452/1	24/03/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MIC9953	54446612E	5525/0	21/02/2014	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 23 DE JUNHO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1373/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1373/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAK2414	55669132C	5550/0	27/04/2014	181 * XVIII
AJT0157	55669643C	5550/0	19/05/2014	181 * XVIII
AMZ9105	55670809C	5452/1	15/05/2014	181 * VIII
ATG8254	55668572C	5541/4	24/03/2014	181 * XVII
BUK8450	55667148C	5185/1	22/05/2014	167
CIO1073	55667141C	5185/2	16/04/2014	167
CVE1862	55670619C	5185/1	13/05/2014	167
CVJ8812	55669807C	5541/4	28/04/2014	181 * XVII
HXK1992	55669090C	5541/4	23/04/2014	181 * XVII
IIE5787	55670884C	5185/1	23/05/2014	167
LCA5880	55669806C	5541/4	28/04/2014	181 * XVII
LYD2850	55669640C	5568/0	19/05/2014	181 * XIX
MAM6044	55670608C	5550/0	11/05/2014	181 * XVIII
MBI8800	55667225C	5550/0	16/05/2014	181 * XVIII
MBL4471	55670281C	5541/4	21/05/2014	181 * XVII
MBN8452	55668600C	6041/2	25/04/2014	207
MCJ2673	55668269C	5550/0	14/04/2014	181 * XVIII
MCJ5391	55670898C	7366/2	23/05/2014	252 * VI
MCP2128	55669758C	5541/4	19/05/2014	181 * XVII
MCX3128	55669666C	6041/2	21/04/2014	207
MDA6637	55669123C	7366/2	19/04/2014	252 * VI
MDS3542	55670156C	6041/2	02/05/2014	207
MDZ4220	55667611C	5541/1	19/05/2014	181 * XVII
MEF6703	55669653C	5568/0	23/04/2014	181 * XIX
MEF8523	55669243C	7366/2	21/05/2014	252 * VI
MEJ3766	55666170C	5541/4	14/05/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MES0789	55670731C	5550/0	21/05/2014	181 * XVIII
MES5805	55669481C	6041/2	28/04/2014	207
MES6905	55650532C	5479/0	24/04/2014	181 * X
MEW5683	55670498C	6041/2	26/05/2014	207
MEX2237	55670053C	5541/1	29/04/2014	181 * XVII
MFD9228	55670896C	5185/1	23/05/2014	167
MFF2274	55669659C	7366/2	21/04/2014	252 * VI
MFQ9906	55670623C	5185/1	13/05/2014	167
MFS8277	55670638C	7366/2	13/05/2014	252 * VI
MFV8291	55670745C	5452/1	22/05/2014	181 * VIII
MFZ3533	55669083C	5568/0	15/04/2014	181 * XIX
MGB9325	55669902C	5541/1	25/04/2014	181 * XVII
MGF8851	55670845C	5452/1	19/05/2014	181 * VIII
MGG6356	55670746C	5550/0	22/05/2014	181 * XVIII
MGN1194	55659027C	5550/0	10/05/2014	181 * XVIII
MGP0162	55667734C	5541/1	25/04/2014	181 * XVII
MGR5233	55670065C	5185/1	25/04/2014	167
MGU6830	55670325C	7366/2	21/05/2014	252 * VI
MHZ5032	55651423C	5460/0	22/05/2014	181 * IX
MIA4786	55669944C	5550/0	23/05/2014	181 * XVIII
MIB3324	55671172C	5185/1	27/05/2014	167
MIC9953	55670899C	5185/1	23/05/2014	167
MII9846	55670742C	5819/1	22/05/2014	193
MIJ3482	55127049C	6041/2	21/05/2014	207
MIJ5839	55670744C	5452/1	22/05/2014	181 * VIII
MIL8384	55669699C	7366/2	25/04/2014	252 * VI
MIM6652	55670652C	5541/1	15/05/2014	181 * XVII
MIV3141	55670305C	6017/5	06/05/2014	206 * III
MIW7122	55669131C	5550/0	27/04/2014	181 * XVIII
MIY1044	55662375C	5550/0	28/04/2014	181 * XVIII
MIZ4437	55671020C	7366/2	03/06/2014	252 * VI
MJC0651	55669557C	7366/2	22/04/2014	252 * VI
MJL4816	55630100C	5541/4	14/05/2014	181 * XVII
MJM1384	55669685C	6041/2	21/04/2014	207
MJR7624	55669485C	5541/6	28/04/2014	181 * XVII
MKF9727	55670335C	5568/0	29/05/2014	181 * XIX
MKJ3722	55645322C	5550/0	24/04/2014	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKK8880	55669642C	5452/1	19/05/2014	181 * VIII
MKK8902	55668925C	5819/1	07/04/2014	193
MKM3002	55670621C	5185/1	13/05/2014	167
MKU0224	55127044C	6050/1	21/05/2014	208
MKU2007	55670485C	6041/2	22/05/2014	207
MLA2171	55669680C	5550/0	25/04/2014	181 * XVIII
MLD7026	55669227C	5541/4	13/05/2014	181 * XVII
MLK7693	55667732C	5541/4	17/04/2014	181 * XVII
MLL0597	55670868C	6041/2	19/05/2014	207
MLL4282	55669457C	6041/2	24/04/2014	207
MLP1691	55669903C	5541/4	29/04/2014	181 * XVII
MLP6773	55642748C	5460/0	24/04/2014	181 * IX
MLQ1666	55670863C	6050/1	19/05/2014	208
MLR1580	55669473C	5622/1	28/04/2014	182 * VI
MMC5703	55670330C	5550/0	29/05/2014	181 * XVIII
MMK2503	55667735C	5193/0	25/04/2014	168
NGO0885	55661947C	5452/1	02/05/2014	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 23 DE JUNHO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1374/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1374/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IJL9997	55664261C	5541/1	13/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JHY2275	55666863C	5541/1	13/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LWZ2297	55667944C	5452/1	18/03/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MBL3647	55668001C	5541/1	17/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBZ0427	55668009C	5568/0	20/02/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MEA2944	55668569C	5568/0	20/03/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MGY5886	55665988C	5541/5	23/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIF3745	55667279C	5568/0	20/03/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MIP4531	55667934C	5541/6	10/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIQ3530	55669463C	5541/6	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJP9087	55651176C	5541/4	11/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKY0312	55667381C	5550/0	22/03/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 23 DE JUNHO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1847/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1847/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADU6503	55087226E	6599/2	31/05/2014	230 * V
ASH7222	55087413E	6920/0	08/05/2014	233
CLF9856	55088407E	6920/0	29/05/2014	233
CVA5520	55087333E	6726/1	30/05/2014	230 * XVIII
CVA5520	55087334E	6599/2	30/05/2014	230 * V
CXL9372	55087084E	6912/0	19/05/2014	232
CXV3191	55086539E	6912/0	07/05/2014	232
ENS0329	55088434E	6920/0	29/05/2014	233
EUM2173	54768046E	6599/2	01/06/2014	230 * V
EUM2173	54768047E	5045/0	01/06/2014	162 * V
EUM2173	54768048E	6912/0	01/06/2014	232
HIU6110	55086799E	6726/1	08/05/2014	230 * XVIII
IGS7643	55086258E	6599/2	30/04/2014	230 * V
KMJ1743	55087108E	6599/2	13/05/2014	230 * V
KMJ1743	55087109E	5010/0	13/05/2014	162 * I
KYP3971	55088436E	6920/0	29/05/2014	233
LNy6889	55086584E	6726/1	07/05/2014	230 * XVIII
LVD6940	55088410E	6920/0	29/05/2014	233
LWV2840	55087428E	6920/0	08/05/2014	233
LWX7082	55087153E	6599/2	07/05/2014	230 * V
LXJ3811	55087319E	5010/0	28/05/2014	162 * I
LXJ3811	55087320E	6416/0	28/05/2014	221 § Único
LYL3632	55088406E	6920/0	29/05/2014	233
LZB3053	55086563E	5045/0	05/05/2014	162 * V
LZB3053	55086564E	6599/2	05/05/2014	230 * V
LZB3053	55086565E	6629/0	05/05/2014	230 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZJ1230	54446931E	5010/0	31/05/2014	162 * I
LZX9573	55086432E	5010/0	29/04/2014	162 * I
MAE0436	55088412E	6920/0	29/05/2014	233
MAP3382	55087225E	6610/2	31/05/2014	230 * VII
MAP3382	55087229E	6637/2	31/05/2014	230 * IX
MAX8855	55087224E	6637/2	31/05/2014	230 * IX
MBF1907	55087332E	5010/0	30/05/2014	162 * I
MBF1907	55087335E	6726/1	30/05/2014	230 * XVIII
MBG4632	55086541E	6912/0	07/05/2014	232
MBJ5377	55088419E	6920/0	29/05/2014	233
MBW1982	55087216E	5010/0	22/05/2014	162 * I
MBW1982	55087217E	6556/1	22/05/2014	230 * I
MCK0449	55088448E	6920/0	29/05/2014	233
MCO6726	55086721E	5010/0	08/05/2014	162 * I
MCO6726	55086722E	6599/2	08/05/2014	230 * V
MCW1217	55087421E	6920/0	08/05/2014	233
MDD9307	55087431E	6920/0	08/05/2014	233
MDG1523	55088460E	6726/1	28/05/2014	230 * XVIII
MDG1523	55088461E	6602/0	28/05/2014	230 * VI
MDJ5015	55086450E	6726/1	01/05/2014	230 * XVIII
MDJ5015	55086515E	6700/0	01/05/2014	230 * XVI
MDJ6738	55087436E	6920/0	08/05/2014	233
MDK7172	55084730E	6599/2	13/05/2014	230 * V
MDK7172	55084731E	5010/0	13/05/2014	162 * I
MDO9891	55083934E	6920/0	29/04/2014	233
MDQ9613	55088418E	6920/0	29/05/2014	233
MDS9850	55086421E	5045/0	29/04/2014	162 * V
MDS9850	55086422E	6726/1	29/04/2014	230 * XVIII
MED3086	55083895E	6599/2	03/06/2014	230 * V
MET1966	55086092E	6912/0	05/05/2014	232
MET1966	55086093E	6700/0	05/05/2014	230 * XVI
MET1966	55086094E	6602/0	05/05/2014	230 * VI
MFH8147	55088445E	6920/0	29/05/2014	233
MFJ1015	55088401E	6920/0	28/05/2014	233
MGH6050	55087223E	6599/2	25/05/2014	230 * V
MHC1914	55159785C	6610/2	02/05/2014	230 * VII
MHC1914	55159786C	6637/1	02/05/2014	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHL1375	55084222E	6599/2	29/04/2014	230 * V
MII4109	55082646E	5045/0	25/04/2014	162 * V
MII4109	55082647E	6912/0	25/04/2014	232
MIP8165	55088416E	6920/0	29/05/2014	233
MIX9556	55082648E	5045/0	25/04/2014	162 * V
MJM2380	55088439E	6920/0	29/05/2014	233
MJX2377	55086082E	6726/1	29/04/2014	230 * XVIII
MJZ8511	55086706E	6912/0	08/05/2014	232
MJZ8511	55086723E	6556/1	08/05/2014	230 * I
MKU1987	55087447E	6920/0	08/05/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 23 DE JUNHO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1849/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1849/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHK7782	54932346E	6599/2	25/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
AHK7782	54932347E	5045/0	25/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
IBK0661	55086250E	6726/1	21/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
JPB0268	54447091E	6637/1	10/04/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LND7302	55165584C	6599/2	10/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXO3730	55084448E	6912/0	26/03/2014	R\$ 53,20	232
LXO4723	55914939D	6912/0	11/03/2014	R\$ 53,20	232
LYD5089	55082816E	6599/2	06/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAI1882	55085425E	6416/0	14/04/2014	R\$ 85,12	221 § Único
MAU3127	55083443E	5010/0	06/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAU3127	55083444E	6599/2	06/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAU3127	55083445E	6610/2	06/03/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MCB6501	55082510E	5037/1	07/02/2014	R\$ 574,61	162 * III
MCB6501	55082511E	6556/1	07/02/2014	R\$ 191,53	230 * I
MCB6501	55082512E	6602/0	07/02/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MCJ6793	55081710E	5010/0	01/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEB2289	54447982E	6599/2	20/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEQ5843	55086134E	5010/0	19/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEQ5843	55086135E	6408/0	19/04/2014	R\$ 85,12	221
MFN4966	54447077E	5045/0	04/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
MGB6478	54932196E	6912/0	28/12/2013	R\$ 53,20	232
MIG6176	54932972E	5045/0	09/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
MIU7566	55086229E	6726/1	19/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MJB3580	54931911E	6599/2	02/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJU2088	55085296E	6700/0	12/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MLB5027	55082584E	6912/0	08/02/2014	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 23 DE JUNHO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1372/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1372/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CBR1715	55669137C	6610/2	27/04/2014	230 * VII
CBR1715	55669138C	6700/0	27/04/2014	230 * XVI
MCA9339	55669605C	6599/2	23/04/2014	230 * V
MCI7241	55670464C	5010/0	10/05/2014	162 * I
MCI7241	55670465C	5118/0	10/05/2014	164 c/c 162 * I
MCI7241	55670468C	5169/1	10/05/2014	165
MFZ5609	55669125C	5010/0	23/04/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 23 DE JUNHO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

São José do Cedro

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº73/2014

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº73/2014

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 73/2014, Edital de Pregão Nº 73/2014, Objeto: Contratação de empresa para prestar serviço de assessoria e consultoria contábil ao município, contratação de profissional especializado em educação física para ministrar oficinas de dança para os idosos do município, bem como contratação de profissional especializado para ministrar aulas de dança artística gaúcha e para formar internada artística de CTG. Recebimento das propostas até às 16:00 horas do dia 04/07/2014. Abertura dos envelopes às 16:00 horas do dia 04/07/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-36430247, ou no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30.

São José do Cedro - SC.
Antonio Plinio de Castro Silva
Prefeito Municipal.

Edital de Pregão Presencial Nº15/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº15/2014
REGISTRO DE PREÇO

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório, nº 15/2014, Edital de Pregão Nº 15/2014 para Registro de Preço, sendo o Objeto: Registro de preço para aquisição de materiais de expediente para uso e manutenção do Centro Municipal de Saúde. Recebimento dos envelopes das propostas e habilitação até às 14:00 horas do dia 04/07/2014. Abertura dos envelopes e julgamento às 14:00 horas do dia 04/07/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, ou site da Prefeitura de São José do Cedro - SC.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Portaria N.º 276/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 276/2014

Concede férias a servidora WERÔNICA CRISTINA ENDER.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora WERÔNICA CRISTINA ENDER, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, férias por 30 dias que gozará a partir de 23/06/2014 a 22/07/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de junho de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 277/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222.
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 277/2014

Dispõe sobre redução de carga horária da servidora VIVIANE JUNKES LOPES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 42, da Lei Complementar nº. 05 de 16 de maio de 1997,

RESOLVE:

Art. 1.º- Reduzir a partir de 23/06/2014, a carga horária com a proporcional redução de sua remuneração da servidora VIVIANE JUNKES LOPES, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativa, de quarenta para trinta horas semanais.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC,
20 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 278/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 278/2014

Exonera BETHYELA MULLER do cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso XVI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar a pedido da servidora, BETHYELA MULLER do cargo de provimento efetivo de Odontólogo.

Art. 2.º- Revoga-se a Portaria nº 396/2012.

Art. 3.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de junho de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2014

São Pedro de Alcântara/SC
Prefeitura Municipal - Diretoria de Controle Interno
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01 - CEP: 88125-000 Fone:
(048) 32770122 Fax: Ramal: 231)
www.pmspa.sc.gov.br / controleinterno@pmspa.sc.gov.br

Instrução Normativa nº 01/2014

“Dispõe sobre os prazos para a geração e remessa das informações bimestrais do Sistema e-Sfinge pelas Unidades Administrativas e Unidades Gestoras dos Poderes Executivo e Legislativo a Diretoria de Controle Interno e dá outras providências”.

A DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO, no uso das atribuições, através da Instrução Normativa Tribunal de Contas do Estado - TCE nº04/2004 e, considerando o artigo 4º, Inciso I, da Lei Municipal nº262/2012, resolve:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º- O Sistema e-Sfinge é um instrumento destinado ao aperfeiçoamento da gestão do controle externo exercido pelo Tribunal de Contas do Estado, através da remessa de informações e dados,

por meio informatizado, pelas unidades gestoras das Administrações dos Municípios de Santa Catarina.

Art. 2º- A remessa de informações para o Tribunal de Contas é bimestral e deverá ser encaminhada ao Egrégio, pela Direção de Controle Interno do Município de São Pedro de Alcântara nos prazos estipulados nessa Instrução Normativa.

CAPÍTULO II DA DIREÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Art. 3º- A Direção de Controle Interno será responsável pelo envio definitivo e confirmação das informações bimestrais cadastradas e geradas pelas Unidades Gestoras Administrativas do Município, ao Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO III DAS UNIDADES GESTORAS ADMINISTRATIVAS

Art. 4º- As Unidades Gestoras Administrativas são representadas pelos seguintes entes:

- I -Prefeitura
- II -Fundo Municipal de Saúde;
- III -Câmara de Vereadores
- IV -Instituto de Previdência de São Pedro de Alcântara (INSPA)

Art. 5º- As Unidades Gestoras Administrativas, especificadas no artigo supra mencionado, são responsáveis pela guarda, organização e preenchimento das seguintes informações exigidas pelo Sistema e-Sfinge, bem como pela posterior remessa destas a Direção de Controle Interno do Município:

- I - Textos Jurídicos;
- II - Atos Relativos à Pessoal;
- III - Licitações, Contratos e Convênio;
- IV - Registros Contábeis.

Art. 6º- Também serão de responsabilidade das Unidades Gestoras Administrativas, as demais informações, além das que possam surgir em atualizações do Sistema.

CAPÍTULO IV DOS ATOS RELATIVOS À PESSOAL

Art. 7º- A Unidade Administrativa responsável pelos Atos de Pessoal, disponibilizará as informações de sua competência, à Unidade Administrativa de Contabilidade, em até 10 (dez) dias após o bimestre pretérito.

§ 1º Preferencialmente, as informações serão disponibilizadas por geração de dados via Sistema Informatizado.

§ 2º Caso haja “alerta” para a geração do e-Sfinge, a Unidade Administrativa a justificará, cabendo formalmente em ato documentado à Unidade Administrativa responsável pela Contabilidade a sua aceitação ou recusa.

CAPÍTULO V DAS LICITAÇÕES, CONTRATOS

Art. 8º- A Unidade Administrativa, responsável pelas Licitações e Contratos disponibilizará as informações de sua competência, à Unidade Administrativa de Contabilidade, em até 10 (Dez) dias após o bimestre pretérito.

§ 1º Preferencialmente, as informações serão disponibilizadas por geração de dados via Sistema Informatizado de Licitações e Contratos.

§ 2º Caso haja "alerta" para a geração do e-Sfinge, a Unidade Administrativa a justificará, cabendo à Unidade Administrativa responsável pela Contabilidade a sua aceitação ou recusa.

CAPÍTULO VI
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DOS REGISTROS CONTÁBEIS E DAS
REMESSAS A DIREÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Art. 9º- A Unidade Administrativa de Contabilidade das Unidades Gestoras, deverá enviar os dados finais destas a Direção de Controle Interno em até 10 (dez) dias antes do prazo final definido pelo Tribunal de Contas do Estado para remessa das informações pelo Sistema e-Sfinge.

CAPÍTULO VII
DAS INFORMAÇÕES DAS CÂMARAS DE VEREADORES

Art. 10- A Unidade Administrativa de Contabilidade responsável pela geração dos arquivos da Câmara de Vereadores, deverá enviar os dados finais a Direção de Controle Interno em até 10 (dez) dias antes do prazo final definido pelo TCE para remessa das informações pelo Sistema e-Sfinge.

CAPÍTULO VIII
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 11- O descumprimento dos prazos para remessa e transmissão dos dados e informações pelo Sistema e-Sfinge poderá acarretar sanção aos Prefeitos, Presidentes de Câmara, Gestores Municipais por parte do Tribunal de Contas do Estado e aos responsáveis pelo cadastramento do Sistema e-Sfinge nas Unidades administrativas e Gestoras e na Unidade Central de Controle Interno.

Art. 12 - No caso de impossibilidade de cadastramento do Sistema e-Sfinge em tempo hábil para cumprimento de prazo imposto pelo Tribunal de Contas, o responsável pelo cadastramento deverá comunicar imediatamente a Direção de Controle Interno os motivos que acarretaram o problema, através de documento devidamente formalizado.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 - A Direção de Controle Interno transmitirá os dados relativos às Unidades Gestoras e os sob sua responsabilidade em até 05 (cinco) dias antes do prazo final definido pelo Tribunal de Contas do Estado para remessa das informações pelo Sistema e-Sfinge, considerando o tempo médio que o TCE disponibiliza no site a possibilidade de confirmação das remessas pelo Controle Interno.

Art. 14 - Se após a geração do pacote de dados para transmissão ao Tribunal de Contas do Estado, for detectado inconsistências nas informações, o responsável pelo envio destes a Direção de Controle Interno, deverá solicitar junto a este, a chave para retorno de competência, mediante prévia justificativa, formalmente documentada.

Art. 15 - Os prazos definidos nesta Instrução Normativa serão antecipados para o último dia útil, quando encerrarem aos finais de semana e feriados.

Art. 16 - Esta Instrução Normativa entra em vigência na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 23 de Junho de 2014
Leandro Rangel dos Santos
Diretor de Controle Interno

Schroeder

PREFEITURA

II Errata de Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 53/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

II ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 53/2014-PMS

PROCESSO Nº. 117/2014-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de item referente ao Edital de Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 53/2014-PMS, visando à aquisição de tubos de concreto prensados de vários diâmetros, conjunto fossa e filtro, lajotas, meio fio pavers e muros, para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer; e Secretaria da Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, ficando assim determinado:

Leia-se:

ANEXO IX PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 53/2014-PMS TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
9	Tubos de concreto prensados com diâmetro 2,00 X 1,00 no mínimo 20 cm de espessura e com armação e tela MF 113 CA2. (a empresa descarrega no local da obra).	30	unidades	1.000,00	30.000,00

Schroeder, 23 de junho de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 5.624/2014, de 18 de Junho de 2014

PORTARIA No5.624/2014, de 18 de junho de 2014
ALTERA A RESPONSABILIDADE PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e de acordo com o art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear, a partir desta data, o Senhor Cezar Santos de Jesus, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº. 048.348.439-39, CREA-SC nº093789-5, o Senhor Walter Egidio Mukai, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº015.944.159-51, CREA-SC nº.065488-5-SC e o Senhor Marcelo Gumboski, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº054.159.519-97, CREA/SC: 110461-7, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

Execução de serviços de edificação de Unidade de Básica de Saúde (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo 302,63m² de área, na Rua Cristiane Zerbini, na localidade de Rio Hern, no Município de Schroeder/SC, de acordo com as especificações pertinentes no Contrato nº.155/2013 - FMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 03/2013-FMS, Processo nº.94/2013-FMS - empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº.15.772.347/0001-20.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 18 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.625/2014, de 23 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 5.625/2014, de 23 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a servidora, Sra. Adriana de Fatima Dorigon Adams, com efeitos retroativos a partir de 21/06/2014, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.986/2014 de 18 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2.986/2014 de 18 de junho de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.04 - HABITAÇÃO

04.04.16.482.3016.2.353 - Manutenção do Fundo Municipal de Habitação

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 3.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.04 - HABITAÇÃO

04.04.16.482.3016.2.353 - Manutenção do Fundo Municipal de Habitação

3.3.90.48.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas R\$ 3.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 18 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Convocação Processo Seletivo Nº. 001/2014-Secel/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JOSI MARIA MICHELSON, inscrita no CPF sob nº. 033.942.229-73, aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS, para o cargo de SERVENTE-GERAL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00 h do dia 01 de julho de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 18 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Processo Seletivo N°. 001/2014-Secel/PMS

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SANDRA IZABEL MARQUES, inscrita no CPF sob n°. 087.384.746-62, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2014-SECEL/PMS, para o cargo de SERVENTE-GERAL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00 h do dia 01 de julho de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 18 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Extrato do Contrato N°. 128/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato n°. 128/2014-PMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS n°. 49/2014-PMS

Processo n°. 104/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n°. 03.734.219/0001-02, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 5.588, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Saúde e Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na

proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Abraçadeiras rosca sem fim 9mm em aço Inox	90	Unidade	0,77	69,30
2	Abraçadeiras rosca sem fim 10mm em aço Inox	90	Unidade	1,02	91,80
3	Abraçadeiras rosca sem fim 12mm em aço Inox	80	Unidade	1,55	124,00
4	Abraçadeiras rosca sem fim 13mm em aço Inox	70	Unidade	1,07	74,90
5	Abraçadeiras rosca sem fim 14mm em aço Inox	70	Unidade	1,75	122,50
6	Abraçadeiras rosca sem fim 19mm em aço Inox	70	Unidade	1,29	90,30
8	Adesivo plástico para PVC (cola para cano) promove a união entre tubos e conexões de PVC por meio de soldagem a frio. Bisnaga 75 g, incolor.	35	Unidade	3,10	108,50
9	Aparelho telefônico sem fio, voltagem 220v. Frequência de 2,4 Ghz, posição de mesa, na cor preta, Dimensões aproximadas: altura 195mm, largura 90mm, profundidade 90mm.	19	Unidade	86,00	1.634,00
10	Assento sanitário modelo universal na cor branca, material: polipropileno.	36	Unidade	11,85	426,60
13	Bateria recarregável para telefone sem fio 300 mah 3,6V	43	Unidade	21,00	903,00
15	Bóia para Caixa D'Água Bitola: 3/4"	20	Unidade	5,96	119,20
16	Bóia para Caixa D'Água Bitola: 1/2"	12	Unidade	5,64	67,68
17	Válvula de Descarga Base Bitola 1.1/2" Baixa Pressão	27	Unidade	73,60	1.987,20
19	Válvula de Descarga Base Bitola 1.1/4" Baixa Pressão	17	Unidade	85,00	1.445,00
20	Kit Acionamento para Válvula de Descarga 1.1/4 Polegadas	17	Unidade	34,00	578,00
22	Broca para concreto Standard 3,0 mm	9	Unidade	2,27	20,43
23	Broca para concreto Standard 5,0 mm	9	Unidade	2,55	22,95
24	Broca para concreto Standard 6,0 mm	9	Unidade	2,96	26,64
25	Broca para concreto Standard 8,0 mm	9	Unidade	4,13	37,17
26	Broca para concreto Standard 10,0 mm	9	Unidade	6,30	56,70
27	Broca para concreto Longa 3,0 mm	9	Unidade	39,96	359,64
28	Broca para concreto Longa 5,0 mm	9	Unidade	36,00	324,00

29	Broca para concreto Longa 6,0 mm	9	Unidade	17,79	160,11
30	Broca para concreto Longa 8,0 mm	9	Unidade	22,40	201,60
33	Bucha plástica 5,0 mm	240	Unidade	0,05	12,00
34	Bucha plástica 6,0 mm	240	Unidade	0,03	7,20
35	Bucha plástica 8,0 mm	240	Unidade	0,04	9,60
36	Bucha plástica 10,0 mm	240	Unidade	0,11	26,40
39	Cadeado haste longa 30mm	19	Unidade	12,71	241,49
43	Cadeado haste curta 20mm	17	Unidade	6,55	111,35
44	Cadeado haste curta 30mm	17	Unidade	7,75	131,75
45	Cadeado haste curta 40mm	17	Unidade	13,35	226,95
46	Cadeado haste curta 50mm	17	Unidade	24,00	408,00
48	Vaso sanitário com Caixa acoplada, na cor branca, Dimensões aproximadas: (AxLxP) 33 x 39 x 50	10	Unidade	123,00	1.230,00
49	Caixa de descarga sem engate: descarga controlada e volume regulável de 6,8 a 9 litros. Com régua suporte e parafuso para fixação. Altura: 64,5cm; Largura: 38cm; Comprimento: 63,5cm	27	Unidade	17,85	481,95
50	Caixa organizadora grande e baixa com tampa multiuso, possui travas nas laterais coloridas, confeccionada em plástico super resistente transparente. Dimensões: Largura 38,5cm; Comprimento: 56,4cm e Altura: 20,1cm	20	Unidade	79,81	1.596,20
51	Caixa organizadora média alta com tampa multiuso, possui travas nas laterais coloridas, confeccionada em plástico super resistente transparente. Dimensões: Comprimento: 57,5 cm; Altura: 40,4 cm e Largura: 32,5 cm	19	Unidade	114,00	2.166,00
53	Chuveiro elétrico tensão nominal 220V, potência máxima 3000W. Seção mínima do condutor (mm²): 2,5 . Disjuntor ou Fusível (Âmpères) : 15A. Distância máxima do quadro de medição (m): 36 . Com 3 regulagens de temperatura. Classe de potência (economia): Classe A	19	Unidade	27,00	513,00

55	Cone em PVC (para sinalização) com altura de 75 cm, com fendas para inserção de fita zebrada. Cor: laranja com faixas brancas, conforme necessidade do solicitante. Dimensões: altura 750 mm, base 400 x 400 mm	18	Unidade	30,45	548,10
57	Dobradiça em ferro zincado pino simples. Medida: 3. 1/2", com parafusos inclusos.	20	Unidade	1,50	30,00
58	Dobradiça em ferro zincado pino simples. Medida: 2", com parafusos inclusos.	20	Unidade	0,60	12,00
59	Dobradiça em ferro zincado pino simples. Medida: 3", com parafusos inclusos.	20	Unidade	0,98	19,60
60	Dobradiça em ferro zincado pino simples. Medida: 4", com parafusos inclusos.	20	Unidade	1,95	39,00
61	Engate de metal flexível 1/2" X 0,50 cm.	24	Unidade	15,25	366,00
62	Engate de metal flexível 1/2" X 0,60 cm.	24	Unidade	13,60	326,40
63	Engate de metal flexível 1/2" X 0,30 cm.	24	Unidade	11,00	264,00
64	Engate Rápido 1/2" com Rosca Fêmea de 1/2 "	29	Unidade	2,73	79,17
65	Adaptador de Rosca de 1/2 " Fêmea para Engate	27	Unidade	2,55	68,85
66	Adaptador 1/2" Rosca Macho Para Mangueira 1/2"	27	Unidade	1,39	37,53
67	Enxada larga leve com olho de 38mm, pintura em verniz transparente e cabo de madeira de 150 cm. Peso aprox.: 2kg.	19	Unidade	14,80	281,20
69	Escada telescópica de alumínio para uso profissional com 3,8 metros, trava independente por degrau, 11 degraus, vão de 28 cm por degrau, material da escada: alumínio, pés emborrachados, suporta carga de até 120 Kg, altura fechada de 89 cm e largura de 48 cm.	2	Unidade	590,00	1.180,00
71	Escapula com bucha 5mm.	55	Unidade	0,25	13,75
72	Escapula com bucha 6mm.	55	Unidade	0,20	11,00
73	Escapula com bucha 8mm.	55	Unidade	0,18	9,90

74	Escapula com bucha 10mm.	65	Unidade	0,30	19,50
75	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata rosca soberba 2,2 x 10	120	Unidade	0,15	18,00
76	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata rosca soberba 2,5 x 10	110	Unidade	0,20	22,00
77	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata rosca soberba 2,5 x 16	110	Unidade	0,20	22,00
78	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata rosca soberba 2,8 x 12	110	Unidade	0,25	27,50
79	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata rosca soberba 3,2 x 16	110	Unidade	0,30	33,00
80	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata rosca soberba 3,5 x 16	110	Unidade	0,08	8,80
81	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata rosca soberba 3,5 x 22	110	Unidade	0,05	5,50
82	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata rosca soberba 3,5 x 40	110	Unidade	0,07	7,70
83	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata rosca soberba 3,8 x 20	110	Unidade	0,35	38,50
84	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata rosca soberba 3,8 x 40	110	Unidade	0,40	44,00
85	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata rosca soberba 4,5 x 50	110	Unidade	0,12	13,20
90	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata auto atarrachante 3,5 x 12	110	Unidade	0,18	19,80
91	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata auto atarrachante 3,5 x 19	110	Unidade	0,10	11,00
97	Parafuso francês com porca 5/16 x 5	74	Unidade	1,19	88,06
98	Fechadura modelo 1801/11 em inox.	55	Unidade	25,90	1.424,50
99	Miolo para fechadura modelo 1801/11 em inox, com duas chaves.	45	Unidade	17,50	787,50
101	Mangueira de jardim produzida em PVC extra-flexível, reforçada com fio de poliéster trançado e fios paralelos para possibilitar maior resistência. Produzida em três camadas: camada interna em PVC, camada intermediária com fio de poliéster trançado e camada externa em PVC, na cor verde.	323	Metro	1,90	613,70
102	Mangueira para gás 1,20m. GLP NBR 8613.	18	Unidade	6,60	118,80

103	Pá ajuntadeira quadrada com cabo em madeira com cabo de aproximadamente 100 cm.	10	Unidade	17,25	172,50
104	Pá cortadeira com bico, com cabo reto em madeira com cabo de aproximadamente 75 cm.	9	Unidade	17,25	155,25
110	Parafuso AA cabeça chata Phillips 3,5 x 35.	75	Unidade	0,07	5,25
111	Parafuso AA cabeça chata Phillips 4,0 x 25	75	Unidade	0,06	4,50
112	Parafuso AA cabeça chata Phillips 4,0 x 35	75	Unidade	0,08	6,00
114	Parafuso AA cabeça chata Phillips 4,5 x 60	75	Unidade	0,15	11,25
115	Parafuso AA cabeça chata Phillips 5,0 x 50	75	Unidade	0,17	12,75
116	Parafuso AA cabeça chata Phillips 6,0 x 60	75	Unidade	0,29	21,75
118	Pitão com rosca para bucha de 5 mm (inclui a bucha)	44	Unidade	0,20	8,80
119	Pitão com rosca para bucha de 6 mm (inclui a bucha)	42	Unidade	0,25	10,50
120	Pitão com rosca para bucha de 8 mm (inclui a bucha)	42	Unidade	0,47	19,74
121	Pitão com rosca para bucha de 10 mm (inclui a bucha)	42	Unidade	0,30	12,60
123	Gancho com rosca para bucha de 6 mm (inclui a bucha)	55	Unidade	0,20	11,00
124	Gancho com rosca para bucha de 8 mm (inclui a bucha)	55	Unidade	0,35	19,25
125	Gancho com rosca para bucha de 10 mm (inclui a bucha)	40	Unidade	0,46	18,40
127	Adaptador Soldável com Flange Anel para Caixa D'Água 25mm	12	Unidade	5,89	70,68
129	Adaptador Soldável com Flange Anel para Caixa D'Água 40mm	10	Unidade	16,27	162,70
130	Adaptador Soldável com Flange Anel para Caixa D'Água 50mm	10	Unidade	14,10	141,00
131	Fita dupla face extra forte transparente 12mm x 2 metros	39	Unidade	7,50	292,50
132	Placa adesiva sinalizadora "FEMININO", medidas 15 X 20 cm, espessura: 0,8mm, fundo: branco, produzido em material poliestireno, produzido de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas)	18	Unidade	5,10	91,80

133	Placa adesiva sinalizadora "MASCULINO", medidas 15 X 20 cm, espessura : 0,8mm, fundo: branco, produzido em material poliestireno, produzido de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas)	18	Unidade	5,10	91,80
134	Porta sanfonada 0,80 x 2,10 metros, na cor branca	9	Unidade	86,00	774,00
135	Prego de aço com cabeça 16 x 24, com 100 unidades	9	Unidade	10,90	98,10
136	Rebite de alumínio 2,3 x 5mm	140	Unidade	0,10	14,00
137	Rebite de alumínio 3 x 9mm	140	Unidade	0,09	12,60
138	Rebite de alumínio 3,2 x 12mm	90	Unidade	0,13	11,70
139	Rebite de alumínio 6 x 12mm	90	Unidade	0,28	25,20
144	Sifão sanfonado universal 75 cm	33	Unidade	3,71	122,43
145	Silicone incolor para uso geral, peso líquido de 280g.	16	Unidade	9,29	148,64
147	Tanque de concreto com uma cuba de 55 cm de comprimento com os pés.	9	Unidade	285,00	2.565,00
154	Placa sinalização ABERTO/FECHADO, medidas :29,3 X 9,5 cm. Lado ABERTO com fundo verde e letras brancas e lado FECHADO com fundo vermelho e letras brancas.	12	Unidade	14,90	178,80
155	Peneira para Ralo de Pia 7cm. Feita em aço, com grande resistência e durabilidade ;Retem resíduos de alimentos entre outras sujeiras.	12	Unidade	4,61	55,32
156	Graxa De Alta Aderência Tubo De Aerosol - Embalagem 250ml. Lubrificante sintético com grande poder de penetração e excelente aderência em metais e borrachas. Sua adesividade aumenta conforme o esforço realizado. Pode ser utilizada entre temperaturas de -35°C a 200°C.	6	Unidade	10,20	61,20

158	Enrolador de mangueira fixo EM-65 com 2 engates rápidos e rodas para facilitar o transporte, armação resistente e capacidade aproximada: 100 metros de mangueira.	7	Unidade	106,81	747,67
160	Mão francesa de 30 cm na cor branca	14	Unidade	9,55	133,70
161	Suporte de prateleira na cor branca, medidas 20 x 25 cm	22	Unidade	6,30	138,60
164	Torneira multiuso para jardim, na cor preta, bitola de 1/2"	17	Unidade	1,92	32,64
165	Torneira multiuso para jardim, na cor preta, bitola de 3/4"	17	Unidade	2,50	42,50
166	Torneira de Mesa para Cozinha Bica Móvel, Bitola de 1/2", em inox	12	Unidade	52,00	624,00
167	Torneira de Mesa para Cozinha Bica Móvel, Bitola de 3/4", em inox	12	Unidade	52,00	624,00
168	Torneira de parede para Cozinha Bica Móvel, Bitola de 3/4", em inox	10	Unidade	47,35	473,50
169	Torneira de parede para Cozinha Bica Móvel, Bitola de 1/2", em inox	10	Unidade	47,35	473,50
170	Torneira em PVC para Tanque com 15cm, bitola de 1/2", na cor Branca com Bico para Mangueira	16	Unidade	2,57	41,12
171	Torneira em PVC para Tanque com 15cm, bitola de 3/4", na cor Branca com Bico para Mangueira	14	Unidade	3,50	49,00
172	Válvula de escoamento para tanque sem ladrão 1 1/4"	14	Unidade	2,70	37,80
173	Válvula de escoamento para tanque sem ladrão 1 1/2"	14	Unidade	2,65	37,10
176	Fio de aço revestido em polietileno para varal	130	Metro	0,17	22,10
177	Válvula de descarga para Mictório em aço inox, acionamento manual, com tubo de ligação rígido e válvula de mictório.	22	Unidade	58,73	1.292,06
178	Chave de fenda 1/4 X 6" com haste niquelada e cromada, cabo em polipropileno. Chave com lâmina redonda, resistente.	5	Unidade	5,01	25,05

179	Chave phillips 1/4 x 6" com haste niquelada e cromada, cabo em polipropileno. Chave com lâmina redonda, resistente.	5	Unidade	5,01	25,05
181	Engate de PVC flexível 1/2" x 0,30 cm	32	Unidade	2,93	93,76
182	Engate de PVC flexível 1/2" x 0,50 cm	32	Unidade	3,02	96,64
183	Engate de PVC flexível 1/2" x 0,60cm	32	Unidade	2,92	93,44
TOTAL R\$					33.332,91

Valor do contrato: R\$ 33.332,91 (trinta e três mil trezentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos)

Data da Assinatura: 23/06/2014 - Vigência: 23/06/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 5.626/2014, de 23 de Junho de 2014

PORTARIA No5.626/2014, de 23 de junho de 2014

NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear o Senhor Cezar Santos de Jesus, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº. 048.348.439-39, CREA-SC nº093789-5, o Senhor Ilmar José Pereira Borges Filho, inscrito no CPF sob o nº018.026.899-66, CREA SC nº51.856-6 e o Senhor Walter Egidio Mukai, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº015.944.159-51, CREA-SC nº.065488-5-SC, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

Execução de serviços para execução (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos) de pavimentação asfáltica da Rua Guilherme Bauer, centro norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 250,00m e área total de 2.743,00m², de acordo com as especificações no Contrato nº. 126/2014-PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 01/2014-PMS, Processo nº. 41/2014-PMS - empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 23 de junho de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Ata de Registro de Preços Pregão Presencial 49/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2014

Página: 1/13

Número do Registro de Preços: 38/2014 Data do Registro: 23/06/2014 Válido até: 23/06/2015						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbano						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
1	Abraçadeiras rosca sem fim 9mm em aço Inox	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,7700
2	Abraçadeiras rosca sem fim 10mm em aço Inox	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	1,0200
3	Abraçadeiras rosca sem fim 12mm em aço Inox	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	1,5500
4	Abraçadeiras rosca sem fim 13mm em aço Inox	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	1,0700
5	Abraçadeiras rosca sem fim 14mm em aço Inox	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	1,7500
6	Abraçadeiras rosca sem fim 19mm em aço Inox	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	1,2900
8	Adesivo plástico para PVC (cola para cano) promove a união entre tubos e conexões de PVC por meio de soldagem a frio. Bisnaga 75 g, incolor.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Krona	0	3,1000
9	Aparelho telefônico sem fio, voltagem 220v, Frequência de 2,4 Ghz, posição de mesa, na cor preta, Dimensões aproximadas: altura 195mm, largura 90mm, profundidade 90mm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Intelbrás	0	86,0000
10	Assento sanitário modelo universal na cor branca, material: polipropileno	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Alumasa	0	11,8500
13	Bateria recarregável para telefone sem fio 300 mah 3.6V	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Intelbrás	0	21,0000
15	Bóia para Caixa D'Água Bitola: 3/4"	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Durin	0	5,9600

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2014

Número do Registro de Preços: 38/2014 Data do Registro: 23/06/2014 Válido até: 23/06/2015									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbano									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
16	Bóia para Caixa D'Água Bitola: 1/2"	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Durin	0	5,6400	1		
17	Válvula de Descarga Base Bitola 1.1/2" Baixa Pressão	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Docol	0	73,6000	1		
19	Válvula de Descarga Base Bitola 1.1/4" Baixa Pressão	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Docol	0	85,0000	1		
20	Kit Acionamento para Válvula de Descarga 1.1/4 Polegadas	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Censi	0	34,0000	1		
22	Broca para concreto Standard 3,0 mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Ecofer	0	2,2700	1		
23	Broca para concreto Standard 5,0 mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Ecofer	0	2,5500	1		
24	Broca para concreto Standard 6,0 mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Ecofer	0	2,9600	1		
25	Broca para concreto Standard 8,0 mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Ecofer	0	4,1300	1		
26	Broca para concreto Standard 10,0 mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Ecofer	0	6,3000	1		
27	Broca para concreto Longa 3,0 mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Ecofer	0	39,9600	1		
28	Broca para concreto Longa 5,0 mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Ecofer	0	36,0000	1		
29	Broca para concreto Longa 6,0 mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Irwin	0	17,7900	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2014

Número do Registro de Preços: 38/2014 Data do Registro: 23/06/2014 Válido até: 23/06/2015									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbano									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
30	Broca para concreto Longa 8,0 mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Irwin	0	22,4000	1		
33	Bucha plástica 5,0 mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Ideal	0	0,0500	1		
34	Bucha plástica 6,0 mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Ideal	0	0,0300	1		
35	Bucha plástica 8,0 mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Ideal	0	0,0400	1		
36	Bucha plástica 10,0 mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Ideal	0	0,1100	1		
39	Cadeado haste longa 30mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Stam	0	12,7100	1		
43	Cadeado haste curta 20mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Vonder	0	6,5500	1		
44	Cadeado haste curta 30mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Vonder	0	7,7500	1		
45	Cadeado haste curta 40mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Stam	0	13,3500	1		
46	Cadeado haste curta 50mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Stam	0	24,0000	1		
48	Vaso sanitário com Caixa acoplada, na cor branca, Dimensões aproximadas: (AxLxP) 33 x 39 x 50	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Fiori	0	123,0000	1		
49	Caixa de descarga sem engate: descarga controlada e volume regulável de 6,8 a 9 litros. Com régua suporte e parafuso para fixação. Altura: 64,5cm; Largura: 38cm; Comprimento: 63,5cm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Astra	0	17,8500	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2014

Número do Registro de Preços: 38/2014		Data do Registro: 23/06/2014		Válido até: 23/06/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbano							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
50	Caixa organizadora grande e baixa com tampa multiuso, possui travas nas laterais coloridas, confeccionada em plástico super resistente transparente. Dimensões: Largura 38,5cm; Comprimento: 56,4cm e Altura: 20,1cm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Sanremo	0	79,8100	1
51	Caixa organizadora média alta com tampa multiuso, possui travas nas laterais coloridas, confeccionada em plástico super resistente transparente. Dimensões: Comprimento: 57,5 cm; Altura: 40,4 cm e Largura: 32,5 cm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Plasvale	0	114,0000	1
53	Chuveiro elétrico tensão nominal 220V, potência máxima 3000W. Seção mínima do condutor (mm²): 2,5. Disjuntor ou Fusível (Âmpères): 15A. Distância máxima do quadro de medição (m): 36. Com 3 regulagens de temperatura. Classe de potência (economia): Classe A	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Zagonel	0	27,0000	1
55	Cone em PVC (para sinalização) com altura de 75 cm, com fendas para inserção de fita zebra. Cor: laranja com faixas brancas, conforme necessidade do solicitante. Dimensões: altura 750 mm, base 400 x 400 mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Ledan	0	30,4500	1
57	Dobradiça em ferro zincado pino simples. Medida: 3. 1/2", com parafusos inclusos.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Ferca	0	1,5000	1
58	Dobradiça em ferro zincado pino simples. Medida: 2", com parafusos inclusos.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Ferca	0	0,6000	1
59	Dobradiça em ferro zincado pino simples. Medida: 3", com parafusos inclusos.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Ferca	0	0,9800	1
60	Dobradiça em ferro zincado pino simples. Medida: 4", com parafusos inclusos.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Ferca	0	1,9500	1
61	Engate de metal flexível 1/2" X 0,50 cm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Censi	0	15,2500	1
62	Engate de metal flexível 1/2" X 0,60 cm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Censi	0	13,6000	1
63	Engate de metal flexível 1/2" X 0,30 cm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Censi	0	11,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2014

Página: 5/13

Número do Registro de Preços: 38/2014 Data do Registro: 23/06/2014 Válido até: 23/06/2015									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbano									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
64	Engate Rápido 1/2" com Rosca Fêmea de 1/2 "	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Durin	0	2,7300	1		
65	Adaptador de Rosca de 1/2 " Fêmea para Engate	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Durin	0	2,5500	1		
66	Adaptador 1/2" Rosca Macho Para Mangueira 1/2"	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Durin	0	1,3900	1		
67	Enxada larga leve com olho de 38mm, pintura em verniz transparente e cabo de madeira de 150 cm. Peso aprox.: 2Kg.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Meisa	0	14,8000	1		
69	Escada telescópica de alumínio para uso profissional com 3.8 metros, trava independente por degrau, 11 degraus, vão de 28 cm por degrau, material da escada: alumínio, pés emborachados, suporta carga de até 120 Kg, altura fechada de 89 cm e largura de 48 cm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Metasul	0	590,0000	1		
71	Escapula com bucha 5mm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,2500	1		
72	Escapula com bucha 6mm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,2000	1		
73	Escapula com bucha 8mm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,1800	1		
74	Escapula com bucha 10mm..	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,3000	1		
75	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata rosca soberba 2,2 x 10	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,1500	1		
76	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata rosca soberba 2,5 x 10	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,2000	1		
77	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata rosca soberba 2,5 x 16	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,2000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2014

Página: 6/13

Número do Registro de Preços: 38/2014			Data do Registro: 23/06/2014		Válido até: 23/06/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbano							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
78	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata rosca soberba 2,8 x 12	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,2500	1
79	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata rosca soberba 3,2 x 16	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,3000	1
80	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata rosca soberba 3,5 x 16	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,0800	1
81	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata rosca soberba 3,5 x 22	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,0500	1
82	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata rosca soberba 3,5 x 40	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,0700	1
83	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata rosca soberba 3,8 x 20	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,3500	1
84	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata rosca soberba 3,8 x 40	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,4000	1
85	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata rosca soberba 4,5 x 50	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,1200	1
90	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata auto atarrachante 3,5 x 12	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,1800	1
91	Parafuso para madeira Phillips cabeça chata auto atarrachante 3,5 x 19	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,1000	1
97	Parafuso francês com porca 5/16 x 5	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	1,1900	1
98	Fechadura modelo 1801/11 em Inox.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Aliança	0	25,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2014

Número do Registro de Preços: 38/2014		Data do Registro: 23/06/2014		Válido até: 23/06/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbano							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
99	Miolo para fechadura modelo 1801/11 em inox, com duas chaves.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Stam	0	17,5000	1
101	Mangueira de jardim produzida em PVC extra-flexível , reforçada com fio de poliéster trançado e fios paralelos para possibilitar maior resistência. Produzida em três camadas : camada interna em PVC, camada intermediária com fio de poliéster trançado e camada externa em PVC, na cor verde.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Viqua	0	1,9000	1
102	Mangueira para gás 1,20m. GLP NBR 8613.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Mantac	0	6,6000	1
103	Pá ajuntadeira quadrada com cabo em madeira com cabo de aproximadamente 100 cm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Meisa	0	17,2500	1
104	Pá cortadeira com bico, com cabo reto em madeira com cabo de aproximadamente 75 cm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Meisa	0	17,2500	1
110	Parafuso AA cabeça chata Phillips 3.5 x 35.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,0700	1
111	Parafuso AA cabeça chata Phillips 4.0 x 25	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,0600	1
112	Parafuso AA cabeça chata Phillips 4.0 x 35	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,0800	1
114	Parafuso AA cabeça chata Phillips 4.5 x 60	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,1500	1
115	Parafuso AA cabeça chata Phillips 5.0 x 50	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,1700	1
116	Parafuso AA cabeça chata Phillips 6.0 x 60	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,2900	1
118	Pitão com rosca para bucha de 5 mm (inclui a bucha)	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2014

Página: 8/13

Número do Registro de Preços: 38/2014		Data do Registro: 23/06/2014		Válido até: 23/06/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbano							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
119	Pitão com rosca para bucha de 6 mm (inclui a bucha)	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,2500	1
120	Pitão com rosca para bucha de 8 mm (inclui a bucha)	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,4700	1
121	Pitão com rosca para bucha de 10 mm (inclui a bucha)	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,3000	1
123	Gancho com rosca para bucha de 6 mm (inclui a bucha)	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,2000	1
124	Gancho com rosca para bucha de 8 mm (inclui a bucha)	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,3500	1
125	Gancho com rosca para bucha de 10 mm (inclui a bucha)	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Jomarca	0	0,4600	1
127	Adaptador Soldável com Flange Anel para Caixa D'Água 25mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Durin	0	5,8900	1
129	Adaptador Soldável com Flange Anel para Caixa D'Água 40mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Durin	0	16,2700	1
130	Adaptador Soldável com Flange Anel para Caixa D'Água 50mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Durin	0	14,1000	1
131	Fita dupla face extra forte transparente 12mm x 2 metros	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Adermax	0	7,5000	1
132	Placa adesiva sinalizadora "FEMININO", medidas 15 X 20 cm, espessura : 0.8mm, fundo: branco, produzido em material poliestireno, produzido de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas)	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Pacific	0	5,1000	1
133	Placa adesiva sinalizadora "MASCULINO", medidas 15 X 20 cm, espessura : 0.8mm, fundo: branco, produzido em material poliestireno, produzido de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas)	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Pacific	0	5,1000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2014

Número do Registro de Preços: 38/2014 Data do Registro: 23/06/2014 Válido até: 23/06/2015						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbano						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
134	Porta sanfonada 0,80 x 2,10 metros, na cor branca	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Hanna	0	86,0000
135	Prego de aço com cabeça 16 x 24, com 100 unidades	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Multifix	0	10,9000
136	Rebite de alumínio 2,3 x 5mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Rebitop	0	0,1000
137	Rebite de alumínio 3 x 9mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Rebitop	0	0,0900
138	Rebite de alumínio 3,2 x 12mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Rebitop	0	0,1300
139	Rebite de alumínio 6 x 12mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Rebitop	0	0,2800
144	Sifão sanfonado universal 75 cm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Censi	0	3,7100
145	Silicone incolor para uso geral, peso liquido de 280g.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Unifix	0	9,2900
147	Tanque de concreto com uma cuba de 55 cm de comprimento com os pés.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Airton Tanques	0	285,0000
154	Placa sinalização ABERTO/FECHADO, medidas :29,3 X 9,5 cm. Lado ABERTO com fundo verde e letras brancas e lado FECHADO com fundo vermelho e letras brancas.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Pacific	0	14,9000
155	Peneira para Ralo de Pia 7cm. Feita em aço, com grande resistência e durabilidade ;Retem resíduos de alimentos entre outras sujeiras.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Thompson	0	4,6100

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2014

Página: 10/13

Número do Registro de Preços: 38/2014		Data do Registro: 23/06/2014		Válido até: 23/06/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbano							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
156	Graxa De Alta Aderência Tubo De Aerosol - Embalagem 250ml. Lubrificante sintético com grande poder de penetração e excelente aderência em metais e borrachas. Sua adesividade aumenta conforme o esforço realizado. Pode ser utilizada entre temperaturas de -35°C a 200°C.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Vonder	0	10,2000	1
158	Enrolador de mangueira fixo EM-65 com 2 engates rápidos e rodas para facilitar o transporte, armação resistente e capacidade aproximada: 100 metros de mangueira.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Trapp	0	106,8100	1
160	Mão francesa de 30 cm na cor branca	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Prat-K	0	9,5500	1
161	Suporte de prateleira na cor branca, medidas 20 x 25 cm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Prat-K	0	6,3000	1
164	Torneira multiuso para jardim, na cor preta, bitola de 1/2"	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Durin	0	1,9200	1
165	Torneira multiuso para jardim, na cor preta, bitola de 3/4"	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Durin	0	2,5000	1
166	Torneira de Mesa para Cozinha Bica Móvel, Bitola de 1/2", em inox	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Águia	0	52,0000	1
167	Torneira de Mesa para Cozinha Bica Móvel, Bitola de 3/4", em inox	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Meber	0	52,0000	1
168	Torneira de parede para Cozinha Bica Móvel, Bitola de 3/4", em inox	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Águia	0	47,3500	1
169	Torneira de parede para Cozinha Bica Móvel, Bitola de 1/2", em inox	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Águia	0	47,3500	1
170	Torneira em PVC para Tanque com 15cm, bitola de 1/2", na cor Branca com Bico para Mangueira	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Durin	0	2,5700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2014

Página: 11/13

Número do Registro de Preços: 38/2014 Data do Registro: 23/06/2014 Válido até: 23/06/2015									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbano									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
171	Torneira em PVC para Tanque com 15cm, bitola de 3/4" , na cor Branca com Bico para Mangueira	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Durin	0	3.5000	1		
172	Válvula de escoamento para tanque sem lacião 1 1/4"	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Astra	0	2.7000	1		
173	Válvula de escoamento para tanque sem lacião 1 1/2"	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Krona	0	2.6500	1		
176	Fio de aço revestido em polietileno para varal	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Nacional	0	0.1700	1		
177	Válvula de descarga para Mictório em aço inox, acionamento manual, com tubo de ligação rígido e válvula de mictório.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Blukit	0	58.7300	1		
178	Chave de fenda 1/4 X 6" com haste niquelada e cromada, cabo em polipropileno. Chave com lâmina redonda, resistente.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Famasil	0	5.0100	1		
179	Chave philips 1/4 x 6 " com haste niquelada e cromada, cabo em polipropileno. Chave com lâmina redonda, resistente.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Famasil	0	5.0100	1		
181	Engate de PVC flexível 1/2" x 0,30 cm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Durin	0	2.9300	1		
182	Engate de PVC flexível 1/2" x 0,50 cm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Durin	0	3.0200	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2014

Página: 12/13

Número do Registro de Preços: 38/2014		Data do Registro: 23/06/2014		Válido até: 23/06/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbano							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

183	Engate de PVC flexível 1/2" x 0.60cm	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	Durin	0
					2,9200
					1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2014

Página: 13/13

Número do Registro de Preços: 38/2014		Data do Registro: 23/06/2014		Válido até: 23/06/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbano							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2014
PROCESSO Nº 104/2014

(9073) - COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA
(12658) - COMERCIAL VITÓRIA LTDA

Schroeder, 23 de Junho de 2014.

Serra Alta

PREFEITURA

Decreto Nº 118/2014

DECRETO Nº 118/2014 DE 13 DE JUNHO DE 2014.

"Concede Licença Saúde à Servidora NOELI SANTORO e dá outras providências"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Licença Saúde, a Servidora NOELI SANTORO, conforme atestado médico de 05/06/2014, CID I839 até a emissão do Laudo Pericial do INSS com a Cessação do benefício, a mesma é ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, nível 21 do Grupo 2 - SAL, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo efeitos a partir do dia 05 de junho de 2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de junho de 2014

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Decreto Nº 119/2014

DECRETO Nº 119/2014 DE 13 DE JUNHO DE 2014.

"Concede Licença Saúde à Servidora ELAINE SALETE JUNG e dá outras providências"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Licença Saúde, a Servidora ELAINE SALETE JUNG, conforme atestado médico de 11/06/2014, até a emissão do Laudo Pericial do INSS com a Cessação do benefício, a mesma é ocupante do Cargo de Agente Educativo, nível 11 do Grupo 1 - SEG, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo efeitos a partir do dia 11 de junho de 2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de junho de 2014

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Portaria Nº 086/2014

PORTARIA Nº 086/2014 DE 23 DE JUNHO 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006, Lei Complementar nº 007/2010 de 14/12/2010.

RESOLVE:

Art. 1º. A Pedido rescindir a contratação de Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, do servidor MARCIO ALBERTON, do Cargo de OPERADOR DE MAQUINAS, Nível 32 do grupo 3-SOP, com lotação na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo o vencimento constante na Lei nº 684/2005 de 13/12/2005.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de Junho de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Timbé do Sul

PREFEITURA

Aviso da Licitação 40/2014 - Leilão

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 40/2014 - Leilão

O Município de Timbé do Sul/SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que as 09:00 horas do dia 10 de julho de 2014, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito na Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 - Centro, realizará Licitação, na modalidade de LEILÃO do tipo "MAIOR LANCE", objetivando a venda de bens móveis declarados inservíveis para a Administração. O leilão será conduzido pelos Leiloeiros PÚBLICOS Oficiais SR. ULISSES DONIZETE RAMOS, matrícula AARC/309 e SR. Júlio Ramos Luz, matrícula AARC/162 JUCESC.

Cópia deste edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, no horário das 7:30hs as 11:30hs e das 13:00hs às 17:00hs, em dias úteis, pelo Fone/fax (48) 3536-1133, ou através do e-mail licita@timbedosul.sc.gov.br, ou ainda no site www.maxleiloes.com.br

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução 06/2014

RESOLUÇÃO Nº 06/2014

Faz afastamento de Vereador Suplente

O Presidente da Câmara de Vereadores de Timbé do Sul, no uso das suas atribuições RESOLVE:

Art. 1º - Nos termos estabelecidos pela legislação vigente, e em requerimento formulado, pelo Vereador licenciado Gelson Correa, solicitando o retorno à titularidade, no cargo a contar de 23.06.2014, fica afastado a contar da presente data, o Vereador Adriano Stecanella, retornando a condição de 3º suplente da coligação "Não é hora de mudar, Timbé não pode parar".

Art. 2º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar em 23 de junho de 2014.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 23 de junho de 2014.

Ver. Cassiano Ghellere
Presidente

Publicada a presente resolução na Secretaria Geral da Câmara em data supra.

Luiz José Warnier
Agente Legislativo

Termo de Posse

TERMO DE POSSE

Aos vinte e três dias do mês de junho de 2014, às oito horas compareceu a sede da Câmara de Vereadores de Timbé do Sul, o Vereador Gelson Correa (PMDB) licenciado pela resolução 16/2013 de 12 de setembro de 2013, para nos termos do requerido, reassumir sua função de Vereador junto a Câmara de Vereadores de Timbé do Sul, inicialmente foi lida a resolução 06/2014 de 23 de junho de 2014 fazendo o afastamento do vereador Adriano Stecanella (PMDB) que ocupava a titularidade do cargo, retornando o mesmo a condição de 3º suplente da coligação "Não é hora de mudar, Timbé não pode parar" (PMDB, PSC), Ato continuo o Vereador Gelson Correa retomou a posse do cargo, com plenos direitos para o exercício de suas funções legislativas a contar da presente data, declarando não exercer cargo, função ou emprego remunerado inclusive os que sejam demissíveis 'ad nutum', nos termos estabelecidos pela letra "b" do art. 20 da Lei Orgânica Municipal. Para constar foi digitado o presente termo de posse que vai assinado pelo empossado e pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

Câmara Municipal de Timbé do Sul,
23 de junho de 2014.

Ver. Gelson Correa
Empossado

Ver. Cassiano Ghellere
Presidente

Timbó

PREFEITURA

Portaria No 1105, de 19 de Maio de 2014

PORTARIA No 1105, DE 19 DE MAIO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Eliane Norato, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 16 de maio do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal ELIANE NORATO, contratada temporariamente para o cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1018, de 1º de abril de 2014, a contar de 16 de maio do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de maio de 2014;
144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº Fct-032, de 03 de Junho de 2014

PORTARIA Nº FCT-032, DE 03 DE JUNHO DE 2014

Autoriza a contratação temporária de excepcional interesse público para a Fundação Cultural de Timbó.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no 2º da Lei Complementar nº 290, de 03/10/2005 e alterações, e Lei Complementar nº 356, de 29/08/2008, ou seja, na manutenção das atividades da Fundação Cultural de Timbó, conforme Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3320, de 07/11/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE as servidoras abaixo identificadas:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ-FCT

Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos

Referencia Salarial: GA-30

Nome	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Shannon Katryn Loch (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. em Conc.Público/Proc.Seletivo)	12/06/87	010.100.159-23	35h	03/06/2014 a 30/06/2014

Cargo: Auxiliar Operacional I

Referencia Salarial: SG-08

Nome	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Salete Rodrigues Gessner (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. em Conc.Público/Proc.Seletivo)	02/11/67	666.006.859-72	44h	03/06/2014 a 30/06/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICIPIO DE TIMBÓ, em 03 de junho de 2014;
144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
JORGE R FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE FCT

Decreto N.º 3.505 de 13 de Junho de 2014.

DECRETO N.º 3.505 DE 13 DE JUNHO DE 2014.

ALTERA e RENOVA a aprovação do desmembramento de área urbana, feita pelo Decreto n.º 035/2000 de 02/03/2000.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V e art. 70, inciso I, alínea "m" da lei Orgânica do Município, pelo Legislativo Ordinária pertinente e,

Considerando a prescrição do prazo estabelecido pelo art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19/12/79, após reexaminado o planejamento e a documentação apresentada pelo requerente.

DECRETA :

Artigo 1º - Fica alterado e reaprova o DESMEMBRAMENTO denominado "ROSANE GRAMM STOLF", cuja aprovação primeira se deu por força do Decreto nº 035/2000 de 02/03/2000, em face da caducidade ocorrida por força do art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, cujo imóvel é de propriedade de ROSANE GRAMM STOLF, conforme matrícula n.º 3.384, livro 2.

Artigo 2º - Fica alterado os itens 01 e 02 na alínea "a", do artigo 2º, do Decreto n.º 035 de 02/03/2000, que aprovou o referido desmembramento, que passa a ter a seguinte redação:

"01 - Lote nº 01 (um) - com área de 480,00m2 (Quatrocentos e oitenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Itaiópolis, distando pelo lado direito do imóvel, 242,00 metros da esquina

formada com o lado par da Rua Canoinhas; estremando na frente em 16,00 metros com o lado ímpar da Rua Itaiópolis; fundos estrema em 16,00 metros com o lote 02; lado direito estrema em 30,00 metros com terras de Patrick Pellens, matrícula nº 16.440, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com terras de Juliane Aparecida Dalpiaz, matrícula nº 3.562, livro 2;

02 - Lote nº 02 (dois) - com área de 480,00m² (Quatrocentos e oitenta metros quadrados), situado no lado par da Rua Curitiba, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 240,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Canoinhas; estremando na frente em 16,00 metros com o lado par da Rua Curitiba; fundos estrema em 16,00 metros com o lote 01; lado direito estrema em 30,00 metros com terras de Airton Julio Slomp, matrícula nº 6.395, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com terras de Cristian Pellens, matrícula nº 16.441, livro 2;"

Artigo 3º - Ficam ratificados os demais termos em todos seus artigos e parágrafo.

Artigo 4º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 13 de junho de 2014.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Aviso de Pregão Presencial N.º 18 2014 FMS Aquisição de Mobiliário, Eletrodomésticos, Equipamentos de Informática E Purificador de Água

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 18/2014 - FMS

OBJETO: Aquisição de mobiliário, eletrodomésticos, equipamentos de informática e purificador de água, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde, conforme proposta de aquisição de equipamento/material permanente nº 11422.955000/1130-06 do Ministério da Saúde. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 09 de julho de 2014. ABERTURA: dia 09 de julho de 2014 às 08h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações situada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 23/06/2014.
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde

Aviso Pregão Presencial N.º 01 2014 Defesa Civil - Horas Máquina E Tubos

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 01/2014 - DEFESA CIVIL

OBJETO: contratação de horas máquina (escavadeira hidráulica e retroescavadeira) destinadas à limpeza e remoção de escombros e entulhos e aquisição de tubos propostos ao restabelecimento e recuperação das áreas urbanas e rurais danificadas pelas chuvas do mês de setembro/2013, conforme convênio n.º 074/SCD/2013, processo N.º 4210/SDC/2013 realizado entre o Estado de Santa Catarina por meio do Fundo Estadual da Defesa Civil e Município de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 07 de julho de 2014. ABERTURA: dia 07 de julho de 2014

as 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBÓ (SC), 23/06/2014
WIEGOLD STARKE
Coordenador da Defesa Civil

Aviso Pregão Presencial N.º 69 2014 PMT - Aquisição de Frutas, Legumes E Pães

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 69/2014

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de frutas, legumes e pães destinados à merenda escolar para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação (NEIS, UPES e escolas) durante o período de agosto a dezembro de 2014. ENTREGA DOS ENVELOPES: Contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 24 de julho de 2014. ABERTURA: dia 24 de julho de 2014 as 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 18/06/2014
SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Educação

Aviso Pregão Presencial Nº. 21 2014 SAMAE - Aquisição de Um Compactador

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 21/2014 - SAMAE

OBJETO: aquisição de um compactador de lixo para ser instalado no caminhão compactador novo destinado à coleta de resíduos sólidos na cidade de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h00min do dia 07 de julho de 2014. ABERTURA: dia 07 de julho de 2014 as 10h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 23/06/2014
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente SAMAE

Extrato Contrato 2014.090 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/090
AUTORIZANTE: Município de Timbó.
AUTORIZADO: Empreiteira de Mão de Obra VB LTDA EPP.

OBJETO: Execução de serviços de reforma da antiga agência do BESC, localizada na Rua General Osório, Centro, neste município, com área total de 652,35m²
VALOR: R\$ 611.998,28 (seiscentos e onze mil, novecentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos).

DATA DA ASSINATURA: 16/06/2014

SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Educação**SAMAE****Portaria N. SAMAE- 080, de 16 de Junho de 2014**

PORTARIA N. SAMAE- 080, DE 16 DE JUNHO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3320, de 07/11/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Cargo: Auxiliar Operacional I

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
JEFFERSON JOÃO RESSUAGLI (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/ Processo Seletivo)	16/08/1974	902.373.319-34	44 horas	20/06/2014 a 31/07/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de junho de 2014;
144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 01/2014**

RESOLUÇÃO Nº 01/2014

Autoriza a realização de despesas com solenidades de honrarias conferidas pela Câmara Municipal de Timbó e para comemoração de datas históricas relevantes para o Município.

O Presidente da Câmara Municipal e Timbó, no uso de suas atribuições, com base no artigo 16, inciso III, da Lei Orgânica Municipal e art. 50, incisos XIII e XIV do Regimento Interno.

FAÇO SABER a todos os Munícipes, que a Câmara Municipal de Timbó, aprovou e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica autorizada a realização de despesas para a confecção de diplomas, certificados, placas, medalhas, títulos e honrarias previstas em lei e a celebração de datas históricas.

Art. 2º A autorização para realização de despesas abrange ainda, impressos gráficos, copeiro, cerimonialista, decoração, flores, contratação de serviços de coquetéis, serviço de audiovisual e de sonorização, locação de equipamentos, estruturas necessárias, logística e demais despesas inerentes ao evento.

Art. 3º As despesas com os eventos mencionados nessa Lei são estimadas em R\$2.000,00 (dois mil reais) por solenidade e em até R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais) anuais.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão a conta de dotação própria prevista na lei orçamentária.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, em 20 de Junho de 2014.
JORGE AUGUSTO KRÜGER
Presidente

Trombudo Central

PREFEITURA

Anulação TP Nº 5/2014 - Pmtc

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
AVISO DE ANULAÇÃO PROCESSO 67/2014 PMTC

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Srº Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, devido a problemas técnicos no memorial descritivo e planilhas orçamentárias da TOMADA DE PREÇO PMTC Nº 05/2014, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução GLOBAL, visando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS EM PAVER, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIARIA DAS RUAS JORGE LACERDA E NEREU RAMOS COM ÁREA TOTAL DE 6.786,22M², resolve anular o processo citado com base no art. 49 da Lei 8.666/93.

Trombudo Central, 23 de junho de 2014.
Silvio Venturi
Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

Contrato N.23/2014 Mitra

CONTRATO Nº 23/2014
CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO

Pelo presente instrumento contratual celebrado entre o Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, inscrita no sob n 12.273.240.0001-49, representada neste ato por seu Gestor do Fundo o Sr, Bruno José Heberle, CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado a Mitra Diocesana de Chapecó, inscrito no CNPJ nº 83.314.930/0001-47, neste ato representada pelo pároco local, Sr. Ignácio Paulo Kolling, portador da cédula de identidade nº 402.787 CPF nº 220.473.609-00, residente e domiciliado na Rua da Matriz, nesta cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominada LOCADOR; resolvem celebrar o presente contrato de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA- Que o LOCADOR é legítimo proprietário de um Centro de Formação de 760 m², construído perto da esquina entre as Ruas Rua Padre Roque Gonzáles e Rua da Matriz, neste Município de Tunápolis - SC;

CLÁUSULA SEGUNDA - Que pelo presente instrumento particular de locação, na melhor forma de direito, o LOCADOR tem ajustado alugar ao MUNICÍPIO as salas do Centro acima descrito para um período do mês de julho a dezembro de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - Que a finalidade da presente locação, é a ocupação no período para a realização das atividades do Fundo Municipal da Saúde e Assistência Social.

CLÁUSULA QUARTA - Que o preço do presente foi estipulado em 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), pago em parcelas de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por mês, cujo pagamento será feito no segundo dia útil do mês subsequente, sendo depositado na conta bancária nº 000.536-9, Banco BESC, Agência 235-6.

CLÁUSULA QUINTA - Que o FUNDO deverá zelar pelo Centro ora entregue, permitindo ao LOCADOR efetuar vistorias periódicas em épocas que desejar.

CLÁUSULA SEXTA - Que elegem de comum acordo o FORO da Comarca de Itapiranga - SC., para dirimirem sobre os casos omissos do presente contrato-objeto.

E, por estarem juntos e acertados mandaram datilografar o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma que lido e achado conforme, assinaram na presença de duas testemunhas, para efeitos legais e de objeto.

Tunápolis, SC, em 13 de junho de 2014.

Bruno José Heberle
Gestor do Fundo

Mitra Diocesana de Chapecó
Ignácio Paulo Kolling
pároco local

Testemunhas:

Contrato N.24/2014

CONTRATO Nº 25/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE TUNÁPOLIS (SC), e a empresa CRIATIVA CURSOS E TREINAMENTOS LTDA- ME.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado por seu gestor Sr. Bruno José Heberle, com sede na Albino Frantz, centro, no município de Tunápolis/SC inscrito no CNPJ nº 12.273.240/0001-49, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CRIATIVA CURSOS E TREINAMENTOS LTDA- ME sediada na Avenida Santa Helena nº 221, centro CEP 89910-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.461.680/0001-92, doravante denominada CONTRATADA, neste representada pela sócia administradora Sra. Franciele Pauletto, portadora do CPF nº 057.146.299-57, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei nº 8.666/93 e alterações, e o Processo de Licitação nº 16/2014, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 15/2014, homologado no dia 16 de junho de 2014, o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para treinamento para atualização dos servidores públicos do Fundo Municipal da Saúde, conforme abaixo:

Item	uni	Descrição	Preço hora	Total geral
01	20h	PROTOCOLO DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL Disponibilização à Secretaria de Saúde de três vias impressas e encadernadas com os Protocolos finalizados. Instrutor: Nutricionista	150,00	3.000,00
02	8h	SEMINÁRIO DE SAÚDE DA CRIANÇA Tema: Relação entre a Conservação de Alimentos e a Saúde da Criança Público: Pais, familiares e responsáveis de crianças na faixa etária de zero a cinco anos, Agentes Comunitários de Saúde Instrutor: Nutricionista	250,00	2.000,00
03	8h	ATUALIZAÇÃO EM VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL Política Nacional de Alimentação Promoção da Alimentação saudável Abordagem, promoção da saúde e prevenção de doenças relacionadas à alimentação e nutrição Desnutrição Infantil Vigilância Alimentar Vigilância Nutricional Abordagem inicial da criança e família no contexto de inserção social Público - alvo Equipes de profissionais e colaboradores da Secretaria de Saúde Instrutores: Nutricionista e Enfermeiro	210,00	1.680,00

		HUMANIZAÇÃO E ACOLHIMENTO EM SAÚDE Módulo: colaboradores da Secretaria de Saúde Trabalho em equipe: Dicas para se trabalhar melhor em equipe e Atitudes que devem ser evitadas no trabalho em equipe; Como conviver melhor no trabalho; Comportamentos inadequados no ambiente de trabalho; Qualidade no atendimento ao paciente; Gafes no atendimento; Hierarquia; Conflito Organizacional; Acolhimento; Humanização da assistência da saúde. Público- alvo Equipe de profissionais e colaboradores da Secretaria de saúde Instrutor: Psicólogo		
06	8h		200,00	1.600,00
		Total Geral		8.280,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

2.1. A presente contratação terá vigência até 31.12.2014 a contar da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado nos limites do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

2.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Equipe Técnica do Fundo Municipal de Saúde e Gestor do Fundo, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. Os cursos deverão ser ministrados no Município de Tunápolis/SC, de acordo com o cronograma do Fundo Municipal da Saúde, o mesmo se encontra disponível com o Secretário Municipal da Saúde.

3.2 As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

3.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar telefone, fax e/ou e-mail e prestar suporte às dúvidas eventuais do Município em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas contadas da solicitação.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

4.1. O valor total ora contratado é de R\$ 8.200,00 (Oito mil e duzentos reais), considerando consignado conforme a proposta apresentada e considerada vencedora no Processo de Licitação.

4.2. O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10 (dez) dias, após execução do objeto desta licitação, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada

4.3. A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

4.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

4.5 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste

4.6 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (35,45) do Fundo Municipal de Saúde da Tunápolis, do ano de 2014.

CLÁUSULA SEXTA - DO DOCUMENTO FISCAL

6.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE, Rua Albino Frantz, CNPJ nº 12.273.240/0001-49 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

6.1.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o contratante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

7.1. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

7.1.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente contrato;

7.1.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

7.1.3. Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.4. Providenciar a publicação resumida deste contrato até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

7.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estipulado neste instrumento;

7.1.6. Emitir, através do setor competente, autorização para início da prestação dos serviços.

7.2. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

7.2.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na cláusula primeira - do objeto - e na cláusula terceira - da forma de execução - do presente contrato;

7.2.2. Prestar os serviços nas condições e prazos estipulados;

7.2.3. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, em especial, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, incluída a alimentação, transporte ou outro benefício dos profissionais, pertinentes à execução do objeto do contrato;

7.2.4. Responsabilizar-se por eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos, quando do deslocamento para a realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código Brasileiro de Trânsito;

7.2.5. Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade;

7.2.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos

ou materiais, causados ao Município ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços;

7.2.7. Assumir todos os encargos de eventuais demandas trabalhistas, cível ou penal relacionados aos serviços, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

7.2.8. Manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.2.9. Facilitar todas as atividades de fiscalização da execução do contrato;

7.2.10. Exigir da Secretaria Municipal de Saúde a emissão de autorização, para que proceda ao início da execução do objeto.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se a CONTRATADA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.2. O atraso injustificado na prestação dos serviços sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia de atraso.

8.2.1. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

8.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido nos seguintes

9.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

9.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

10.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente,

deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da cidade de Tunápolis (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer foro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

TUNÁPOLIS, SC., 16 de junho de 2014.

Bruno José Heberle Criativa Cursos e Treinamentos LTDA-ME
Contratante Contratada Gestor Fundo

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt
CPF: 020.226.259.60

Contrato N.25/2014

CONTRATO Nº 24/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE TUNÁPOLIS (SC), e a empresa SANTÉ GESTÃO EM SAÚDE LTDA.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado por seu gestor Sr. Bruno José Heberle, com sede na Albino Frantz, centro, no município de Tunápolis/SC inscrito no CNPJ nº 12.273.240/0001-49, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SANTÉ GESTÃO EM SAÚDE LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 14.411.840/0001-51, estabelecida na Padre Anchieta, 808 Bairro Agostini, no Município de São Miguel do Oeste/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Veranice Bertochi, portadora do CPF nº 681.820.829-00 residente e domiciliado na Avenida Martin Piasieski, 1048, Centro, no Município de Descanso/SC celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei nº 8.666/93 e alterações, e o Processo de Licitação nº 16/2014, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 15/2014, homologado no dia 16 de junho de 2014, o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para treinamento para atualização dos servidores públicos do Fundo Municipal da Saúde, conforme abaixo:

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço unit	Preço Total
			NASF- NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA Atualização em Saúde da Criança Direcionamento de medidas em saúde da criança; A criança desnutrida e a equipe multidisciplinar Criança e seu ambiente X atividades do NASF Aspectos do profissional da saúde frente ao problema Desafios do NASF em saúde da criança de risco Conceitos definições em puericultura Construção de Inserção comunitária Construção de Propostas de grupos Público- alvo Profissionais do NASF e profissionais da saúde	250,00	
4	16	horas	Instrutores: Médico e Enfermeiro		4.000,00
			OBESIDADE INFANTIL Atenção à criança obesa; Manejo alimentar e nutricional; Abordagem integral da família com a criança com excesso de peso; Enfoque na promoção de saúde; Prevenção de outras doenças crônicas; Abordagem nutricional diária. Público: Pais, familiares e responsáveis de crianças na faixa etária de zero a dois anos.		
5	8	horas	Instrutor: Médico	500,00	4.000,00
			TOTAL GERAL		8.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

2.1. A presente contratação terá vigência até 31.12.2014 a contar da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado nos limites do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

2.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Equipe Técnica do Fundo Municipal de Saúde e Gestor do Fundo, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. Os cursos deverão ser ministrados no Município de Tunápolis/SC, de acordo com o cronograma do Fundo Municipal da Saúde, o mesmo se encontra disponível com o Secretario Municipal da Saúde.

3.2 As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

3.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar telefone, fax e/ou e-mail e prestar suporte às dúvidas eventuais do Município em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas contadas da solicitação.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

4.1. O valor total ora contratado é de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), considerando consignado conforme a proposta apresentada e considerada vencedora no Processo de Licitação.

4.2. O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10 (dez) dias, após execução do objeto desta licitação, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada

4.3. A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

4.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

4.5 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste

4.6 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (35,45) do Fundo Municipal de Saúde da Tunápolis, do ano de 2014.

CLÁUSULA SEXTA - DO DOCUMENTO FISCAL

6.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE, Rua Albino Frantz, CNPJ nº 12.273.240/0001-49 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

6.1.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o contratante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

7.1. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

7.1.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente contrato;

7.1.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

7.1.3. Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.4. Providenciar a publicação resumida deste contrato até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

7.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estipulado neste instrumento;

7.1.6. Emitir, através do setor competente, autorização para início da prestação dos serviços.

7.2. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

7.2.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na cláusula primeira - do objeto - e na cláusula terceira - da forma de execução - do presente contrato;

7.2.2. Prestar os serviços nas condições e prazos estipulados;

7.2.3. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, em especial, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista

ou civil, bem como, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, incluída a alimentação, transporte ou outro benefício dos profissionais, pertinentes à execução do objeto do contrato;

7.2.4. Responsabilizar-se por eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos, quando do deslocamento para a realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código Brasileiro de Trânsito;

7.2.5. Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade;

7.2.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados ao Município ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços;

7.2.7. Assumir todos os encargos de eventuais demandas trabalhistas, cível ou penal relacionados aos serviços, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

7.2.8. Manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.2.9. Facilitar todas as atividades de fiscalização da execução do contrato;

7.2.10. Exigir da Secretaria Municipal de Saúde a emissão de autorização, para que proceda ao início da execução do objeto.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se a CONTRATADA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.2. O atraso injustificado na prestação dos serviços sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia de atraso.

8.2.1. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

8.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido nos seguintes

9.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

9.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público,

conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

10.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da cidade de Tunápolis (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer foro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

TUNÁPOLIS, SC., 16 de junho de 2014.

Bruno José Heberle	Santé Gestão em Saúde Ltda
Contratante	Contratada
Gestor Fundo	

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff	Sheila Inês Bieger Eidt
CPF: 918.368.409-34	CPF: 020.226.259-60

Pregão Nº 20/2014 Kit Gestante

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2014

Edital de Pregão Presencial nº 19/2014

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo menor preço por item que tem por objeto aquisição material, para o Kit Gestante distribuído para as gestantes do município, através do programa "Prevenção de agravos e melhora da Assistência a Gestante" coordenado pelo Fundo Municipal da Saúde, conforme especificações, e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte integrante do presente processo licitatório.

Entrega dos envelopes até às 9h15min do dia 07/07/2014. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Bruno José Heberle
Gestor do Fundo

Vargem Bonita

PREFEITURA

Decreto N.047/2014

DECRETO No 047/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR VENDAVAL - 1.3.2.1.5.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita do Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 103, Inciso XXIX da Lei Orgânica Municipal, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012;

CONSIDERANDO:

I - O Vendaval ocorrido nas primeiras horas do dia 14 de Junho de 2014, aproximadamente da 01h30min às 03h30min, na cidade de Vargem Bonita; ao longo da Rodovia BR 282 entre as divisas deste Município com Catanduvas e com Irani; e nas comunidades de Marmeleiro e arredores; São José e arredores; Campo Comprido e arredores; Coração e arredores.

II- Que em decorrência do evento mencionado, ocorreram os seguintes danos: estimativa de 2.500 pessoas afetadas e estimativa em danos materiais de aproximadamente R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

V - Que o parecer da Comissão Municipal de Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas pelo Vendaval. DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como VENDAVAL 1.3.2.1.5.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º. O presente Decreto vigorará por 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, ininterrupto e consecutivo.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, aos 16 de Junho de 2014.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

Vidal Ramos

PREFEITURA

Pregão Registro de Preços Nº. 65/2014 - Eventual Aquisição Peças Volvo

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 65/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para Eventual Contratação de empresa para fornecimento de peças (caixa) de 1ª linha de montagem para reposição em caminhão Volvo miw 7293. A entrega será parcelada, de acordo com a necessidade.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, e pelo seu pregoeiro designado pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 65/2014, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, DECRETO Nº. 7.892 DE 23 DE JANEIRO DE 2013, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08:30 hrs do dia 04 de julho de 2014.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 08:30 hrs do dia 04 de julho de 2014, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 23 de junho de 2014.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Pregão Registro de Preços Nº. 66/2014 - Eventual Aquisição de Câmeras de Ré E Espelho Para Veículos Transporte Escolar

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 66/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para Eventual aquisição de Material de Consumo (câmeras de ré) visando atender as necessidades dos veículos escolares sob o domínio da Secretaria de Educação, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência -Anexo I deste Edital

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, e pelo seu pregoeiro designado pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 66/2014, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, DECRETO Nº. 7.892 DE 23 DE JANEIRO DE 2013, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 10:00 hrs do dia 04 de julho de 2014.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 10:00 hrs do dia 04 de julho de 2014, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 23 de junho de 2014.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira**PREFEITURA****Edital de Convocação Nº 034/14 - P.S. Nº 002/2014**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 034/2014

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 002/2014:

CONVOCADOS	CARGO
1 - Derli Borges de Oliveira	Auxiliar Operacional
2 - Francieli R. De Lima	Auxiliar Operacional
3 - Nilson da Motta Junior	Auxiliar Operacional
4 - Mario S. Lagos	Auxiliar Operacional
5 - Valdecir da Luz	Auxiliar Operacional
6 - Edson da Silva Furtado	Auxiliar Operacional
7 - Daniele Borges de Oliveira	Auxiliar Operacional
8 - Lucas de A. Besen	Auxiliar Operacional
9 - Claudir de Lima	Auxiliar Operacional
10 - José Valtecir R. Raiz	Auxiliar Operacional
11 - Jeferson Padilha	Auxiliar Operacional
12 - Leonardo Paulo Buss	Auxiliar Operacional
13 - Teresa Muller	Auxiliar Operacional
14 - Maria Aparecida Fenili	Auxiliar Operacional
15 - Nilson José de Olivério	Auxiliar Operacional
16 - José Osni de Moraes	Auxiliar Operacional
17 - Flávio Maurina	Auxiliar Operacional
18 - Jeferson da Silva	Auxiliar Operacional
19 - José Elvis de Moraes	Auxiliar Operacional

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo;

Videira, 20 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 11.156/14

DECRETO Nº 11.156/14, DE 23 DE JUNHO DE 2014.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13 de 06 de dezembro de 2013.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 393.678,27 (Trezentos e noventa e três mil seiscentos e setenta e oito reais e vinte e sete centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 - Fundo Municipal da Saúde	
1.022 - Construção/Ampliação/Reformas de Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0064.68 - Aplicações Diretas	33.678,27
15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 - Fundo Municipal da Saúde	
2.064 - Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas	360.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	393.678,27

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2014 e da anulação da seguinte dotação:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 - Fundo Municipal da Saúde	
2.064 - Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas	360.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	360.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.157/14

DECRETO Nº 11.157/14, DE 23 DE JUNHO DE 2014.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035 de 06 de dezembro de 2013.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

12 - Fundo Municipal p/ Reeq. Bombeiros Voluntários	
01 - Fundo Municipal p/ Reeq. Bombeiros Voluntários	
2.072 - Manutenção do Fundo Municipal p/ Reeq. Bombeiros Voluntários	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0300 - Aplicações Diretas	155.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	155.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do superávit financeiro do exercício de 2013, do respectivo recurso vinculado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretario de Administração

Pregão Presencial Nº 88/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2014-PMV
REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 88/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE ELETROELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA E POLÍCIA MILITAR. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00 horas do dia 28/07/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 23 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.102/14

LEI N.º 3.102/14, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela Otimize Cursos Ltda, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO**AUTORIZADO PELA LEI Nº 3.102/14**

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, a OTIMIZA CURSOS LTDA, entidade educacional, com sede no Município de Videira, SC, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 3.102/14, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, com a finalidade de realizar o encerramento do curso de assistente administrativo, a ocorrer no dia 29 de agosto, a partir das 19h00min.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, nos dias 29 de agosto de 2014.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD - Escritório Central de

Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;

e. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;

f. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;

g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

IV. A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

V. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente no dia 29 de agosto de 2014, e deverão ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

OTIMIZA CURSOS LTDA

Representante

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

RG:

RG:

Lei Nº 3.103/14

LEI N.º 3.103/14, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do Estádio Municipal Luís Leoni, com capacidade de 1.800 (um mil e oitocentos) pessoas sentadas, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela Gennius Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Ltda, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO
AUTORIZADO PELA LEI Nº 3.103/14

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob nº 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, a GENNIUS ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 76.601.152/0001-01, com sede no Município de Videira, SC, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 3.103/14, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do Estádio Municipal Luís Leoni, com capacidade de 1.800 (um mil e oitocentos) pessoas sentadas, com a finalidade de realizar evento alusivo ao Dia dos Pais, em duas etapas, nas seguintes datas e horários:

- 20 de julho de 2014, das 14h00min as 20h00min;
- 16 de agosto de 2014, das 15h00min as 19h00min;

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, nas datas de 20 de julho e 16 de agosto de 2014.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda ou distribuição gratuita de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- e. Será de responsabilidade exclusiva da instituição de ensino, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram do presente contrato, bem como da atividade para a qual

a presente autorização lhe é concedida, inclusive encargos previdenciários e securitários, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis, em especial o seguro de acidentes pessoais;

f. Em caso da venda/cobrança de ingressos a instituição de ensino se obriga, também, a instituir a meia-entrada para as pessoas portadoras de deficiências, nos termos da Lei Estadual nº 13.316/2005; ao idoso, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003; e aos estudantes, nos termos da Medida Provisória nº 2.208/01.

- g. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
 - h. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
 - i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
 - j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
 - k. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.
- IV. A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Estádio Municipal quando da devolução do mesmo.
- V. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente nas datas de 20 de julho e 16 de agosto de 2014, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

GENNIUS ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL LTDA
Representante

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:

Nome:
RG:

Lei Nº 3.104/14

LEI N.º 3.104/14, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal proceder a Concessão de Direito Real de Uso de imóvel público que especifica, à empresa MADEREIRA SEDE ETELWINA LTDA ME, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer a concessão gratuita de direito real de uso, a empresa MADEREIRA SEDE ETELWINA LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 82.829.706/0001-25, situada a Linha Sede Etlwin, s/nº, Interior, nesta cidade Videira-SC, do Lotes 12, da Quadra "B", do Loteamento "Condomínio Industrial Campina Bela", com área total do lote de 1.200,00m² (um mil e duzentos metros quadrados), respectivamente, localizado na Estrada Municipal do Bairro Campina Bela, perímetro urbano desta cidade e Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, com matrícula nº. 32.236, conforme planta arquivada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira - SC.

§ 1º A finalidade da concessão de direito real de uso é a instalação da empresa para a implantação de indústria destinada ao beneficiamento da madeira, serraria, fabricação de esquadrias de madeira, conforme consta do Processo Administrativo nº 2.065/2012.

§ 2º A empresa beneficiada por esta Lei ficará obrigada a iniciar a obra num prazo máximo de 06 (seis) meses a partir da publicação da lei, e a concluí-la dentro de 12 (doze) meses no máximo.

§ 3º Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a empresa beneficiada terá a prerrogativa de requerer dilação de prazo devidamente justificada, a qual será apreciada pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses.

§ 4º Em não havendo o início da execução e implantação da empresa nos prazos acima estabelecidos, será realizada a reversão da concessão, através da respectiva autorização legislativa, e ficará automaticamente revogada a concessão e revertido o imóvel ao patrimônio público municipal, mediante simples requerimento da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a anuência do Chefe do Poder Executivo Municipal, acompanhado de documentos comprobatórios do não cumprimento do projeto ao Cartório de Imóveis.

§ 5º No caso de reversão imediata do bem para o Poder Público este ocorrerá com a prévia notificação do beneficiário, reservada a ampla defesa e o contraditório, nos termos da Lei.

§ 6º Não havendo cumprimento do projeto e sendo o imóvel revertido nos termos do parágrafo anterior, fica autorizada a imediata reintegração no Município, inclusive sem indenização.

Art. 2º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, vedar-se-á:

I - alienar o imóvel dentro do período previsto para a reversão, a fim de desviar a finalidade originária, sem que a requerente observe as condições previstas na presente Lei, e sempre com expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, após análise e parecer da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais;

II - gravar com ônus real de garantia, exceto a empresa que já

esteja em atividade, desde que comprove previamente sua liquidez patrimonial por meio de Balanço Patrimonial Projetado, devidamente assinado por profissional habilitado e apresentado perante a comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal;

III - dar destinação diversa da prevista no plano de negócio original, às áreas de terra obtidas por meio de doação ou concessão de direito real de uso do Município de Videira;

IV- É vedada a permuta ou qualquer outra forma de transferência de áreas de terra cedidas, seja a título de doação ou de concessão de direito real de uso, pelo Município entre empresas, salvo as operações deliberadas favoravelmente pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

V - É proibido, em qualquer hipótese, o fracionamento do imóvel.

VI - Fica proibida a construção de benfeitorias em madeira.

VII - É vedada a implantação de empreendimentos que acarretem riscos ambientais externos, nos loteamentos e condomínios industriais.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso II, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca de 2º grau em favor do doador, como determina o § 5º do art. 17 da lei nº 8.666/93.

Art. 3º Após a inscrição da concessão, a concessionária fluirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos nesta lei e responderá por todos os encargos, civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas, bem como manter limpo, em condições de higiene sanitária e demais normas pertinentes à utilização do imóvel.

Art. 4º O interesse público resta demonstrado uma vez que a indústria a ser instalada no imóvel concedido, estimulará o crescimento deste município, gerando empregos diretos, acréscimo de renda para os beneficiários e para cidade, bem como geração de tributos e demais emolumentos para o município de Videira.

Art. 5º A concessionária deverá manter na área objeto da concessão, uma placa indicando que o imóvel foi concedido pelo município de Videira, constando o número da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas.

Art. 6º Decorridos 10 (dez) anos de funcionamento ininterrupto do empreendimento e cumpridas a sua função social, evolução da atividade e as obrigações estabelecidas na transmissão, a área, poderá ser transferida em definitivo à empresa beneficiada mediante autorização do Município.

Art. 7º O concedente no exercício regular do poder de polícia, poderá fazer a qualquer tempo levantamento, consulta, supervisão no imóvel, quando achar necessário, visando o seu estado de conservação e utilização.

Art. 8º A concessionária arcará com quaisquer ônus existentes sobre esta concessão, inclusive a necessária inclusão no Cartório de Registro de Imóveis, não tendo o Poder Público quaisquer despesas sobre a mesma.

Art. 9º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e

estímulos fiscais, deverá cumprir integralmente as disposições desta Lei e da Lei Municipal nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Lei Nº 3.105/14

LEI N.º 3.105/14, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal proceder a Concessão de Direito Real de Uso de imóvel público que especifica, à empresa POLO MECÂNICA INDUSTRIAL LTDA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer a concessão gratuita de direito real de uso, a empresa POLO MECÂNICA INDUSTRIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.141.776/0001-04, situada a Rua Afonso Tharum, nº 3030, nesta cidade Videira-SC, dos Lotes 04 e 05, da Quadra "A", do Loteamento "Condomínio Industrial Campina Bela", com área total dos lotes de 2.520,00m² (dois mil, quinhentos e vinte metros quadrados), respectivamente, localizado na Estrada Municipal do Bairro Campina Bela, perímetro urbano desta cidade e Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, com matrículas nº. 32.222 e 32.223, conforme planta arquivada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira - SC.

§ 1º A finalidade da concessão de direito real de uso é a instalação da empresa para a implantação de indústria destinada ao ramo da mecânica industrial, conforme consta do Processo Administrativo nº 12.651/2012.

§ 2º A empresa beneficiada por esta Lei ficará obrigada a iniciar a obra num prazo máximo de 06 (seis) meses a partir da publicação da lei, e a concluí-la dentro de 12 (doze) meses no máximo.

§ 3º Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a empresa beneficiada terá a prerrogativa de requerer dilação de prazo devidamente justificada, a qual será apreciada pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses.

§ 4º Em não havendo o início da execução e implantação da empresa nos prazos acima estabelecidos, será realizada a reversão da concessão, através da respectiva autorização legislativa, e ficará automaticamente revogada a concessão e revertido o imóvel ao patrimônio público municipal, mediante simples requerimento da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a anuência do Chefe do Poder Executivo Municipal, acompanhado de documentos comprobatórios do não cumprimento do projeto

ao Cartório de Imóveis.

§ 5º No caso de reversão imediata do bem para o Poder Público este ocorrerá com a prévia notificação do beneficiário, reservada a ampla defesa e o contraditório, nos termos da Lei.

§ 6º Não havendo cumprimento do projeto e sendo o imóvel revertido nos termos do parágrafo anterior, fica autorizada a imediata reintegração no Município, inclusive sem indenização.

Art. 2º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, vedar-se-á:

I - alienar o imóvel dentro do período previsto para a reversão, a fim de desviar a finalidade originária, sem que a requerente observe as condições previstas na presente Lei, e sempre com expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, após análise e parecer da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais;

II - gravar com ônus real de garantia, exceto a empresa que já esteja em atividade, desde que comprove previamente sua liquidez patrimonial por meio de Balanço Patrimonial Projetado, devidamente assinado por profissional habilitado e apresentado perante a comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal;

III - dar destinação diversa da prevista no plano de negócio original, às áreas de terra obtidas por meio de doação ou concessão de direito real de uso do Município de Videira;

IV - É vedada a permuta ou qualquer outra forma de transferência de áreas de terra cedidas, seja a título de doação ou de concessão de direito real de uso, pelo Município entre empresas, salvo as operações deliberadas favoravelmente pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

V - É proibido, em qualquer hipótese, o fracionamento do imóvel.

VI - Fica proibida a construção de benfeitorias em madeira.

VII - É vedada a implantação de empreendimentos que acarretem riscos ambientais externos, nos loteamentos e condomínios industriais.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso II, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca de 2º grau em favor do doador, como determina o § 5º do art. 17 da lei nº 8.666/93.

Art. 3º Após a inscrição da concessão, a concessionária fluirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos nesta lei e responderá por todos os encargos, civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas, bem como manter limpo, em condições de higiene sanitária e demais normas pertinentes à utilização do imóvel.

Art. 4º O interesse público resta demonstrado uma vez que a indústria a ser instalada no imóvel concedido, estimulará o crescimento deste município, gerando empregos diretos, acréscimo de renda para os beneficiários e para cidade, bem como geração de tributos e demais emolumentos para o município de Videira.

Art. 5º A concessionária deverá manter na área objeto da concessão, uma placa indicando que o imóvel foi concedido pelo município de Videira, constando o número da Lei autorizativa e outras

exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas.

Art. 6º Decorridos 10 (dez) anos de funcionamento ininterrupto do empreendimento e cumpridas a sua função social, evolução da atividade e as obrigações estabelecidas na transmissão, a área, poderá ser transferida em definitivo à empresa beneficiada mediante autorização do Município.

Art. 7º O concedente no exercício regular do poder de polícia, poderá fazer a qualquer tempo levantamento, consulta, supervisão no imóvel, quando achar necessário, visando o seu estado de conservação e utilização.

Art. 8º A concessionária arcará com quaisquer ônus existentes sobre esta concessão, inclusive a necessária inclusão no Cartório de Registro de Imóveis, não tendo o Poder Público quaisquer despesas sobre a mesma.

Art. 9º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, deverá cumprir integralmente as disposições desta Lei e da Lei Municipal nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 3.106/14

LEI N.º 3.106/14, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal proceder a Concessão de Direito Real de Uso de imóvel público que especifica, à empresa ATUAL EMBALAGENS LTDA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer a concessão gratuita de direito real de uso, a empresa ATUAL EMBALAGENS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.478.329/0001-37, situada a Linha Isidoro, Interior, na cidade de Pinheiro Preto-SC, dos Lotes 13, 14, 15, 16, 17 e 18, da Quadra "C", do Loteamento "Condomínio Industrial Campina Bela", com área total dos lotes de 6.718,20m² (seis mil, setecentos e dezoito metros e vinte decímetros quadrados), respectivamente, localizado na Estrada Municipal do Bairro Campina Bela, perímetro urbano desta cidade e Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, com matrículas nº. 32.252, 32.253, 32.254, 32.255, 32.256 e 32.257, conforme planta arquivada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira - SC.

§ 1º A finalidade da concessão de direito real de uso é a instalação da empresa para a implantação de indústria destinada ao ramo da fabricação de papel como: papel higiênico, papel toalha, guardanapos e demais produtos, conforme consta do Processo Administrativo nº 12.763/2013.

§ 2º A empresa beneficiada por esta Lei ficará obrigada a iniciar a obra num prazo máximo de 06 (seis) meses a partir da publicação da lei, e a concluí-la dentro de 12 (doze) meses no máximo.

§ 3º Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a empresa beneficiada terá a prerrogativa de requerer dilação de prazo devidamente justificada, a qual será apreciada pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses.

§ 4º Em não havendo o início da execução e implantação da empresa nos prazos acima estabelecidos, será realizada a reversão da concessão, através da respectiva autorização legislativa, e ficará automaticamente revogada a concessão e revertido o imóvel ao patrimônio público municipal, mediante simples requerimento da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a anuência do Chefe do Poder Executivo Municipal, acompanhado de documentos comprobatórios do não cumprimento do projeto ao Cartório de Imóveis.

§ 5º No caso de reversão imediata do bem para o Poder Público este ocorrerá com a prévia notificação do beneficiário, reservada a ampla defesa e o contraditório, nos termos da Lei.

§ 6º Não havendo cumprimento do projeto e sendo o imóvel revertido nos termos do parágrafo anterior, fica autorizada a imediata reintegração no Município, inclusive sem indenização.

Art. 2º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, vedar-se-á:

I - alienar o imóvel dentro do período previsto para a reversão, a fim de desviar a finalidade originária, sem que a requerente observe as condições previstas na presente Lei, e sempre com expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, após análise e parecer da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais;

II - gravar com ônus real de garantia, exceto a empresa que já esteja em atividade, desde que comprove previamente sua liquidez patrimonial por meio de Balanço Patrimonial Projetado, devidamente assinado por profissional habilitado e apresentado perante a comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal;

III - dar destinação diversa da prevista no plano de negócio original, às áreas de terra obtidas por meio de doação ou concessão de direito real de uso do Município de Videira;

IV - É vedada a permuta ou qualquer outra forma de transferência de áreas de terra cedidas, seja a título de doação ou de concessão de direito real de uso, pelo Município entre empresas, salvo as operações deliberadas favoravelmente pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

V - É proibido, em qualquer hipótese, o fracionamento do imóvel.

VI - Fica proibida a construção de benfeitorias em madeira.

VII - É vedada a implantação de empreendimentos que acarretem riscos ambientais externos, nos loteamentos e condomínios industriais.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso II, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca de 2º grau em favor do doador, como determina o § 5º do art. 17 da lei nº 8.666/93.

Art. 3º Após a inscrição da concessão, a concessionária fluirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos nesta lei e responderá por todos os encargos, civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas, bem como manter limpo, em condições de higiene sanitária e demais normas pertinentes à utilização do imóvel.

Art. 4º O interesse público resta demonstrado uma vez que a indústria a ser instalada no imóvel concedido, estimulará o crescimento deste município, gerando empregos diretos, acréscimo de renda para os beneficiários e para cidade, bem como geração de tributos e demais emolumentos para o município de Videira.

Art. 5º A concessionária deverá manter na área objeto da concessão, uma placa indicando que o imóvel foi concedido pelo município de Videira, constando o número da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas.

Art. 6º Decorridos 10 (dez) anos de funcionamento ininterrupto do empreendimento e cumpridas a sua função social, evolução da atividade e as obrigações estabelecidas na transmissão, a área, poderá ser transferida em definitivo à empresa beneficiada mediante autorização do Município.

Art. 7º O concedente no exercício regular do poder de polícia, poderá fazer a qualquer tempo levantamento, consulta, supervisão no imóvel, quando achar necessário, visando o seu estado de conservação e utilização.

Art. 8º A concessionária arcará com quaisquer ônus existentes sobre esta concessão, inclusive a necessária inclusão no Cartório de Registro de Imóveis, não tendo o Poder Público quaisquer despesas sobre a mesma.

Art. 9º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, deverá cumprir integralmente as disposições desta Lei e da Lei Municipal nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 3.107/14

LEI N.º 3.107/14, DE 18 DE JULHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal proceder a Concessão de Direito Real de Uso de imóvel público que especifica, à empresa VENETO INDÚSTRIA DE TIJOLOS ECOLÓGICOS LTDA ME, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer a concessão gratuita de direito real de uso, a empresa VENETO INDÚSTRIA DE TIJOLOS ECOLÓGICOS LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 18.112.021/0001-64, situada a Rua Simão Bellozupko, s/nº, Bairro Marafon, nesta cidade Videira-SC, do Lote nº 02, da Quadra "A", do Loteamento "Condomínio Industrial Campina Bela", com área total do lote de 1.142,00m² (um mil, cento e quarenta e dois metros quadrados), respectivamente, localizado na Estrada Municipal do Bairro Campina Bela, perímetro urbano desta cidade e Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, com matrícula nº. 32.220, conforme planta arquivada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira - SC.

§ 1º A finalidade da concessão de direito real de uso é a instalação da empresa para a implantação de indústria destinada a fabricação de artefatos de cimento e tijolos ecológicos, conforme consta do Processo Administrativo nº 19.046/2013.

§ 2º A empresa beneficiada por esta Lei ficará obrigada a iniciar a obra num prazo máximo de 06 (seis) meses a partir da publicação da lei, e a concluí-la dentro de 12 (doze) meses no máximo.

§ 3º Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a empresa beneficiada terá a prerrogativa de requerer dilação de prazo devidamente justificada, a qual será apreciada pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses.

§ 4º Em não havendo o início da execução e implantação da empresa nos prazos acima estabelecidos, será realizada a reversão da concessão, através da respectiva autorização legislativa, e ficará automaticamente revogada a concessão e revertido o imóvel ao patrimônio público municipal, mediante simples requerimento da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a anuência do Chefe do Poder Executivo Municipal, acompanhado de documentos comprobatórios do não cumprimento do projeto ao Cartório de Imóveis.

§ 5º No caso de reversão imediata do bem para o Poder Público este ocorrerá com a prévia notificação do beneficiário, reservada a ampla defesa e o contraditório, nos termos da Lei.

§ 6º Não havendo cumprimento do projeto e sendo o imóvel revertido nos termos do parágrafo anterior, fica autorizada a imediata reintegração no Município, inclusive sem indenização.

Art. 2º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, vedar-se-á:

I - alienar o imóvel dentro do período previsto para a reversão, a fim de desviar a finalidade originária, sem que a requerente observe as condições previstas na presente Lei, e sempre com expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, após análise e parecer da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais;

II - gravar com ônus real de garantia, exceto a empresa que já esteja em atividade, desde que comprove previamente sua liquidez patrimonial por meio de Balanço Patrimonial Projetado, devidamente assinado por profissional habilitado e apresentado perante a comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal;

III - dar destinação diversa da prevista no plano de negócio original, às áreas de terra obtidas por meio de doação ou concessão de direito real de uso do Município de Videira;

IV- É vedada a permuta ou qualquer outra forma de transferência de áreas de terra cedidas, seja a título de doação ou de concessão de direito real de uso, pelo Município entre empresas, salvo as operações deliberadas favoravelmente pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

V - É proibido, em qualquer hipótese, o fracionamento do imóvel.

VI - Fica proibida a construção de benfeitorias em madeira.

VII - É vedada a implantação de empreendimentos que acarretem riscos ambientais externos, nos loteamentos e condomínios industriais.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso II, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca de 2º grau em favor do doador, como determina o § 5º do art. 17 da lei nº 8.666/93.

Art. 3º Após a inscrição da concessão, a concessionária fluirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos nesta lei e responderá por todos os encargos, civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas, bem como manter limpo, em condições de higiene sanitária e demais normas pertinentes à utilização do imóvel.

Art. 4º O interesse público resta demonstrado uma vez que a indústria a ser instalada no imóvel concedido, estimulará o crescimento deste município, gerando empregos diretos, acréscimo de renda para os beneficiários e para cidade, bem como geração de tributos e demais emolumentos para o município de Videira.

Art. 5º A concessionária deverá manter na área objeto da concessão, uma placa indicando que o imóvel foi concedido pelo município de Videira, constando o número da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas.

Art. 6º Decorridos 10 (dez) anos de funcionamento ininterrupto do empreendimento e cumpridas a sua função social, evolução da atividade e as obrigações estabelecidas na transmissão, a área, poderá ser transferida em definitivo à empresa beneficiada mediante autorização do Município.

Art. 7º O concedente no exercício regular do poder de polícia, poderá fazer a qualquer tempo levantamento, consulta, supervisão no imóvel, quando achar necessário, visando o seu estado de conservação e utilização.

Art. 8º A concessionária arcará com quaisquer ônus existentes sobre esta concessão, inclusive a necessária inclusão no Cartório de Registro de Imóveis, não tendo o Poder Público quaisquer despesas sobre a mesma.

Art. 9º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e

estímulos fiscais, deverá cumprir integralmente as disposições desta Lei e da Lei Municipal nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Lei Nº 3.108/14

LEI N.º 3.108/14, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal proceder a Concessão de Direito Real de Uso de imóvel público que especifica, à empresa CORSO COMÉRCIO DE MARMORES E GRANITOS LTDA - ME, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer a concessão gratuita de direito real de uso, a empresa CORSO COMÉRCIO DE MARMORES E GRANITOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.305.689/0001-37, situada a Rodovia SC 453 - Km 54, s/nº, nesta cidade Videira-SC, do Lote nº 01, da Quadra "D", do Loteamento "Condomínio Industrial Campina Bela", com área total do lote de 1.956,10m² (um mil, novecentos e cinquenta e seis metros e dez decímetros quadrados), respectivamente, localizado na Estrada Municipal do Bairro Campina Bela, perímetro urbano desta cidade e Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, com matrícula nº. 32.258, conforme planta arquivada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira - SC.

§ 1º A finalidade da concessão de direito real de uso é a instalação da empresa para a industrialização e comercialização de pedras de mármore e granitos, conforme consta do Processo Administrativo nº 12.258/2011.

§ 2º A empresa beneficiada por esta Lei ficará obrigada a iniciar a obra num prazo máximo de 06 (seis) meses a partir da publicação da lei, e a concluí-la dentro de 12 (doze) meses no máximo.

§ 3º Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a empresa beneficiada terá a prerrogativa de requerer dilação de prazo devidamente justificada, a qual será apreciada pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses.

§ 4º Em não havendo o início da execução e implantação da empresa nos prazos acima estabelecidos, será realizada a reversão da concessão, através da respectiva autorização legislativa, e ficará automaticamente revogada a concessão e revertido o imóvel ao patrimônio público municipal, mediante simples requerimento da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a anuência do Chefe do Poder Executivo Municipal, acompanhado

de documentos comprobatórios do não cumprimento do projeto ao Cartório de Imóveis.

§ 5º No caso de reversão imediata do bem para o Poder Público este ocorrerá com a prévia notificação do beneficiário, reservada a ampla defesa e o contraditório, nos termos da Lei.

§ 6º Não havendo cumprimento do projeto e sendo o imóvel revertido nos termos do parágrafo anterior, fica autorizada a imediata reintegração no Município, inclusive sem indenização.

Art. 2º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, vedar-se-á:

I - alienar o imóvel dentro do período previsto para a reversão, a fim de desviar a finalidade originária, sem que a requerente observe as condições previstas na presente Lei, e sempre com expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, após análise e parecer da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais;

II - gravar com ônus real de garantia, exceto a empresa que já esteja em atividade, desde que comprove previamente sua liquidez patrimonial por meio de Balanço Patrimonial Projetado, devidamente assinado por profissional habilitado e apresentado perante a comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal;

III - dar destinação diversa da prevista no plano de negócio original, às áreas de terra obtidas por meio de doação ou concessão de direito real de uso do Município de Videira;

IV- É vedada a permuta ou qualquer outra forma de transferência de áreas de terra cedidas, seja a título de doação ou de concessão de direito real de uso, pelo Município entre empresas, salvo as operações deliberadas favoravelmente pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

V - É proibido, em qualquer hipótese, o fracionamento do imóvel.

VI - Fica proibida a construção de benfeitorias em madeira.

VII - É vedada a implantação de empreendimentos que acarretem riscos ambientais externos, nos loteamentos e condomínios industriais.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso II, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca de 2º grau em favor do doador, como determina o § 5º do art. 17 da lei nº 8.666/93.

Art. 3º Após a inscrição da concessão, a concessionária fluirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos nesta lei e responderá por todos os encargos, civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas, bem como manter limpo, em condições de higiene sanitária e demais normas pertinentes à utilização do imóvel.

Art. 4º O interesse público resta demonstrado uma vez que a indústria a ser instalada no imóvel concedido, estimulará o crescimento deste município, gerando empregos diretos, acréscimo de renda para os beneficiários e para cidade, bem como geração de tributos e demais emolumentos para o município de Videira.

Art. 5º A concessionária deverá manter na área objeto da concessão, uma placa indicando que o imóvel foi concedido pelo

município de Videira, constando o número da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas.

Art. 6º Decorridos 10 (dez) anos de funcionamento ininterrupto do empreendimento e cumpridas a sua função social, evolução da atividade e as obrigações estabelecidas na transmissão, a área, poderá ser transferida em definitivo à empresa beneficiada mediante autorização do Município.

Art. 7º O concedente no exercício regular do poder de polícia, poderá fazer a qualquer tempo levantamento, consulta, supervisão no imóvel, quando achar necessário, visando o seu estado de conservação e utilização.

Art. 8º A concessionária arcará com quaisquer ônus existentes sobre esta concessão, inclusive a necessária inclusão no Cartório de Registro de Imóveis, não tendo o Poder Público quaisquer despesas sobre a mesma.

Art. 9º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, deverá cumprir integralmente as disposições desta Lei e da Lei Municipal nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Lei Nº 3.109/14

LEI Nº 3.109/14, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS VIDA NOVA.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Amigos Vida Nova, sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 18.715.209/0001-63, com sede à Rua 19 de setembro, nº 285, Bairro Floresta, município de Videira (SC).

Art. 2º Assegura-se a Associação as vantagens e direitos da Legislação pertinente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18

dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

LEI Nº 3.110/14

LEI Nº 3.110/14, DE 18 DE JUNHO DE 2014

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar despesas com o Professor de Música da Suíça - Sr. Noah Arnold, que ministrará curso para os alunos do Núcleo de Música da Secretaria Municipal de Turismo, a realizar-se a partir de julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a despende, até R\$ 11.000,00 (onze mil reais), com o pagamento de despesas de alimentação, hospedagem e transporte terrestre do Sr. Noah Arnold, professor de música da Suíça, no período compreendido entre julho de 2014 a dezembro de 2014, com o objetivo de ministrar curso para os alunos do Núcleo de Música da Secretaria Municipal de Turismo.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

01 - Departamento de Turismo e Cultura

2.056 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura
3.3.90.00.00.00.00.00.3.0000 - Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0796/14

PORTARIA nº 0793/14
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 8582/2014,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a GUIOMAR ZAGO, Merendeira, de 01 de agosto de 2014 até 01 de novembro de 2014, referente ao quinquênio de 01 de julho de 2009 até 10 de julho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2014.

Videira, 18 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0794/14

PORTARIA nº 0794/14
Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 9269/14,

RESOLVE

Declarar estável a servidora LEEDY MARI PAZIN, Analista de Nível Superior, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 18 de junho de 2014.

Videira, 18 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Pregão Presencial Nº 87/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2014-PMV
REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 87/2014 - PMV

1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE TRIMMER PARA ROÇADEIRA PARA AS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 11:00 horas do dia 07/07/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 11:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 23 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

Decretos 03

DECRETO Nº. 308/2014.

Nomeia cargo comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Lei Complementar Nº. 82, de 29 de julho de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 16 de junho de 2014, a SRA. ELIZIANE BAGGIO, CPF: 005.495.299-93, para exercer o cargo de DIRETORA DE UNIDADE EDUCACIONAL, no CEIM Rosa Zambenedetti, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, desta Prefeitura Municipal de Xaxim - SC, percebendo os vencimentos conforme Lei vigente.

Art. 2º Fica concedido a referida servidora o adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sob o vencimento base do cargo, de acordo com o número de alunos matriculados na unidade educacional.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal,
em 16 de junho de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

DECRETO Nº. 309/2014.

Exonera servidor municipal por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e conforme o Benefício do INSS Nº. 157.051.507-4.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, por aposentadoria, a partir de 16 de junho de 2014, a servidora municipal VALDERES MARLI LUNARDI SBA-RAIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, portadora da matrícula 472, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, desta Prefeitura Municipal de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de junho de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

DECRETO Nº. 311/2014.

Nomeia Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de xaxim - CMDCA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica do Município e com a lei Municipal nº 2.352 de 01 de dezembro de 2000,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes Membros Efetivos e respectivos Suplentes, os quais representarão o Poder Público no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA: Representante da Secretaria Municipal da Assistência Social:

Membros Efetivos: UILIAN CAVALHEIRO E IVANIA ZANETTI

Membros Suplentes: ANA MARIA ZANCHET E CINTIA LUVIZA

Representante da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto:

Membros Efetivos: PAULO ROBERTO DA SILVA E SONIA PRIORI

Membros Suplentes: VALDIR SKRZYPCZAK E ALESSANDRA SOR-GATTO LORENZETTI

Representante da Secretaria Municipal da Saúde:

Membros Efetivos: KATIA MOELLER

Membros Suplentes: CLAUDETE GABRIEL

Representante da Secretaria Municipal da Fazenda

Membros Efetivos: EDIMAR BAGGIO

Membros Suplentes: VANILSE BRESSAN

Representante da Secretaria Municipal da Administração:

Membros Efetivos: JOSEANE CHICHELERO

Membros Suplentes: CATIANE GIOVANE CURTARELLI SOCCOL

Representante da Secretaria Municipal da Agricultura:

Membros Efetivos: VOLNEI DERVANOSKI

Membros Suplentes: MARTA SOCCOL KAMMLER

Art. 2º Ficam, outrossim, nomeados os seguintes membros efetivos e seus suplentes para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente, indicados pelas organizações representativas da Sociedade Civil:

Representante da Polícia Militar e Polícia Civil

Membros Efetivos: NILSON MANOEL DA SILVA

Membros Suplentes: DELVINO DALLA CORT

Representante da APP'S:

Membros Efetivos: SIRLEI GARRAFETI

Membros Suplentes: SANDRA MARAFON

Representante da Clubes de Serviço:

Membros Efetivos: ANA MARIA FRANCIOSI CARNEIRO

Membros Suplentes: CLERI SOTILLI

Representante das Entidades Religiosas do Município

Membros Efetivos: ELIZABETH CHITOLINA

Membros Suplentes: JOELMA BADIA

Representante da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB):

Membros Efetivos: CAROLINE REGINATTO

Membros Suplentes: SIMONE SASSANOVICK

Representante de Instituição Não Governamental que Preste Atendimento à Criança e ao Adolescente:

Membros Efetivos: MARIS STELA SIMONATTO

Membros Suplentes: JEAN FRANCESCO NEGRI

Representante das Unidades Escolares (Especialistas em Educação):

Membros Efetivos: DULCI VARNIER

Membros Suplentes: JULIANA CAMARA

Representante de Educação Especial:

Membros Efetivos: MARA MAGELA GAI CORSEUIL

Membros Suplentes: SIMONE APARECIDA TONIAZZO DAL SANTO

Art. 3º Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança

e do Adolescente terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, sendo o exercício considerado de interesse público relevante e não remunerado.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo Municipal marcará data para dar posse aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que imediatamente se reunirão sob a presidência do Conselheiro mais Idoso, com a finalidade da eleição de sua diretoria, composta por: Presidente, Vice-Presidente, Secretário geral e Vice Secretário.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal,
em 17 de junho de 2014.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

Aviso de Dispensa de Licitação 036/2014 PM

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE DISPENSA, A SABER:
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2014
HOMOLOGAÇÃO: 23/06/2014
FORNECEDOR: RODOGET RETIFICA DE BICOS INJETORES LTDA ME - CNPJ 85.403.079/0001-54

OBJETO: RECUPERAÇÃO DA MÁQUINA MOTONIVELADORA N. 136 KOMATSU
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.209,00 (SEIS MIL DUZENTOS E NOVE REAIS)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93.

XAXIM, 23 DE JUNHO DE 2014.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito

Associações

AMREC

Ata da Reunião do Ciasamrec de 04 de Junho de 2014 - Fax: Nº 009/2014 - Convocação. Presenças No Livro 05 - Fls. 13 - Horário: 09 Horas - Plenarinho da Amrec.

ATA DA REUNIÃO DO CIASAMREC DE 04 DE JUNHO DE 2014 - FAX: Nº 009/2014 - CONVOCAÇÃO. PRESENCAS NO LIVRO 05 - FLS. 13 - HORÁRIO: 09 HORAS - PLENARINHO DA AMREC.

Aos quatro dias do mês de junho de 2014, os representantes dos municípios da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) se reuniram no Plenarinho da entidade, para a reunião do Consórcio Intermunicipal de Atenção à Sanidade Agropecuária da Região Carbonífera de Santa Catarina - CIASAMREC, que contou com as presenças do presidente do Consórcio e prefeito de Cocal do Sul, Ademir Magagnin; do vice-prefeito de Morro da Fumaça e Secretário de Agricultura, Marci Sartor; do Secretário de Agricultura de Forquilha, Adenor Pola; do Secretário de Obras de Cocal do Sul, Elvio João Scarpato; do Secretário de Agricultura de Lauro Müller, Eliandro Bett Giongo; do Secretário da Agricultura de Orleans, Edésio Marchioro; do Secretário de Agricultura Içara, Sílvio João Viana; e ainda do médico veterinário da prefeitura de Içara, Saulo Da Boit Goulart; do engenheiro Agrônomo da prefeitura de Orleans, Raphael Zomer Niero; do Diretor de Departamento de Agricultura, Odair José Coral; da Engenheira Agrônoma do Balneário Rincão, Vera Regina Camargo; do Veterinário do município de Siderópolis, Leomar Dalcin; do Veterinário do município de Treviso, Vanderlei Amboni; do atual Veterinário do CIASAMREC, Felipe Bez Fontana; do ex-veterinário do CIASAMREC, André Assis da Silva; e diretor executivo da AMREC, José Roberto Madeira. O presidente do Consórcio e prefeito de Cocal do Sul, Ademir Magagnin, deu boas vindas aos presentes e em seguida, obtendo junto da Assembléia Geral a aprovação da contratação, apresentou o novo Médico Veterinário, Felipe Bez Fontana Cambruzzi, nomeado para exercer o cargo de Diretor Administrativo e Técnico do CIASAMREC. Felipe se apresentou informando que é formado na UDESC e está cursando pós graduação em bovinocultura leiteira. O veterinário iniciou na atividade no CIASAMREC na última segunda-feira (02/06), e agora deve fazer visitas aos municípios da AMREC para verificar como estão os serviços de inspeção municipal, e as necessidades de cada consorciado. O ex-veterinário do consórcio, André Assis, atualizou sobre a situação do Consórcio, e ainda se colocou a disposição para orientar o seu substituto. Na reunião a Engenheira Agrônoma do Balneário Rincão, Vera Regina Camargo, informou que a lei de adesão ao consórcio foi aprovada na Câmara de Vereadores daquele município. Sendo assim desta maneira, 100% dos municípios aderiram ao consórcio. Segundo Magagnin, Ciasamrec irá trabalhar nesse momento no encaminhamento das documentações junto aos municípios para sua consolidação do Consórcio, orientando os municípios no que for necessário para implantação. A função é viabilizar os serviços de inspeção animal de acordo com os princípios e definições da sanidade agropecuária nos municípios da região, dentro dos padrões e normas técnicas do sistema unificado de Atenção Agropecuária. Nada mais foi tratado, encerrando-se a presente reunião, sendo esta ata assinada por mim José Roberto Madeira, Diretor Executivo da AMREC e pelo Presidente do CIASAMREC, Prefeito Ademir Magagnin de Cocal do Sul.

Criciúma, 04 de junho de 2014.
Ademir Magagnin
Prefeito de Cocal do Sul

José Roberto Madeira
Diretor Executivo

Portaria Nº 02/2014

Portaria nº 02/2014

Portaria nº 02/2014, de 04 de junho de 2014

Nomeia o Diretor Administrativo e Técnico do CIASAMREC

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Atenção à Sanidade Agropecuária da AMREC - Associação dos Municípios da Região Carbonífera, CIASAMREC, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista homologação na assembléia dos Prefeitos, no dia 04/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º - Nomear Felipe Bez Fontana Cambuzzi, CPF 047.956.819-70, para o cargo de Diretor Administrativo e Técnico do CIASAMREC, conforme atribuições definidas no Contrato de Consórcio Intermunicipal de Atenção a Sanidade Agropecuária da Região Carbonífera de Santa Catarina, em seu art.21.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no órgão oficial, como condição de validade do ato.

Criciúma, 04 de junho de 2014

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito de Cocal do Sul

Presidente do CIASAMREC

AMUREL

Ata da Assembleia Geral Ordinária - Abril de 2014

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze (24/04/2014), às 10h00min (dez horas) em segunda convocação, reuniram-se na sede da AMUREL, os Prefeitos representantes dos Municípios Associados: Senhor Moacir Rabelo da Silva, Prefeito Municipal de Capivari de Baixo; o Senhor Jaime Wensing, Prefeito Municipal de Armazém; o Senhor Jorge Leonardo Nesi, Prefeito Municipal de Gravatal; o Senhor Amilton Ascari, Prefeito Municipal de Grão Pará; o Senhor Manoel Viana de Souza, Prefeito Municipal de Imaruí; o Senhor Luiz Arnaldo Napoli, Prefeito Municipal de Jaguaruna; o Senhor Clésio Bordini de Biasi, Prefeito Municipal de Treze de Maio; o Senhor João Olávio Falchetti, Prefeito Municipal de Tubarão; Senhor José Schotten, Prefeito Municipal de São Martinho; o Senhor Volnei Weber, Prefeito Municipal de São Ludgero; o Senhor Vilson Tadeu Marcon, Prefeito Municipal em exercício de Pedras Grandes. Além dos Senhores Prefeitos acima nominados, estavam presentes o senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL; o senhor Mrurilo Casemiro Mattos, Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária do MPSC; o senhor Adir Faccio, diretor geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - Aris; o senhor Osvaldo Juvêncio Cioffi Jr., Promotor da Vara da Infância e Juventude da comarca de Tubarão, bem como demais pessoas, conforme lista de presença assinada. Depois de constatado haver quórum mínimo exigido pelo Estatuto, o Senhor Presidente Moacir Rabelo da Silva, fez a abertura dos trabalhos cumprimentando a todos, dando-os as boas vindas. O protocolo passou a leitura do Edital, que se transcreve: "O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 24 de abril de 2014, às 09h30min horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados

dos Municípios, em primeira convocação, e às 10h00min horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, em sua sede, localizada na Rua Rio Branco, nº 67, bairro Vila Moema, no Município de Tubarão/SC. Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias: Aprovação da Ata Anterior; Prestação de Contas do 1º. Bimestre do exercício de 2014; Programa saúde fiscal nos municípios - MP/SC; Agência de regulação de saneamento; Encontro macrorregional sul com ministério público; Implantação do sistema das medidas sócio educativas nos municípios - Colegiado de Assistência Social e promotor da Infância e Adolescência; Assuntos diversos. Após aberto os trabalhos passaram a apreciar os referidos itens da pauta, na seguinte forma: 1) Deliberação sobre Ata Anterior: dispensada em face da leitura e aprovação ter sido realizada na sessão do dia 27/02/2014. 2) Prestação de Contas do 1º. Bimestre do exercício de 2014: Ato contínuo foi apresentado, para fins de análise e deliberação, os relatórios das demonstrações contábeis relativos ao 1º. bimestre de 2014, com esclarecimentos prestados pelo contador da Amurel, Senhor Ramon Mendes. Após a apreciação e discussão sobre o tema, as prestações de contas foram consideradas aprovadas pela Assembléia por unanimidade. Ainda, foi informado aos presentes que Associação em função do comunicado nº 013/2014 expedido pela FECAM e, das instruções normativas nºs 1.420 e 1422 da Receita Federal do Brasil, que estabelece que a partir de 1º. de janeiro de 2014 as Associações de Municípios terão que realizar seus registros contábeis dentro das normas da contabilidade comercial. Dessa forma, em que pese às associações de municípios, serem reconhecidas como pessoas jurídicas imunes ou isentas de tributos, estão obrigadas a apresentar Escrituração Contábil Digital (ECD) - SPED Contábil, na forma exigida para as sociedades comerciais, encerrada apresentação o presidente concedeu a palavra ao Dr. Murilo Casemiro do MPSC, para falar sobre o tema: Saúde Fiscal nos municípios. 3) Programa Saúde Fiscal nos municípios - MPSC: Neste ato, o Senhor Moacir Rabelo da Silva, presidente da AMUREL, passou a palavra ao Senhor Mrurilo Casemiro Mattos, Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária do MPSC, que iniciou sua fala registrando a presença da Promotora de Justiça da Comarca de Braço do Norte, Dra. Marcela Hülse Oliveira, ato contínuo disse que em sua primeira visita aos prefeitos da Região da Amurel, realizada no ano de 2013, foi apresentado aos prefeitos os termos do "Programa Saúde Fiscal" do Ministério Público de Santa Catarina, e convidou a todos que aderissem este projeto, via assinatura de termo de cooperação, pois se trata de uma parceria que visa coibir a sonegação fiscal, possibilitando dessa maneira o aumento das receitas tributárias dos municípios, na sequência informou que esta segunda visita à Amurel, é para propor aos prefeitos a efetivação do termo de cooperação técnica entre o MPSC e os municípios, sendo que este termo de cooperação marca o início do processo de implantação do programa Saúde Fiscal, do MPSC, que tem por escopo criar mecanismos mais eficientes para os municípios cobrarem de seus contribuintes inadimplentes os tributos municipais devidos, dentre eles citou o Imposto Sobre Serviços - ISS e o Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis - ITBI, sendo que a não cobrança por parte do gestor público destes tributos caracteriza renúncia de receita, ainda informou, que segundo estudos realizados pela Fecam, a soma da possível arrecadação do ISS e ITBI, poderão representar em torno de 70% (setenta por cento) da receita própria dos municípios. Em conclusão, solicitou a todos os prefeitos que assinassem o termo de cooperação, o que de pronto foi realizado pelos presentes. 4) Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - Aris: no uso da palavra o Senhor Adir Faccio, diretor da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, informou que a agência tem nas suas atribuições a de regular e fiscalizar de todas as atividades do saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos, limpeza urbana e drenagem pluvial, e que a ARIS atualmente regula e fiscaliza concessionárias estaduais (CASAN e SANEPAR),

empresas privadas, autarquias municipais (SAMAE's) e a própria Administração Direta, quando prestadora dos serviços (DAE's), ato contínuo apresento organograma de funcionamento da ARIS, bem como sua estrutura funcional e os trabalhos por ela desenvolvidos, por fim informou que os Municípios da Amurel poderão formar um consórcio intermunicipal para a contratação dos serviços entidade a custo reduzido, ainda, informou que a ARIS, já atende cerca de 156 municípios e, ao final colocou-se a disposição dos prefeitos da AMUREL, para agendamento de visitas aos mesmos para maiores esclarecimentos acerca das atividades Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - Aris. 5) Encontro macro regional sul com o MPSC: O Senhor Moacir Rabelo da Silva, Presidente da Amurel, informou que esta agendada para 11 de junho de 2014, no auditório da AMREC, a etapa do Encontro macro regional sul com o MPSC, que por objetivo estreitar a comunicação entre o Poder Público Municipal e o Ministério Público de Santa Catarina - MP/SC, sendo que neste encontro, terá espaço para manifestar-se acerca do relacionamento entre os municípios da região e o MPSC. Dessa maneira, solicitou aos presentes que consultassem seus procuradores quanto às possíveis dificuldades encontradas em seus municípios para serem esplanadas no citado evento, por derradeiro solicitou que tais relatos fossem repassados a secretaria da entidade no máximo até o dia 06 de junho do corrente. 5) Implantação do sistema das medidas sócio educativas nos municípios - Colegiado de Assistência Social e promotor da Infância e Adolescência: O senhor Moacir Rabelo passou a palavra ao Senhor Oclides Rodrigues, presidente do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social da região - Cogemas e a Senhora Ivânia May, assessora técnica do colegiado supra citado, de forma imediata os mesmos relataram aos prefeitos da região, as atividades desempenhadas pelo colegiado em prol dos municípios e enfatizaram a importância deste colegiado e, solicitaram atenção especial dos gestores na mitigação das necessidades imprescindíveis ao bom desempenho das políticas pública relacionada ao que estatui a lei protetiva das crianças e adolescentes, imediatamente passaram a palavra ao Senhor Osvaldo Juvêncio Cioffi, Promotor da Vara da Infância e Juventude da comarca de Tubarão. O Senhor Osvaldo, inicialmente ratificou as pedidos de seus antecessores, informou que de acordo com a constituição federal as crianças e adolescentes deveram ter prioridade absoluta quanta a atenção dos gestores públicos na política administrativa do município, posteriormente, explanou sobre a atuação da Vara da Infância e Juventude da comarca de Tubarão, ainda informou, que apesar nos avanços da região acerca do tema, ainda, há muito que se fazer quanto à política pública social em especial no que se refere à municipalização dos programas inerentes a medidas sócio educativas. Dessa forma enfatizou da necessidade dos municípios se adequarem ao Sistema Nacional de Atendimento Sócio educativo - Sinase. Ato contínuo, numa demonstração de interesse na implementação do programa em discussão, o Senhor Manoel Viana de Souza, Prefeito Municipal de Imaruí, sugeriu que a AMUREL, verificasse a possibilidade contratação de empresa ou profissional, que pudessem via AMUREL levantar as necessidades de cada município e orientar quais os procedimentos jurídicos e gerencias para a implementação deste programa, os demais prefeitos ratificaram a sugestão. 5) Assuntos diversos: a) Moção de Pesar: o Senhor Moacir Rabelo da Siva, Presidente da Amurel, justificou a ausência do Senhor Everaldo do Santos, Prefeito do município de Laguna, em face de falecimento de sua matriarca. Portanto, solicitou fosse redigido moção externando os sentimentos de todos os associados, em seguida o Senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL, informou o que segue: b) Curso: que nos dias 27 e 28 de maio será realizado nas dependências da AMUREL, curso relativo a fiscalização de Imposto Sobre Serviços -ISS, vinculados a construção civil e cartórios; c) TCU: no dia 29 de maio, em Florianópolis, será realizado curso pelo Tribunal de Conta da União; d) Marcha do Prefeitos à Brasília no dia 12 de maio, será realizada macha dos Prefeitos à Brasília, dessa maneira solicitou a participação de todos; e) Evento nos dias 09 a 11 de maio, será

realizada no município de Santa Rosa de Lima, a 14ª. Gmüse Fest e, também neste mês será realizado passeio ciclístico no município de Capivari de Baixo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual se lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim, Senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL e pelo Senhor Moacir Rabelo da Silva, Presidente da AMUREL.